

ND



PUBLICIDADE LEGAL

PUBLIQUE AQUI

(48) 3212 4104

(48) 3212 4161

opec@ndmais.com.br



Aroeira Reflorestadora S.A.

CNPJ/MF nº 35.012.664/0001-55

Demonstrações Financeiras findo em 31 de dezembro de 2021 e Período de 09 de setembro a 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balanco Patrimonial			Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido						
	31/12/2021	31/12/2020							
	(não auditado)			Capital Social	Reserva legal	Reserva de ativos biológicos	Reserva de investimento e capital de giro	Resultados acumulados	Total
Ativo									
Circulante									
Caixa e equivalentes de caixa (nota 3)	18.826	20.063							
Tributos a recuperar	115	–						48	48
Outros ativos	160	–						48	48
	19.101	20.063						310.871	310.871
Não circulante									
Imobilizado (nota 5)	134.798	–				(10.777)		10.777	–
Ativos biológicos (nota 6)	463.511	8			15.544	306.005		(306.005)	–
Direito de uso de ativos (nota 7)	34.462	643						(15.544)	–
	632.771	651					99	(99)	–
Total do ativo	651.872	20.714							
	31/12/2021	31/12/2020							
Passivo e Patrimônio Líquido									
Circulante									
Fornecedores (nota 8)	1.505	5							
Fornecedores – partes relacionadas (nota 4)	91	–							
Passivo de arrendamentos (nota 7)	2.336	28							
Imposto de Renda e Contribuição Social correntes	399	17							
Obrigações fiscais	50	–							
Outros passivos	71	–							
	4.452	50							
Não circulante									
Passivo de arrendamentos (nota 7)	31.462	616							
Adiantamento para futuro aumento de capital (nota 1)	–	20.000							
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos (nota 9)	9.382	–							
	40.844	20.616							
Total do passivo	45.296	20.666							
Patrimônio Líquido (nota 10)									
Capital social	295.657	48							
Resultados acumulados	310.919	48							
	606.576	48							
Total do passivo e patrimônio líquido	651.872	20.714							
	31/12/2021	31/12/2020							
<i>As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.</i>									

Notas Explicativas

1. Informações Gerais – A Aroeira Reflorestadora S.A., Sociedade de Propósito Específico (“Companhia”), foi constituída em 9 de setembro de 2020 pela Klabin S.A. e, em 26 de janeiro de 2021 foi celebrado o contrato em conjunto com a Timber XXI SPE S.A. (“TIMO”), tendo como objetivo principal a exploração da atividade florestal no estado de Santa Catarina-SC. A Klabin S.A. contribuiu para a formação do capital social da Companhia com aporte de 9,7 mil hectares de florestas plantadas no estado de Santa Catarina-SC, com valor de custo de R\$ 54.000, integralizando o adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) de R\$ 20.000. A TIMO, por sua vez, aportou R\$ 20.000 em caixa no fechamento da operação, R\$ 17.500 em 19 de março de 2021, R\$ 32.500 em 22 de abril de 2021, R\$ 117.000 em 01 de junho de 2021, R\$ 55.000 em 14 de outubro de 2021 e os R\$ 258.000 restantes serão aportados em até 3 anos. Os recursos aportados pela TIMO financiarão a aquisição e arrendamento de aproximadamente 19,5 mil hectares de efetivo plantio, investimentos na formação de florestas e capital de giro. A Klabin S.A. terá o direito de preferência na compra da produção florestal da SPE, entre outros direitos típicos para os acionistas controladores de uma companhia dessa natureza. A Klabin detém 51% do capital votante e 18% do capital total da Companhia, enquanto a TIMO detém o restante do capital, sendo que esta pode eleger membros no Conselho de Administração e participando em determinadas decisões da Companhia com direito de voto, inclusive em situações que exijam fórum qualificado. A operação de vendas de madeiras pela Companhia teve início no 3º trimestre de 2021. A Klabin S.A. poderá exercer direito de preferência na compra das ações da Companhia pertencentes a TIMO, em opção facultativa a ser exercida entre 2031 e 2041. **1.1 Declaração de conformidade:** A emissão dessas demonstrações financeiras da Aroeira Reflorestadora S.A. foi aprovada pela diretoria financeira e autorizada para emissão em 04 de março de 2022. A Administração avaliou a capacidade de continuidade da Companhia, estando convencida de que possui os recursos necessários e capacidade de desenvolver seus negócios no futuro de forma contínua, não havendo o conhecimento de incertezas ou probabilidades materiais que possam gerar dúvidas significativas em relação a sua continuidade. A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. **1.2 Aquisição de terras e florestas:** Em 09 de junho de 2021, foram assinados os termos de instrumentos particulares de fechamento para aquisição das participações societárias das entidades Pinus Arrendamentos S.A. e Pinus Ativos Florestais LTDA. A aquisição de ativos se deu por meio da compra da totalidade das ações das empresas Pinus Arrendamentos S.A. e Pinus Ativos Florestais LTDA, com base em laudo econômico financeiro emitido por empresa de avaliação independente. Conforme o CPC 15 – Combinações de negócios, as empresas detinham apenas os ativos, sendo assim a Companhia avaliou que não houve qualquer fator econômico que gerasse saída de recursos ou tivesse a capacidade de contribuir para gerar outputs. Desta forma a incorporação das empresas não foi caracterizada como combinação de negócios. No dia 29 de junho de 2021, foi assinado o Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação dos ativos na Companhia Aroeira Reflorestadora S.A. Esses ativos totalizam o montante de R\$ 51.648 de terras adquiridas com a Pinus Arrendamentos S.A. e o montante de R\$ 72.672 de florestas adquiridas com Pinus Ativos Florestais LTDA. **1.3 Efeitos de COVID-19:** A Companhia está trabalhando ativamente nas medidas de prevenção para auxiliar no controle da disseminação do coronavírus (Covid-19), reforçando os protocolos de higiene, propagando informações sobre o tema em seus canais de comunicação internos e seguindo as orientações da Organização Mundial de Saúde (OMS), mantendo eventos internos de forma virtual e restringindo viagens. Para evitar aglomerações, também adotou rotinas flexíveis de trabalho, com incremento do uso dos meios eletrônicos. Até o presente momento, a Administração da Companhia não identificou impactos significativos em suas operações, mantendo suas previsões de produção, vendas e expedição de seus produtos, que fazem parte da cadeia de abastecimento de itens de primeira necessidade da população, relacionados ao segmento alimentício, produtos de limpeza e higiene pessoal e hospitalar, dos quais foram impulsionados no mercado para atendimento das demandas ocasionadas pelo COVID. Diante do atual cenário, e em linha com os requerimentos da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), a Administração da Companhia analisou eventuais impactos por aumento de perdas esperadas ou alteração significativa dos riscos a que a Companhia está exposta (vide informações na nota explicativa 14), que pudessem afetar a recuperabilidade dos seus ativos e a mensuração das provisões apresentadas nas referidas demonstrações financeiras. Esta revisão considerou os eventos subsequentes ocorridos até a data de emissão destas demonstrações financeiras e não foram identificados efeitos significativos, que deveriam estar refletidos nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021. **2. Base de Apresentação das Demonstrações Financeiras e Principais Práticas Contábeis – 2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras:** A Companhia apresenta demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que incluem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão divulgadas na nota 2.2 – item b). As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia estão divulgadas abaixo ou apresentadas nas próprias notas explicativas e foram aplicadas de modo consistente entre os exercícios/períodos apresentados. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quando mensurado pelo valor justo através do resultado no caso de ativos e passivos financeiros, e ativos biológicos. **2.2. Sumário das principais práticas contábeis adotadas: a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (“moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. **b) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de certos ativos, passivos, receitas e despesas. Sendo assim, nas demonstrações financeiras são incluídas estimativas referentes ao exercício/período de exaustão das florestas e cálculos de projeções para determinar o valor justo dos ativos biológicos, assim como a realização dos impostos diferidos atribuíveis ao valor justo (Nota explicativa 6). Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os valores reais de realização ou liquidação dos ativos e passivos subjacentes podem diferir dessas estimativas. **2.3 Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações:** Durante o exercício de 2021 foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) as revisões das referidas normas abaixo, já vigentes no exercício de 2021:

Demonstração do Resultado			1/1 a 31/12/2021	9/9 a 31/12/2020
	(não auditado)			
Receita líquida de vendas (nota 11)	17.355	–		
Variação do valor justo dos ativos biológicos (nota 6)	315.729	–		
Custo dos produtos vendidos (nota 12)	(11.633)	–		
Lucro bruto	321.451	–		
Despesas administrativas	(494)	–		
Outras receitas operacionais	–	–		
Lucro antes do resultado financeiro e tributos	320.957	–		
Resultado financeiro	371	65		
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	321.328	65		
Imposto de renda e contribuição social	–	–		
Corrente (nota 9)	(1.075)	(17)		
Diferido (nota 9)	(9.382)	–		
	(10.457)	(17)		
	310.871	48		
Lucro líquido do exercício/período	310.871	48		
Lucro básico/diluído por ação ON – R\$	0,002977	0,000000		
Lucro básico/diluído por ação PN – R\$	0,006994	0,000000		
<i>As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.</i>				
Demonstração do Resultado Abrangente (Em milhares de reais)			31/12/2021	09/09/2020
	(não auditado)			
Lucro líquido do exercício/período	310.871	–		
Outros resultados abrangentes	–	–		
Resultado abrangente total do exercício/período	310.871	–		
<i>As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.</i>				

Pronunciamento	Alteração
CPC 06 (R2) – Arrendamentos/IFRS 16 Leases (i)	Reforma da taxa de juros de referência que permite substituir a taxa de juros efetiva de um ativo financeiro ou passivo financeiro por uma nova taxa economicamente equivalente
CPC 11 – Contratos de Seguro/IFRS 4 Insurance Contracts	
CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (revogado a partir de 1º/01/2018)	
CPC 40 – Instrumentos Financeiros: Evidenciação/IFRS 7 Financial Instruments: Disclosures	
CPC 48 – Instrumentos Financeiros/IFRS9 Financial Instruments	

(i) Efeitos de COVID-19 nos contratos vencidos após 30/06/2021
As alterações foram avaliadas e adotadas pela Administração da Companhia, não havendo efeitos em suas demonstrações financeiras quanto a sua aplicação. Adicionalmente, o IASB (International Accounting Standards) trabalha com a emissão de novos pronunciamentos e revisão de pronunciamentos existentes, os quais entrarão em vigência somente em 01 de janeiro de 2023 com a convergência dos pronunciamentos pelo CPC, sendo:

Pronunciamento	Alteração
IAS 1 – Presentation of Financial Statements/IFRS – Pratic e Statements	Institui o conceito de materialidade para tomada de decisão sobre as divulgações das políticas contábeis
IAS 8-AC counting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors	Esclarecimento à distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros
IFRS 17 – Insuranc e Contracts	Norma não aplicável para a Companhia

A Administração da Companhia está avaliando os impactos práticos que tais itens possam ter em suas demonstrações financeiras, na medida que os normativos estiverem regulamentados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

3. Caixa e Equivalentes de Caixa	31/12/2021	31/12/2020
	(não auditado)	
Caixa e bancos	–	25
Aplicações em moeda nacional	18.826	20.038
Total	18.826	20.063

Em 31 de dezembro de 2021, as aplicações financeiras compreendem Fundo de Renda Fixa Referenciado DI com rentabilidade média de remuneração anual de 99% do CDI (99% do CDI em 31 de dezembro de 2020). **Prática contábil:** Caixa e equivalentes de caixa incluem os numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, os quais são prontamente convertíveis em montante conhecido de caixa sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

4. Partes Relacionadas	31/12/2021	
	Ativo/ Passivo	Receita líquida de vendas
Contas a receber/resultado		
: Klabin S.A. (i)	–	17.355
Contas a pagar – Klabin S.A.		
: Taxa de gerenciamento (ii)	91	–
(i) Venda de madeira a preços e prazos e preços estabelecidos entre as partes. (ii) Restituição de custo prevista em contrato entre a sócia controladora (Klabin S.A.) e a Companhia, principalmente relacionada à prestação de serviços operacionais vinculados ao desenvolvimento e à manutenção das florestas. Prática contábil: As transações com partes relacionadas são referentes a venda de madeira a preços e prazos e preços estabelecidos entre as partes, assim como, e a restituição de custo prevista em contrato entre a sócia controladora (Klabin S.A.) e a Companhia, principalmente relacionada à prestação de serviços operacionais vinculados ao desenvolvimento e à manutenção das florestas. A Companhia não possui histórico de perdas em seus recebíveis e avalia anualmente a perda esperada levando em conta eventos de inadimplência que tem probabilidade de ocorrência nos doze meses após a data de divulgação das referidas demonstrações financeiras, eventual aumento em seu risco de crédito e a existência de ativos financeiros que já apresentam evidência objetiva de <i>impairment</i> em 31 de dezembro 2021. Considerando, a característica de seus recebíveis a Companhia não constituiu provisão para perdas de crédito esperadas (“PPCE”) em 31 de dezembro de 2021. 5. Imobilizado – Em 31 de dezembro de 2021, o saldo contábil de imobilizado era composto em sua totalidade de terras da Companhia no montante de R\$ 134.798 correspondente a 12 mil hectares de área total. Prática contábil: O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada. A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, determinada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terras, as quais não são depreciadas. Os gastos com manutenção dos ativos da Companhia e são allocated diretamente ao resultado do exercício conforme são efetivamente realizados. Encargos financeiros são capitalizados ao ativo imobilizado, quando incorridos sobre imobilizações em andamento, se aplicáveis. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não foi identificada necessidade de provisão para <i>impairment</i> . 6. Ativos Biológicos – O saldo dos ativos biológicos da Companhia é composto pelo custo de formação das florestas e do diferencial do valor justo sobre o custo de formação, para que o saldo de ativos biológicos como um todo seja registrado a valor justo, da seguinte forma:		

	31/12/2021	31/12/2020
	(não auditado)	
Custo de formação dos ativos biológicos	158.901	8
Ajuste ao valor justo dos ativos biológicos	304.610	–
Total de ativos biológicos	463.511	8

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía 16 mil hectares de florestas plantadas, desconsiderando as áreas de preservação permanente e reserva legal que devem ser mantidas para atendimento à legislação ambiental brasileira. A avaliação dos ativos biológicos por seu valor justo considera certas estimativas, tais como: preço de madeira, taxa de desconto, plano de colheita das florestas e volume de produtividade, as quais estão sujeitas a incertezas, podendo gerar efeitos nos resultados futuros em decorrência de suas variações. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e não foi identificada necessidade de provisão para

Demonstrações dos Fluxos de Caixa					
	1/1 a 31/12/2021	9/9 a 31/12/2020	1/1 a 31/12/2021	9/9 a 31/12/2020	
	(não auditado)		(não auditado)		
Caixa líquido de atividades operacionais	63	59			
Caixa gerado nas operações	19.132	81			
Lucro líquido do exercício	310.871	48			
Amortização do direito de uso	947	3			
Provisão de juros de arrendamento	1.140	30			
Variação no valor justo dos ativos biológicos	(315.729)	–			
Exaustão de florestas	11.633	–			
Imposto de renda e contribuição social correntes	888	–			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.382	–			
Variações nos ativos e passivos operacionais	(19.069)	(22)			
Contas a receber – partes relacionadas	–	–			
Outros ativos	(160)	–			
Fornecedores	1.500	(5)			
Fornecedores – partes relacionadas	91	–			
Obrigações fiscais	50	(17)			
Adiantamento para futuro aumento de capital	(20.000)	–			
Imposto de renda e contribuição social pagos	(506)	–			
Outros passivos	71	–			
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(294.205)	–			
Aquisição de terras	(134.798)	–			
Custo do plantio do ativo biológico	(159.407)	–			
Caixa líquido provenientes das atividades de financiamento	292.905	4			
Aporte caixa	242.000	–			
Aporte florestas	53.657	–			
Pagamento de passivos de arrendamentos	(2.752)	4			
Decréscimo em caixa e equivalentes de caixa	(1.237)	63			
Saldo inicial de caixa e equivalentes	20.063	20.000			
Saldo final de caixa e equivalentes	18.826	20.063			
<i>As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.</i>					

impairment. a) Premissas para o reconhecimento do valor justo dos ativos biológicos
A Companhia reconhece seus ativos biológicos a valor justo adotando as seguintes premissas em sua apuração: (i) Serão mantidas a custo histórico as florestas de eucalipto até o terceiro ano de plantio e florestas de pinus até o quinto ano de plantio, em decorrência do entendimento da Administração de que durante esse período, o custo histórico dos ativos biológicos se aproxima de seu valor justo, além de ser possível de realizar os inventários para avaliação de crescimento e expectativa de produção da floresta somente após este período; (ii) As florestas após o terceiro e quinto ano de plantio, de eucalipto e pinus respectivamente, são valorizadas por seu valor justo, o qual reflete o preço de venda do ativo menos os custos necessários para colocação do produto em condições de venda ou consumo; (iii) A metodologia utilizada na mensuração do valor justo dos ativos biológicos corresponde à projeção dos fluxos de caixa futuros descontados de acordo com o ciclo de produtividade projetado das florestas, levando-se em consideração as variações de preço e crescimento dos ativos biológicos; (iv) A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa corresponde ao custo médio de capital ponderado da Companhia, como referência do setor, é revisada anualmente pela Administração dentro do processo orçamentário ou na medida que houver situações que exijam tal revisão; (v) Os volumes de produtividade projetados das florestas são definidos com base em uma estratificação em função de cada espécie, material genético, regime de manejo florestal, potencial produtivo, rotação e idade das florestas. O conjunto dessas características compõe um índice denominado IMA (Incremento Médio Anual), expresso em metros cúbicos por hectare/ano utilizado como base na projeção de produtividade. O plano de corte das culturas mantidas pela Companhia é viável principalmente entre 6 e 7 anos para eucalipto e entre 14 e 15 anos para pinus; (vi) Os preços dos ativos biológicos, denominados em R\$/metro cúbico são obtidos por meio de pesquisas de preço de mercado, divulgados por empresas especializadas, além dos preços praticados pela Companhia em vendas para terceiros. Os preços obtidos são ajustados deduzindo-se os custos de capital referente a terras, em decorrência de tratar-se de ativos contribuintes para o plantio das florestas e demais custos necessários para colocação dos ativos em condição de venda ou consumo; (vii) Os gastos com plantio referem-se aos custos de formação dos ativos biológicos; (viii) A apuração da exaustão dos ativos biológicos é realizada com base no valor justo dos ativos biológicos colhidos no exercício; (ix) A Companhia definiu por efetuar a reavaliação do valor justo de seus ativos biológicos trimestralmente, sob o entendimento de que esse intervalo é suficiente para que não haja defasagem significativa do saldo de valor justo dos ativos biológicos registrado em suas demonstrações financeiras. **b) Reconciliação e movimentação das variações de valor justo**
Saldo em 31 de dezembro de 2020 (não auditado) **8**
Plantio 159.407
Exaustão: **(11.633)**
Custo histórico (514)
Ajuste ao valor justo (11.119)
Varição de valor justo por: **315.729**
Preço 121.218
Crescimento (i) 194.511
Saldo em 31 de dezembro de 2021 **463.511**
(i) Além do efeito de crescimento da floresta em razão da proximidade de seu corte, corresponde aos ajustes decorrente das premissas que afetam o valor justo do ativo biológico, tais como revisão de plano de corte, tabela de produtividade, alteração de taxa de desconto, alteração de custos administrativos, dentre outros. **c) Análise de sensibilidade:** De acordo com a hierarquia do CPC 46 – Mensurações do Valor Justo, o cálculo dos ativos biológicos se enquadra no Nível 3, por conta de sua complexidade e estrutura de cálculo. Dentre as premissas utilizadas no cálculo destaca-se a sensibilidade aos preços utilizados na avaliação e a taxa de desconto utilizada no fluxo de caixa descontado. Os preços referem-se aos praticados nas regiões onde a Companhia está alocada, já a taxa de desconto corresponde ao custo médio de capital, levando em conta a taxa básica de juros (Selic) e níveis de inflação. Aumentos (reduções) significativos nos preços utilizados na avaliação resultariam em acréscimo (decréscimo) na mensuração do valor justo dos ativos biológicos. O preço médio ponderado utilizado na avaliação do ativo em 31 de dezembro de 2021 foi equivalente a R\$93/m3 (R\$66/m3 em 31 de dezembro de 2020). Sobre a taxa de desconto, os efeitos significativos de elevação (redução) da taxa utilizada na mensuração do valor justo dos ativos biológicos, acarretaria queda (elevação) dos valores mensurados. Em 31 de dezembro de 2021 o custo médio de capital ponderado é 5,34% em moeda constante (5,34% em 31 de dezembro de 2020). **Prática contábil:** Os ativos biológicos correspondem a florestas de eucalipto e pinus, as quais são destinadas para produção de papéis para embalagem, sacos de papel e caixas e chapas de papelão ondulado, além de venda para terceiros. O processo de colheita e

... continuação

pelo método linear de acordo com o prazo remanescente de cada contrato. A Companhia reconhece seu Ativo de direito de uso e Passivo de arrendamentos considerando as seguintes premissas: (i) Operações com contratos firmados por mais de 12 meses entram no escopo da norma. A Companhia avaliou os aspectos de renovação em sua metodologia e por não identificar aspectos de renovação optou por não considerar as renovações dos contratos, haja visto que os ativos envolvidos em sua operação não são indispensáveis para a condução de seus negócios, podendo ser substituídos ao término do contrato por novos ativos adquiridos ou por outras operações que não as mesmas pactuadas. (ii) Contratos que envolvam o uso de ativos subjacentes de baixo valor. (iii) Considera-se somente operações que envolvam ativos específicos definidos no contrato ou de uso exclusivo ao longo do período do contrato. (iv) Inclusão dos impostos recuperáveis na definição das contraprestações assumidas dos contratos em que seja aplicável. (v) A metodologia utilizada na apuração do valor presente líquido dos contratos corresponde ao fluxo de caixa das contraprestações assumidas descontadas pela taxa de desconto definida para a classe do ativo. (vi) As taxas de desconto para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram calculadas com base nas taxas de juros livres de riscos observadas no mercado brasileiro e ajustadas à realidade da Companhia. As taxas para as operações de arrendamento de terras florestais e imóveis administrativos e galpões comerciais para contratos firmados no exercício de 2021 são de 6,49% ao ano para contratos com vencimento de até 5 anos; de 7,13% para vencimento de 6 a 10 anos; de 7,57% para vencimentos de 11 a 15 anos; de 8,19% para vencimentos de 16 a 20 anos e de 8,62% para vencimento acima de 20 anos, além de 6,36% ao ano para operações que envolvam máquinas e equipamentos. As taxas reais (líquidas de inflação) foram obtidas por operações de financiamentos para ativos destas classes por meio de sondagens junto aos bancos que atendem a Companhia. (vii) A remensuração para refletir qualquer reavaliação ou modificações do arrendamento será feita no mês de aniversário de um ano de cada contrato (*reset*), na qual a Companhia avaliará a necessidade de reajustes nos pagamentos mensais e anuais e, caso aplicável, os reajustes serão realizados no ativo contra o passivo de arrendamentos. As operações de arrendamento da Companhia em vigência em 31 de dezembro de 2020 não possuem cláusulas de restrições que imponham a manutenção de índices financeiros, assim como não apresentam cláusulas de pagamentos variáveis que devam ser consideradas, ou cláusulas de garantia de valor residual e opções de compra ao final dos contratos. **7.2. Direito de uso de ativos e passivos de arrendamentos:** A Companhia possui 5 mil hectares de terras arrendadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (132 hectares em 31 de dezembro de 2020).

Direito de uso dos ativos	31/12/2020 (Não auditado)	Amor-tização	Adições/Baixas	31/12/2021		
Terras	643	(947)	34.766	34.462		
Total no ativo	643	(947)	34.766	34.462		
Passivos dos arrendamentos	31/12/2020 (Não auditado)	Encargos Financeiros	Paga-mentos	Adições/ Trans. Baixas	CP/LP	31/12/2021
Passivo circulante	28	1.140	(2.752)	3.161	759	2.336
Passivo não circulante	616	-	-	31.605	(759)	31.462
Total no passivo	644	1.140	(2.752)	34.766	-	33.798

Prática contábil: De acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, os direitos de uso de ativos e passivos de arrendamentos correspondem a contratos de arrendamentos de terras, máquinas, equipamentos e edifícios, superiores a 12 meses, de valor substancial e uso exclusivo. O reconhecimento é feito pelo valor futuro das contraprestações assumidas no contrato, trazidos ao valor presente líquido. O direito de uso dos ativos é amortizado em bases lineares pelo prazo vigente do contrato no resultado do exercício, na linha competente à sua natureza ("Custo dos produtos vendidos"/"Despesas Administrativas"/"Despesas Comerciais"). As despesas de juros, correspondentes à amortização do ajuste ao valor presente líquido dos contratos são alocadas no "Resultado financeiro". **8. Fornecedores** – O saldo de fornecedores em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 1.505 (R\$ 5 em 31 de dezembro de 2020), referente aos serviços de manutenção das atividades florestais. **Prática contábil:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, além dos investimentos nos projetos da Companhia. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros, caso aplicável. **9. Impostos a Pagar – a) Imposto de renda e contribuição social:** A Companhia adota o regime de tributação com base no lucro presumido. A base do lucro tributável é definida sobre 8% e 12% da receita de vendas para imposto de renda (IR) e contribuição social (CS) respectivamente, e 100% das receitas financeiras. Sobre essas bases são aplicados os mesmos percentuais de IR e CS que se aplicam sobre o lucro real. A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente pode ser assim demonstrada:

	31/12/2021	1/1 a 30/09/2020
	Imposto de renda	Contribuição social
Receita bruta de vendas	18.403	18.403
(-) Devoluções	-	-
Receita operacional	18.403	18.403
Percentual de presunção	8%	12%
Base de cálculo – imposto de renda e contribuição social	1.472	2.208
Rendimentos financeiros e outros	1.565	1.565
Base de cálculo – após acréscimos	3.037	3.773
% de tributos	15%	9%
Tributo calculado sem adicional	456	340
Base de cálculo do adicional 10% do IR	2.787	-
% do adicional de IR	10%	10%
	280	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	735	340

b) Imposto diferido: Os tributos diferidos passivos referem-se aos tributos sobre o ajuste ao valor justo dos ativos biológicos, uma vez que a tributação ocorre somente quando da venda da madeira.

	31/12/2021
Imposto de renda diferido – ativo biológico	6.092
Contribuição social diferido – ativo biológico	3.290
Passivo não circulante	9.382

Abaixo os montantes relativos a reversão de diferenças temporárias no resultado operacional da Companhia.

Aroeira Reflorestadora S.A.

Imposto de renda diferido – ativo biológico	1/1 a 31/12/2021	6.092
Contribuição social diferido – ativo biológico		3.290
Resultado total de imposto diferido		9.382

Prática contábil: A Companhia optou pelo regime de lucro presumido, passando a calcular o imposto de Renda (IRPJ) tomando como base 8% da receita de vendas e 100% da receita financeira; e calculando a Contribuição Social (CSLL) tomando como base 12% da receita de vendas e 100% da receita financeira. A opção pelo regime tributário é anual. Os saldos são reconhecidos no resultado da Companhia pelo regime de competência. A Companhia registra imposto diferido sobre o valor justo de ativo biológico por entender com base no conceito do CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, como uma demonstração de um imposto contábil (não caixa), oriundo do reconhecimento do ajuste ao valor justo como uma diferença temporária. Apesar da Companhia optar pelo regime tributário do lucro presumido, para o qual não há incidência de imposto diferido, uma vez que a tributação se dá somente quando da venda da madeira, o valor justo de ativo biológico, cujos os efeitos são reconhecidos no resultado ao longo do período de crescimento da floresta, conforme divulgado na nota explicativa 6, será base para tributação do imposto corrente, apenas quando da emissão da nota fiscal de venda, quando da comercialização da madeira, o que usualmente ocorre após a floresta estar madura, ou seja, entre 7 a 14 anos. Desta forma, a um descompasso caso a Companhia não efetue o imposto diferido sobre o valor justo do ativo biológico ao longo do período em que o mesmo impacta o resultado da Companhia, haverá um descompasso na taxa efetiva quando do comentário da tributação da receita presumida. A provisão para imposto de renda e contribuição social corrente do exercício/período é apresentada nos balanços patrimoniais líquida dos adiantamentos de imposto pagos durante o exercício, até o limite do imposto a pagar.

10. Patrimônio Líquido – a) Capital social: O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 295.657 dividido em 148.871.781 ações subscritas e integralizadas. As ações da Companhia estão divididas em 104.420.676 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, e 44.451.105 ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal. **b) Reserva Legal:** A reserva legal é constituída pelo percentual de 5% do lucro líquido após a destinação da reserva de incentivos fiscais conforme estabelecido pelo Estatuto Social da Companhia. **c) Reserva de investimento e capital de giro:** Constituída por parcela variável de 5% a 35% do lucro líquido ajustado na forma da lei, observado o limite previsto no artigo 199 da Lei nº 6.404/76, com a finalidade de assegurar recursos para investimentos em bens do ativo permanente. **d) Reserva de ativos biológicos:** Em decorrência dos efeitos do reconhecimento a valor justo dos ativos biológicos, a Companhia, optou por constituir uma reserva de ativos biológicos, a qual é utilizada na absorção do saldo da avaliação dos ativos biológicos da Companhia por seu valor justo apurado no resultado, mas que ainda não foi realizado econômica e financeiramente. O valor a ser utilizado para a constituição da reserva de ativos biológicos será limitado ao saldo da conta de "Lucros ou Prejuízos Acumulados" após a constituição, se constituídas, das Reservas Legal, para Contingências, de Incentivos Fiscais e de Lucros a Realizar. A reserva de ativos biológicos será, pela destinação do resultado do exercício pelo que nele estiver contido, líquido dos efeitos tributários: (i) constituída em cada exercício, com receita da avaliação do valor justo dos ativos biológicos; (ii) revertida para Lucros ou Prejuízos Acumulados para contrapor a despesa na avaliação do valor justo dos ativos biológicos e; (iii) liquidada pela exaustão do valor justo dos ativos biológicos contra o saldo em Lucros Acumulados. **e) Destinação dos lucros e dividendos:** Os dividendos representam a parcela de lucros auferidos pela Companhia, que é distribuído aos acionistas a título de remuneração do capital investido nos exercícios sociais. De acordo com Estatuto Social da Companhia, é atribuído aos acionistas a distribuição a título de dividendo mínimo obrigatório não inferior a 65% calculado sobre o lucro líquido ajustado na forma da lei e ajustado pela constituição, realização e reversão das Reservas de Ativos Biológicos e da Realização da conta de Ajustes de Avaliação Patrimonial.

(=) Lucro líquido do exercício em 2021	310.871
(-) Constituição de reserva legal	(15.544)
(-) Constituição de investimento e capital de giro	(99)
(-) Constituição da reserva de ativos biológicos	(306.005)
(+) Realização da reserva de ativos biológicos	10.777
(=) Lucro base para distribuição	-

11. Receita de Vendas – A totalidade da receita de vendas da Companhia é oriunda de venda de madeira para a sócia Klabin S.A.

	1/1 a 31/12/2021
Receita bruta de vendas	18.403
Impostos sobre vendas	(1.048)
Receita líquida de vendas	17.355

Prática contábil
As receitas são registradas observando-se o princípio de competência do exercício/período. A principal receita da Companhia refere-se à venda de madeira. A receita é reconhecida quando o controle sobre os produtos é transferido, ou seja, no momento da entrega da madeira para os compradores. **12. Custo dos Produtos Vendidos** – A custo dos produtos vendidos da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 11.633, composto pela exaustão do ativo biológico (nota 6) e outros insumos para manutenção das atividades florestais. **Prática contábil:** As despesas são registradas observando-se o princípio de competência do exercício/período. **13. Cobertura de Seguros** – Mesmo considerando a distribuição das florestas em diversas áreas distintas e das medidas preventivas adotadas contra incêndio e outros riscos da floresta, a Companhia mantém contratado uma apólice de Seguro para todas as suas bases florestais no Brasil. A apólice traz diversas coberturas de seguros, tais como, incêndio, queda de raio, explosão, queda de aeronaves, vendaval, como também, eventos meteorológicos, como granizo, ventos frios, geadas, seca e chuvas excessivas. A contratação não isenta a Klabin em dar continuidade com todas as políticas de proteção, as quais, historicamente, têm se mostrado altamente eficientes sem que tenha havido qualquer comprometimento às atividades e à condição financeira da Companhia. Dessa forma, a Companhia entende que sua estrutura de gerenciamento dos riscos relacionados às atividades florestais, estão ainda mais adequadas para a continuidade operacional. **14. Gerenciamento de Riscos e Instrumentos Financeiros:** A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender suas necessidades operacionais, bem como a reduzir a exposição a riscos financeiros, dos quais está exposta, de acordo com sua natureza dos negócios e estrutura operacional. As operações da Companhia são gerenciadas pela mesma e a administração desses riscos é efetuada por meio da definição de estratégias, políticas e estruturas de controles da referida sócia "Klabin S.A.". **a) Risco de mercado:** O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Quotistas da **Sociedade de Propósito Específico – Aroeira Reflorestamento S.A.** São Paulo-SP **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Sociedade de Propósito Específico Aroeira Reflorestamento S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando,

quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos

financeiro flutue devido a variações nos preços no mercado. A Companhia está exposta ao risco quanto a flutuação do CDI indexado em suas aplicações financeiras. O aumento (diminuição) da taxa de juros, se por um lado gera ganho (perda) nas aplicações financeiras, por outro, gera perdas (ganhos) nos ativos biológicos por conta do aumento (diminuição) da taxa de desconto. **b) Risco de aplicação de recursos:** A Companhia está sujeita ao risco quanto a aplicação de recursos, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, aplicações financeiras e outros instrumentos financeiros contratados. O valor exposto pela Companhia corresponde substancialmente às aplicações financeiras, com valores descritos na Nota explicativa 3. Em relação a qualidade dos ativos financeiros da Companhia aplicados em instituições financeiras, é utilizada política interna para aprovação do tipo de operação que está sendo acordada e análise do *rating*, conforme agências classificadoras de risco, para avaliar a viabilidade da aplicação de recursos em determinada instituição, desde que esta esteja enquadrada nos critérios de aceitação da política. O quadro abaixo demonstra os recursos de caixa e equivalentes de caixa aplicados pela Companhia, classificando os montantes de acordo com a classificação nacional das agências de *rating* Fitch e *Moody's* das instituições financeiras:

	31/12/2021	31/12/2020
	(não auditado)	(não auditado)
<i>Rating nacional AAA (bra)</i>	18.826	20.063
Total de recursos	18.826	20.063

c) Risco de liquidez: A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos pelo planejamento de sua liquidez financeira, garantindo que haja recursos disponíveis para o devido cumprimento de suas obrigações. Em 31 de dezembro de 2021 o saldo de caixa e equivalentes de caixa é suficiente para o cumprimento das obrigações registradas no balanço, bem como a Companhia conta com adiantamentos da controladora para fornecimento futuro de madeira, caso necessário. **d) Gestão de capital:** A estrutura de capital da Sociedade é formada pelo saldo de caixa e equivalentes de caixa (Nota explicativa 3), e pelo saldo do patrimônio líquido (Nota explicativa 10), incluindo o saldo de capital emitido e todas as reservas constituídas. O índice de endividamento líquido sobre o patrimônio líquido da Companhia é composto da seguinte forma:

	31/12/2021	31/12/2020
	(não auditado)	(não auditado)
Caixa e equivalentes de caixa	18.826	20.063
Endividamento líquido	18.826	20.063
Patrimônio líquido	606.576	48
Índice de endividamento líquido	0,03	418

e) Risco de crédito: A Companhia está sujeita ao risco de crédito quanto às aplicações financeiras mantidas no balanço. O controle ao risco corresponde na utilização de políticas para aprovação das operações que serão pactuadas, assim como o *rating* das instituições financeiras conforme a classificação da agência Fitch. Em 31 de dezembro de 2021 o saldo aplicado é mantido em instituições com *rating* nacional AAA (bra). **f) Instrumentos financeiros por categoria:** A Companhia tem os seguintes instrumentos financeiros por categoria:

	31/12/2021	31/12/2020
	(não auditado)	(não auditado)
Ativo		
. Caixa e equivalentes de caixa	18.826	20.063
. Outros ativos	160	-
Total	18.986	20.063
Passivo		
. Fornecedores	1.505	5
. Passivo de arrendamentos	33.798	644
. Demais contas a pagar	71	-
Total	35.374	649

Os saldos estão registrados pelos seus valores nominais acrescidos, quando aplicável, de encargos e taxas de juros contratuais, cuja apropriação das despesas e receitas é reconhecida ao resultado do exercício/período. **g) Análise de sensibilidade:** A Companhia apresenta a seguir o quadro de sensibilidade para os riscos de taxa de juros que está exposta considerando que os eventuais efeitos impactariam os resultados futuros tomando como base as exposições apresentadas em 31 de dezembro de 2021, sendo, os efeitos no patrimônio basicamente os mesmos do resultado. A Companhia tem aplicações financeiras atreladas a taxa de juros pós-fixada do CDI. Para efeito de análise de sensibilidade, a Companhia adotou a taxa vigente em data próxima da apresentação das referidas demonstrações financeiras, para a projeção do cenário I. Para o cenário II estas taxas foram corrigidas em 25% e para o cenário III em 50%.

	Saldo	Cenário I	Cenário II	Cenário III			
	31/12/2021	Taxa	Ganho	Taxa	Ganho	Taxa	Ganho
Caixa e equivalentes de caixa (CDI)	18.826	4,40%	828	5,50%	207	6,60%	414
Efeito líquido no resultado financeiro			828		207		414

15. Eventos Subsequentes – (a) A KLABIN S.A. "Companhia", em continuidade aos Comunicados ao Mercado emitido nos dias 26 de janeiro de 2021 e 16 de março de 2021, comunica a seus acionistas e ao mercado em geral que celebrou os acordos necessários para o aumento de capital ("Transação") em sua controlada Aroeira Reflorestadora S.A. ("SPE"). Para a consecução do aumento de capital da SPE, a Klabin S.A. realizou aporte adicional de 2,6 mil hectares de florestas plantadas, equivalentes a R\$ 87.000. A TIMO, por sua vez, contribuirá com o montante de R\$ 250.000 em caixa. Os recursos adicionais aportados pela TIMO financiarão a aquisição de aproximadamente 6 mil hectares úteis, bem como os investimentos necessários na formação de florestas e capital de giro. Os termos negociados permanecem os mesmos acordados na formação da SPE, com participações societárias sem alterações significativas. A conclusão da Transação está sujeita ao cumprimento de determinadas condições suspensivas usuais em operações dessa natureza, entre elas a aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE). (b) Em 02 de fevereiro de 2022 foi aprovado um empréstimo de mútuo entre à Klabin S.A. e Companhia no valor de R\$ 190.000.

Conselho de Administração		
Jose Artemio Totti	Marcos Paulo Conde Ivo	Matheus Moura
Diretoria		
José Valmir Calori – Diretor Presidente		
Ricardo José Sartório – Diretor Financeiro		
Contadora		
Ana Paula Marzano Cerqueira – CRC 1SP 204.118/O-1		

da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. **Outros assuntos – Auditoria dos valores correspondentes:** As demonstrações contábeis da Companhia constituída em 9 de setembro de 2021 e para o período findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins de comparação, não foram auditadas por nós ou por outro auditor independente.

São Paulo, 04 de março de 2022.

Ernst & Young
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP 034.519/O-6

Rita de C. S. de Freitas
Contadora
CRC 1SP 214.160/O-5

Manacá Reflorestadora S.A.

CNPJ/MF nº 42.377.202/0001-05

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)			
	31/12/2021	31/12/2020	
Ativo			Passivo e Patrimônio Líquido
Circulante			Circulante
Caixas e equivalentes de caixa	58	-	Fornecedores
	58	-	Patrimônio Líquido
Total do ativo	58	58	Capital
			Resultados Acumulados
Demonstração do Patrimônio Líquido dos exercícios em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)			Total do passivo e patrimônio líquido
			58
Resultados			
Capital acumulados Total			
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	-	Marcos Ivo – Diretor Geral
Lucro líquido do exercício	-	(42)	José Artemio Totti – Diretor Executivo
Aporte de Capital recebido	100	100	Ana Paula Marzano Cerqueira
Saldo em 31 de dezembro de 2021	100	(42) 58	Contadora – CRC-1SP204118/O-1

Demonstração do Resultado do exercício em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)		
	31/12/2021	31/12/2020
Despesas/receitas operacionais		
Despesas administrativas	(42)	-
Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro e dos tributos	(42)	-
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	(42)	-
Imposto de renda e contribuição social		
. Corrente	-	-
Lucro líquido do exercício	(42)	-
<i>Reconhecemos a exatidão das Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2021.</i>		

... continuação

comento da tributação da receita presumida. A provisão para imposto de renda e contribuição social corrente do exercício é apresentada nos balanços patrimoniais líquida dos adiantamentos de imposto pagos durante o exercício, até o limite do imposto a pagar. **9. Patrimônio Líquido – 9.1. Capital social:** O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2020 e 2021 é de R\$ 213.473 dividido em 62.870.629 ações, totalmente subscritas e integralizadas. As ações da Companhia estão divididas em 31.436.100 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, e 31.434.529 ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal. Sendo que a Klabin S.A. é detentora de 69,48% do capital votante e 34,74% do capital total da Guaricana, enquanto a Serra do Corvo Branco Participações e Investimentos Societários Ltda. detém o restante do capital. **9.2. Reserva Legal:** A reserva legal é constituída pelo percentual de 5% do lucro líquido após a destinação da reserva de incentivos fiscais conforme estabelecido pelo Estatuto Social da Companhia. **9.3. Reserva de investimento e capital de giro:** Constituída por parcela variável de 5% a 75% do lucro líquido ajustado na forma da lei, observado o limite previsto no artigo 199 da Lei nº 6.404/76, com a finalidade de assegurar recursos para investimentos em bens do ativo permanente. **9.4. Reserva de ativos biológicos:** Em decorrência dos efeitos do reconhecimento a valor justo dos ativos biológicos, a Companhia, optou por constituir uma reserva de ativos biológicos, a qual é utilizada na absorção do saldo da avaliação dos ativos biológicos da Companhia por seu valor justo apurado no resultado, mas que ainda não foi realizado econômica e financeiramente. O valor a ser utilizado para a constituição da reserva de ativos biológicos será limitado ao saldo da conta de "Lucros ou Prejuízos Acumulados" após a constituição, se constituídas, das Reservas Legal, para Contingências, de Incentivos Fiscais e de Lucros a Realizar. A reserva de ativos biológicos será, pela destinação do resultado do exercício pelo que nele estiver contido, líquido dos efeitos tributários: (i) constituída em cada exercício, com receita da avaliação do valor justo dos ativos biológicos; (ii) revertida para Lucros ou Prejuízos Acumulados para contrapor a despesa na avaliação do valor justo dos ativos biológicos e; (iii) realizada pela exaustão do valor justo dos ativos biológicos contra o saldo em Lucros Acumulados. **9.5. Destinação dos lucros e dividendos:** Os dividendos representam a parcela de lucros auferidos pela Companhia, que é distribuído aos acionistas a título de remuneração do capital investido nos exercícios sociais. De acordo com Estatuto Social da Companhia, é atribuído aos acionistas a distribuição a título de dividendo mínimo obrigatório não inferior a 65% calculado sobre o lucro líquido ajustado na forma da lei e ajustado pela constituição, realização e reversão das Reservas de Ativos Biológicos e da Realização da conta de Ajustes de Avaliação Patrimonial.

Guaricana Reflorestadora S.A.		2021		2020	
Guaricana Reflorestadora S.A.					
(=) Lucro líquido do exercício em 2021					
(-) Constituição de reserva legal		132.772	(6.639)		
(-) Constituição da reserva de ativos biológicos		(111.853)			
(+) Realização da reserva de ativos biológicos		18.450			
(=) Lucro base para distribuição		32.730			
Dividendos intercalares distribuídos em 2021					
(-) Dividendos distribuídos com resultado do exercício	(32.730)				
(-) Dividendos distribuídos com reserva de lucros	(11.110)				
(=) Total de dividendos distribuídos		(43.840)			
(+) Realização da reserva de lucro		11.110			
(=) Lucro retido		—			
10. Receita de Vendas – A totalidade da receita de vendas da Companhia é oriunda de venda de madeira para a sócia Klabin S.A.					
		2021	2020		
Receita bruta de vendas		56.793	56.949		
Impostos sobre vendas		(3.237)	(3.224)		
Receita líquida de vendas		53.556	53.725		
Prática contábil: As receitas são registradas observando-se o princípio de competência do exercício/periodo. A principal receita da Companhia refere-se à venda de madeira. A receita é reconhecida quando o controle sobre os produtos é transferido, ou seja, no momento da entrega da madeira para os compradores. 11. Custo dos Produtos Vendidos – A custo dos produtos vendidos da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 32.074 (R\$ 40.702 em 31 de dezembro 2020), composto pela exaustão do ativo biológico (nota 6) e outros insumos para manutenção das atividades florestais. Prática contábil: As despesas são registradas observando-se o princípio de competência do exercício/periodo. 12. Gerenciamento de Riscos e Instrumentos Financeiros – A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender suas necessidades operacionais, bem como a reduzir a exposição a riscos financeiros, dos quais está exposta, de acordo com sua natureza dos negócios e estrutura operacional. As operações da Companhia são gerenciadas pela mesma e a administração desses riscos é efetuada por meio da definição de estratégias, políticas e estruturas de controles da referida sócia "Klabin S.A.". 12.1. Risco de mercado: O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços no mercado. A Companhia está exposta ao risco quanto a flutuação do CDI indexado em suas aplicações financeiras. O aumento (diminuição) da taxa de juros, se por um lado gera ganho (perda) nas aplicações financeiras, por outro, gera perdas (ganhos)					

Rating nacional AAA (bra)

	2021	2020
Rating nacional AAA (bra)	8.113	6.846
Total de recursos	8.113	6.846

12.3. Risco de liquidez: A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos pelo planejamento de sua liquidez financeira, garantindo que haja recursos disponíveis para o devido cumprimento de suas obrigações. Em 31 de dezembro de 2021 o saldo de caixa e equivalentes de caixa é suficiente para o cumprimento das obrigações registradas no balanço, bem como a Companhia conta com adiantamentos da controladora para fornecimento futuro de madeira, caso necessário. **12.4. Gestão de capital:** A estrutura de capital da Companhia é formada pelo saldo de caixa e equivalentes de caixa (Nota explicativa 3), e pelo saldo do patrimônio líquido (Nota explicativa 9), incluindo o saldo de capital emitido e todas as reservas constituídas. O índice de endividamento líquido sobre o patrimônio líquido da Companhia é composto da seguinte forma:

	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	8.113	6.846
Empréstimos e financiamentos	—	—
Endividamento líquido	8.113	6.846
Patrimônio líquido	422.487	333.555
Índice de endividamento líquido	0,02	0,02

12.5. Risco de crédito: A Companhia está sujeita ao risco de crédito quanto às aplicações financeiras mantidas no balanço. O controle ao risco corresponde na utilização de políticas para aprovação das operações que serão pactuadas, assim como o *rating* das instituições financeiras conforme a classificação da agência Fitch. Em 31 de dezembro de 2021 o saldo aplicado é mantido em instituições com *rating* nacional AAA (bra). **12.6. Instrumentos financeiros por**

categoria: A Companhia tem os seguintes instrumentos financeiros por categoria: **Custo amortizado**

	2021	2020
Ativo		
Caixa e equivalentes de caixa	8.113	6.846
Contas a receber de clientes (líquido de PPCE)	—	3.414
Outros Ativos	72	—
Total	8.185	10.260
Passivo		
Fornecedores	3.078	2.785
Outros Passivos	15	—
Total	3.093	2.785

Os saldos acima estão registrados pelos seus valores nominais acrescidos, quando aplicável, de encargos e taxas de juros contratuais, cuja apropriação das despesas e receitas é reconhecida ao resultado dos exercícios. **12.7. Análise de sensibilidade:** A Companhia apresenta a seguir o quadro de sensibilidade para os riscos de taxa de juros que está exposta considerando que os eventuais efeitos impactariam os resultados futuros tomando como base as exposições apresentadas em 31 de dezembro de 2021, sendo, os efeitos no patrimônio basicamente os mesmos do resultado. A Companhia tem aplicações financeiras atreladas a taxa de juros pós-fixada do CDI. Para efeito de análise de sensibilidade, a Companhia adotou a taxa vigente em data próxima da apresentação das referidas demonstrações financeiras, para a projeção do cenário I. Para o cenário II estas taxas foram corrigidas em 25% e para o cenário III em 50%.

Saldo	Cenário I		Cenário II		Cenário III	
	Ganho	Taxa (perda)	Ganho	Taxa (perda)	Ganho	Taxa (perda)
2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021
8.113	4,40%	357	5,50%	90	6,60%	180

Caixa e equivalentes de caixa (CDI)

	2021	2020
Efeito líquido no resultado financeiro	357	90

Conselho de Administração

José Tóti

Fabio Medeiros | Fernando Alberto Zamorano

Diretoria

José Valmir Calori – Diretor Presidente

Ricardo José Sartório – Diretor Financeiro

Contadora

Ana Paula Marzano Cerqueira – CRC 1SP 204.118/O-1

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Quotistas da **Sociedade de Propósito Específico – Guaricana Reflorestamento S.A.** São Paulo-SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Sociedade de Propósito Específico Guaricana Reflorestamento S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas

normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de

auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. São Paulo, 04 de março de 2022.

Ernst & Young
Audidores Independentes S.S. Rita de C. S. de Freitas
CRC 2SP 034.519/O-6 CRC 1SP 214.160/O-5

ITER TECNOLOGIA S.A. CNPJ: 17.286.802/0001-02				Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma		Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma	
Balanço patrimonial - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma							
	31/12/2021	31/12/2020		2021	2020	2021	2020
Ativo			Passivo e patrimônio líquido			Fluxos de caixa de atividades operacionais	
Circulante			Circulante			Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(831) 4.666
Caixa e equivalentes de caixa	5.030	2.107	Fornecedores	293	413	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	276
Contas a receber de clientes	4.751	2.368	Arrendamento de imóveis	292	16	Custo dos produtos vendidos	9.453 2.026
Estoques	4.487	148	Salários, encargos e contribuições sociais	2.483	68	Resultado de equivalência patrimonial	(36)
Impostos a recuperar	390		Obrigações tributárias	2.318	2.008	Participação nos resultados	1.964
Partes relacionadas	1.583		Outras contas a pagar	—	78	Depreciação e amortização	137 124
Outros créditos	4.520	7.206	Total do passivo circulante	5.386	2.583		
Total do ativo circulante	20.761	11.829	Não circulante				
Não circulante			Arrendamento de imóveis	69	6	(Acréscimo) decréscimo de ativos	(2.383) (843)
Imobilizados	835	181	Outras contas a pagar	2	2	Contas a receber de clientes	(666)
Direito de uso de arrendamento	343	26	Total do passivo não circulante	71	8	Impostos a recuperar	(14.588) (2.144)
Investimentos	1.028	196	Total do passivo	5.457	2.591	Estoques	(1.583) (6.660)
Total do ativo não circulante	2.206	403	Patrimônio líquido			Partes relacionadas	2.686 (6.660)
Total do ativo	22.967	12.232	Capital social	16.000	7.300	Outros ativos circulantes e não circulantes	(16.534) (9.647)
			Reservas de lucros	1.510	2.341		
			Total do patrimônio líquido	17.510	9.641	Acréscimo (decrécimo) de passivos	
			Total do passivo e do patrimônio líquido	22.967	12.232	Fornecedores	(120) 336
						Obrigações tributárias	1.341 797
						Salários, encargos e contribuições sociais	451 18
						Outros passivos circulantes e não circulantes	(78) (3.879)
							1.594 (2.728)
						Caixa aplicado nas atividades operacionais	(3.977) (5.559)
						Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(1.031)
						Pagamento de juros de arrendamento	(89) (28)
						Caixa aplicado nas atividades operacionais	(5.097) (5.587)
						Fluxos de caixa das atividades de investimento	
						Aquisição de investimentos, líquido de caixa adquirido	(196)
						Aquisição de imobilizado	(691) (786)
						Pagamento do principal de arrendamento	11 193
						Caixa aplicado nas atividades de investimento	(680) (789)
						Fluxos de caixa das atividades de financiamento	
						Aumento de capital social	8.700 7.200
						Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	8.700 7.200
						Aumento de caixa e equivalentes de caixa	2.923 824
						Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.107 1.283
						Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5.030 2.107
						Divulgação suplementar sobre as informações do fluxo de caixa	
						Atividades que não afetam o caixa	2021 2020
						Aumento de capital social em investida com ativos	(796)
						Encontro de contas a receber dos socios com dividendos a pagar	4.039

LATICÍNIOS SÃO JOÃO S.A.
CNPJ/MF nº 78.269.545/0001-95 - NIRE 42.300.046.833

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária (a ser realizada de modo exclusivamente digital)

1. Ficam convocados os Srs. Acionistas desta Companhia para se reunirem em AGE no dia 11/05/2022, às 8h00, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) a alteração do Artigo 2º, do Estatuto Social, para incluir novas atividades no objeto social da Companhia, quais sejam, "fabricação de alimentos para animais", "atividades relacionadas à organização do transporte de carga" e "armazéns gerais e depósito geral", (ii) a alteração do Artigo 3º do Estatuto Social para incluir a atividade econômica secundária de "fabricação de alimentos para animais" na filial 1 "Loja Agropecuária"; e as atividades econômicas secundárias de "atividades relacionadas à organização do transporte de carga" e "armazéns gerais e depósito geral" na Filia 9 "CD São Paulo"; e, (iii) autorização à administração da Companhia para praticar todos os atos necessários à consumação das deliberações ora tomadas; A Companhia não se responsabiliza por quaisquer problemas operacionais ou de conexão que os acionistas venham a enfrentar e outras situações que não estejam sobre o controle da Companhia. A Companhia solicita que os acionistas acessem o sistema eletrônico a ser disponibilizado para participação na AGE tendo em mãos o documento de identidade e comprovação de poderes. A Administração.

MPSC MINISTÉRIO PÚBLICO Santa Catarina

COORDENADORIA DE OPERAÇÕES ADMINISTRATIVAS

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO N. 20/2022/MP

O MPSC torna público que realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico n. 20/2022/MP. Início do acolhimento das propostas: **2-5-2022**, às 12h. Abertura das propostas: **11-5-2022**, às 12h. Sessão do pregão e horário da disputa dia **11-5-2022**, às **13h** no site: www.licitacoes-e.com.br. **OBJETO:** Aquisição de veículos, zero km, conforme especificações do edital.

EDITAL COMPLETO: À disposição dos interessados, na Rua Pedro Ivo, n. 231, Ed. Campos Salles, Centro, Florianópolis/SC, sala 804, no Setor de Licitações, no horário das 12h às 19h. Preço de cada folha impressa: R\$ 0,20 (vinte centavos), conforme previsão do art. 32, § 5º, da Lei n. 8.666/93. Editais disponíveis na *INTERNET*, no site www.mp.sc.br, e extrato no Diário Oficial Eletrônico do MPSC, sendo que os editais de Pregão Eletrônico constam também disponíveis no site www.licitacoes-e.com.br, do Banco do Brasil S.A. **BASE LEGAL:** Lei n. 8.666/93.

Florianópolis, 29 de abril de 2022.

PREGOIEIRO OFICIAL

... continuação

ao valor recuperável. **i. Arrendamento mercantil:** No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2). A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamentos operacionais das instalações dos armazéns e veículos na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo, deduzido dos créditos tributários do Pis e Cofins, recuperados sobre os pagamentos mensais dos arrendamentos e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente dos contratos. A Companhia não possui componente do custo com valores de pagamentos de arrendamento variáveis de acordo com atingimento de receitas. Os valores de pagamentos especificamente variáveis estão fora do alcance do CPC 06 (R2) e são reconhecidos mensalmente como despesas operacionais. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de juros incremental no arrendamento, que é definida como a taxa equivalente ao que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: • Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; • Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início; • Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e • O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A Companhia possui contratos relevantes junto à Controlada Martins Participações Ltda. (parte relacionada), com prazos de vencimentos anuais e que podem ser renovados anualmente. Considerando que tanto a Companhia quanto a parte relacionada não têm intenção de cancelar o contrato no curto prazo, a Administração, com base no planejamento estratégico que abrange um período de 5 (cinco) anos, estimou um prazo de vigência destes contratos por igual período, para efeito de cálculo do valor presente e depreciação do direito de uso. **Arrendamentos de curto prazo ou ativos subjacentes de baixo valor:** A Companhia não reconhece ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. **j. Provisões:** Reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados, é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser razoavelmente estimado na data das demonstrações financeiras. O valor reconhecido como provisão corresponde à melhor estimativa do pagamento necessário para liquidar a obrigação presente nas datas dos balanços, levando em consideração os riscos e as incertezas que cercam a obrigação. **k. Contratos com fornecedores:** A Companhia é parte em contratos de vendas comerciais firmados com seus fornecedores e clientes. A Companhia avalia se é o principal ou o agente para cada contrato e caso o contrato incluir mais de uma negociação, a Companhia segrega o principal para algumas obrigações previstas nos contratos e o agente para outras. Para os contratos nos quais a Companhia atua como agente, os valores a receber e a passar são reconhecidos no balanço, nas rubricas de Contratos com Fornecedores, tanto a receber quanto a repassar. **l. Demais ativos e passivos circulares e não circulares:** Os ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, dos dois o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. Os passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos de acordo com os contratos vigentes. **m. Dividendos e juros sobre o capital próprio:** A proposta de distribuição de dividendos, sobre os quais são imputados os juros sobre o capital próprio efetuados pela Administração da Companhia que estiverem dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, é registrada como passivo na rubrica "Dividendos e juros sobre o capital próprio" por ser considerada como uma obrigação estatutária da Companhia.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Caixa e Bancos	78.962	191
Aplicações Financeiras (i)	20.146	5.564
Saldo	99.108	5.755

(i) As aplicações financeiras são representadas por Certificados de Depósito Bancário – CDB's junto a bancos parceiros de primeira linha, remunerados às taxas que variam entre 95% a 105% (95% a 105% em 31 de dezembro de 2020) da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI. São prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitas a insignificante risco de mudança de valor. **6. Contas a receber**

	2021	2020
Contas a receber de clientes	45.315	40.072
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(123)	(118)
Saldo	45.192	39.954

a. Perdas estimadas para redução ao valor recuperável do contas a receber: A exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado e perdas por redução ao valor recuperável relacionadas ao "Contas a receber", está divulgada na nota explicativa 4.h. **Perdas de crédito esperadas para o contas a receber de clientes para clientes individuais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 por faixa de vencimento**

	2021	2020
A vencer	47.008	39.755
Vencido até 30 dias	806	186
Vencido até 60 dias	4	1
Vencido até 90 dias	25	1
Vencido até 180 dias	15	11
Vencido até 360 dias	38	(38)
Vencido acima de 360 dias	85	(85)
Total	47.981	(123)

(*) A Companhia possui histórico de perdas insignificante, e estima a provisão para perdas com base no histórico individual de seus clientes. O Contas a receber da Companhia tem baixa concentração e prazo médio de recebimento em torno de 48 dias (46 de 2020). A Companhia constituiu provisão para 100% da carteira vencida a partir de 181 dias, mesmo entendendo que possui uma taxa de recuperabilidade para este perfil de atraso. **7. Impostos a recuperar**

	2021	2020
Tributos Federais a Recuperar	915	5.236
ICMS a Recuperar	358	1
Total	1.273	5.237

Curto Prazo
Longo Prazo (i)

	2021	2020
(i) O valor valor de impostos a recuperar de longo prazo refere-se exclusivamente a ICMS sobre aquisições de ativo imobilizado, recuperáveis no prazo máximo de 48 meses. 8. Partes relacionadas – a. Remuneração dos membros da Diretoria: A remuneração dos diretores para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 pode ser assim representada:	12.070	220
Honorários da Diretoria (i)	12.070	220

(i) A partir da aquisição de 2021, os honorários da diretoria contemplam os benefícios de curto prazo a empregados e administradores da Beauty Holding S.A., empresa que foi incorporada em 31/12/2021. A Companhia não concede benefícios pós-emprego e benefícios de rescisão de contrato de trabalho. Até 31 de dezembro de 2021 não foi registrado nenhum benefício de longo prazo (benefício pós-emprego e rescisão de contrato de trabalho). De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, estabelecer o montante global da remuneração anual do Conselho de Administração e da Diretoria. **b. Transações com partes relacionadas:** A Companhia é parte em transações com partes relacionadas, as quais estão de acordo com termos contratuais definidos entre as partes, e não podem ser comparadas à transações com terceiros. Destacamos abaixo as transações realizadas durante os exercícios de 2021 e 2020:

Natureza	Contra-parte	Resultado	
		Ativos	Passivos
Contrato de arrendamento de imóvel	FQA Participações e Investimentos Ltda.	11.317	11.497 (1.130)
Contrato de arrendamento de máquina	Gran Coffee Com., Locação e Serv. S.A.	-	(2)
Consultoria	Empresarial e Trein. Ltda. Gestão e Transformação	-	(250)
Consultoria (i)	Consultoria S/A	-	(1.010)

(i) O montante representado não considera R\$1.849 referente à serviços prestados para Beauty Holding S.A., incorporada em 31/12/2021, pois não gerou impacto nos resultados do exercício da Companhia. **9. Direito de uso e arrendamento mercantil – a. Ativo de direito de uso:** Os saldos dos ativos de direito de uso e suas respectivas movimentações estão apresentados a seguir:

	Edificações	Máquinas e Equipamentos	Total
Em 1 de janeiro de 2020	-	-	-
Despesa de amortização	-	(296)	(296)
Adição de novos contratos	-	1.116	1.116
Remensuração	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2020	-	820	820
Despesa de amortização	(701)	(363)	(1.064)
Adição de novos contratos	12.017	-	12.017
Contratos incorporados, líquidos	271	-	271
Remensuração	-	46	46
Em 31 de dezembro de 2021	11.587	503	12.090

b. Passivo de arrendamento mercantil: Saldos de passivos de arrendamento mercantil estão apresentados a seguir:

	2021	2020
Em 1 de janeiro de 2020	-	-
Adição de novos contratos	1.116	-
Arrendamento mercantil	(245)	-
Outras (Doações, etc.)	(39)	-
Exclusões Permanentes	39	-
Subvenção	871	152
JSCP	46	527
Deduções legais	12.017	24
PAT	(577)	85
Resultado do período	(450)	(12.277)
Alíquota efetiva %	30,2%	32,1%

16. Patrimônio líquido – a. Capital social: Em 31 de dezembro de 2021, o capital social da Companhia, no montante de R\$ 168.705 está representado por 125.996 ações ordinárias sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2020, o capital social era representado por 80.000 cotas, no montante de R\$16.000. Conforme descrito na Nota Explicativa 1, em 5 de março de 2021 a Companhia passou de uma Sociedade por cotas de responsabilidade limitada para uma sociedade anônima, convertendo assim suas cotas em ações não nominais. Em 29 de abril de 2021, a Companhia aumentou seu capital em R\$24.194, passando de R\$16.000 para R\$40.194, por meio da capitalização de R\$3.000 da reserva de lucros, e R\$21.194 da rubrica de lucros acumulados. Em 30 de abril de 2021, a Companhia emitiu 6.948 novas ações pelo valor de R\$13.000, passando de 80.000 ações para 86.948 ações, e aumentando o capital de R\$40.194 para R\$53.194. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia realizou a incorporação reversa de sua Controladora, Beauty Holding S.A., aumentando seu Patrimônio com o acervo líquido da mesma, que naquela data representava R\$115.511, dos quais R\$73.064 foi capitalizado por meio da emissão de 39.048 novas ações, com a representação de seu capital passando de 86.948 ações para 125.996 ações, e o saldo remanescente de R\$42.447 registrado em reserva de capital. **b. Reserva legal:** A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital. **c. Reserva de lucros – Subvenção para investimento:** A constituição de reserva de subvenção para investimento escriturada em conta de Reservas de Lucros de incentivo fiscal foi realizada para cumprir as exigências da

	Máquinas e Equipamentos	Veículos	Móveis e Utensílios	Benfeitorias em Imóveis de 3os	Equip. de Com. e Informática	Total
Custo	329	324	590	7	948	2.198
Depreciação acumulada	(227)	(230)	(421)	-	(620)	(1.498)
Saldo líquido em 31/12/2019	102	94	169	7	328	700
Adições	13	-	-	-	58	71
Baixas	(138)	(283)	(1)	-	(59)	(481)
Depreciação	(28)	(41)	(55)	-	(99)	(223)
Baixas Depreciação	113	230	1	-	52	396
Custo	204	41	589	7	947	1.788
Depreciação acumulada	(142)	(41)	(475)	-	(667)	(1.325)
Saldo líquido em 31/12/2020	62	-	114	7	280	463
Adições	2.321	-	32	348	353	3.054
Baixas	(2)	-	(5)	-	(57)	(64)
Depreciação	(19)	-	(54)	-	(113)	(186)
Baixas Depreciação	1	-	5	-	58	64
Ativos incorporados	-	-	16	270	204	490
Depreciação incorporada	-	-	(1)	(23)	(49)	(73)
Custo	2.523	41	632	625	1.447	5.268
Depreciação acumulada	(160)	(41)	(525)	(23)	(771)	(1.520)
Saldo líquido em 31/12/2021	2.363	-	107	602	676	3.748
Taxa média de depreciação	20%	20%	10%	10%	20%	-

11. Intangível – O saldo dos ativos intangíveis e suas respectivas movimentações em 2021 e 2020 estão abaixo representadas:

	Sistemas de Computação	Carteira de Marcas e Clientes	Patentes	Total
Custo	260	-	-	260
Amortização acumulada	(193)	-	-	(193)
Saldo líquido em 31/12/2019	67	-	-	67
Adições	136	-	-	136
Amortização	(30)	-	-	(30)
Custo	396	-	-	396
Amortização acumulada	(223)	-	-	(223)
Saldo líquido em 31/12/2020	173	-	-	173
Adições	1.752	-	-	1.752
Baixas	(6)	-	-	(6)
Amortização	(41)	-	-	(41)
Ativos incorporados	136	22.634	6.391	29.161
Amortização incorporada	(17)	(1.078)	(852)	(1.947)
Custo	2.278	22.634	6.391	31.303
Amortização acumulada	(281)	(1.078)	(852)	(2.211)
Saldo líquido em 31/12/2021	1.997	21.556	5.539	29.092

12. Fornecedores

	2021	2020
Fornecedores de mercadorias para revenda	8.092	8.611
Outros fornecedores	945	648
Saldo	9.037	9.259

O prazo médio de pagamentos para os fornecedores de mercadorias era de 13 dias em 31 de dezembro de 2021 (15 em 31 de dezembro de 2020). **13. Impostos e contribuições a recolher**

	2021	2020
ICMS	1.763	2.440
IPI	-	1
PIS e COFINS	238	669
Imposto de Renda e Contribuição Social (i)	238	2.832
Outros	51	14
Total	2.290	5.956

(i) Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia apresentou menor lucro tributável que no mesmo período do ano anterior em função dos custos administrativos provenientes da Beauty Holding S.A. **14. Salários, encargos e benefícios sociais**

	2021	2020
Salários e pró-labore a pagar	905	636
Encargos sobre folha	1.306	622
Provisão para férias e encargos relacionados	1.117	607
Provisão para bônus e premiações	9.638	-
Outros passivos trabalhistas	2	13
Total	12.968	1.878

15. Imposto de renda e contribuição social – a. Imposto de renda e contribuição social diferidos: Em conformidade com os requerimentos do pronunciamento técnico CPC 32 – Tributos sobre o Lucro foram constituídos IRPJ e CSLL diferidos, provenientes basicamente de diferenças temporárias. Os débitos e créditos tributários foram constituídos tendo em vista que a Companhia projetou resultados tributáveis futuros, os quais demonstram que tais valores serão recuperados nos próximos exercícios, conforme demonstrado a seguir:

	2021	2020
2022	3.922	-
2023	3.922	-
2024	3.922	-
2025	3.922	-
Acima de 2025	2.842	-
Total	18.530	-

Como a base tributável do IRPJ e da CSLL decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa de utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia. O ativo registrado limita-se aos valores cuja compensação é amparada por projeções para os próximos dez anos de lucros tributáveis. Considera-se também que a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL é limitada a 30% do lucro anual antes do IRPJ, determinado de acordo com a legislação fiscal brasileira. **b. Conciliação da despesa efetiva de imposto de renda e contribuição social:** De acordo com a legislação fiscal vigente, os registros contábeis e fiscais do imposto de renda e da contribuição social dos últimos cinco exercícios encontram-se abertos para uma eventual fiscalização por parte das autoridades fiscais. Outros impostos e contribuições sociais permanecem sujeitos à revisão e aprovação pelos órgãos competentes por períodos variáveis de tempo.

	2021	2020
Lucro antes dos impostos	16.213	38.269
Alíquota Nominal	34%	34%
Despesa IR/CS nominal	(5.512)	(13.011)
Adições Permanentes	-	-
Superveniência	(1.547)	-
Arrendamento mercantil	(62)	-
Outras (Doações, etc.)	(21)	-
Exclusões Permanentes	-	-
Subvenção	1.972	152
JSCP	158	527
Deduções legais	24	24
PAT	85	31
Resultado do período	(4.903)	(12.277)
Alíquota efetiva %	30,2%	32,1%

16. Patrimônio líquido – a. Capital social: Em 31 de dezembro de 2021, o capital social da Companhia, no montante de R\$ 168.705 está representado por 125.996 ações ordinárias sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2020, o capital social era representado por 80.000 cotas, no montante de R\$16.000. Conforme descrito na Nota Explicativa 1, em 5 de março de 2021 a Companhia passou de uma Sociedade por cotas de responsabilidade limitada para uma sociedade anônima, convertendo assim suas cotas em ações não nominais. Em 29 de abril de 2021, a Companhia aumentou seu capital em R\$24.194, passando de R\$16.000 para R\$40.194, por meio da capitalização de R\$3.000 da reserva de lucros, e R\$21.194 da rubrica de lucros acumulados. Em 30 de abril de 2021, a Companhia emitiu 6.948 novas ações pelo valor de R\$13.000, passando de 80.000 ações para 86.948 ações, e aumentando o capital de R\$40.194 para R\$53.194. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia realizou a incorporação reversa de sua Controladora, Beauty Holding S.A., aumentando seu Patrimônio com o acervo líquido da mesma, que naquela data representava R\$115.511, dos quais R\$73.064 foi capitalizado por meio da emissão de 39.048 novas ações, com a representação de seu capital passando de 86.948 ações para 125.996 ações, e o saldo remanescente de R\$42.447 registrado em reserva de capital. **b. Reserva legal:** A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital. **c. Reserva de lucros – Subvenção para investimento:** A constituição de reserva de subvenção para investimento escriturada em conta de Reservas de Lucros de incentivo fiscal foi realizada para cumprir as exigências da

	2021	2020
Receita Bruta de Vendas	363.307	316.513
Devoluções	(7.411)	(3.509)
Impostos sobre vendas	(63.933)	(30.211)
Saldo	291.963	282.793

18. Despesas por natureza

	2021	2020
Despesas Comerciais	21.331	28.127
Despesas com Pessoal	10.889	9.858
Verbas Comerciais (i)	4.877	13.188
Despesas com consultorias	2.838	2.658
Despesas com Transportes	2.185	1.769
Outras despesas comerciais	542	654
Gerais e administrativas	38.590	15.871
Despesas com Pessoal	20.945	4.600
Despesas com fretes e carretos	7.490	6.961
Despesas com consultorias	5.906	823
Depreciação e amortização	1.054	326
Despesas de ocupação	943	1.531
Material de Embalagem	822	384
Despesas de TI	810	681
Outras despesas	620	565
Outros (receitas) despesas operacionais, líquidas	(4.302)	(9.132)
Verbas Comerciais (i)	(10.133)	(5.579)
Outras receitas	(6)	(144)
Créditos Tributários extemporâneos	-	(3.625)
Baixa de avarias	278	216
Despesas com consultorias	1.010	-
Pagamentos de superveniências (ii)	4.549	-

(i) A Companhia possui diversos acordos com seus fornecedores e clientes relacionados a verbas comerciais, as quais são substancialmente utilizadas como incentivos para aumento de vendas de linhas de produtos, desenvolvimento de regiões, etc. Conforme a modalidade de dessas verbas recebidas e/ou pagas, os valores são reconhecidos como custo (CMV), despesas comerciais, outras despesas operacionais e resultado financeiro. (ii) No processo de compra e venda

CENTRAL EÓLICA CACIMBAS S.A.
CNPJ nº 13.389.543/0001-94 | NIRE Nº 42.3 00042692

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da Central Eólica Cacimbas S.A. (Cacimbas ou Companhia) tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31.12.2021. As informações estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

1. Perfil Institucional

A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) que detém autorização outorgada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para explorar a Central Eólica Cacimbas (Parque Eólico ou Usina), com potência instalada de 18,9 MW e capacidade comercial de 10,2 MW médio, em operação comercial desde janeiro de 2017. A Usina está localizada no município de Trairi, estado do Ceará (CE).

Cacimbas não tem empregados e sua administração é realizada pela controladora indireta ENGIE Brasil Energia S.A., que cobra os seus honorários mediante contrato de prestação de serviços e reembolso das despesas com o pessoal diretamente alocado na Usina.

2. Controle Acionário

A totalidade do capital social de Cacimbas pertence à Energias Eólicas do Ceará S.A. (EEC), uma holding controlada pela ENGIE Brasil Energias Complementares Participações Ltda., que por sua vez é uma controlada da ENGIE Brasil Energia, uma plataforma de investimento em infraestrutura em energia sediada em Florianópolis, atuante nas atividades de geração, comercialização, trading e transmissão de energia. Atua ainda no segmento de transporte de gás, por meio de participação na Transportadora Associada de Gás S.A. – TAG, em conjunto com outros sócios.

3. Ambiente Macroeconômico

O segundo ano da pandemia da Covid-19 foi, em linhas gerais, marcado pela recuperação

do crescimento econômico e alta inflação – uma constante observada no Brasil e no mundo. O Produto Interno Bruto (PIB) teve crescimento de 4,6%, a alta praticamente compensa o decréscimo de 4,1% observado em 2020.

A atividade econômica brasileira iniciou uma recuperação, ainda que ligeiramente abaixo da esperada. A inflação elevada, com pior resultado desde 2015, gerou impacto sobre o crescimento, com a deterioração do poder de compra das famílias. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) apresentou variação de 10,1%, enquanto o Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC) registrou, no acumulado do ano, 10,2%.

As incertezas trazidas pela pandemia e seus desdobramentos também influenciaram o mercado financeiro. A taxa básica de juros (Selic) atingiu 9,2%, alta de 7,2 p.p. no exercício de 2021, enquanto o dólar (Ptax) bateu a marca de R\$ 5,58 – a moeda americana estava cotada em R\$ 5,19 ao fim de 2020.

4. Desempenho Operacional

Em 2021, a geração total bruta de Cacimbas alcançou 78,5 GWh, 7,5% superior à geração verificada em 2020, que foi de 73,0 GWh.

O índice de disponibilidade, considerando-se as paradas programadas, atingido no ano em análise foi de 85,8%, 9,0 p.p. inferior ao verificado em 2020, que foi de 94,8%.

5. Desempenho Econômico-financeiro

a) Principais indicadores (expressos em milhares de reais)

Indicadores de resultado	2021	2020	Variação %
Receita operacional líquida	17.426	15.844	10,0
Lucro bruto	8.664	7.838	10,5
Margem bruta	49,7%	49,5%	0,2 p.p.
Resultado do serviço (Ebit)	8.492	7.634	11,2

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	Nota	31.12.2021	31.12.2020
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	13	17.426	15.844
CUSTOS DA ENERGIA VENDIDA			
Depreciação e amortização	7/11	(4.016)	(4.013)
Serviços de terceiros		(2.597)	(2.240)
Encargos de uso da rede elétrica e de conexão		(650)	(606)
Energia elétrica comprada para revenda		(305)	(411)
Outros		(1.194)	(736)
		(8.762)	(8.006)
LUCRO BRUTO		8.664	7.838
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas		(160)	(159)
Outras despesas operacionais, líquidas		(12)	(45)
		(172)	(204)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		8.492	7.634

	Nota	31.12.2021	31.12.2020
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS			
Renda de aplicações financeiras		403	254
Juros sobre depósitos vinculados		97	52
Juros e variação monetária sobre financiamento	10	(4.048)	(3.893)
Juros sobre arrendamentos	11	(273)	(278)
Juros sobre provisão para descomissionamento		(653)	(296)
Outras (despesas) receitas financeiras, líquidas		20	(105)
		(4.454)	(4.266)
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		4.038	3.368
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	14	(697)	(584)
		3.341	2.784

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	Nota	Reservas de lucros				Total
		Capital Social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros Acumulados	
Saldos em 31.12.2019		27.984	722	12.349	-	41.055
Lucro líquido do exercício		-	-	-	2.784	2.784
Destinações propostas à AGO:						
- Reserva legal		-	139	-	(139)	-
- Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(264)	(264)
- Reserva de retenção de lucros		-	-	2.381	(2.381)	-
Saldos em 31.12.2020	12	27.984	861	14.730	-	43.575
Aumento de capital		33.800	-	-	-	33.800
Lucro líquido do exercício		-	-	-	3.341	3.341
Destinações propostas à AGO:						
- Reserva legal		-	167	-	(167)	-
- Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(317)	(317)
- Reserva de retenção de lucros		-	-	2.857	(2.857)	-
Saldos em 31.12.2021	12	61.784	1.028	17.587	-	80.399

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

b) Imobilizado

É registrado ao custo de aquisição ou construção. Os juros e os demais encargos financeiros do financiamento, no período em que o imobilizado estava em construção, foram computados como custo do respectivo imobilizado. O valor presente do custo esperado para desmobilização de um ativo após seu uso, quando aplicável, é incluído no custo do respectivo ativo.

Os custos dos ativos imobilizados são deduzidos da depreciação acumulada, a qual é calculada pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas dos bens.

c) Avaliação do valor de recuperação do imobilizado – Impairment

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, os bens do ativo imobilizado com a finalidade de identificar evidências que possam levar a perdas de valores não recuperáveis das respectivas unidades geradoras de caixa, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa provisão para perda (*impairment*) é reconhecida no resultado do exercício.

d) Direito de uso de arrendamento

Os direitos de uso de arrendamentos, inicialmente, compreendem o passivo de arrendamento acrescido dos pagamentos antecipados. Esses ativos são depreciados com base na vigência dos contratos de arrendamento e avaliados no que se refere a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*). Adicionalmente, são ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento.

e) Arrendamentos a pagar

Os arrendamentos a pagar são inicialmente mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos futuros, descontado pela taxa incremental de financiamento. Posteriormente, o passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva e remensurado (com correspondente ajuste no direto de uso relacionado) quando há alteração nos pagamentos futuros motivada por atualizações monetárias ou alteração nas taxas de desconto. Adicionalmente, a Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamentos de curto prazo, ou seja, arrendamentos de ativos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início, e de ativos de baixo valor individual, os quais são reconhecidos como despesa ao longo do prazo do arrendamento.

f) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados de acordo com as bases tributárias, considerando as normas e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações contábeis.

g) Provisão para desmobilização

Os custos de desmobilização da Usina são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para cumprir a obrigação, utilizando fluxos de caixa esperados, com base na melhor estimativa na data de reporte, e são reconhecidos em contrapartida dos custos do correspondente ativo. A atualização financeira da provisão é reconhecida na demonstração do resultado conforme incorrido. A provisão é revisada anualmente e quaisquer ajustes de estimativa são efetuados em contrapartida do custo do ativo.

h) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição. Os demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridos.

i) Transações entre partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, as quais são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

j) Receita de contrato com cliente

A receita é mensurada com base na contraprestação precificada no contrato com o cliente, pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos incidentes sobre ela.

Ebitda (Lajida)	12.508	11.647	7,4
Margem Ebitda (Lajida)	71,8%	73,5%	(1,7) p.p.
Resultado financeiro	(4.454)	(4.266)	4,4
Lucro líquido do exercício	3.341	2.784	20,0

b) Comentários sobre o desempenho econômico-financeiro

O aumento do EBITDA reflete substancialmente o aumento dos preços de energia ocorrido no ano de 2021. O lucro seguiu os mesmos efeitos, atenuado por uma maior despesa financeira.

6. Direitos dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária tem direito de voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária; de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 10% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades Anônimas; de fiscalizar a administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

7. Serviços de Auditoria

A Companhia informa que os auditores independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, não prestaram serviços não relacionados à auditoria independente em 2021.

8. Agradecimentos

A Administração de Cacimbas agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e todos aqueles que contribuíram para o desempenho da Companhia no ano de 2021. A Administração

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	31.12.2021	31.12.2020
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	3.341	2.784
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	3.341	2.784

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO) PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	31.12.2021	31.12.2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais	4.038	3.368
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		
Conciliação do lucro com o caixa gerado nas operações:		
Depreciação e amortização	4.016	4.013
Juros e variação monetária sobre financiamento	4.048	3.893
Juros sobre depósitos vinculados	(97)	(52)
Juros sobre arrendamentos	273	278
Juros sobre provisão para descomissionamento	653	296
Outros	(31)	49
Lucro antes dos tributos ajustado	12.900	11.845
Aumento nos ativos		
Contas a receber de clientes	1.890	188
Créditos fiscais a recuperar	(92)	136
Outros ativos	(4)	453
Aumento nos passivos		
Fornecedores	(90)	(399)
Ressarcimentos às distribuidoras	3.029	3.137
Outros passivos	99	(171)
Caixa gerado pelas operações	17.732	15.189
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(613)	(634)
Pagamento de juros sobre financiamento	(2.069)	(1.910)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	15.050	12.645
Atividades de investimento		
Aplicação no imobilizado	(296)	(38)
Caixa líquido das atividades de investimento	(296)	(38)
Atividades de financiamento		
Financiamento pago	(55.740)	(2.103)
Aumento de capital	33.800	-
Dividendos pagos	-	(1.372)
Depósitos vinculados ao serviço da dívida	26	69
Arrendamentos pagos	(311)	(295)
Caixa líquido das atividades de financiamento	(22.225)	(3.701)
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	(7.471)	8.906
Conciliação do caixa e equivalentes de caixa		
Saldo inicial	16.606	7.700
Saldo final	9.135	16.606
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	(7.471)	8.906
Transações que não envolveram o caixa e equivalentes de caixa		
Fornecedores de imobilizado	-	1
Compensação de imposto de renda e contribuição social	92	60

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

A receita é reconhecida conforme os contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida mensalmente, dado que o cliente simultaneamente recebe e consome os benefícios fornecidos pela Companhia, consequentemente, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que a energia é efetivamente entregue ao cliente.

k) Operações controladas em conjunto

Os ativos, passivos, receitas e despesas relativas à participação nos Consórcios Trairi e Falsa-Trairi são reconhecidos diretamente nas demonstrações contábeis da Companhia, não se fazendo necessário, portanto, nenhum procedimento de consolidação dessas operações.

l) Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas

Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações contábeis. Para apurar essas estimativas, a Administração utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando, ainda, pressupostos relativos a eventos futuros.

As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas relativas, principalmente, à definição de vida útil do ativo imobilizado.

m) Novas normas, alterações e interpretações

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu revisões às normas existentes, aplicáveis a partir de 01.01.2021. A relação destas revisões aplicáveis e adotadas pela Companhia e respectivos impactos é apresentada a seguir:

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº17 17 Pronunciamentos Técnicos CPC 06 (R2) – Arrendamentos, CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidênciação e CPC 48 – Instrumentos financeiros.	11.02.2021	01.01.2021	Sem impactos relevantes
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 18 Pronunciamentos Técnicos CPC 06 (R2) – Arrendamentos - Benefícios relacionados à Covid-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento – prorrogação.	11.06.2021	Vigência estabelecida pelos órgãos reguladores que o aprovarem.	Sem impactos relevantes

n) Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes
A partir de 01.01.2022, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia:

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação (Brasil)/ Status	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 19 CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, CPC 27 – Ativo imobilizado, CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade e CPC 48 – Instrumentos financeiros.	01.10.2021	01.01.2022	Sem impactos relevantes
Pronunciamento Técnico CPC nº 50 Este Pronunciamento vem substituir a norma atualmente vigente sobre Contratos de seguro (CPC 11).	07.05.2021	01.01.2023	Não aplicável à Companhia

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2021	31.12.2020
Caixa e depósitos bancários à vista	809	847
Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa	8.326	15.759
	9.135	16.606

A Companhia é participante do Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa de sua controladora indireta, ENGIE Brasil Energia, concentrando suas aplicações financeiras neste fundo. As operações realizadas pelo fundo possuem liquidez imediata, são remuneradas pela Selic e estão lastreadas em títulos públicos federais.

NOTA 5 - CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	31.12.2021	31.12.2020
Distribuidoras	2.909	2.791
Transações realizadas na CCEE	51	2.018
ENGIE Brasil Energia Comercializadora Ltda ("EBC")	22	32
	2.982	4.841

Os saldos a receber de distribuidoras são recebidos em parcelas iguais em 20, 30 e 45 dias do mês subsequente ao mês de suprimento, enquanto os valores faturados mensalmente à CCEE são recebidos em aproximadamente 45 dias. Não havia valores vencidos em 31.12.2021 e 31.12.2020.

NOTA 6 - DEPÓSITOS VINCULADOS

Em 31.12.2021, a Companhia mantinha R\$ 2.530 (R\$ 2.460 em 31.12.2020) relativos a garantias vinculadas ao contrato de financiamento. Essas garantias visam assegurar o pagamento dos serviços de dívida com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), bem como das despesas de operação e manutenção, e são constituídas pelo montante equivalente a 3 meses do serviço da dívida e das despesas contratuais de operação e de manutenção, respectivamente. Com o pagamento antecipado do financiamento e a emissão do termo de quitação pelo BNDES em 29.12.2021, os depósitos relacionados ao contrato serão sacados no próximo exercício.

NOTA 7 - IMOBILIZADO

a) Composição

	Taxa média de depreciação	31.12.2021		31.12.2020	
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Edificações e benfeitorias	3,33%	3.307	(556)	2.751	2.863
Máquinas e equipamentos	3,81%	99.584	(20.114)	79.470	83.174
Outros	6,30%	1	-	1	-
		102.892	(20.670)	82.222	86.037
Em curso		229	-	229	19
		103.121	(20.670)	82.451	86.056

b) Mutação do ativo imobilizado

	Edificações e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Outros	Em curso	Total
Saldos em 31.12.2019	2.973	86.935	-	7	89.915
Ingressos	-	-	-	37	37
Transferências	-	25	-	(25)	-
Depreciação	(110)	(3.786)	-	-	(3.896)
Saldos em 31.12.2020	2.863	83.174	-	19	86.056
Ingressos	-	-	-	310	310
Baixas	-	(13)	-	-	(13)
Transferências	-	-	1	(100)	-
Depreciação	(112)	(3.790)	-	-	(3.902)
Saldos em 31.12.2021	2.751	79.470	1	229	82.451

c) Provisão para desmobilização

A Companhia mantém reconhecido em seu imobilizado a provisão dos custos decorrentes da desmobilização de seu parque eólico, com base no valor presente dos fluxos de caixa esperados para o cumprimento da obrigação de retirada dos ativos e de restauração do local ao final do prazo de autorização. A taxa real de desconto utilizada para o cálculo do valor presente foi de 3,59%, baseado nas taxas de títulos públicos com vencimento similar ao do término das autorizações. O saldo da provisão para desmobilização registrada no passivo não circulante em 31.12.2021 era de R\$ 6.625 (R\$ 5.972 em 31.12.2020).

d) Autorização do Órgão Regulador

A Companhia é detentora de autorização para exploração da Central Eólica Cacimbas pelo prazo de 30 anos, a contar da data de 21.12.2016.

NOTA 8 - FORNECEDORES

	31.12.2021	31.12.2020
Fornecedores de imobilizado	225	225
Fornecedores de materiais e serviços	126	214
Encargos de uso da rede elétrica	57	51
Energia elétrica comprada para revenda	22	29
	430	519

NOTA 9 - GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, segue integralmente as regras do Fórum de Gerenciamento de Riscos da ENGIE Brasil Energia, sua controladora indireta. Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um destes fatores de risco:

a) Risco de crédito

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as vendas de energia e as aplicações financeiras.

Nas operações de venda de energia, a Companhia minimiza o seu risco de crédito por meio da utilização de um mecanismo de constituição de garantias envolvendo os recebíveis de seus clientes.

No que tange à aplicação no mercado financeiro, os recursos disponíveis da Companhia são alocados em um Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa, o qual tem como

política a alocação de seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco. Em 31.12.2021, esse fundo possuía 100% de sua carteira em ativos com risco de crédito do Governo Brasileiro, todos com liquidez diária. De acordo com o planejamento financeiro da Companhia, os recursos desse fundo serão utilizados no curto prazo, reduzindo substancialmente o risco de quaisquer efeitos significativos nos seus rendimentos, em decorrência de eventual redução da taxa básica de juros da economia brasileira.

b) Risco de liquidez

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada anualmente com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

c) Categoria dos instrumentos financeiros

	31.12.2021	31.12.2020
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Aplicações financeiras	8.326	15.759
Custo amortizado		
Caixa e depósitos bancários à vista	809	847
Contas a receber de clientes	2.982	4.841
Depósitos vinculados	2.530	2.460
	14.647	23.907
Passivos financeiros		
Custo amortizado		
Ressarcimentos às distribuidoras	8.984	5.955
Fornecedores	430	519
Financiamento	-	53.881
	9.414	60.355

As aplicações financeiras estão avaliadas pelos preços cotados em mercado ativo (Nível 1).

NOTA 10 - FINANCIAMENTO

a) Em julho de 2021, a Companhia realizou o pagamento antecipado do financiamento com o BNDES, no valor total de R\$ 53.175, deste montante, R\$ 52.237 referia-se a principal e R\$ 937 a juros e comissões. O vencimento original era maio de 2033.

b) Mutação do financiamento

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31.12.2019	4.174	49.707	53.881
Juros e variação monetária	3.893	-	3.893
Transferências	422	(422)	-
Amortização do principal	(2.103)	-	(2.103)
Pagamento dos juros	(1.910)	-	(1.910)
Saldos em 31.12.2020	4.476	49.285	53.761
Juros e variação monetária	4.048	-	4.048
Transferências	49.285	(49.285)	-
Amortização do principal	(55.740)	-	(55.740)
Pagamento dos juros	(2.069)	-	(2.069)
Saldos em 31.12.2021	-	-	-

NOTA 11 - OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO

A Companhia identificou o contrato de arrendamento do terreno no qual está instalado o seu parque eólico, cuja vigência é até 2047.

a) Direito de uso de arrendamento

	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31.12.2019	311	2.546	2.857
Depreciação	-	(102)	(102)
Saldo em 31.12.2020	316	2.524	2.840
Remensuração	(24)	(86)	(110)
Juros	273	-	273
Transferência	38	(38)	-
Amortizações	(311)	-	(311)
Saldos em 31.12.2021	292	2.400	2.692

b) Arrendamentos a pagar

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31.12.2019	311	2.546	2.857
Juros	278	-	278
Transferência	22	(22)	-
Amortizações	(295)	-	(295)
Saldos em 31.12.2020	316	2.524	2.840
Remensuração	(24)	(86)	(110)
Juros	273	-	273
Transferência	38	(38)	-
Amortizações	(311)	-	(311)
Saldos em 31.12.2021	292	2.400	2.692

Os arrendamentos a pagar foram mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos futuros. A taxa de desconto utilizada para cálculo do valor presente foi de 10,36% e representa a taxa incremental de financiamento.

c) Vencimentos dos arrendamentos a pagar apresentados no passivo não circulante

	31.12.2021
2023	249
2024	225
2025	204
2026	185
2027	168
2028 a 2032	629
2033 a 2037	385
2038 a 2047	355
Arrendamentos a pagar	2.400

NOTA 12 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Durante o ano de 2021, o capital social da Companhia aumentou em R\$ 33.800, passando de R\$ 27.984 em 31.12.2020 para R\$ 61.784 em 31.12.2021, representado por 61.784.260 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, das quais 61.784.259 pertencem à controladora Energias Eólicas do Ceará S.A. ("EEC") e 1 pertence à ENGIE Brasil Energia S.A. A EEC é controlada pela ENGIE Brasil Energias Complementares Participações Ltda.

("ECP"), que, por sua vez, é controlada pela ENGIE Brasil Energia S.A.

b) Reservas de lucros e dividendos mínimos obrigatórios

A Companhia constituiu reserva legal correspondente a 5% do lucro líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios correspondem a 10% do lucro líquido ajustado.

NOTA 13 - CONCILIAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada nas demonstrações dos resultados.

	31.12.2021	31.12.2020
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Suprimento e fornecimento de energia elétrica	17.729	15.936
ENGIE Brasil Energia Comercializadora Ltda ("EBC")	287	94
Transações no mercado de curto prazo	70	413
	18.086	16.443

DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL

	31.12.2021	31.12.2020
PIS e Cofins	(660)	(599)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	17.426	15.844

Em 2021, as receitas auferidas às distribuidoras foram reduzidas pelo reconhecimento de R\$ 2.918 (R\$ 3.902 em 31.12.2020), relativos ao mecanismo de ressarcimento previsto nos contratos de energia elétrica firmados no ACR, líquidos de PIS e Cofins. Tal reconhecimento foi feito em contrapartida da rubrica "Ressarcimentos às distribuidoras", a qual, em 31.12.2021, apresentava saldo de R\$ 2.586 (R\$ 1.942 em 31.12.2020) no passivo circulante e R\$ 6.398 (R\$ 1.905 em 31.12.2020) no passivo não circulante.

NOTA 14 - CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS NO RESULTADO

	31.12.2021		31.12.2020	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Receita operacional bruta	18.086	18.086	16.443	16.443
% de presunção do lucro	8%	12%	8%	12%
Lucro presumido sobre receita operacional	1.447	2.170	1.315	1.973
Receita financeira	531	531	297	297
Outros	1	-	3	-
Base de cálculo	1.979	2.701	1.615	2.270
Aliquotas	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social	(495)	(243)	(404)	(204)
Outros	17	-	-	-
Adicional de 10% sobre lucro até R\$ 20 mensais	24	-	24	-
Imposto de renda e contribuição social - resultado	(454)	(243)	(380)	(204)

NOTA 15 - COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

A Companhia possui os seguintes compromissos de longo prazo considerados relevantes:

a) Contrato de venda de energia elétrica

Em agosto de 2015, o Conjunto Eólico Trairí, ao qual a Companhia pertence, comercializou 46,0 MW no Leilão de Energia Nova promovido pela Aneel, ao preço médio de venda de R\$ 188,45/MWh, pelo prazo de 20 anos. O início do suprimento da energia negociada no leilão ocorreu em 01.01.2019, após postergação de 1 ano solicitada pela Aneel através do Mecanismos de Compensação de Sobras e Déficit (MCS D A-0) e de negociações bilaterais entre geradores e distribuidoras. O compromisso futuro, na data base 31.12.2021, é de R\$ 332.738 (R\$ 337.342 em 31.12.2020).

b) Contrato de Operação e Manutenção (O&M)

A Companhia mantém contrato de operação e manutenção de máquinas com a empresa GE Energias Renováveis Ltda. vigente até abril de 2027. Os valores contratados são atualizados, anualmente, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O compromisso futuro, na data base 31.12.2021, é de R\$ 11.120 (R\$ 12.119 em 31.12.2020).

c) Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST)

A Companhia mantém contrato de uso do sistema de transmissão com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), com vigência até a data de extinção da autorização da Usina ou a extinção da transmissora, o que ocorrer primeiro. Em 31.12.2021, os compromissos futuros eram de R\$ 14.971 (R\$ 13.765 em 31.12.2020).

NOTA 16 - SEGUROS

A Companhia é participante da apólice de seguro internacional de danos à propriedade e interrupção de negócios - *Property Damage and Business Interruption* (PDBI) - do programa de seguros de sua controladora indireta ENGIE Brasil Energia. O Conjunto Eólico Trairí participa da referida apólice, sendo cobertos danos materiais incorridos à usina, incluindo a linha de transmissão, e lucros cessantes, no valor de R\$ 1.185.064 e R\$ 201.681, respectivamente. A vigência do seguro vai até 31.05.2022.

NOTA 17 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Prestação de serviços administrativos e financeiros

A Companhia mantém contrato com a sua controladora indireta ENGIE Brasil Energia, vigente a partir de 01.01.2014, com duração de quatro anos, cujo objeto é a prestação de serviços administrativos e financeiros. Os valores contratados são reajustados anualmente pela variação do INPC. Referido contrato foi renovado em 01.01.2019.

NOTA 18 - EVENTOS SUBSEQUENTES

Com a emissão do termo de quitação emitido em 29.12.2021 pelo BNDES, referente ao financiamento quitado antecipadamente, a Companhia efetuou o saque das garantias, registrado na rubrica depósitos vinculados, em 18.02.2022. (Nominata de assinaturas das Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2021, da Central Eólica Cacimbas S.A.).

DIRETORIA EXECUTIVA

José Luiz Jansson Laydner Diretor Presidente	Marcelo Cardoso Malta Diretor Administrativo e Financeiro
Sergio Roberto Maes Diretor Técnico-Operacional	

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Paulo Roberto Keller de Negreiros CRC RS-068193/O-2 T-SC

SOFIT SOFTWARE S.A. CNPJ 11.389.291/0001-78				Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro		Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro	
Balanco patrimonial - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma				Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma		Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma	
	31/12/2021	31/12/2020		2021	2020	2021	2020
Ativo			Passivo e patrimônio líquido				
Circulante			Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	155	331	Fornecedores	66	44	Fluxos de caixa de atividades operacionais	
Contas a receber de clientes	419	387	Empréstimos e financiamentos	100	79	Prejuízo líquido do exercício	(13) (486)
Impostos a recuperar	26	8	Salários e encargos a pagar	2			

CENTRAL EÓLICA OURO VERDE S.A.
CNPJ Nº 16.849.271/0001-56 | NIRE Nº 42 3 0004280-3

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

do crescimento econômico e alta inflação – uma constante observada no Brasil e no mundo. O Produto Interno Bruto (PIB) teve crescimento de 4,6%, a alta praticamente compensa o decréscimo de 4,1% observado em 2020.

A atividade econômica brasileira iniciou uma recuperação, ainda que ligeiramente abaixo da esperada. A inflação elevada, com pior resultado desde 2015, gerou impacto sobre o crescimento, com a deterioração do poder de compra das famílias. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) apresentou variação de 10,1%, enquanto o Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC) registrou, no acumulado do ano, 10,2%.

As incertezas trazidas pela pandemia e seus desdobramentos também influenciaram o mercado financeiro. A taxa básica de juros (Selic) atingiu 9,2%, alta de 7,2 p.p. no exercício de 2021, enquanto o dólar (Plax) bateu a marca de R\$ 5,58 – a moeda americana estava cotada em R\$ 5,19 ao fim de 2020.

4. Desempenho Operacional

Em 2021, a geração total bruta de Ouro Verde alcançou 108,4 GWh, 28,0% superior à geração verificada em 2020, que foi de 84,7 GWh.

O índice de disponibilidade, considerando-se as paradas programadas, atingido no ano em análise foi de 89,9% 2,3 p.p. superior à obtida em 2020, que foi de 87,5%.

5. Desempenho Econômico-Financeiro

a) Principais indicadores (expressos em milhares de reais)

Indicadores de resultado	2021	2020	Variação %
Receita operacional líquida	24.430	18.614	31,2
Lucro bruto	10.642	6.147	73,1
Margem bruta	43,6%	33,0%	10,5 p.p.
Resultado do serviço (Ebit)	10.443	5.947	75,6

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	Nota	31.12.2021	31.12.2020
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	13	24.430	18.614
CUSTOS DA ENERGIA VENDIDA			
Depreciação e amortização	7/11	(6.348)	(6.341)
Serviços de terceiros		(4.308)	(3.460)
Encargos de uso da rede elétrica e de conexão		(1.022)	(950)
Outros		(2.110)	(1.716)
		(13.788)	(12.467)
		10.642	6.147

LUCRO BRUTO

Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas		(188)	(183)
Outras despesas operacionais, líquidas		(11)	(17)
		(199)	(200)

LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS

TRIBUTOS

Receitas (despesas) financeiras

Renda de aplicações financeiras		409	168
Juros sobre depósitos vinculados		154	82
Juros e variação monetária sobre financiamento	10	(6.453)	(6.214)
Juros sobre arrendamentos	11	(240)	(252)
Juros sobre provisão para descomissionamento		(1.027)	(466)
Outras despesas financeiras, líquidas		42	(31)
		(7.115)	(6.713)
		3.328	(766)

LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DOS TRIBUTOS

Imposto de renda e contribuição social

Corrente

LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	Nota	Reservas de lucros				Lucros Acumulados	Total
		Capital Social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros			
Saldos em 31.12.2019		54.420	477	8.161	-	63.058	
Prejuízo do exercício		-	-	-	(1.454)	(1.454)	
Absorção do prejuízo com reservas		-	-	(1.454)	1.454	-	
Saldos em 31.12.2020	12	54.420	477	6.707	-	61.604	
Aumento de capital		67.200	-	-	-	67.200	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	2.354	2.354	
Destinações propostas à AGO:							
- Reserva legal		-	118	-	(118)	-	
- Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(224)	(224)	
- Reserva de retenção de lucros		-	-	2.012	(2.012)	-	
Saldos em 31.12.2021	12	121.620	595	8.719	-	130.934	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

b) Imobilizado

É registrado ao custo de aquisição ou construção. Os juros e os demais encargos financeiros do financiamento, no período em que o imobilizado estava em construção, foram computados como custo do respectivo imobilizado. O valor presente do custo esperado para desmobilização de um ativo após seu uso, quando aplicável, é incluído no custo do respectivo ativo.

Os custos dos ativos imobilizados são deduzidos da depreciação acumulada, a qual é calculada pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas dos bens.

c) Avaliação do valor de recuperação do imobilizado – Impairment

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, os bens do ativo imobilizado com a finalidade de identificar evidências que possam levar a perdas de valores não recuperáveis das respectivas unidades geradoras de caixa, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa provisão para perda (impairment) é reconhecida no resultado do exercício.

d) Direito de uso de arrendamento

Os direitos de uso de arrendamentos, inicialmente, compreendem o passivo de arrendamento acrescido dos pagamentos antecipados. Esses ativos são depreciados com base na vigência dos contratos de arrendamento e avaliados no que se refere a perda por redução ao valor recuperável (impairment). Adicionalmente, são ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento.

e) Arrendamentos a pagar

Os arrendamentos a pagar são inicialmente mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos futuros, descontado pela taxa incremental de financiamento. Posteriormente, o passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva e remensurado (com correspondente ajuste no direto de uso relacionado) quando há alteração nos pagamentos futuros motivada por atualizações monetárias ou alteração nas taxas de desconto. Adicionalmente, a Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamentos de curto prazo, ou seja, arrendamentos de ativos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início, e de ativos de baixo valor individual, os quais são reconhecidos como despesa ao longo do prazo do arrendamento.

f) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados de acordo com as bases tributárias, considerando as normas e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações contábeis.

g) Provisão para desmobilização

Os custos de desmobilização da Usina são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para cumprir a obrigação, utilizando fluxos de caixa esperados, com base na melhor estimativa na data de reporte, e são reconhecidos em contrapartida dos custos do correspondente ativo. A atualização financeira da provisão é reconhecida na demonstração do resultado conforme incorrido. A provisão é revisada anualmente e quaisquer ajustes de estimativa são efetuados em contrapartida do custo do ativo.

h) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição. As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridos.

i) Transações entre partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, as quais são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

j) Receita de contrato com cliente

A receita é mensurada com base na contraprestação precificada no contrato com o cliente, pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos incidentes sobre ela.

Ebitda (Lajida)	16.791	12.288	36,6
Margem Ebitda (Lajida)	68,7%	66,0%	2,7 p.p.
Resultado financeiro	(7.115)	(6.713)	6,0
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	2.354	(1.454)	(261,9)

b) Comentário sobre as principais variações

O aumento do EBITDA reflete substancialmente o aumento dos preços de energia ocorrido no ano de 2021 e à redução do reconhecimento de ressarcimento às distribuidoras comparado com o ano anterior. O lucro seguiu os mesmos efeitos, atenuado por uma maior despesa financeira.

6. Direitos dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária tem direito de voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária; de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 10% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades Anônimas; de fiscalizar a administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

7. Serviços de Auditoria

A Companhia informa que os auditores independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, não prestaram serviços não relacionados à auditoria independente em 2021.

8. Agradecimentos

A Administração de Ouro Verde agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e todos aqueles que contribuíram para o desempenho da Companhia no ano de 2021. A Administração

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	31.12.2021	31.12.2020
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	2.354	(1.454)
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	2.354	(1.454)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO) PARA OS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

31.12.2021 31.12.2020

Fluxo de caixa das atividades operacionais

Resultado antes dos tributos

Conciliação com o caixa gerado nas operações:

Depreciação e amortização

Juros e variação monetária sobre financiamento

Juros sobre depósitos vinculados

Juros sobre arrendamentos

Juros sobre provisão para descomissionamento

Outros

Lucro antes dos tributos ajustado

Aumento nos ativos

Contas a receber de clientes

Créditos fiscais a recuperar

Outros ativos

Aumento nos passivos

Fornecedores

Ressarcimentos às distribuidoras

Outros passivos

Caixa gerado pelas operações

Pagamento de imposto de renda e contribuição social

Pagamento de juros sobre financiamento

Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais

Atividades de investimento

Aplicação no imobilizado

Caixa líquido das atividades de investimento

Atividades de financiamento

Financiamento pago

Dividendos pagos

Aumento de capital

Depósitos vinculados ao serviço da dívida

Arrendamentos pagos

Caixa líquido das atividades de financiamento

(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa

Conciliação do caixa e equivalentes de caixa

Saldo inicial

Saldo final

(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa

Transações que não envolveram o caixa e equivalentes de caixa

Fornecedores de imobilizado

Compensação de imposto de renda e contribuição social

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

A receita é reconhecida conforme os contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida mensalmente, dado que o cliente simultaneamente recebe e consome os benefícios fornecidos pela Companhia, consequentemente, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que a energia é efetivamente entregue ao cliente.

k) Operações controladas em conjunto

Os ativos, passivos, receitas e despesas relativas à participação nos Consórcios Trairí e Falsa-Trairí são reconhecidos diretamente nas demonstrações contábeis da Companhia, não se fazendo necessário, portanto, nenhum procedimento de consolidação dessas operações.

l) Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas

Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações contábeis. Para apurar essas estimativas, a Administração utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando, ainda, pressupostos relativos a eventos futuros.

As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas relativas, principalmente, à definição de vida útil do ativo imobilizado.

m) Novas normas, alterações e interpretações

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu revisões às normas existentes, aplicáveis a partir de 01.01.2021. A relação destas revisões aplicáveis e adotadas pela Companhia e respectivos impactos é apresentada a seguir:

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 17 Pronunciamentos Técnicos CPC 06 (R2) – Arrendamentos, CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidencição e CPC 48 – Instrumentos financeiros.	11.02.2021	01.01.2021	Sem impactos relevantes
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 18 Pronunciamentos Técnicos CPC 06 (R2) – Arrendamentos - Benefícios relacionados à Covid-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento – prorrogação.	11.06.2021	Vigência estabelecida pelos órgãos reguladores que o aprovarem.	Sem impactos relevantes

n) Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes

A partir de 01.01.2022, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia:

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação (Brasil)/ Status	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 19 CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, CPC 27 – Ativo imobilizado, CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade e CPC 48 – Instrumentos financeiros.	01.10.2021	01.01.2022	Sem impactos relevantes
Pronunciamento Técnico CPC nº 50 Este Pronunciamento vem substituir a norma atualmente vigente sobre Contratos de seguro (CPC 11).	07.05.2021	01.01.2023	Não aplicável à Companhia

Senhores Acionistas,
A Administração da Central Eólica Ouro Verde S.A. (Ouro Verde ou Companhia) tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31.12.2021. As informações estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

1. Perfil Institucional

A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) que detém autorização outorgada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para explorar a Central Eólica Ouro Verde (Parque Eólico ou Usina), com potência instalada de 29,7 MW e capacidade comercial de 13,2 MW médios, em operação comercial desde abril de 2017. A Usina está localizada no município de Trairí, estado do Ceará (CE).

Ouro Verde não tem empregados e sua administração é realizada pela controladora indireta ENGIE Brasil Energia S.A., que cobra os seus honorários mediante contrato de prestação de serviços e reembolso das despesas com o pessoal diretamente alocado na Usina.

2. Controle Acionário

A totalidade do capital social de Ouro Verde pertence à Energias Eólicas do Ceará S.A. (EEC), uma holding controlada pela ENGIE Brasil Energias Complementares Participações Ltda., que por sua vez é uma controlada da ENGIE Brasil Energia. Sediada em Florianópolis, a ENGIE Brasil Energia é uma plataforma de investimento em infraestrutura, atuante nas atividades de geração, comercialização, trading e transmissão de energia. Atua ainda no segmento de transporte de gás, por meio de participação na Transportadora Associada de Gás S.A. – TAG, em conjunto com outros sócios.

3. Ambiente Macroeconômico

O segundo ano da pandemia da Covid-19 foi, em linhas gerais, marcado pela recuperação

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais)

ATIVO

Nota 31.12.2021 31.12.2020

ATIVO CIRCULANTE

Caixa e equivalentes de caixa

Contas a receber de clientes

Outros ativos circulantes

ATIVO NÃO CIRCULANTE

Realizável a longo prazo

Depósitos vinculados

Imobilizado

Intangível

Direito de uso de arrendamento

TOTAL

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Nota 31.12.2021 31.12.2020

PASSIVO CIRCULANTE

Fornecedores

Financiamento

Ressarcimentos às distribuidoras

Arrendamentos a pagar

Dividendos

Outros passivos circulantes

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Financiamento

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2021	31.12.2020
Caixa e depósitos bancários à vista	1.010	1.173
Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa	10.062	14.183
	11.072	15.356

A Companhia é participante do Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa de sua controladora indireta, ENGIE Brasil Energia, concentrando suas aplicações financeiras neste fundo. As operações realizadas pelo fundo possuem liquidez imediata, são remuneradas pela Selic e estão lastreadas em títulos públicos federais.

NOTA 5 - CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	31.12.2021	31.12.2020
Distribuidoras	3.790	3.636
Transações realizadas na CCEE	50	2.841
ENGIE Brasil Energia Comercializadora Ltda ("EBC")	29	42
	3.869	6.519

Os saldos a receber de distribuidoras são recebidos em parcelas iguais em 20, 30 e 45 dias do mês subsequente ao mês de suprimento, enquanto os valores faturados mensalmente à CCEE são recebidos em aproximadamente 45 dias. Não havia valores vencidos em 31.12.2021 e 31.12.2020.

NOTA 6 - DEPÓSITOS VINCULADOS

Em 31.12.2021, a Companhia mantém R\$ 4.022 (R\$ 3.911 em 31.12.2020) relativos a garantias vinculadas ao contrato de financiamento. Essas garantias visam assegurar o pagamento dos serviços de dívida com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), bem como das despesas de operação e manutenção, e são constituídas pelo montante equivalente a 3 meses do serviço da dívida e das despesas contratuais de operação e de manutenção, respectivamente. Com o pagamento antecipado do financiamento e a emissão do termo de quitação pelo BNDES em 29.12.2021, os depósitos relacionados ao contrato serão sacados no próximo exercício.

NOTA 7 - IMOBILIZADO

a) Composição

	31.12.2021		31.12.2020	
	Taxa média de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Em serviço				
Terrenos	-	700	-	700
Edificações e benfeitorias	3,33%	7.006	(1.139)	5.867
Máquinas e equipamentos	3,81%	157.313	(29.569)	127.744
Outros	-	1	-	1
		165.020	(30.708)	134.312
Em curso		355		31
		165.375	(30.708)	134.667

b) Mutação do ativo imobilizado

	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Outros	Em curso	Total
Saldos em 31.12.2019	700	6.333	139.493		12	146.538
Ingressos	-	-	-	-	59	59
Transferências	-	-	40	-	(40)	-
Depreciação	-	(233)	(5.975)	-	-	(6.208)
Saldos em 31.12.2020	700	6.100	133.558		31	140.389
Ingressos	-	-	-	-	511	511
Baixas	-	-	(13)	-	-	(13)
Transferências	-	-	186	1	(187)	-
Depreciação	-	(233)	(5.987)	-	-	(6.220)
Saldos em 31.12.2021	700	5.867	127.744	1	355	134.667

c) Provisão para desmobilização

A Companhia mantém reconhecido em seu imobilizado a provisão dos custos decorrentes da desmobilização de seu parque eólico, com base no valor presente dos fluxos de caixa esperados para o cumprimento da obrigação de retirada dos ativos e de restauração do local ao final do prazo de autorização. A taxa real de desconto utilizada para o cálculo do valor presente foi de 3,59%, baseado nas taxas de títulos públicos com vencimento similar ao do término das autorizações. O saldo da provisão para desmobilização registrada no passivo não circulante em 31.12.2021 era de R\$ 10.422 (R\$ 9.394 em 31.12.2020).

d) Autorização do Órgão Regulador

A Companhia é detentora de autorização para exploração da Central Eólica Ouro Verde pelo prazo de 30 anos, a contar da data de 11.10.2016.

NOTA 8 - FORNECEDORES

	31.12.2021	31.12.2020
Fornecedores de materiais e serviços	233	130
Encargos de uso da rede elétrica	90	80
Energia elétrica comprada para revenda	27	38
Fornecedores de imobilizado	29	29
	379	277

NOTA 9 - GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, segue integralmente as regras do Fórum de Gerenciamento de Riscos da ENGIE Brasil Energia, sua controladora indireta. Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um destes fatores de risco:

a) Risco de crédito

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as vendas de energia e as aplicações financeiras.

Nas operações de venda de energia, a Companhia minimiza o seu risco de crédito por meio da utilização de um mecanismo de constituição de garantias envolvendo os recebíveis de seus clientes.

No que tange à aplicação no mercado financeiro, os recursos disponíveis da Companhia

são alocados em um Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa, o qual tem como política a alocação de seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco. Em 31.12.2021, esse fundo possuía 100% de sua carteira em ativos com risco de crédito do Governo Brasileiro, todos com liquidez diária. De acordo com o planejamento financeiro da Companhia, os recursos desse fundo serão utilizados no curto prazo, reduzindo substancialmente o risco de quaisquer efeitos significativos nos seus rendimentos, em decorrência de eventual redução da taxa básica de juros da economia brasileira.

b) Risco de liquidez

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada anualmente com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

c) Categoria dos instrumentos financeiros

	31.12.2021	31.12.2020
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Aplicações financeiras	10.062	14.183
Custo amortizado		
Caixa e depósitos bancários à vista	1.010	1.173
Contas a receber de clientes	3.869	6.518
Depósitos vinculados	4.022	3.911
	18.963	25.785

Passivos financeiros

	31.12.2021	31.12.2020
Custo amortizado		
Ressarcimentos às distribuidoras	12.019	9.903
Fornecedores	379	277
Financiamento	-	86.044
	12.398	96.224

As aplicações financeiras estão avaliadas pelos preços cotados em mercado ativo (Nível 1).

NOTA 10 - FINANCIAMENTO

a) Composição

Em julho de 2021, a Companhia realizou o pagamento antecipado do financiamento com o BNDES, no valor total de R\$ 84.903, deste montante, R\$ 83.406 referia-se a principal e R\$ 1.497 a juros e comissões. O vencimento original era maio de 2033.

b) Mutação do financiamento

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31.12.2019	6.666	79.378	86.044
Juros e variação monetária	6.214	-	6.214
Transferências	675	(675)	-
Amortização do principal	(3.358)	-	(3.358)
Pagamento dos juros	(3.050)	-	(3.050)
Saldos em 31.12.2020	7.147	78.703	85.850
Juros e variação monetária	6.453	-	6.453
Transferências	78.703	(78.703)	-
Amortização do principal	(88.999)	-	(88.999)
Pagamento dos juros	(3.304)	-	(3.304)
Saldos em 31.12.2021	-	-	-

NOTA 11 - OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO

A Companhia identificou o contrato de arrendamento do terreno no qual está instalado o seu parque eólico, cuja vigência é até 2042.

a) Direito de uso de arrendamento

	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31.12.2019	186	2.304	2.490
Depreciação	-	(112)	(112)
Saldo em 31.12.2020	188	2.270	2.458
Remensuração	(28)	(183)	(211)
Depreciação	-	(108)	(108)
Saldo em 31.12.2021	160	2.046	2.206

b) Arrendamentos a pagar

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31.12.2019	252	-	252
Juros	34	(34)	-
Transferência	(284)	-	(284)
Saldos em 31.12.2020	188	2.270	2.458
Remensuração	(240)	-	(240)
Juros	41	(41)	-
Transferência	(281)	-	(281)
Saldos em 31.12.2021	160	2.046	2.206

Os arrendamentos a pagar foram mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos futuros. A taxa de desconto utilizada para cálculo do valor presente foi de 10,36% e representa a taxa incremental de financiamento.

c) Vencimentos dos arrendamentos a pagar apresentados no passivo não circulante

	31.12.2021
2023	226
2024	205
2025	186
2026	168
2027	152
2028 a 2032	572
2033 a 2037	349
2038 a 2042	188
Arrendamentos a pagar	2.046

NOTA 12 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Durante o ano de 2021, o capital social da Companhia aumentou em R\$ 67.200, passando de R\$ 54.420 em 31.12.2020 para R\$ 121.620 em 31.12.2021, representado por 121.620.486 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, das quais 121.620.485

pertencem à controladora Energias Eólicas do Ceará S.A. ("EEC") e 1 pertence à ENGIE Brasil Energia S.A. A EEC é controlada pela ENGIE Brasil Energias Complementares Participações Ltda. ("ECP"), que, por sua vez, é controlada pela ENGIE Brasil Energia S.A.

b) Reservas de lucros e dividendos mínimos obrigatórios

A Companhia constituiu reserva legal correspondente a 5% do lucro líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios correspondem a 10% do lucro líquido ajustado.

NOTA 13 - CONCILIAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada nas demonstrações dos resultados.

	31.12.2021	31.12.2020
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Suprimento e fornecimento de energia elétrica	24.937	18.716
ENGIE Brasil Energia Comercializadora Ltda ("EBC")	372	568
Transações no mercado de curto prazo	46	35
	25.355	19.319

DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL

PIS e Cofins	(925)	(705)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	24.430	18.614

Em 2021, as receitas auferidas às distribuidoras foram reduzidas pelo reconhecimento de R\$ 2.039 (R\$ 7.150 em 31.12.2020), relativos ao mecanismo de ressarcimento previsto nos contratos de energia elétrica firmados no ACR, líquidos de PIS e Cofins. Tal reconhecimento foi feito em contrapartida da rubrica "Ressarcimentos às distribuidoras", a qual, em 31.12.2021, apresentava saldo de R\$ 4.536 (R\$ 4.673 em 31.12.2020) no passivo circulante e R\$ 7.483 (R\$ 5.230 em 31.12.2020) no passivo não circulante.

NOTA 14 - CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS NO RESULTADO

	31.12.2021		31.12.2020	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Receita operacional bruta	25.355	25.355	19.319	19.319
% de presunção do lucro	8%	12%	8%	12%
Lucro presumido sobre receita operacional	2.028	3.043	1.546	2.318
Receita financeira	622	622	273	273
Outros	2	-	4	-
Base de cálculo	2.652	3.665	1.823	2.591
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social	(663)	(330)	(456)	(233)
Outros	(5)	-	(23)	-
Adicional de 10% sobre lucro até R\$ 20 mensais	24	-	24	-
Imposto de renda e contribuição social - resultado	(644)	(330)	(455)	(233)

A Companhia possui os seguintes compromissos de longo prazo considerados relevantes:

NOTA 15 - COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

a) Contrato de venda de energia elétrica

Em agosto de 2015, o Conjunto Eólico Traíri, ao qual a Companhia pertence, comercializou 46,0 MW no Leilão de Energia Nova promovido pela Aneel, ao preço médio de venda de R\$ 188,45/MWh, pelo prazo de 20 anos. O início do suprimento da energia negociada no leilão ocorreu em 01.01.2019, após postergação de 1 ano solicitada pela Aneel através do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficit (MCSO-A-0) e de negociações bilaterais entre geradores e distribuidoras. O compromisso futuro, na data base 31.12.2021, é de R\$ 433.660 (R\$ 439.658 em 31.12.2020).

b) Contrato de Operação e Manutenção (O&M)

A Companhia mantém contrato de operação e manutenção de máquinas com a empresa GE Energias Renováveis Ltda. vigente até abril de 2027. Os valores contratados são atualizados, anualmente, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O compromisso futuro, na data base 31.12.2021, é de R\$ 17.711 (R\$ 19.047 em 31.12.2020).

c) Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST)

A Companhia mantém contrato de uso do sistema de transmissão com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), com vigência até a data de extinção da autorização da Usina ou a extinção da transmissora, o que ocorrer primeiro. Em 31.12.2021, os compromissos futuros eram de R\$ 23.530 (R\$ 21.635 em 31.12.2020).

NOTA 16 - SEGUROS

A Companhia é participante da apólice de seguro internacional de danos à propriedade e interrupção de negócios - *Property Damage and Business Interruption* (PDBI) - do programa de seguros de sua controladora indireta ENGIE Brasil Energia. O Conjunto Eólico Traíri participa da referida apólice, sendo cobertos danos materiais incorridos à usina, incluindo a linha de transmissão, e lucros cessantes, no valor de R\$ 1.185.064 e R\$ 201.681, respectivamente. A vigência do seguro vai até 31.05.2021.

NOTA 17 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Prestação de serviços administrativos e financeiros

A Companhia mantém contrato com a sua controladora indireta ENGIE Brasil Energia, vigente a partir de 01.01.2014, com duração de quatro anos, cujo objeto é a prestação de serviços administrativos e financeiros. Os valores contratados são reajustados anualmente pela variação do INPC. Referido contrato foi renovado em 01.01.2019.

NOTA 18 - EVENTOS SUBSEQUENTES

Com a emissão do termo de quitação em 29.12.2021 pelo BNDES, referente ao financiamento quitado antecipadamente, a Companhia efetuou o saque das garantias, registrado na rubrica "depósitos vinculados", em 28.02.2022.

(*Nominata de assinaturas das Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2021, da Central Eólica Ouro Verde S.A.*)

DIRETORIA EXECUTIVA

José Luiz Jansson Laydner	Marcelo Cardoso Malta
Diretor Presidente	Diretor Administrativo e Financeiro
	Sergio Roberto Maes
	Diretor Técnico-Operacional

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Paulo Roberto Keller de Negreiros
CRC RS-068193/O-2 T-SC

PAR2 Holding S.A.

CNPJ nº 26.186.515/0001-11

Demonstrações Financeiras em 31/12/2021

Balanço Patrimonial		2021	2020	Balanço Patrimonial		2021	2020	Demonstração do Resultado do Exercício	
Descrição				Descrição				Descrição	
Ativo		4.815.393,08	10.615.799,26	Passivo		4.815.393,08	10.615.799,26	Receita Operacional Bruta	-
Circulante		939,75	1.733,85	Circulante		471.133,32	259.468,60	Outras Receitas Operacionais	- 950.7

CENTRAL EÓLICA SANTA MÔNICA SPE S.A.
CNPJ Nº 12.445.328/001-09 | NIRE Nº 42 3 0004139-4

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da Central Eólica Santa Mônica SPE S.A. ("Santa Mônica" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31.12.2021. As informações estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

1. Perfil Institucional

Santa Mônica é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) que detém autorização outorgada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para explorar a Central Eólica Santa Mônica (Usina), com potência instalada de 18,9 MW, garantia física de 9,0 MW médios, em operação comercial desde 2016 e localizada no município de Trairi, estado do Ceará (CE).

Santa Mônica não tem empregados e sua administração é realizada pela controladora indireta ENGIE Brasil Energia S.A., que cobra os seus honorários mediante contrato de prestação de serviços e reembolso das despesas com o pessoal diretamente alocado na Usina.

2. Controle Acionário

A totalidade do capital social de Santa Monica pertence à Energias Eólicas do Ceará S.A. (EEC), uma *holding* controlada pela ENGIE Brasil Energias Complementares Participações Ltda., que por sua vez é uma controlada da ENGIE Brasil Energia. Sediada em Florianópolis, a ENGIE Brasil Energia é uma plataforma de investimento em infraestrutura em energia, atuante nas atividades de geração, comercialização, *trading* e transmissão de energia. Atua ainda no segmento de transporte de gás, por meio de participação na Transportadora Associada de Gás S.A. – TAG, em conjunto com outros sócios.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

ATIVO			
	Nota	31.12.2021	31.12.2020
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	10.152	17.560
Contas a receber de clientes	5	3.287	4.368
Outros ativos circulantes		195	323
		13.634	22.251
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo			
Depósitos vinculados	6	2.524	2.434
		2.524	2.434
Imobilizado			
Intangível	7	80.932	84.530
Direito de uso de arrendamento	11	279	293
		2.604	2.603
		86.339	89.860
		99.973	112.111
TOTAL			
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	Nota	31.12.2021	31.12.2020
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores	8	904	886
Financiamento	10	-	4.416
Ressarcimentos às distribuidoras	13	6.360	2.886
Arrendamentos a pagar	11	342	342
Dividendos	12	220	156
Outros passivos circulantes		184	172
		8.010	8.858
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Financiamento	10	-	47.866
Ressarcimentos às distribuidoras	13	6.338	4.001
Arrendamentos a pagar	11	2.551	2.482
Provisão para desmobilização	7	6.630	5.977
		15.519	60.326
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social		60.730	27.830
Reservas de lucros		15.714	15.097
		76.444	42.927
		99.973	112.111

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Central Eólica Santa Mônica SPE S.A. ("Santa Mônica" ou "Companhia"), sociedade anônima de capital fechado, com sede no município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina (SC), foi constituída em 31.03.2010, com prazo de duração indeterminado, e tem como objeto social gerar energia elétrica de fonte eólica, podendo negociar créditos de carbono decorrentes dessa atividade, e a participação em outras sociedades, sejam simples ou empresárias, como sócia, acionista ou em consórcios.

Em 11.10.2016, a Aneel autorizou a entrada em operação comercial da Central Eólica Santa Mônica ("Usina"), localizada no município de Trairi (CE), com capacidade instalada de 18,9 MW e capacidade comercial de 10,0 MW médios.

A Santa Mônica possui participação de 8,89% e 4,44% nos consórcios Trairi e Falsa-Trairi, respectivamente. O Consórcio Trairi construiu a subestação Trairi e as linhas de conexão das usinas à esta subestação. Já o Consórcio Falsa-Trairi foi o responsável pela construção das linhas de transmissão à subestação Pecém (CE).

A Companhia não tem empregados e os seus administradores renunciaram ao direito de receber qualquer remuneração. A administração da Companhia é conduzida pela controladora indireta, ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia"), que cobra pela prestação de serviços e solicita reembolso das despesas incorridas com pessoal diretamente dedicado às atividades da usina.

Os anos de 2020 e 2021 foram marcados pelos efeitos da pandemia da Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus, que impactou, e continua impactando, a economia mundial. Em decorrência disto, foram tomadas medidas restritivas no sentido de determinar o distanciamento social e o fechamento de estabelecimentos comerciais, além da paralisação da indústria. As restrições impostas pelo isolamento social trouxeram efeitos importantes na atividade de diversos setores, na renda das famílias e nos investimentos no país. Na medida em que a situação da pandemia foi melhorando e, com isso, as restrições às atividades econômicas gradativamente reduzidas, houve evolução em diferentes regiões e segmentos de negócios. Em 2021 e 2020, a Companhia não apurou impactos significativos decorrentes da pandemia em suas demonstrações contábeis.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base na continuidade operacional e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), sendo utilizado o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, e o real como moeda funcional.

Essas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis ora apresentadas foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 25.04.2022.

a) Continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Sociedade. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

As principais bases de julgamento utilizadas para tal conclusão são: (i) patrimônio líquido expressivo; (ii) forte geração de caixa operacional; e (iii) série histórica de lucros nos últimos exercícios sociais.

NOTA 3 - SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Instrumentos financeiros

a.1) Caixa e equivalentes de caixa

São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao valor justo na data das demonstrações contábeis. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

a.2) Contas a receber de clientes

São reconhecidas quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, ou seja, se fizer necessário apenas o transcorrer do tempo para sua ocorrência. São registradas inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado.

a.3) Depósitos vinculados

São mantidos para atendimento às exigências legais e contratuais. São contabilizados inicialmente pelo valor depositado e, posteriormente, pelo custo amortizado.

a.4) Financiamento

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e, posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva.

3. Ambiente Macroeconômico

O segundo ano da pandemia da Covid-19 foi, em linhas gerais, marcado pela recuperação do crescimento econômico e alta inflação – uma constante observada no Brasil e no mundo. O Produto Interno Bruto (PIB) teve crescimento de 4,6%, a alta praticamente compensa o decréscimo de 4,1% observado em 2020.

A atividade econômica brasileira iniciou uma recuperação, ainda que ligeiramente abaixo da esperada. A inflação elevada, com pior resultado desde 2015, gerou impacto sobre o crescimento, com a deterioração do poder de compra das famílias. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) apresentou variação de 10,1%, enquanto o Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC) registrou, no acumulado do ano, 10,2%.

As incertezas trazidas pela pandemia e seus desdobramentos também influenciaram o mercado financeiro. A taxa básica de juros (Selic) atingiu 9,2%, alta de 7,2 p.p. no exercício de 2021, enquanto o dólar (Plax) bateu a marca de R\$ 5,58 – a moeda americana estava cotada em R\$ 5,19 ao fim de 2020.

4. Desempenho Operacional

Em 2021, a geração total bruta de Santa Monica alcançou 66,3 GWh, inferior em 1,7% à geração verificada em 2020, que foi de 67,4 GWh.

O índice de disponibilidade, considerando-se as paradas programadas, atingido no ano em análise foi de 76,9%, 15,1 p.p. inferior à verificada em 2020, que foi de 92,0%.

5. Desempenho Econômico-Financeiro

a) Principais indicadores (expressos em milhares de reais)

Indicadores de resultado	2021	2020	Variação %
Receita operacional líquida	16.327	14.872	9,8
Lucro bruto	7.027	6.793	3,4

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FIMOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	Nota	31.12.2021	31.12.2020
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA			
CUSTOS DA ENERGIA VENDIDA			
Depreciação e amortização	7/11	(4.013)	(4.008)
Serviços de terceiros		(2.617)	(2.229)
Energia elétrica comprada		(1.162)	(387)
Encargos de uso da rede elétrica e de conexão		(650)	(606)
Pessoal		(415)	(365)
Outros		(443)	(484)
		(9.300)	(8.079)
		7.027	6.793
LUCRO BRUTO			
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas		(144)	(142)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas		(11)	(137)
		(155)	(279)
		6.872	6.514
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS			
Receitas (despesas) financeiras			
Renda de aplicações financeiras		433	254
Juros sobre depósitos vinculados		98	51
Juros e variação monetária sobre financiamento	10	(5.142)	(4.038)
Juros sobre arrendamentos	11	(276)	(274)
Juros sobre provisão para descomissionamento		(653)	(297)
Outras (despesas) financeiras, líquidas		50	(32)
		(5.490)	(4.336)
		1.382	2.178
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO			
Imposto de renda e contribuição social		(700)	(539)
Corrente	14	(700)	(539)
		682	1.639
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	Nota	Reservas de lucros			Total
		Capital Social	Reserva legal	Lucros Acumulados	
Saldos em 31.12.2019		27.830	845	12.769	-
Lucro líquido do exercício		-	-	1.639	1.639
Destinações propostas à AGO:					
- Reserva legal		-	82	-	(82)
- Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(156)
- Reserva de retenção de lucros		-	1.401	-	(1.401)
Saldos em 31.12.2020	12	27.830	927	14.170	-
Aumento de capital		32.900	-	-	32.900
Lucro líquido do exercício		-	-	682	682
Destinações propostas à AGO:					
- Reserva legal		-	34	-	(34)
- Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(65)
- Reserva de retenção de lucros		-	583	-	(583)
Saldos em 31.12.2021	12	60.730	961	14.753	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	31.12.2021	31.12.2020
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.		
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO) PARA OS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)		
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	1.382	2.178
Conciliação do lucro com o caixa gerado nas operações:		
Depreciação e amortização	4.013	4.008
Juros e variação monetária sobre financiamento	5.142	4.038
Juros sobre depósitos vinculados	(98)	(51)
Juros sobre arrendamentos	276	274
Juros sobre provisão para descomissionamento	653	297
Outros	(61)	256
Lucro antes dos tributos ajustado	11.307	11.000
Aumento nos ativos		
Contas a receber de clientes	1.131	105
Créditos fiscais a recuperar	(85)	263
Outros ativos	128	1.028
Aumento nos passivos		
Fornecedores	18	(277)
Ressarcimentos às distribuidoras	5.811	2.986
Outros passivos	33	(306)
Caixa gerado pelas operações	18.343	14.799
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(626)	(793)
Pagamento de juros sobre financiamento	(2.041)	(1.881)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	15.676	12.125
Atividades de investimento		
Aplicação no imobilizado	(291)	(37)
Caixa líquido das atividades de investimento	(291)	(37)
Atividades de financiamento		
Captação de financiamento	-	883
Financiamento pago	(55.383)	(2.085)
Aumento de capital	32.900	-
Dividendos pagos	-	(282)
Depósitos vinculados ao serviço da dívida	7	18
Arrendamentos pagos	(317)	(300)
Caixa líquido das atividades de financiamento	(22.793)	(1.766)
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	(7.408)	10.322
Conciliação do caixa e equivalentes de caixa		
Saldo inicial	17.560	7.238
Saldo final	10.152	17.560
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	(7.408)	10.322
Transações que não envolveram o caixa e equivalentes de caixa		
Compensação de imposto de renda e contribuição social	97	58

Margem bruta	43,0%	45,7%	(2,6) p.p.
Resultado do serviço (Ebit)	6.872	6.514	5,5
Ebitda (Lajida)	10.885	10.522	3,4
Margem Ebitda (Lajida)	66,7%	70,8%	(4,1) p.p.
Resultado financeiro	(5.490)	(4.336)	26,6
Lucro líquido do exercício	682	1.639	(58,4)

b) Comentários sobre o desempenho econômico-financeiro

O aumento do EBITDA reflete substancialmente o aumento dos preços de energia ocorrido no ano de 2021. O lucro reduziu, principalmente por uma maior despesa financeira.

6. Direitos dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária tem direito de voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária; de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 10% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades Anônimas; de fiscalizar a administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

7. Serviços de Auditoria

A Companhia informa que os auditores independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, não prestaram serviços não relacionados à auditoria independente em 2021.

8. Agradecimentos

A Administração da Companhia agradece a todos os seus fornecedores, parceiros, acionistas, entidades governamentais, órgãos reguladores e todos aqueles que participaram do desenvolvimento desse projeto ao longo do ano de 2021.

A Administração

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	31.12.2021	31.12.2020
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.		
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO) PARA OS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)		
Fluxo de caixa das atividades operacionais		

Lucro antes dos tributos sobre o lucro	1.382	2.178
Conciliação do lucro com o caixa gerado nas operações:		
Depreciação e amortização	4.013	4.008
Juros e variação monetária sobre financiamento	5.142	4.038
Juros sobre depósitos vinculados	(98)	(51)
Juros sobre arrendamentos	276	274
Juros sobre provisão para descomissionamento	653	297
Outros	(61)	256
Lucro antes dos tributos ajustado	11.307	11.000
Aumento nos ativos		
Contas a receber de clientes	1.131	105
Créditos fiscais a recuperar	(85)	263
Outros ativos	128	1.028
Aumento nos passivos		
Fornecedores	18	(277)
Ressarcimentos às distribuidoras	5.811	2.986
Outros passivos	33	(306)
Caixa gerado pelas operações	18.343	14.799
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(626)	(793)
Pagamento de juros sobre financiamento	(2.041)	(1.881)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	15.676	12.125
Atividades de investimento		
Aplicação no imobilizado	(291)	(37)
Caixa líquido das atividades de investimento	(291)	(37)
Atividades de financiamento		
Captação de financiamento	-	883
Financiamento pago	(55.3	

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2021	31.12.2020
Caixa e depósitos bancários à vista	719	878
Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa	9.433	16.682
	10.152	17.560

A Companhia é participante do Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa de sua controladora indireta, ENGIE Brasil Energia, concentrando suas aplicações financeiras neste fundo. As operações realizadas pelo fundo possuem liquidez imediata, são remuneradas pela Selic e estão lastreadas em títulos públicos federais.

NOTA 5 - CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	31.12.2021	31.12.2020
Distribuidoras	2.899	2.782
Transações realizadas na CCEE	388	1.554
ENGIE Brasil Energia Comercializadora Ltda ("EBC")	-	32
	3.287	4.368

Os saldos a receber de distribuidoras são recebidos em parcelas iguais em 20, 30 e 45 dias do mês subsequente ao mês de suprimento, enquanto os valores faturados mensalmente à CCEE são recebidos em aproximadamente 45 dias. Não havia valores vencidos em 31.12.2021 e 31.12.2020.

NOTA 6 - DEPÓSITOS VINCULADOS

Em 31.12.2021, a Companhia mantinha R\$ 2.524 (R\$ 2.434 em 31.12.2020) relativos a garantias vinculadas ao contrato de financiamento. Essas garantias visam assegurar o pagamento dos serviços de dívida com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), bem como das despesas de operação e manutenção, e são constituídas pelo montante equivalente a 3 meses do serviço da dívida e das despesas contratuais de operação e de manutenção, respectivamente. Com o pagamento antecipado do financiamento e a emissão do termo de quitação pelo BNDES em 11.03.2022, os depósitos relacionados ao contrato serão sacados no exercício de 2022.

NOTA 7 - IMOBILIZADO

a) Composição

	Taxa média de depreciação	Custo	31.12.2021		31.12.2020	
			Depreciação acumulada	Valor líquido	Depreciação acumulada	Valor líquido
Em serviço						
Edificações e benfeitorias	3,33%	2.914	(519)	2.395	2.491	
Máquinas e equipamentos	3,81%	99.467	(21.161)	78.306	82.008	
Outros	6,30%	16	(5)	11	11	
		102.397	(21.685)	80.712	84.510	
Em curso		220	-	220	20	
		102.617	(21.685)	80.932	84.530	

b) Mutação do ativo imobilizado

	Edificações e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Outros	Em curso	Total
Saldos em 31.12.2019	2.588	85.774	12	8	88.382
Ingressos	-	-	-	37	37
Baixas	-	(2)	-	-	(2)
Transferências	-	25	-	(25)	-
Depreciação	(97)	(3.789)	(1)	-	(3.887)
Saldos em 31.12.2020	2.491	82.008	11	20	84.530
Ingressos	-	-	-	304	304
Baixas	-	(12)	-	-	(12)
Transferências	-	103	1	(104)	-
Depreciação	(96)	(3.793)	(1)	-	(3.890)
Saldos em 31.12.2021	2.395	78.306	11	220	80.932

c) Ingresso - Provisão para desmobilização

A Companhia mantém reconhecido em seu imobilizado a provisão dos custos decorrentes da desmobilização de seu parque eólico, com base no valor presente dos fluxos de caixa esperados para o cumprimento da obrigação de retirada dos ativos e de restauração do local ao final do prazo de autorização. A taxa real de desconto utilizada para o cálculo do valor presente foi de 3,59%, baseado nas taxas de títulos públicos com vencimento similar ao do término das autorizações. O saldo da provisão para desmobilização registrada no passivo não circulante em 31.12.2021 era de R\$ 6.630 (R\$ 5.977 em 31.12.2020).

d) Autorização do Órgão Regulador

A Companhia é detentora de autorização para exploração da Central Eólica Santa Mônica pelo prazo de 30 anos, a contar da data de 11.10.2016.

NOTA 8 - FORNECEDORES

	31.12.2021	31.12.2020
Fornecedores de imobilizado	637	637
Fornecedores de materiais e serviços	129	170
Encargos de uso da rede elétrica	57	51
Energia elétrica comprada para revenda	81	28
	904	886

NOTA 9 - GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, segue integralmente as regras do Fórum de Gerenciamento de Riscos da ENGIE Brasil Energia, sua controladora indireta. Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um destes fatores de risco:

a) Risco de crédito

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as vendas de energia e as aplicações financeiras.

Nas operações de venda de energia, a Companhia minimiza o seu risco de crédito por meio da utilização de um mecanismo de constituição de garantias envolvendo os recebíveis de seus clientes.

No que tange à aplicação no mercado financeiro, os recursos disponíveis da Companhia

são alocados em um Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa, o qual tem como política a alocação de seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco. Em 31.12.2021, esse fundo possuía 100% de sua carteira em ativos com risco de crédito do Governo Brasileiro, todos com liquidez diária. De acordo com o planejamento financeiro da Companhia, os recursos desse fundo serão utilizados no curto prazo, reduzindo substancialmente o risco de quaisquer efeitos significativos nos seus rendimentos, em decorrência de eventual redução da taxa básica de juros da economia brasileira.

b) Risco de liquidez

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada anualmente com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

c) Categoria dos instrumentos financeiros

	31.12.2021	31.12.2020
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Aplicações financeiras	9.433	16.682
Custo amortizado		
Caixa e depósitos bancários à vista	719	878
Contas a receber de clientes	3.287	4.368
Depósitos vinculados	2.524	2.434
	15.963	24.362

Passivos financeiros

	31.12.2021	31.12.2020
Custo amortizado		
Ressarcimentos às distribuidoras	12.698	6.887
Fornecedores	904	886
Financiamento	-	52.282
	13.602	60.055

As aplicações financeiras estão avaliadas pelos preços cotados em mercado ativo (Nível 1).

NOTA 10 - FINANCIAMENTO

Em julho de 2021, a Companhia realizou o pagamento antecipado do financiamento com o BNDES, no valor total de R\$ 53.166, deste montante, R\$ 52.257 referia-se a principal e R\$ 908 a juros e comissões. O vencimento original era maio de 2033.

a) Mutação do financiamento

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31.12.2019	4.028	47.299	51.327
Ingressos	57	826	883
Juros e variação monetária	4.038	-	4.038
Transferências	259	(259)	-
Amortização do principal	(2.085)	-	(2.085)
Pagamento dos juros	(1.881)	-	(1.881)
Saldos em 31.12.2020	4.416	47.866	52.282
Juros e variação monetária	5.142	-	5.142
Transferências	47.866	(47.866)	-
Amortização do principal	(55.383)	-	(55.383)
Pagamento dos juros	(2.041)	-	(2.041)
Saldos em 31.12.2021	-	-	-

NOTA 11 - OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO

A Companhia identificou o contrato de arrendamento do terreno no qual está instalado o seu parque eólico, cuja vigência é até 2045.

a) Direito de uso de arrendamento

	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31.12.2019	342	2.508	2.850
Depreciação	-	(107)	(107)
Saldo em 31.12.2020	342	2.401	2.743
Remensuração	11	99	110
Depreciação	-	(109)	(109)
Saldo em 31.12.2021	342	2.551	2.893

b) Arrendamentos a pagar

	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31.12.2019	342	2.508	2.850
Juros	274	-	274
Transferência	26	(26)	-
Amortizações	(300)	-	(300)
Saldos em 31.12.2020	342	2.482	2.824
Remensuração	11	99	110
Juros	276	-	276
Transferência	30	(30)	-
Amortizações	(317)	-	(317)
Saldos em 31.12.2021	342	2.551	2.893

Os arrendamentos a pagar foram mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos futuros. A taxa de desconto utilizada para cálculo do valor presente foi de 10,36% e representa a taxa incremental de financiamento.

c) Vencimentos dos arrendamentos a pagar apresentados no passivo não circulante

	31.12.2021
2023	269
2024	244
2025	221
2026	200
2027	182
2028 a 2032	682
2033 a 2037	417
2038 a 2045	336
Arrendamentos a pagar	2.551

NOTA 12 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Durante o ano de 2021, o capital social da Companhia aumentou em R\$ 32.900, passando de R\$ 27.830 em 31.12.2020 para R\$ 60.730 em 31.12.2021, representado por 60.729.880 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, das quais 60.729.879 pertencem à con-

troladora Energias Eólicas do Ceará S.A. ("EEC") e 1 pertence à ENGIE Brasil Energia S.A. A EEC é controlada pela ENGIE Brasil Energias Complementares Participações Ltda. ("ECP"), que, por sua vez, é controlada pela ENGIE Brasil Energia S.A.

b) Reservas de lucros e dividendos mínimos obrigatórios

A Companhia constituiu reserva legal correspondente a 5% do lucro líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios correspondem a 10% do lucro líquido ajustado.

NOTA 13 - CONCILIAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada nas demonstrações dos resultados.

	31.12.2021	31.12.2020
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Suprimento e fornecimento de energia elétrica	14.887	14.984
ENGIE Brasil Energia Comercializadora Ltda ("EBC")	91	430
Transações no mercado de curto prazo	1.967	20
	16.945	15.434

DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL

	31.12.2021	31.12.2020
PIS e Cofins	(618)	(562)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	16.327	14.872

Em 2021, as receitas auferidas às distribuidoras foram reduzidas pelo reconhecimento de R\$ 5.599 (R\$ 4.806 em 31.12.2020), relativos ao mecanismo de ressarcimento previsto nos contratos de energia elétrica firmados no ACR, líquidos de PIS e Cofins. Tal reconhecimento foi feito em contrapartida da rubrica "Ressarcimentos às distribuidoras", a qual, em 31.12.2021, apresentava saldo de R\$ 6.360 (R\$ 2.886 em 31.12.2020) no passivo circulante e R\$ 6.338 (R\$ 4.001 em 31.12.2019) no passivo não circulante.

NOTA 14 - CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS NO RESULTADO

	31.12.2021		31.12.2020	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Receita operacional bruta	16.945	16.945	15.434	15.434
% de presunção do lucro	8%	12%	8%	12%
Lucro presumido sobre receita operacional	1.356	2.033	1.235	1.852
Receita financeira	593	593	315	315
Outros	1	-	3	-
Base de cálculo	1.950	2.626	1.533	2.167
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social	(488)	(236)	(388)	(195)
Outros	-	-	20	-
Adicional de 10% sobre lucro até R\$ 20 mensais	24	-	24	-
Imposto de renda e contribuição social - resultado	(464)	(236)	(344)	(195)

NOTA 15 - COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

A Companhia possui os seguintes compromissos de longo prazo considerados relevantes:

a) Contrato de venda de energia elétrica

Em agosto de 2015, o Conjunto Eólico Trairí, ao qual a Companhia pertence, comercializou 46,0 MW no Leilão de Energia Nova promovido pela Aneel, ao preço médio de venda de R\$ 188,45/MWh, pelo prazo de 20 anos. O início do suprimento da energia negociada no leilão ocorreu em 01.01.2019, após postergação de 1 ano solicitada pela Aneel através do Mecanismos de Compensação de Sobras e Déficit (MCSA-A0) e de negociações bilaterais entre geradores e distribuidoras. O compromisso futuro, na data base 31.12.2021, é de R\$ 331.792 (R\$ 336.390 em 31.12.2020).

b) Contrato de Operação e Manutenção (O&M)

A Companhia mantém contrato de operação e manutenção de máquinas com a empresa GE Energias Renováveis Ltda. vigente até abril de 2027. Os valores contratados são atualizados, anualmente, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O compromisso futuro, na data base 31.12.2021, é de R\$ 11.120 (R\$ 12.119 em 31.12.2020).

c) Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST)

A Companhia mantém contrato de uso do sistema de transmissão com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), com vigência até a data de extinção da autorização da Usina ou a extinção da transmissora, o que ocorrer primeiro. Em 31.12.2021, os compromissos futuros eram de R\$ 14.971 (R\$ 13.765 em 31.12.2020).

NOTA 16 - SEGUROS

A Companhia é participante da apólice de seguro internacional de danos à propriedade e interrupção de negócios - *Property Damage and Business Interruption* (PDBI) - do programa de seguros de sua controladora indireta ENGIE Brasil Energia. O Conjunto Eólico Trairí participa da referida apólice, sendo cobertos danos materiais incorridos à usina, incluindo a linha de transmissão, e lucros cessantes, no valor de R\$ 1.185.064 e R\$ 201.681, respectivamente. A vigência do seguro vai até 31.05.2022.

NOTA 17 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Prestação de serviços administrativos e financeiros

A Companhia mantém contrato com a sua controladora indireta ENGIE Brasil Energia, vigente a partir de 01.01.2014, com duração de quatro anos, cujo objeto é a prestação de serviços administrativos e financeiros. Os valores contratados são reajustados anualmente pela variação do INPC. Referido contrato foi renovado em 01.01.2019.

NOTA 18 - EVENTOS SUBSEQUENTES

Com a emissão do termo de quitação emitido em 29.12.2021 pelo BNDES, referente ao financiamento quitado antecipadamente, a Companhia efetuou o saque das garantias, registrado na rubrica depósitos vinculados, em 21.03.2022. *(Nominata de assinaturas das Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2021, da Central Eólica Santa Mônica SPE S.A.).*

DIRETORIA EXECUTIVA

José Luiz Jansson Laydner	Marcelo Cardoso Malta
Diretor Presidente	Diretor Administrativo e Financeiro
Sergio Roberto Maes	
Diretor Técnico-Operacional	

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Paulo Roberto Keller de Negreiros
CRC RS-068193/O-2 T-SC

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Joinville através da Unidade de Processos da Secretaria de Administração e Planejamento leva ao conhecimento dos interessados que em conformidade com o que preceitua a Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, fará realizar o procedimento licitatório de Pregão Eletrônico nº 220/2022, destinado ao Registro de Preços, visando a futura e eventual aquisição de uniformes para as equipes esportivas representantes do Município de Joinville em competições oficiais, na Data/Horário: 13/05/2022 às 08:30 horas, para abertura das propostas. O edital encontra-se à disposição dos interessados no site www.joinville.sc.gov.br e www.gov.br/compras/pt-br, UASG 453230. Chave TCE: 97DCCBA8F10ABDD3C30DC2D80403C2C6EACEFF63.

Joinville, 26 de abril de 2022.
Sílvia Cristina Bello – Secretária Interina de Administração e Planejamento

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Joinville através da Unidade de Processos da Secretaria Administração e Planejamento leva

COMPANHIA ENERGÉTICA ESTREITO
CNPJ Nº 08.976.022/0001-01 | NIRE Nº 42.3 0003519-0

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

res, de transporte de gás e de transmissão de energia. No segmento de geração e venda de energia elétrica, implanta e opera empreendimentos de fontes convencionais, como hidrelétricas, termelétricas e usinas complementares — pequenas centrais hidrelétricas e usinas eólicas, a biomassa e fotovoltaicas — sendo a maior geradora privada de energia do país.

3. Ambiente Macroeconômico

O segundo ano da pandemia da Covid-19 foi, em linhas gerais, marcado pela recuperação do crescimento econômico e alta inflação — uma constante observada no Brasil e no mundo. O Produto Interno Bruto (PIB) teve crescimento de 4,6%, a alta compensa o decréscimo de 4,1% observado em 2020.

A atividade econômica brasileira iniciou uma recuperação, ainda que ligeiramente abaixo da esperada. A inflação elevada, com pior resultado desde 2015, gerou impacto sobre o crescimento, com a deterioração do poder de compra das famílias. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) apresentou variação de 10,1%, enquanto o Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC) registrou, no acumulado do ano, 10,2%.

As incertezas trazidas pela pandemia e seus desdobramentos também influenciaram o mercado financeiro. A taxa básica de juros (Selic) atingiu 9,2%, alta de 7,2 p.p. no ano, enquanto o dólar (Ptax) bateu a marca de R\$ 5,58 — a moeda americana estava cotada em R\$ 5,19 ao fim de 2020.

4. Desempenho Operacional

Em 2021, a geração total bruta da UHE Estreito foi de 4.568,3 GWh, 8,1% superior aos 4.224,4 GWh gerados em 2020. O índice de disponibilidade, considerando-se as paradas programadas, atingido no ano em análise foi de 95,1%, 3,4 p.p. inferiores aos 98,6% atingidos em 2020.

5. Desempenho Econômico-financeiro

a) Principais indicadores (expressos em milhares de reais)

Indicadores de resultado	2021	2020	Varição %
Receita líquida de vendas	633.915	515.105	23,1
Lucro bruto	479.255	279.809	71,3
Margem bruta	75,6%	54,3%	(2,7) p.p.

Resultado do serviço (Ebit)	478.469	279.034	71,5
Ebitda (Lajida)	579.262	379.712	52,6
Margem Ebitda (Lajida)	91,4%	73,7%	(2,6) p.p.
Resultado financeiro	594	(58.275)	(101,0)
Lucro líquido do exercício	389.159	184.451	111,0

b) Comentários sobre o desempenho econômico-financeiro

O aumento no Ebitda é motivado, substancialmente, pelas transações no mercado de energia de curto prazo e pelo reconhecimento da "Repactuação do risco hidrológico". A Companhia em 2021 teve um resultado financeiro mais favorável em decorrência de não ter mais os efeitos da dívida.

6. Recursos Humanos

Ao final de 2021, o Ceste contava com 32 colaboradores, um a mais que os 31 registrados ao final de 2020. CEE não tem quadro de colaboradores.

7. Direito dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária tem direito de voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária; de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 95% do lucro líquido ajustado; de fiscalizar a administração da Companhia; de preferência na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

8. Serviços de Auditoria

A Companhia informa que os auditores independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, não prestaram serviços não relacionados à auditoria independente em 2021.

9. Agradecimentos

A Administração da CEE agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e a todos aqueles que contribuíram para o desempenho da Companhia no ano de 2021.

A Administração

Senhores Acionistas,
A Administração da Companhia Energética Estreito ("CEE" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31.12.2021. As informações estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando especificado em contrário, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

1. Perfil Institucional

Constituída em 05.07.2007 e sediada no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina (SC), a CEE detém uma participação de 40,07% no Consórcio Estreito Energia ("Ceste"), criado em 05.11.2002, para a implantação e exploração do Aproveitamento Hidrelétrico Estreito ("UHE Estreito" ou "Usina").

Os demais consorciados do Ceste são: Vale S.A. (30,00%), Estreito Energia S.A. (25,49%) — empresa do Grupo Alcoa, e a Intercement Brasil S.A. — entidade do Grupo Camargo Corrêa (4,44%). A liderança do consórcio é exercida pela CEE.

A Usina está localizada no Rio Tocantins, na divisa dos estados de Tocantins (TO) e Maranhão (MA), e tem capacidade instalada de 1.087,0 MW e energia assegurada de 641,1 MW médios.

A concessão da UHE Estreito é compartilhada entre as consorciadas na proporção de suas respectivas participações no consórcio.

A parcela de energia que a CEE faz jus por sua participação no Ceste, correspondente a 256,9 MW médios, foi vendida em outubro de 2007 no 5º Leilão de Energia Nova, por um período de 30 anos, iniciado em janeiro de 2012, para empresas distribuidoras de energia elétrica que participam do Ambiente de Contratação Regulada (ACR).

2. Controle Acionário

A CEE é controlada pela ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia" ou "EBE"). Sediada em Florianópolis, a ENGIE Brasil Energia é uma concessionária de uso do bem público, cuja principal área de atuação é a geração e a venda de energia elétrica. A ENGIE Brasil Energia também atua nos segmentos de *trading* de energia elétrica, de painéis sola-

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	31.12.2021		31.12.2020	
ATIVO CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	347.653	126.152		
Contas a receber de clientes	5	77.691	95.143		
Depósitos vinculados	6	1.944	-		
Prêmio de riscos a apropriar - repactuação do risco hidrológico	7	2.073	2.073		
Outros ativos circulantes		6.358	3.642		
		435.719	227.010		
ATIVO NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo					
Depósitos vinculados	6	6.268	6.240		
Prêmio de riscos a apropriar - repactuação do risco hidrológico	7	21.252	23.325		
Outros ativos não circulantes		201	132		
		27.721	29.697		
Imobilizado	8	1.607.755	1.704.029		
Intangível	9	164.774	28.775		
Direito de uso de arrendamento		241	331		
		1.800.491	1.762.832		
TOTAL		2.236.210	1.989.842		
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
PASSIVO CIRCULANTE					
Fornecedores	10	7.628	8.913		
Dividendos	16	281.887	129.673		
Concessão a pagar	12	6.954	6.391		
Imposto de renda e contribuição social a pagar		21.124	12.597		
Provisões para compromissos socioambientais	13	5.446	3.514		
Outros passivos circulantes		15.917	8.602		
		338.956	169.690		
PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Fornecedores	10	6.268	6.240		
Concessão a pagar	12	53.744	50.162		
Provisões para compromissos socioambientais	13	7.153	11.086		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	159.374	100.607		
Outros passivos não circulantes		3.053	12.042		
		229.592	180.137		
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15				
Capital social		1.369.380	1.369.380		
Reservas de lucros		283.446	270.635		
Dividendos adicionais propostos		14.836	-		
		1.667.662	1.640.015		
TOTAL		2.236.210	1.989.842		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Energética Estreito ("CEE" ou "Companhia") é concessionária de uso de bem público, na condição de produtor independente, com sede no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina (SC).

Constituída em 25.07.2007, tem como objetivo: (i) realizar estudos, projetos, construção, financiamento e operação de usinas produtoras e de linhas de transmissão de qualquer tipo de energia, bem como a celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades, observadas as formalidades legais; (ii) gerar, comercializar e distribuir qualquer tipo de energia, observadas as formalidades legais; (iii) participar e/ou controlar, como sócio, quotista ou acionista, de outras empresas do setor energético ou a ele vinculado, podendo promover fusões, incorporações, cisões ou outras formas de associações de empresas; e (iv) intermediar e operacionalizar negócios no país e no exterior e prestar consultoria e assessoria de negócios, inclusive para importação e exportação de bens e serviços.

A Companhia participa do Consórcio Estreito Energia ("Ceste"), na proporção de 40,07%, criado para a implantação e exploração da Usina Hidrelétrica Estreito ("UHE Estreito"). Também são consorciadas a Vale S.A. (30%), a Estreito Energia S.A. (25,49%) — empresa do Grupo Alcoa — e a Intercement Brasil S.A. — entidade do Grupo Camargo Corrêa (4,44%).

A UHE Estreito está localizada na divisa entre os estados de Tocantins e Maranhão e possui capacidade instalada total de 1.087,0 MW¹, sendo 435,6 MW pertencentes à CEE. O prazo da concessão, após a extensão prevista pela repactuação do risco hidrológico, é de aproximadamente 40 anos, sendo seu vencimento em fevereiro de 2043. A energia elétrica produzida pela usina é utilizada ou comercializada diretamente pelas Consorciadas.

Os administradores da CEE renunciaram ao direito de receber qualquer remuneração. A Administração da Companhia é conduzida pela controladora, ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia" ou "EBE"), com a qual mantém contrato de prestação de serviços.

Os principais eventos societários e operacionais ocorridos no exercício de 2021 foram estes:

a) Repactuação do risco hidrológico

As condições para o acordo acerca da nova repactuação do risco hidrológico foram estabelecidas pela Lei nº 14.052, publicada em 09.09.2020, que foi regulada pelas Resoluções Normativas Aneel nº 895/2020 e nº 930/2021. A legislação prevê a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) por efeitos causados por empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física e às restrições e atrasos na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da energia dessas usinas, da geração térmica fora da ordem de mérito e importação, de forma retroativa. Como compensação, os geradores garantirão o direito à extensão do prazo de concessão das outorgas de geração por até sete anos.

Em 15.12.2020, o Conselho de Administração da controladora da Companhia, ENGIE Brasil Energia, aprovou a adesão da controladora da Companhia e suas controladas detentoras de concessão de geração de energia elétrica à repactuação do risco hidrológico de que trata a Lei nº 14.052/2020.

Em 02.03.2021, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) publicou a revisão dos cálculos de compensação, a qual contemplou: (i) a aplicação da taxa de desconto no cálculo das extensões das outorgas; (ii) a consideração dos impactos decorrentes da caducidade das concessões da Abengoa e da Isolux no escoamento da UHE Belo Monte; e (iii) o reconhecimento do direito das usinas em regime de cotas, enquadradas na Lei nº 13.783/13, às compensações calculadas nos termos da Lei nº 14.052/2020.

Com a publicação da Resolução Homologatória nº 2.919, em 12.08.2021, a Aneel homologou o prazo de extensão de outorga de algumas usinas, inclusive da UHE Estreito. Devido a exploração em consórcio da usina, a companhia obteve a concordância de todas as consorciadas à repactuação em novembro de 2021.

b) Impactos da pandemia provocada pelo novo coronavírus

Os anos de 2020 e 2021 foram marcados pelos efeitos da pandemia da Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus, que impactou, e continua impactando, a economia mundial. Em decorrência disto, foram tomadas medidas restritivas no sentido de determinar o

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	Nota	31.12.2021		31.12.2020	
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA					
Custos da energia vendida					
Depreciação e amortização	8/9	(100.682)	(100.569)		
Energia elétrica comprada para revenda		(78.925)	(21.402)		
Encargos de uso da rede elétrica e de conexão		(46.475)	(43.756)		
Transações no mercado de energia de curto prazo		(27.736)	(33.934)		
Serviços de terceiros		(19.645)	(18.057)		
Compensação financeira na utilização de recursos hídricos		(9.704)	(9.339)		
Repactuação do risco hidrológico	9	137.845	-		
Outros		(9.338)	(8.239)		
		(154.660)	(235.296)		
LUCRO BRUTO		479.255	279.809		
(Despesas) receitas operacionais					
Despesas com vendas		(240)	(206)		
Despesas gerais e administrativas		(579)	(569)		
Outras receitas operacionais, líquidas		33	-		
		(786)	(775)		
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		478.469	279.034		
Resultado financeiro					
Receitas financeiras		12.120	7.581		
Despesas financeiras		(11.526)	(65.856)		
		594	(58.275)		
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		479.063	220.759		
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente		(31.137)	(24.275)		
Diferido		(58.767)	(12.033)		
		(89.904)	(36.308)		
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		389.159	184.451		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	Nota	31.12.2021		31.12.2020	
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		389.159	184.451		
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		389.159	184.451		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	Nota	Reservas de lucros				Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
		Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reservas de retenção de lucros				
Saldos em 31.12.2019		920.380	37.391	105.665	72.801	-	-	1.136.237
Aumento de capital	15	449.000	-	-	-	-	-	449.000
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	184.451	184.451
Destinações propostas à AGO:								
- Reserva legal		-	9.224	-	-	-	(9.224)	-
- Reserva de incentivos fiscais		-	-	38.730	-	-	(38.730)	-
- Dividendo mínimos obrigatórios	16	-	-	-	-	-	(129.673)	(129.673)
- Reserva de retenção de lucros		-	-	-	6.824	-	(6.824)	-
Saldos em 31.12.2020	15	1.369.380	46.615	144.395	79.625	-	-	1.640.015
Dividendos intermediários		-	-	-	(79.625)	-	-	(79.625)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	389.159	389.159
Destinações propostas à AGO:								
- Reserva legal		-	19.458	-	-	-	(19.458)	-
- Reserva de incentivos fiscais		-	-	72.978	-	-	(72.978)	-
- Dividendo mínimos obrigatórios	16	-	-	-	-	-	(281.887)	(281.887)
- Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	14.836	(14.836)	-
Saldos em 31.12.2021	15	1.369.380	66.073	217.373	14.836	-	-	1.667.662

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

distanciamento social e o fechamento de estabelecimentos comerciais, além da paralisação da indústria. As restrições impostas pelo isolamento social trouxeram efeitos importantes na atividade de diversos setores, na renda das famílias e nos investimentos no país. Na medida em que a situação da pandemia foi melhorando e, com isso, as restrições às atividades econômicas gradativamente reduzidas, houve evolução em diferentes regiões e segmentos de negócios. Em 2021 e 2020, a Companhia não apurou impactos significativos decorrentes da pandemia em suas demonstrações contábeis.

¹ As informações não financeiras contidas nestas demonstrações contábeis como MW, MW médio, potência instalada, número de funcionários, entre outras, não são examinadas pelos auditores independentes.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base na continuidade operacional e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), sendo utilizado o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, e o real como moeda funcional.

Essas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na gestão das atividades da Companhia.

As demonstrações contábeis ora apresentadas foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 18.04.2022.

a) Continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

e) Dividendos

Os dividendos são calculados a partir do lucro líquido do exercício, e são reconhecidos como passivo quando da sua aprovação pela Diretoria Executiva, ou mediante deliberação da Assembleia Geral, e podem ser classificados como intercarras, intermediários, dividendos adicionais propostos ou dividendos mínimos obrigatórios.

f) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição. As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridos.

g) Transações entre partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, e são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

h) Reconhecimento da receita de venda de energia

A receita é mensurada com base na contraprestação precificada no contrato com o cliente pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos incidentes sobre ela.

A receita é reconhecida conforme os contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida mensalmente, dado que o cliente, simultaneamente, recebe e consome os benefícios fornecidos pela Companhia, consequentemente, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que a energia é efetivamente entregue ao cliente.

i) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

São segregados no balanço patrimonial e no resultado entre impostos correntes e diferidos.

i.1) Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados de acordo com as bases tributárias e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações contábeis.

O benefício fiscal da redução de imposto de renda, para empreendimentos construídos em região incentivada, é reconhecido como redutor da despesa de imposto de renda e transferido da rubrica "Lucros acumulados" para "Reserva de incentivos fiscais", no patrimônio líquido.

i.2) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados aplicando-se as alíquotas efetivas previstas nos exercícios sociais em que se espera realizar ou exigir as diferenças temporárias. Esses tributos diferidos são integralmente apresentados no grupo "não circulante", independente da expectativa de realização e da exigibilidade dos valores que lhes dão origem.

j) Operações controladas em conjunto

A CEE detém uma participação de 40,07% no Ceste (entidade sem personalidade jurídica) para a implantação e exploração da UHE Estreito. Desta forma, os ativos, passivos, receitas e despesas relativas a estas operações são reconhecidas diretamente nas demonstrações contábeis da Companhia.

k) Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas

A elaboração das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas e julgamentos para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações contábeis. As premissas utilizadas são baseadas em informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. Essas estimativas são revisadas periodicamente e seus resultados podem diferir dos valores inicialmente estimados.

As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas relativas, principalmente, à vida útil do ativo imobilizado.

l) Novas normas, alterações e interpretações

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu revisões às normas existentes, aplicáveis a partir de 01.01.2021. A relação destas revisões aplicáveis e adotadas pela Companhia e respectivos impactos é apresentada a seguir:

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 17 Pronunciamentos Técnicos CPC 06 (R2) – Arrendamentos, CPC 11 – Contratos de seguro, CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidênciação e CPC 48 – Instrumentos financeiros.	11.02.2021	01.01.2021	Sem impactos relevantes
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 18 Pronunciamentos Técnicos CPC 06 (R2) – Arrendamentos - Benefícios relacionados a Covid-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento – prorrogação.	11.06.2021	Vigência estabelecida pelos órgãos reguladores que o aprovarem.	Sem impactos relevantes

m) Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes

A partir de 01.01.2022, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia:

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação (Brasil/ Status)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 19 Pronunciamentos Técnicos CPC 15 (R1) – Combinação de negócios, CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, CPC 27 – Ativo imobilizado, CPC 29 – Ativo biológico e produto agrícola, CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade e CPC 48 – Instrumentos financeiros.	01.10.2021	01.01.2022	Sem impactos relevantes
Pronunciamento Técnico CPC nº 50 Este Pronunciamento vem substituir a norma atualmente vigente sobre Contratos de seguro (CPC 11).	07.05.2021	01.01.2023	Não aplicável à Companhia

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2021	31.12.2020
Caixa e depósitos bancários à vista	201	600
Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa	347.452	125.552
	347.653	126.152

A Companhia é participante do Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa de sua controladora, ENGIE Brasil Energia, concentrando suas aplicações financeiras neste fundo. As operações realizadas pelo fundo possuem liquidez imediata, são remuneradas pela Selic e estão lastreadas em títulos públicos federais. A rentabilidade média do fundo nos anos de 2021 e 2020 foi de cerca de 99,0% e 98,7% do CDI (taxa referencial dos Certificados de Depósitos Interbancários), respectivamente.

NOTA 5 - CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	31.12.2021	31.12.2020
Distribuidoras	70.007	64.616
Transações realizadas na CCEE¹	7.701	30.544
Provisão para perdas de crédito esperadas	(17)	(17)
	77.691	95.143

(1) Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

O prazo médio de recebimento da energia vendida por meio de contratos é de aproximadamente 30 dias, contados do primeiro dia do mês subsequente à venda, enquanto o prazo dos valores liquidados na CCEE é de aproximadamente 45 dias. Não havia valores vencidos em 31.12.2021 e 31.12.2020 que não estejam considerados nas perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa.

NOTA 6 - DEPÓSITOS VINCULADOS

	31.12.2021	31.12.2020
Depósitos para reinvestimento	1.944	-
Ativo circulante	1.944	-
FUNAI - Fundação Nacional do Índio	6.268	6.240
Ativo não circulante	6.268	6.240
	8.212	6.240

A Companhia mantém depósito vinculado que visa atender o componente indígena do processo de licenciamento ambiental do UHE Estreito por meio de repasse dos valores acordados.

NOTA 7 - PRÊMIO DE RISCOS A APROPRIAR – REPACTUAÇÃO DE RISCO HIDROLÓGICO A APROPRIAR

Em dezembro de 2015, a Aneel concedeu anuência ao acordo de repactuação do risco hidrológico relativo à energia que estava vendida no Ambiente de Contratação Regulada (ACR). Como condição para a adesão ao referido acordo, a Companhia formalizou a desistência de qualquer disputa judicial com a Aneel que impedia a aplicação direta do mecanismo de redução de garantia física, denominado *Generation Scaling Factor* (GSF). As regras da repactuação estabeleceram opções de escolha do nível de risco hidrológico a ser assumido pelos geradores que, em contrapartida, assumiram o compromisso de pagar um prêmio de risco definido pela Aneel ao longo do prazo do contrato de venda de energia no ACR. Com base no novo patamar de risco definido nos termos da repactuação, o GSF correspondente ao ano de 2015 foi recalculado, resultando em um excedente de pagamento em relação ao valor apurado, cujo montante vem sendo compensado com os "prêmios de risco" devidos pela Companhia, calculados a valor presente.

Esse prêmio de risco a apropriar é amortizado de forma linear, sendo o valor amortizado, em 2021 e 2020, de R\$ 2.073.

a) Perfil de realização da repactuação de risco hidrológico apresentada no não circulante

Ano	Valor
2023	2.073
2024	2.073
2025	2.073
2026	2.073
2027	2.073
2028 a 2032	10.366
2033	521
	21.252

NOTA 8 - IMOBILIZADO

a) Composição

	31.12.2021			31.12.2020	
	Taxa média de depreciação	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Reservatórios, barragens e adutoras	3,80%	1.680.153	(634.768)	1.045.385	1.108.932
Máquinas e equipamentos	3,90%	860.736	(322.242)	538.494	566.087
Edificações e benfeitorias	3,70%	34.871	(12.237)	22.634	23.038
Móveis e utensílios	6,30%	247	(86)	161	163
Veículos	14,30%	476	(440)	36	61
		2.576.483	(969.773)	1.606.710	1.698.281
Em curso		1.045	-	1.045	5.748
		2.577.528	(969.773)	1.607.755	1.704.029

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado periodicamente, sendo que em 31.12.2021 a Administração da Companhia avalia que não há indicadores que resultem na necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável de ativos.

b) Mutação do imobilizado

	Reservatórios, barragens e adutoras	Máquinas e equipamentos	Edificações e benfeitorias	Outros	Em curso	Total
Saldos em 31.12.2019	1.172.584	598.653	23.535	265	5.669	1.800.706
Ingressos	-	-	-	-	2.045	2.045
Transferências	44	1.141	769	12	(1.966)	-
Depreciação	(63.696)	(33.707)	(1.266)	(53)	-	(98.722)
Saldos em 31.12.2020	1.108.932	566.087	23.038	224	5.748	1.704.029
Ingressos	-	-	-	-	2.563	2.563
Transferências	149	6.234	870	13	(7.266)	-
Depreciação	(63.696)	(33.827)	(1.274)	(40)	-	(98.837)
Saldos em 31.12.2021	1.045.385	538.494	22.634	197	1.045	1.607.755

c) Depreciação dos ativos que integram o Projeto Original da Usina

A Administração da Companhia, com base exclusivamente na interpretação da Lei nº 8.987/95 e do Decreto nº 2.003/96, considera que não há total garantia quanto à indenização pelo Poder Concedente do valor residual dos bens que integram o Projeto Original. Dessa forma, estes ativos são depreciados com base nas taxas determinadas pela Aneel, limitadas ao prazo da concessão, embora, a legislação e os contratos prevejam a possibilidade da sua renovação.

Não há saldos de ativos totalmente depreciados em 31.12.2021 e em 31.12.2020.

d) Autorização do Órgão Regulador

O Consórcio Estreito, do qual a Companhia faz parte, é detentor da concessão para exploração de energia elétrica da UHE Estreito, com capacidade instalada de 1.087 MW, pelo prazo de 35 anos, a contar da data de 26.11.2002.

e) Indisponibilidade dos bens

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26.02.1957, os bens e as instalações utilizados na produção de energia elétrica, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

NOTA 9 - INTANGÍVEL

a) Composição

	31.12.2021			31.12.2020	
	Período de amortização	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Total
Direito de extensão de concessão	Até 2043.	137.845	-	137.845	-
Direito de concessão	Até 2043.	43.137	(17.338)	25.799	27.555
Direito de uso de servidão	Até 2037.	24.701	(23.571)	1.130	1.220
		205.683	(40.909)	164.774	28.775

a.1) Direito de extensão de concessão – repactuação do risco hidrológico

Em 08.09.2020 entrou em vigor a Lei nº 14.052, que alterou em partes a Lei nº 13.203, de 2015, e estabeleceu novas condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica. A Lei nº 14.052, determinou que os titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE, poderão ser compensados pelos efeitos decorrentes (i) de restrições ao escoamento da energia em função de atraso na entrada em operação ou de entrada em operação em condição técnica insatisfatória das instalações de transmissão de energia elétrica destinadas ao escoamento; e (ii) da diferença entre a garantia física outorgada na fase de motorização e os valores da agregação efetiva de cada unidade geradora motorizada ao Sistema Interligado Nacional (SIN), e que referida compensação dar-se-á mediante a extensão do prazo de outorga, limitada a 7 anos, calculada com base nos valores dos parâmetros aplicados pela Aneel. Em 01.12.2020, foi editada a Resolução Normativa Aneel nº 895, a qual estabeleceu a metodologia para o cálculo da compensação e os procedimentos para a repactuação do risco hidrológico.

Em reunião do Conselho de Administração de sua controladora ENGIE Brasil Energia, realizada em 15.12.2020, foi aprovada a adesão da Companhia à referida repactuação do risco hidrológico.

Em 02.03.2021, a CCEE publicou a revisão nos cálculos de compensação, contemplando, dentre outros itens: (i) a aplicação da taxa de desconto no cálculo das extensões das outorgas; e (ii) a consideração dos impactos decorrentes da caducidade das concessões da Abengoa e da Isolux no escoamento da UHE Belo Monte. Adicionalmente, em julho de 2021, foi publicada a Lei nº 14.182, que trata sobre a desestabilização da Eletrobras e sobre a retroatividade dos efeitos de GSF (*Generation Scaling Factor*), passando a prever explicitamente que para o período anterior ao início de vigência da repactuação de risco hidrológico, a integralidade da garantia física das usinas será considerada como parcela de energia não repactuada para fins de recebimento do ressarcimento. As Resoluções Homologatórias nº 2.919/2021 e nº 2.932/2021, homologaram o prazo de extensão da outorga das usinas, sendo que a segunda é relativa as usinas que foram afetadas pelo novo tratamento do período anterior ao início de vigência da repactuação do risco hidrológico.

Em 31.12.2021, a Companhia havia concluído o processo de formalização para adesão ao acordo nas condições apresentadas pelas Resoluções Homologatórias supracitadas, conforme autorizado pelo Conselho de Administração em 15.12.2020, e obteve a concordância de todas as consorciadas.

b) Mutação do intangível

	31.12.2021	31.12.2020
Saldo em 31.12.2019	30.622	-
Amortização	(1.847)	-
Saldo em 31.12.2020	28.775	-
Ingresso	137.844	-
Amortização	(1.845)	-
Saldo em 31.12.2021	164.774	-

c) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, a existência de eventos que possam levar à perda de valores não recuperáveis dos intangíveis. Em 2021, não houve quaisquer indicativos que resultaram na redução do valor recuperável dos intangíveis da Companhia.

NOTA 10 - FORNECEDORES

	31.12.2021	31.12.2020
Fornecedores de materiais e serviços	8.486	8.556
Encargos de uso da rede elétrica	4.402	4.148
Energia elétrica comprada para revenda	1.008	2.449
	13.896	15.153

Classificação no balanço patrimonial

Passivo circulante	7.628	8.913
Passivo não circulante	6.268	6.240
	13.896	15.153

NOTA 11 - GERENCIAMENTO DE RISCO E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, segue integralmente as regras do Fórum de Gerenciamento de Riscos da ENGIE Brasil Energia S.A., sua controladora direta. Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um destes fatores de risco:

a) Risco de mercado

Esse risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros aplicadas aos seus passivos, resultando em efeitos em suas despesas financeiras.

A Companhia está exposta à índices flutuantes relacionados às variações do IPCA, em decorrência dos saldos da concessão a pagar.

A seguir é apresentado análise de sensibilidade preparada pela Companhia. O cenário -base provável para o ano de 2022 foi definido por meio destas premissas disponíveis no mercado (Fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil).

Risco de variação	Variação	Cenário Provável		Sensibilidade	
		2021	2022	Provável	Δ + 25% (*)
IPCA	10,1%	5,0%	-5,1 p.p.	1,3 p.p.	-0,8 p.p.

(*) Variações sobre o cenário provável de 2020.

A sensibilidade provável foi calculada com base nas variações entre os índices do ano de 2021 e os previstos no cenário provável para 2022, e demonstram os eventuais impactos adicionais no resultado da Companhia. As demais sensibilidades apresentadas foram apuradas com base (i) na variação de 25%; e (ii) nas estimativas da Administração sobre o cenário projetado, as quais correspondem a avaliação da Administração de alteração razoavelmente possível nas taxas de juros e índices flutuantes para 2022. As variações que poderão impactar o resultado e, consequentemente, o patrimônio líquido de 2022, em comparação com o ano de 2021, caso tais cenários se materializem, são estas:

Saldo em 31.12.2021	Sensibilidade		
	Provável	Δ + 25%	Administração

Concessão				
IPCA	60.698	(3.055)	744	(474)

Destaca-se que a totalidade dos contratos de venda de energia em vigor possui cláusula de reajuste inflacionário, com a aplicação do IPCA, o que representa um *hedge* natural de longo prazo.

b) Risco de crédito

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as vendas de energia e as aplicações financeiras. O histórico de perdas na Companhia em decorrência de dificuldade apresentada por bancos e clientes em honrar os seus compromissos é praticamente nulo.

Nas operações relacionadas à venda de energia, os créditos de todos os clientes são revisados anualmente e não há histórico de perdas por inadimplência relevante nas operações da Companhia. Adicionalmente, sua controladora ENGIE Brasil Energia realiza análise de crédito de todos os clientes, de acordo com sua Política de Crédito. A Companhia segue integralmente as regras desta Política de Crédito.

No que tange à aplicação no mercado financeiro, os recursos disponíveis da Companhia são alocados em um Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa, o qual tem como política a alocação de seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco. Em 31.12.2021, esse fundo possuía 100% de sua carteira em ativos com prazo de crédito do Governo Brasileiro, todos com liquidez diária. De acordo com o planejamento financeiro da Companhia, os recursos desse fundo serão utilizados no curto prazo, reduzindo substancialmente o risco de quaisquer efeitos significativos nos seus rendimentos, em decorrência de eventual redução da taxa básica de juros da economia brasileira.

c) Risco de liquidez

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada anualmente com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

No demonstrativo a seguir apresenta-se o perfil previsto de liquidação dos principais passivos financeiros da Companhia registrados em 31.12.2021. Os valores foram determinados com base nos fluxos de caixa não descontados previstos, considerando a estimativa de amortização de principal e pagamento de juros futuros, quando aplicável.

	Até 1 ano	De 2 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	7.628	6.268	-	-	13.896
Concessões	7.322	14.841	14.841	82.245	119.249
	14.950	21.109	14.841	82.245	133.145

NOTA 13 - PROVISÕES PARA COMPROMISSOS SOCIOAMBIENTAIS

Registra os compromissos socioambientais estabelecidos nas condicionantes estabelecidas nas licenças de instalação e operação da Usina. O saldo, circulante e não circulante, das provisões em 31.12.2021 é de R\$ 12.599 (R\$ 14.600 em 31.12.2020).

NOTA 14 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativo e passivo, estão apresentados de forma líquida, como segue:

a) Composição

Natureza dos créditos	31.12.2021			31.12.2020	
	Base de cálculo	IR	CSLL	Total	Total
Passivo:					
Depreciação acelerada	333.435	83.358	30.009	113.367	101.394
Repactuação de risco hidrológico	137.845	34.460	12.406	46.866	-
Outros	244	61	22	83	45
		117.879	42.437	160.316	101.439
Ativo:					
Provisões	2.394	599	215	814	744
Outros	375	94	34	128	88
		693	249	942	832
Valor líquido		117.186	42.188	159.374	100.607

b) Expectativa de realização e de exigibilidade

	Ativo	Passivo
2023	117	76
2024	820	3
2025	1	1
2026	1	1
2027	1	8.098
2028 a 2032	2	40.490
2033 em diante	-	111.647
	942	160.316

NOTA 15 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia, em 31.12.2021 e 31.12.2020 era de R\$ 1.369.380, representado por 1.369.380.416 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, das quais 1.369.380.411 pertencentes à ENGIE Brasil Energia e 5 de propriedade da ENGIE Brasil Energias Complementares Participações Ltda.

b) Reservas de lucros

A composição das reservas de lucros é demonstrada a seguir:

	31.12.2021	31.12.2020
Reserva legal	66.073	46.615
Reserva de incentivos fiscais	217.373	144.395
Reserva de retenção de lucros	-	79.625
	283.446	270.635

b.1) Reserva legal

Do lucro líquido do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social da Companhia. A referida reserva tem a finalidade de assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social.

b.2) Reserva de incentivos fiscais

A reserva é constituída mediante destinação da parcela do resultado do exercício equivalente ao benefício fiscal concedido pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Corresponde à redução de 75% no imposto de renda calculado sobre o lucro da exploração das atividades desenvolvidas pelas usinas detentoras do benefício.

NOTA 16 - DIVIDENDOS

a) Mutação dos dividendos a pagar

Dividendo mínimos obrigatórios	129.673
Saldo em 31.12.2020	129.673
Dividendo mínimos obrigatórios	281.887
Dividendos intermediários aprovados no exercício	79.625
Dividendos pagos no exercício corrente	(209.298)
Saldo em 31.12.2021	281.887

b) Política de dividendos

A política de dividendos da Companhia estabelece que seus acionistas tenham direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a até 95% do lucro líquido ajustado do exercício.

c) Dividendos adicionais propostos

Em 31.12.2021 a Companhia encaminhou para aprovação em Assembleia a proposta de

pagamento de dividendos adicionais no valor de R\$ 14.836.

NOTA 17 - CONCILIAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada nas demonstrações dos resultados.

	2021	2020
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Suprimento de energia elétrica	618.562	554.666
Transações no mercado de curto prazo	79.593	16.635
	698.155	571.301

DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL

PIS e Cofins	(60.865)	(52.845)
Pesquisa e desenvolvimento	(3.375)	(3.351)
	(64.240)	(56.196)

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

NOTA 18 - RESULTADO FINANCEIRO

	2021	2020
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	11.038	6.448
Juros sobre valores a receber	1.082	9
Renda de depósitos vinculados	-	1.121
Outras receitas financeiras	-	3
	12.120	7.581

Despesas financeiras

Juros e variação monetária	-	57.570
Financiamentos	-	-
Concessão a pagar	11.130	8.003
Outros	11	44
Outras despesas financeiras	385	239
	11.526	65.856
	(594)	58.275

Resultado financeiro

NOTA 19 - CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS, NO RESULTADO

	2021			2020		
	IR	CSLL	Total	IR	CSLL	Total
Resultado antes dos tributos	479.063	479.063	479.063	220.759	220.759	220.759
Alíquota nominal	25%	9%	34%	25%	9%	34%
Despesa às alíquotas nominais	(119.765)	(43.116)	(162.881)	(55.190)	(19.868)	(75.058)
Diferenças permanentes						
Incentivos fiscais	72.978	-	72.978	38.730	-	38.730
Outros	5	(6)	(1)	21	(1)	20
	(46.782)	(43.122)	(89.904)	(16.439)	(19.869)	(36.308)

Composição dos tributos no resultado

Corrente	(3.571)	(27.566)	(31.137)	(7.591)	(16.684)	(24.275)
Diferido	(43.211)	(15.556)	(58.767)	(8.848)	(3.185)	(12.033)
	(46.782)	(43.122)	(89.904)	(16.439)	(19.869)	(36.308)

NOTA 20 - COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

A Companhia possui os seguintes compromissos de longo prazo considerados relevantes:

a) Contrato de venda de energia elétrica

A Companhia participou do 5º Leilão de Energia Nova, realizado em outubro de 2007, no qual foi vendido para as distribuidoras de energia elétrica que participam do ACR, durante 30 anos, a partir de 01.01.2012, 256 MW médios. Em 31.12.2021, o saldo remanescente do contrato é de R\$ 12.140.365.

b) Contrato de conexão

A Companhia mantém contrato de conexão com a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (Eletronorte). Em 31.12.2021, o valor dos compromissos futuros decorrentes dos contratos de conexão é de R\$ 393.

c) Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST)

A Companhia mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema (ONS) para o uso do sistema de transmissão, cuja vigência é pelo prazo da concessão ou a extinção das empresas transmissoras, o que ocorrer primeiro. Em 31.12.2021, o saldo a realizar do contrato é de R\$ 772.940.

d) Repactuação do risco hidrológico

Em dezembro de 2015, a Companhia aderiu a repactuação do risco hidrológico de usinas cuja energia foi comercializada no ACR. Esta repactuação se deu por meio da transferência do risco hidrológico ao consumidor, mediante pagamento de prêmio de risco pela Companhia.

Com base no novo patamar de risco definido, o GSF correspondente ao ano de 2015 foi

recalculado, resultando em um montante pago a maior que vem sendo compensado com os prêmios de risco devidos pela Companhia, calculados a valor presente. Os pagamentos futuros estimados desses prêmios de risco, após a compensação dos referidos montantes, em 31.12.2021, é de R\$ 30.575.

NOTA 21 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração dos administradores

Nos exercícios findos em 31.12.2021 e 31.12.2020 os administradores não receberam remuneração nem benefícios, em razão de renúncia a esse direito. Os administradores da Companhia são remunerados pela controladora ENGIE Brasil Energia e as despesas com tal remuneração compõem o preço da prestação de serviços administrativos, descrita a seguir.

b) Valores reconhecidos em contas patrimoniais e de resultado

	Passivo		
	Fornecedor	Energia	Outros
31.12.2021			
EBC¹	1.008	-	-
EBE	-	553	281.887
	1.008	553	281.887
31.12.2020	2.449	553	129.673

(1) ENGIE Brasil Energia Comercializadora Ltda.

	Receita		Custo		Despesa
	Suprimento de energia elétrica	Compra de energia	Compra de energia	Serviços de terceiros	
31.12.2021					
Diamante	31.537	-	63.299	-	-
EBC	-	-	15.534	-	-
EBE	-	-	-	450	450
	31.537	-	78.833	450	450
31.12.2020	-	-	21.403	427	427

As transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia compreendem basicamente: (i) compra e venda de energia; e (ii) serviços de operação e manutenção da usina. Os detalhes das transações mais relevantes estão a seguir demonstrados:

c) Compra e venda de energia

A CEE possui contrato de compra de energia com a EBC, com o objetivo de recompor as perdas que ocorrem desde a geração até a interligação com o Sistema Interligado Nacional (SIN), no montante de 9 MW médios, cuja vigência é de 01.01.2012 a 31.12.2041 e a atualização se dá pelo IPCA. O compromisso futuro do contrato atualizado para 31.12.2021 é de R\$ 214.276.

d) Operação e manutenção

A Companhia, por intermédio do Ceste, possui contrato com a ENGIE Brasil Energia, para serviços de operação e manutenção da UHE Estreito, com término em 28.04.2025, através do qual a ENGIE Brasil Energia se obriga a operar e efetuar as manutenções dos ativos do empreendimento. O valor contratual é reajustado anualmente com base em um mix dos índices IPCA (20%) e INPC (80%) e o saldo dos compromissos futuros, em 31.12.2021, é de R\$ 120.778 (R\$ 133.344 em 31.12.2020).

NOTA 22 - SEGUROS

A Companhia é participante da apólice de seguro internacional de danos à propriedade e interrupção de negócios – *Property Damaged Business Interruption* (PDBI) do programa de seguros do Grupo ENGIE. A vigência do seguro é até 31.05.2022 e o valor de cobertura é de R\$ 1.429.636 relativa a danos materiais e R\$ 237.991 relativa a lucros cessantes.

NOTA 23 - EVENTOS SUBSEQUENTES

A Companhia realizou o pagamento parcial dos dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$ 281.199 em 28.03.2022.

(Nominata de assinaturas das Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2021, da Companhia Energética Estreito).

DIRETORIA EXECUTIVA

Eduardo Antônio Gori Sattamini
Diretor Presidente

José Luiz Jansson Laydner
Diretor Técnico-Operacional

Marcelo Cardoso Malta
Diretor Administrativo e Financeiro

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Paulo Roberto Keller de Negreiros
Gerente do Departamento de Contabilidade
Contador - CRC RS-068193/O-2 T-SC

**ELEIÇÕES SINDICAIS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

A presidente do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Lages e Região, sita à Rua Baependi, 183, Centro de Lages, SC, com base territorial nos municípios de: Abdon Batista, Anita Garibaldi, Bom Jardim da Serra, Campo Belo do Sul, Celso Ramos, Correia Pinto, Curitibaanos, Lages, Otacílio Costa, Ponte Alta, São José do Cerrito, Santa Cecília, São Joaquim e Urupema, no uso de suas atribuições estatutárias, convoca os associados da Entidade, para Eleições Gerais, da Diretoria, Conselho Fiscal e Delegados Representantes Junto a Federação, Efetivos e Suplentes. As Eleições serão realizadas no dia 22 de junho de 2022, com mandato iniciando em 05/09/2022 e término em 04/09/2026. Os votos serão colhidos através de 06(seis) urnas coletoras itinerantes, que percorrerão os locais de trabalhos para coleta dos votos. Todas as urnas coletarão os votos das 09:00hs às 18:00hs. Nos termos do Artigo 61 do Estatuto Social da Entidade, fica aberto o prazo de 10 (dez) dias, a contar desta data para o registro de chapas, e encerrando-se no dia 09/05/2022 às 18:00 horas. O registro deverá ser efetuado junto a secretaria do Sindicato, que manterá pessoa habilitada para efetuar o registro das chapas e prestar informações sobre o pleito, no horário das 08:00hs às 12:00hs e das 13:30hs às 17:30 horas de Segunda a Sexta-feira. Não havendo "QUORUM" por ocasião da primeira convocação, novas eleições serão realizadas no dia 21 de julho de 2022, somente entre as chapas inscritas para o primeiro pleito.

LAGES SC, 29 de Abril de 2022.
ELIANE PIRES ENCKEMAIER - PRESIDENTE

AVISO DE LICITAÇÃO

A Diretoria de Material e Patrimônio torna público que realizará licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, sob o n. 063/2022, às 13 horas do dia 16 de maio de 2022, que tem por objeto o fornecimento de insumos de higiene e limpeza para o enfrentamento do COVID 19, por meio do Sistema de Registro de Preços Permanente, conforme as especificações constantes do projeto básico anexo. Os interessados poderão acessar o edital pelo QR Code abaixo; ou, este e seus anexos, a partir do dia 29 de abril de 2022, por meio do endereço <https://www.gov.br/compras/pt-br/>. Contatos pelos telefones (48) 3287-2095 ou pregoeiros@tjsc.jus.br.



Florianópolis, 28 de abril de 2022.
Graziela Meyer Juliani
Diretora

**MUNICÍPIO DE TUBARÃO/SC
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2022**

TCE/SC 97BB3B35FDEE6C5E986DA38799957D26549C0021
O Município de Tubarão/SC, por intermédio da Fundação Municipal de Desenvolvimento Social, situada à Rua São Manoel, 140, Centro, Tubarão/SC, informa que se encontra aberta licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço por item, cujo objetivo é a contratação de pessoa jurídica para fornecimento de itens para festividades, que serão disponibilizados aos equipamentos da Fundação Municipal de Desenvolvimento Social.

Início da Sessão Pública do Pregão Presencial: 14:00 do dia 13/05/2022.
A entrega dos envelopes será até as 19:00 do dia 12/05/2022 no Departamento de Licitações e Contratos. O edital está disponível no endereço acima mencionado, no horário de expediente, das 13:00 às 19:00 horas, ou pelo site www.tubarao.sc.gov.br.

Tubarão/SC, 28 de abril de 2022.
ANDRÉ FRETTE MAY
Diretor-Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 049-2022

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC, leva ao conhecimento dos interessados que em conformidade com a Lei nº 10.520/2002, a Lei Complementar n.º 123/2006, Decreto nº 3.555/2000, Decreto Municipal nº 381/2005, que regulamentam a licitação na modalidade de Pregão, bem como, a Lei 8.666/93, e suas modificações, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará o procedimento licitatório abaixo:

LICITAÇÃO Nº 049/2022 – PREGÃO PRESENCIAL
OBJETO: Aquisição de 1 filtro de água de 5.000lh (cinco mil litros por hora, 1 refil de água de 5.000lh (cinco mil litros por hora), 34 refis de água de 500 lh (quinhentos litros por hora) e 3 filtros centrais completos com refil de 500lh, a serem instalados nas Escolas e Centros de Educação Infantil do município, em conformidade com as especificações constantes do Anexo I, parte integrante deste Edital.

DATA/HORÁRIO DE ENTREGA DOS ENVELOPES: 10/05/2022 às 10:30h
DATA/HORÁRIO DE ABERTURA: 10/05/2022 –11:00hs

O presente edital poderá ser obtido na Secretaria de Administração/Setor de Licitação da Prefeitura Municipal, localizado à Praça Dr. Getúlio Vargas, 01 – Centro – São Francisco do Sul-SC, no horário das 08:00 às 14:00 ou no site: www.saofranciscodosul.sc.gov.br <https://diariomunicipal.sc.gov.br/site>

São Francisco do Sul, 28 de abril de 2022
Carlos Roberto Nunes - Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas



ENGIE BRASIL ENERGIA S.A.

Companhia Aberta
CNPJ nº 02.474.103/0001-19 – NIRE 4230002438-4



AVISO AOS ACIONISTAS

Comunicamos aos Senhores e Senhoras Acionistas e ao mercado em geral que, conforme aprovado na Assembleia Geral Ordinária da ENGIE Brasil Energia S.A., realizada nesta data, serão creditados dividendos complementares no valor de R\$ 549.797.688,93 (quinhentos e quarenta e nove milhões, setecentos e noventa e sete mil, seiscentos e oitenta e oito reais e noventa e três centavos), correspondentes a R\$ 0,6738313480 por ação, proventos complementares aos dividendos intermediários (com base na reserva de lucros), dividendos intercalares e juros sobre o capital próprio referentes ao exercício 2021. Os referidos dividendos complementares serão pagos posteriormente, conforme definido pela Diretoria Executiva, e comunicado por meio de Aviso aos Acionistas, com base nos dados cadastrais existentes no Itaú Unibanco Banco Múltiplo S.A. em 11 de maio de 2022. As ações da Companhia, portanto, serão negociadas ex-dividendo complementar a partir de 12 de maio de 2022. Assim, o total de proventos do exercício de 2021 atingiu R\$ 2.037.985.001,27 (R\$ 2,4977518245 por ação), equivalente a 100% do lucro líquido ajustado e do lucro retido destinado a reserva de lucros em 2020.

Florianópolis, 28 de abril de 2022.

Eduardo Antonio Gori Sattamini
Diretor-Presidente e de Relações com Investidores

ENERGIAS EÓLICAS DO CEARÁ S.A.
CNPJ nº 09.265.531/0001-80 | NIRE nº 42 3 0004186-6

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

do. O Produto Interno Bruto (PIB) teve crescimento de 4,6%, a alta praticamente compensa o decréscimo de 4,1% observado em 2020.

A atividade econômica brasileira iniciou uma recuperação, ainda que ligeiramente abaixo da esperada. A inflação elevada, com pior resultado desde 2015, gerou impacto sobre o crescimento, com a deterioração do poder de compra das famílias. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) apresentou variação de 10,1%, enquanto o Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC) registrou, no acumulado do ano, 10,2%.

As incertezas trazidas pela pandemia e seus desdobramentos também influenciaram o mercado financeiro. A taxa básica de juros (Selic) atingiu 9,2%, alta de 7,2 p.p. no ano, enquanto o dólar (Ptax) bateu a marca de R\$ 5,58 – a moeda americana estava cotada em R\$ 5,19 ao fim de 2020.

4. Desempenho Operacional

a) Central Eólica Estrela

Em 2021, a geração total bruta de Estrela alcançou 109,9 GWh, 13,7% acima da geração obtida em 2020, que foi de 96,6 GWh.

O Índice de disponibilidade, considerando-se as paradas programadas, atingido no ano em análise foi de 90,9%, 0,3 p.p. superior à obtida em 2020, que foi de 90,6%.

b) Central Eólica Cacimbas

Em 2021, a geração total bruta de Cacimbas alcançou 78,5 GWh, 7,5% superior à geração verificada em 2020, que foi de 73,0 GWh.

O Índice de disponibilidade, considerando-se as paradas programadas, atingido no ano em análise foi de 85,8%, 9,0 p.p. inferior ao verificado em 2020, que foi de 94,8%.

c) Central Eólica Santa Monica

Em 2021, a geração total bruta de Santa Monica alcançou 66,3 GWh, inferior em 1,7% à geração verificada em 2020, que foi de 67,4 GWh.

O Índice de disponibilidade, considerando-se as paradas programadas, atingido no ano em análise foi de 76,9%, 15,1 p.p. inferior à verificada em 2020, que foi de 92,0%.

d) Central Eólica Ouro Verde

Em 2021, a geração total bruta de Ouro Verde alcançou 108,4 GWh, 28,0% superior à geração verificada em 2020, que foi de 84,7 GWh.

O Índice de disponibilidade, considerando-se as paradas programadas, atingido no ano em análise foi de 89,9%, 2,3 p.p. superior à obtida em 2020, que foi de 87,5%.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	13	-	-	82.921	70.269
Custos da energia vendida					
Depreciação e amortização	8	-	-	(20.970)	(20.965)
Serviços de terceiros				(13.534)	(11.421)
Encargos de uso da rede elétrica e de conexão				(3.307)	(3.079)
Energia elétrica comprada				(2.253)	(1.851)
Outros				(5.548)	(3.908)
				(45.612)	(41.224)
				37.309	29.045
LUCRO BRUTO					
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas, gerais e administrativas		(25)	(25)	(754)	(1.250)
Outras receitas operacionais			35	-	-
		(25)	10	(754)	(1.250)
Resultado de participações societárias	7				
Equivalência patrimonial		8.762	2.879	-	-
Amortização da mais valia		(233)	(233)	-	-
		8.529	2.646	-	-
		8.504	2.656	36.555	27.795
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS					
Resultado financeiro					
Renda de aplicações financeiras		122	32	1.890	1.058
Juros sobre depósitos vinculados		-	-	512	273
Juros e variação monetária sobre financiamentos	10	-	-	(22.587)	(20.855)
Juros sobre arrendamentos a pagar	11	-	-	(1.137)	(1.186)
Outras (despesas) receitas financeiras, líquidas		(6)	(33)	(3.226)	(1.807)
		116	(1)	(24.548)	(22.517)
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		8.620	2.655	12.007	5.278
Imposto de renda e contribuição social	14				
Corrente		(30)	(4)	(3.417)	(2.627)
Diferido		-	13	-	13
		(30)	9	(3.417)	(2.614)
		8.590	2.664	8.590	2.664

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	Nota	Reserva de Lucros		Lucros acumulados	Total
		Capital social	Reserva legal		
Saldos em 31.12.2019		165.872	2.970	44.302	213.144
Lucro líquido do exercício		-	-	-	2.664
Destinação proposta à AGO		-	-	-	-
-Reserva legal		-	133	-	(133)
-Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(253)
-Reserva de retenção de lucros		-	-	2.278	(2.278)
Saldos em 31.12.2020	12	165.872	3.103	46.580	215.555
Lucro líquido do exercício		-	-	-	8.590
Aumento de capital		200.400	-	-	-
Destinação proposta à AGO		-	-	-	-
-Reserva legal		-	430	-	(430)
-Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(816)
-Reserva de retenção de lucros		-	-	7.344	(7.344)
Saldos em 31.12.2021	12	366.272	3.533	53.924	423.729

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As principais bases de julgamento utilizadas para tal conclusão são: (i) principais atividades decorrentes de autorização de longo prazo; (ii) patrimônio líquido expressivo; (iii) forte geração de caixa operacional, inclusive com capacidade financeira para quitação de compromissos assumidos junto a instituições financeiras; e (iv) série histórica de lucros nos últimos exercícios sociais. Assim, conforme Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

NOTA 3 - SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Instrumentos financeiros

a.1) Caixa e equivalentes de caixa

São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao valor justo na data das demonstrações contábeis. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

a.2) Contas a receber de clientes

São reconhecidas quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, ou seja, se fizer necessário apenas o transcorrer do tempo para sua ocorrência. São registradas inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado.

a.3) Depósitos vinculados

São mantidos para atendimento às exigências legais e contratuais. São contabilizados inicialmente pelo valor depositado e, posteriormente, pelo custo amortizado.

a.4) Financiamentos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e, posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva.

b) Investimentos

Os investimentos em controladas são aqueles em que a Companhia está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade, e tem a capacidade de interferir nesses retornos por meio do poder que exerce sobre ela. Esses investimentos são avaliados pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis da controladora e consolidados integralmente para fins de apresentação das demonstrações contábeis consolidadas.

5. Desempenho Econômico-financeiro

a) Principais indicadores (expressos em milhares de reais)

Indicadores de resultado	2021	2020	Variação %
Receita operacional líquida	82.921	70.269	18,0
Lucro bruto	37.311	29.045	28,5
Margem bruta	45,0%	41,3%	3,7 p.p.
Resultado do serviço (Ebit)	36.557	27.795	31,5
Ebitda (Lajida)	57.527	48.760	18,0
Margem Ebitda (Lajida)	69,4%	69,4%	0,0 p.p.
Resultado financeiro	(24.548)	(22.517)	9,0
Lucro líquido do exercício	8.592	2.664	222,5

b) Comentários sobre o desempenho econômico-financeiro

O aumento no Ebitda apresentado deve-se, principalmente: (i) as reduções do mecanismo de ressarcimento previsto nos contratos de energia elétrica firmados no ACR; e (ii) aumento dos preços de energia ocorrido no ano de 2021. O lucro seguiu os mesmos efeitos, atenuado por uma maior despesa financeira.

6. Direitos dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária tem direito de voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária; de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 10% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades Anônimas; de fiscalizar a administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

7. Serviços de Auditoria

A Companhia informa que os auditores independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, não prestaram serviços não relacionados à auditoria independente em 2021.

8. Agradecimentos

A Administração da EEC agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e a todos aqueles que contribuíram para o desempenho da Companhia no ano de 2021. A Administração

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	8.590	2.664	8.590	2.664
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	8.590	2.664	8.590	2.664

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO) PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Fluxo de caixa das ativ. operacionais				
Lucro antes dos tributos	8.620	2.655	12.007	5.278
Conciliação do lucro:				
Resultado de participações societárias	(8.529)	(2.646)	-	-
Depreciação e amortização	-	-	20.970	20.965
Juros e variação monetária sobre financiamentos	-	-	22.587	20.855
Juros sobre depósitos vinculados	-	-	(512)	(273)
Juros sobre arrendamentos a pagar	-	-	1.137	1.186
Outros	1	(1)	3.173	1.497
Resultado antes dos trib. ajustado	92	8	59.362	49.508
Aumento (redução) nos ativos	-	-	-	-
Contas a receber de clientes	-	-	8.196	667
Créditos fiscais a recuperar	(13)	-	(398)	1.457
Outros ativos	41	(44)	382	5.735
(Redução) nos passivos				
Fornecedores	(2)	-	(45)	(870)
Ressarcimentos às distribuidoras	-	-	14.378	16.026
Outros passivos	-	(3)	369	(455)
Caixa gerado (utilizado pelas) nas operações	118	(39)	82.244	72.068
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(11)	-	(2.927)	(3.024)
Pagamentos de juros sobre financiamento	-	-	(10.983)	(10.137)
Caixa líquido das ativ. operacionais	107	(39)	68.334	58.907
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Dividendos recebidos de controladas	-	2.901	-	-
Aumento de capital de controladas	(200.400)	-	-	-
Aplicação no imobilizado e no intangível	-	-	(1.548)	(570)
Caixa líquido das atividades de investimento	(200.400)	2.901	(1.548)	(570)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Aumento de capital	200.400	-	200.400	-
Captação de financiamento, líquida de custo de captação	-	-	-	881
Pagamento de financiamento	-	-	(296.262)	(11.171)
Depósitos vinculados ao serv. da dívida	-	-	126	276
Pagamento de arrendamento	-	-	(1.386)	(1.371)
Dividendos pagos	-	(1.132)	-	(1.132)
Caixa líquido das atividades de financiamento	200.400	(1.132)	(97.122)	(12.517)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	107	1.730	(30.336)	45.820
Conciliação do caixa e equivalentes de caixa				
Saldo inicial	2.851	1.121	75.386	29.566
Saldo final	2.958	2.851	45.050	75.386
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	107	1.730	(30.336)	45.820
Compensação de imposto de renda e contribuição social	(14)	(1)	(430)	(707)
Fornecedores de imobilizado	-	-	1	378

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Senhores Acionistas,
A Administração da Energias Eólicas do Ceará S.A. ("EEC" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31.12.2021. As informações estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

1. Perfil Institucional

A Companhia é uma *holding* responsável pela exploração de quatro projetos eólicos no Estado do Ceará (CE): Central Eólica Estrela (Estrela), Central Eólica Cacimbas (Cacimbas), Central Eólica Santa Mônica – (Santa Monica) e Central Eólica Ouro Verde (Ouro Verde) que, em conjunto com outras 4 centrais eólicas, formam o Conjunto Eólico Trairi.

Energias Eólicas do Ceará	Capacidade Instalada (MW)	Garantia Física (MWm)
Central Eólica Estrela	29,7	14,0
Central Eólica Cacimbas	18,9	10,2
Central Eólica Santa Monica	18,9	9,0
Central Eólica Ouro Verde	29,7	13,2
TOTAL	97,2	46,4

A EEC não tem empregados e sua administração é realizada pela controladora indireta ENGIE Brasil Energia S.A., que cobra os seus honorários mediante contrato de prestação de serviços e reembolso das despesas com o pessoal diretamente alocado no Conjunto Eólico.

2. Controle Acionário

A totalidade do capital social da Companhia pertence à ENGIE Brasil Energias Complementares Participações Ltda., uma *holding* controlada pela ENGIE Brasil Energia. Sediada em Florianópolis, a ENGIE Brasil Energia é uma plataforma de investimento em infraestrutura em energia, atuante nas atividades de geração, comercialização, *trading* e transmissão de energia. Atua ainda no segmento de transporte de gás, por meio de participação na Transportadora Associada de Gás S.A. – TAG, em conjunto com outros sócios.

3. Ambiente Macroeconômico

O segundo ano da pandemia da Covid-19 foi, em linhas gerais, marcado pela recuperação do crescimento econômico e alta inflação – uma constante observada no Brasil e no mun-

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	Nota	ATIVO		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
		31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
ATIVO CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.958	2.851	45.050	75.386
Contas a receber de clientes	5	-	-	14.236	22.264
Dividendos a receber	7	1.253	420	-	-
Créditos fiscais a recuperar		12	14	86	383
Outros ativos circulantes		-	41	1.134	1.220
		4.223	3.326	60.506	99.253
ATIVO NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo					
Depósitos vinculados	6	-	-	13.355	12.969
Outros ativos não circulantes		2			

g.1) Imposto de renda e contribuição social correntes

São calculados individualmente por entidade de acordo com as bases tributárias e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações contábeis e são apresentados de forma líquida no balanço patrimonial, quando os tributos correspondem às mesmas entidades tributárias e serão quitados pelo valor líquido.

g.2) Imposto de renda e contribuição social diferidos

São calculados aplicando-se as alíquotas efetivas previstas para os exercícios sociais em que se espera realizar ou exigir as diferenças temporárias – diferenças entre o valor contábil dos ativos e dos passivos e sua base fiscal –, ou compensar os prejuízos fiscais e as bases negativas de contribuição social, quando aplicável. Esses tributos diferidos são integralmente apresentados no grupo "não circulante", de forma líquida, independente da expectativa de realização e da exigibilidade dos valores que lhes dão origem.

Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, seja no resultado, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

h) Provisão para desmobilização

Os custos de desmobilização das usinas pertencentes às controladas da Companhia são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para cumprir a obrigação, utilizando fluxos de caixa esperados, com base na melhor estimativa na data de reporte, e são reconhecidos em contrapartida dos custos do correspondente ativo. A atualização financeira da provisão é reconhecida na demonstração do resultado conforme incorrido. A provisão é revisada anualmente e quaisquer ajustes de estimativa são efetuados em contrapartida do custo do ativo.

i) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição. As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridos.

j) Transações entre partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, as quais são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

k) Receita de contrato com cliente

A receita é mensurada com base na contraprestação precificada no contrato com o cliente, pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos incidentes sobre ela. A receita é reconhecida conforme os contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida mensalmente, dado que o cliente simultaneamente recebe e consome os benefícios fornecidos pela Companhia, consequentemente, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que a energia é efetivamente entregue ao cliente.

l) Operações controladas em conjunto

Os ativos, passivos, receitas e despesas relativas à participação das controladas da Companhia nos Consórcios Trairi e Falsa-Trairi (entidades sem personalidade jurídica) são reconhecidos diretamente nas demonstrações contábeis das consorciadas.

m) Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas

Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações contábeis. Para apurar essas estimativas, a Administração utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando, ainda, pressupostos relativos a eventos futuros.

As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas relativas: (i) à vida útil do imobilizado; (ii) ao teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração; (iii) à provisão para desmobilização da Usina; e (iv) à estimativa da taxa incremental de arrendamento.

n) Novas normas, alterações e interpretações

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu revisões às normas existentes, aplicáveis a partir de 01.01.2021. A relação destas revisões aplicáveis e adotadas pela Companhia e respectivos impactos é apresentada a seguir:

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 17 17 Pronunciamentos Técnicos CPC 06 (R2) – Arrendamentos, CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidênciação e CPC 48 – Instrumentos financeiros.	11.02.2021	01.01.2021	Sem impactos relevantes
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 18 Pronunciamentos Técnicos CPC 06 (R2) – Arrendamentos - Benefícios relacionados à Covid-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento – prorrogação.	11.06.2021	Vigência estabelecida pelos órgãos reguladores que o aprovarem.	Sem impactos relevantes

o) Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes

A partir de 01.01.2022, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia:

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação (Brasil)/ Status	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 19 CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, CPC 27 – Ativo imobilizado, CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade e CPC 48 – Instrumentos financeiros.	01.10.2021	01.01.2022	Sem impactos relevantes
Pronunciamento Técnico CPC nº 50 Este Pronunciamento vem substituir a norma atualmente vigente sobre Contratos de seguro (CPC 11).	07.05.2021	01.01.2023	Não aplicável à Companhia

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Caixa e depósitos bancários à vista	54	48	3.625	4.171
Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa	2.904	2.803	41.425	71.215
	2.958	2.851	45.050	75.386

A Companhia é participante do Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa de sua controladora indireta, ENGIE Brasil Energia, concentrando suas aplicações financeiras neste fundo. As operações realizadas pelo fundo possuem liquidez imediata, são remuneradas pela Selic e estão lastreadas em títulos públicos federais. A rentabilidade média do fundo nos anos de 2021 e 2020 foi de cerca de 99,0% e 98,7% do CDI (taxa referencial dos Certificados de Depósitos Interbancários), respectivamente.

NOTA 5 - CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020
Distribuidoras	13.606	13.053
Transações realizadas na CCEE	549	9.061
ENGIE Brasil Energia Comercializadora Ltda ("EBC")	81	150
	14.236	22.264

Os saldos a receber de distribuidoras são recebidos em parcelas iguais em 10, 30 e 45 dias do mês subsequente ao mês de suprimento, enquanto os valores faturados mensalmente à CCEE são recebidos em aproximadamente 45 dias. Não havia valores vencidos em 31.12.2021 e 31.12.2020.

NOTA 6 - DEPÓSITOS VINCULADOS

Em 31.12.2021, a Companhia mantinha R\$ 13.355 (R\$ 12.969 em 31.12.2020) relativos a garantias vinculadas ao contrato de financiamento. Essas garantias visam assegurar o pagamento dos serviços de dívida com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), bem como das despesas de operação e manutenção, e são constituídas pelo montante equivalente a 3 meses do serviço da dívida e das despesas contratuais de operação e de manutenção, respectivamente. Com o pagamento antecipado dos financiamentos e a emissão do termo de quitação pelo BNDES, os depósitos relacionados aos contratos serão sacados em 2022.

NOTA 7 - INVESTIMENTOS**a) Composição**

	Controladora		Total
	31.12.2021	31.12.2020	
avaliação pelo método de equivalência patrimonial			
Equivalência patrimonial	415.141	206.811	
Mais valia na aquisição de investimento	5.416	5.649	
	420.557	212.460	

b) Avaliação pelo método de equivalência patrimonial**b.1) Mutação dos investimentos**

	Ouro Verde	Santa Mônica	Cacimbas	Estrela	Total
	Saldos em 31.12.2019	63.058	41.444	41.055	58.795
Dividendos	-	(156)	(264)	-	(420)
Equivalência patrimonial	(1.454)	1.639	2.784	(90)	2.879

Saldos em 31.12.2020	61.604	42.927	43.575	58.705	206.811
Aumento de capital	67.200	32.900	33.800	66.500	200.400
Dividendos	(224)	(64)	(317)	(227)	(832)
Equivalência patrimonial	2.353	682	3.341	2.386	8.762
Saldos em 31.12.2021	130.933	76.445	80.399	127.364	415.141

b.2) Informações financeiras das controladas

	Ouro Verde	Santa Mônica	Cacimbas	Estrela	% de participação
	Base 31.12.2021				
Ativo total	156.585	99.973	100.013	154.635	99,99
Passivo	25.652	23.528	19.614	27.271	99,99
Patrimônio Líquido	130.933	76.445	80.399	127.364	99,99
Lucro líquido do exercício	2.353	682	3.341	2.386	99,99

Mais valia na aquisição de investimentos

A mais valia paga nas aquisições das controladas decorreram do valor justo dos projetos básicos ambientais, da certificação de geração de energia, das medições de ventos, das licenças ambientais prévias e dos contratos de arrendamentos adquiridos na combinação de negócios. Estes ativos estão sendo amortizados nos prazos de autorizações das usinas, visto que os benefícios econômicos decorrentes das aquisições desses investimentos ocorrerão ao longo do prazo de autorização.

c) Autorizações do Órgão Regulador

Denominação	Capacidade		Resolução Autorizativa	Data da Autorização	Vencimento
	Instalada (MW)	Comercial (MwM)			
Ouro Verde	29,7	13,2	5.023	23.01.2015	22.01.2045
Santa Mônica	18,9	10,0	5.022	26.01.2015	25.01.2045
Cacimbas	18,9	10,2	5.040	05.02.2015	04.02.2045
Estrela	29,7	14,0	5.041	05.02.2015	04.02.2045
	97,2	47,4			

NOTA 8 - IMOBILIZADO**a) Composição**

Denominação	Consolidado			
	31.12.2021		31.12.2020	
	Taxa média de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Em serviço				
Terrenos	-	700	-	700
Edificações e benfeitorias	3,3%	17.733	(2.957)	14.776
Máquinas e equipamentos	3,7%	513.400	(100.912)	412.488
Outros	6,3%	19	(5)	14
		531.852	(103.874)	427.978
Em curso		1.147	-	1.147
		532.999	(103.874)	429.125

b) Mutação do ativo imobilizado

	Consolidado					Total
	Terrenos	Máquinas e equipamentos	Edificações e benfeitorias	Outros	Em curso	
Saldos em 31.12.2019	700	450.914	15.956	12	40	467.622
Ingressos	-	-	-	-	192	192
Baixas	-	(2)	-	-	-	(2)
Transferências	-	131	-	-	(131)	-
Depreciação	-	(19.513)	(590)	(1)	-	(20.104)
Saldos em 31.12.2020	700	431.530	15.366	11	101	447.708
Ingressos	-	-	-	-	1.584	1.584
Baixas	-	(38)	-	-	-	(38)
Transferências	-	534	-	4	(538)	-
Depreciação	-	(19.538)	(590)	(1)	-	(20.129)
Saldos em 31.12.2021	700	412.488	14.776	14	1.147	429.125

b.1) Ingressos – Provisão para desmobilização

A Companhia mantém reconhecido em seu imobilizado a provisão dos custos decorrentes da desmobilização de seus parques eólicos, com base no valor presente dos fluxos de caixa esperados para o cumprimento da obrigação de retirada dos ativos relacionados a esses parques e de restauração do local ao final dos prazos de autorização. A taxa real de desconto utilizada para o cálculo do valor presente foi de 3,59%, baseado nas taxas de títulos públicos com vencimento similar ao do término das autorizações. O saldo da provisão para desmobilização registrada no passivo não circulante em 31.12.2021 era de R\$ 34.087 (R\$ 30.729 em 31.12.2020).

NOTA 9 - GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, segue integralmente as regras do Fórum de Gerenciamento de Riscos da ENGIE Brasil Energia, sua controladora indireta. Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um destes fatores de risco:

a) Risco de crédito

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as vendas de energia e as aplicações financeiras. Nas operações de venda de energia, a Companhia minimiza o seu risco de crédito por meio da utilização de um mecanismo de constituição de garantias envolvendo os recebíveis de seus clientes. No que tange à aplicação no mercado financeiro, os recursos disponíveis da Companhia são alocados em um Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa, o qual tem como política a alocação de seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco. Em 31.12.2021, esse fundo possuía 100% de sua carteira em ativos com risco de crédito do Governo Brasileiro, todos com liquidez diária. De acordo com o planejamento financeiro da Companhia, os recursos desse fundo serão utilizados no curto prazo, reduzindo substancialmente o risco de quaisquer efeitos significativos nos seus rendimentos, em decorrência de eventual redução da taxa básica de juros da economia brasileira.

b) Risco de liquidez

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada anualmente com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

c) Categoria dos instrumentos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Ativos financeiros				
Valor justo por meio do resultado				
Aplicações financeiras	2.904	2.803	41.425	71.215
Custo amortizado				
Caixa e depósitos bancários à vista	54	48	3.625	4.171
Contas a receber de clientes	-	-	14.236	22.264
Depósitos vinculados	-	-	13.355	12.969
	2.958	2.851	72.641	110.619

Passivos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Custo amortizado				
Fornecedores	-	1	2.264	2.310
Ressarcimentos às distribuidoras	-	-	46.237	31.859
Financiamentos	-	-	-	284.658
	-	-	1	48.501

As aplicações financeiras estão avaliadas pelos preços cotados em mercado ativo (Nível 1).

NOTA 10 - FINANCIAMENTOS

Em julho de 2021, a controladas da Companhia realizaram o pagamento antecipado dos financiamentos com o BNDES, no valor total de R\$ 282.959, deste montante, R\$ 278.000 referia-se a principal e R\$ 4.959 a juros e comissões. O vencimento original era maio de 2033.

a) Mutação dos financiamentos

	Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31.12.2019	22.073	262.157	284.230
Ingresso	57	824	881
Juros e variação monetária	20.855	-	20.855
Transferências	2.085	(2.085)	-
Amortização de principal	(11.171)	-	(11.171)
Amortização de juros	(10.137)	-	(10.137)
Saldos em 31.12.2020	23.762	260.896	284.658
Ingresso	-	-	-
Juros e variação monetária	22.587	-	22.587
Transferências	260.896	(260.896)	-
Amortização de principal	(296.262)	-	(296.262)
Amortização de juros	(10.983)	-	(10.983)
Saldos em 31.12.2021	-	-	-

NOTA 11 - OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO

As controladas da Companhia possuem contratos de arrendamento dos terrenos nos quais estão instalados os parques eólicos de suas controladas. A vigência dos contratos é até 2047.

a) Direito de uso de arrendamentos

A mutação do direito de uso está apresentada a seguir:

	Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2020
Saldo em 31.12.2019	11.746	
Depreciação	(558)	
Saldo em 31.12.2020	11.188	
Remensuração	(767)	
Depreciação	(539)	
Saldo em 31.12.2021	9.882	

b) Arrendamentos a pagar

	Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31.12.2019	1.244	10.818	12.062
Juros	1.186	-	1.186
Transferência	192	(192)	-
Amortizações	(1.371)	-	(1.371)
Saldos em 31.12.2020	1.251	10.626	11.877
Remensuração	(91)	(676)	(767)
Juros	1.137	-	1.137
Transferência	203	(203)	-
Amortizações	(1.386)	-	(1.386)
Saldos em 31.12.2021	1.114	9.747	10.861

ENERGIAS EÓLICAS DO NORDESTE S.A.

CNPJ nº 09.277.762/0001-04 | NIRE nº 42.3.00003484-3

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da Energias Eólicas do Nordeste S.A. ("Companhia" ou "EEN"), tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. As informações estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando especificado em contrário, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

1. Perfil Institucional

A Companhia é uma *holding* responsável pelo desenvolvimento e implantação de projetos eólicos no estado do Ceará (CE): Central Eólica Trairi ("Trairi"), Central Eólica Guajiru ("Guajiru"), Central Eólica Mundau ("Mundau") e Central Eólica Fleixeiros I ("Fleixeiros"), que, em conjunto com outras 4 centrais eólicas, formam o Conjunto Eólico Trairi.

Energias Eólicas do Nordeste	Capacidade Instalada (MW)	Garantia Física (MWh)
Central Eólica Trairi	25,4	11,4
Central Eólica Guajiru	30,0	15,7
Central Eólica Mundau	30,0	10,8
Central Eólica Fleixeiros I	30,0	12,9
TOTAL	115,4	50,8

A EEN não tem empregados e sua administração é realizada pela controladora indireta ENGIE Brasil Energia S.A., que cobra os seus honorários mediante contrato de prestação de serviços e reembolso das despesas com o pessoal diretamente alocado no Conjunto Eólico.

2. Controle Acionário

A totalidade do capital social da Companhia pertence à ENGIE Brasil Energias Complementares Participações Ltda., uma *holding* controlada pela ENGIE Brasil Energia. Sediada em Florianópolis, a ENGIE Brasil Energia a ENGIE Brasil Energia é uma plataforma de investimento em infraestrutura em energia, atuante nas atividades de geração, comercialização, *trading* e transmissão de energia. Atua ainda no segmento de transporte de gás, por meio de participação na Transportadora Associada de Gás S.A. – TAG, em conjunto com outros sócios.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)					
ATIVO					
		Controladora		Consolidado	
	Nota	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
ATIVO CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	43.988	36	116.067	41.869
Contas a receber de clientes	5	-	-	10.384	9.943
Dividendos a receber	7	5.450	5.165	-	-
Outros ativos circulantes		253	1.176	5.529	2.437
		49.691	6.377	131.980	54.249
ATIVO NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo					
Depósitos vinculados	6	-	4.171	-	53.714
Outros ativos não circulantes		1.012	145	1.200	757
		1.012	4.316	1.200	54.471
Investimentos					
Imobilizado	8	-	-	357.405	374.810
Intangível		-	-	11.327	12.084
Direito de uso de arrendamentos	11	-	-	13.034	12.588
		411.723	247.566	382.966	453.953
TOTAL		461.414	253.943	514.946	508.202
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
		Controladora		Consolidado	
	Nota	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
PASSIVO CIRCULANTE					
Fornecedores		-	4	1.299	1.146
Dividendos	10	13.713	13.016	13.713	13.016
Financiamentos	12	-	-	24.544	-
Arrendamentos a pagar	11	-	-	1.509	1.287
Outros passivos circulantes		143	-	2.369	1.743
		13.856	13.020	18.890	41.736
PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Financiamentos	10	-	-	181.395	-
Arrendamentos a pagar	11	-	-	12.538	11.918
Provisão para desmobilização	8	-	-	32.270	29.089
Outros		-	-	3.690	3.141
		-	-	48.498	225.543
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	12	350.593	187.983	350.593	187.983
Reservas de lucros		55.826	52.940	55.826	52.940
Dividendos adicionais propostos		41.139	-	41.139	-
		447.558	240.923	447.558	240.923
TOTAL		461.414	253.943	514.946	508.202

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	Nota	Reservas de Lucros		Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
		Reserva de retenção de lucros	Reserva legal			
Saldos em 31.12.2019		187.983	11.153	159.192	-	358.328
Lucro líquido do exercício		-	-	-	54.803	54.803
Dividendos intermediários		-	-	(159.192)	-	(159.192)
Destinação proposta à AGO		-	-	-	-	-
- Reserva legal		-	2.740	-	(2.740)	-
- Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(13.016)	(13.016)
- Reserva de retenção de lucros		-	-	39.047	(39.047)	-
Saldos em 31.12.2020	12	187.983	13.893	39.047	-	240.923
Aumento de capital		162.610	-	-	162.610	162.610
Lucro líquido do exercício		-	-	-	57.738	57.738
Destinação proposta à AGO		-	-	-	-	-
- Reserva legal		-	2.886	-	(2.886)	-
- Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(13.713)	(13.713)
- Dividendos adicionais propostos		-	-	41.139	(41.139)	-
Saldos em 31.12.2021	12	350.593	16.779	39.047	41.139	447.558

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Energias Eólicas do Nordeste S.A. ("Companhia" ou "EEN") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina (SC) e foi constituída em 12.12.2007, com prazo de duração indeterminado. A Companhia tem como objeto social a participação, como *holding*, no capital de outras sociedades, quer como acionista ou sócia, ou em consórcios.

As eólicas controladas pela EEN são partes dos consórcios Trairi e Falsa-Trairi. As Centrais Eólicas Mundau, Guajiru e Fleixeiros I possuem participações de 14,11% no Consórcio Trairi e de 7,06% no Falsa Trairi. Já a Eólica Trairi possui participação de 11,95% no Consórcio Trairi e de 5,98% no Falsa-Trairi. Os ativos, os passivos, as receitas e as despesas desses consórcios são reconhecidos diretamente nas demonstrações contábeis da consorciada, com base nas respectivas participações nos consórcios.

O Consórcio Trairi construiu a subestação Trairi e as linhas de conexão das usinas à esta subestação. Já o Consórcio Falsa-Trairi foi o responsável pela construção das linhas de transmissão à subestação Pecém (CE).

A Companhia não tem empregados e os seus administradores renunciaram ao direito de receber qualquer remuneração. A administração da Companhia é conduzida pela controladora indireta, ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia"), que cobra pela prestação de serviços e solicita reembolso das despesas incorridas com pessoal diretamente dedicado às atividades das usinas.

Os anos de 2020 e 2021 foram marcados pelos efeitos da pandemia da Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus, que impactou, e continua impactando, a economia mundial. Em decorrência disto, foram tomadas medidas restritivas no sentido de determinar o distanciamento social e o fechamento de estabelecimentos comerciais, além da paralisação da indústria. As restrições impostas pelo isolamento social trouxeram efeitos importantes na atividade de diversos setores, na renda das famílias e nos investimentos no país. Na medida em que a situação da pandemia foi melhorando e, com isso, as restrições às atividades econômicas gradativamente reduzidas, houve evolução em diferentes regiões e segmentos de negócios. Em 2021 e 2020, a Companhia não apurou impactos significativos decorrentes da pandemia em suas demonstrações contábeis.

3. Ambiente Macroeconômico

O segundo ano da pandemia da Covid-19 foi, em linhas gerais, marcado pela recuperação do crescimento econômico e alta inflação – uma constante observada no Brasil e no mundo. O Produto Interno Bruto (PIB) teve crescimento de 4,6%, a alta praticamente compensa o decréscimo de 4,1% observado em 2020.

A atividade econômica brasileira iniciou uma recuperação, ainda que ligeiramente abaixo da esperada. A inflação elevada, com pior resultado desde 2015, gerou impacto sobre o crescimento, com a deterioração do poder de compra das famílias. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) apresentou variação de 10,1%, enquanto o Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC) registrou, no acumulado do ano, 10,2%.

As incertezas trazidas pela pandemia e seus desdobramentos também influenciaram o mercado financeiro. A taxa básica de juros (Selic) atingiu 9,2%, alta de 7,2 p.p. no exercício de 2021, enquanto o dólar (Ptax) bateu a marca de R\$ 5,58 – a moeda americana estava cotada em R\$ 5,19 ao fim de 2020.

4. Desempenho Operacional

a) Central Eólica Guajiru: Em 2021, a geração total bruta de Guajiru alcançou 134,6 GWh, 22,3% superior aos 110,1 GWh gerados em 2020. O índice de disponibilidade, considerando-se as paradas programadas, atingido no ano em análise foi de 90,4%, 1,6 p.p. inferior ao verificado em 2020, que foi de 91,9%.

b) Central Eólica Trairi: Em 2021, a geração total bruta de Trairi alcançou 101,9 GWh, 26,2% superior aos 80,8 GWh gerados em 2020. O índice de disponibilidade, considerando-se as paradas programadas, atingido no ano em análise foi de 91,3%, 1,1 p.p. superior ao verificado em 2020, que foi de 90,2%.

c) Central Eólica Fleixeiros I: Em 2021, a geração total bruta de Fleixeiros I alcançou 120,2 GWh, 23,7% superior aos 97,1 GWh gerados em 2020. O índice de disponibilidade, considerando-se as paradas programadas, atingido no ano em análise foi de 92,4%, 0,3 p.p. inferior à verificada em 2020, que foi de 92,6%.

d) Central Eólica Mundau: Em 2021, a geração total bruta de Mundau alcançou 95,2 GWh, 16,9% superior aos 81,5 GWh gerados em 2020. O índice de disponibilidade, considerando-se as paradas programadas, atingido no ano em análise foi de 93,1%, 3,7 p.p. inferior à verificado em 2020, que foi de 96,7%.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
RECEITA OPERACIONAL					
LÍQUIDA	13	-	-	120.070	125.837
Custos da energia vendida					
Depreciação e amortização	8/11	-	-	(20.683)	(20.668)
Serviços de terceiros		-	-	(16.931)	(15.326)
Encargos de uso da rede elétrica e de conexão		-	-	(4.730)	(4.394)
Pessoal		-	-	(2.580)	(2.280)
Outros		-	-	(3.462)	(2.958)
		-	-	(48.386)	(45.626)
LUCRO BRUTO		-	-	71.684	80.211
Despesas operacionais					
Despesas com vendas, gerais e administrativas		(20)	(22)	(655)	(549)
Outras despesas operacionais		-	-	(36)	-
		(20)	(22)	(691)	(549)
Resultado de participações societárias	7				
Equivalência patrimonial		57.367	54.363	-	-
Amortização de ágio		(585)	(585)	-	-
		56.782	53.778	-	-
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS	56.762	53.756	70.993	79.662	
Resultado financeiro					
Renda de aplicações financeiras		822	-	2.648	1.209
Juros sobre depósitos vinculados e judiciais		681	1.575	1.624	2.577
Juros e variação monetária sobre financiamentos	10	-	-	(10.775)	(15.844)
Juros sobre arrendamentos a pagar	11	-	-	(1.371)	(1.386)
Juros e variação monetária sobre provisão para desmobilização	8	-	-	(3.181)	(1.443)
Outras despesas financeiras, líquidas		(33)	(37)	(1.029)	(1.226)
		1.470	1.538	(12.084)	(16.113)
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	58.232	55.294	58.909	63.549	
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	14	(494)	(491)	(1.171)	(8.746)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		57.738	54.803	57.738	54.803

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

5. Desempenho Econômico-Financeiro

Indicadores de resultado	2021	2020	Variação %
Receita operacional líquida	120.070	125.837	(4,6)
Lucro bruto	71.684	80.211	(10,6)
Margem bruta	59,7%	63,7%	(4,0 p.p.)
Resultado do serviço (Ebit)	70.993	79.662	(10,9)
Ebitda (Lajida)	91.676	100.330	(8,6)
Margem Ebitda (Lajida)	76,4%	79,7%	(3,4 p.p.)
Resultado financeiro	(12.084)	(16.113)	(25,0)
Lucro líquido do exercício	57.738	54.803	5,4

Comentário sobre as principais variações

A variação no Ebitda e lucro líquido deve-se, principalmente: (i) ao reconhecimento de receitas extraordinárias com sinistros ocorridos em períodos passados, no ano de 2020; e (ii) ao reajuste, positivo, do preço com contratos de operação e manutenção das usinas. Essa variação foi atenuada pela menor despesa financeira, entre os períodos analisados, visto pagamento dos financiamentos ao longo de 2021.

6. Direitos dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária tem direito de voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária; de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades Anônimas; de fiscalizar a administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

7. Serviços de Auditoria

A Companhia informa que os auditores independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, não prestaram serviços não relacionados à auditoria independente em 2021.

8. Agradecimentos

A Administração da EEN agradece a contribuição de seus fornecedores, parceiros, acionistas, entidades governamentais, órgãos reguladores e a todos aqueles que contribuíram para o desempenho da Companhia no ano de 2021.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	57.738	54.803	57.738	54.803
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	57.738	54.803	57.738	54.803
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.				
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO) DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)				
	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes dos tributos	58.232	55.294	58.909	63.549
Conciliação do lucro:				
Resultado de participações societárias	(56.782)	(53.778)	-	-
Depreciação e amortização	-	-	20.683	20.668
Juros e variação monetária sobre financiamentos	-	-	10.775	15.844
Juros sobre depósitos vinculados e judiciais	(681)	(1.575)	(1.624)	(2.577)
Juros sobre arrendamentos a pagar	-	-	1.371	1.386
Juros variação monetária sobre provisão para desmobilização	-	-	3.181	1.443
Outros	(3)	(3)	795	817
Resultado antes dos tributos ajustado	766	(62)	94.090	101.130
Redução (aumento) nos ativos				
Contas a receber de clientes	-	-	(441)	(719)
Outros ativos	(249)	(349)	(212)	1.447
Aumento (redução) nos passivos				
Fornecedores	(4)	(6)	52	8
Outros passivos	(1)	(24)	(70)	(70)
Caixa gerado nas (utilizado pelas) operações	512	(441)	93.419 </	

qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento.

f) Arrendamentos a pagar

Os arrendamentos a pagar são inicialmente mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos futuros, descontado pela taxa incremental de financiamento. Posteriormente, o passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva e remensurado (com correspondente ajuste no direito de uso relacionado) quando há alteração nos pagamentos futuros motivada por atualizações monetárias ou alteração nas taxas de desconto. Adicionalmente, a Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamentos de curto prazo, ou seja, arrendamentos de ativos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início, e de ativos de baixo valor individual, os quais são reconhecidos como despesa ao longo do prazo do arrendamento.

g) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados pelo lucro presumido, de acordo com as bases tributárias, considerando as normas e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações contábeis.

h) Provisão para desmobilização

Os custos de desmobilização das usinas pertencentes às controladas da Companhia são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para cumprir a obrigação, utilizando fluxos de caixa esperados, com base na melhor estimativa na data de reporte, e são reconhecidos em contrapartida dos custos do correspondente ativo. A atualização financeira da provisão é reconhecida na demonstração do resultado conforme incorrido. A provisão é revisada anualmente e quaisquer ajustes de estimativa são efetuados em contrapartida do custo do ativo.

i) Dividendos

Os dividendos são calculados a partir do lucro líquido do exercício, e são reconhecidos como passivo quando da sua aprovação pela Diretoria Executiva, ou mediante deliberação da Assembleia Geral, e podem ser classificados como intercalares, intermediários, dividendos adicionais propostos ou dividendos mínimos obrigatórios.

j) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição. As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridos.

k) Transações entre partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, as quais são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

l) Receita de contrato com cliente

A receita é mensurada com base na contraprestação precificada no contrato com o cliente, pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos incidentes sobre ela.

A receita é reconhecida conforme os contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida mensalmente, dado que o cliente simultaneamente recebe e consome os benefícios fornecidos pela Companhia, consequentemente, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que a energia é efetivamente entregue ao cliente.

m) Operações controladas em conjunto

Os ativos, passivos, receitas e despesas relativas às participações nos Consórcios Trairí e Falsa-Trairí são reconhecidos diretamente nas demonstrações contábeis da Companhia, na proporção de sua participação, não se fazendo necessário, portanto, nenhum procedimento de consolidação dessas operações.

n) Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas

Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações contábeis. Para apurar essas estimativas, a Administração utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando, ainda, pressupostos relativos a eventos futuros.

As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas relativas: (i) à vida útil do imobilizado; (ii) ao teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração; (iii) à provisão para desmobilização da Usina; e (iv) à estimativa da taxa incremental de arrendamento.

o) Novas normas, alterações e interpretações

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiram revisões às normas existentes, aplicáveis a partir de 01.01.2021. A relação destas revisões aplicáveis e adotadas pela Companhia e respectivos impactos é apresentada a seguir:

Revisão e Normas impactadas	Data publicação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 17 Pronunciamentos Técnicos CPC 06 (R2) – Arrendamentos, CPC 11 – Contratos de seguro, CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidênciação e CPC 48 – Instrumentos financeiros.	11.02.2021	01.01.2021	Sem impactos relevantes
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 18 Pronunciamentos Técnicos CPC 06 (R2) - Arrendamentos - Benefícios relacionados à Covid-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento – prorrogação.	11.06.2021	Vigência estabelecida pelos órgãos reguladores que o aprovarem.	Sem impactos relevantes

p) Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes

A partir de 01.01.2022, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia:

Revisão e Normas impactadas	Data publicação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 19 Pronunciamentos Técnicos CPC 15 (R1) – Combinação de negócios, CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, CPC 27 – Ativo imobilizado, CPC 29 – Ativo biológico e produto agrícola, CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade e CPC 48 – Instrumentos financeiros.	01.10.2021	01.01.2022	Sem impactos relevantes
Pronunciamento Técnico CPC nº 50 Este Pronunciamento vem substituir a norma atualmente vigente sobre Contratos de seguro (CPC 11).	07.05.2021	01.01.2023	Não aplicável à Companhia

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Caixa e depósitos bancários à vista	44	34	370	466
Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa	43.944	2	115.697	41.403
	43.988	36	116.067	41.869

A Companhia é participante do Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa de sua controladora indireta, ENGIE Brasil Energia, concentrando suas aplicações financeiras neste fundo. As operações realizadas pelo fundo possuem liquidez imediata, são remuneradas pela Selic e estão lastreadas em títulos públicos federais. A rentabilidade média do fundo nos anos de 2021 e 2020 foi de cerca de 99,0% e 98,7% do CDI (taxa referencial dos Certificados de Depósitos Interbancários), respectivamente.

NOTA 5 - CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Referem-se a valores vindos a receber da ENGIE Brasil Energia Comercializadora Ltda. (EBC). A totalidade da energia gerada pelas empresas é vendida para a EBC que, por sua vez, comercializa esta energia no Ambiente de Contratação Livre (ACL), em contratos de curto e longo prazo. Os valores faturados mensalmente são recebidos em uma única parcela em 10 dias após o mês de competência do faturamento. Não havia valores vencidos em 31.12.2021 e 31.12.2020.

NOTA 6 - DEPÓSITOS VINCULADOS

Em 31.12.2021, as controladas da Companhia, realizaram o saque relativo as garantias vinculadas ao contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), devido ao pagamento antecipado do financiamento.

NOTA 7 - INVESTIMENTOS

a) Composição

	Controladora	
	31.12.2021	31.12.2020
Avaliação pelo método de equivalência patrimonial		
Equivalência patrimonial	402.695	234.650
Mais valia na aquisição de investimento	8.016	8.600
	410.711	243.250

b. Avaliação pelo método de equivalência patrimonial

b.1) Mutação dos investimentos

	Trairí	Guajiru	Mundaú	Fleixeiras	Total
Saldos em 31.12.2019	46.967	56.843	59.673	54.844	218.327
Dividendos	(8.041)	(13.631)	(6.483)	(9.885)	(38.040)
Equivalência patrimonial	14.489	18.945	9.252	11.677	54.363
Saldos em 31.12.2020	53.415	62.157	62.442	56.636	234.650
Aumento de capital	35.050	41.140	40.040	46.380	162.610
Dividendos	(13.662)	(18.163)	(8.809)	(11.298)	(51.932)
Equivalência patrimonial	13.411	20.675	9.456	13.825	57.367
Saldos em 31.12.2021	88.214	105.809	103.129	105.543	402.695

b2. Informações financeiras das controladas

	Trairí	Guajiru	Mundaú	Fleixeiras
Base 31.12.2021				
Ativo total	101.201	122.457	117.171	120.849
Passivo	12.987	16.648	14.042	15.306
Patrimônio Líquido	88.214	105.809	103.129	105.543
Lucro líquido do exercício	13.411	20.675	9.456	13.825

c) Mais valia na aquisição de investimentos

A mais valia paga nas aquisições das controladas decorreram do valor justo dos projetos básicos ambientais, da certificação de geração de energia, das despesas de ventos, das licenças ambientais prévias e dos contratos de arrendamentos adquiridos na combinação de negócios. Estes ativos estão sendo amortizados nos prazos de autorizações das usinas, visto que os benefícios econômicos decorrentes das aquisições desses investimentos ocorrerão ao longo do prazo de autorização.

d) Autorizações do Órgão Regulador

Denominação	Capacidade		Resolução Autorizativa	Data da Autorização	Vencimento
	Instalada (MW)	Comercial (MWm)			
Trairí	25,4	11,4	3.136	20.09.2011	27.08.2041
Guajiru	30,0	15,7	3.134	20.09.2011	27.08.2041
Mundaú	30,0	10,8	3.135	20.09.2011	27.08.2041
Fleixeiras	30,0	12,9	3.133	20.09.2011	27.08.2041
	115,4	50,8			

NOTA 8 - IMOBILIZADO

a) Composição

	Taxa média de depreciação	Custo	Consolidado	
			31.12.2021	31.12.2020
Em serviço				
Máquinas e equipamentos	3,6%	511.452	(164.534)	346.918
Edificações e benfeitorias	3,3%	12.239	(3.152)	9.087
Móveis e utensílios	6,3%	51	(19)	32
Veículos	14,3%	20	(1)	19
		523.762	(167.706)	356.056
Em curso		1.349	-	1.349
		525.111	(167.706)	357.405

b) Mutação do ativo imobilizado

	Máquinas e equipamentos	Edificações e benfeitorias	Móveis e utensílios	Veículos	Em curso	Total
Ingressos	-	-	-	-	145	145
Baixas	(7)	-	-	-	-	(7)
Transferências	656	(93)	-	(563)	-	-
Depreciação	(18.656)	(409)	(3)	-	-	(19.068)
Saldos em 31.12.2020	365.165	9.495	30	-	120	374.810
Ingressos	-	-	-	-	1.693	1.693
Baixas	(43)	(1)	-	-	-	(44)
Transferências	439	-	5	20	(464)	-
Depreciação	(18.643)	(407)	(3)	(1)	-	(19.054)
Saldos em 31.12.2021	346.918	9.087	32	19	1.349	357.405

b.1) Provisão para desmobilização

Em 2019, as controladas reconheceram em seu imobilizado a provisão dos custos decorrentes da desmobilização de seus parques eólicos, com base no valor presente dos fluxos de caixa esperados para o cumprimento da obrigação de retirada dos ativos e de restauração do local ao final do prazo de autorização. A taxa real de desconto utilizada para o cálculo do valor presente foi de 3,59%, baseado nas taxas de títulos públicos com vencimento similar ao do término das autorizações. O saldo da provisão para desmobilização registrada no passivo não circulante do consolidado em 31.12.2021 era de R\$ 32.270 (R\$ 29.089 em 31.12.2020), a variação do saldo é decorrente de juros e variação monetária de R\$ 3.181 registrada no resultado de 31.12.2021 (R\$ 1.443 em 31.12.2020).

NOTA 9 - GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, segue integralmente as regras do Fórum de Gerenciamento de Riscos da ENGIE Brasil Energia, sua controladora indireta. Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um destes fatores de risco:

a) Risco de crédito

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as vendas de energia e as aplicações financeiras.

Nas operações relacionadas à venda de energia, a Companhia mantém contrato com a ENGIE Brasil Energia Comercializadora Ltda. ("EBC"), controlada da ENGIE Brasil Energia, mitigando assim o seu risco de crédito.

No que tange à aplicação no mercado financeiro, os recursos disponíveis da Companhia são alocados em um Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa, o qual tem como política a alocação de seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco. Em 31.12.2021, esse fundo possuía 100% de sua carteira em ativos com risco de crédito do Governo Brasileiro, todos com liquidez diária. De acordo com o planejamento financeiro da Companhia, os recursos desse fundo serão utilizados no curto prazo, reduzindo substancialmente o risco de quaisquer efeitos significativos nos seus rendimentos, em decorrência de eventual redução da taxa básica de juros da economia brasileira.

b) Categoria dos instrumentos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Ativos financeiros				
Valor justo por meio do resultado				
Aplicações financeiras	43.944	2	115.697	41.403
Custo amortizado				
Caixa e depósitos bancários à vista	44	34	370	466
Contas a receber de clientes	-	-	10.384	9.943
Depósitos vinculados	-	4.171	-	53.714
	43.988	4.207	126.451	105.526

Passivos financeiros

	Controladora	Consolidado
Custo amortizado		
Fornecedores	-	4
Financiamentos	-	1.299
	-	205.939
	-	4
	-	1.299

As aplicações financeiras estão avaliadas pelos preços cotados em mercado ativo (Nível 1).

NOTA 10 - FINANCIAMENTO

Em julho de 2021, as controladas da Companhia realizaram o pagamento antecipado do financiamento com o BNDES, no valor total de R\$ 216.714, deste montante, R\$ 208.173 referia-se a principal e R\$ 8.541 a juros e comissões. O vencimento original era maio de 2029.

a) Mutação dos financiamentos

	Consolidado	
	Circulante	Não circulante
Saldos em 31.12.2019	24.664	205.315
Juros e variação monetária	15.844	-
Transferências	23.920	(23.920)
Amortização de principal	(23.965)	-
Pagamento dos juros	(15.919)	-
Saldos em 31.12.2020	24.544	181.395
Juros e variação monetária	10.775	-
Custo de captação	-	(2.476)
Transferências	178.919	(178.919)
Amortização de principal	(205.697)	-
Pagamento dos juros	(8.541)	-
Saldos em 31.12.2021	-	-

NOTA 11 - OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO

As controladas da Companhia possuem contratos de arrendamento do terreno no qual estão instalados seus parques eólicos, cuja vigência dos contratos é até 2044.

a) Direito de uso de arrendamentos

A mutação do direito de uso está apresentada a seguir:

	Consolidado		
Saldo em 31.12.2019			14.313
Remensuração	-	-	(883)
Depreciação	-	-	(842)
Saldo em 31.12.2020			12.588
Remensuração	-	-	1.318
Depreciação	-	-	(872)
Saldo em 31.12.2021			13.034

b) Arrendamentos a pagar

	Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31.12.2019	1.380	13.087	14.467
Remensuração	(100)	(783)	(883)
Juros	1.386	-	1.386
Transferência	386	(386)	-
Amortizações	(1.765)	-	(1.765)
Saldos em 31.12.2020	1.287	11.918	13.205
Remensuração	150	1.168	1.318
Juros	1.371	-	1.371
Transferência	548	(548)	-
Amortizações	(1.847)	-	(1.847)
Saldos em 31.12.2021	1.509	12.538	14.047

Os arrendamentos a pagar foram mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos futuros. A taxa de desconto média utilizada para cálculo do valor presente foi de 10,3% e representa a taxa incremental de financiamento.

c) Vencimentos dos arrendamentos a pagar apresentados no passivo não circulante

Consolidado	Saldo passivo arrendamento
2023	1.617
2024	1.468
2025</	

ENGIE TRANSMISSÃO DE ENERGIA PARTICIPAÇÕES II S.A.

CNPJ Nº 36.207.020/0001-85 | NIRE Nº 42 3 0005051-2

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

O Produto Interno Bruto (PIB) teve crescimento de 4,6%, a alta praticamente compensa o decréscimo de 4,1% observado em 2020.

A atividade econômica brasileira iniciou uma recuperação, ainda que ligeiramente abaixo da esperada. A inflação elevada, com pior resultado desde 2015, gerou impacto sobre o crescimento, com a deterioração do poder de compra das famílias. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) apresentou variação de 10,1%, enquanto o Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC) registrou, no acumulado do ano, 10,2%.

As incertezas trazidas pela pandemia e seus desdobramentos também influenciaram o mercado financeiro. A taxa básica de juros (Selic) atingiu 9,2%, alta de 7,2 p.p. no exercício de 2021, enquanto o dólar (Plax) bateu a marca de R\$ 5,58 – a moeda americana estava cotada em R\$ 5,19 ao fim de 2020.

4. Desempenho Econômico-Financeiro

a) Principais indicadores (expressos em milhares de reais)

Indicadores de resultado	Consolidado		
	31.12.2021	31.12.2020	Variação (R\$)
Receita operacional líquida	2.743.936	1.101.579	1.642.357
Custos operacionais	(2.490.639)	(952.106)	(1.538.533)
Resultado do serviço (EBIT)	244.452	148.575	95.877
EBITDA (Lajida) ¹	244.452	148.575	95.877
Resultado financeiro	(458.273)	(41.205)	(417.068)
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício	(150.532)	69.055	(219.587)

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	16	-	-	2.743.936	1.101.579
Custos operacionais					
Custos de implementação de infraestrutura	5	-	(2.490.639)	(952.106)	
Outros custos operacionais		-	(805)	-	
		-	(2.491.444)	(952.106)	
LUCRO BRUTO				252.492	149.473
Despesas operacionais					
Despesas gerais e administrativas	(29)	-	(8.252)	(898)	
Outras receitas operacionais		-	212	-	
		(29)	(8.040)	(898)	
Resultado de participações societárias					
Equivalência patrimonial	7	(150.502)	69.055	-	-
(PREJUÍZO) LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		(150.531)	69.055	244.452	148.575
Resultado financeiro					
Renda de aplicações financeiras		-	-	21.899	3.402
Renda de depósitos vinculados		-	-	1.734	266
Juros e variação monetária sobre financiamentos	11	-	(441.643)	(34.128)	
Juros sobre ações preferenciais resgatáveis	12	-	(27.763)	(4.784)	
Juros sobre debêntures		-	-	(2.983)	
Outras despesas financeiras, líquidas	(1)	-	(12.500)	(2.978)	
		(1)	(458.273)	(41.205)	
(PREJUÍZO) LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS		(150.532)	69.055	(213.821)	107.370
Imposto de renda e contribuição social	17				
Corrente		-	-	(43)	-
Diferido		-	-	63.332	(38.315)
		-	-	63.289	(38.315)
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(150.532)	69.055	(150.532)	69.055

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(150.532)	69.055	(150.532)	69.055
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		(150.532)	69.055	(150.532)	69.055

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Senhores Acionistas,

A Administração da ENGIE Transmissão de Energia Participações II S.A. ("Companhia") tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. As informações estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando especificado em contrário, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

1. Perfil Institucional

Sediada no município de Florianópolis (SC), a ENGIE Transmissão de Energia Participações II S.A. é uma sociedade anônima cujo objeto social é participar, como *holding*, no capital de outras sociedades, quer como acionista ou sócia, ou em consórcios.

A Companhia não possui empregados e sua administração é realizada pela controladora direta ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE").

2. Controle Acionário

A Companhia é controlada pela ENGIE, a qual é sediada em Florianópolis e é uma plataforma de investimento em infraestrutura em energia, atuante nas atividades de geração, comercialização, *trading* e transmissão de energia. A ENGIE atua ainda no segmento de transporte de gás, por meio de participação na Transportadora Associada de Gás S.A. – TAG, em conjunto com outros sócios.

3. Ambiente Macroeconômico

O segundo ano da pandemia da Covid-19 foi, em linhas gerais, marcado pela recuperação do crescimento econômico e alta inflação – uma constante observada no Brasil e no mundo.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais)

	Nota	ATIVO			
		Controladora		Consolidado	
		31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
ATIVO CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	23	54	433.896	47.908
Ativo de contrato	5	-	-	387.529	-
Depósitos vinculados	6	-	-	45.360	-
Outros ativos circulantes		-	-	23.795	1.123
		23	54	890.580	49.031
ATIVO NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo					
Ativo de contrato	5	-	-	4.936.101	1.593.863
Depósitos vinculados	6	-	-	-	43.778
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	-	-	13.479	3.406
Outros ativos não circulantes		-	-	243	13
		-	-	4.949.823	1.641.060
Investimento Imobilizado Intangível	7	1.122.631	491.385	-	-
		-	-	906	-
		-	-	316.268	316.268
		1.122.631	491.385	5.266.997	1.957.328
TOTAL		1.122.654	491.439	6.157.577	2.006.359

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais)

	Nota	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
		Controladora		Consolidado	
		31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
PASSIVO CIRCULANTE					
Fornecedores	9	-	-	61.559	52.840
Dividendos		16.401	16.401	34.056	16.401
Financiamentos	11	-	-	42.150	4.563
Obrigações fiscais e regulatórias	13	-	-	25.235	11.390
Obrigações vinculadas à aquisição de investimentos	6	-	-	45.359	7.200
Outros passivos circulantes		-	-	3.593	931
		16.401	16.401	211.952	93.325
PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Financiamentos	11	-	-	4.184.488	771.504
Ações preferenciais resgatáveis	12	-	-	531.216	504.784
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	-	-	114.929	125.708
Obrigações vinculadas à aquisição de investimentos	6	-	-	-	36.000
Outros passivos não circulantes		-	-	8.739	-
		-	-	4.839.372	1.437.996
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15				
Capital social		1.204.131	422.384	1.204.131	422.384
Reservas de lucros		-	52.654	-	52.654
Prejuízos acumulados		(97.878)	-	(97.878)	-
		1.106.253	475.038	1.106.253	475.038
TOTAL		1.122.654	491.439	6.157.577	2.006.359

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A ENGIE Transmissão de Energia Participações II S.A. ("Companhia" ou "ETP II"), com sede no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina (SC), foi constituída em 31.01.2020, com prazo de duração indeterminado. A Companhia tem como objeto social participar, como *holding*, no capital de Companhias, quer como acionista ou sócia, bem como em consórcios.

A Companhia não tem funcionários e os seus administradores renunciaram ao direito de receber qualquer remuneração. A administração da Companhia é conduzida pela controladora indireta, ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE").

Os principais eventos societários e operacionais ocorridos no ano de 2021 foram estes:

a) Reorganização societária

Em 03.02.2021, a ENGIE Brasil Energias Complementares Participações Ltda. ("ECP") e a Gralha Azul Participações S.A. ("GAP"), atual denominação da ENGIE Transmissão de Energia Participações III S.A., controlada direta da Companhia, aprovaram em Assembleia Geral Extraordinária a cisão parcial da ECP e a respectiva incorporação pela GAP do patrimônio líquido cindido, com a versão das ações representativas do capital social da Gralha Azul Transmissão de Energia S.A. ("Gralha Azul") da ECP para a GAP, com a consequente redução do capital social da ECP e aumento de capital da Companhia. A transferência de titularidade das ações de emissão da Gralha Azul, objeto da cisão parcial, para a GAP, foi previamente aprovada pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("Aneel"), conforme o Despacho nº 2.884, de 07.10.2020, tendo em vista que a Gralha Azul é a concessionária no Contrato de Concessão nº 01/2018.

A Gralha Azul, controlada indireta da Companhia, tem como objeto social a transmissão de energia elétrica. Em 15.12.2017, essa controlada indireta arrematou no Leilão de Transmissão nº 02/2017, promovido pela Aneel, o Lote 1, localizado no estado do Paraná, que totaliza aproximadamente 1.000 km de extensão de linhas de transmissão. A Receita Anual Permitida (RAP) contratada no leilão foi R\$ 231.725, a valores de 11.08.2017. O prazo da concessão, incluindo a construção, a montagem, a operação e a manutenção das instalações de transmissão será de 30 anos, contados da data de assinatura do referido contrato, ocorrida em 08.03.2018, e o prazo limite para início da operação comercial é 09.03.2023.

b) Ação civil pública

Em 15.10.2020, em uma ação civil pública movida por três Organizações não Governamentais (ONGs), a controlada indireta Gralha Azul recebeu uma liminar da Justiça Federal, suspendendo duas licenças ambientais do projeto e a supressão de vegetação desses grupos, relativas à linha de 525 Kv. Em 09.12.2020, o Superior Tribunal de Justiça (STJ), deferiu o pedido de suspensão de liminar e de sentença apresentado pela União Federal e pelo Estado do Paraná e em 10.12.2020 deferiu o pedido de suspensão de liminar e de sentença apresentado, suspendendo assim a liminar e possibilitando a retomada e continuidade das obras imediatamente.

Adicionalmente, em 16.10.2020, o Ministério Público Federal e o Ministério Público do Estado do Paraná ajuizaram uma segunda ação civil pública, que passou a tramitar em conexão com a ação acima, na mesma Vara Federal. No âmbito desta ação, foi proferida decisão liminar, em 16.03.2021, suspendendo parcialmente as obras em um trecho denominado "Escarpa Devoniana". Em decorrência dessa decisão, em 24.03.2021, União, Estado do Paraná e Gralha Azul apresentaram pedido de extensão dos efeitos da suspensão de liminar e de sentença para que abrangesse esta segunda liminar. Na mesma data, em 24.03.2021, o STJ deferiu os pedidos apresentados, sustentando os efeitos da citada liminar até o trânsito em julgado da ação.

c) Acompanhamento dos projetos dos Sistemas de Transmissão Gralha Azul e Novo Estado

c.1) Gralha Azul

Em 28.09.2021, o Sistema de Transmissão Gralha Azul obteve autorização do Operador Nacional do Sistema (ONS) para o início da operação comercial parcial de suas linhas de transmissão. A entrada em operação comercial total está prevista para fevereiro de 2023. Complementarmente, durante o ano de 2021, em função do andamento da implantação de Gralha Azul, verificou-se a necessidade de incremento do valor de investimento inicialmente previsto, bem como a postergação da entrada em operação total do projeto. Com isso, houve o reconhecimento de R\$ 181 milhões referente às perdas por ineficiência na

construção da infraestrutura de Gralha Azul.

c.2) Novo Estado

Em 23.12.2021, a controlada indireta Novo Estado Transmissora de Energia S.A. ("Novo Estado") obteve autorização do ONS para o início da operação comercial parcial, o que caracteriza o marco inicial da operação deste projeto. A entrada em operação comercial total está prevista para dezembro de 2022.

Adicionalmente, pelo mesmo motivo supramencionado de Gralha Azul, em 2021, foi reconhecido o montante de R\$ 289 milhões referente à perda por ineficiência na construção da infraestrutura de Novo Estado.

d) Pandemia provocada pelo novo coronavírus

Os anos de 2020 e de 2021 foram marcados pelos efeitos da pandemia da Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus, que impactou a economia mundial. Em decorrência disto, foram tomadas medidas restritivas no sentido de determinar o distanciamento social e o fechamento de estabelecimentos comerciais, além da paralisação da indústria.

As restrições impostas pelo isolamento social trouxeram efeitos importantes na atividade de diversos setores, na renda das famílias e nos investimentos no país. Na medida em que a situação da pandemia foi melhorando e, com isso, as restrições às atividades econômicas gradativamente reduzidas, houve evolução em diferentes regiões e segmentos de negócios.

No ano de 2021, bem como em 2020, a Companhia não apurou impactos significativos decorrentes da pandemia em suas demonstrações contábeis. Adicionalmente, considerando que não haja o agravamento da pandemia e a retomada da atividade econômica aos níveis anteriores continue, a Companhia não estima efeitos significativos em seu resultado.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base na continuidade operacional e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), sendo utilizado o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, e o real como moeda funcional.

Essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão das atividades da Companhia.

As demonstrações contábeis ora apresentadas foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 28.04.2022.

a) Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas contemplam informações da controladora, ETP II, e de suas controladas, cujas práticas contábeis estão consistentes com as adotadas pela Companhia. As controladas são sediadas no Brasil.

As datas das demonstrações contábeis das sociedades controladas utilizadas para a consolidação e cálculo de equivalência patrimonial coincidem com as da Companhia. As sociedades consolidadas com a ETP II são estas:

Controladas diretas	Segmento operacional	Participação no capital (%)	
		31.12.2021	31.12.2020
Novo Estado Participações S.A. ¹ e controlada ²	Transmissão	100	100
Gralha Azul Participações S.A. ¹ e controlada ³	Transmissão	100	100
ENGIE Transmissão de Energia Participações IV S.A. ¹ e controlada ⁴	Transmissão	100	100

¹ Holding.

² Gralha Azul Transmissão de Energia S.A.

³ Novo Estado Transmissora de Energia S.A.

⁴ Safira Transmissão de Energia Participações S.A.

A consolidação das contas patrimoniais e de resultado ocorre pela soma dos saldos dos ativos, dos passivos, das receitas e das despesas, de acordo com as suas naturezas, ajustados pela eliminação das transações realizadas entre as empresas consolidadas.

b) Comentários sobre o desempenho econômico-financeiro

A Companhia, por meio de suas controladas indiretas Novo Estado e Gralha Azul, é a responsável primária pela construção e instalação da infraestrutura relacionada à concessão de transmissão dos Sistemas de Transmissão Novo Estado e Gralha Azul, respectivamente, e está exposta aos riscos e benefícios dessa construção. Desta forma, com base nas práticas contábeis vigentes, a Companhia reconhece receita de implementação de infraestrutura de transmissão, ao longo da implantação, em montante correspondente aos custos de construção adicionados de uma margem bruta residual, destinada a cobrir os custos relacionados com a gestão da construção. Os gastos incorridos na construção estão reconhecidos no custo da infraestrutura de transmissão.

5. Direitos dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária tem direito de voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária; de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido ajustado; de fiscalizar a administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

6. Serviços de Auditoria

A Companhia informa que os auditores independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, não prestaram serviços não relacionados à auditoria independente em 2021.

7. Agradecimentos

A Administração da Companhia agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e a todos aqueles que contribuíram para o desempenho da Companhia no ano de 2021. A Administração

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO) PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO) PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)			
	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	(150.532)	69.055	(213.821)	107.370
Conciliação do resultado com o caixa das operações:				
Resultado de participações societárias	150.502	(69.055)	-	-
Remuneração do ativo de contrato	-	-	(664.289)	(88.511)
Juros e variação monetária sobre financiamentos	-	-	441.643	34.128
Juros sobre ações preferenciais resgatáveis	-	-	27.763	4.784
Outros	-	-	425	2.717
Resultado ajustado (Aumento) redução nos ativos operacionais	(30)			

O ativo de contrato de transmissão corresponde à contrapartida da receita de construção de infraestrutura de transmissão ao longo da execução da obra de implantação da linha de transmissão. O recebimento da contraprestação vinculada ao ativo de contrato ocorre por meio do recebimento da RAP alocada à obrigação de performance de construção e melhorias e depende da conclusão da obra de implantação e posterior operação e manutenção da referida infraestrutura. Os ativos de contrato são remunerados pela taxa de remuneração e pela variação do IPCA.

O reconhecimento da receita de construção de infraestrutura de transmissão considera os custos efetivamente incorridos na obra, incrementados pela margem de construção apurada para o projeto, sendo os ganhos ou as perdas (eficiências ou ineficiências na construção) identificados ao longo da fase de construção registrados quando incorridos, de forma tempestiva, em linha de custo.

A margem de construção é auferida pela proporção do montante previsto para "o gerenciamento e/ou acompanhamento da obra" em relação ao "CAPEX do Projeto", ambos definidos no respectivo plano de negócios. A margem proposta, líquidas dos encargos incidentes, são suficientes para cobrir os custos de gerenciamento da construção.

Adicionalmente, na mensuração inicial do ativo de contrato, a Companhia estima, quando aplicável, a incidência do mecanismo denominado "Parcela Variável" sobre a RAP a ser recebida. Este mecanismo permite que a RAP seja aumentada ou reduzida em decorrência do desempenho do sistema de transmissão.

c) Investimento

Os investimentos em controladas são aqueles em que a Companhia está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade, e tem a capacidade de interferir nesses retornos por meio do poder que exerce sobre ela.

Esses investimentos são avaliados pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis da controladora e consolidados integralmente para fins de apresentação das demonstrações contábeis consolidadas.

d) Intangível

São registrados ao custo de aquisição ou pelo valor justo dos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócio.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados pelo método linear, com base na vida útil definida com base nos contratos comerciais ou de concessão e de autorização. Os intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*).

e) Avaliação do valor de recuperação do intangível – Impairment

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, os bens do ativo intangível com a finalidade de identificar evidências que possam levar a perdas de valores não recuperáveis das respectivas unidades geradoras de caixa ou de intangíveis, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa provisão para perda (*impairment*) é reconhecida no resultado do exercício.

O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre o seu valor em uso e o seu valor justo de venda, líquido dos custos necessários para a realização da venda. O valor em uso corresponde aos fluxos de caixa descontados, antes dos impostos, gerados pela utilização do ativo durante a sua vida útil.

f) Imposto de renda e contribuição social

São segregados entre impostos correntes e diferidos. O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados de acordo com as bases tributárias e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações contábeis pelo regime de lucro real. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados aplicando-se as alíquotas efetivas previstas nos exercícios sociais em que se espera realizar ou exigir as diferenças temporárias. Esses tributos diferidos são integralmente apresentados no grupo "não circulante", independente da expectativa de realização e da exigibilidade dos valores que lhes dão origem.

g) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição. Os demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridos.

h) Transações entre partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, e são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

i) Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas

Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações contábeis. Para apurar essas estimativas, a Administração utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros.

As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas relativas, principalmente, à definição da taxa interna de retorno do projeto para cálculo do custo amortizado do ativo de contrato.

j) Novas normas, alterações e interpretações

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu revisões às normas existentes, aplicáveis a partir de 01.01.2021. A relação destas revisões aplicáveis e adotadas pela Companhia e respectivos impactos é apresentada a seguir:

Revisão e Normas impactadas	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 17 Pronunciamentos Técnicos CPC 06 (R2) – Arrendamentos, CPC 11 – Contratos de seguro, CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidênciação e CPC 48 – Instrumentos financeiros.	01.01.2021	Sem impactos relevantes
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 18 Pronunciamentos Técnicos CPC 06 (R2) - Arrendamentos – Benefícios relacionados à Covid-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento – prorrogação.	Vigência estabelecida pelos órgãos reguladores que o aprovarem.	Sem impactos relevantes

k) Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes

A partir de 01.01.2022, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia:

Revisão e Normas impactadas	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 19 Pronunciamentos Técnicos CPC 15 (R1) – Combinação de negócios, CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, CPC 27 – Ativo imobilizado, CPC 29 – Ativo biológico e produto agrícola, CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade e CPC 48 – Instrumentos financeiros.	01.01.2022	Sem impactos relevantes
Pronunciamento Técnico CPC nº 50 Este Pronunciamento vem substituir a norma atualmente vigente sobre Contratos de seguro (CPC 11).	01.01.2023	Não aplicável à Companhia

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020
Caixa e depósitos bancários à vista	2.297	370
Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa	431.599	47.538
	433.896	47.908

As aplicações financeiras da Companhia estão concentradas, substancialmente, no fundo exclusivo Energy Renda Fixa Fundo de Investimento Exclusivo (FIE), cuja gestão é feita pelo Banco Santander. O fundo tem como política a alocação do seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco, tendo, em 31.12.2021, 100% de sua carteira em ativos com risco do Governo Brasileiro, todos com liquidez diária. A rentabilidade média do fundo nos anos de 2021 e 2020 foi de cerca de 99,0% e 98,7% do CDI (taxa referencial dos Certificados de Depósitos Interbancários), respectivamente.

NOTA 5 - ATIVO DE CONTRATO

As controladas indiretas Gralha Azul e Novo Estado são responsáveis primárias pela construção e instalação da infraestrutura relacionada à concessão de transmissão dos Sistemas de Transmissão Gralha Azul e Novo Estado, respectivamente. O prazo dessas concessões do serviço público de transmissão, incluindo a construção, a montagem, a operação e a manutenção das instalações de transmissão é de 30 anos, contados da data de assinatura dos contratos de concessão – 08.03.2018, e o prazo limite para início da operação comercial é 09.03.2023.

a) Gralha Azul

A Gralha Azul arrematou o Lote 1 do Leilão de Transmissão nº 002/2017, promovido pela Aneel, localizado no estado do Paraná, que totaliza, aproximadamente, 1.000 km de extensão de linhas de transmissão. A RAP apresentada pela Companhia foi de R\$ 231.725, com deságio de 34,8% em relação à receita máxima determinada pela Aneel, de R\$ 355.407. O CAPEX nominal estimado do projeto, em 31.12.2021, era de R\$ 1,8 bilhão.

b) Novo Estado

A Novo Estado é detentora da concessão do Lote 3 do Leilão de Transmissão nº 002/2017, localizado nos estados do Pará e Tocantins, que totaliza, aproximadamente, 1.800 km de extensão de linhas de transmissão. A RAP desta concessão é de R\$ 313.100, com deságio de 35,7% em relação à receita máxima determinada pela Aneel, de R\$ 488.145. O CAPEX nominal estimado do projeto, em 31.12.2021, era de R\$ 3,2 bilhões.

c) Ganho (perda) por eficiência (ineficiência) na implementação de infraestrutura de transmissão

No decorrer da obra e da energização do projeto, esperam-se impactos positivos ou negativos em função de eventos como: (i) atrasos e custos adicionais por questões ambientais; (ii) variação dos custos das *commodities*, uma vez que cabos e estruturas são adquiridos diretamente pela Companhia; (iii) custos adicionais de servidão e negociações fundiárias; (iv) eventuais imprevistos de terraplanagem; e (v) antecipação de prazos de energização. Alterações no projeto que afetem sua lucratividade, devem ser reconhecidas diretamente no resultado.

No exercício corrente, a Companhia reconheceu perda, líquida, por ineficiência na implementação de infraestrutura de transmissão de R\$ 469.489. A perda reconhecida foi motivada, substancialmente, pelo aumento do CAPEX previsto para a implantação dos Sistemas de Transmissão, bem como da postergação da entrada em operação comercial de cada etapa dos projetos.

d) Premissas adotadas

Premissas	Novo Estado	Gralha Azul
Margem de construção	2,24%	2,66%
Margem de operação e manutenção	55,55%	37,39%
Taxa de remuneração	7,79%	10,49%
RAP anual, líquida de encargos (valor nominal)	313.100	231.725
RAP anual – Construção (valor nominal)	270.416	207.222
Índice de correção dos contratos	IPCA	IPCA
Custo de construção incorrido até 31.12.2021	2.792.484	1.946.070
Estimativa para entrada total em operação comercial	12.2022	03.2023
Data da próxima Revisão Tarifária Periódica	03.2023	03.2023
Vigência do contrato de concessão	03.2048	03.2048

e) Mutação do ativo de contrato

	Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020
Aquisição de controlada	453.546	990.844
Custo de construção de infraestrutura de transmissão	22.224	22.224
Margem de construção de infraestrutura de transmissão	38.738	38.738
Ganho por eficiência na construção, líquido	25.647	25.647
Juros	62.864	62.864
Variação monetária	1.593.863	1.459.636
Saldo em 31.12.2020	1.593.863	1.459.636
Transferência de controlada	2.021.150	2.021.150
Custo de construção de infraestrutura de transmissão	58.090	58.090
Margem de construção de infraestrutura de transmissão	(469.489)	(469.489)
Perdas por ineficiência na construção	304.505	304.505
Juros	359.784	359.784
Variação monetária	(3.909)	(3.909)
Recebimentos RAP construção	5.323.630	5.323.630
Saldo em 31.12.2021	5.323.630	5.323.630
Classificação no balanço patrimonial		
Ativo circulante	387.529	387.529
Ativo não circulante	4.936.101	4.936.101
	5.323.630	5.323.630

Em 2021, os Sistemas de Transmissão Gralha Azul e Novo Estado tiveram suas entradas em operação comercial parciais autorizadas pela ONS, o que representou, aproximadamente, 4% de suas capacidades totais.

NOTA 6 - DEPÓSITOS VINCULADOS E OBRIGAÇÕES VINCULADOS À AQUISIÇÃO DE INVESTIMENTOS

Os depósitos vinculados, no valor de R\$ 45.360 (R\$ 43.778 em 31.12.2020), reconhecidos no consolidado, foram efetuados para garantir o cumprimento de determinados compromissos contratuais assumidos pelo vendedor da Novo Estado. A liberação ocorrerá: (i) no primeiro aniversário da data de fechamento até o limite de 2% do preço de compra base estabelecido no contrato de compra e venda de ações; e (ii) o valor remanescente, 30 meses após a data de fechamento ou no início da operação comercial, o que ocorrer primeiro. A Companhia mantém registrado em seu passivo consolidado, em "Obrigações vinculadas à aquisição de investimentos", o montante de R\$ 45.359 (R\$ 43.200 em 31.12.2020), referentes ao valor estimado para honrar este compromisso junto ao vendedor da Novo Estado, nos termos descritos no parágrafo anterior.

NOTA 7 - INVESTIMENTO

	Controladora						
	Aquisição de investimento	Aumento de capital	Equivalência patrimonial	Saldos em 31.12.2020	Aumento de capital	Equivalência patrimonial	Saldos em 31.12.2021
Novo Estado Participações S.A.	167.219	255.108	69.055	491.382	465	(141.923)	349.924
Gralha Azul Participações S.A.	-	3	-	3	781.283	(8.579)	772.707
	167.219	255.111	69.055	491.385	781.748	(150.502)	1.122.631

Em 2021, motivado por uma reestruturação societária, foi realizado aumento de capital na Gralha Azul Participações S.A. por meio do aporte da totalidade das ações da Gralha Azul Transmissão de Energia S.A., no montante de R\$ 598.442. Mais detalhes vide Nota 1 – Contexto operacional. Os demais montantes de aumentos de capital ocorridos durante o exercício de 2021 têm por objetivo suportar os investimentos no Sistema de Transmissão Gralha Azul.

- Informações financeiras das principais controladas em 31.12.2021

	Capital social	Patrimônio líquido	Prejuízo do exercício	Participação (%)	
Novo Estado Participações S.A.	419.277	926.513	349.924	(141.923)	100
Gralha Azul Participações S.A.	781.281	772.701	772.707	(8.579)	100

NOTA 8 - INTANGÍVEL

	Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020
Direitos de projetos em desenvolvimento	236.021	236.021
Ágio - Novo Estado	80.247	80.247
	316.268	316.268

Os direitos de projetos em desenvolvimento correspondem ao valor justo pago quando da aquisição de Novo Estado pela controlada direta Novo Estado Participações S.A. que excedia o valor contábil dos ativos líquidos, o qual foi apurado por avaliador externo especializado para avaliação a valor justos. Adicionalmente, a Companhia apurou um ágio técnico oriundo do reconhecimento do passivo fiscal diferido apurado sobre os referidos direitos.

NOTA 9 - FORNECEDORES

	Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020
Fornecedores da construção do sistema de transmissão	55.239	51.350
Fornecedores de materiais e serviços	6.320	1.490
	61.559	52.840

NOTA 10 - GERENCIAMENTO DE RISCO E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, segue integralmente as regras do Fórum de Gerenciamento de Riscos da ENGIE, sua controladora. Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um destes fatores de risco:

a) Risco de mercado

Esse risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros aplicadas aos seus passivos, resultando em efeitos em suas despesas financeiras. A Companhia está exposta às variações do IPCA e ao CDI, em decorrência dos financiamentos e ações preferenciais.

A RAP da Companhia possui cláusula de reajuste inflacionário com a aplicação de IPCA, o que representa um *hedge* natural de longo prazo.

A seguir é apresentado análise de sensibilidade preparada pela Companhia. O cenário-base provável para o ano de 2022 foi definido por meio destas premissas disponíveis no mercado (Fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil).

Risco de variação do índice	Cenário Provável		Sensibilidade		
	2021	2022	Provável	Δ + 25%	Administração
IPCA	10,1%	5,0%	-5,1 p.p.	1,3 p.p.	-0,8 p.p.
CDI	9,2%	11,5%	2,3 p.p.	2,9 p.p.	-0,3 p.p.

A sensibilidade provável foi calculada com base nas variações entre os índices do ano de 2021 e os previstos no cenário provável para 2022, e demonstram os eventuais impactos adicionais no resultado da Companhia. As demais sensibilidades apresentadas foram apuradas com base (i) na variação de 25%; e (ii) nas estimativas da Administração sobre o cenário projetado, as quais correspondem a avaliação da Administração de alteração razoavelmente possível nas taxas de juros e índices flutuantes para 2022. As variações que poderão impactar o resultado, e, conseqüentemente, o patrimônio líquido de 2022, em comparação com o ano de 2021, caso tais cenários se materializem, são estas:

	Saldos em 31.12.2021	Sensibilidade		
		Provável	Δ + 25%	Administração
Financiamentos				
(-) Caixa e equivalentes de caixa	4.226.638	216.267	(54.070)	33.025
Ações preferenciais resgatáveis				
CDI	531.216	(12.536)	(16.402)	1.573

b) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida que proporcionem o retorno de capital aos seus investidores.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (ações preferenciais resgatáveis, financiamentos, deduzidos do caixa e do equivalente de caixa) e pelo patrimônio líquido. A relação da dívida líquida pelo patrimônio líquido foi esta:

	Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020
Dívida	4.757.854	1.280.851
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(433.896)	(47.908)
Dívida líquida	4.323.958	1.232.943
Patrimônio líquido	1.106.253	475.038
Dívida líquida/Patrimônio líquido	3,9	2,6

c) Risco de crédito

As transações para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as aplicações financeiras. A Companhia prioriza a aplicação em títulos públicos, possuindo também política de determinação de limites de crédito para as instituições financeiras.

d) Risco de liquidez

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada anualmente com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

No demonstrativo a seguir apresenta-se o perfil previsto de liquidação dos principais passivos financeiros da Companhia registrados em 31.12.2021. Os valores foram determinados com base nos fluxos de caixa não descontados previstos, considerando a estimativa de amortização de principal e pagamento de juros futuros, quando aplicável. Para as dívidas com juros pós-fixados o valor foi obtido com base na curva de juros do encerramento do exercício.

	Consolidado				
	Até 1 ano	De 2 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	61.559	-	-	-	61.559
Ações preferenciais resgatáveis	-	235.819	163.693	484.337	883.849
Financiamento	39.179	607.216	682.558	4.627.532	5.956.485
	100.738	843.035	846.251	5.111.869	6.901.893

e) Categoria dos instrumentos financeiros

	Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Aplicações financeiras	431.599	47.538
Custo amortizado		
Caixa e depósitos bancários à vista	2.297	370
Depósitos vinculados	45.360	43.778
	479.256	91.686
Passivos financeiros		
Custo amortizado		
Fornecedores	61.559	52.840
Financiamentos	4.226.638	776.067
Ações preferenciais resgatáveis	531.216	504.784
	4.819.413	1.333.691

As aplicações financeiras estão avaliadas pelos preços cotados em mercado ativo (Nível 1).

NOTA 11 - FINANCIAMENTOS

a) Composição

	Consolidado					
	31.12.2021		31.12.2020		Total	
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
BNDES	11.767	3.460.429	3.472.196	-	771.504	771.504
BASA	5.570	724.059	729.629	-	-	-
Encargos	24.813	-	24.813	4.563	-	4.563

b) Vencimentos das ações preferenciais resgatáveis apresentadas no passivo não circulante

	Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020
2023	44.268	44.268
2024	44.268	44.268
2025	44.268	44.268
2026	44.268	44.268
2027	44.268	44.268
2028 a 2032	221.340	221.340
2033 a 2034	88.536	88.536
Ações preferenciais resgatáveis	531.216	531.216

NOTA 13 - OBRIGAÇÕES FISCAIS E REGULATÓRIAS

	Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020
ICMS ¹	12.515	6.011
ISSQN ²	8.893	3.911
INSS ³	3.390	1.551
PLS ⁴ e Cofins ⁵	404	13
Outros	33	(96)
	25.235	11.390

(1) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.
(2) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza.
(3) Instituto Nacional do Seguro Social.
(4) Programa de Integração Nacional.
(5) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.

NOTA 14 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS
O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativo e passivo, estão apresentados de forma líquida, como segue:

Natureza dos créditos	Consolidado				31.12.2020
	Base de cálculo	IR	CSLL	Total	
Passivo:					
Receita de implementação de infraestrutura	4.859.115	1.214.779	437.320	1.652.099	414.093
Valor justo de direitos de projeto adquirido	236.021	59.005	21.242	80.247	80.247
Remuneração do ativo de contrato	898.747	224.687	80.887	305.574	35.397
Ativo:					
Custo de implementação de infraestrutura	5.172.812	1.293.203	465.553	1.758.756	380.913
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	504.890	126.223	45.440	171.663	14.780

Outros	17.794	4.450	1.601	6.051	11.742
Passivo líquido	(74.595)	(26.855)	(101.450)	(122.302)	
Classificação no balanço patrimonial					
Passivo	(84.507)	(30.422)	(114.929)	(125.708)	
Ativo	9.912	3.567	13.479	3.406	
Total	(74.595)	(26.855)	(101.450)	(122.302)	

A realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos irá ocorrer a partir da entrada em operação comercial da infraestrutura de transmissão, prevista para ocorrer até 2023.

NOTA 15 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social
O capital social da Companhia, em 31.12.2021, era de R\$ 1.204.131 (R\$ 422.384 em 31.12.2020), representado por 1.204.131.182 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, das quais 1.204.131.181 pertencem à ENGIE Brasil Energia S.A. e 1 de propriedade da ENGIE Brasil Energia Comercializadora Ltda.

NOTA 16 - RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada nas demonstrações dos resultados.

	Consolidado	
	2021	2020
Receita de construção de infraestrutura de transmissão	2.079.240	1.013.068
Remuneração de ativo de contrato	664.289	88.511
Operação e manutenção	407	-
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	2.743.936	1.101.579

NOTA 17 - CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS NO RESULTADO

	31.12.2021			31.12.2020		
	IR	CSLL	Total	IR	CSLL	Total
Resultado antes dos tributos	(213.821)	(213.821)	(213.821)	107.370	107.370	107.370
Alíquota nominal	25%	9%	34%	25%	9%	34%
Despesa às alíquotas nominais	53.455	19.244	72.699	(26.843)	(9.663)	(36.506)
Diferenças permanentes	(6.914)	(2.496)	(9.410)	(1.330)	(479)	(1.809)
Diferença de base tributada pelo lucro presumido	(6.914)	(2.496)	(9.410)	(1.330)	(479)	(1.809)
Composição dos tributos no resultado	46.541	16.748	63.289	(28.173)	(10.142)	(38.315)
Corrente	(27)	(16)	(43)	-	-	-
Diferido	46.568	16.764	63.332	(28.173)	(10.142)	(38.315)
Alíquota efetiva	21,8%	7,8%	29,6%	26,2%	9,4%	35,7%

NOTA 18 - COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

a) Sistema de Transmissão – Novo Estado

A Companhia, por meio da controlada indireta Novo Estado, mantém contratos de construção do Sistema de Transmissão Novo Estado, localizado nos estados do Pará e Tocantins, com, aproximadamente, 1.800 km de extensão de linhas de transmissão. Os compromissos futuros decorrentes destes contratos, em 31.12.2021, eram de R\$ 592.990.

b) Sistema de Transmissão – Gralha Azul

A Companhia, por meio da controlada indireta Gralha Azul, mantém contratos de construção do Sistema de Transmissão Gralha Azul, localizado no estado do Paraná, o qual totaliza, aproximadamente, 1.000 km de extensão de linhas de transmissão. Os compromissos futuros decorrentes destes contratos, em 31.12.2021, eram de R\$ 64.847.

NOTA 19 - SEGUROS

a) Riscos operacionais e lucros cessantes

Em virtude da solicitação de anuência da Aneel para a entrada em operação dos Sistemas de Transmissão Gralha Azul e Novo Estado, foram contratadas apólices de riscos operacionais exclusivas para as suas subestações, nos montantes totais de R\$ 103.147 e R\$ 169.763 e vigências até 21.08.2022 e 19.12.2022, respectivamente. Estas apólice abrangem danos materiais e lucros cessantes.

b) Riscos de engenharia

A Companhia mantém contratadas apólices de seguros para os Sistemas de Transmissão Gralha Azul e Novo Estado, cujos limites para danos materiais são de R\$ 1.000.000 e R\$ 500.000, respectivamente.

NOTA 20 - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Aumento de capital por transf. de controladas	598.442	167.219	598.442	167.219
Fornecedores da construção do sistema de transmissão	-	-	172.437	51.350
Prov. para desapropriações na construção de transmissão	-	-	5.941	-

(Nominata de assinaturas das Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2021, da ENGIE Transmissão de Energia Participações II S.A.)

DIRETORIA EXECUTIVA

Eduardo Antonio Gori Sattamini
Diretor Presidente

Marcelo Cardoso Malta
Diretor Administrativa e Financeira

José Luiz Jansson Laydner
Diretor Técnico-Operacional

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Paulo Roberto Keller de Negreiros
Contador - CRC RS 068193/O-2 T-SC

QUER FALAR COM O ND?

A central do assinante está sempre à disposição para melhor atendê-lo.

Ligue: **3251-1414**

WhatsApp: **98419-8445**

E-mail: assinaturas@ndmais.com.br



ND

CENTRAL EÓLICA ESTRELA S.A
CNPJ Nº 09.265.464/0001-02 | NIRE Nº 42 3 0004268-4

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da Central Eólica Estrela S.A. ("Estrela" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. As informações estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando especificado em contrário, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

1. Perfil Institucional

Estrela é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) que detém autorização outorgada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para explorar a Central Eólica Estrela (Parque Eólico ou Usina), com potência instalada de 29,7 MW e capacidade comercial de 14,0 MW médios, em operação comercial desde março de 2017. A Usina está localizada no município de Trairi, estado do Ceará (CE).

Estrela não tem empregados e sua administração é realizada pela controladora indireta ENGIE Brasil Energia S.A. (ENGIE Brasil Energia ou EBE), que cobra os seus honorários mediante contrato de prestação de serviços e reembolso das despesas com o pessoal diretamente alocado na Usina.

2. Controle Acionário

A totalidade do capital social de Estrela pertence à Energias Eólicas do Ceará S.A. (EEC), uma holding controlada pela ENGIE Brasil Energias Complementares Participações Ltda., que por sua vez é uma controlada da ENGIE Brasil Energia. Sediada em Florianópolis, a ENGIE Brasil Energia é uma plataforma de investimento em infraestrutura em energia, atuante nas atividades de geração, comercialização, trading e transmissão de energia. Atua ainda no segmento de transporte de gás, por meio de participação na Transportadora Associada de Gás S.A. – TAG, em conjunto com outros sócios.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	31.12.2021		31.12.2020	
ATIVO CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	11.732	23.014		
Contas a receber de clientes	5	4.098	6.536		
Outros ativos circulantes		323	316		
		16.153	29.866		
ATIVO NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo					
Depósitos vinculados	6	4.278	4.165		
		4.278	4.165		
Imobilizado					
Intangível	7	131.075	136.733		
Direito de uso de arrendamento	11	351	370		
		2.778	3.554		
		138.482	144.822		
TOTAL		154.635	174.688		
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
PASSIVO CIRCULANTE	Nota	31.12.2021		31.12.2020	
Fornecedores	8	551	626		
Financiamento	10	-	7.723		
Ressarcimentos às distribuidoras	13	3.730	3.583		
Arrendamentos a pagar	11	320	405		
Dividendos		227	-		
Outros passivos circulantes		476	340		
		5.304	12.677		
PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Financiamento	10	-	85.042		
Ressarcimentos às distribuidoras	13	8.807	5.531		
Arrendamentos a pagar	11	2.750	3.350		
Provisão para desmobilização	7	10.410	9.384		
		21.967	103.307		
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12				
Capital social		115.121	48.621		
Reservas de lucros		12.243	10.083		
		127.364	58.704		
TOTAL		154.635	174.688		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Central Eólica Estrela S.A. ("Estrela" ou "Companhia"), sociedade anônima de capital fechado, com sede no município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina (SC), foi constituída em 13.12.2007, com prazo de duração indeterminado, e tem como objeto social gerar energia elétrica de fonte eólica, podendo negociar créditos de carbono decorrentes dessa atividade, e a participação em outras sociedades, sejam simples ou empresárias, como sócia, acionista ou em consórcios.

Em 18.03.2017, a Aneel autorizou a entrada em operação comercial da Central Eólica Estrela ("Usina"), localizada no município de Trairi (CE), com capacidade instalada de 29,7 MW e capacidade comercial de 14,0 MW médios.

A Estrela possui participação de 13,97% e 6,98% nos consórcios Trairi e Falsa-Trairi, respectivamente. O Consórcio Trairi construiu a subestação Trairi e as linhas de conexão das usinas à esta subestação. Já o Consórcio Falsa-Trairi foi o responsável pela construção das linhas de transmissão à subestação Pecém (CE).

A Companhia não tem empregados e os seus administradores renunciaram ao direito de receber qualquer remuneração. A administração da Companhia é conduzida pela controladora indireta, ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia"), que cobra pela prestação de serviços e solicita reembolso das despesas incorridas com pessoal diretamente dedicado às atividades da usina.

Os anos de 2020 e 2021 foram marcados pelos efeitos da pandemia da Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus, que impactou, e continua impactando, a economia mundial. Em decorrência disto, foram tomadas medidas restritivas no sentido de determinar o distanciamento social e o fechamento de estabelecimentos comerciais, além da paralisação da indústria. As restrições impostas pelo isolamento social trouxeram efeitos importantes na atividade de diversos setores, na renda das famílias e nos investimentos no país. Na medida em que a situação da pandemia foi melhorando e, com isso, as restrições às atividades econômicas gradativamente reduzidas, houve evolução em diferentes regiões e segmentos de negócios. Em 2021 e 2020, a Companhia não apurou impactos significativos decorrentes da pandemia em suas demonstrações contábeis.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base na continuidade operacional e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), sendo utilizado o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, e o real como moeda funcional.

Essas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis ora apresentadas foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 25.04.2022.

a) Continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Sociedade. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

As principais bases de julgamento utilizadas para tal conclusão são: (i) patrimônio líquido expressivo; e (ii) forte geração de caixa operacional.

NOTA 3 - SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Instrumentos financeiros

a.1) Caixa e equivalentes de caixa

São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao valor justo na data das demonstrações contábeis. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

a.2) Contas a receber de clientes

São reconhecidas quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, ou seja, se fizer necessário apenas o transcorrer do tempo para sua ocorrência. São registradas inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado.

a.3) Depósitos vinculados

São mantidos para atendimento às exigências legais e contratuais. São contabilizados inicialmente pelo valor depositado e, posteriormente, pelo custo amortizado.

a.4) Financiamento

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e, posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva.

3. Ambiente Macroeconômico

O segundo ano da pandemia da Covid-19 foi, em linhas gerais, marcado pela recuperação do crescimento econômico e alta inflação – uma constante observada no Brasil e no mundo. O Produto Interno Bruto (PIB) teve crescimento de 4,6%, a alta praticamente compensa o decréscimo de 4,1% observado em 2020.

A atividade econômica brasileira iniciou uma recuperação, ainda que ligeiramente abaixo da esperada. A inflação elevada, com pior resultado desde 2015, gerou impacto sobre o crescimento, com a deterioração do poder de compra das famílias. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) apresentou variação de 10,1%, enquanto o Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC) registrou, no acumulado do ano, 10,2%.

As incertezas trazidas pela pandemia e seus desdobramentos também influenciaram o mercado financeiro. A taxa básica de juros (Selic) atingiu 9,2%, alta de 7,2 p.p. no exercício de 2021, enquanto o dólar (Ptax) bateu a marca de R\$ 5,58 – a moeda americana estava cotada em R\$ 5,19 ao fim de 2020.

4. Desempenho Operacional

Em 2021, a geração total bruta de Estrela alcançou 109,9 GWh, 13,7% acima da geração obtida em 2020, que foi de 96,6 GWh. O Índice de disponibilidade, considerando-se as paradas programadas, atingido no ano em análise foi de 90,9%, 0,3 p.p. superior à obtida em 2020, que foi de 90,6%.

5. Desempenho Econômico-Financeiro

a) Principais indicadores (expressos em milhares de reais)

Indicadores de resultado	2021	2020	Variação %
Receita operacional líquida	24.738	20.905	18,3
Lucro bruto	11.211	8.465	32,4

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	Nota	31.12.2021	31.12.2020
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA			
CUSTOS DA ENERGIA VENDIDA			
Depreciação e amortização	07/11	(6.360)	(6.369)
Serviços de terceiros		(4.012)	(3.493)
Encargos de uso da rede elétrica e de conexão		(985)	(916)
Pessoal		(628)	(573)
Energia elétrica comprada		(409)	(543)
Outros		(1.133)	(546)
		(13.527)	(12.440)
LUCRO BRUTO		11.211	8.465
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas		(205)	(204)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		2	(339)
		(203)	(543)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		11.008	7.922
Receitas (despesas) financeiras			
Renda de aplicações financeiras		524	350
Juros sobre depósitos vinculados		164	88
Juros e variação monetária sobre financiamento	10	(6.944)	(6.711)
Juros sobre arrendamentos	11	(348)	(382)
Juros sobre provisão para descomissionamento		(1.026)	(466)
Outras receitas (despesas) financeiras, líquidas		26	(79)
		(7.604)	(7.200)
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		3.404	722
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	14	(1.017)	(812)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		2.387	(90)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	Nota	Reservas de lucros			
		Capital Social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros Acumulados
Saldos em 31.12.2019		48.621	926	9.247	-
Prejuízo do exercício		-	-	-	(90)
Absorção do prejuízo com reservas		-	-	(90)	90
Saldos em 31.12.2020	12	48.621	926	9.157	-
Aumento de capital		66.500	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	2.387
Destinações propostas à AGO:					
- Reserva legal		-	119	-	(119)
- Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(227)
- Reserva de retenção de lucros		-	-	2.041	(2.041)
Saldos em 31.12.2021	12	115.121	1.045	11.198	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

b) Imobilizado

É registrado ao custo de aquisição ou construção. Os juros e os demais encargos financeiros do financiamento, no período em que o imobilizado estava em construção, foram computados como custo do respectivo imobilizado. O valor presente do custo esperado para desmobilização de um ativo após seu uso, quando aplicável, é incluído no custo do respectivo ativo.

Os custos dos ativos imobilizados são deduzidos da depreciação acumulada, a qual é calculada pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas dos bens.

c) Avaliação do valor de recuperação do imobilizado – Impairment

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, os bens do ativo imobilizado com a finalidade de identificar evidências que possam levar a perdas de valores não recuperáveis das respectivas unidades geradoras de caixa, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa provisão para perda (impairment) é reconhecida no resultado do exercício.

d) Direito de uso de arrendamento

Os direitos de uso de arrendamentos, inicialmente, compreendem o passivo de arrendamento acrescido dos pagamentos antecipados. Esses ativos são depreciados com base na vigência dos contratos de arrendamento e avaliados no que se refere a perda por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável. Adicionalmente, são ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

e) Arrendamentos a pagar

Os arrendamentos a pagar são inicialmente mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos futuros, descontado pela taxa incremental de financiamento. Posteriormente, o passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva e remensurado (com correspondente ajuste no direto de uso relacionado) quando há alteração nos pagamentos futuros motivada por atualizações monetárias ou alteração nas taxas de desconto. Adicionalmente, a Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamentos de curto prazo, ou seja, arrendamentos de ativos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início, e de ativos de baixo valor individual, os quais são reconhecidos como despesa ao longo do prazo do arrendamento.

f) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados de acordo com as bases tributárias, considerando as normas e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações contábeis.

g) Provisão para desmobilização

Os custos de desmobilização da Usina são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para cumprir a obrigação, utilizando fluxos de caixa esperados, com base na melhor estimativa na data de reporte, e são reconhecidos em contrapartida dos custos do correspondente ativo. A atualização financeira da provisão é reconhecida na demonstração do resultado conforme incorrido. A provisão é revisada anualmente e quaisquer ajustes de estimativa são efetuados em contrapartida do custo do ativo.

h) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição. Os demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridos.

i) Transações entre partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, as quais são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

j) Receita de contrato com cliente

A receita é mensurada com base na contraprestação precificada no contrato com o cliente, pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos incidentes sobre ela.

Margem bruta	45,3%	40,5%	4,8 p.p.
Resultado do serviço (Ebit)	11.008	7.922	39,0
Ebitda (Lajida)	17.368	14.291	21,5
Margem Ebitda (Lajida)	70,2%	68,4%	1,8 p.p.
Resultado financeiro	(7.604)	(7.200)	5,6
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	2.387	(90)	(2.752,2)

b) Comentário sobre as principais variações

O aumento do EBITDA reflete substancialmente o aumento dos preços de energia ocorrido no ano de 2021. O lucro seguiu os mesmos efeitos, atenuado por uma maior despesa financeira.

6. Direitos dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária tem direito de voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária; de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 10% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades Anônimas; de fiscalizar a administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

7. Serviços de Auditoria

A Companhia informa que seus auditores independentes, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, não prestaram serviços não relacionados à auditoria independente em 2021.

8. Agradecimentos

A Administração da Companhia agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e todos aqueles que contribuíram para seu desempenho no ano de 2021.

A Administração

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	31.12.2021	31.12.2020
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	2.387	(90)
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	2.387	(90)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO) PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	31.12.2021	31.12.2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	3.404	722
Conciliação do lucro com o caixa gerado nas operações:		
Depreciação e amortização	6.360	6.369
Juros e variação monetária sobre financiamento	6.944	6.711
Juros sobre depósitos vinculados	(164)	(88)
Juros sobre arrendamentos	348	382
Juros sobre provisão para descomissionamento	1.026	466
Outros	(37)	57
Lucro antes dos tributos ajustado	17.881	14.619
Aumento nos ativos		
Contas a receber de clientes	2.483	185
Créditos fiscais a recuperar	-	871
Outros ativos	(133)	2.402
Aumento nos passivos		
Fornecedores	(74)	(37)
Ressarcimentos às distribuidoras	3.423	4.857
Outros passivos	108	(177)
Caixa gerado pelas operações	23.688	22.720
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(871)	(1.232)
Pagamento de juros sobre financiamento	(3.569)	(3.295)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	19.248	

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2021	31.12.2020
Caixa e depósitos bancários à vista	1.033	1.225
Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa	10.699	21.789
	11.732	23.014

A Companhia é participante do Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa de sua controladora indireta, ENGIE Brasil Energia, concentrando suas aplicações financeiras neste fundo. As operações realizadas pelo fundo possuem liquidez imediata, são remuneradas pela Selic e estão lastreadas em títulos públicos federais.

NOTA 5 - CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	31.12.2021	31.12.2020
Distribuidoras	4.008	3.846
Transações realizadas na CCEE	60	2.646
ENGIE Brasil Energia Comercializadora Ltda ("EBC")	30	44
	4.098	6.536

Os saldos a receber de distribuidoras são recebidos em parcelas iguais em 20, 30 e 45 dias do mês subsequente ao mês de suprimento, enquanto os valores faturados mensalmente à CCEE são recebidos em aproximadamente 45 dias. Não havia valores vencidos em 31.12.2021 e 31.12.2020.

NOTA 6 - DEPÓSITOS VINCULADOS

Em 31.12.2021, a Companhia mantinha R\$ 4.278 (R\$ 4.165 em 31.12.2020) relativos a garantias vinculadas ao contrato de financiamento. Essas garantias visam assegurar o pagamento dos serviços de dívida com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), bem como das despesas de operação e manutenção, e são constituídas pelo montante equivalente a 3 meses do serviço da dívida e das despesas contratuais de operação e de manutenção, respectivamente. Com o pagamento antecipado do financiamento e a emissão do termo de quitação pelo BNDES em 29.12.2021, os depósitos relacionados ao contrato serão sacados no próximo exercício.

NOTA 7 - IMOBILIZADO

a) Composição

	Taxa média de depreciação	31.12.2021		31.12.2020	
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Edificações e benfeitorias	3,30%	4.504	(742)	3.762	3.912
Máquinas e equipamentos	3,80%	157.037	(30.069)	126.968	132.790
		161.541	(30.811)	130.730	136.702
Em curso					
		345	-	345	31
		161.886	(30.811)	131.075	136.733

b) Mutação do ativo imobilizado

	Edificações e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Em curso		Total
Saldos em 31.12.2019	4.062	138.713	13	142.788	
Ingressos	-	-	59	59	
Transferências	-	41	(41)	-	
Depreciação	(150)	(5.964)	-	(6.114)	
Saldos em 31.12.2020	3.912	132.790	31	136.733	
Ingressos	-	-	461	461	
Transferências	-	147	(147)	-	
Depreciação	(150)	(5.969)	-	(6.119)	
Saldos em 31.12.2021	3.762	126.968	345	131.075	

c) Provisão para desmobilização

A Companhia mantém reconhecido em seu imobilizado a provisão dos custos decorrentes da desmobilização de seu parque eólico, com base no valor presente dos fluxos de caixa esperados para o cumprimento da obrigação de retirada dos ativos e de restauração do local ao final do prazo de autorização. A taxa real de desconto utilizada para o cálculo do valor presente foi de 3,59%, baseado nas taxas de títulos públicos com vencimento similar ao do término das autorizações. O saldo da provisão para desmobilização registrada no passivo não circulante em 31.12.2021 era de R\$ 10.410 (R\$ 9.384 em 31.12.2020).

d) Autorização do Órgão Regulador

A Companhia é detentora de autorização para exploração da Central Eólica Estrela pelo prazo de 30 anos, a contar da data de 18.03.2017.

NOTA 8 - FORNECEDORES

	31.12.2021	31.12.2020
Fornecedores de materiais e serviços	189	262
Fornecedores de imobilizado	247	248
Encargos de uso da rede elétrica	86	76
Energia elétrica comprada para revenda	29	40
	551	626

NOTA 9 - GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, segue integralmente as regras do Fórum de Gerenciamento de Riscos da ENGIE Brasil Energia, sua controladora indireta. Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um destes fatores de risco:

a) Risco de crédito

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as vendas de energia e as aplicações financeiras.

Nas operações de venda de energia, a Companhia minimiza o seu risco de crédito por meio da utilização de um mecanismo de constituição de garantias envolvendo os recebíveis de seus clientes.

No que tange à aplicação no mercado financeiro, os recursos disponíveis da Companhia são alocados em um Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa, o qual tem como política a alocação de seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco. Em 31.12.2021, esse

fundo possuía 100% de sua carteira em ativos com risco de crédito do Governo Brasileiro, todos com liquidez diária. De acordo com o planejamento financeiro da Companhia, os recursos desse fundo serão utilizados no curto prazo, reduzindo substancialmente o risco de quaisquer efeitos significativos nos seus rendimentos, em decorrência de eventual redução da taxa básica de juros da economia brasileira.

b) Risco de liquidez

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada anualmente com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

c) Categoria dos instrumentos financeiros

	31.12.2021	31.12.2020
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Aplicações financeiras	10.699	21.789
Custo amortizado		
Caixa e depósitos bancários à vista	1.033	1.225
Contas a receber de clientes	4.098	6.536
Depósitos vinculados	4.278	4.165
	20.108	33.715

Passivos financeiros

	31.12.2021	31.12.2020
Custo amortizado		
Ressarcimentos às distribuidoras	12.537	9.114
Fornecedores	551	626
Financiamento	-	92.765
	13.088	102.505

As aplicações financeiras estão avaliadas pelos preços cotados em mercado ativo (Nível 1).

NOTA 10 - FINANCIAMENTO

Em julho de 2021, a Companhia realizou o pagamento antecipado do financiamento com o BNDES, no valor total de R\$ 91.716, deste montante, R\$ 90.099 referia-se a principal e R\$ 1.616 a juros e comissões. O vencimento original era maio de 2033.

a) Mutação do financiamento

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31.12.2019	7.203	85.773	92.976
Juros e variação monetária	6.711	-	6.711
Transferências	731	(731)	-
Amortização do principal	(3.627)	-	(3.627)
Pagamento dos juros	(3.295)	-	(3.295)
Saldos em 31.12.2020	7.723	85.042	92.765
Juros e variação monetária	6.944	-	6.944
Transferências	85.042	(85.042)	-
Amortização do principal	(96.140)	-	(96.140)
Pagamento dos juros	(3.569)	-	(3.569)
Saldos em 31.12.2021	-	-	-

NOTA 11 - OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO

A Companhia possui contrato de arrendamento do terreno no qual está instalado seu parque eólico, cuja vigência é até 2042.

a) Direito de uso de arrendamento

A mutação do direito de uso de arrendamentos está apresentada a seguir:

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31.12.2019	405	3.460	3.865
Depreciação	-	(237)	(237)
Saldos em 31.12.2020	405	3.554	3.959
Remensuração	(85)	(469)	(554)
Depreciação	-	(222)	(222)
Saldos em 31.12.2021	320	2.750	3.070

b) Arrendamentos a pagar

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31.12.2019	405	3.460	3.865
Juros	382	-	382
Transferência	110	(110)	-
Amortizações	(492)	-	(492)
Saldos em 31.12.2020	405	3.350	3.755
Remensuração	(85)	(469)	(554)
Juros	348	-	348
Transferência	131	(131)	-
Amortizações	(479)	-	(479)
Saldos em 31.12.2021	320	2.750	3.070

Os arrendamentos a pagar foram mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos futuros. A taxa de desconto utilizada para cálculo do valor presente foi de 10,4% e representa a taxa incremental de financiamento.

c) Vencimentos dos arrendamentos a pagar apresentados no passivo não circulante

	31.12.2021
2023	363
2024	328
2025	298
2026	270
2027	244
2028 a 2032	854
2033 a 2037	256
2038 a 2042	137
Arrendamentos a pagar	2.750

NOTA 12 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Durante o ano de 2021, o capital social da Companhia aumentou em R\$ 66.500, passando de R\$ 48.621 em 31.12.2020 para R\$ 115.121 em 31.12.2021, representado por 115.121.170 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, das quais 115.121.169 pertencem à controladora Energias Eólicas do Ceará S.A. ("EEC") e 1 pertence à ENGIE

Brasil Energia S.A. A EEC é controlada pela ENGIE Brasil Energias Complementares Participações Ltda. ("ECP"), que, por sua vez, é controlada pela ENGIE Brasil Energia S.A.

b) Reservas de lucros e dividendos mínimos obrigatórios

A Companhia constituiu reserva legal correspondente a 5% do lucro líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios correspondem a 10% do lucro líquido ajustado.

NOTA 13 - CONCILIAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada nas demonstrações dos resultados.

	31.12.2021	31.12.2020
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Suprimento e fornecimento de energia elétrica	25.186	21.065
ENGIE Brasil Energia Comercializadora Ltda ("EBC")	395	603
Transações no mercado de curto prazo	94	29
	25.675	21.697

DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL

PIS e Cofins	(937)	(792)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	24.738	20.905

Em 2021, as receitas auferidas às distribuidoras foram reduzidas pelo reconhecimento de R\$ 3.298 (R\$ 6.252 em 31.12.2020), relativos ao mecanismo de ressarcimento previsto nos contratos de energia elétrica firmados no ACR, líquidos de PIS e Cofins. Tal reconhecimento foi feito em contrapartida da rubrica "Ressarcimentos às distribuidoras", a qual, em 31.12.2021, apresentava saldo de R\$ 3.730 (R\$ 3.583 em 31.12.2020) no passivo circulante e R\$ 8.807 (R\$ 5.531 em 31.12.2020) no passivo não circulante.

NOTA 14 - CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS NO RESULTADO

	31.12.2021		31.12.2020	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Receita operacional bruta	25.675	25.675	21.697	21.697
% de presunção do lucro	8%	12%	8%	12%
Lucro presumido sobre receita operacional	2.054	3.081	1.736	2.604
Receita financeira	732	732	491	491
Receita extraordinária	-	-	-	-
Base de cálculo	2.786	3.813	2.227	3.095
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social	(698)	(343)	(557)	(279)
Adicional de 10% sobre lucro até R\$ 20 mensais	24	-	24	-
Imposto de renda e contribuição social - resultado	(674)	(343)	(533)	(279)

NOTA 15 - COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

A Companhia possui os seguintes compromissos de longo prazo considerados relevantes:

a) Contrato de venda de energia elétrica

Em agosto de 2015, o Conjunto Eólico Trairí comercializou 46,0 MW no Leilão de Energia Nova promovido pela Aneel, ao preço médio de venda de R\$ 188,45/MWh, pelo prazo de 20 anos. O início do suprimento da energia negociada no leilão ocorreu em 01.01.2019, após postergação de 1 ano solicitada pela Aneel através do Mecanismos de Compensação de Sobras e Débitos (MCS D A-0) e de negociações bilaterais entre geradores e distribuidoras. O compromisso futuro, na data base 31.12.2021, é de R\$ 458.607 (R\$ 464.945 em 31.12.2020).

b) Contrato de Operação e Manutenção (O&M)

A Companhia mantém contrato de operação e manutenção de máquinas com a empresa GE Energias Renováveis Ltda. vigente até abril de 2027. Os valores contratados são atualizados, anualmente, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O compromisso futuro, na data base 31.12.2021, é de R\$ 17.711 (R\$ 19.047 em 31.12.2020).

c) Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST)

A Companhia mantém contrato de uso do sistema de transmissão com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), com vigência até a data de extinção da autorização da Usina ou a extinção da transmissão, o que ocorrer primeiro. Em 31.12.2021, os compromissos futuros eram de R\$ 22.692 (R\$ 20.865 em 31.12.2020).

NOTA 16 - SEGUROS

A Companhia é participante da apólice de seguro internacional de danos à propriedade e interrupção de negócios - *Property Damage and Business Interruption* (PDBI) - do programa de seguros de sua controladora indireta ENGIE Brasil Energia. O Conjunto Eólico Trairí participa da referida apólice, sendo cobertos danos materiais incorridos à usina, incluindo a linha de transmissão, e lucros cessantes, no valor de R\$ 1.185.064 e R\$ 201.681, respectivamente. A vigência do seguro vai até 31.05.2022.

NOTA 17 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Prestação de serviços administrativos e financeiros

A Companhia mantém contrato com a sua controladora indireta ENGIE Brasil Energia, vigente a partir de 01.01.2014, com duração de quatro anos, cujo objeto é a prestação de serviços administrativos e financeiros. Os valores contratados são reajustados anualmente pela variação do INPC. Referido contrato foi renovado em 01.01.2019.

NOTA 18 - EVENTOS SUBSEQUENTES

Com a emissão do termo de quitação em 29.12.2021 pelo BNDES, referente ao financiamento quitado antecipadamente, a Companhia efetuou o saque das garantias, registrado na rubrica "depósitos vinculados", em 18.02.2022.

(Nominata de assinaturas das Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2021, da Central Eólica Estrela S.A.).

DIRETORIA EXECUTIVA

José Luiz Jansson Laydner Diretor Presidente	Marcelo Cardoso Malta Diretor Administrativo e Financeiro
Sergio Roberto Maes Diretor Técnico-Operacional	

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Paulo Roberto Keller de Negreiros
CRC RS-068193/O-2 T-SC

PARA ANUNCIAR LIGUE

48 3212 4104

MANDE E-MAIL:

opec@ndmais.com.br



EÓLICA UMBURANAS 1 S.A.

CNPJ nº 20.168.187/0001-44 | NIRE nº 42.3.0004837-2

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

do. O Produto Interno Bruto (PIB) teve crescimento de 4,6%. A alta compensa o decréscimo de 4,1% observado em 2020.

A atividade econômica brasileira iniciou uma recuperação, ainda que ligeiramente abaixo da esperada. A inflação elevada, com pior resultado desde 2015, gerou impacto sobre o crescimento, com a deterioração do poder de compra das famílias. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) apresentou variação de 10,1%, enquanto o Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC) registrou, no acumulado do ano, 10,2%.

As incertezas trazidas pela pandemia e seus desdobramentos também influenciaram o mercado financeiro. A taxa básica de juros (Selic) atingiu 9,2%, alta de 7,2 p.p. no ano, enquanto o dólar (Ptax) bateu a marca de R\$ 5,58 – a moeda americana estava cotada em R\$ 5,19 ao fim de 2020.

4. Desempenho Operacional

Em 2021, a geração total bruta da Eólica Umbranas 1 alcançou 125,6 GWh, 4,3% maior que a geração obtida em 2020, que foi de 120,3 GWh. O Índice de disponibilidade, considerando-se todas as paradas programadas, atingido no ano foi de 91,6%, 3,9 p.p. menor que os 95,5% obtidos em 2020.

5. Desempenho Econômico-Financeiro

a) Principais indicadores (expressos em milhares de reais)

Indicadores de resultado	2021	2020	Var. (R\$)	Var. (%)
Receita operacional líquida	20.383	18.154	2.229	12,3
Lucro bruto	11.455	10.815	640	5,9
Margem bruta	56,2%	59,6%		(3,4 p.p.)
Resultado do serviço (Ebit)	11.347	10.691	656	6,1
Ebitda (Lajida) ¹	16.292	15.649	643	4,1
Margem Ebitda (Lajida)	79,9%	86,2%		(6,3 p.p.)
Resultado financeiro	(12.946)	(7.792)	(5.154)	66,1
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(2.380)	2.899	(5.279)	(182,1)

¹ Ebitda (Lajida): (prejuízo) lucro líquido + imposto de renda e contribuição social + resultado financeiro + depreciação e amortização

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	Nota	31.12.2021	31.12.2020
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	13	20.383	18.154
Custos da energia vendida			
Depreciação e amortização	7/11	(4.945)	(4.958)
Serviços de terceiros		(2.295)	(954)
Encargos de uso da rede elétrica e conexão		(1.071)	(904)
Outros		(617)	(523)
		(8.928)	(7.339)
		11.455	10.815

LUCRO BRUTO

Despesas operacionais

Despesas com vendas, gerais e administrativas

LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO

RESULTADO FINANCEIRO

Renda de aplicações financeiras

Renda de depósitos vinculados ao serviço da dívida

Juros e variação monetária sobre financiamento

Juros e variação monetária sobre provisão para desmobilização

Juros sobre arrendamentos

Outras despesas financeiras, líquidas

(PREJUÍZO) LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES

Imposto de renda

Contribuição social

(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	Nota	31.12.2021	31.12.2020
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(2.380)	2.899
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		(2.380)	2.899

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Eólica Umbranas 1 S.A. ("Companhia"), com sede no município Florianópolis, estado de Santa Catarina (SC), foi constituída em 03.02.2014, com prazo de duração indeterminado. A Companhia tem como objeto social a implantação e exploração de usina geradora de energia elétrica de fonte eólica e implantação do sistema de transmissão de interesse restrito, podendo negociar créditos de carbono decorrentes de suas atividades e constituir consórcios para consecução do seu objeto social.

A Companhia detém autorização para explorar a Eólica Umbranas 1 ("Usina"), a qual está localizada nos municípios de Sento Sé e Umbranas (BA) e possui capacidade instalada de 25,0 MW¹ e garantia física de 16,2 MW médios. Em 24.04.2019, a Aneel autorizou o início da operação comercial da Usina. Adicionalmente, a Companhia é parte do Consórcio Umbranas, com participação de 6,94%. O Consórcio Umbranas é responsável pela operação, manutenção e exploração da subestação e parte da linha de transmissão utilizada pela Companhia em suas operações.

A Companhia não possui colaboradores e os seus administradores renunciaram ao direito de receber qualquer remuneração. A administração da Companhia é conduzida pela controladora indireta, ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia"), que cobra pela prestação de serviços e solicita reembolso das despesas incorridas com pessoal diretamente dedicado às atividades da usina.

Os anos de 2020 e 2021 foram marcados pelos efeitos da pandemia da Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus, que impactou, e continua impactando, a economia mundial. Em decorrência disto, foram tomadas medidas restritivas no sentido de determinar o distanciamento social e o fechamento de estabelecimentos comerciais, além da paralisação da indústria. As restrições impostas pelo isolamento social trouxeram efeitos importantes na atividade de diversos setores, na renda das famílias e nos investimentos no país. Na medida em que a situação da pandemia foi melhorando e, com isso, as restrições às atividades econômicas gradativamente reduzidas, houve evolução em diferentes regiões e segmentos de negócios. Em 2021 e 2020, a Companhia não apurou impactos significativos decorrentes da pandemia em suas demonstrações contábeis.

¹ As informações não financeiras contidas nessas demonstrações contábeis como MW, MW médio, potência instalada, entre outros, não são auditadas pelos auditores independentes.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base na continuidade operacional e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), sendo utilizado o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, e o real como moeda funcional.

Essas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis ora apresentadas foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 25.04.2022.

a) Continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

As principais bases de julgamento utilizadas para tal conclusão são: (i) principais atividades decorrentes de autorização de longo prazo; (ii) patrimônio líquido expressivo; (iii) forte geração de caixa operacional, inclusive com capacidade financeira para quitação de compromissos assumidos junto a instituições financeiras; e (iv) série histórica de lucros nos últimos exercícios sociais.

NOTA 3 - SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Instrumentos financeiros

a.1) Caixa e equivalentes de caixa

São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao valor justo na data das demonstrações contábeis. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

a.2) Contas a receber de clientes

São reconhecidas quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional,

ou seja, se fizer necessário apenas o transcorrer do tempo para sua ocorrência. São registradas inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado.

a.3) Depósitos vinculados ao serviço da dívida

São mantidos para atendimento às exigências legais e contratuais. São contabilizados inicialmente pelo valor depositado e, posteriormente, pelo custo amortizado.

a.4) Financiamento

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e, posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva.

b) Imobilizado

É registrado ao custo de aquisição ou construção. Os juros e os demais encargos financeiros do financiamento, durante o período de construção, foram computados como custo do respectivo imobilizado. O valor presente do custo esperado para desmobilização de um ativo após seu uso, quando aplicável, é incluído no custo do respectivo ativo. Os custos dos ativos imobilizados são deduzidos da depreciação acumulada, a qual é calculada pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas dos bens.

c) Avaliação do valor de recuperação do imobilizado – Impairment

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, os bens do ativo imobilizado com a finalidade de identificar evidências que possam levar a perdas de valores não recuperáveis das respectivas unidades geradoras de caixa, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa provisão para perda (*impairment*) é reconhecida no resultado do exercício.

d) Direito de uso de arrendamentos

Os direitos de uso de arrendamentos, inicialmente, compreendem o passivo de arrendamento acrescido dos pagamentos antecipados. Esses ativos são depreciados com base na vigência dos contratos de arrendamento e avaliados no que se refere a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Adicionalmente, são ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

e) Arrendamentos a pagar

Os arrendamentos a pagar são inicialmente mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos futuros, descontado pela taxa incremental de financiamento. Posteriormente, o passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva e remensurado (com correspondente ajuste no direito de uso relacionado) quando há alteração nos pagamentos futuros motivada por atualizações monetárias ou alteração nas taxas de desconto. Adicionalmente, a Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamentos de curto prazo, ou seja, arrendamentos de ativos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início, e de ativos de baixo valor individual, os quais são reconhecidos como despesa ao longo do prazo do arrendamento.

f) Provisão para desmobilização

Os custos de desmobilização da Usina são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para cumprir a obrigação, utilizando fluxos de caixa esperados, com base na melhor estimativa na data de reporte, e são reconhecidos em contrapartida dos custos do correspondente ativo. A atualização financeira da provisão é reconhecida na demonstração do resultado conforme incorrida. A provisão é revisada anualmente e quaisquer ajustes de estimativa são efetuados em contrapartida do custo do ativo.

g) Dividendos

Os dividendos são calculados a partir do lucro líquido do exercício, e são reconhecidos como passivo quando da sua aprovação pela Diretoria Executiva, ou mediante deliberação da Assembleia Geral, e podem ser classificados como intercalares, intermediários, dividendos adicionais propostos ou dividendos mínimos obrigatórios.

h) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição. Os demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridos.

i) Transações entre partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, e são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

b) Principais indicadores (expressos em milhares de reais)

Receita operacional líquida: o aumento decorreu: (i) da atualização monetária dos contratos de venda de energia elétrica; e (ii) da alteração no regime de tributação da Companhia, que passou de Lucro Real em 2020 para Lucro Presumido em 2021, e em consequência disso, alterou também o PIS e COFINS, que passou do regime não cumulativo para o regime cumulativo.

Resultado financeiro: o aumento decorreu, principalmente, do efeito da variação monetária sobre os financiamentos, que são vinculados ao IPCA e acompanharam a volatilidade do índice no ano de 2021.

(Prejuízo) lucro líquido do exercício: redução motivada (i) pelo aumento significativo dos custos com contratos de O&M da usina; e (ii) pelos efeitos sobre o resultado financeiro citados anteriormente, os quais foram parcialmente atenuados pelo incremento das receitas no ano.

6. Direitos dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária tem direito de voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária; de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades Anônimas; de fiscalizar a administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

7. Serviços de Auditoria

A Companhia informa que os auditores independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, não prestaram serviços não relacionados a auditoria independente em 2021.

8. Agradecimentos

A Administração da Eólica Umbranas 1 agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e todos aqueles que contribuíram para o desempenho no ano de 2021.

A Administração

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	Nota	Prejuízos acumulados		Total
		31.12.2021	31.12.2020	
Saldos em 31.12.2019		130.990	(13.977)	117.013
Redução de capital		(84.734)	-	(84.734)
Lucro líquido do exercício		-	2.899	2.899
Saldos em 31.12.2020	12	46.256	(11.078)	35.178
Prejuízo do exercício		-	(2.380)	(2.380)
Saldos em 31.12.2021	12	46.256	(13.458)	32.798

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO) DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	Nota	31.12.2021	31.12.2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes dos tributos			(1.599)
Conciliação do resultado com o caixa das operações			
Juros e variação monetária sobre financiamento		12.497	6.967
Depreciação e amortização		4.945	4.958
Juros sobre arrendamentos a pagar		256	289
Outros		499	541
Resultado antes dos tributos ajustado		16.598	15.654
Redução (aumento) nos ativos			
Contas a receber de clientes		(103)	106
Valores a receber de partes relacionadas		-	91.853
Outros ativos		68	305
Aumento (redução) nos passivos			
Fornecedores		(1.517)	2
Outros		(42)	(960)
Caixa gerado nas operações		15.004	106.960
Redução (aumento) nos passivos			
Pagamentos de juros sobre financiamento		(3.372)	(3.323)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(528)	(107)
Caixa líquido das atividades operacionais		11.104	103.530

Fluxo de caixa das atividades de investimento

Aplicação no imobilizado e no intangível

Caixa líquido das atividades de investimento

Fluxo de caixa das atividades de financiamento

Redução de capital

Pagamento de financiamento

Depósitos vinculados ao serviço da dívida

Pagamento de arrendamentos

Caixa líquido das atividades de financiamento

Aumento de caixa e equivalentes de caixa

Conciliação do caixa e equivalentes de caixa

Saldo inicial

Saldo final

Aumento de caixa e equivalentes de caixa

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

j) Receita de contrato com cliente

A receita é mensurada com base na contraprestação precificada no contrato com o cliente, pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos incidentes sobre ela.

A receita é reconhecida conforme os contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida mensalmente, dado que o cliente simultaneamente recebe e consome os benefícios fornecidos pela Companhia, consequentemente, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento que a energia é efetivamente entregue ao cliente.

k) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados de acordo com as bases tributárias, considerando as normas e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações contábeis.

l) Operações controladas em conjunto

Os ativos, passivos, receitas e despesas relativas à participação no Consórcio Umbranas (entidade sem personalidade jurídica) são reconhecidos diretamente nas demonstrações contábeis da Companhia, não se fazendo necessário, portanto, nenhum procedimento de consolidação dessas operações.

m) Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas

Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações contábeis. Para apurar essas estimativas, a Administração utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando, ainda, pressupostos relativos a eventos futuros.

As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas relativas, principalmente, (i) à definição de vida útil do ativo imobilizado; (ii) ao teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração; (iii) à provisão para desmobilização da Usina; e (iv) à estimativa da taxa incremental de arrendamentos.

n) Novas normas, alterações e interpretações

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu revisões às normas existentes, aplicáveis a partir de 01.01.2021. A relação destas revisões aplicáveis e adotadas pela Companhia e respectivos impactos é apresentada a seguir:

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 17			
Pronunciamentos Técnicos CPC 06 (R2) – Arrendamentos, CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidênciação e CPC 48 – Instrumentos financeiros.	11.02.2021	01.01.2021	Sem impactos relevantes
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 18			
Pronunciamentos Técnicos CPC 06 (R2) – Arrendamentos - Benefícios relacionados a Covid-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento – prorrogação.	11.06.2021		Vigência estabelecida pelos órgãos reguladores que o aprovaram.

o) Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes

A partir de 01.01.2022, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia:

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação (Brasil)/ Status	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 19 CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, CPC 27 – Ativo imobilizado, CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade e CPC 48 – Instrumentos financeiros.	01.10.2021	01.01.2022	Sem impactos relevantes
Pronunciamento Técnico CPC nº 50 Este Pronunciamento vem substituir a norma atualmente vigente sobre Contratos de seguro (CPC 11).	07.05.2021	01.01.2023	Não aplicável à Companhia

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
	31.12.2021	31.12.2020	
Caixa e depósitos bancários à vista	70	83	
Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa	10.217	4.846	
	10.287	4.929	

A Companhia é participante do Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa de sua controladora indireta, ENGIE Brasil Energia, concentrando suas aplicações financeiras neste fundo. As operações realizadas pelo fundo possuem liquidez imediata, são remuneradas pela Selic e estão lastreadas em títulos públicos federais. A rentabilidade média do fundo nos anos de 2021 e 2020 foi de cerca de 99,0% e 98,7% do CDI (taxa referencial dos Certificados de Depósitos Interbancários), respectivamente.

NOTA 5 - CONTAS A RECEBER DE CLIENTES
Os valores a receber no montante de R\$ 1.845 (R\$ 1.742 em 31.12.2020) correspondem ao contrato firmado com a parte relacionada ENGIE Comercializadora Varejista de Energia Ltda. ("ECV"), com vencimento em 2036, sendo seu reajuste feito anualmente em janeiro do respectivo ano. Não havia valores vencidos em 31.12.2021 e 31.12.2020.

NOTA 6 - DEPÓSITOS VINCULADOS AO SERVIÇO DA DÍVIDA
Em 31.12.2021, a Companhia mantém R\$ 2.721 (R\$ 2.224 em 31.12.2020) relativos a garantias vinculadas ao contrato de financiamento. Essas garantias visam assegurar o pagamento dos serviços de dívida com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), bem como das despesas de operação e manutenção, e são constituídas pelo montante equivalente a 3 meses do serviço da dívida e das despesas contratuais de operação e de manutenção, respectivamente.

NOTA 7 - IMOBILIZADO

a) Composição

	Taxa média de depreciação	31.12.2021		31.12.2020			
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Em serviço							
Máquinas e equipamentos	3,7%	129.958	(13.548)	116.410	129.938	(8.753)	121.185
Edificações e benfeitorias	3,6%	2.213	(233)	1.980	2.214	(152)	2.062
		132.171	(13.781)	118.390	132.152	(8.905)	123.247
Em curso		16	-	16	3	-	3
		132.187	(13.781)	118.406	132.155	(8.905)	123.250

b) Mutação do ativo imobilizado

	Máquinas e equipamentos		Edificações e benfeitorias		Em curso	Total
	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020		
Saldos em 31.12.2019	125.936	2.176	37	128.149		
Ingressos	-	-	18	18		
Reversão de provisão	-	-	(43)	(43)		
Transferências	42	(33)	(9)	-		
Depreciação	(4.793)	(81)	-	(4.874)		
Saldos em 31.12.2020	121.185	2.062	3	123.250		
Ingressos	-	-	32	32		
Transferências	20	(1)	(19)	-		
Depreciação	(4.795)	(81)	-	(4.876)		
Saldos em 31.12.2021	116.410	1.980	16	118.406		

c) Provisão para desmobilização
Em 2019, a Companhia reconheceu em seu imobilizado a provisão dos custos decorrentes da desmobilização de seu parque eólico, com base no valor presente dos fluxos de caixa esperados para o cumprimento da obrigação de retirada dos ativos e de restauração do local ao final do prazo de autorização. A taxa real de desconto utilizada para o cálculo do valor presente foi de 3,59%, baseado nas taxas de títulos públicos com vencimento similar ao do término das autorizações. O saldo da provisão para desmobilização registrada no passivo não circulante em 31.12.2021 era de R\$ 6.020 (R\$ 5.427 em 31.12.2020), a variação do saldo é decorrente dos juros e variação monetária de R\$ 593 registrados no resultado do exercício de 31.12.2021 (R\$ 269 em 31.12.2020).

d) Autorização do Órgão Regulador
A Companhia é detentora da autorização para exploração da Eólica Umbranas 1, com capacidade instalada de 25,0 MW, pelo prazo de 35 anos, a contar da data de 08.2014.

NOTA 8 - FORNECEDORES

	31.12.2021	31.12.2020
Fornecedores de imobilizado	489	492
Fornecedores de materiais e serviços	5.294	6.822
Encargos de uso da rede elétrica	94	83
	5.877	7.397

NOTA 9 - GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS
A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, segue integralmente as regras do Fórum de Gerenciamento de Riscos da ENGIE Brasil Energia, sua controladora indireta. Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um destes fatores de risco:

a) Risco de mercado
Esse risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros aplicadas aos seus passivos, resultando em efeitos em suas despesas financeiras. A Companhia está exposta às variações do IPCA, em decorrência do financiamento contratado.

A totalidade dos contratos de venda de energia em vigor possui cláusula de reajuste inflacionário, com a aplicação de IPCA, o que representa um *hedge* natural de longo prazo para o financiamento.

A seguir é apresentada análise de sensibilidade preparada pela Companhia. O cenário -base provável para o ano de 2022 foi definido por meio das premissas disponíveis no mercado (Fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil).

Risco de variação	Cenário Provável		Sensibilidade	
	2021	2022	Provável	Δ + 25% (*)
IPCA	10,1%	5,0%	-5,1 p.p.	1,3 p.p.
				-0,8 p.p.

(*) Variações sobre o cenário provável de 2022.
A sensibilidade provável foi calculada com base nas variações entre os índices do ano de 2021 e os previstos no cenário provável para 2022, e demonstram os eventuais impactos adicionais no resultado da Companhia. As demais sensibilidades apresentadas foram apuradas com base (i) na variação de 25%; e (ii) nas estimativas da Administração sobre o cenário projetado, as quais correspondem a avaliação da Administração de alteração razoavelmente possível nas taxas de juros e índices flutuantes para 2022. As variações que poderão impactar o resultado e, consequentemente, o patrimônio líquido de 2022, em comparação com o ano de 2021, caso tais cenários se materializem, são estas:

Financiamento	Saldo em 31.12.2021		Sensibilidade	
	31.12.2021	Provável	Δ + 25%	Administração
IPCA	88.915	4.497	(1.125)	687

b) Risco de gerenciamento de capital
A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida que proporcionem o retorno de capital aos seus investidores.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (financiamento, deduzido dos depósitos vinculados ao serviço da dívida e do caixa e equivalentes de caixa) e pelo patrimônio líquido. A relação da dívida líquida pelo patrimônio líquido foi esta:

	31.12.2021	31.12.2020
Dívida	88.915	84.840
(-) Depósitos vinculados ao serviço da dívida	(2.721)	(2.224)
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(10.287)	(4.929)
Dívida líquida	75.907	77.687
Patrimônio líquido	32.798	35.178
Endividamento líquido / Patrimônio líquido	2,3	2,2

c) Risco de crédito
As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as vendas de energia e as aplicações financeiras.

Nas operações relacionadas à venda de energia, a Companhia mantém contrato com a ENGIE Comercializadora Varejista de Energia Ltda. ("ECV"), controlada da ENGIE Brasil Energia, mitigando assim o seu risco de crédito. No que tange à aplicação no mercado financeiro, os recursos disponíveis da Companhia são alocados em um Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa, o qual tem como política a alocação de seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco. Em 31.12.2021, esse fundo possuía 100% de sua carteira em ativos com risco de crédito do Governo Brasileiro, todos com liquidez diária. De acordo com o planejamento financeiro da Companhia, os recursos desse fundo serão utilizados no curto prazo, reduzindo substancialmente o risco de quaisquer efeitos significativos nos seus rendimentos, em decorrência de eventual redução da taxa básica de juros da economia brasileira.

d) Risco de liquidez
A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada anualmente com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

No demonstrativo a seguir apresenta-se o perfil previsto de liquidação dos principais passivos financeiros da Companhia registrados em 31.12.2021. Os valores foram determinados com base nos fluxos de caixa não descontados previstos, considerando a estimativa de amortização de principal e pagamento de juros futuros, quando aplicável. Para a dívida com juros pós-fixados o valor foi obtido com base na curva de juros do encerramento do exercício.

	Até 1 ano	De 2 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	5.877	-	-	-	5.877
Financiamento	8.605	16.593	15.755	77.416	118.369
	14.482	16.593	15.755	77.416	124.246

e) Categoria dos instrumentos financeiros

	31.12.2021	31.12.2020
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Aplicações financeiras	10.217	4.846
Custo amortizado		
Caixa e depósitos bancários à vista	70	83
Contas a receber de clientes	1.845	1.742
Depósitos vinculados ao serviço da dívida	2.721	2.224
	14.853	8.895

Passivos financeiros

Custo amortizado

	31.12.2021	31.12.2020
Fornecedores	5.877	7.397
Financiamento	88.915	84.840
	94.792	92.237

As aplicações financeiras estão avaliadas pelos preços cotados em mercado ativo (Nível 1).

NOTA 10 - FINANCIAMENTO

a) Mutação do financiamento

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31.12.2019	4.648	81.254	85.902
Juros e V.M.	3.633	3.334	6.967
Transferências	4.598	(4.598)	-
Amortização do principal	(4.706)	-	(4.706)
Amortização de juros	(3.323)	-	(3.323)
Saldos em 31.12.2020	4.850	79.990	84.840
Juros e V.M.	4.017	8.480	12.497
Transferências	4.941	(4.941)	-
Amortização do principal	(5.050)	-	(5.050)
Amortização de juros	(3.372)	-	(3.372)
Saldos em 31.12.2021	5.386	83.529	88.915

b) Vencimentos do financiamento apresentado no passivo não circulante

	Valor
2023	5.221
2024	5.221
2025	5.221
2026	5.221
2027	5.221
2028 a 2032	26.094
2033 a 2037	26.103
2038	5.227
	83.529

c) Condições contratadas

	Condições de pagamento	
	Encargos	Vencimento
BNDES	IPCA + 3,91% a.a.	12.2038
		Mensais

d) Garantias
As garantias são as seguintes: (i) penhor da totalidade das ações representativas ao capital social; (ii) cessão dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e de venda de energia elétrica; (iii) contas reserva do serviço da dívida e reserva de O&M; (iv) cessão dos direitos emergentes da autorização; e (v) penhor das máquinas e equipamentos relativos ao Projeto.

e) Compromissos contratuais (covenants)
Os compromissos financeiros estabelecidos no financiamento estão sendo cumpridos pela Companhia e são apurados anualmente, conforme estabelecido nestes contratos.

NOTA 11 - OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO
A Companhia possui contrato de arrendamento do terreno no qual está instalado seu parque eólico, cuja vigência é até 2057.

a) Direito de uso de arrendamentos
A mutação do direito de uso de arrendamentos está apresentada a seguir:

	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2021
Saldo em 31.12.2019	3.219		
Remensuração	(213)		
Depreciação	(84)		
Saldo em 31.12.2020	2.922		
Remensuração	(601)		
Depreciação	(69)		
Saldo em 31.12.2021	2.252		

b) Arrendamentos a pagar

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31.12.2019	333	2.919	3.252
Remensuração	(41)	(172)	(213)
Juros	289	-	289
Transferências	30	(30)	-
Amortizações	(299)	-	(299)
Saldos em 31.12.2020	312	2.717	3.029
Remensuração	-	(601)	(601)
Juros	256	-	256
Transferências	(50)	50	-
Amortizações	(267)	-	(267)
Saldos em 31.12.2021	251	2.166	2.417

Os arrendamentos a pagar foram mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos futuros. A taxa de desconto utilizada para cálculo do valor presente foi de 10,2% e representa a taxa incremental de financiamento.

c) Vencimentos dos arrendamentos a pagar apresentados no passivo não circulante

	31.12.2021
2023	208
2024	188
2025	171
2026	155
2027	141
2028 a 2032	531
2033 a 2037	327
2038 em diante	445
Arrendamentos a pagar	2.166

d) Pagamentos de arrendamentos de aluguel variáveis
No exercício findo em 31.12.2021, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 18 (R\$ 1 em 31.12.2020), referente a custos relacionados ao pagamento de aluguel variáveis.

NOTA 12 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia em 31.12.2021 e 31.12.2020 era de R\$ 46.256, representado por 46.255.864 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, das quais 46.255.863 pertencem à controladora Umbranas Participações S.A. e 1 pertence à controladora indireta ENGIE Brasil Energia.

NOTA 13 - CONCILIAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA
A tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada nas demonstrações dos resultados.

	2021	2020
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
ENGIE Comercializadora Varejista de Energia Ltda. ("ECV")	21.155	20.004
	21.155	20.004

DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL

	2021	2020
PIS e Cofins	(772)	(1.850)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	20.383	18.154

CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS, NO RESULTADO
No exercício de 2020 a Companhia apurou os impostos sobre o lucro pelo regime de lucro real, entretanto, a partir de 01.01.2021 optou pelo regime de tributação do lucro presumido. Por este motivo, não é possível conciliar os tributos, no resultado, de maneira comparativa:

a) Lucro presumido

	2021
Receita operacional bruta	21.155
% de presunção do lucro	8%
Lucro presumido sobre receita operacional	1.693
Receita financeira	453
Outras	(98)
Base de cálculo	2.048
Alíquotas	25%
Imposto de renda e contribuição social - resultado	512

b) Lucro real

	2020
Resultado antes dos tributos	2.899
Alíquotas	25%
Despesa às alíquotas nominais	725
Diferenças permanentes	
Depreciação incentivada	(725)
Imposto de renda e contribuição social - resultado	2.174

NOTA 15 - COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

a) Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST)
Para o uso do sistema de transmissão e da rede básica, a Companhia mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS. O contrato tem vigência até o término da autorização da usina. Em 31.12.2021, o valor das obrigações futuras provenientes deste contrato totalizava R\$ 29.405.

b) Contrato de Operação e Manutenção (O&M)
A Companhia mantém contrato de operação e manutenção, vigente até 2029. Os valores contratados são atualizados, anualmente, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O compromisso futuro, na data base 31.12.2021, era de R\$ 29.026.

NOTA 16 - SEGUROS
A Companhia é participante da apólice de seguro internacional de danos à propriedade e interrupção de negócios - *Property Damage and Business Interruption* (PDBI) - do programa de seguros de sua controladora indireta ENGIE Brasil Energia. O Conjunto Eólico Umbranas - Fase I participa da referida apólice, sendo cobertos danos materiais incorridos à usina, incluindo a linha de transmissão, e lucros cessantes, no valor de R\$ 1.500.645 e R\$ 403.342, respectivamente, na data base de 31.12.2021. A vigência do seguro vai até 31.05.2022.

NOTA 17 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Prestação de serviços administrativos e financeiros
A Companhia mantém contrato com a sua controladora indireta ENGIE Brasil Energia, vigente a partir do início de suas operações, com duração de quatro anos, cujo objeto é a prestação de serviços administrativos e financeiros. Os valores contratados são reajustados anualmente pela variação do INPC.

b) Venda de energia entre partes relacionadas
A Companhia mantém contrato com a parte relacionada ENGIE Comercializadora Varejista de Energia Ltda. ("ECV"), com vencimento em 2036, sendo seu reajuste feito anualmente em janeiro do respectivo ano. O compromisso futuro deste contrato em 31.12.2021 é de R\$ 223.319 (R\$ 249.244 em 31.12.2020). Mais informações sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis da Companhia estão apresentados na

EÓLICA UMBURANAS 10 S.A.
CNPJ nº 20.168.229/0001-47 | NIRE nº 42.3.0004883-6

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
A Administração da Eólica Umburanas 10 S.A. ("Umburanas 10" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31.12.2021. As informações estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

1. Perfil Institucional

A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) que detém autorização outorgada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para explorar a Eólica Umburanas 10, com potência instalada de 20,0 MW, garantia física de 11,9 MW médios, com início das operações comerciais em março de 2019 e energia comercializada no Ambiente de Contratação Livre (ACL). Umburanas 10 é uma das 18 Centrais Eólicas que compõem o Conjunto Eólico Umburanas – Fase I, com potência somada de 360,0 MW de capacidade instalada e 213,3 MW médios de energia assegurada, localizada nos municípios de Sento Sé e Umburanas, Estado da Bahia.

A Companhia não tem empregados e sua administração é realizada pela controladora indireta ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia"), que cobra os seus honorários mediante contrato de prestação de serviços e reembolso das despesas com o pessoal diretamente alocado na Eólica.

2. Controle Acionário

A totalidade do capital social da Companhia pertence à Umburanas Participações S.A., uma holding controlada pela ENGIE Brasil Energias Complementares Participações Ltda., que por sua vez, é uma controlada da ENGIE Brasil Energia S.A. Sediada em Florianópolis, a ENGIE Brasil Energia é uma plataforma de investimento em infraestrutura em energia, atuante nas atividades de geração, comercialização, trading e transmissão de energia elétrica. Atua ainda no segmento de transporte de gás, por meio de participação na Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG, em conjunto com outros sócios.

3. Ambiente Macroeconômico

O segundo ano da pandemia da Covid-19 foi, em linhas gerais, marcado pela recuperação

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	31.12.2021		31.12.2020	
ATIVO CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	10.163	5.712		
Contas a receber de clientes	5	1.355	1.286		
Outros ativos circulantes		501	600		
		12.019	7.598		
ATIVO NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo					
Depósitos vinculados ao serviço da dívida	6	2.185	1.787		
		2.185	1.787		
Imobilizado	7	81.220	84.512		
Intangível		22	22		
Direito de uso de arrendamentos	11	1.926	1.982		
		85.353	88.303		
TOTAL		97.372	95.901		
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
	Nota	31.12.2021	31.12.2020		
PASSIVO CIRCULANTE					
Fornecedores	8	636	535		
Dividendos	12	454	454		
Financiamento	10	4.326	3.896		
Arrendamentos a pagar	11	207	216		
Outros passivos circulantes		226	85		
		5.849	5.186		
PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Financiamento	10	67.089	64.247		
Arrendamentos a pagar	11	1.841	1.847		
Provisão para desmobilização	7	4.815	4.340		
		73.745	70.434		
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12				
Capital social		19.254	16.742		
Reservas de lucros		-	3.539		
Prejuízos acumulados		(1.476)	-		
		17.778	20.281		
TOTAL		97.372	95.901		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

do crescimento econômico e alta inflação – uma constante observada no Brasil e no mundo. O Produto Interno Bruto (PIB) teve crescimento de 4,6%. A alta compensa o decréscimo de 4,1% observado em 2020.

A atividade econômica brasileira iniciou uma recuperação, ainda que ligeiramente abaixo da esperada. A inflação elevada, com pior resultado desde 2015, gerou impacto sobre o crescimento, com a deterioração do poder de compra das famílias. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) apresentou variação de 10,1%, enquanto o Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC) registrou, no acumulado do ano, 10,2%.

As incertezas trazidas pela pandemia e seus desdobramentos também influenciaram o mercado financeiro. A taxa básica de juros (Selic) atingiu 9,2%, alta de 7,2 p.p. no ano, enquanto o dólar (Ptax) bateu a marca de R\$ 5,58 – a moeda americana estava cotada em R\$ 5,19 ao fim de 2020.

4. Desempenho Operacional

Em 2021, a geração total bruta da Eólica Umburanas 10 alcançou 83,7 GWh, desempenho 7,1% inferior ao observado em 2020, de 90,2 GWh. O índice de disponibilidade, considerando-se todas as paradas programadas, atingido em 2021 foi de 87,8%, 8,2 p.p. abaixo do observado em 2020, de 96,1%.

5. Desempenho Econômico-Financeiro

a) Principais indicadores (expressos em milhares de reais)

Indicadores de resultado	2021	2020	Var. (R\$)	Var. (%)
Receita operacional líquida	14.968	13.332	1.636	12,3
Lucro bruto	8.463	8.019	444	5,5
Margem bruta	56,5%	60,1%		(3,6 p.p.)
Resultado do serviço (Ebit)	8.368	7.895	473	6,0
Ebitda (Lajida) ¹	11.720	11.272	448	4,0
Margem Ebitda (Lajida)	78,3%	84,6%		(6,3 p.p.)
Resultado financeiro	(10.266)	(5.985)	(4.281)	71,5
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(2.503)	1.910	(4.413)	(231,0)

¹ Ebitda (Lajida): (prejuízo) lucro líquido + imposto de renda e contribuição social + resultado financeiro + depreciação e amortização

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	Nota	31.12.2021	31.12.2020
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	13	14.968	13.332
Custos da energia vendida			
Depreciação e amortização	7/11	(3.352)	(3.377)
Serviços de terceiros		(1.760)	(724)
Encargos de uso da rede elétrica e conexão		(856)	(765)
Outros		(537)	(447)
		(6.505)	(5.313)
		8.463	8.019
LUCRO BRUTO			
Despesas operacionais			
Despesas com vendas, gerais e administrativas		(95)	(124)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		8.368	7.895
Resultado financeiro			
Renda de aplicações financeiras		359	67
Renda de depósitos vinculados ao serviço da dívida		82	31
Juros e variação monetária sobre financiamento	10	(10.037)	(5.596)
Juros e variação monetária sobre provisão para desmobilização	7	(475)	(215)
Juros sobre arrendamentos	11	(154)	(226)
Outras despesas financeiras, líquidas		(41)	(46)
		(10.266)	(5.985)
(PREJUÍZO) LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		(1.898)	1.910
Imposto de renda e contribuição social correntes	14		
Imposto de renda		(397)	-
Contribuição social		(208)	-
		(605)	-
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(2.503)	1.910
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.			
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)			
		31.12.2021	31.12.2020
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(2.503)	1.910
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		(2.503)	1.910

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Eólica Umburanas 10 S.A. ("Companhia"), com sede no município Florianópolis, estado de Santa Catarina (SC), foi constituída em 03.02.2014, com prazo de duração indeterminado. A Companhia tem como objeto social a implantação e exploração de usina geradora de energia elétrica de fonte eólica e implantação do sistema de transmissão de interesse restrito, podendo negociar créditos de carbono decorrentes de suas atividades e constituir consórcios para consecução do seu objeto social.

A Companhia detém autorização para explorar a Eólica Umburanas 10 ("Usina"), a qual está localizada nos municípios de Sento Sé e Umburanas (BA) e possui capacidade instalada de 20,0 MW¹ e garantia física de 11,9 MW médios. Em 19.03.2019, a Aneel autorizou o início da operação comercial da Usina.

Adicionalmente, a Companhia é parte do Consórcio Umburanas, com participação de 5,56%. O Consórcio Umburanas é responsável pela operação, manutenção e exploração da subestação e parte da linha de transmissão utilizada pela Companhia em suas operações.

A Companhia não possui colaboradores e os seus administradores renunciaram ao direito de receber qualquer remuneração. A administração da Companhia é conduzida pela controladora indireta, ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia"), que cobra pela prestação de serviços e solicita reembolso das despesas incorridas com pessoal diretamente dedicado às atividades da usina.

Os anos de 2020 e 2021 foram marcados pelos efeitos da pandemia da Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus, que impactou, e continua impactando, a economia mundial. Em decorrência disto, foram tomadas medidas restritivas no sentido de determinar o distanciamento social e o fechamento de estabelecimentos comerciais, além da paralisação da indústria. As restrições impostas pelo isolamento social trouxeram efeitos importantes na atividade de diversos setores, na renda das famílias e nos investimentos no país. Na medida em que a situação da pandemia foi melhorando e, com isso, as restrições às atividades econômicas gradativamente reduzidas, houve evolução em diferentes regiões e segmentos de negócios. Em 2021 e 2020, a Companhia não apurou impactos significativos decorrentes da pandemia em suas demonstrações contábeis.

¹ As informações não financeiras contidas nessas demonstrações contábeis como MW, MW médio, potência instalada, entre outros, não são auditadas pelos auditores independentes.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base na continuidade operacional e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), sendo utilizado o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, e o real como moeda funcional.

Essas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis ora apresentadas foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 25.04.2022.

a) Continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

As principais bases de julgamento utilizadas para tal conclusão são: (i) principais atividades decorrentes de autorização de longo prazo; (ii) patrimônio líquido expressivo; (iii) forte geração de caixa operacional, inclusive com capacidade financeira para quitação de compromissos assumidos junto a instituições financeiras; e (iv) série histórica de lucros nos últimos exercícios sociais.

NOTA 3 - SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Instrumentos financeiros

a.1) Caixa e equivalentes de caixa

São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao valor justo na data das demonstrações contábeis. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

a.2) Contas a receber de clientes

São reconhecidas quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, ou seja, se fizer necessário apenas o transcorrer do tempo para sua ocorrência. São re-

gistradas inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado.

a.3) Depósitos vinculados ao serviço da dívida

São mantidos para atendimento às exigências legais e contratuais. São contabilizados inicialmente pelo valor depositado e, posteriormente, pelo custo amortizado.

a.4) Financiamento

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e, posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva.

b) Imobilizado

É registrado ao custo de aquisição ou construção. Os juros e os demais encargos financeiros do financiamento, durante o período de construção, foram computados como custo do respectivo imobilizado. O valor presente do custo esperado para desmobilização de um ativo após seu uso, quando aplicável, é incluído no custo do respectivo ativo. Os custos dos ativos imobilizados são deduzidos da depreciação acumulada, a qual é calculada pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas dos bens.

c) Avaliação do valor de recuperação do imobilizado – Impairment

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, os bens do ativo imobilizado com a finalidade de identificar evidências que possam levar a perdas de valores não recuperáveis das respectivas unidades geradoras de caixa, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa provisão para perda (impairment) é reconhecida no resultado do exercício.

d) Direito de uso de arrendamentos

Os direitos de uso de arrendamentos, inicialmente, compreendem o passivo de arrendamento acrescido dos pagamentos antecipados. Esses ativos são depreciados com base na vigência dos contratos de arrendamento e avaliados no que se refere a perda por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável. Adicionalmente, são ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

e) Arrendamentos a pagar

Os arrendamentos a pagar são inicialmente mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos futuros, descontado pela taxa incremental de financiamento. Posteriormente, o passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva e remensurado (com correspondente ajuste no direto de uso relacionado) quando há alteração nos pagamentos futuros motivada por atualizações monetárias ou alteração nas taxas de desconto. Adicionalmente, a Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamentos de curto prazo, ou seja, arrendamentos de ativos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início, e de ativos de baixo valor individual, os quais são reconhecidos como despesa ao longo do prazo do arrendamento.

f) Provisão para desmobilização

Os custos de desmobilização da Usina são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para cumprir a obrigação, utilizando fluxos de caixa esperados, com base na melhor estimativa na data de reporte, e são reconhecidos em contrapartida dos custos do correspondente ativo. A atualização financeira da provisão é reconhecida na demonstração do resultado conforme incorrida. A provisão é revisada anualmente e quaisquer ajustes de estimativa são efetuados em contrapartida do custo do ativo.

g) Dividendos

Os dividendos são calculados a partir do lucro líquido do exercício, e são reconhecidos como passivo quando da sua aprovação pela Diretoria Executiva, ou mediante deliberação da Assembleia Geral, e podem ser classificados como intercalares, intermediários, dividendos adicionais propostos ou dividendos mínimos obrigatórios.

h) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição. Os demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridos.

i) Transações entre partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, e são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

j) Receita de contrato com cliente

A receita é mensurada com base na contraprestação precificada no contrato com o cliente, pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos incidentes sobre ela.

b) Principais indicadores (expressos em milhares de reais)

Receita operacional líquida: o aumento decorreu: (i) da atualização monetária dos contratos de venda de energia elétrica; e (ii) da alteração no regime de tributação da Companhia, que passou de Lucro Real em 2020 para Lucro Presumido em 2021, e em consequência disso, alterou também o PIS e COFINS, que passou do regime não cumulativo para o regime cumulativo.

Resultado financeiro: o aumento decorreu, principalmente, do efeito da variação monetária sobre os financiamentos, que são vinculados ao IPCA e acompanharam a volatilidade do índice no ano de 2021.

(Prejuízo) lucro líquido do exercício: redução motivada (i) pelo aumento significativo dos custos com contratos de O&M da usina; e (ii) pelos efeitos sobre o resultado financeiro citados anteriormente, os quais foram parcialmente atenuados pelo incremento das receitas no ano.

6. Direitos dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária tem direito de voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária; de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades Anônimas; de fiscalizar a administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

7. Serviços de Auditoria

A Companhia informa que os auditores independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, não prestaram serviços não relacionados à auditoria independente em 2021.

8. Agradecimentos

A Administração da Eólica Umburanas 10 agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e todos aqueles que contribuíram para o desempenho no ano de 2021.

A Administração

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	Nota	Reservas de lucros			Total
		Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	
Saldos em 31.12.2019		14.858	137	1.946	- 16.941
Aumento de capital		1.884	-	-	- 1.884
Lucro líquido do exercício		-	-	-	1.910
Destinações propostas à AGO:					
- Reserva legal		-	95	-	(95)
- Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(454)
- Reserva de retenção de lucros		-	-	1.361	(1.361)
Saldos em 31.12.2020	12	16.742	232	3.307	- 20.281
Aumento de capital		2.512	-	(2.512)	-
Prejuízo do exercício		-	-	-	(2.503)
Absorção do prejuízo do exercício		-	(232)	(795)	1.027
Saldos em 31.12.2021	12	19.254	-	-	(1.476) 17.778

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO) PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	31.12.2021	31.12.2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes dos tributos		(1.898)
Juros e variação monetária sobre financiamento		10.037
Depreciação e amortização		3.352
Juros sobre arrendamentos a pagar		154
Outros		393
Resultado antes dos tributos ajustado		<

o) Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes
A partir de 01.01.2022, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia:

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação (Brasil)/ Status	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
-----------------------------	------------------------------------	-----------------------	--------------------

Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 19
CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, CPC 27 – Ativo imobilizado, CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade e CPC 48 – Instrumentos financeiros.

Pronunciamento Técnico CPC nº 50
Este Pronunciamento vem substituir a norma atualmente vigente sobre Contratos de seguro (CPC 11).

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	31.12.2021	31.12.2020
Caixa e depósitos bancários à vista	71	75
Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa	10.092	5.637
	10.163	5.712

A Companhia é participante do Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa de sua controladora indireta, ENGIE Brasil Energia, concentrando suas aplicações financeiras neste fundo. As operações realizadas pelo fundo possuem liquidez imediata, são remuneradas pela Selic e estão lastreadas em títulos públicos federais. A rentabilidade média do fundo nos anos de 2021 e 2020 foi de cerca de 99,0% e 98,7% do CDI (taxa referencial dos Certificados de Depósitos Interbancários), respectivamente.

NOTA 5 - CONTAS A RECEBER DE CLIENTES
Os valores a receber no montante de R\$ 1.355 (R\$ 1.286 em 31.12.2020) correspondem ao contrato firmado com a parte relacionada ENGIE Comercializadora Varejista de Energia Ltda. ("ECV"), com vencimento em 2036, sendo seu reajuste feito anualmente em janeiro do respectivo ano. Não havia valores vencidos em 31.12.2021 e 31.12.2020.

NOTA 6 - DEPÓSITOS VINCULADOS AO SERVIÇO DA DÍVIDA
Em 31.12.2021, a Companhia mantinha R\$ 2.185 (R\$ 1.787 em 31.12.2020) relativos a garantias vinculadas ao contrato de financiamento. Essas garantias visam assegurar o pagamento dos serviços de dívida com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), bem como das despesas de operação e manutenção, e são constituídas pelo montante equivalente a 3 meses do serviço da dívida e das despesas contratuais de operação e de manutenção, respectivamente.

NOTA 7 - IMOBILIZADO
a) Composição

	31.12.2021		31.12.2020	
	Taxa média de depreciação	Depreciação acumulada	Valor líquido	Depreciação acumulada
Em serviço				
Máquinas e equipamentos	3,7%	88.988	79.827	88.973
Edificações e benfeitorias	3,6%	1.547	1.384	1.550
		(163)	(107)	(144)
		90.535	81.211	90.523
		(9.324)	(6.013)	(84.510)
Em curso		9	2	2
		90.544	81.220	90.525
		(9.324)	(6.013)	(84.512)

	Máquinas e equipamentos		Edificações e benfeitorias		Em curso	Total
	Saldo em 31.12.2019	86.289	1.526	29		
Ingressos	-	-	-	14	14	-
Reversão de provisão	-	-	-	(34)	(34)	-
Transferências	33	(26)	(7)	-	-	33
Depreciação	(3.255)	(57)	-	(3.312)	-	3.255
Saldo em 31.12.2020	83.067	1.443	2	84.512	84.512	83.067
Ingressos	-	-	19	19	-	-
Transferências	15	(3)	(12)	-	-	15
Depreciação	(3.255)	(56)	-	(3.311)	-	3.255
Saldo em 31.12.2021	79.827	1.384	9	81.220	81.220	79.827

c) Provisão para desmobilização
Em 2019, a Companhia reconheceu em seu imobilizado a provisão dos custos decorrentes da desmobilização de seu parque eólico, com base no valor presente dos fluxos de caixa esperados para o cumprimento da obrigação de retirada dos ativos e de restauração do local ao final do prazo de autorização. A taxa real de desconto utilizada para o cálculo do valor presente foi de 3,59%, baseado nas taxas de títulos públicos com vencimento similar ao do término das autorizações. O saldo da provisão para desmobilização registrada no passivo não circulante em 31.12.2021 era de R\$ 4.815 (R\$ 4.340 em 31.12.2020), a variação do saldo é decorrente dos juros e variação monetária de R\$ 475 registrados no resultado do exercício de 31.12.2021 (R\$ 215 em 31.12.2020).

d) Autorização do Órgão Regulador
A Companhia é detentora da autorização para exploração da Eólica Umburanas 10, com capacidade instalada de 20,0 MW, pelo prazo de 35 anos, a contar da data de 08.2014.

NOTA 8 - FORNECEDORES

	31.12.2021	31.12.2020
Fornecedores de imobilizado	391	394
Fornecedores de materiais e serviços	169	74
Encargos de uso da rede elétrica	76	67
	636	535

NOTA 9 - GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS
A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, segue integralmente as regras do Fórum de Gerenciamento de Riscos da ENGIE Brasil Energia, sua controladora indireta. Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um destes fatores de risco:

a) Risco de mercado
Esse risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros aplicadas aos seus passivos, resultando em efeitos em suas despesas financeiras. A Companhia está exposta às variações do IPCA, em decorrência do financiamento contratado.

A totalidade dos contratos de venda de energia em vigor possui cláusula de reajuste inflacionário, com a aplicação de IPCA, o que representa um hedge natural de longo prazo para o financiamento.

A seguir é apresentada análise de sensibilidade preparada pela Companhia. O cenário-base provável para o ano de 2022 foi definido por meio das premissas disponíveis no mercado (Fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil).

Risco de variação	Cenário Provável		Sensibilidade	
	2021	2022	Provável	Δ + 25% (*)
IPCA	10,1%	5,0%	-5,1 p.p.	1,3 p.p.

(*) Variações sobre o cenário provável de 2022.
A sensibilidade provável foi calculada com base nas variações entre os índices do ano de 2021 e os previstos no cenário provável para 2022, e demonstram os eventuais impactos adicionais no resultado da Companhia. As demais sensibilidades apresentadas foram apuradas com base (i) na variação de 25%; e (ii) nas estimativas da Administração sobre o cenário projetado, as quais correspondem a avaliação da Administração de alteração razoavelmente possível nas taxas de juros e índices flutuantes para 2022. As variações que poderão impactar o resultado e, consequentemente, o patrimônio líquido de 2022, em comparação com o ano de 2021, caso tais cenários se materializem, são estas:

Financiamento	Saldo em 31.12.2021		Sensibilidade	
	Provável	Δ + 25%	Administração	
IPCA	71.415	3.612	(903)	552

b) Risco de gerenciamento de capital
A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por

meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida que proporcionem o retorno de capital aos seus investidores.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (financiamento, deduzido dos depósitos vinculados ao serviço da dívida e do caixa e equivalentes de caixa) e pelo patrimônio líquido. A relação da dívida líquida pelo patrimônio líquido foi esta:

	31.12.2021	31.12.2020
Dívida	71.415	68.143
(-) Depósitos vinculados ao serviço da dívida	(2.185)	(1.787)
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(10.163)	(5.712)
Dívida líquida	59.067	60.644
Patrimônio líquido	17.778	20.281
Endividamento líquido / Patrimônio líquido	3,3	3,0

c) Risco de crédito
As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as vendas de energia e as aplicações financeiras.

Nas operações relacionadas à venda de energia, a Companhia mantém contrato com a ENGIE Comercializadora Varejista de Energia Ltda. ("ECV"), controlada da ENGIE Brasil Energia, mitigando assim o seu risco de crédito.

No que tange à aplicação no mercado financeiro, os recursos disponíveis da Companhia são alocados em um Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa, o qual tem como política a alocação de seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco. Em 31.12.2021, esse fundo possuía 100% de sua carteira em ativos com risco de crédito do Governo Brasileiro, todos com liquidez diária. De acordo com o planejamento financeiro da Companhia, os recursos desse fundo serão utilizados no curto prazo, reduzindo substancialmente o risco de quaisquer efeitos significativos nos seus rendimentos, em decorrência de eventual redução da taxa básica de juros da economia brasileira.

d) Risco de liquidez
A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada anualmente com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

No demonstrativo a seguir apresenta-se o perfil previsto de liquidação dos principais passivos financeiros da Companhia registrados em 31.12.2021. Os valores foram determinados com base nos fluxos de caixa não descontados previstos, considerando a estimativa de amortização de principal e pagamento de juros futuros, quando aplicável. Para a dívida com juros pós-fixados o valor foi obtido com base na curva de juros do encerramento do exercício.

	Até 1 ano	De 2 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	636	-	-	-	636
Financiamento	6.911	13.327	12.654	62.181	95.073
	7.547	13.327	12.654	62.181	95.709

e) Categoria dos instrumentos financeiros

	31.12.2021	31.12.2020
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Aplicações financeiras	10.092	5.637
Custo amortizado		
Caixa e depósitos bancários à vista	71	75
Contas a receber de clientes	1.355	1.286
Depósitos vinculados ao serviço da dívida	2.185	1.787
	13.703	8.785

	31.12.2021	31.12.2020
Passivos financeiros		
Custo amortizado		
Fornecedores	636	535
Financiamento	71.415	68.143
	72.051	68.678

As aplicações financeiras estão avaliadas pelos preços cotados em mercado ativo (Nível 1).

NOTA 10 - FINANCIAMENTO
a) Mutação do financiamento

	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31.12.2019	3.733	65.262	68.995
Juros e V.M.	2.918	2.678	5.596
Transferências	3.693	(3.693)	-
Amortização do principal	(3.780)	-	(3.780)
Amortização de juros	(2.668)	-	(2.668)
Saldo em 31.12.2020	3.896	64.247	68.143
Juros e V.M.	3.227	6.810	10.037
Transferências	3.968	(3.968)	-
Amortização do principal	(4.056)	-	(4.056)
Amortização de juros	(2.709)	-	(2.709)
Saldo em 31.12.2021	4.326	67.089	71.415

b) Vencimentos do financiamento apresentado no passivo não circulante

Ano	Valor
2023	4.193
2024	4.193
2025	4.193
2026	4.193
2027	4.193
2028 a 2032	20.958
2033 a 2037	20.965
2038	4.201
	67.089

c) Condições contratadas

BNDES	Condições de pagamento	
	Encargos	Vencimento
IPCA + 3,91% a.a.	12.2038	Principal e encargos Mensais

d) Garantias
As garantias são as seguintes: (i) penhor da totalidade das ações representativas ao capital social; (ii) cessão dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e de venda de energia elétrica; (iii) contas reserva do serviço da dívida e reserva de O&M; (iv) cessão dos direitos emergentes da autorização; e (v) penhor das máquinas e equipamentos relativas ao Projeto.

e) Compromissos contratuais (covenants)
Os compromissos financeiros estabelecidos no financiamento estão sendo cumpridos pela Companhia e são apurados anualmente, conforme estabelecido nestes contratos.

NOTA 11 - OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO
A Companhia possui contrato de arrendamento do terreno no qual está instalado seu parque eólico, cuja vigência é até 2057.

a) Direito de uso de arrendamentos
A mutação do direito de uso de arrendamentos está apresentada a seguir:

	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2021
Saldo em 31.12.2019	2.575		
Remensuração	(528)		
Depreciação	(65)		
Saldo em 31.12.2020	1.982		
Remensuração	(15)		
Depreciação	(41)		
Saldo em 31.12.2021	1.926		

b) Arrendamentos a pagar

	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31.12.2019	267	2.335	2.602
Remensuração	(67)	(461)	(528)
Juros	226	-	226
Transferências	27	(27)	-
Amortizações	(237)	-	(237)
Saldo em 31.12.2020	216	1.847	2.063
Remensuração	-	(15)	(15)
Juros	154	-	154
Transferências	(9)	9	-
Amortizações	(154)	-	(154)
Saldo em 31.12.2021	207	1.841	2.048

Os arrendamentos a pagar foram mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos futuros. A taxa de desconto utilizada para cálculo do valor presente foi de 10,2% e representa a taxa incremental de financiamento.

c) Vencimentos dos arrendamentos a pagar apresentados no passivo não circulante

	31.12.2021
2023	177
2024	160
2025	145
2026	132
2027	120
2028 a 2032	451
2033 a 2037	278
2038 em diante	378
Arrendamentos a pagar	1.841

d) Pagamentos de arrendamentos de aluguéis variáveis
No exercício findo em 31.12.2021, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 53 (R\$ 2 em 31.12.2020), referente a custos relacionados ao pagamento de aluguéis variáveis.

NOTA 12 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social
O capital social da Companhia em 31.12.2021 era de R\$ 19.254 (R\$ 16.742 em 31.12.2020), representado por 19.254.348 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, das quais 19.254.347 pertencem à controladora Umburanas Participações S.A. e 1 pertence à controladora indireta ENGIE Brasil Energia.

Em 2021, os acionistas da Companhia aprovaram o aumento de capital no montante de R\$ 2.512, proveniente de saldos de anos anteriores retidos em reserva de lucros.

b) Reserva legal
Do lucro líquido do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social da Companhia.

A referida reserva tem a finalidade de assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social.

c) Reserva de retenção de lucros
A reserva é constituída com base em orçamento de capital, com a finalidade de financiar os investimentos no parque gerador da Companhia.

Em razão do prejuízo apurado no ano de 2021, não houve montante destinado às reservas. Por conseguinte, o resultado apurado no exercício corrente foi integralmente absorvido pelo saldo das reservas de retenção de lucros e reserva legal.

NOTA 13 - CONCILIAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA
A tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada nas demonstrações dos resultados.

	2021	2020
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
ENGIE Comercializadora Varejista de Energia Ltda. ("ECV")	15.535	14.690
	15.535	14.690

DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL

PIS e Cofins	(567)	(1.358)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	14.968	13.332

NOTA 14 - CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS, NO RESULTADO
No exercício de 2020 a Companhia apurou os impostos sobre o lucro pelo regime de lucro real, entretanto, a partir de 01.01.2021 optou pelo regime de tributação do lucro presumido.

Por este motivo, não é possível conciliar os tributos, no resultado, de maneira comparativa:

a) Lucro presumido

	2021
IR	15.535
CSLL	1.244
Lucro presumido sobre receita operacional	1.244
Receita financeira	442
Outras	(98)
Base de cálculo	1.588
Alíquotas	25%
Imposto de renda e contribuição social – resultado	397

b) Lucro real

	IR	CSLL	Total
Receita operacional bruta	15.535	15.535	15.535
% de presunção do lucro	8%	12%	
Lucro presumido sobre receita operacional	1.244	1.864	1.864
Receita financeira	442	442	
Outras	(98)	5	
Base de cálculo	1.588	2.311	
Alíquotas	25%	9%	
Imposto de renda e contribuição social – resultado	397	208	

EÓLICA UMBURANAS 11 S.A.
CNPJ nº 20.168.074/0001-49 | NIRE nº 42.3.0004884-4

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da Eólica Umburanas 11 S.A. ("Umburanas 11" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31.12.2021. As informações estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

1. Perfil Institucional

A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) que detém autorização outorgada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para explorar a Eólica Umburanas 11, com potência instalada de 15,0 MW, (energia física de 8,2 MW médios, com início das operações comerciais em fevereiro de 2019 e energia comercializada no Ambiente de Contratação Livre (ACL). Umburanas 11 é uma das 18 Centrais Eólicas que compõem o Conjunto Eólico Umburanas – Fase I, com potência somada de 360,0 MW de capacidade instalada e 213,3 MW médios de energia assegurada, localizada nos municípios de Sento Sé e Umburanas, Estado da Bahia.

A Companhia não tem empregados e sua administração é realizada pela controladora indireta ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia"), que cobra os seus honorários mediante contrato de prestação de serviços e reembolso das despesas com o pessoal diretamente alocado na Eólica.

2. Controle Acionário

A totalidade do capital social da Companhia pertence à Umburanas Participações S.A., uma holding controlada pela ENGIE Brasil Energias Complementares Participações Ltda., que por sua vez, é uma controlada da ENGIE Brasil Energia S.A. Sediada em Florianópolis, a ENGIE Brasil Energia é uma plataforma de investimento em infraestrutura em energia, atuante nas atividades de geração, comercialização, trading e transmissão de energia elétrica. Atua ainda no segmento de transporte de gás, por meio de participação na Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG, em conjunto com outros sócios.

3. Ambiente Macroeconômico

O segundo ano da pandemia da Covid-19 foi, em linhas gerais, marcado pela recuperação

do crescimento econômico e alta inflação – uma constante observada no Brasil e no mundo. O Produto Interno Bruto (PIB) teve crescimento de 4,6%. A alta compensa o decréscimo de 4,1% observado em 2020.

A atividade econômica brasileira iniciou uma recuperação, ainda que ligeiramente abaixo da esperada. A inflação elevada, com pior resultado desde 2015, gerou impacto sobre o crescimento, com a deterioração do poder de compra das famílias. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) apresentou variação de 10,1%, enquanto o Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC) registrou, no acumulado do ano, 10,2%. As incertezas trazidas pela pandemia e seus desdobramentos também influenciaram o mercado financeiro. A taxa básica de juros (Selic) atingiu 9,2%, alta de 7,2 p.p. no ano, enquanto o dólar (Ptax) bateu a marca de R\$ 5,58 – a moeda americana estava cotada em R\$ 5,19 ao fim de 2020.

4. Desempenho Operacional

Em 2021, a geração total bruta da Eólica Umburanas 11 alcançou 62,8 GWh, 1,5 p.p superior ao observado em 2020, que foi de 61,8 GWh. O índice de disponibilidade, desconsiderando-se as paradas programadas, atingido em 2021 foi de 95,8%, 2,6 p.p. acima do observado em 2020, de 93,2%.

5. Desempenho Econômico-Financeiro

a) Principais indicadores (expressos em milhares de reais)

Indicadores de resultado	2021	2020	Var. (R\$)	Var. (%)
Receita operacional líquida	10.321	9.193	1.128	12,3
Lucro bruto	5.486	5.263	223	4,2
Margem bruta	53,2%	57,3%		(4,1 p.p.)
Resultado do serviço (Ebit)	5.391	5.139	252	4,9
Ebitda (Lajida) ¹	7.814	7.594	220	2,9
Margem Ebitda (Lajida)	75,7%	82,6%		(6,9 p.p.)
Resultado financeiro	(7.627)	(4.473)	(3.154)	70,5
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(2.659)	666	(3.325)	(499,2)

¹ Ebitda (Lajida): (prejuízo) lucro líquido + imposto de renda e contribuição social + resultado financeiro + depreciação e amortização

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	Nota	31.12.2021	31.12.2020
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	13	10.321	9.193
Custos da energia vendida			
Depreciação e amortização	7/11	(2.423)	(2.455)
Serviços de terceiros		(1.315)	(561)
Encargos de uso da rede elétrica e conexão		(642)	(544)
Outros		(455)	(370)
		(4.835)	(3.930)
		5.486	5.263

LUCRO BRUTO

Despesas operacionais			
Despesas com vendas, gerais e administrativas		(95)	(124)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		5.391	5.139

Resultado financeiro

Renda de aplicações financeiras		283	66
Renda de depósitos vinculados ao serviço da dívida		61	23
Juros e variação monetária sobre financiamento	10	(7.506)	(4.185)
Juros e variação monetária sobre provisão para desmobilização	7	(356)	(161)
Juros sobre arrendamentos	11	(66)	(166)
Outras despesas financeiras, líquidas		(43)	(50)
		(7.627)	(4.473)

(PREJUÍZO) LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO

Imposto de renda e contribuição social correntes	14		
Imposto de renda		(276)	-
Contribuição social		(147)	-
		(423)	-
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(2.659)	666

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	31.12.2021	31.12.2020
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(2.659)	666
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	(2.659)	666

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Eólica Umburanas 11 S.A. ("Companhia"), com sede no município Florianópolis, estado de Santa Catarina (SC), foi constituída em 03.02.2014, com prazo de duração indeterminado. A Companhia tem como objeto social a implantação e exploração de usina geradora de energia elétrica de fonte eólica e implantação do sistema de transmissão de interesse restrito, podendo negociar créditos de carbono decorrentes de suas atividades e constituir consórcios para consecução do seu objeto social.

A Companhia detém autorização para explorar a Eólica Umburanas 11 ("Usina"), a qual está localizada nos municípios de Sento Sé e Umburanas (BA) e possui capacidade instalada de 15,0 MW¹ e garantia física de 8,2 MW médios. Em 21.02.2019, a Aneel autorizou o início da operação comercial da Usina.

Adicionalmente, a Companhia é parte do Consórcio Umburanas, com participação de 4,17%. O Consórcio Umburanas é responsável pela operação, manutenção e exploração da subestação e parte da linha de transmissão utilizada pela Companhia em suas operações.

A Companhia não possui colaboradores e os seus administradores renunciaram ao direito de receber qualquer remuneração. A administração da Companhia é conduzida pela controladora indireta, ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia"), que cobra pela prestação de serviços e solicita reembolso das despesas incorridas com pessoal diretamente dedicado às atividades da usina.

Os anos de 2020 e 2021 foram marcados pelos efeitos da pandemia da Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus, que impactou, e continua impactando, a economia mundial. Em decorrência disto, foram tomadas medidas restritivas no sentido de determinar o distanciamento social e o fechamento de estabelecimentos comerciais, além da paralisação da indústria. As restrições impostas pelo isolamento social trouxeram efeitos importantes na atividade de diversos setores, na renda das famílias e nos investimentos no país. Na medida em que a situação da pandemia foi melhorando e, com isso, as restrições às atividades econômicas gradativamente reduzidas, houve evolução em diferentes regiões e segmentos de negócios. Em 2021 e 2020, a Companhia não apurou impactos significativos decorrentes da pandemia em suas demonstrações contábeis.

¹ As informações não financeiras contidas nessas demonstrações contábeis como MW, MW médio, potência instalada, entre outros, não são auditadas pelos auditores independentes.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base na continuidade operacional e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), sendo utilizado o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, e o real como moeda funcional.

Essas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis ora apresentadas foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 25.04.2022.

a) Continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

As principais bases de julgamento utilizadas para tal conclusão são: (i) principais atividades decorrentes de autorização de longo prazo; (ii) patrimônio líquido expressivo; (iii) forte geração de caixa operacional, inclusive com capacidade financeira para quitação de compromissos assumidos junto a instituições financeiras; e (iv) série histórica de lucros nos últimos exercícios sociais.

NOTA 3 - SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Instrumentos financeiros

a.1) Caixa e equivalentes de caixa

São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao valor justo na data das demonstrações contábeis. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

a.2) Contas a receber de clientes

São reconhecidas quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, ou seja, se fizer necessário apenas o transcorrer do tempo para sua ocorrência. São re-

gistradas inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado.

a.3) Depósitos vinculados ao serviço da dívida

São mantidos para atendimento às exigências legais e contratuais. São contabilizados inicialmente pelo valor depositado e, posteriormente, pelo custo amortizado.

a.4) Financiamento

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e, posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva.

b) Imobilizado

É registrado ao custo de aquisição ou construção. Os juros e os demais encargos financeiros do financiamento, durante o período de construção, foram computados como custo do respectivo imobilizado. O valor presente do custo esperado para desmobilização de um ativo após seu uso, quando aplicável, é incluído no custo do respectivo ativo. Os custos dos ativos imobilizados são deduzidos da depreciação acumulada, a qual é calculada pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas dos bens.

c) Avaliação do valor de recuperação do imobilizado – Impairment

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, os bens do ativo imobilizado com a finalidade de identificar evidências que possam levar a perdas de valores não recuperáveis das respectivas unidades geradoras de caixa, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa provisão para perda (*impairment*) é reconhecida no resultado do exercício.

d) Direito de uso de arrendamentos

Os direitos de uso de arrendamentos, inicialmente, compreendem o passivo de arrendamento acrescido dos pagamentos antecipados. Esses ativos são depreciados com base na vigência dos contratos de arrendamento e avaliados no que se refere a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Adicionalmente, são ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

e) Arrendamentos a pagar

Os arrendamentos a pagar são inicialmente mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos futuros, descontado pela taxa incremental de financiamento. Posteriormente, o passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva e remensurado (com correspondente ajuste no direto de uso relacionado) quando há alteração nos pagamentos futuros motivada por atualizações monetárias ou alteração nas taxas de desconto. Adicionalmente, a Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamentos de curto prazo, ou seja, arrendamentos de ativos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início, e de ativos de baixo valor individual, os quais são reconhecidos como despesa ao longo do prazo do arrendamento.

f) Provisão para desmobilização

Os custos de desmobilização da Usina são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para cumprir a obrigação, utilizando fluxos de caixa esperados, com base na melhor estimativa na data de reporte, e são reconhecidos em contrapartida dos custos do correspondente ativo. A atualização financeira da provisão é reconhecida na demonstração do resultado conforme incorrida. A provisão é revisada anualmente e quaisquer ajustes de estimativa são efetuados em contrapartida do custo do ativo.

g) Dividendos

Os dividendos são calculados a partir do lucro líquido do exercício, e são reconhecidos como passivo quando da sua aprovação pela Diretoria Executiva, ou mediante deliberação da Assembleia Geral, e podem ser classificados como intercalares, intermediários, dividendos adicionais propostos ou dividendos mínimos obrigatórios.

h) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição. Os demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridos.

i) Transações entre partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, e são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

j) Receita de contrato com cliente

A receita é mensurada com base na contraprestação precificada no contrato com o cliente, pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos incidentes sobre ela.

b) Principais indicadores (expressos em milhares de reais)

Receita operacional líquida: o aumento decorreu: (i) da atualização monetária dos contratos de venda de energia elétrica; e (ii) da alteração no regime de tributação da Companhia, que passou de Lucro Real em 2020 para Lucro Presumido em 2021, e em consequência disso, alterou também o PIS e COFINS, que passou do regime não cumulativo para o regime cumulativo.

Resultado financeiro: o aumento decorreu, principalmente, do efeito da variação monetária sobre os financiamentos, que são vinculados ao IPCA e acompanharam a volatilidade do índice no ano de 2021.

(Prejuízo) lucro líquido do exercício: redução motivada (i) pelo aumento significativo dos custos com contratos de O&M da usina; e (ii) pelos efeitos sobre o resultado financeiro citados anteriormente, os quais foram parcialmente atenuados pelo incremento das receitas no ano.

6. Direitos dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária tem direito de voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária; de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades Anônimas; de fiscalizar a administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

7. Serviços de Auditoria

A Companhia informa que os auditores independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, não prestaram serviços não relacionados à auditoria independente em 2021.

8. Agradecimentos

A Administração da Eólica Umburanas 11 agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e todos aqueles que contribuíram para o desempenho no ano de 2021. A Administração

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	Nota	Reservas de lucros			Prejuízos acumulados	Total
		Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		
Saldos em 31.12.2019		7.742	215	3.063	-	11.020
Aumento de capital		3.172	-	-	-	3.172
Lucro líquido do exercício		-	-	-	666	666
Destinações propostas à AGO:						
- Reserva legal		-	33	-	(33)	-
- Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(158)	(158)
- Reserva de retenção de lucros		-	-	475	(475)	-
Saldos em 31.12.2020	12	10.914	248	3.538	-	14.700
Aumento de capital		3.486	-	(3.486)	-	-
Prejuízo do exercício		-	-	-	(2.659)	(2.659)
Absorção do prejuízo do exercício		-	(248)	(52)	300	-
Saldos em 31.12.2021	12	14.400	-	-	(2.359)	12.041

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO) PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	31.12.2021	31.12.2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes dos tributos		(2.236)
Conciliação do resultado com o caixa das operações		
Juros e variação monetária sobre financiamento		7.506
Depreciação e amortização		2.423
Juros sobre arrendamentos a pagar		66
Outros		298
Resultado antes dos tributos ajustado		8.057
Redução (aumento) nos ativos		
Contas a receber de clientes		(52)
Outros ativos		11
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores		85
Outros		(6)
Caixa gerado nas operações		8.095
Pagamentos de juros sobre financiamento		(2.027)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(276)
Caixa líquido das atividades operacionais		5.792
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aplicação no imobilizado e no intangível		(35)
Caixa líquido das atividades de investimento		(35)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de financiamento		(3.033)
Depósitos vinculados ao serviço da dívida		(238)
Pagamento de arrendamentos		(45)
Aumento de capital		-
Dividendos pagos		-
Caixa líquido das atividades de financiamento		(3.316)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		2.441
Conciliação do caixa e equivalentes de caixa		
Saldo inicial		5.159
Saldo final		7.600
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		2.441

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

A receita é reconhecida conforme os contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida mensalmente, dado que o cliente simultaneamente recebe e consome os benefícios fornecidos pela Companhia, consequentemente, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento que a energia é efetivamente entregue ao cliente.

k) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados de acordo com as bases tributárias, considerando as normas e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações contábeis.

l) Operações controladas em conjunto

Os ativos, passivos, receitas e despesas relativas à participação no Consórcio Umburanas (entidade sem personalidade jurídica) são reconhecidos diretamente nas demonstrações contábeis da Companhia, não se fazendo necessário, portanto, nenhum procedimento de consolidação dessas operações.

m) Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas

Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações contábeis. Para apurar essas estimativas, a Administração utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando, ainda, pressupostos relativos a eventos futuros.

As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas relativas, principalmente, (i) à definição de vida útil do ativo imobilizado; (ii) ao teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração; (iii) à provisão para desmobilização da Usina; e (iv) à estimativa da taxa incremental de arrendamentos.

n) Novas normas, alterações e interpretações (CPC)

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu revisões às normas existentes, aplicáveis a partir de 01.01.2021. A relação destas revisões aplicáveis e adotadas pela Companhia e respectivos impactos é apresentada a seguir:

A partir de 01.01.2022, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia:

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação (Brasil)/ Status	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 19 CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, CPC 27 – Ativo imobilizado, CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade e CPC 48 – Instrumentos financeiros.	01.10.2021	01.01.2022	Sem impactos relevantes
Pronunciamento Técnico CPC nº 50 Este Pronunciamento vem substituir a norma atualmente vigente sobre Contratos de seguro (CPC 11).	07.05.2021	01.01.2023	Não aplicável à Companhia
NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
		31.12.2021	31.12.2020
Caixa e depósitos bancários à vista		64	74
Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa		7.536	5.085
		7.600	5.159

A Companhia é participante do Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa de sua controladora indireta, ENGIE Brasil Energia, concentrando suas aplicações financeiras neste fundo. As operações realizadas pelo fundo possuem liquidez imediata, são remuneradas pela Selic e estão lastreadas em títulos públicos federais. A rentabilidade média do fundo nos anos de 2021 e 2020 foi de cerca de 99,0% e 98,7% do CDI (taxa referencial dos Certificados de Depósitos Interbancários), respectivamente.

NOTA 5 - CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Os valores a receber no montante de R\$ 934 (R\$ 882 em 31.12.2020) correspondem ao contrato firmado com a parte relacionada ENGIE Comercializadora Varejista de Energia Ltda. ("ECV"), com vencimento em 2036, sendo seu reajuste feito anualmente em janeiro do respectivo ano. Não havia valores vencidos em 31.12.2021 e 31.12.2020.

NOTA 6 - DEPOSITOS VINCULADOS AO SERVIÇO DA DÍVIDA

Em 31.12.2021, a Companhia mantinha R\$ 1.638 (R\$ 1.339 em 31.12.2020) relativos a garantias vinculadas ao contrato de financiamento. Essas garantias visam assegurar o pagamento dos serviços de dívida com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), bem como das despesas de operação e manutenção, e são constituídas pelo montante equivalente a 3 meses do serviço da dívida e das despesas contratuais de operação e de manutenção, respectivamente.

NOTA 7 - IMOBILIZADO

a) Composição

	31.12.2021		31.12.2020		Valor líquido
	Taxa média de depreciação	Depreciação acumulada	Valor líquido	Depreciação acumulada	
Em serviço					
Máquinas e equipamentos	3,6%	64.977	(6.664)	58.313	64.966
Edificações e benfeitorias	3,6%	1.086	(116)	970	1.088
		66.063	(6.780)	59.283	66.054
Em curso					
		7	-	7	2
		66.070	(6.780)	59.290	66.056

b) Mutação do ativo imobilizado

	Máquinas e equipamentos	Edificações e benfeitorias	Em curso	Total
Saldos em 31.12.2019	63.010	1.071	22	64.103
Ingressos	-	-	12	12
Reversão de provisão	-	-	(26)	(26)
Transferências	26	(20)	(6)	-
Depreciação	(2.367)	(40)	-	(2.407)
Saldos em 31.12.2020	60.669	1.011	2	61.682
Ingressos	-	-	18	18
Transferências	11	(2)	(13)	(4)
Depreciação	(2.367)	(39)	-	(2.406)
Saldos em 31.12.2021	58.313	970	7	59.290

c) Provisão para desmobilização

Em 2019, a Companhia reconheceu em seu imobilizado a provisão dos custos decorrentes da desmobilização de seu parque eólico, com base no valor presente dos fluxos de caixa esperados para o cumprimento da obrigação de retirada dos ativos e de restauração do local ao final do prazo de autorização. A taxa real de desconto utilizada para o cálculo do valor presente foi de 3,59%, baseado nas taxas de títulos públicos com vencimento similar ao do término das autorizações. O saldo da provisão para desmobilização registrada no passivo não circulante em 31.12.2021 era de R\$ 3.610 (R\$ 3.254 em 31.12.2020), a variação do saldo é decorrente dos juros e variação monetária de R\$ 356 registrados no resultado do exercício de 31.12.2021 (R\$ 161 em 31.12.2020).

d) Autorização do Órgão Regulador

A Companhia é detentora da autorização para exploração da Eólica Umburanas 11, com capacidade instalada de 15,0 MW, pelo prazo de 35 anos, a contar da data de 08.2014.

NOTA 8 - FORNECEDORES

	31.12.2021	31.12.2020
Fornecedores de imobilizado	294	311
Fornecedores de materiais e serviços	125	46
Encargos de uso da rede elétrica	56	50
	475	407

NOTA 9 - GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, segue integralmente as regras do Fórum de Gerenciamento de Riscos da ENGIE Brasil Energia, sua controladora indireta. Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um destes fatores de risco:

a) Risco de mercado

Esse risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros aplicadas aos seus passivos, resultando em efeitos em suas despesas financeiras. A Companhia está exposta às variações do IPCA, em decorrência do financiamento contratado.

A totalidade dos contratos de venda de energia em vigor possui cláusula de reajuste inflacionário, com a aplicação de IPCA, o que representa um hedge natural de longo prazo para o financiamento.

A seguir é apresentada análise de sensibilidade preparada pela Companhia. O cenário-base provável para o ano de 2022 foi definido por meio das premissas disponíveis no mercado (Fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil).

Risco de variação	Cenário Provável		Sensibilidade	
	2021	2022	Provável	Δ + 25% (*)
IPCA	10,1%	5,0%	-5,1 p.p.	1,3 p.p.

(*) Variações sobre o cenário provável de 2022.

A sensibilidade provável foi calculada com base nas variações entre os índices do ano de 2021 e os previstos no cenário provável para 2022, e demonstram os eventuais impactos adicionais no resultado da Companhia. As demais sensibilidades apresentadas foram apuradas com base (i) na variação de 25%; e (ii) nas estimativas da Administração sobre o cenário projetado, as quais correspondem a avaliação da Administração de alteração razoavelmente possível nas taxas de juros e índices flutuantes para 2022. As variações que poderão impactar o resultado e, consequentemente, o patrimônio líquido de 2022, em comparação com o ano de 2021, caso tais cenários se materializem, são estas:

Financiamento	Sensibilidade		Administração
	31.12.2021	Provável	
IPCA	53.409	2.701	(675)

b) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, buscando uma estrutura de capi-

tal e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida que proporcionem o retorno de capital aos seus investidores.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (financiamento, deduzido dos depósitos vinculados ao serviço da dívida e do caixa e equivalentes de caixa) e pelo patrimônio líquido. A relação da dívida líquida pelo patrimônio líquido foi esta:

	31.12.2021	31.12.2020
Dívida	53.409	50.963
(-) Depósitos vinculados ao serviço da dívida	(1.638)	(1.339)
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(7.600)	(5.159)
Dívida líquida	44.171	44.465
Patrimônio líquido	12.041	14.700
Endividamento líquido / Patrimônio líquido	3,7	3,0

c) Risco de crédito

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as vendas de energia e as aplicações financeiras.

Nas operações relacionadas à venda de energia, a Companhia mantém contrato com a ENGIE Comercializadora Varejista de Energia Ltda. ("ECV"), controlada da ENGIE Brasil Energia, mitigando assim o seu risco de crédito.

No que tange à aplicação no mercado financeiro, os recursos disponíveis da Companhia são alocados em um Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa, o qual tem como política a alocação de seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco. Em 31.12.2021, esse fundo possuía 100% de sua carteira em ativos com risco de crédito do Governo Brasileiro, todos com liquidez diária. De acordo com o planejamento financeiro da Companhia, os recursos desse fundo serão utilizados no curto prazo, reduzindo substancialmente o risco de quaisquer efeitos significativos nos seus rendimentos, em decorrência de eventual redução da taxa básica de juros da economia brasileira.

d) Risco de liquidez

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada anualmente com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

No demonstrativo a seguir apresenta-se o perfil previsto de liquidação dos principais passivos financeiros da Companhia registrados em 31.12.2021. Os valores foram determinados com base nos fluxos de caixa não descontados previstos, considerando a estimativa de amortização de principal e pagamento de juros futuros, quando aplicável. Para a dívida com juros pós-fixados o valor foi obtido com base na curva de juros do encerramento do exercício.

	Até 1 ano	De 2 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	475	-	-	-	475
Financiamento	5.169	9.967	9.463	46.503	71.102
	5.644	9.967	9.463	46.503	71.577

e) Categoria dos instrumentos financeiros

	31.12.2021	31.12.2020
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Aplicações financeiras	7.536	5.085
Custo amortizado		
Caixa e depósitos bancários à vista	64	74
Contas a receber de clientes	934	882
Depósitos vinculados ao serviço da dívida	1.638	1.339
	10.172	7.380

Passivos financeiros

	31.12.2021	31.12.2020
Custo amortizado		
Fornecedores	475	407
Financiamento	53.409	50.963
	53.884	51.370

As aplicações financeiras estão avaliadas pelos preços cotados em mercado ativo (Nível 1).

NOTA 10 - FINANCIAMENTO

a) Mutação do financiamento

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31.12.2019	2.792	48.808	51.600
Juros e V.M.	2.182	2.003	4.185
Transferências	2.762	(2.762)	-
Amortização do principal	(2.827)	-	(2.827)
Amortização de juros	(1.995)	-	(1.995)
Saldos em 31.12.2020	2.914	48.049	50.963
Juros e V.M.	2.413	5.093	7.506
Transferências	2.968	(2.968)	-
Amortização do principal	(3.033)	-	(3.033)
Amortização de juros	(2.027)	-	(2.027)
Saldos em 31.12.2021	3.235	50.174	53.409

b) Vencimentos do financiamento apresentado no passivo não circulante

Ano	Valor
2023	3.136
2024	3.136
2025	3.136
2026	3.136
2027	3.136
2028 a 2032	15.674
2033 a 2037	15.679
2038	3.141
	50.174

c) Condições contratadas

	Condições de pagamento	
	Encargos	Vencimento
BNDES	IPCA + 3,91% a.a.	12.2038
		Mensais

d) Garantias

As garantias são as seguintes: (i) penhor da totalidade das ações representativas ao capital social; (ii) cessão dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e de venda de energia elétrica; (iii) contas reserva do serviço da dívida e reserva de O&M; (iv) cessão dos direitos emergentes da autorização; e (v) penhor das máquinas e equipamentos relativos ao Projeto.

e) Compromissos contratuais (covenants)

Os compromissos financeiros estabelecidos no financiamento estão sendo cumpridos pela Companhia e são apurados anualmente, conforme estabelecido nestes contratos.

NOTA 11 - OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO

A Companhia possui contrato de arrendamento do terreno no qual está instalado seu parque eólico, cuja vigência é até 2057.

a) Direito de uso de arrendamentos

A mutação do direito de uso de arrendamentos está apresentada a seguir:

	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2021
Saldo em 31.12.2019	1.931		
Remensuração	(604)		
Depreciação	(48)		
Saldo em 31.12.2020	1.279		
Remensuração	(21)		
Depreciação	(17)		
Saldo em 31.12.2021	1.241		

b) Arrendamentos a pagar

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31.12.2019	200	1.751	1.951
Remensuração	(54)	(550)	(604)
Juros	166	-	166
Transferências	6	(6)	-
Amortizações	(192)	-	(192)
Saldos em 31.12.2020	126	1.195	1.321
Remensuração	-	(21)	(21)
Juros	66	-	66
Transferências	(17)	17	-
Amortizações	(45)	-	(45)
Saldos em 31.12.2021	130	1.191	1.321

Os arrendamentos a pagar foram mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos

futuros. A taxa de desconto utilizada para cálculo do valor presente foi de 10,2% e representada a taxa incremental de financiamento.

c) Vencimentos dos arrendamentos a pagar apresentados no passivo não circulante

	31.12.2021	31.12.2020
2023	114	
2024	104	
2025	94	
2026	85	
2027	77	
2028 a 2032	292	
2033 a 2037	180	
2038 em diante	245	
Arrendamentos a pagar	1.191	

d) Pagamentos de arrendamentos de aluguéis variáveis

No exercício findo em 31.12.2021, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 84 (R\$ 3 em 31.12.2020), referente a custos relacionados ao pagamento de aluguéis variáveis.

NOTA 12 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia em 31.12.2021 era de R\$ 14.400 (R\$ 10.914 em 31.12.2020), representado por 14.399.852 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, das quais 14.399.851 pertencem à controladora Umburanas Participações S.A. e 1 pertence à controladora indireta ENGIE Brasil Energia.

Em 2021, os acionistas da Companhia aprovaram o aumento de capital no montante de R\$ 3.486, proveniente de saldos de anos anteriores retidos em reserva de lucros.

b) Reserva legal

Do lucro líquido do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social da Companhia. A referida reserva tem a finalidade de assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social.

c) Reserva de retenção de lucros

A reserva é constituída com base em orçamento de capital, com a finalidade de financiar os investimentos no parque gerador da Companhia.

Em razão do prejuízo apurado no ano de 2021, não houve montante destinado às reservas. Por conseguinte, o resultado apurado no exercício corrente foi parcialmente absorvido pelo saldo das reservas de retenção de lucros e reserva legal.

NOTA 13 - CONCILIAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada nas demonstrações dos resultados.

	2021	2020
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
ENGIE Comercializadora Varejista de Energia Ltda. ("ECV")	10.712	10.130
	10.712	10.130

DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL

PIS e Cofins	(391)	(937)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	10.321	9.193

NOTA 14 - CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS, NO RESULTADO

No exercício de 2020 a Companhia apurou os impostos sobre o lucro pelo regime de lucro real, entretanto, a partir de 01.01.2021 optou pelo regime de tributação do lucro presumido. Por este motivo, não é possível conciliar os tributos, no resultado, de maneira comparativa:

a) Lucro presumido

	2021	
	IR	CSLL
Rece		

EÓLICA UMBURANAS 13 S.A.
CNPJ Nº 20.168.462/0001-20| NIRE Nº 42 3 0004887-9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
A Administração da Eólica Umburanas 13 S.A. ("Umburanas 13" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31.12.2021. As informações estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

1. Perfil Institucional

A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) que detém autorização outorgada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para explorar a Eólica Umburanas 13, com potência instalada de 20,0 MW, garantia física de 10,9 MW médios, com início das operações comerciais em março de 2019 e energia comercializada no Ambiente de Contratação Livre (ACL). Umburanas 13 é uma das 18 Centrais Eólicas que compõem o Conjunto Eólico Umburanas – Fase I, com potência somada de 360,0 MW de capacidade instalada e 213,3 MW médios de energia assegurada, localizada nos municípios de Sento Sé e Umburanas, Estado da Bahia.

A Companhia não tem empregados e sua administração é realizada pela controladora indireta ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia"), que cobra os seus honorários mediante contrato de prestação de serviços e reembolso das despesas com o pessoal diretamente alocado na Eólica.

2. Controle Acionário

A totalidade do capital social da Companhia pertence à Umburanas Participações S.A., uma *holding* controlada pela ENGIE Brasil Energias Complementares Participações Ltda., que por sua vez, é uma controlada da ENGIE Brasil Energia S.A. Sediada em Florianópolis, a ENGIE Brasil Energia é uma plataforma de investimento em infraestrutura em energia, atuante nas atividades de geração, comercialização, *trading* e transmissão de energia elétrica. Atua ainda no segmento de transporte de gás, por meio de participação na Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG, em conjunto com outros sócios.

3. Ambiente Macroeconômico

O segundo ano da pandemia da Covid-19 foi, em linhas gerais, marcado pela recuperação

do crescimento econômico e alta inflação – uma constante observada no Brasil e no mundo. O Produto Interno Bruto (PIB) teve crescimento de 4,6%. A alta compensa o decréscimo de 4,1% observado em 2020.

A atividade econômica brasileira iniciou uma recuperação, ainda que ligeiramente abaixo da esperada. A inflação elevada, com pior resultado desde 2015, gerou impacto sobre o crescimento, com a deterioração do poder de compra das famílias. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) apresentou variação de 10,1%, enquanto o Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC) registrou, no acumulado do ano, 10,2%.

As incertezas trazidas pela pandemia e seus desdobramentos também influenciaram o mercado financeiro. A taxa básica de juros (Selic) atingiu 9,2%, alta de 7,2 p.p. no ano, enquanto o dólar (Ptax) bateu a marca de R\$ 5,58 – a moeda americana estava cotada em R\$ 5,19 ao fim de 2020.

4. Desempenho Operacional

Em 2021, a geração total bruta da Eólica Umburanas 13 alcançou 70,1 GWh, 5,0% inferior ao desempenho observado em 2020, de 73,8 GWh. O Índice de disponibilidade, considerando-se todas as paradas programadas, atingido em 2021 foi de 97,7%, mesmo percentual observado em 2020.

5. Desempenho Econômico-Financeiro

a) Principais indicadores (expressos em milhares de reais)

Indicadores de resultado	2021	2020	Var. (R\$)	Var. (%)
Receita operacional líquida	13.721	12.221	1.500	12,3
Lucro bruto	7.240	6.979	261	3,7
Margem bruta	52,8%	57,1%		(4,3 p.p.)
Resultado do serviço (Ebit)	7.145	6.855	290	4,2
Ebitda (Lajida) ¹	10.492	10.241	251	2,5
Margem Ebitda (Lajida)	76,5%	83,8%		(7,3 p.p.)
Resultado financeiro	(10.339)	(6.022)	(4.317)	71,7
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(3.740)	833	(4.573)	(549,0)

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	Nota	31.12.2021	31.12.2020
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	13	13.721	12.221

Custos da energia vendida			
Depreciação e amortização	7/11	(3.347)	(3.386)
Serviços de terceiros		(1.746)	(687)
Encargos de uso da rede elétrica e conexão		(857)	(725)
Outros		(531)	(444)
		(6.481)	(5.242)
		7.240	6.979

LUCRO BRUTO			
Despesas operacionais		(95)	(124)
Despesas com vendas, gerais e administrativas			
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		7.145	6.855

RESULTADO FINANCEIRO

Renda de aplicações financeiras		303	63
Renda de depósitos vinculados ao serviço da dívida		82	31
Juros e variação monetária sobre financiamento	10	(10.108)	(5.636)
Juros e variação monetária sobre provisão para desmobilização	7	(474)	(215)
Juros sobre arrendamentos	11	(98)	(222)
Outras despesas financeiras, líquidas		(44)	(43)
		(10.339)	(6.022)

(PREJUÍZO) LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO

Imposto de renda e contribuição social correntes	14		
Imposto de renda		(357)	-
Contribuição social		(189)	-
		(546)	-
		(3.740)	833

(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

		(3.740)	833
--	--	----------------	------------

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	31.12.2021	31.12.2020
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(3.740)	833
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	(3.740)	833

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Eólica Umburanas 13 S.A. ("Companhia"), com sede no município Florianópolis, estado de Santa Catarina (SC), foi constituída em 03.02.2014, com prazo de duração indeterminado. A Companhia tem como objeto social a implantação e exploração de usina geradora de energia elétrica de fonte eólica e implantação do sistema de transmissão de interesse restrito, podendo negociar créditos de carbono decorrentes de suas atividades e constituir consórcios para consecução do seu objeto social.

A Companhia detém autorização para explorar a Eólica Umburanas 13 ("Usina"), a qual está localizada nos municípios de Sento Sé e Umburanas (BA) e possui capacidade instalada de 20,0 MW¹ e garantia física de 10,9 MW médios. Em 08.03.2019, a Aneel autorizou o início da operação comercial da Usina.

Adicionalmente, a Companhia é parte do Consórcio Umburanas, com participação de 5,56%. O Consórcio Umburanas é responsável pela operação, manutenção e exploração da subestação e parte da linha de transmissão utilizada pela Companhia em suas operações.

A Companhia não possui colaboradores e os seus administradores renunciaram ao direito de receber qualquer remuneração. A administração da Companhia é conduzida pela controladora indireta, ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia"), que cobra pela prestação de serviços e solicita reembolso das despesas incorridas com pessoal diretamente dedicado às atividades da usina.

Os anos de 2020 e 2021 foram marcados pelos efeitos da pandemia da Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus, que impactou, e continua impactando, a economia mundial. Em decorrência disto, foram tomadas medidas restritivas no sentido de determinar o distanciamento social e o fechamento de estabelecimentos comerciais, além da paralisação da indústria. As restrições impostas pelo isolamento social trouxeram efeitos importantes na atividade de diversos setores, na renda das famílias e nos investimentos no país. Na medida em que a situação da pandemia foi melhorando e, com isso, as restrições às atividades econômicas gradativamente reduzidas, houve evolução em diferentes regiões e segmentos de negócios. Em 2021 e 2020, a Companhia não apurou impactos significativos decorrentes da pandemia em suas demonstrações contábeis.

¹ As informações não financeiras contidas nessas demonstrações contábeis como MW, MW médio, potência instalada, entre outros, não são auditadas pelos auditores independentes.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base na continuidade operacional e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), sendo utilizado o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, e o real como moeda funcional.

Essas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis ora apresentadas foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 25.04.2022.

a) Continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

As principais bases de julgamento utilizadas para tal conclusão são: (i) principais atividades decorrentes de autorização de longo prazo; (ii) patrimônio líquido expressivo; (iii) forte geração de caixa operacional, inclusive com capacidade financeira para quitação de compromissos assumidos junto a instituições financeiras; e (iv) série histórica de lucros nos últimos exercícios sociais.

NOTA 3 - SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Instrumentos financeiros

a.1) Caixa e equivalentes de caixa

São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao valor justo na data das demonstrações contábeis. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

a.2) Contas a receber de clientes

São reconhecidas quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, ou seja, se fizer necessário apenas o transcorrer do tempo para sua ocorrência. São re-

gistradas inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado.

a.3) Depósitos vinculados ao serviço da dívida

São mantidos para atendimento às exigências legais e contratuais. São contabilizados inicialmente pelo valor depositado e, posteriormente, pelo custo amortizado.

a.4) Financiamento

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e, posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva.

b) Imobilizado

É registrado ao custo de aquisição ou construção. Os juros e os demais encargos financeiros do financiamento, durante o período de construção, foram computados como custo do respectivo imobilizado. O valor presente do custo esperado para desmobilização de um ativo após seu uso, quando aplicável, é incluído no custo do respectivo ativo. Os custos dos ativos imobilizados são deduzidos da depreciação acumulada, a qual é calculada pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas dos bens.

c) Avaliação do valor de recuperação do imobilizado – Impairment

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, os bens do ativo imobilizado com a finalidade de identificar evidências que possam levar a perdas de valores não recuperáveis das respectivas unidades geradoras de caixa, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa provisão para perda (*impairment*) é reconhecida no resultado do exercício.

d) Direito de uso de arrendamentos

Os direitos de uso de arrendamentos, inicialmente, compreendem o passivo de arrendamento acrescido dos pagamentos antecipados. Esses ativos são depreciados com base na vigência dos contratos de arrendamento e avaliados no que se refere a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Adicionalmente, são ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

e) Arrendamentos a pagar

Os arrendamentos a pagar são inicialmente mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos futuros, descontado pela taxa incremental de financiamento. Posteriormente, o passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva e remensurado (com correspondente ajuste no direto de uso relacionado) quando há alteração nos pagamentos futuros motivada por atualizações monetárias ou alteração nas taxas de desconto. Adicionalmente, a Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamentos de curto prazo, ou seja, arrendamentos de ativos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início, e de ativos de baixo valor individual, os quais são reconhecidos como despesa ao longo do prazo do arrendamento.

f) Provisão para desmobilização

Os custos de desmobilização da Usina são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para cumprir a obrigação, utilizando fluxos de caixa esperados, com base na melhor estimativa na data de reporte, e são reconhecidos em contrapartida dos custos do correspondente ativo. A atualização financeira da provisão é reconhecida na demonstração do resultado conforme incorrida. A provisão é revisada anualmente e quaisquer ajustes de estimativa são efetuados em contrapartida do custo do ativo.

g) Dividendos

Os dividendos são calculados a partir do lucro líquido do exercício, e são reconhecidos como passivo quando da sua aprovação pela Diretoria Executiva, ou mediante deliberação da Assembleia Geral, e podem ser classificados como intercalares, intermediários, dividendos adicionais propostos ou dividendos mínimos obrigatórios.

h) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição. Os demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridos.

i) Transações entre partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, e são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

j) Receita de contrato com cliente

A receita é mensurada com base na contraprestação precificada no contrato com o cliente, pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos incidentes sobre ela.

b) Principais indicadores (expressos em milhares de reais)

Receita operacional líquida: o aumento decorreu: (i) da atualização monetária dos contratos de venda de energia elétrica; e (ii) da alteração no regime de tributação da Companhia, que passou de Lucro Real em 2020 para Lucro Presumido em 2021, e em consequência disso, alterou também o PIS e COFINS, que passou do regime não cumulativo para o regime cumulativo.

Resultado financeiro: o aumento decorreu, principalmente, do efeito da variação monetária sobre os financiamentos, que são vinculados ao IPCA e acompanharam a volatilidade do índice no ano de 2021.

(Prejuízo) lucro líquido do exercício: redução motivada (i) pelo aumento significativo dos custos com contratos de O&M da usina; e (ii) pelos efeitos sobre o resultado financeiro citados anteriormente, os quais foram parcialmente atenuados pelo incremento das receitas no ano.

6. Direitos dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária tem direito de voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária; de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades Anônimas; de fiscalizar a administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

7. Serviços de Auditoria

A Companhia informa que os auditores independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, não prestaram serviços não relacionados à auditoria independente em 2021.

8. Agradecimentos

A Administração da Eólica Umburanas 13 agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e todos aqueles que contribuíram para o desempenho no ano de 2021. A Administração

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	Nota	Reservas de lucros			Prejuízos acumulados	Total
		Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		
Saldos em 31.12.2019		11.055	276	3.936	-	15.267

Aumento de capital		3.830	-	-	-	3.830
Lucro líquido do exercício		-	-	-	833	833
Destinações propostas à AGO:						
- Reserva legal		-	42	-	(42)	-
- Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(198)	(198)
- Reserva de retenção de lucros		-	-	593	(593)	-
Saldos em 31.12.2020	12	14.885	318	4.529	-	19.732

Aumento de capital		4.506	-	(4.506)	-	-
Prejuízo do exercício		-	-	-	(3.740)	(3.740)
Absorção do prejuízo do exercício		-	(318)	(23)	341	-
Saldos em 31.12.2021	12	19.391	-	-	(3.399)	15.992

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO) PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	31.12.2021	31.12.2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		

Resultado antes dos tributos (3.194) 833

Conciliação do resultado com o caixa das operações

Juros e variação monetária sobre financiamento 10.108 5.636

Depreciação e amortização 3.347 3.386

Juros sobre arrendamentos a pagar 98 222

Outros 393 188

Resultado antes dos tributos ajustado 10.752 10.265

Redução (aumento) nos ativos

Contas a receber de clientes (69) 71

Outros ativos 41 609

Aumento (redução) nos passivos

Fornecedores 47 2

Outros (7) (18)

Caixa gerado nas operações 10.764 10.929

Pagamentos de juros sobre financiamento (2.728) (2.688)

Pagamento de imposto de renda e contribuição social (362) (346)

Caixa líquido das atividades operacionais 7.674 7.895

Fluxo de caixa das atividades de investimento

Aplicação no imobilizado e no intangível 47 (5.293)

Caixa líquido das atividades de investimento 47 (5.293)

Fluxo de caixa das atividades de financiamento

Pagamento de financiamento (4.083) (3.807)

Depósitos vinculados ao serviço da dívida (318) (1.767)

Pagamento de arrendamentos (102) (235)

Aumento de capital - 3.830

Dividendos pagos - (1.312)

Caixa líquido das atividades de financiamento (4.503) (3.291)

Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa 3.218 (689)

Saldo inicial 5.151 5.840

Saldo final 8.369 5.151

Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa 3.218 (689)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

A receita é reconhecida conforme os contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida mensalmente, dado que o cliente simultaneamente recebe e consome os benefícios fornecidos pela Companhia, consequentemente, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento que a energia é efetivamente entregue ao cliente.

k) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados de acordo com as bases tributárias, considerando as normas e as alíquotas vigentes na data da apresentação

o) Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes
A partir de 01.01.2022, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia:

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação (Brasil)/ Status	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 19 CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, CPC 27 – Ativo imobilizado, CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade e CPC 48 – Instrumentos financeiros.	01.10.2021	01.01.2022	Sem impactos relevantes
Pronunciamento Técnico CPC nº 50 Este Pronunciamento vem substituir a norma atualmente vigente sobre Contratos de seguro (CPC 11).	07.05.2021	01.01.2023	Não aplicável à Companhia

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2021	31.12.2020
Caixa e depósitos bancários à vista	65	68
Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa	8.304	5.083
	8.369	5.151

A Companhia é participante do Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa de sua controladora indireta, ENGIE Brasil Energia, concentrando suas aplicações financeiras neste fundo. As operações realizadas pelo fundo possuem liquidez imediata, são remuneradas pela Selic e estão lastreadas em títulos públicos federais. A rentabilidade média do fundo nos anos de 2021 e 2020 foi de cerca de 99,0% e 98,7% do CDI (taxa referencial dos Certificados de Depósitos Interbancários), respectivamente.

NOTA 5 - CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Os valores a receber no montante de R\$ 1.242 (R\$ 1.173 em 31.12.2020) correspondem ao contrato firmado com a parte relacionada ENGIE Comercializadora Varejista de Energia Ltda. ("ECV"), com vencimento em 2036, sendo seu reajuste feito anualmente em janeiro do respectivo ano. Não havia valores vencidos em 31.12.2021 e 31.12.2020.

NOTA 6 - DEPÓSITOS VINCULADOS AO SERVIÇO DA DÍVIDA

Em 31.12.2021, a Companhia mantinha R\$ 2.198 (R\$ 1.798 em 31.12.2020) relativos a garantias vinculadas ao contrato de financiamento. Essas garantias visam assegurar o pagamento dos serviços de dívida com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), bem como das despesas de operação e manutenção, e são constituídas pelo montante equivalente a 3 meses do serviço da dívida e das despesas contratuais de operação e de manutenção, respectivamente.

NOTA 7 - IMOBILIZADO

a) Composição

	31.12.2021		31.12.2020		Valor líquido
	Taxa média de depreciação	Depreciação acumulada	Valor líquido	Depreciação acumulada	
Em serviço					
Máquinas e equipamentos	3,7%	89.322 (9.186)	80.136	89.307 (5.920)	83.387
Edificações e benfeitorias	3,6%	1.524 (161)	1.363	1.527 (106)	1.421
		90.846 (9.347)	81.499	90.834 (6.026)	84.808
Em curso					
		9	9	2	2
		90.855 (9.347)	81.508	90.836 (6.026)	84.810

b) Mutação do ativo imobilizado

	Máquinas e equipamentos	Edificações e benfeitorias	Em curso	Total
Saldos em 31.12.2019	86.619	1.503	29	88.151
Ingressos	-	-	15	15
Reversão de provisão	-	-	(34)	(34)
Transferências	34	(26)	(8)	-
Depreciação	(3.266)	(56)	-	(3.322)
Saldos em 31.12.2020	83.387	1.421	2	84.810
Ingressos	-	-	20	20
Transferências	16	(3)	(13)	-
Depreciação	(3.267)	(55)	-	(3.322)
Saldos em 31.12.2021	80.136	1.363	9	81.508

c) Provisão para desmobilização

Em 2019, a Companhia reconheceu em seu imobilizado a provisão dos custos decorrentes da desmobilização de seu parque eólico, com base no valor presente dos fluxos de caixa esperados para o cumprimento da obrigação de retirada dos ativos e de restauração do local ao final do prazo de autorização. A taxa real de desconto utilizada para o cálculo do valor presente foi de 3,59%, baseado nas taxas de títulos públicos com vencimento similar ao do término das autorizações. O saldo da provisão para desmobilização registrada no passivo não circulante em 31.12.2021 era de R\$ 4.807 (R\$ 4.333 em 31.12.2020), a variação do saldo é decorrente dos juros e variação monetária de R\$ 474 registrados no resultado do exercício de 31.12.2021 (R\$ 215 em 31.12.2020).

d) Autorização do Órgão Regulador

A Companhia é detentora da autorização para exploração da Eólica Umburanas 13, com capacidade instalada de 20,0 MW, pelo prazo de 35 anos, a contar da data de 08.2014.

NOTA 8 - FORNECEDORES

	31.12.2021	31.12.2020
Fornecedores de imobilizado	508	441
Fornecedores de materiais e serviços	51	13
Encargos de uso da rede elétrica	76	67
	635	521

NOTA 9 - GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, segue integralmente as regras do Fórum de Gerenciamento de Riscos da ENGIE Brasil Energia, sua controladora indireta. Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um destes fatores de risco:

a) Risco de mercado

Esse risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros aplicadas aos seus passivos, resultando em efeitos em suas despesas financeiras. A Companhia está exposta às variações do IPCA, em decorrência do financiamento contratado.

A totalidade dos contratos de venda de energia em vigor possui cláusula de reajuste inflacionário, com a aplicação de IPCA, o que representa um hedge natural de longo prazo para o financiamento.

A seguir é apresentada análise de sensibilidade preparada pela Companhia. O cenário-base provável para o ano de 2022 foi definido por meio das premissas disponíveis no mercado (Fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil).

Risco de variação	Cenário		Sensibilidade	
	Variação	Provável	Provável	Δ + 25% (*)
IPCA	10,1%	5,0%	-5,1 p.p.	1,3 p.p.
				-0,8 p.p.

(*) Variações sobre o cenário provável de 2022.

A sensibilidade provável foi calculada com base nas variações entre os índices do ano de 2021 e os previstos no cenário provável para 2022, e demonstram os eventuais impactos adicionais no resultado da Companhia. As demais sensibilidades apresentadas foram apuradas com base (i) na variação de 25%; e (ii) nas estimativas da Administração sobre o cenário projetado, as quais correspondem a avaliação da Administração de alteração razoavelmente possível nas taxas de juros e índices flutuantes para 2022. As variações que poderão impactar o resultado e, consequentemente, o patrimônio líquido de 2022, em comparação com o ano de 2021, caso tais cenários se materializem, são estas:

Financiamento	Saldo em		Sensibilidade	
	31.12.2021	Provável	Δ + 25%	Administração
IPCA	71.922	3.637	(910)	556

b) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, buscando uma estrutura de capi-

tal e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida que proporcionem o retorno de capital aos seus investidores.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (financiamento, deduzido dos depósitos vinculados ao serviço da dívida e do caixa e equivalentes de caixa) e pelo patrimônio líquido. A relação da dívida líquida pelo patrimônio líquido foi esta:

	31.12.2021	31.12.2020
Dívida	71.922	68.625
(-) Depósitos vinculados ao serviço da dívida	(2.198)	(1.798)
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(8.369)	(5.151)
Dívida líquida	61.355	61.676
Patrimônio líquido	15.992	19.732
Endividamento líquido / Patrimônio líquido	3,8	3,1

c) Risco de crédito

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as vendas de energia e as aplicações financeiras.

Nas operações relacionadas à venda de energia, a Companhia mantém contrato com a ENGIE Comercializadora Varejista de Energia Ltda. ("ECV"), controlada da ENGIE Brasil Energia, mitigando assim o seu risco de crédito.

No que tange à aplicação no mercado financeiro, os recursos disponíveis da Companhia são alocados em um Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa, o qual tem como política a alocação de seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco. Em 31.12.2021, esse fundo possuía 100% de sua carteira em ativos com risco de crédito do Governo Brasileiro, todos com liquidez diária. De acordo com o planejamento financeiro da Companhia, os recursos desse fundo serão utilizados no curto prazo, reduzindo substancialmente o risco de quaisquer efeitos significativos nos seus rendimentos, em decorrência de eventual redução da taxa básica de juros da economia brasileira.

d) Risco de liquidez

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada anualmente com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

No demonstrativo a seguir apresenta-se o perfil previsto de liquidação dos principais passivos financeiros da Companhia registrados em 31.12.2021. Os valores foram determinados com base nos fluxos de caixa não descontados previstos, considerando a estimativa de amortização de principal e pagamento de juros futuros, quando aplicável. Para a dívida com juros pós-fixados o valor foi obtido com base na curva de juros do encerramento do exercício.

	Até 1 ano	De 2 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	635	-	-	-	635
Financiamento	6.960	13.421	12.743	62.622	95.746
	7.595	13.421	12.743	62.622	96.381

e) Categoria dos instrumentos financeiros

	31.12.2021	31.12.2020
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Aplicações financeiras	8.304	5.083
Custo amortizado		
Caixa e depósitos bancários à vista	65	68
Contas a receber de clientes	1.242	1.173
Depósitos vinculados ao serviço da dívida	2.198	1.798
	11.809	8.122

Passivos financeiros

	31.12.2021	31.12.2020
Custo amortizado		
Fornecedores	635	521
Financiamento	71.922	68.625
	72.557	69.146

As aplicações financeiras estão avaliadas pelos preços cotados em mercado ativo (Nível 1).

NOTA 10 - FINANCIAMENTO

a) Mutação do financiamento

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31.12.2019	3.760	65.724	69.484
Juros e V.M.	2.939	2.697	5.636
Transferências	3.719	(3.719)	-
Amortização do principal	(3.807)	-	(3.807)
Amortização de juros	(2.688)	-	(2.688)
Saldos em 31.12.2020	3.923	64.702	68.625
Juros e V.M.	3.249	6.859	10.108
Transferências	3.996	(3.996)	-
Amortização do principal	(4.083)	-	(4.083)
Amortização de juros	(2.728)	-	(2.728)
Saldos em 31.12.2021	4.357	67.565	71.922

b) Vencimentos do financiamento apresentado no passivo não circulante

Ano	Valor
2023	4.223
2024	4.223
2025	4.223
2026	4.223
2027	4.223
2028 a 2032	21.107
2033 a 2037	21.114
2038	4.229
	67.565

c) Condições contratadas

	Condições de pagamento	
	Encargos	Vencimento
BNDES	IPCA + 3,91% a.a.	12.2038
		Principal e encargos Mensais

d) Garantias

As garantias são as seguintes: (i) penhor da totalidade das ações representativas ao capital social; (ii) cessão dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e venda de energia elétrica; (iii) contas reserva do serviço da dívida e reserva de O&M; (iv) cessão dos direitos emergentes da autorização; e (v) penhor das máquinas e equipamentos relativos ao Projeto.

e) Compromissos contratuais (covenants)

Os compromissos financeiros estabelecidos no financiamento estão sendo cumpridos pela Companhia e são apurados anualmente, conforme estabelecido nestes contratos.

NOTA 11 - OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO

A Companhia possui contrato de arrendamento do terreno no qual está instalado seu parque eólico, cuja vigência é até 2057.

a) Direito de uso de arrendamentos

A mutação do direito de uso de arrendamentos está apresentada a seguir:

	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2021
Saldo em 31.12.2019	2.575		
Remensuração	(766)		
Depreciação	(64)		
Saldo em 31.12.2020	1.745		
Remensuração	(1.325)		
Depreciação	(25)		
Saldo em 31.12.2021	395		

b) Arrendamentos a pagar

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31.12.2019	267	2.335	2.602
Remensuração	(90)	(676)	(766)
Juros	222	-	222
Transferências	29	(29)	-
Amortizações	(235)	-	(235)
Saldos em 31.12.2020	193	1.630	1.823
Remensuração	-	(1.325)	(1.325)
Juros	98	-	98
Transferências	(128)	128	-
Amortizações	(102)	-	(102)
Saldos em 31.12.2021	61	433	494

Os arrendamentos a pagar foram mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos futuros. A taxa de desconto utilizada para cálculo do valor presente foi de 10,2% e representa a taxa incremental de financiamento.

c) Vencimentos dos arrendamentos a pagar apresentados no passivo não circulante

	31.12.2021
2023	42
2024	38
2025	34
2026	31
2027	28
2028 a 2032	106
2033 a 2037	65
2038 em diante	89
Arrendamentos a pagar	433

d) Pagamentos de arrendamentos de aluguéis variáveis

No exercício findo em 31.12.2021, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 45 (R\$ 4 em 31.12.2020), referente a custos relacionados ao pagamento de aluguéis variáveis.

NOTA 12 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia em 31.12.2021 era de R\$ 19.391 (R\$ 14.885 em 31.12.2020), representado por 19.390.711 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, das quais 19.390.710 pertencem à controladora Umburanas Participações S.A. e 1 pertence à controladora indireta ENGIE Brasil Energia.

Em 2021, os acionistas da Companhia aprovaram o aumento de capital no montante de R\$ 4.506, proveniente de saldos de anos anteriores retidos em reserva de lucros.

b) Reserva legal

Do lucro líquido do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social da Companhia. A referida reserva tem a finalidade de assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social.

c) Reserva de retenção de lucros

A reserva é constituída com base em orçamento de capital, com a finalidade de financiar os investimentos no parque gerador da Companhia.

Em razão do prejuízo apurado no ano de 2021, não houve montante destinado às reservas. Por conseguinte, o resultado apurado no exercício corrente foi parcialmente absorvido pelo saldo das reservas de retenção de lucros e reserva legal.

NOTA 13 - CONCILIAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada nas demonstrações dos resultados.

	2021	2020
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
ENGIE Comercializadora Varejista de Energia Ltda. ("ECV")	14.241	13.466
	14.241	13.466

DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL

PIS e Cofins	(520)	(1.245)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	13.721	12.221

NOTA 14 - CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS, NO RESULTADO

No exercício de 2020 a Companhia apurou os impostos sobre o lucro pelo regime de lucro real, entretanto, a partir de 01.01.2021 optou pelo regime de tributação do lucro presumido.

Por este motivo, não é possível conciliar os tributos, no resultado, de maneira comparativa:

EÓLICA UMBURANAS 15 S.A.
CNPJ nº 20.168.124/0001-98 | NIRE nº 42.3.0004894-1

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

do crescimento econômico e alta inflação – uma constante observada no Brasil e no mundo. O Produto Interno Bruto (PIB) teve crescimento de 4,6%. A alta compensa o decréscimo de 4,1% observado em 2020.

A atividade econômica brasileira iniciou uma recuperação, ainda que ligeiramente abaixo da esperada. A inflação elevada, com pior resultado desde 2015, gerou impacto sobre o crescimento, com a deterioração do poder de compra das famílias. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) apresentou variação de 10,1%, enquanto o Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC) registrou, no acumulado do ano, 10,2%.

As incertezas trazidas pela pandemia e seus dobramentos também influenciaram o mercado financeiro. A taxa básica de juros (Selic) atingiu 9,2%, alta de 7,2 p.p. no ano, enquanto o dólar (Ptax) bateu a marca de R\$ 5,58 – a moeda americana estava cotada em R\$ 5,19 ao fim de 2020.

4. Desempenho Operacional
Em 2021, a geração total bruta da Eólica Umbranas 15 alcançou 88,0 GWh, desempenho 8,3% superior aos 81,3 GWh observados em 2020. O índice de disponibilidade, considerando-se todas as paradas programadas, atingido em 2021 foi de 95,7%, 5,1 p.p. maior que o observado em 2020, de 90,6%.

5. Desempenho Econômico-Financeiro
a) Principais indicadores (expressos em milhares de reais)

Indicadores de resultado	2021	2020	Var. (R\$)	Var. (%)
Receita operacional líquida	14.214	12.660	1.554	12,3
Lucro bruto	7.772	7.463	309	4,1
Margem bruta	54,7%	58,9%		(4,2 p.p.)
Resultado do serviço (Ebit)	7.677	7.339	338	4,6
Ebitda (Lajida) ¹	10.969	10.664	305	2,9
Margem Ebitda (Lajida)	77,2%	84,2%		(7 p.p.)
Resultado financeiro	(10.194)	(5.953)	(4.241)	71,2
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(3.100)	1.386	(4.486)	(323,7)

¹ Ebitda (Lajida): (prejuízo) lucro líquido + imposto de renda e contribuição social + resultado financeiro + depreciação e amortização

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINSOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	Nota	31.12.2021	31.12.2020
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	13	14.214	12.660
Custos da energia vendida			
Depreciação e amortização	7/11	(3.292)	(3.325)
Serviços de terceiros		(1.761)	(697)
Encargos de uso da rede elétrica e conexão		(856)	(724)
Outros		(533)	(451)
		(6.442)	(5.197)
		7.772	7.463

	Nota	31.12.2021	31.12.2020
LUCRO BRUTO			
Despesas operacionais			
Despesas com vendas, gerais e administrativas		(95)	(124)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		7.677	7.339

	Nota	31.12.2021	31.12.2020
RESULTADO FINANCEIRO			
Renda de aplicações financeiras		367	76
Renda de depósitos vinculados ao serviço da dívida		82	31
Juros e variação monetária sobre financiamento	10	(10.008)	(5.580)
Juros e variação monetária sobre provisão para desmobilização	7	(474)	(215)
Juros sobre arrendamentos	11	(116)	(222)
Outras despesas financeiras, líquidas		(45)	(43)
		(10.194)	(5.953)

	Nota	31.12.2021	31.12.2020
(PREJUÍZO) LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		(2.517)	1.386
Imposto de renda e contribuição social correntes	14		
Imposto de renda		(383)	-
Contribuição social		(200)	-
		(583)	-
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(3.100)	1.386

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINSOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	Nota	31.12.2021	31.12.2020
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(3.100)	1.386
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		(3.100)	1.386

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Eólica Umbranas 15 S.A. ("Companhia"), com sede no município Florianópolis, estado de Santa Catarina (SC), foi constituída em 03.02.2014, com prazo de duração indeterminado. A Companhia tem como objeto social a implantação e exploração de usina geradora de energia elétrica de fonte eólica e implantação do sistema de transmissão de interesse restrito, podendo negociar créditos de carbono decorrentes de suas atividades e constituir consórcios para consecução do seu objeto social.

A Companhia detém autorização para explorar a Eólica Umbranas 15 ("Usina"), a qual está localizada nos municípios de Sento Sé e Umbranas (BA) e possui capacidade instalada de 20,0 MW¹ e garantia física de 11,3 MW médios. Em 06.04.2019, a Aneel autorizou o início da operação comercial da Usina.

Adicionalmente, a Companhia é parte do Consórcio Umbranas, com participação de 5,56%. O Consórcio Umbranas é responsável pela operação, manutenção e exploração da subestação e parte da linha de transmissão utilizada pela Companhia em suas operações.

A Companhia não possui colaboradores e os seus administradores renunciaram ao direito de receber qualquer remuneração. A administração da Companhia é conduzida pela controladora indireta, ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia"), que cobra pela prestação de serviços e solicita reembolso das despesas incorridas com pessoal diretamente dedicado às atividades da usina.

Os anos de 2020 e 2021 foram marcados pelos efeitos da pandemia da Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus, que impactou, e continua impactando, a economia mundial. Em decorrência disto, foram tomadas medidas restritivas no sentido de determinar o distanciamento social e o fechamento de estabelecimentos comerciais, além da paralisação da indústria. As restrições impostas pelo isolamento social trouxeram efeitos importantes na atividade de diversos setores, na renda das famílias e nos investimentos no país. Na medida em que a situação da pandemia foi melhorando e, com isso, as restrições às atividades econômicas gradativamente reduzidas, houve evolução em diferentes regiões e segmentos de negócios. Em 2021 e 2020, a Companhia não apurou impactos significativos decorrentes da pandemia em suas demonstrações contábeis.

¹ As informações não financeiras contidas nessas demonstrações contábeis como MW, MW médio, potência instalada, entre outros, não são auditadas pelos auditores independentes.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base na continuidade operacional e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), sendo utilizado o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, e o real como moeda funcional.

Essas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis ora apresentadas foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 25.04.2022.

a) Continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

As principais bases de julgamento utilizadas para tal conclusão são: (i) principais atividades decorrentes de autorização de longo prazo; (ii) patrimônio líquido expressivo; (iii) forte geração de caixa operacional, inclusive com capacidade financeira para quitação de compromissos assumidos junto a instituições financeiras; e (iv) série histórica de lucros nos últimos exercícios sociais.

NOTA 3 - SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Instrumentos financeiros

a.1) Caixa e equivalentes de caixa

São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao valor justo na data das demonstrações contábeis. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

a.2) Contas a receber de clientes

São reconhecidas quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, ou seja, se fizer necessário apenas o transcorrer do tempo para sua ocorrência. São regis-

tradas inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado.

a.3) Depósitos vinculados ao serviço da dívida
São mantidos para atendimento às exigências legais e contratuais. São contabilizados inicialmente pelo valor depositado e, posteriormente, pelo custo amortizado.

a.4) Financiamento
São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e, posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva.

b) Imobilizado
É registrado ao custo de aquisição ou construção. Os juros e os demais encargos financeiros do financiamento, durante o período de construção, foram computados como custo do respectivo imobilizado. O valor presente do custo esperado para desmobilização de um ativo após seu uso, quando aplicável, é incluído no custo do respectivo ativo. Os custos dos ativos imobilizados são deduzidos da depreciação acumulada, a qual é calculada pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas dos bens.

c) Avaliação do valor de recuperação do imobilizado – Impairment

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, os bens do ativo imobilizado com a finalidade de identificar evidências que possam levar a perdas de valores não recuperáveis das respectivas unidades geradoras de caixa, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa provisão para perda (*impairment*) é reconhecida no resultado do exercício.

d) Direito de uso de arrendamentos
Os direitos de uso de arrendamentos, inicialmente, compreendem o passivo de arrendamento acrescido dos pagamentos antecipados. Esses ativos são depreciados com base na vigência dos contratos de arrendamento e avaliados no que se refere a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Adicionalmente, são ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

e) Arrendamentos a pagar
Os arrendamentos a pagar são inicialmente mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos futuros, descontado pela taxa incremental de financiamento. Posteriormente, o passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva e remensurado (com correspondente ajuste no direto de uso relacionado) quando há alteração nos pagamentos futuros motivada por atualizações monetárias ou alteração nas taxas de desconto. Adicionalmente, a Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamentos de curto prazo, ou seja, arrendamentos de ativos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início, e de ativos de baixo valor individual, os quais são reconhecidos como despesa ao longo do prazo do arrendamento.

f) Provisão para desmobilização
Os custos de desmobilização da Usina são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para cumprir a obrigação, utilizando fluxos de caixa esperados, com base na melhor estimativa na data de reporte, e são reconhecidos em contrapartida dos custos do correspondente ativo. A atualização financeira da provisão é reconhecida na demonstração do resultado conforme incorrida. A provisão é revisada anualmente e quaisquer ajustes de estimativa são efetuados em contrapartida do custo do ativo.

g) Dividendos
Os dividendos são calculados a partir do lucro líquido do exercício, e são reconhecidos como passivo quando da sua aprovação pela Diretoria Executiva, ou mediante deliberação da Assembleia Geral, e podem ser classificados como intercalares, intermediários, dividendos adicionais propostos ou dividendos mínimos obrigatórios.

h) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes
Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição. As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridos.

i) Transações entre partes relacionadas
As transações entre partes relacionadas são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, e são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

j) Receita de contrato com cliente
A receita é mensurada com base na contraprestação precificada no contrato com o cliente, pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos incidentes sobre ela.

b) Principais indicadores (expressos em milhares de reais)

Receita operacional líquida: o aumento decorreu: (i) da atualização monetária dos contratos de venda de energia elétrica; e (ii) da alteração no regime de tributação da Companhia, que passou de Lucro Real em 2020 para Lucro Presumido em 2021, e em consequência disso, alterou também o PIS e COFINS, que passou do regime não cumulativo para o regime cumulativo.

Resultado financeiro: o aumento decorreu, principalmente, do efeito da variação monetária sobre os financiamentos, que são vinculados ao IPCA e acompanharam a volatilidade do índice no ano de 2021.

(Prejuízo) lucro líquido do exercício: redução motivada (i) pelo aumento significativo dos custos com contratos de O&M da usina; e (ii) pelos efeitos sobre o resultado financeiro citados anteriormente, os quais foram parcialmente atenuados pelo incremento das receitas no ano.

6. Direitos dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária tem direito de voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária; de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades Anônimas; de fiscalizar a administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

7. Serviços de Auditoria

A Companhia informa que os auditores independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, não prestaram serviços não relacionados à auditoria independente em 2021.

8. Agradecimentos

A Administração da Eólica Umbranas 15 agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e todos aqueles que contribuíram para o desempenho no ano de 2021. A Administração

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINSOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	Nota	Reservas de lucros			Total
		Ca-pital social	Re-serva legal	Pre-juízos acumu-lados	
Saldos em 31.12.2019		9.873	261	3.723	-
Aumento de capital	5.040	-	-	-	5.040
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.386	1.386
Destinações propostas à AGO:					
- Reserva legal		-	69	-	(69)
- Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(329)
- Reserva de retenção de lucros		-	-	988	(988)
Saldos em 31.12.2020	12	14.913	330	4.711	-
Aumento de capital		4.287	-	(4.287)	-
Prejuízo do exercício		-	-	-	(3.100)
Absorção do prejuízo do exercício		-	(330)	(424)	754
Saldos em 31.12.2021	12	19.200	-	-	(2.346)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO) PARA OS EXERCÍCIOS FINSOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	31.12.2021	31.12.2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes dos tributos		(2.517)
Juros e variação monetária sobre financiamento		10.008
Depreciação e amortização		3.292
Juros sobre arrendamentos a pagar		116
Outros		395
Resultado antes dos tributos ajustado	11.294	10.701
Redução (aumento) nos ativos		
Contas a receber de clientes		(72)
Outros ativos		10
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores		117
Outros		(17)
Caixa gerado nas operações	11.332	11.264
Pagamentos de juros sobre financiamento		(2.701)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(382)
Caixa líquido das atividades operacionais	8.249	8.298
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aplicação no imobilizado e no intangível		(23)
Caixa líquido das atividades de investimento	(23)	(5.471)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de financiamento		(4.044)
Depósitos vinculados ao serviço da dívida		(316)
Pagamento de arrendamentos		(121)
Aumento de capital		-
Dividendos pagos		(1.241)
Caixa líquido das atividades de financiamento	(4.481)	(1.956)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	3.745	871
Conciliação do caixa e equivalentes de caixa		
Saldo inicial		6.333
Saldo final		10.078
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	3.745	871

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

A receita é reconhecida conforme os contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida mensalmente, dado que o cliente simultaneamente recebe e consome os benefícios fornecidos pela Companhia, consequentemente, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento que a energia é efetivamente entregue ao cliente.

k) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados de acordo com as bases tributárias, considerando as normas e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações contábeis.

l) Operações controladas em conjunto

Os ativos, passivos, receitas e despesas relativas à participação no Consórcio Umbranas (entidade sem personalidade jurídica) são reconhecidos diretamente nas demonstrações contábeis da Companhia, não se fazendo necessário, portanto, nenhum procedimento de consolidação dessas operações.

m) Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas

Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações contábeis. Para apurar essas estimativas, a Administração utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando, ainda, pressupostos relativos a eventos futuros.

As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas relativas, principalmente, (i) à definição de vida útil do ativo imobilizado; (ii) ao teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração; (iii) à provisão para desmobilização da Usina; e (iv) à estimativa da taxa incremental de arrendamentos.

n) Novas normas, alterações e interpretações

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu revisões às normas existentes, aplicáveis a partir de 01.01.2021. A relação dessas revisões aplicáveis e adotadas pela Companhia e respectivos impactos é apresentada a seguir.

Revisão e Normas Impactadas

Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 17
Pronunciamentos Técnicos CPC 06 (R2) – Arrendamentos, CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidênciação e CPC 48 – Instrumentos financeiros.

Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 18
Pronunciamentos Técnicos CPC 06 (R2) - Arrendamentos - Benefícios relacionados à Covid-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento – prorrogação.

Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 17
Pronunciamentos Técnicos CPC 06 (R2) – Arrendamentos, CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidênciação e CPC 48 – Instrumentos financeiros.

Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 18
Pronunciamentos Técnicos CPC 06 (R2) - Arrendamentos - Benefícios relacionados à Covid-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento – prorrogação.

Revisão e Normas Impactadas

Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 17
Pronunciamentos Técnicos CPC 06 (R2) – Arrendamentos, CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidênciação e CPC 48 – Instrumentos financeiros.

Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 18
Pronunciamentos Técnicos CPC 06 (R2) - Arrendamentos - Benefícios relacionados à Covid-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento – prorrogação.

Revisão e Normas Impactadas

Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 17
Pronunciamentos Técnicos CPC 06 (R2) – Arrendamentos, CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidênciação e CPC 48 – Instrumentos financeiros.

Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 18
Pronunciamentos Técnicos CPC 06 (R2) - Arrendamentos - Benefícios relacionados à Covid-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento – prorrogação.

o) Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes
A partir de 01.01.2022, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia:

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação (Brasil)/ Status	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 19 CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, CPC 27 – Ativo imobilizado, CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade e CPC 48 – Instrumentos financeiros.	01.10.2021	01.01.2022	Sem impactos relevantes
Pronunciamento Técnico CPC nº 50 Este Pronunciamento vem substituir a norma atualmente vigente sobre Contratos de seguro (CPC 11).	07.05.2021	01.01.2023	Não aplicável à Companhia

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2021	31.12.2020
Caixa e depósitos bancários à vista	71	72
Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa	10.007	6.261
	10.078	6.333

A Companhia é participante do Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa de sua controladora indireta, ENGIE Brasil Energia, concentrando suas aplicações financeiras neste fundo. As operações realizadas pelo fundo possuem liquidez imediata, são remuneradas pela Selic e estão lastreadas em títulos públicos federais. A rentabilidade média do fundo nos anos de 2021 e 2020 foi de cerca de 99,0% e 98,7% do CDI (taxa referencial dos Certificados de Depósitos Interbancários), respectivamente.

NOTA 5 - CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Os valores a receber no montante de R\$ 1.287 (R\$ 1.215 em 31.12.2020) correspondem ao contrato firmado com a parte relacionada ENGIE Comercializadora Varejista de Energia Ltda. ("ECV"), com vencimento em 2036, sendo seu reajuste feito anualmente em janeiro do respectivo ano. Não havia valores vencidos em 31.12.2021 e 31.12.2020.

NOTA 6 - DEPÓSITOS VINCULADOS AO SERVIÇO DA DÍVIDA

Em 31.12.2021, a Companhia mantém R\$ 2.180 (R\$ 1.782 em 31.12.2020) relativos a garantias vinculadas ao contrato de financiamento. Essas garantias visam assegurar o pagamento dos serviços de dívida com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), bem como das despesas de operação e manutenção, e são constituídas pelo montante equivalente a 3 meses do serviço de dívida e das despesas contratuais de operação e de manutenção, respectivamente.

NOTA 7 - IMOBILIZADO

a) Composição

	31.12.2021		31.12.2020		Valor líquido
	Taxa média de depreciação	Depreciação acumulada	Valor líquido	Depreciação acumulada	
Em serviço					
Máquinas e equipamentos	3,7%	87.683 (9.016)	78.667	87.668 (5.810)	81.858
Edificações e benfeitorias	3,6%	1.521 (160)	1.361	1.523 (105)	1.418
		89.204 (9.176)	80.028	89.191 (5.915)	83.276
Em curso					
		9 -	9	2 -	2
		89.213 (9.176)	80.037	89.193 (5.915)	83.278

b) Mutação do ativo imobilizado

	Máquinas e equipamentos	Edificações e benfeitorias	Em curso	Total
Saldos em 31.12.2019	85.030	1.499	29	86.558
Ingressos	-	-	15	15
Reversão de provisão	-	-	(34)	(34)
Transferências	34	(26)	(8)	-
Depreciação	(3.206)	(55)	-	(3.261)
Saldos em 31.12.2020	81.858	1.418	2	83.278
Ingressos	-	-	20	20
Transferências	15	(2)	(13)	-
Depreciação	(3.206)	(55)	-	(3.261)
Saldos em 31.12.2021	78.667	1.361	9	80.037

c) Provisão para desmobilização

Em 2019, a Companhia reconheceu em seu imobilizado a provisão dos custos decorrentes da desmobilização de seu parque eólico, com base no valor presente dos fluxos de caixa esperados para o cumprimento da obrigação de retirada dos ativos e de restauração do local ao final do prazo de autorização. A taxa real de desconto utilizada para o cálculo do valor presente foi de 3,59%, baseado nas taxas de títulos públicos com vencimento similar ao do término das autorizações. O saldo da provisão para desmobilização registrada no passivo não circulante em 31.12.2021 era de R\$ 4.807 (R\$ 4.333 em 31.12.2020), a variação do saldo é decorrente dos juros e variação monetária de R\$ 474 registrados no resultado do exercício de 31.12.2021 (R\$ 215 em 31.12.2020).

d) Autorização do Órgão Regulador

A Companhia é detentora da autorização para exploração da Eólica Umburanas 15, com capacidade instalada de 20,0 MW, pelo prazo de 35 anos, a contar da data de 08.2014.

NOTA 8 - FORNECEDORES

	31.12.2021	31.12.2020
Fornecedores de imobilizado	391	394
Fornecedores de materiais e serviços	172	69
Encargos de uso da rede elétrica	81	67
	644	530

NOTA 9 - GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, segue integralmente as regras do Fórum de Gerenciamento de Riscos da ENGIE Brasil Energia, sua controladora indireta. Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um destes fatores de risco:

a) Risco de mercado

Esse risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros aplicadas aos seus passivos, resultando em efeitos em suas despesas financeiras. A Companhia está exposta às variações do IPCA, em decorrência do financiamento contratado.

A totalidade dos contratos de venda de energia em vigor possui cláusula de reajuste inflacionário, com a aplicação de IPCA, o que representa um *hedge* natural de longo prazo para o financiamento.

A seguir é apresentada análise de sensibilidade preparada pela Companhia. O cenário-base provável para o ano de 2022 foi definido por meio das premissas disponíveis no mercado (Fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil).

Risco de variação	Cenário		Sensibilidade	Administração
	2021	2022		
IPCA	10,1%	5,0%	-5,1 p.p.	1,3 p.p.

(*) Variações sobre o cenário provável de 2022.

A sensibilidade provável foi calculada com base nas variações entre os índices do ano de 2021 e os previstos no cenário provável para 2022, e demonstram os eventuais impactos adicionais no resultado da Companhia. As demais sensibilidades apresentadas foram apuradas com base (i) na variação de 25%; e (ii) nas estimativas da Administração sobre o cenário projetado, as quais correspondem a avaliação da Administração de alteração razoavelmente possível nas taxas de juros e índices flutuantes para 2022. As variações que poderão impactar o resultado e, consequentemente, o patrimônio líquido de 2022, em comparação com o ano de 2021, caso tais cenários se materializem, são estas:

Financiamento	Saldo em		Sensibilidade	
	31.12.2021	Provável	Δ + 25%	Administração
IPCA	71.213	3.601	(901)	550

b) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, buscando uma estrutura de capi-

tal e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida que proporcionem o retorno de capital aos seus investidores.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (financiamento, deduzido dos depósitos vinculados ao serviço da dívida e do caixa e equivalentes de caixa) e pelo patrimônio líquido. A relação da dívida líquida pelo patrimônio líquido foi esta:

	31.12.2021	31.12.2020
Dívida	71.213	67.950
(-) Depósitos vinculados ao serviço da dívida	(2.180)	(1.782)
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(10.078)	(6.333)
Dívida líquida	58.955	59.835
Patrimônio líquido	16.854	19.954
Endividamento líquido / Patrimônio líquido	3,5	3,0

c) Risco de crédito

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as vendas de energia e as aplicações financeiras.

Nas operações relacionadas à venda de energia, a Companhia mantém contrato com a ENGIE Comercializadora Varejista de Energia Ltda. ("ECV"), controlada da ENGIE Brasil Energia, mitigando assim o seu risco de crédito.

No que tange à aplicação no mercado financeiro, os recursos disponíveis da Companhia são alocados em um Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa, o qual tem como política a alocação de seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco. Em 31.12.2021, esse fundo possuía 100% de sua carteira em ativos com risco de crédito do Governo Brasileiro, todos com liquidez diária. De acordo com o planejamento financeiro da Companhia, os recursos desse fundo serão utilizados no curto prazo, reduzindo substancialmente o risco de quaisquer efeitos significativos nos seus rendimentos, em decorrência de eventual redução da taxa básica de juros da economia brasileira.

d) Risco de liquidez

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada anualmente com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

No demonstrativo a seguir apresenta-se o perfil previsto de liquidação dos principais passivos financeiros da Companhia registrados em 31.12.2021. Os valores foram determinados com base nos fluxos de caixa não descontados previstos, considerando a estimativa de amortização de principal e pagamento de juros futuros, quando aplicável. Para a dívida com juros pós-fixados o valor foi obtido com base na curva de juros do encerramento do exercício.

	Até 1 ano	De 2 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	644	-	-	-	644
Financiamento	6.892	13.289	12.618	62.004	94.803
	7.536	13.289	12.618	62.004	95.447

e) Categoria dos instrumentos financeiros

	31.12.2021	31.12.2020
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Aplicações financeiras	10.007	6.261
Custo amortizado		
Caixa e depósitos bancários à vista	71	72
Contas a receber de clientes	1.287	1.215
Depósitos vinculados ao serviço da dívida	2.180	1.782
	13.545	9.330

Passivos financeiros

	31.12.2021	31.12.2020
Custo amortizado		
Fornecedores	644	530
Financiamento	71.213	67.950
	71.857	68.480

As aplicações financeiras estão avaliadas pelos preços cotados em mercado ativo (Nível 1).

NOTA 10 - FINANCIAMENTO

a) Mutação do financiamento

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31.12.2019	3.723	65.078	68.801
Juros e V.M.	2.910	2.670	5.580
Transferências	3.683	(3.683)	-
Amortização do principal	(3.769)	-	(3.769)
Amortização de juros	(2.662)	-	(2.662)
Saldos em 31.12.2020	3.885	64.065	67.950
Juros e V.M.	3.217	6.791	10.008
Transferências	3.957	(3.957)	-
Amortização do principal	(4.044)	-	(4.044)
Amortização de juros	(2.701)	-	(2.701)
Saldos em 31.12.2021	4.314	66.899	71.213

b) Vencimentos do financiamento apresentado no passivo não circulante

Ano	Valor
2023	4.181
2024	4.181
2025	4.181
2026	4.181
2027	4.181
2028 a 2032	20.899
2033 a 2037	20.906
2038	4.189
	66.899

c) Condições contratadas

	Condições de pagamento	
	Encargos	Vencimento
BNDES	IPCA + 3,91% a.a.	12.2038
		Mensais

d) Garantias

As garantias são as seguintes: (i) penhor da totalidade das ações representativas ao capital social; (ii) cessão dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e venda de energia elétrica; (iii) contas reserva do serviço da dívida e reserva de O&M; (iv) cessão dos direitos emergentes da autorização; e (v) penhor das máquinas e equipamentos relativos ao Projeto.

e) Compromissos contratuais (covenants)

Os compromissos financeiros estabelecidos no financiamento estão sendo cumpridos pela Companhia e são apurados anualmente, conforme estabelecido nestes contratos.

NOTA 11 - OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO

A Companhia possui contrato de arrendamento do terreno no qual está instalado seu parque eólico, cuja vigência é até 2057.

a) Direito de uso de arrendamentos

A mutação do direito de uso de arrendamentos está apresentada a seguir:

	31.12.2021	31.12.2020
Saldo em 31.12.2019		2.575
Remensuração	(766)	(766)
Depreciação	(64)	(64)
Saldo em 31.12.2020		1.745
Remensuração	(905)	(905)
Depreciação	(31)	(31)
Saldo em 31.12.2021		809

b) Arrendamentos a pagar

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31.12.2019	267	2.335	2.602
Remensuração	(90)	(676)	(766)
Juros	222	-	222
Transferências	29	(29)	-
Amortizações	(235)	-	(235)
Saldos em 31.12.2020	193	1.630	1.823
Remensuração	-	(905)	(905)
Juros	116	-	116
Transferências	(87)	87	-
Amortizações	(121)	-	(121)
Saldos em 31.12.2021	101	812	913

Os arrendamentos a pagar foram mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos futuros. A taxa de desconto utilizada para cálculo do valor presente foi de 10,2% e representa a taxa incremental de financiamento.

c) Vencimentos dos arrendamentos a pagar apresentados no passivo não circulante

	31.12.2021
2023	78
2024	71
2025	64
2026	58
2027	53
2028 a 2032	199
2033 a 2037	123
2038 em diante	166
Arrendamentos a pagar	812

d) Pagamentos de arrendamentos de aluguéis variáveis

No exercício findo em 31.12.2021, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 46 (R\$ 4 em 31.12.2020), referente a custos relacionados ao pagamento de aluguéis variáveis.

NOTA 12 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia em 31.12.2021 era de R\$ 19.200 (R\$ 14.913 em 31.12.2020), representado por 19.199.803 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, das quais 19.199.802 pertencem à controladora Umburanas Participações S.A. e 1 pertence à controladora indireta ENGIE Brasil Energia.

Em 2021, os acionistas da Companhia aprovaram o aumento de capital no montante de R\$ 4.287, proveniente de saldos de anos anteriores retidos em reserva de lucros.

b) Reserva legal

Do lucro líquido do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social da Companhia. A referida reserva tem a finalidade de assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social.

c) Reserva de retenção de lucros

A reserva é constituída com base em orçamento de capital, com a finalidade de financiar os investimentos no parque gerador da Companhia.

Em razão do prejuízo apurado no ano de 2021, não houve montante destinado às reservas. Por conseguinte, o resultado apurado no exercício corrente foi parcialmente absorvido pelo saldo das reservas de retenção de lucros e reserva legal.

NOTA 13 - CONCILIAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada nas demonstrações dos resultados.

	2021	2020
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
ENGIE Comercializadora Varejista de Energia Ltda. ("ECV")	14.753	13.950
	14.753	13.950

DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL

PIS e Cofins	(539)	(1.290)
	14.214	12.660

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

NOTA 14 - CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS, NO RESULTADO

No exercício de 2020 a Companhia apurou os impostos sobre o lucro pelo regime de lucro real, entretanto, a partir de 01.01.2021 optou pelo regime de tributação do lucro presumido. Por este motivo, não é possível conciliar os tributos, no resultado, de maneira comparativa:

a) Lucro presumido

|--|

EÓLICA UMBURANAS 16 S.A.
CNPJ nº 20.168.152/0001-05 | NIRE nº 42.3.0004888-7

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da Eólica Umburanas 16 S.A. ("Umburanas 16" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31.12.2021. As informações estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

1. Perfil Institucional

A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) que detém autorização outorgada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para explorar a Eólica Umburanas 16, com potência instalada de 25,0 MW, garantia física de 16,1 MW médios, com início das operações comerciais em fevereiro de 2019 e energia comercializada no Ambiente de Contratação Livre (ACL). Umburanas 16 é uma das 18 Centrais Eólicas que compõem o Conjunto Eólico Umburanas – Fase I, com potência somada de 360,0 MW de capacidade instalada e 213,3 MW médios de energia assegurada, localizada nos municípios de Sento Sé e Umburanas, Estado da Bahia.

A Companhia não tem empregados e sua administração é realizada pela controladora indireta ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia"), que cobra os seus honorários mediante contrato de prestação de serviços e reembolso das despesas com o pessoal diretamente alocado na Eólica.

2. Controle Acionário

A totalidade do capital social da Companhia pertence à Umburanas Participações S.A., uma holding controlada pela ENGIE Brasil Energias Complementares Participações Ltda., que por sua vez, é uma controlada da ENGIE Brasil Energia S.A. Sediada em Florianópolis, a ENGIE Brasil Energia é uma plataforma de investimento em infraestrutura em energia, atuante nas atividades de geração, comercialização, trading e transmissão de energia elétrica. Atua ainda no segmento de transporte de gás, por meio de participação na Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG, em conjunto com outros sócios.

3. Ambiente Macroeconômico

O segundo ano da pandemia da Covid-19 foi, em linhas gerais, marcado pela recuperação

do crescimento econômico e alta inflação – uma constante observada no Brasil e no mundo. O Produto Interno Bruto (PIB) teve crescimento de 4,6%. A alta compensa o decréscimo de 4,1% observado em 2020.

A atividade econômica brasileira iniciou uma recuperação, ainda que ligeiramente abaixo da esperada. A inflação elevada, com pior resultado desde 2015, gerou impacto sobre o crescimento, com a deterioração do poder de compra das famílias. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) apresentou variação de 10,1%, enquanto o Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC) registrou, no acumulado do ano, 10,2%. As incertezas trazidas pela pandemia e seus desdobramentos também influenciaram o mercado financeiro. A taxa básica de juros (Selic) atingiu 9,2%, alta de 7,2 p.p. no ano, enquanto o dólar (Ptax) bateu a marca de R\$ 5,58 – a moeda americana estava cotada em R\$ 5,19 ao fim de 2020.

4. Desempenho Operacional

Em 2021, a geração total bruta da Eólica Umburanas 16 alcançou 119,6 GWh, desempenho 0,4% inferior ao obtido em 2020, de 120,1 GWh. O índice de disponibilidade, considerando-se todas as paradas programadas, atingido em 2021 foi de 88,2%, 6,8 p.p. menor que o observado em 2020, de 95,0%.

5. Desempenho Econômico-Financeiro

a) Principais indicadores (expressos em milhares de reais)

Indicadores de resultado	2021	2020	Var. (R\$)	Var. (%)
Receita operacional líquida	20.259	18.044	2.215	12,3
Lucro bruto	12.312	11.687	625	5,3
Margem bruta	60,8%	64,8%		(4 p.p.)
Resultado do serviço (Ebit)	12.216	11.563	653	5,6
Ebitda (Lajida) ¹	16.261	15.622	639	4,1
Margem Ebitda (Lajida)	80,3%	86,6%		(6,3 p.p.)
Resultado financeiro	(12.392)	(7.253)	(5.139)	70,9
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(1.045)	4.310	(5.355)	(124,2)

¹ Ebitda (Lajida): (prejuízo) lucro líquido + imposto de renda e contribuição social + resultado financeiro + depreciação e amortização

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	Nota	31.12.2021	31.12.2020
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	13	20.259	18.044

Custos da energia vendida			
Depreciação e amortização	7/11	(4.045)	(4.059)
Serviços de terceiros		(2.176)	(856)
Encargos de uso da rede elétrica e conexão		(1.071)	(904)
Outros		(655)	(538)
		(7.947)	(6.357)
		12.312	11.687

LUCRO BRUTO			
Despesas operacionais			
Despesas com vendas, gerais e administrativas			
		(96)	(124)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		12.216	11.563

RESULTADO FINANCEIRO			
Renda de aplicações financeiras		620	145
Renda de depósitos vinculados ao serviço da dívida		100	38
Juros e variação monetária sobre financiamento	10	(12.226)	(6.817)
Juros e variação monetária sobre provisão para desmobilização	7	(593)	(269)
Juros sobre arrendamentos	11	(247)	(286)
Outras despesas financeiras, líquidas		(46)	(64)
		(12.392)	(7.253)

(PREJUÍZO) LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO			
		(176)	4.310

Imposto de renda e contribuição social correntes			
Imposto de renda		(577)	-
Contribuição social		(292)	-
		(869)	-
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(1.045)	4.310

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)			
		31.12.2021	31.12.2020
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(1.045)	4.310
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		(1.045)	4.310

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)			
		31.12.2021	31.12.2020
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(1.045)	4.310
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		(1.045)	4.310

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Eólica Umburanas 16 S.A. ("Companhia"), com sede no município Florianópolis, estado de Santa Catarina (SC), foi constituída em 03.02.2014, com prazo de duração indeterminado. A Companhia tem como objeto social a implantação e exploração de usina geradora de energia elétrica de fonte eólica e implantação do sistema de transmissão de interesse restrito, podendo negociar créditos de carbono decorrentes de suas atividades e constituir consórcios para consecução do seu objeto social.

A Companhia detém autorização para explorar a Eólica Umburanas 16 ("Usina"), a qual está localizada nos municípios de Sento Sé e Umburanas (BA) e possui capacidade instalada de 25,0 MW¹ e garantia física de 16,1 MW médios. Em 06.02.2019, a Aneel autorizou o início da operação comercial da Usina.

Adicionalmente, a Companhia é parte do Consórcio Umburanas, com participação de 6,94%. O Consórcio Umburanas é responsável pela operação, manutenção e exploração da subestação e parte da linha de transmissão utilizada pela Companhia em suas operações.

A Companhia não possui colaboradores e os seus administradores renunciaram ao direito de receber qualquer remuneração. A administração da Companhia é conduzida pela controladora indireta, ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia"), que cobra pela prestação de serviços e solicita reembolso das despesas incorridas com pessoal diretamente dedicado às atividades da usina.

Os anos de 2020 e 2021 foram marcados pelos efeitos da pandemia da Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus, que impactou, e continua impactando, a economia mundial. Em decorrência disto, foram tomadas medidas restritivas no sentido de determinar o distanciamento social e o fechamento de estabelecimentos comerciais, além da paralisação da indústria. As restrições impostas pelo isolamento social trouxeram efeitos importantes na atividade de diversos setores, na renda das famílias e nos investimentos no país. Na medida em que a situação da pandemia foi melhorando e, com isso, as restrições às atividades econômicas gradativamente reduzidas, houve evolução em diferentes regiões e segmentos de negócios. Em 2021 e 2020, a Companhia não apurou impactos significativos decorrentes da pandemia em suas demonstrações contábeis.

¹ As informações não financeiras contidas nessas demonstrações contábeis como MW, MW médio, potência instalada, entre outros, não são auditadas pelos auditores independentes.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base na continuidade operacional e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), sendo utilizado o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, e o real como moeda funcional.

Essas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis ora apresentadas foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 25.04.2022.

a) Continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

As principais bases de julgamento utilizadas para tal conclusão são: (i) principais atividades decorrentes de autorização de longo prazo; (ii) patrimônio líquido expressivo; (iii) forte geração de caixa operacional, inclusive com capacidade financeira para quitação de compromissos assumidos junto a instituições financeiras; e (iv) série histórica de lucros nos últimos exercícios sociais.

NOTA 3 - SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Instrumentos financeiros

a.1) Caixa e equivalentes de caixa

São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao valor justo na data das demonstrações contábeis. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

a.2) Contas a receber de clientes

São reconhecidas quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional,

ou seja, se fizer necessário apenas o transcorrer do tempo para sua ocorrência. São registradas inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado.

a.3) Depósitos vinculados ao serviço da dívida

São mantidos para atendimento às exigências legais e contratuais. São contabilizados inicialmente pelo valor depositado e, posteriormente, pelo custo amortizado.

a.4) Financiamento

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e, posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva.

b) Imobilizado

É registrado ao custo de aquisição ou construção. Os juros e os demais encargos financeiros do financiamento, durante o período de construção, foram computados como custo do respectivo imobilizado. O valor presente do custo esperado para desmobilização de um ativo após seu uso, quando aplicável, é incluído no custo do respectivo ativo. Os custos dos ativos imobilizados são deduzidos da depreciação acumulada, a qual é calculada pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas dos bens.

c) Avaliação do valor de recuperação do imobilizado – Impairment

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, os bens do ativo imobilizado com a finalidade de identificar evidências que possam levar a perdas de valores não recuperáveis das respectivas unidades geradoras de caixa, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa provisão para perda (impairment) é reconhecida no resultado do exercício.

d) Direito de uso de arrendamentos

Os direitos de uso de arrendamentos, inicialmente, compreendem o passivo de arrendamento acrescido dos pagamentos antecipados. Esses ativos são depreciados com base na vigência dos contratos de arrendamento e avaliados no que se refere a perda por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável. Adicionalmente, são ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

e) Arrendamentos a pagar

Os arrendamentos a pagar são inicialmente mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos futuros, descontado pela taxa incremental de financiamento. Posteriormente, o passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva e remensurado (com correspondente ajuste no direto de uso relacionado) quando há alteração nos pagamentos futuros motivada por atualizações monetárias ou alteração nas taxas de desconto. Adicionalmente, a Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamentos de curto prazo, ou seja, arrendamentos de ativos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início, e de ativos de baixo valor individual, os quais são reconhecidos como despesa ao longo do prazo do arrendamento.

f) Provisão para desmobilização

Os custos de desmobilização da Usina são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para cumprir a obrigação, utilizando fluxos de caixa esperados, com base na melhor estimativa na data de reporte, e são reconhecidos em contrapartida dos custos do correspondente ativo. A atualização financeira da provisão é reconhecida na demonstração do resultado conforme incorrida. A provisão é revisada anualmente e quaisquer ajustes de estimativa são efetuados em contrapartida do custo do ativo.

g) Dividendos

Os dividendos são calculados a partir do lucro líquido do exercício, e são reconhecidos como passivo quando da sua aprovação pela Diretoria Executiva, ou mediante deliberação da Assembleia Geral, e podem ser classificados como intercalares, intermediários, dividendos adicionais propostos ou dividendos mínimos obrigatórios.

h) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição. Os demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridos.

i) Transações entre partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, e são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

j) Receita de contrato com cliente

A receita é mensurada com base na contraprestação precificada no contrato com o cliente, pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos incidentes

b) Principais indicadores (expressos em milhares de reais)

Receita operacional líquida: o aumento decorreu: (i) da atualização monetária dos contratos de venda de energia elétrica; e (ii) da alteração no regime de tributação da Companhia, que passou de Lucro Real em 2020 para Lucro Presumido em 2021, e em consequência disso, alterou também o PIS e COFINS, que passou do regime não cumulativo para o regime cumulativo.

Resultado financeiro: o aumento decorreu, principalmente, do efeito da variação monetária sobre os financiamentos, que são vinculados ao IPCA e acompanharam a volatilidade do índice no ano de 2021.

(Prejuízo) lucro líquido do exercício: redução motivada (i) pelo aumento significativo dos custos com contratos de O&M da usina; e (ii) pelos efeitos sobre o resultado financeiro citados anteriormente, os quais foram parcialmente atenuados pelo incremento das receitas no ano.

6. Direitos dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária tem direito de voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária; de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades Anônimas; de fiscalizar a administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

7. Serviços de Auditoria

A Companhia informa que os auditores independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, não prestaram serviços não relacionados à auditoria independente em 2021.

8. Agradecimentos

A Administração da Eólica Umburanas 16 agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e todos aqueles que contribuíram para o desempenho no ano de 2021.

A Administração

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	Nota	Reservas de lucros			Total
		Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	
Saldos em 31.12.2019		12.209	469	6.689	-

Aumento de capital		3.867	-	-	3.867
Lucro líquido do exercício		-	-	-	4.310
Destinações propostas à AGO:					
- Reserva legal		-	215	-	(215)
- Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(1.024)
- Reserva de retenção de lucros		-	-	3.071	(3.071)
Saldos em 31.12.2020	12	16.076	684	9.760	-

Aumento de capital		7.378	-	-	(7.378)
Prejuízo do exercício		-	-	-	(1.045)
Absorção do prejuízo do exercício		-	-	(1.045)	1.045
Saldos em 31.12.2021	12	23.454	684	1.337	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO) PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	31.12.2021	31.12.2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		

Resultado antes dos tributos

Conciliação do resultado com o caixa das operações

Juros e variação monetária sobre financiamento

Depreciação e amortização

Juros sobre arrendamentos a pagar

Outros

Resultado antes dos tributos ajustado

Redução (aumento) nos ativos

Contas a receber de clientes

Outros ativos

Aumento (redução) nos passivos

Fornecedores

Outros

Caixa gerado nas operações

Pagamentos de juros sobre financiamento

Pagamento de imposto de renda e contribuição social

Caixa líquido das atividades operacionais

Fluxo de caixa das atividades de investimento

Aplicação no imobilizado e no intangível

Caixa líquido das atividades de investimento

Fluxo de caixa das atividades de financiamento

Pagamento de financiamento

Depósitos vinculados ao serviço da dívida

Pagamento de arrendamentos

Aumento de capital

Dividendos pagos

Caixa líquido das atividades de financiamento

Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa

Conciliação do caixa e equivalentes de caixa

Saldo inicial

Saldo final

Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa

As notas explicativas são parte

o) Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes

A partir de 01.01.2022, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia:

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação (Brasil)/ Status	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 19 CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, CPC 27 – Ativo imobilizado, CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade e CPC 48 – Instrumentos financeiros.	01.10.2021	01.01.2022	Sem impactos relevantes
Pronunciamento Técnico CPC nº 50 Este Pronunciamento vem substituir a norma atualmente vigente sobre Contratos de seguro (CPC 11).	07.05.2021	01.01.2023	Não aplicável à Companhia

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2021	31.12.2020
Caixa e depósitos bancários à vista	76	167
Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa	17.265	9.827
	17.341	9.994

A Companhia é participante do Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa de sua controladora indireta, ENGIE Brasil Energia, concentrando suas aplicações financeiras neste fundo. As operações realizadas pelo fundo possuem liquidez imediata, são remuneradas pela Selic e estão lastreadas em títulos públicos federais. A rentabilidade média do fundo nos anos de 2021 e 2020 foi de cerca de 99,0% e 98,7% do CDI (taxa referencial dos Certificados de Depósitos Interbancários), respectivamente.

NOTA 5 - CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Os valores a receber no montante de R\$ 1.834 (R\$ 1.732 em 31.12.2020) correspondem ao contrato firmado com a parte relacionada ENGIE Comercializadora Varejista de Energia Ltda. ("ECV"), com vencimento em 2036, sendo seu reajuste feito anualmente em janeiro do respectivo ano. Não havia valores vencidos em 31.12.2021 e 31.12.2020.

NOTA 6 - DEPÓSITOS VINCULADOS AO SERVIÇO DA DÍVIDA

Em 31.12.2021, a Companhia mantém R\$ 2.673 (R\$ 2.180 em 31.12.2020) relativos a garantias vinculadas ao contrato de financiamento. Essas garantias visam assegurar o pagamento dos serviços de dívida com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), bem como das despesas de operação e manutenção, e são constituídas pelo montante equivalente a 3 meses do serviço da dívida e das despesas contratuais de operação e de manutenção, respectivamente.

NOTA 7 - IMOBILIZADO

a) Composição

	31.12.2021		31.12.2020	
	Depreciação acumulada	Valor líquido	Depreciação acumulada	Valor líquido
Em serviço				
Máquinas e equipamentos	3,7%	106.685 (11.309)	95.376 (7.398)	99.268
Edificações e benfeitorias	3,6%	1.820 (198)	1.622 (131)	1.692
		108.505 (11.507)	96.998 (7.529)	100.960
Em curso		12	3	3
		108.517 (11.507)	97.010 (7.529)	100.963

b) Mutação do ativo imobilizado

	Máquinas e equipamentos	Edificações e benfeitorias	Em curso	Total
Saldos em 31.12.2019	103.136	1.791	37	104.964
Ingressos	-	-	18	18
Reversão de provisão	-	-	(43)	(43)
Transferências	42	(33)	(9)	-
Depreciação	(3.910)	(66)	-	(3.976)
Saldos em 31.12.2020	99.268	1.692	3	100.963
Ingressos	-	-	25	25
Transferências	19	(3)	(16)	-
Depreciação	(3.911)	(67)	-	(3.978)
Saldos em 31.12.2021	95.376	1.622	12	97.010

c) Provisão para desmobilização

Em 2019, a Companhia reconheceu em seu imobilizado a provisão dos custos decorrentes da desmobilização de seu parque eólico, com base no valor presente dos fluxos de caixa esperados para o cumprimento da obrigação de retirada dos ativos e de restauração do local ao final do prazo de autorização. A taxa real de desconto utilizada para o cálculo do valor presente foi de 3,59%, baseado nas taxas de títulos públicos com vencimento similar ao do término das autorizações. O saldo da provisão para desmobilização registrada no passivo não circulante em 31.12.2021 era de R\$ 6.009 (R\$ 5.416 em 31.12.2020), a variação do saldo é decorrente dos juros e variação monetária de R\$ 593 registrados no resultado do exercício de 31.12.2021 (R\$ 269 em 31.12.2020).

d) Autorização do Órgão Regulador

A Companhia é detentora da autorização para exploração da Eólica Umburanas 16, com capacidade instalada de 25,0 MW, pelo prazo de 35 anos, a contar da data de 08.2014.

NOTA 8 - FORNECEDORES

	31.12.2021	31.12.2020
Fornecedores de imobilizado	634	551
Fornecedores de materiais e serviços	65	22
Encargos de uso da rede elétrica	101	83
	800	656

NOTA 9 - GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, segue integralmente as regras do Fórum de Gerenciamento de Riscos da ENGIE Brasil Energia, sua controladora indireta. Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um destes fatores de risco:

a) Risco de mercado

Esse risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros aplicadas aos seus passivos, resultando em efeitos em suas despesas financeiras. A Companhia está exposta às variações do IPCA, em decorrência do financiamento contratado.

A totalidade dos contratos de venda de energia em vigor possui cláusula de reajuste inflacionário, com a aplicação de IPCA, o que representa um *hedge* natural de longo prazo para o financiamento.

A seguir é apresentada análise de sensibilidade preparada pela Companhia. O cenário-base provável para o ano de 2022 foi definido por meio das premissas disponíveis no mercado (Fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil).

Risco de variação	Cenário Provável		Sensibilidade	
	2021	2022	Provável	Δ + 25% (*)
IPCA	10,1%	5,0%	-5,1 p.p.	1,3 p.p.
				-0,8 p.p.

(*) Variações sobre o cenário provável de 2022.

A sensibilidade provável foi calculada com base nas variações entre os índices do ano de 2021 e os previstos no cenário provável para 2022, e demonstram os eventuais impactos adicionais no resultado da Companhia. As demais sensibilidades apresentadas foram apuradas com base (i) na variação de 25%; e (ii) nas estimativas da Administração sobre o cenário projetado, as quais correspondem a avaliação da Administração de alterações razoavelmente possíveis nas taxas de juros e índices flutuantes para 2022. As variações que poderão impactar o resultado e, consequentemente, o patrimônio líquido de 2022, em comparação com o ano de 2021, caso tais cenários se materializem, são estas:

Financiamento	Saldo em		Sensibilidade	
	31.12.2021	Provável	Δ + 25%	Administração
IPCA	86.993	4.399	(1.100)	672

b) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, buscando uma estrutura de capi-

tal e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida que proporcionem o retorno de capital aos seus investidores.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (financiamento, deduzido dos depósitos vinculados ao serviço da dívida e do caixa e equivalentes de caixa) e pelo patrimônio líquido. A relação da dívida líquida pelo patrimônio líquido foi esta:

	31.12.2021	31.12.2020
Dívida	86.993	83.007
(-) Depósitos vinculados ao serviço da dívida	(2.673)	(2.180)
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(17.341)	(9.994)
Dívida líquida	66.979	70.833
Patrimônio líquido	25.475	26.520
Endividamento líquido / Patrimônio líquido	2,6	2,7

c) Risco de crédito

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as vendas de energia e as aplicações financeiras.

Nas operações relacionadas à venda de energia, a Companhia mantém contrato com a ENGIE Comercializadora Varejista de Energia Ltda. ("ECV"), controlada pela ENGIE Brasil Energia, mitigando assim o seu risco de crédito.

No que tange à aplicação no mercado financeiro, os recursos disponíveis da Companhia são alocados em um Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa, o qual tem como política a alocação de seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco. Em 31.12.2021, esse fundo possuía 100% de sua carteira em ativos com risco de crédito do Governo Brasileiro, todos com liquidez diária. De acordo com o planejamento financeiro da Companhia, os recursos desse fundo serão utilizados no curto prazo, reduzindo substancialmente o risco de quaisquer efeitos significativos nos seus rendimentos, em decorrência de eventual redução da taxa básica de juros da economia brasileira.

d) Risco de liquidez

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada anualmente com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

No demonstrativo a seguir apresenta-se o perfil previsto de liquidação dos principais passivos financeiros da Companhia registrados em 31.12.2021. Os valores foram determinados com base nos fluxos de caixa não descontados previstos, considerando a estimativa de amortização de principal e pagamento de juros futuros, quando aplicável. Para a dívida com juros pós-fixados o valor foi obtido com base na curva de juros do encerramento do exercício.

	Até 1 ano	De 2 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	800	-	-	-	800
Financiamento	8.419	16.234	15.414	75.744	115.811
	9.219	16.234	15.414	75.744	116.611

e) Categoria dos instrumentos financeiros

	31.12.2021	31.12.2020
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Aplicações financeiras	17.265	9.827
Custo amortizado		
Caixa e depósitos bancários à vista	76	167
Contas a receber de clientes	1.834	1.732
Depósitos vinculados ao serviço da dívida	2.673	2.180
	21.848	13.906

Passivos financeiros

	31.12.2021	31.12.2020
Custo amortizado		
Fornecedores	800	656
Financiamento	86.993	83.007
	87.793	83.663

As aplicações financeiras estão avaliadas pelos preços cotados em mercado ativo (Nível 1).

NOTA 10 - FINANCIAMENTO

a) Mutação do financiamento

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31.12.2019	4.549	79.498	84.047
Juros e V.M.	3.555	3.262	6.817
Transferências	4.499	(4.499)	-
Amortização do principal	(4.605)	-	(4.605)
Amortização de juros	(3.252)	(3.252)	(6.504)
Saldos em 31.12.2020	4.746	78.261	83.007
Juros e V.M.	3.930	8.296	12.226
Transferências	4.834	(4.834)	-
Amortização do principal	(4.941)	-	(4.941)
Amortização de juros	(3.299)	(3.299)	(6.598)
Saldos em 31.12.2021	5.270	81.723	86.993

b) Vencimentos do financiamento apresentado no passivo não circulante

Ano	Valor
2023	5.108
2024	5.108
2025	5.108
2026	5.108
2027	5.108
2028 a 2032	25.530
2033 a 2037	25.539
2038	5.114
	81.723

c) Condições contratadas

	Condições de pagamento	
	Encargos	Vencimento
BNDES	IPCA + 3,91% a.a.	12.2038
		Principal e encargos Mensais

d) Garantias

As garantias são as seguintes: (i) penhor da totalidade das ações representativas ao capital social; (ii) cessão dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e venda de energia elétrica; (iii) contas reserva do serviço da dívida e reserva de O&M; (iv) cessão dos direitos emergentes da autorização; e (v) penhor das máquinas e equipamentos relativas ao Projeto.

e) Compromissos contratuais (covenants)

Os compromissos financeiros estabelecidos no financiamento estão sendo cumpridos pela Companhia e são apurados anualmente, conforme estabelecido nestes contratos.

NOTA 11 - OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO

A Companhia possui contrato de arrendamento do terreno no qual está instalado seu parque eólico, cuja vigência é até 2057.

a) Direito de uso de arrendamentos

A mutação do direito de uso de arrendamentos está apresentada a seguir:

	31.12.2021	31.12.2020
Saldo em 31.12.2019		3.219
Remensuração	(451)	(451)
Depreciação	(83)	(83)
Saldo em 31.12.2020		2.685
Remensuração	(7)	(7)
Depreciação	(67)	(67)
Saldo em 31.12.2021		2.611

b) Arrendamentos a pagar

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31.12.2019	333	2.919	3.252
Remensuração	(62)	(389)	(451)
Juros	286	-	286
Transferências	31	(31)	-
Amortizações	(299)	-	(299)
Saldos em 31.12.2020	289	2.499	2.788
Remensuração	-	(7)	(7)
Juros	247	-	247
Transferências	1	(1)	-
Amortizações	(251)	-	(251)
Saldos em 31.12.2021	286	2.491	2.777

Os arrendamentos a pagar foram mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos futuros. A taxa de desconto utilizada para cálculo do valor presente foi de 10,2% e representa a taxa incremental de financiamento.

c) Vencimentos dos arrendamentos a pagar apresentados no passivo não circulante

	31.12.2021
2023	239
2024	217
2025	197
2026	178
2027	162
2028 a 2032	611
2033 a 2037	376
2038 em diante	511
Arrendamentos a pagar	2.491

d) Pagamentos de arrendamentos de aluguéis variáveis

No exercício findo em 31.12.2021, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 58 (R\$ 1 em 31.12.2020), referente a custos relacionados ao pagamento de aluguéis variáveis.

NOTA 12 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia em 31.12.2021 era de R\$ 23.454 (R\$ 16.076 em 31.12.2020), representado por 23.454.305 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, das quais 23.454.304 pertencem à controladora Umburanas Participações S.A. e 1 pertence à controladora indireta ENGIE Brasil Energia.

Em 2021, os acionistas da Companhia aprovaram o aumento de capital no montante de R\$ 7.378, proveniente de saldos de anos anteriores retidos em reserva de lucros.

b) Reserva legal

Do lucro líquido do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social da Companhia. A referida reserva tem a finalidade de assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social.

c) Reserva de retenção de lucros

A reserva é constituída com base em orçamento de capital, com a finalidade de financiar os investimentos no parque gerador da Companhia.

Em razão do prejuízo apurado no ano de 2021, não houve montante destinado às reservas. Por conseguinte, o resultado apurado no exercício corrente foi integralmente absorvido pelo saldo das reservas de retenção de lucros e reserva legal.

NOTA 13 - CONCILIAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada nas demonstrações dos resultados.

	2021	2020
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
ENGIE Comercializadora Varejista de Energia Ltda. ("ECV")	21.027	19.883
	21.027	19.883

DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL

PIS e Cofins	(768)	(1.839)
	20.259	18.044

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

NOTA 14 - CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS, NO RESULTADO

No exercício de 2020 a Companhia apurou os impostos sobre o lucro pelo regime de lucro real, entretanto, a partir de 01.01.2021 optou pelo regime de tributação do lucro presumido. Por este motivo, não é possível conciliar os tributos, no resultado, de maneira comparativa:

a) Lucro presumido

	20	
--	----	--

EÓLICA UMBURANAS 17 S.A.

CNPJ nº 20.168.158/0001-82 I NIRE nº 42 3 0004897-6

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

do crescimento econômico e alta inflação – uma constante observada no Brasil e no mundo. O Produto Interno Bruto (PIB) teve crescimento de 4,6%. A alta compensa o decréscimo de 4,1% observado em 2020.

A atividade econômica brasileira iniciou uma recuperação, ainda que ligeiramente abaixo da esperada. A inflação elevada, com pior resultado desde 2015, gerou impacto sobre o crescimento, com a deterioração do poder de compra das famílias. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) apresentou variação de 10,1%, enquanto o Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC) registrou, no acumulado do ano, 10,2%.

As incertezas trazidas pela pandemia e seus desdobramentos também influenciaram o mercado financeiro. A taxa básica de juros (Selic) atingiu 9,2%, alta de 7,2 p.p. no ano, enquanto o dólar (Ptax) bateu a marca de R\$ 5,58 – a moeda americana estava cotada em R\$ 5,19 ao fim de 2020.

4. Desempenho Operacional

Em 2021, a geração total bruta da Eólica Umbranas 17 alcançou 114,5 GWh, desempenho 1,8% superior ao observado em 2020, de 112,5 GWh. O índice de disponibilidade, considerando-se todas as paradas programadas, atingido no ano em análise foi 96,8%, 1,3 p.p. abaixo do obtido em 2020, de 98,0%.

5. Desempenho Econômico-Financeiro

a) Principais indicadores (expressos em milhares de reais)

Indicadores de resultado	2021	2020	Var. (R\$)	Var. (%)
Receita operacional líquida	21.241	18.683	2.558	13,7
Lucro bruto	13.128	11.132	1.996	17,9
Margem bruta	61,8%	59,6%		2,2 p.p.
Resultado do serviço (Ebit)	13.021	10.997	2.024	18,4
Ebitda (Lajida)¹	16.756	14.778	1.978	13,4
Margem Ebitda (Lajida)	78,9%	79,1%		(0,2 p.p.)
Resultado financeiro	(11.174)	(6.709)	(4.465)	66,6
Lucro líquido do exercício	955	4.288	(3.333)	(77,7)

¹Ebitda (Lajida): lucro líquido + imposto de renda e contribuição social + resultado financeiro + depreciação e amortização

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS

	EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)		
	Nota	31.12.2021	31.12.2020
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	13	21.241	18.683
Custos da energia vendida			
Depreciação e amortização	7/11	(3.735)	(3.781)
Serviços de terceiros		(1.984)	(588)
Encargos de uso da rede elétrica e conexão		(1.111)	(938)
Custo de energia elétrica comprada para revenda e transações realizadas na CCEE		(638)	(1.744)
Outros		(645)	(500)
		(8.113)	(7.551)
		13.128	11.132
LUCRO BRUTO			
Despesas operacionais			
Despesas com vendas, gerais e administrativas		(107)	(135)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		13.021	10.997
Resultado financeiro			
Renda de aplicações financeiras		602	101
Renda de depósitos vinculados ao serviço da dívida		91	35
Juros e variação monetária sobre financiamento	10	(11.153)	(6.219)
Juros e variação monetária sobre provisão para desmobilização	7	(518)	(235)
Juros sobre arrendamentos	11	(157)	(282)
Outras despesas financeiras, líquidas		(39)	(109)
		(11.174)	(6.709)
		1.847	4.288
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO			
Imposto de renda e contribuição social correntes	14		
Imposto de renda		(591)	-
Contribuição social		(301)	-
		(892)	-
		955	4.288
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO			
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.			
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)			
		31.12.2021	31.12.2020
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		955	4.288
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		955	4.288

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Eólica Umbranas 17 S.A. ("Companhia"), com sede no município Florianópolis, estado de Santa Catarina (SC), foi constituída em 03.02.2014, com prazo de duração indeterminado. A Companhia tem como objeto social a implantação e exploração de usina geradora de energia elétrica de fonte eólica e implantação do sistema de transmissão de interesse restrito, podendo negociar créditos de carbono decorrentes de suas atividades e constituir consórcios para consecução do seu objeto social.

A Companhia detém autorização para explorar a Eólica Umbranas 17 ("Usina"), a qual está localizada nos municípios de Sento Sé e Umbranas (BA) e possui capacidade instalada de 22,5 MW e garantia física de 13,3 MW médios. Em 06.02.2019, a Aneel autorizou o início da operação comercial da Usina.

Adicionalmente, a Companhia é parte do Consórcio Umbranas, com participação de 6,25%. O Consórcio Umbranas é responsável pela operação, manutenção e exploração da subestação e parte da linha de transmissão utilizada pela Companhia em suas operações.

A Companhia não possui colaboradores e os seus administradores renunciaram ao direito de receber qualquer remuneração. A administração da Companhia é conduzida pela controladora indireta, ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia"), que cobra pela prestação de serviços e solicita reembolso das despesas incorridas com pessoal diretamente dedicado às atividades da usina.

Os anos de 2020 e 2021 foram marcados pelos efeitos da pandemia da Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus, que impactou, e continua impactando, a economia mundial. Em decorrência disto, foram tomadas medidas restritivas no sentido de determinar o distanciamento social e o fechamento de estabelecimentos comerciais, além da paralisação da indústria. As restrições impostas pelo isolamento social trouxeram efeitos importantes na atividade de diversos setores, na renda das famílias e nos investimentos no país. Na medida em que a situação da pandemia foi melhorando e, com isso, as restrições às atividades econômicas gradativamente reduzidas, houve evolução em diferentes regiões e segmentos de negócios. Em 2021 e 2020, a Companhia não apurou impactos significativos decorrentes da pandemia em suas demonstrações contábeis.

¹ As informações não financeiras contidas nessas demonstrações contábeis como MW, MW médio, potência instalada, entre outros, não são auditadas pelos auditores independentes.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base na continuidade operacional e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), sendo utilizado o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, e o real como moeda funcional.

Essas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis ora apresentadas foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 25.04.2022.

a) Continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

As principais bases de julgamento utilizadas para tal conclusão são: (i) principais atividades decorrentes de autorização de longo prazo; (ii) patrimônio líquido expressivo; (iii) forte geração de caixa operacional, inclusive com capacidade financeira para quitação de compromissos assumidos junto a instituições financeiras; e (iv) série histórica de lucros nos últimos exercícios sociais.

NOTA 3 - SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Instrumentos financeiros

a.1) Caixa e equivalentes de caixa

São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao valor justo na data das demonstrações contábeis. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

a.2) Contas a receber de clientes

São reconhecidas quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, ou seja, se fizer necessário apenas o transcorrer do tempo para sua ocorrência. São registradas inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente,

mensuradas pelo custo amortizado.

a.3) Depósitos vinculados ao serviço da dívida

São mantidos para atendimento às exigências legais e contratuais. São contabilizados inicialmente pelo valor depositado e, posteriormente, pelo custo amortizado.

a.4) Financiamento

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e, posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva.

b) Imobilizado

É registrado ao custo de aquisição ou construção. Os juros e os demais encargos financeiros do financiamento, durante o período de construção, foram computados como custo do respectivo imobilizado. O valor presente do custo esperado para desmobilização de um ativo após seu uso, quando aplicável, é incluído no custo do respectivo ativo. Os custos dos ativos imobilizados são deduzidos da depreciação acumulada, a qual é calculada pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas dos bens.

c) Avaliação do valor de recuperação do imobilizado – Impairment

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, os bens do ativo imobilizado com a finalidade de identificar evidências que possam levar a perdas de valores não recuperáveis das respectivas unidades geradoras de caixa, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa provisão para perda (impairment) é reconhecida no resultado do exercício.

d) Direito de uso de arrendamentos

Os direitos de uso de arrendamentos, inicialmente, compreendem o passivo de arrendamento acrescido dos pagamentos antecipados. Esses ativos são depreciados com base na vigência dos contratos de arrendamento e avaliados no que se refere a perda por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável. Adicionalmente, são ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

e) Arrendamentos a pagar

Os arrendamentos a pagar são inicialmente mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos futuros, descontado pela taxa incremental de financiamento. Posteriormente, o passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva e remensurado (com correspondente ajuste no direto de uso relacionado) quando há alteração nos pagamentos futuros motivada por atualizações monetárias ou alteração nas taxas de desconto. Adicionalmente, a Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamentos de curto prazo, ou seja, arrendamentos de ativos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início, e de ativos de baixo valor individual, os quais são reconhecidos como despesa ao longo do prazo do arrendamento.

f) Provisão para desmobilização

Os custos de desmobilização da Usina são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para cumprir a obrigação, utilizando fluxos de caixa esperados, com base na melhor estimativa na data de reporte, e são reconhecidos em contrapartida dos custos do correspondente ativo. A atualização financeira da provisão é reconhecida na demonstração do resultado conforme incorrida. A provisão é revisada anualmente e quaisquer ajustes de estimativa são efetuados em contrapartida do custo do ativo.

g) Dividendos

Os dividendos são calculados a partir do lucro líquido do exercício, e são reconhecidos como passivo quando da sua aprovação pela Diretoria Executiva, ou mediante deliberação da Assembleia Geral, e podem ser classificados como intercalares, intermediários, dividendos adicionais propostos ou dividendos mínimos obrigatórios.

h) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição. Os demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridos.

i) Transações entre partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, e são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

j) Receita de contrato com cliente

A receita é mensurada com base na contraprestação precificada no contrato com o cliente, pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos incidentes sobre ela.

A receita é reconhecida conforme os contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida mensalmente, dado que o cliente simultaneamente recebe e consome os bene-

b) Principais indicadores (expressos em milhares de reais)

Receita operacional líquida: o aumento decorreu: (i) da atualização monetária dos contratos de venda de energia elétrica; e (ii) da alteração no regime de tributação da Companhia, que passou de Lucro Real em 2020 para Lucro Presumido em 2021, e em consequência disso, alterou também o PIS e COFINS, que passou do regime não cumulativo para o regime cumulativo. Ambos foram parcialmente atenuados pelo incremento dos mecanismos de ressarcimento, que em 2021 foi superior ao registrado em 2020.

Resultado financeiro: o aumento decorreu, principalmente, do efeito da variação monetária sobre os financiamentos, que são vinculados ao IPCA e acompanharam a volatilidade do índice no ano de 2021.

Lucro líquido do exercício: Redução motivada, substancialmente, pelos efeitos sobre o resultado financeiro citados anteriormente, o qual foi parcialmente atenuado pelo incremento das receitas no ano.

6. Direitos dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária tem direito de voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária; de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades Anônimas; de fiscalizar a administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

7. Serviços de Auditoria

A Companhia informa que os auditores independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, não prestaram serviços não relacionados à auditoria independente em 2021.

8. Agradecimentos

A Administração da Eólica Umbranas 17 agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e todos aqueles que contribuíram para o desempenho no ano de 2021.

A Administração

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	Nota	Reservas de lucros			
		Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados
Saldos em 31.12.2019		11.405	432	6.159	17.996
Aumento de capital		3.202	-	-	3.202
Lucro líquido do exercício		-	-	-	4.288
Destinações propostas à AGO:					
- Reserva legal		-	214	-	(214)
- Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(1.019)
- Reserva de retenção de lucros		-	-	3.055	(3.055)
Saldos em 31.12.2020	12	14.607	646	9.214	24.467
Aumento de capital		6.788	-	(6.788)	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	955
Destinações propostas à AGO:					
- Reserva legal		-	48	-	(48)
- Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(226)
- Reserva de retenção de lucros		-	-	681	(681)
Saldos em 31.12.2021	12	21.395	694	3.107	25.196

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO) PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	31.12.2021	31.12.2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos tributos		1.847
Conciliação do lucro com o caixa das operações		
Juros e variação monetária sobre financiamento		11.153
Depreciação e amortização		3.735
Juros sobre arrendamentos a pagar		157
Outros		422
Resultado antes dos tributos ajustado	17.314	14.811
Redução (aumento) nos ativos		
Contas a receber de clientes		61
Outros ativos		(22)
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores		127
Ressarcimentos às distribuidoras		560
Outros		(66)
Caixa gerado nas operações	17.974	16.756
Pagamentos de juros sobre financiamento		(3.010)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(596)
Caixa líquido das atividades operacionais	14.368	12.500
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aplicação no imobilizado e no intangível		(50)
Caixa líquido das atividades de investimento	(50)	(6.433)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de financiamento		(4.507)
Depósitos vinculados ao serviço da dívida		(354)
Pagamento de arrendamentos		(151)
Aumento de capital		-
Dividendos pagos		-
Caixa líquido das atividades de financiamento	(5.012)	(5.304)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	9.306	765
Conciliação do caixa e equivalentes de caixa		
Saldo inicial		9.134
Saldo final		18.440
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	9.306	765

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

fícios fornecidos pela Companhia, consequentemente, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que a energia é efetivamente entregue ao cliente.

k) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados de acordo com as bases tributárias, considerando as normas e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações contábeis.

l) Operações controladas em conjunto

Os ativos, passivos, receitas e despesas relativas à participação no Consórcio Umbranas (entidade sem personalidade jurídica) são reconhecidos diretamente nas demonstrações contábeis da Companhia, não se fazendo necessário, portanto, nenhum procedimento de consolidação dessas operações.

m) Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas

Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações contábeis. Para apurar essas estimativas, a Administração utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando, ainda, pressupostos relativos a eventos futuros.

As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas relativas, principalmente, (i) à definição de vida útil do ativo imobilizado; (ii) ao teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração; (iii) à provisão para desmobilização da Usina; e (iv) à estimativa da taxa incremental de arrendamentos.

n) Novas normas, alterações e interpretações

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu revisões às normas existentes, aplicáveis a partir de 01.01.2021. A relação destas revisões aplicáveis e adotadas pela Companhia e respectivos impactos é apresentada a seguir:

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº17 Pronunciamentos Técnicos CPC 06 (R2) – Arrendamentos, CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidênciação e CPC 48 – Instrumentos financeiros.	11.02.2021	01.01.2021	Sem impactos relevantes
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 18 Pronunciamentos Técnicos CPC 06 (R2) – Arrendamentos - Benefícios relacionados à Covid-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento – prorrogação.	11.06.2021		Vigência estabelecida pelos órgãos reguladores que o aprovarem. Sem impactos relevantes

o) Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes

A partir de 01.01.2022, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia:

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação (Brasil)/ Status	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 19 CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, CPC 27 – Ativo imobilizado, CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade e CPC 48 – Instrumentos financeiros.	01.10.2021	01.01.2022	Sem impactos relevantes
Pronunciamento Técnico CPC nº 50 Este Pronunciamento vem substituir a norma atualmente vigente sobre Contratos de seguro (CPC 11).	07.05.2021	01.01.2023	Não aplicável à Companhia

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2021	31.12.2020
Caixa e depósitos bancários à vista	885	834
Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa	17.555	8.300
	18.440	9.134

A Companhia é participante do Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa de sua controladora indireta, ENGIE Brasil Energia, concentrando suas aplicações financeiras neste fundo. As operações realizadas pelo fundo possuem liquidez imediata, são remuneradas pela Selic e estão lastreadas em títulos públicos federais. A rentabilidade média do fundo nos anos de 2021 e 2020 foi de cerca de 99,0% e 98,7% do CDI (taxa referencial dos Certificados de Depósitos Interbancários), respectivamente.

NOTA 5 - CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	31.12.2021	31.12.2020
Distribuidoras	2.693	2.578
ENGIE Brasil Energia Comercializadora Ltda. ("EBC")	251	252
Transações realizadas na CCEE	53	228
	2.997	3.058

Em 31.12.2021, o montante de R\$ 9 estava vencido. Em 31.12.2020, não havia saldo vencido de contas a receber.

NOTA 6 - DEPÓSITOS VINCULADOS AO SERVIÇO DA DÍVIDA

Em 31.12.2021, a Companhia mantém R\$ 2.433 (R\$ 1.987 em 31.12.2020) relativos a garantias vinculadas ao contrato de financiamento. Essas garantias visam assegurar o pagamento dos serviços de dívida com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), bem como das despesas de operação e manutenção, e são constituídas pelo montante equivalente a 3 meses do serviço da dívida e das despesas contratuais de operação e de manutenção, respectivamente.

NOTA 7 - IMOBILIZADO

a) Composição

	31.12.2021			31.12.2020		
	Taxa média de depreciação	Depreciação acumulada	Valor líquido	Depreciação acumulada	Valor líquido	
Em serviço						
Máquinas e equipamentos	3,7%	98.525	(10.504)	88.021	98.509	(6.874)
Edificações e benfeitorias	3,6%	1.720	(186)	1.534	1.723	(123)
		100.245	(10.690)	89.555	100.232	(6.997)
Em curso		35	-	35	2	-
		100.280	(10.690)	89.590	100.234	(6.997)

b) Mutação do ativo imobilizado

	Máquinas e equipamentos	Edificações e benfeitorias	Em curso	Total
Saldos em 31.12.2019	95.226	1.693	33	96.952
Ingressos	-	-	16	16
Reversão de provisão	-	-	(39)	(39)
Transferências	38	(30)	(8)	-
Depreciação	(3.629)	(63)	-	(3.692)
Saldos em 31.12.2020	91.635	1.600	2	93.237
Ingressos	-	-	47	47
Transferências	17	(3)	(14)	-
Depreciação	(3.631)	(63)	-	(3.694)
Saldos em 31.12.2021	88.021	1.534	35	89.590

c) Provisão para desmobilização

Em 2019, a Companhia reconheceu em seu imobilizado a provisão dos custos decorrentes da desmobilização de seu parque edílico, com base no valor presente dos fluxos de caixa esperados para o cumprimento da obrigação de retirada dos ativos e de restauração do local ao final do prazo de autorização. A taxa real de desconto utilizada para o cálculo do valor presente foi de 3,59%, baseado nas taxas de títulos públicos com vencimento similar ao do término das autorizações. O saldo da provisão para desmobilização registrada no passivo não circulante em 31.12.2021 era de R\$ 5.253 (R\$ 4.735 em 31.12.2020), a variação do saldo é decorrente dos juros e variação monetária de R\$ 518 registrada no resultado do exercício de 31.12.2021 (R\$ 235 em 31.12.2020).

d) Autorização do Órgão Regulador

A Companhia é detentora da autorização para exploração da Eólica Umburanas 17, com capacidade instalada de 22,5 MW, pelo prazo de 35 anos, a contar da data de 07.2015.

NOTA 8 - FORNECEDORES

	31.12.2021	31.12.2020
Fornecedores de imobilizado	440	443
Fornecedores de materiais e serviços	196	78
Encargos de uso da rede elétrica	104	86
Energia elétrica comprada	25	34
	765	641

NOTA 9 - GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, segue integralmente as regras do Fórum de Gerenciamento de Riscos da ENGIE Brasil Energia, sua controladora indireta. Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um destes fatores de risco:

a) Risco de mercado

Esse risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros aplicadas aos seus passivos, resultando em efeitos em suas despesas financeiras. A Companhia está exposta às variações do IPCA, em decorrência do financiamento contratado.

A totalidade dos contratos de venda de energia em vigor possui cláusula de reajuste inflacionário, com a aplicação de IPCA, o que representa uma *hedge* natural de longo prazo para o financiamento.

A seguir é apresentada análise de sensibilidade preparada pela Companhia. O cenário-base provável para o ano de 2022 foi definido por meio das premissas disponíveis no mercado (Fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil).

Risco de variação	Cenário		Provável	Δ + 25% (*)	Administração
	2021	2022			
IPCA	10,1%	5,0%	-5,1 p.p.	1,3 p.p.	-0,8 p.p.

(*) Variações sobre o cenário provável de 2022.

A sensibilidade provável foi calculada com base nas variações entre os índices do ano de 2021 e os previstos no cenário provável para 2022, e demonstram os eventuais impactos adicionais no resultado da Companhia. As demais sensibilidades apresentadas foram apuradas com base (i) na variação de 25%; e (ii) nas estimativas da Administração sobre o cenário projetado, as quais correspondem a avaliação da Administração de alterações razoavelmente possíveis nas taxas de juros e índices flutuantes para 2022. As variações que poderão impactar o resultado e, consequentemente, o patrimônio líquido de 2022, em comparação com o ano de 2021, caso tais cenários se materializem, são estas:

	Saldo em 31.12.2021	Sensibilidade	
		Provável	Δ + 25%
Financiamento			
IPCA	79.356	4.013	(1.004)
			613

b) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida que proporcionem o retorno de capital aos seus investidores.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (financiamento,

deduzido dos depósitos vinculados ao serviço da dívida e do caixa e equivalentes de caixa) e pelo patrimônio líquido. A relação da dívida líquida pelo patrimônio líquido foi esta:

	31.12.2021	31.12.2020
Dívida	79.356	75.720
(-) Depósitos vinculados ao serviço da dívida	(2.433)	(1.987)
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(18.440)	(9.134)
Dívida líquida	58.483	64.599
Patrimônio líquido	25.196	24.467
Endividamento líquido / Patrimônio líquido	2,3	2,6

c) Risco de crédito

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as vendas de energia e as aplicações financeiras.

Nas operações de venda de energia, a Companhia minimiza o seu risco de crédito por meio da utilização de um mecanismo de constituição de garantias envolvendo os recebíveis de seus clientes.

No que tange à aplicação no mercado financeiro, os recursos disponíveis da Companhia são alocados em um Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa, o qual tem como política a alocação de seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco. Em 31.12.2021, esse fundo possuía 100% de sua carteira em ativos com risco de crédito do Governo Brasileiro, todos com liquidez diária. De acordo com o planejamento financeiro da Companhia, os recursos desse fundo serão utilizados no curto prazo, reduzindo substancialmente o risco de quaisquer efeitos significativos nos seus rendimentos, em decorrência de eventual redução da taxa básica de juros da economia brasileira.

d) Risco de liquidez

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada anualmente com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

No demonstrativo a seguir apresenta-se o perfil previsto de liquidação dos principais passivos financeiros da Companhia registrados em 31.12.2021. Os valores foram determinados com base nos fluxos de caixa não descontados previstos, considerando a estimativa de amortização de principal e pagamento de juros futuros, quando aplicável. Para a dívida com juros pós-fixados o valor foi obtido com base na curva de juros do encerramento do exercício.

	Até 1 ano	De 2 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	765	-	-	-	765
Financiamento	7.680	14.809	14.061	69.094	105.644
	8.445	14.809	14.061	69.094	106.409

e) Categoria dos instrumentos financeiros

	31.12.2021	31.12.2020
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Aplicações financeiras	17.555	8.300
Custo amortizado		
Caixa e depósitos bancários à vista	885	834
Contas a receber de clientes	2.997	3.058
Depósitos vinculados ao serviço da dívida	2.433	1.987
	23.870	14.179
Passivos financeiros		
Custo amortizado		
Fornecedores	765	641
Financiamento	79.356	75.720
Ressarcimentos às distribuidoras	1.795	1.235
	81.916	77.596

As aplicações financeiras estão avaliadas pelos preços cotados em mercado ativo (Nível 1).

NOTA 10 - FINANCIAMENTO

a) Mutação do financiamento

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31.12.2019	4.147	72.519	76.666
Juros e V.M.	3.244	2.975	6.219
Transferências	4.103	(4.103)	-
Amortização do principal	(4.200)	-	(4.200)
Amortização de juros	(2.965)	-	(2.965)
Saldos em 31.12.2020	4.329	71.391	75.720
Juros e V.M.	3.585	7.568	11.153
Transferências	4.410	(4.410)	-
Amortização do principal	(4.507)	-	(4.507)
Amortização de juros	(3.010)	-	(3.010)
Saldos em 31.12.2021	4.807	74.549	79.356

b) Vencimentos do financiamento apresentado no passivo não circulante

Ano	Valor
2023	4.659
2024	4.659
2025	4.659
2026	4.659
2027	4.659
2028 a 2032	23.288
2033 a 2037	23.297
2038	4.669
	74.549

c) Condições contratadas

	Condições de pagamento		
	Encargos	Vencimento	Principal e encargos
BNDES	IPCA + 3,91% a.a.	12.2038	Mensais

d) Garantias

As garantias são as seguintes: (i) penhor da totalidade das ações representativas ao capital social; (ii) cessão dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e de venda de energia elétrica; (iii) contas reserva do serviço da dívida e reserva de O&M; (iv) cessão dos direitos emergentes da autorização; e (v) penhor das máquinas e equipamentos relativos ao Projeto.

e) Compromissos contratuais (covenants)

Os compromissos financeiros estabelecidos no financiamento estão sendo cumpridos pela Companhia e são apurados anualmente, conforme estabelecido nestes contratos.

NOTA 11 - OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO

A Companhia possui contrato de arrendamento do terreno no qual está instalado seu parque eólico, cuja vigência é até 2057.

a) Direito de uso de arrendamentos

A mutação do direito de uso de arrendamentos está apresentada a seguir:

	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2021
Saldo em 31.12.2019	3.199		
Remensuração	(543)		
Depreciação	(89)		
Saldo em 31.12.2020	2.567		
Remensuração	(272)		
Depreciação	(41)		
Saldo em 31.12.2021	2.254		

b) Arrendamentos a pagar

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31.12.2019	331	2.901	3.232
Remensuração	(67)	(476)	(543)
Juros	282	-	282
Transferências	34	(34)	-
Amortizações	(301)	-	(301)
Saldos em 31.12.2020	279	2.391	2.670
Remensuração	-	(272)	(272)
Juros	157	-	157
Transferências	(47)	-	(47)
Amortizações	(151)	-	(151)
Saldos em 31.12.2021	238	2.166	2.404

Os arrendamentos a pagar foram mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos futuros. A taxa de desconto utilizada para cálculo do valor presente foi de 10,2% e representa a taxa incremental de financiamento.

c) Vencimentos dos arrendamentos a pagar apresentados no passivo não circulante

	31.12.2021
2023	208
2024	188
2025	171
2026	155
2027	141
2028 a 2032	531
2033 a 2037	327
2038 em diante	445
Arrendamentos a pagar	2.166

d) Pagamentos de arrendamentos de aluguéis variáveis

No exercício findo em 31.12.2021, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 107 (R\$ 9 em 31.12.2020), referente a custos relacionados ao pagamento de aluguéis variáveis.

NOTA 12 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia em 31.12.2021 era de R\$ 21.395 (R\$ 14.607 em 31.12.2020), representado por 21.395.235 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, das quais 21.395.234 pertencem à controladora Umburanas Participações S.A. e 1 pertence à controladora indireta ENGIE Brasil Energia.

Em 2021, os acionistas da Companhia aprovaram o aumento de capital no montante de R\$ 6.788, proveniente de saldos de anos anteriores retidos em reserva de lucros.

b) Reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios

A Companhia constituiu reserva legal correspondente a 5% do lucro líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios correspondem a 25% do lucro líquido ajustado.

c) Reserva de retenção de lucros

Em 31.12.2021, a Administração da Companhia está propondo a destinação do valor de R\$ 681 do lucro do exercício de 2021 para reserva de retenção de lucros. Estes recursos serão destinados a investimentos no parque gerador da Companhia.

NOTA 13 - CONCILIAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada nas demonstrações dos resultados.

	2021	2020
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Distribuidoras	18.673	18.335
ENGIE Brasil Energia Comercializadora Ltda. ("EBC")	2.940	2.165
Transações no mercado de curto prazo	433	88
	22.046	20.588

DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL

PIS e Cofins	(805)	(1.905)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	21.241	18.683

As receitas auferidas às distribuidoras foram reduzidas, em 20

EÓLICA UMBURANAS 18 S.A.
CNPJ nº 20.168.194/0001-46 | NIRE nº 42.3.0004895-0

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

do crescimento econômico e alta inflação – uma constante observada no Brasil e no mundo. O Produto Interno Bruto (PIB) teve crescimento de 4,6%. A alta compensa o decréscimo de 4,1% observado em 2020.

A atividade econômica brasileira iniciou uma recuperação, ainda que ligeiramente abaixo da esperada. A inflação elevada, com pior resultado desde 2015, gerou impacto sobre o crescimento, com a deterioração do poder de compra das famílias. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) apresentou variação de 10,1%, enquanto o Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC) registrou, no acumulado do ano, 10,2%.

As incertezas trazidas pela pandemia e seus desdobramentos também influenciaram o mercado financeiro. A taxa básica de juros (Selic) atingiu 9,2%, alta de 7,2 p.p. no ano, enquanto o dólar (Ptax) bateu a marca de R\$ 5,58 – a moeda americana estava cotada em R\$ 5,19 ao fim de 2020.

4. Desempenho Operacional
Em 2021, a geração total bruta da Eólica Umburanas 18 alcançou 31,1 GWh, desempenho 10,4% inferior ao observado em 2020, de 34,7 GWh. O índice de disponibilidade, considerando-se todas as paradas programadas, atingido em 2021 foi de 80,3%, 15,9 p.p abaixo do obtido em 2020, de 96,1%.

5. Desempenho Econômico-Financeiro
a) Principais indicadores (expressos em milhares de reais)

Indicadores de resultado	2021	2020	Var. (R\$)	Var. (%)
Receita operacional líquida	6.045	5.384	661	12,3
Lucro bruto	3.510	3.351	159	4,7
Margem bruta	58,1%	62,2%		(4,1 p.p.)
Resultado do serviço (Ebit)	3.416	3.227	189	5,9
Ebitda (Lajida) ¹	4.647	4.469	178	4,0
Margem Ebitda (Lajida)	76,9%	83,0%		(6,1 p.p.)
Resultado financeiro	(3.851)	(2.266)	(1.585)	69,9
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(666)	961	(1.627)	(169,3)

¹ Ebitda (Lajida): (prejuízo) lucro líquido + imposto de renda e contribuição social + resultado financeiro + depreciação e amortização

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	Nota	31.12.2021	31.12.2020
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	13	6.045	5.384
Custos da energia vendida			
Depreciação e amortização	7/11	(1.231)	(1.242)
Serviços de terceiros		(656)	(256)
Encargos de uso da rede elétrica e conexão		(322)	(275)
Outros		(326)	(260)
		(2.535)	(2.033)
		3.510	3.351
LUCRO BRUTO			
Despesas operacionais			
Despesas com vendas, gerais e administrativas		(94)	(124)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		3.416	3.227
Resultado financeiro			
Renda de aplicações financeiras		152	26
Renda de depósitos vinculados ao serviço da dívida		31	12
Juros e variação monetária sobre financiamento	10	(3.769)	(2.101)
Juros e variação monetária sobre provisão para desmobilização	7	(178)	(81)
Juros sobre arrendamentos	11	(44)	(84)
Outras despesas financeiras, líquidas		(43)	(38)
		(3.851)	(2.266)
(PREJUÍZO) LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		(435)	961
Imposto de renda e contribuição social correntes	14		
Imposto de renda		(147)	-
Contribuição social		(84)	-
		(231)	-
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(666)	961

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	31.12.2021	31.12.2020
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(666)	961
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	(666)	961

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	Nota	Lucros			Prejuízos acumulados	Total
		Capital social	Reserva de retenção de lucros	Reserva de lucros		
Saldos em 31.12.2019		3.279	111	1.582	-	4.972
Aumento de capital		2.156	-	-	-	2.156
Lucro líquido do exercício		-	-	-	961	961
Destinações propostas à AGO:						
- Reserva legal		-	48	-	(48)	-
- Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(228)	(228)
- Reserva de retenção de lucros		-	-	685	(685)	-
Saldos em 31.12.2020	12	5.435	159	2.267	-	7.861
Aumento de capital		1.795	-	(1.795)	-	-
Prejuízo do exercício		-	-	-	(666)	(666)
Absorção do prejuízo do exercício		-	(159)	(472)	631	-
Saldos em 31.12.2021	12	7.230	-	-	(35)	7.195

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL
A Eólica Umburanas 18 S.A. ("Companhia"), com sede no município Florianópolis, estado de Santa Catarina (SC), foi constituída em 03.02.2014, com prazo de duração indeterminado. A Companhia tem como objeto social a implantação e exploração de usina geradora de energia elétrica de fonte eólica e implantação do sistema de transmissão de interesse restrito, podendo negociar créditos de carbono decorrentes de suas atividades e constituir consórcios para consecução do seu objeto social.

A Companhia detém autorização para explorar a Eólica Umburanas 18 ("Usina"), a qual está localizada nos municípios de Sento Sé e Umburanas (BA) e possui capacidade instalada de 7,5 MW¹ e garantia física de 4,8 MW médios. Em 15.03.2019, a Aneel autorizou o início da operação comercial da Usina.

Adicionalmente, a Companhia é parte do Consórcio Umburanas, com participação de 2,08%. O Consórcio Umburanas é responsável pela operação, manutenção e exploração da subestação e parte da linha de transmissão utilizada pela Companhia em suas operações.

A Companhia não possui colaboradores e os seus administradores renunciaram ao direito de receber qualquer remuneração. A administração da Companhia é conduzida pela controladora indireta, ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia"), que cobra pela prestação de serviços e solicita reembolso das despesas incorridas com pessoal diretamente dedicado às atividades da usina.

Os anos de 2020 e 2021 foram marcados pelos efeitos da pandemia da Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus, que impactou, e continua impactando, a economia mundial. Em decorrência disto, foram tomadas medidas restritivas no sentido de determinar o distanciamento social e o fechamento de estabelecimentos comerciais, além da paralisação da indústria. As restrições impostas pelo isolamento social trouxeram efeitos importantes na atividade de diversos setores, na renda das famílias e nos investimentos no país. Na medida em que a situação da pandemia foi melhorando e, com isso, as restrições às atividades econômicas gradativamente reduzidas, houve evolução em diferentes regiões e segmentos de negócios. Em 2021 e 2020, a Companhia não apurou impactos significativos decorrentes da pandemia em suas demonstrações contábeis.

¹ As informações não financeiras contidas nessas demonstrações contábeis como MW, MW médio, potência instalada, entre outros, não são auditadas pelos auditores independentes.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base na continuidade operacional e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), sendo utilizado o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, e o real como moeda funcional.

Essas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações contábeis ora apresentadas foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 25.04.2022.

a) Continuidade operacional
A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

As principais bases de julgamento utilizadas para tal conclusão são: (i) principais atividades decorrentes de autorização de longo prazo; (ii) patrimônio líquido expressivo; (iii) forte geração de caixa operacional, inclusive com capacidade financeira para quitação de compromissos assumidos junto a instituições financeiras; e (iv) série histórica de lucros nos últimos exercícios sociais.

NOTA 3 - SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
a) Instrumentos financeiros
a.1) Caixa e equivalentes de caixa
São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários de vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao valor justo na data das demonstrações contábeis. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

a.2) Contas a receber de clientes
São reconhecidas quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, ou seja, se fizer necessário apenas o transcorrer do tempo para sua ocorrência. São registradas inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado.

a.3) Depósitos vinculados ao serviço da dívida
São mantidos para atendimento às exigências legais e contratuais. São contabilizados inicialmente pelo valor depositado e, posteriormente, pelo custo amortizado.

a.4) Financiamento
São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e, posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva.

b) Imobilizado
É registrado ao custo de aquisição ou construção. Os juros e os demais encargos financeiros do financiamento, durante o período de construção, foram computados como custo do respectivo imobilizado. O valor presente do custo esperado para desmobilização de um ativo após seu uso, quando aplicável, é incluído no custo do respectivo ativo. Os custos dos ativos imobilizados são deduzidos da depreciação acumulada, a qual é calculada pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas dos bens.

c) Avaliação do valor de recuperação do imobilizado – Impairment
A Companhia avalia, no mínimo anualmente, os bens do ativo imobilizado com a finalidade de identificar evidências que possam levar a perdas de valores não recuperáveis das respectivas unidades geradoras de caixa, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa provisão para perda (*impairment*) é reconhecida no resultado do exercício.

d) Direito de uso de arrendamentos
Os direitos de uso de arrendamentos, inicialmente, compreendem o passivo de arrendamento acrescido dos pagamentos antecipados. Esses ativos são depreciados com base na vigência dos contratos de arrendamento e avaliados no que se refere a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Adicionalmente, são ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

e) Arrendamentos a pagar
Os arrendamentos a pagar são inicialmente mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos futuros, descontado pela taxa incremental de financiamento. Posteriormente, o passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva e remensurado (com correspondente ajuste no direto de uso relacionado) quando há alteração nos pagamentos futuros motivada por atualizações monetárias ou alteração nas taxas de desconto. Adicionalmente, a Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamentos de curto prazo, ou seja, arrendamentos de ativos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início, e de ativos de baixo valor individual, os quais são reconhecidos como despesa ao longo do prazo do arrendamento.

f) Provisão para desmobilização
Os custos de desmobilização da Usina são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para cumprir a obrigação, utilizando fluxos de caixa esperados, com base na melhor estimativa na data de reporte, e são reconhecidos em contrapartida dos custos do correspondente ativo. A atualização financeira da provisão é reconhecida na demonstração do resultado conforme incorrida. A provisão é revisada anualmente e quaisquer ajustes de estimativa são efetuados em contrapartida do custo do ativo.

g) Dividendos
Os dividendos são calculados a partir do lucro líquido do exercício, e são reconhecidos como passivo quando da sua aprovação pela Diretoria Executiva, ou mediante deliberação da Assembleia Geral, e podem ser classificados como intercalares, intermediários, dividendos adicionais propostos ou dividendos mínimos obrigatórios.

h) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes
Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição. As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridos.

i) Transações entre partes relacionadas
As transações entre partes relacionadas são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, e são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

j) Receita de contrato com cliente
A receita é mensurada com base na contraprestação precificada no contrato com o cliente,

b) Principais indicadores (expressos em milhares de reais)

Receita operacional líquida: o aumento decorreu: (i) da atualização monetária dos contratos de venda de energia elétrica; e (ii) da alteração no regime de tributação da Companhia, que passou de Lucro Real em 2020 para Lucro Presumido em 2021, e em consequência disso, alterou também o PIS e COFINS, que passou do regime não cumulativo para o regime cumulativo.

Resultado financeiro: o aumento decorreu, principalmente, do efeito da variação monetária sobre os financiamentos, que são vinculados ao IPCA e acompanharam a volatilidade do índice no ano de 2021.

(Prejuízo) lucro líquido do exercício: redução motivada (i) pelo aumento significativo dos custos com contratos de O&M da usina; e (ii) pelos efeitos sobre o resultado financeiro citados anteriormente, os quais foram parcialmente atenuados pelo incremento das receitas no ano.

6. Direitos dos Acionistas
O detentor de cada ação ordinária tem direito de voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária; de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades Anônimas; de fiscalizar a administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

7. Serviços de Auditoria
A Companhia informa que os auditores independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, não prestaram serviços não relacionados à auditoria independente em 2021.

8. Agradecimentos
A Administração da Eólica Umburanas 18 agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e todos aqueles que contribuíram para o desempenho no ano de 2021. A Administração

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	Nota	Lucros			Prejuízos acumulados	Total
		Capital social	Reserva de retenção de lucros	Reserva de lucros		
Saldos em 31.12.2019		3.279	111	1.582	-	4.972
Aumento de capital		2.156	-	-	-	2.156
Lucro líquido do exercício		-	-	-	961	961
Destinações propostas à AGO:						
- Reserva legal		-	48	-	(48)	-
- Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(228)	(228)
- Reserva de retenção de lucros		-	-	685	(685)	-
Saldos em 31.12.2020	12	5.435	159	2.267	-	7.861
Aumento de capital		1.795	-	(1.795)	-	-
Prejuízo do exercício		-	-	-	(666)	(666)
Absorção do prejuízo do exercício		-	(159)	(472)	631	-
Saldos em 31.12.2021	12	7.230	-	-	(35)	7.195

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO) PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	31.12.2021	31.12.2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes dos tributos		(435)
Conciliação do resultado com o caixa das operações		
Juros e variação monetária sobre financiamento		3.769
Depreciação e amortização		1.231
Juros sobre arrendamentos a pagar		44
Outros		147
Resultado antes dos tributos ajustado		4.756
Redução (aumento) nos ativos		
Contas a receber de clientes		(30)
Outros ativos		17
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores		18
Outros		(17)
Caixa gerado nas operações		4.744
Caixa líquido das atividades operacionais		3.576
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aplicação no imobilizado e no intangível		(7)
Caixa líquido das atividades de investimento		(7)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de financiamento		(1.524)
Depósitos vinculados ao serviço da dívida		(119)
Pagamento de arrendamentos		(46)
Aumento de capital		-
Dividendos pagos		(528)
Caixa líquido das atividades de financiamento		(1.689)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		1.880
Conciliação do caixa e equivalentes de caixa		
Saldo inicial		2.507
Saldo final		4.387
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		1.880

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos incidentes sobre ela.

A receita é reconhecida conforme os contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida mensalmente, dado que o cliente simultaneamente recebe e consome os benefícios fornecidos pela Companhia, consequentemente, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento que a energia é efetivamente entregue ao cliente.

k) Imposto de renda e contribuição social
O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados de acordo com as bases tributárias, considerando as normas e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações contábeis.

l) Operações controladas em conjunto
Os ativos, passivos, receitas e despesas relativas à participação no Consórcio Umburanas (entidade sem personalidade jurídica) são reconhecidos diretamente nas demonstrações contábeis da Companhia, não se fazendo necessário, portanto, nenhum procedimento de consolidação dessas operações.

m) Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas
Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações contábeis. Para apurar essas estimativas, a Administração utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando, ainda, pressupostos relativos a eventos futuros.

As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas relativas, principalmente, (i) à definição de vida útil do ativo imobilizado; (ii) ao teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração; (iii) à provisão para desmobilização da Usina; e (iv) à estimativa da taxa incremental de arrendamentos.

n) Novas normas, alterações e interpretações
O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu revisões às normas existentes, aplicáveis a partir de 01.01.2021. A relação destas revisões aplicáveis e adotadas pela Companhia e respectivos impactos é apresentada a seguir:

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº17			
Pronunciamentos Técnicos CPC 06 (R2) – Arrendamentos, CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidênciação e CPC 48 – Instrumentos financeiros.	11.02.2021	01.01.2021	Sem impactos relevantes
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 18			
Pronunciamentos Técnicos CPC 06 (R2) - Arrendamentos - Benefícios relacionados à Covid-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento – prorrogação.	11.06.2021		Vigência estabelecida pelos órgãos reguladores que o aprovarem. Sem impactos relevantes

o) Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes
A partir de 01.01.2022, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia:

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação (Brasil)/ Status	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 19 CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, CPC 27 – Ativo imobilizado, CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade e CPC 48 – Instrumentos financeiros.	01.10.2021	01.01.2022	Sem impactos relevantes
Pronunciamento Técnico CPC nº 50 Este Pronunciamento vem substituir a norma atualmente vigente sobre Contratos de seguro (CPC 11).	07.05.2021	01.01.2023	Não aplicável à Companhia

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2021	31.12.2020
Caixa e depósitos bancários à vista	212	68
Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa	4.175	2.439
	4.387	2.507

A Companhia é participante do Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa de sua controladora indireta, ENGIE Brasil Energia, concentrando suas aplicações financeiras neste fundo. As operações realizadas pelo fundo possuem liquidez imediata, são remuneradas pela Selic e estão lastreadas em títulos públicos federais. A rentabilidade média do fundo nos anos de 2021 e 2020 foi de cerca de 99,0% e 98,7% do CDI (taxa referencial dos Certificados de Depósitos Interbancários), respectivamente.

NOTA 5 - CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Os valores a receber no montante de R\$ 547 (R\$ 517 em 31.12.2020) correspondem ao contrato firmado com a parte relacionada ENGIE Comercializadora Varejista de Energia Ltda. ("ECV"), com vencimento em 2036, sendo seu reajuste feito anualmente em janeiro do respectivo ano. Não havia valores vencidos em 31.12.2021 e 31.12.2020.

NOTA 6 - DEPÓSITOS VINCULADOS AO SERVIÇO DA DÍVIDA

Em 31.12.2021, a Companhia mantinha R\$ 827 (R\$ 677 em 31.12.2020) relativos a garantias vinculadas ao contrato de financiamento. Essas garantias visam assegurar o pagamento dos serviços de dívida com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), bem como das despesas de operação e manutenção, e são constituídas pelo montante equivalente a 3 meses do serviço da dívida e das despesas contratuais de operação e de manutenção, respectivamente.

NOTA 7 - IMOBILIZADO

a) Composição

	31.12.2021		31.12.2020		Valor líquido	Valor líquido
	Taxa média de depreciação	Depreciação acumulada	Valor líquido	Depreciação acumulada		
Em serviço						
Máquinas e equipamentos	3,6%	33.332 (3.376)	29.956	33.327 (2.176)	31.151	
Edificações e benfeitorias	3,6%	512 (56)	456	513 (37)	476	
		33.844 (3.432)	30.412	33.840 (2.213)	31.627	
Em curso		3	3	1	1	
		33.847 (3.432)	30.415	33.841 (2.213)	31.628	

b) Mutação do ativo imobilizado

	Máquinas e equipamentos	Edificações e benfeitorias	Em curso	Total
Saldos em 31.12.2019	32.344	505	11	32.860
Ingressos	-	-	6	6
Reversão de provisão	-	(7)	(13)	(20)
Transferências	6	(3)	(3)	-
Depreciação	(1.199)	(19)	-	(1.218)
Saldos em 31.12.2020	31.151	476	1	31.628
Ingressos	-	-	6	6
Transferências	5	(1)	(4)	-
Depreciação	(1.200)	(19)	-	(1.219)
Saldos em 31.12.2021	29.956	456	3	30.415

c) Provisão para desmobilização

Em 2019, a Companhia reconheceu em seu imobilizado a provisão dos custos decorrentes da desmobilização de seu parque eólico, com base no valor presente dos fluxos de caixa esperados para o cumprimento da obrigação de retirada dos ativos e de restauração do local ao final do prazo de autorização. A taxa real de desconto utilizada para o cálculo do valor presente foi de 3,59%, baseado nas taxas de títulos públicos com vencimento similar ao do término das autorizações. O saldo da provisão para desmobilização registrada no passivo não circulante em 31.12.2021 era de R\$ 1.803 (R\$ 1.625 em 31.12.2020), a variação do saldo é decorrente dos juros e variação monetária de R\$ 178 registrados no resultado do exercício de 31.12.2021 (R\$ 81 em 31.12.2020).

d) Autorização do Órgão Regulador

A Companhia é detentora da autorização para exploração da Eólica Umburanas 18, com capacidade instalada de 7,5 MW, pelo prazo de 35 anos, a contar da data de 08.2014.

NOTA 8 - FORNECEDORES

	31.12.2021	31.12.2020
Fornecedores de imobilizado	146	147
Fornecedores de materiais e serviços	250	236
Encargos de uso da rede elétrica	29	25
	425	408

NOTA 9 - GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, segue integralmente as regras do Fórum de Gerenciamento de Riscos da ENGIE Brasil Energia, sua controladora indireta. Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um destes fatores de risco:

a) Risco de mercado

Esse risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros aplicadas aos seus passivos, resultando em efeitos em suas despesas financeiras. A Companhia está exposta às variações do IPCA, em decorrência do financiamento contratado.

A totalidade dos contratos de venda de energia em vigor possui cláusula de reajuste inflacionário, com a aplicação de IPCA, o que representa um hedge natural de longo prazo para o financiamento.

A seguir é apresentada análise de sensibilidade preparada pela Companhia. O cenário-base provável para o ano de 2022 foi definido por meio das premissas disponíveis no mercado (Fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil).

Risco de variação	Cenário		Sensibilidade	
	Variação 2021	Provável 2022	Provável Δ + 25% (*)	Administração
IPCA	10,1%	5,0%	-5,1 p.p.	1,3 p.p.

(*) Variações sobre o cenário provável de 2022.

A sensibilidade provável foi calculada com base nas variações entre os índices do ano de 2021 e os previstos no cenário provável para 2022, e demonstram os eventuais impactos adicionais no resultado da Companhia. As demais sensibilidades apresentadas foram apuradas com base (i) na variação de 25%; e (ii) nas estimativas da Administração sobre o cenário projetado, as quais correspondem a avaliação da Administração de alteração razoavelmente possível nas taxas de juros e índices flutuantes para 2022. As variações que poderão impactar o resultado e, consequentemente, o patrimônio líquido de 2022, em comparação com o ano de 2021, caso tais cenários se materializem, são estas:

Financiamento	Saldo em 31.12.2021		Sensibilidade	
	Provável	Δ + 25%	Administração	
IPCA	26.816	1.356	(339)	207

b) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, buscando uma estrutura de capi-

tal e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida que proporcionem o retorno de capital aos seus investidores.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (financiamento, deduzido dos depósitos vinculados ao serviço da dívida e do caixa e equivalentes de caixa) e pelo patrimônio líquido. A relação da dívida líquida pelo patrimônio líquido foi esta:

	31.12.2021	31.12.2020
Dívida	26.816	25.588
(-) Depósitos vinculados ao serviço da dívida	(827)	(677)
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(4.387)	(2.507)
Dívida líquida	21.602	22.404
Patrimônio líquido	7.195	7.861
Endividamento líquido / Patrimônio líquido	3,0	2,9

c) Risco de crédito

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as vendas de energia e as aplicações financeiras.

Nas operações relacionadas à venda de energia, a Companhia mantém contrato com a ENGIE Comercializadora Varejista de Energia Ltda. ("ECV"), controlada da ENGIE Brasil Energia, mitigando assim o seu risco de crédito.

No que tange à aplicação no mercado financeiro, os recursos disponíveis da Companhia são alocados em um Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa, o qual tem como política a alocação de seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco. Em 31.12.2021, esse fundo possuía 100% de sua carteira em ativos com risco de crédito do Governo Brasileiro, todos com liquidez diária. De acordo com o planejamento financeiro da Companhia, os recursos desse fundo serão utilizados no curto prazo, reduzindo substancialmente o risco de quaisquer efeitos significativos nos seus rendimentos, em decorrência de eventual redução da taxa básica de juros da economia brasileira.

d) Risco de liquidez

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada anualmente com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

No demonstrativo a seguir apresenta-se o perfil previsto de liquidação dos principais passivos financeiros da Companhia registrados em 31.12.2021. Os valores foram determinados com base nos fluxos de caixa não descontados previstos, considerando a estimativa de amortização de principal e pagamento de juros futuros, quando aplicável. Para a dívida com juros pós-fixados o valor foi obtido com base na curva de juros do encerramento do exercício.

	Até 1 ano	De 2 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	425	-	-	-	425
Financiamento	2.595	5.004	4.751	23.349	35.699
	3.020	5.004	4.751	23.349	36.124

e) Categoria dos instrumentos financeiros

	31.12.2021	31.12.2020
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Aplicações financeiras	4.175	2.439
Custo amortizado		
Caixa e depósitos bancários à vista	212	68
Contas a receber de clientes	547	517
Depósitos vinculados ao serviço da dívida	827	677
	5.761	3.701

Passivos financeiros

	31.12.2021	31.12.2020
Custo amortizado		
Fornecedores	425	408
Financiamento	26.816	25.588
	27.241	25.996

As aplicações financeiras estão avaliadas pelos preços cotados em mercado ativo (Nível 1).

NOTA 10 - FINANCIAMENTO

a) Mutação do financiamento

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31.12.2019	1.402	24.505	25.907
Juros e V.M.	1.095	1.006	2.101
Transferências	1.386	(1.386)	-
Amortização do principal	(1.419)	-	(1.419)
Amortização de juros	(1.001)	-	(1.001)
Saldos em 31.12.2020	1.463	24.125	25.588
Juros e V.M.	1.212	2.557	3.769
Transferências	1.490	(1.490)	-
Amortização do principal	(1.524)	-	(1.524)
Amortização de juros	(1.017)	-	(1.017)
Saldos em 31.12.2021	1.624	25.192	26.816

b) Vencimentos do financiamento apresentado no passivo não circulante

Ano	Valor
2023	1.574
2024	1.574
2025	1.574
2026	1.574
2027	1.574
2028 a 2032	7.870
2033 a 2037	7.872
2038	1.580
	25.192

c) Condições contratadas

BNDES	Condições de pagamento	
	Encargos	Vencimento
IPCA + 3,91% a.a.	12.2038	Mensais

d) Garantias

As garantias são as seguintes: (i) penhor da totalidade das ações representativas ao capital social; (ii) cessão dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e venda de energia elétrica; (iii) contas reserva do serviço da dívida e reserva de O&M; (iv) cessão dos direitos emergentes da autorização; e (v) penhor das máquinas e equipamentos relativos ao Projeto.

e) Compromissos contratuais (covenants)

Os compromissos financeiros estabelecidos no financiamento estão sendo cumpridos pela Companhia e são apurados anualmente, conforme estabelecido nestes contratos.

NOTA 11 - OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO

A Companhia possui contrato de arrendamento do terreno no qual está instalado seu parque eólico, cuja vigência é até 2057.

a) Direito de uso de arrendamentos

A mutação do direito de uso de arrendamentos está apresentada a seguir:

	31.12.2021	31.12.2020
Saldo em 31.12.2019	966	
Remensuração	(243)	
Depreciação	(24)	
Saldo em 31.12.2020	699	
Remensuração	(1)	
Depreciação	(12)	
Saldo em 31.12.2021	686	

b) Arrendamentos a pagar

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31.12.2019	100	876	976
Remensuração	(29)	(214)	(243)
Juros	84	-	84
Transferências	10	(10)	-
Amortizações	(88)	-	(88)
Saldos em 31.12.2020	77	652	729
Remensuração	-	(1)	(1)
Juros	44	-	44
Transferências	1	(1)	-
Amortizações	(46)	-	(46)
Saldos em 31.12.2021	76	650	726

Os arrendamentos a pagar foram mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos futuros. A taxa de desconto utilizada para cálculo do valor presente foi de 10,2% e representa a taxa incremental de financiamento.

c) Vencimentos dos arrendamentos a pagar apresentados no passivo não circulante

	31.12.2021
2023	62
2024	57
2025	51
2026	47
2027	42
2028 a 2032	159
2033 a 2037	98
2038 em diante	134
Arrendamentos a pagar	650

d) Pagamentos de arrendamentos de aluguel variáveis

No exercício findo em 31.12.2021, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 130 (R\$ 1 em 31.12.2020), referente a custos relacionados ao pagamento de aluguel variáveis.

NOTA 12 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia em 31.12.2021 era de R\$ 7.230 (R\$ 5.435 em 31.12.2020), representado por 7.229.927 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, das quais 7.229.926 pertencem à controladora Umburanas Participações S.A. e 1 pertence à controladora indireta ENGIE Brasil Energia.

Em 2021, os acionistas da Companhia aprovaram o aumento de capital no montante de R\$ 1.795, proveniente de saldos de anos anteriores retidos em reserva de lucros.

b) Reserva legal

Do lucro líquido do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social da Companhia. A referida reserva tem a finalidade de assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social.

c) Reserva de retenção de lucros

A reserva é constituída com base em orçamento de capital, com a finalidade de financiar os investimentos no parque gerador da Companhia.

Em razão do prejuízo apurado no ano de 2021, não houve montante destinado às reservas. Por conseguinte, o resultado apurado no exercício corrente foi parcialmente absorvido pelo saldo das reservas de retenção de lucros e reserva legal.

NOTA 13 - CONCILIAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada nas demonstrações dos resultados.

	2021	2020
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
ENGIE Comercializadora Varejista de Energia Ltda. ("ECV")	6.274	5.933
	6.274	5.933

DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL

PIS e Cofins	(229)	(549)
	6.045	5.384

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

No exercício de 2020 a Companhia apurou os impostos sobre o lucro pelo regime de lucro real, entretanto, a partir de 01.01.2021 optou pelo regime de tributação do lucro presumido. Por este motivo, não é possível conciliar os tributos, no resultado, de maneira comparativa:

	2021	
	IR	CSLL
Resultado operacional bruta	6.274	6.274
% de presunção do lucro	8%	12%
Lucro presumido sobre receita operacional	502	753
Receita financeira	183	183
Outras	(9	

EÓLICA UMBURANAS 19 S.A.
CNPJ nº 20.168.112/0001-63 | NIRE nº 42.3.0004890-9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da Eólica Umburanas 19 S.A. ("Umburanas 19" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31.12.2021. As informações estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

1. Perfil Institucional

A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) que detém autorização outorgada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para explorar a Eólica Umburanas 19, com potência instalada de 25,0 MW, garantia física de 13,3 MW médios, com início das operações comerciais em fevereiro de 2019 e energia comercializada no Ambiente de Contratação Regulada (ACR). Umburanas 19 é uma das 18 Centrais Eólicas que compõem o Conjunto Eólico Umburanas – Fase I, com potência somada de 360,0 MW de capacidade instalada e 213,3 MW médios de energia assegurada, localizada nos municípios de Sento Sé e Umburanas, Estado da Bahia.

A Companhia não tem empregados e sua administração é realizada pela controladora indireta ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia"), que cobra os seus honorários mediante contrato de prestação de serviços e reembolso das despesas com o pessoal diretamente alocado na Eólica.

2. Controle Acionário

A totalidade do capital social da Companhia pertence à Umburanas Participações S.A., uma holding controlada pela ENGIE Brasil Energias Complementares Participações Ltda., que por sua vez, é uma controlada da ENGIE Brasil Energia S.A. Sediada em Florianópolis, a ENGIE Brasil Energia é uma plataforma de investimento em infraestrutura em energia, atuante nas atividades de geração, comercialização, trading e transmissão de energia elétrica. Atua ainda no segmento de transporte de gás, por meio de participação na Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG, em conjunto com outros sócios.

3. Ambiente Macroeconômico

O segundo ano da pandemia da Covid-19 foi, em linhas gerais, marcado pela recuperação

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)				
ATIVO				
	Nota	31.12.2021	31.12.2020	
ATIVO CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	4	18.397	10.284	
Contas a receber de clientes	5	3.049	3.309	
Outros ativos circulantes		459	756	
		21.905	14.349	
ATIVO NÃO CIRCULANTE				
Realizável a longo prazo				
Depósitos vinculados ao serviço da dívida	6	2.719	2.223	
Outros ativos não circulantes		167	-	
		2.886	2.223	
Imobilizado				
Intangível	7	99.955	104.031	
Direito de uso de arrendamentos	11	27	27	
		2.835	2.917	
		105.703	109.198	
TOTAL		127.608	123.547	
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
	Nota	31.12.2021	31.12.2020	
PASSIVO CIRCULANTE				
Fornecedores	8	832	721	
Dividendos	12	767	767	
Financiamento	10	5.382	4.847	
Arrendamentos a pagar	11	304	317	
Outros passivos circulantes		212	126	
		7.497	6.778	
PASSIVO NÃO CIRCULANTE				
Financiamento	10	83.472	79.936	
Arrendamentos a pagar	11	2.708	2.717	
Provisão para desmobilização	7	5.819	5.246	
Ressarcimentos às distribuidoras	13	4.526	2.816	
		96.525	90.715	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social		23.956	18.391	
Reservas de lucros		-	7.663	
Prejuízos acumulados		(370)	-	
		23.586	26.054	
TOTAL		127.608	123.547	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Eólica Umburanas 19 S.A. ("Companhia"), com sede no município Florianópolis, estado de Santa Catarina (SC), foi constituída em 03.02.2014, com prazo de duração indeterminado. A Companhia tem como objeto social a implantação e exploração de usina geradora de energia elétrica de fonte eólica e implantação do sistema de transmissão de interesse restrito, podendo negociar créditos de carbono decorrentes de suas atividades e constituir consórcios para consecução do seu objeto social.

A Companhia detém autorização para explorar a Eólica Umburanas 19 ("Usina"), a qual está localizada nos municípios de Sento Sé e Umburanas (BA) e possui capacidade instalada de 25,0 MW e garantia física de 13,3 MW médios. Em 22.02.2019, a Aneel autorizou o início da operação comercial da Usina.

Adicionalmente, a Companhia é parte do Consórcio Umburanas, com participação de 6,94%. O Consórcio Umburanas é responsável pela operação, manutenção e exploração da subestação e parte da linha de transmissão utilizada pela Companhia em suas operações.

A Companhia não possui colaboradores e os seus administradores renunciaram ao direito de receber qualquer remuneração. A administração da Companhia é conduzida pela controladora indireta, ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia"), que cobra pela prestação de serviços e solicita reembolso das despesas incorridas com pessoal diretamente dedicado às atividades da usina.

Os anos de 2020 e 2021 foram marcados pelos efeitos da pandemia da Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus, que impactou, e continua impactando, a economia mundial. Em decorrência disto, foram tomadas medidas restritivas no sentido de determinar o distanciamento social e o fechamento de estabelecimentos comerciais, além da paralisação da indústria. As restrições impostas pelo isolamento social trouxeram efeitos importantes na atividade de diversos setores, na renda das famílias e nos investimentos no país. Na medida em que a situação da pandemia foi melhorando e, com isso, as restrições às atividades econômicas gradativamente reduzidas, houve evolução em diferentes regiões e segmentos de negócios. Em 2021 e 2020, a Companhia não apurou impactos significativos decorrentes da pandemia em suas demonstrações contábeis.

As informações não financeiras contidas nessas demonstrações contábeis como MW, MW médio, potência instalada, entre outros, não são auditadas pelos auditores independentes.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base na continuidade operacional e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), sendo utilizado o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, e o real como moeda funcional.

Essas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis ora apresentadas foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 25.04.2022.

a) Continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

As principais bases de julgamento utilizadas para tal conclusão são: (i) principais atividades decorrentes de autorização de longo prazo; (ii) patrimônio líquido expressivo; (iii) forte geração de caixa operacional, inclusive com capacidade financeira para quitação de compromissos assumidos junto a instituições financeiras; e (iv) série histórica de lucros nos últimos exercícios sociais.

NOTA 3 - SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Instrumentos financeiros

a.1) Caixa e equivalentes de caixa

São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao valor justo na data das demonstrações contábeis. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

a.2) Contas a receber de clientes

São reconhecidas quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, ou seja, se fizer necessário apenas o transcorrer do tempo para sua ocorrência. São re-

gistradas inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado.

a.3) Depósitos vinculados ao serviço da dívida
São mantidos para atendimento às exigências legais e contratuais. São contabilizados inicialmente pelo valor depositado e, posteriormente, pelo custo amortizado.

a.4) Financiamento
São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e, posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva.

b) Imobilizado

É registrado ao custo de aquisição ou construção. Os juros e os demais encargos financeiros do financiamento, durante o período de construção, foram computados como custo do respectivo imobilizado. O valor presente do custo esperado para desmobilização de um ativo após seu uso, quando aplicável, é incluído no custo do respectivo ativo. Os custos dos ativos imobilizados são deduzidos da depreciação acumulada, a qual é calculada pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas dos bens.

c) Avaliação do valor de recuperação do imobilizado – Impairment

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, os bens do ativo imobilizado com a finalidade de identificar evidências que possam levar a perdas de valores não recuperáveis das respectivas unidades geradoras de caixa, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa provisão para perda (*impairment*) é reconhecida no resultado do exercício.

d) Direito de uso de arrendamentos

Os direitos de uso de arrendamentos, inicialmente, compreendem o passivo de arrendamento acrescido dos pagamentos antecipados. Esses ativos são depreciados com base na vigência dos contratos de arrendamento e avaliados no que se refere a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Adicionalmente, são ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

e) Arrendamentos a pagar

Os arrendamentos a pagar são inicialmente mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos futuros, descontado pela taxa incremental de financiamento. Posteriormente, o passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva e remensurado (com correspondente ajuste no direto de uso relacionado) quando há alteração nos pagamentos futuros motivada por atualizações monetárias ou alteração nas taxas de desconto. Adicionalmente, a Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamentos de curto prazo, ou seja, arrendamentos de ativos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início, e de ativos de baixo valor individual, os quais são reconhecidos como despesa ao longo do prazo do arrendamento.

f) Provisão para desmobilização

Os custos de desmobilização da Usina são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para cumprir a obrigação, utilizando fluxos de caixa esperados, com base na melhor estimativa na data de reporte, e são reconhecidos em contrapartida dos custos do correspondente ativo. A atualização financeira da provisão é reconhecida na demonstração do resultado conforme incorrida. A provisão é revisada anualmente e quaisquer ajustes de estimativa são efetuados em contrapartida do custo do ativo.

g) Dividendos

Os dividendos são calculados a partir do lucro líquido do exercício, e são reconhecidos como passivo quando da sua aprovação pela Diretoria Executiva, ou mediante deliberação da Assembleia Geral, e podem ser classificados como intercalares, intermediários, dividendos adicionais propostos ou dividendos mínimos obrigatórios.

h) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição. Os demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridos.

i) Transações entre partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, e são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

j) Receita de contrato com cliente

A receita é mensurada com base na contraprestação precificada no contrato com o cliente, pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos incidentes

do crescimento econômico e alta inflação – uma constante observada no Brasil e no mundo. O Produto Interno Bruto (PIB) teve crescimento de 4,6%. A alta compensa o decréscimo de 4,1% observado em 2020.

A atividade econômica brasileira iniciou uma recuperação, ainda que ligeiramente abaixo da esperada. A inflação elevada, com pior resultado desde 2015, gerou impacto sobre o crescimento, com a deterioração do poder de compra das famílias. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) apresentou variação de 10,1%, enquanto o Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC) registrou, no acumulado do ano, 10,2%. As incertezas trazidas pela pandemia e seus desdobramentos também influenciaram o mercado financeiro. A taxa básica de juros (Selic) atingiu 9,2%, alta de 7,2 p.p. no ano, enquanto o dólar (Ptax) bateu a marca de R\$ 5,58 – a moeda americana estava cotada em R\$ 5,19 ao fim de 2020.

4. Desempenho Operacional
Em 2021, a geração total bruta da Eólica Umburanas 19 alcançou 109,2 GWh, desempenho 0,4% superior ao obtido em 2020, de 108,8 GWh. O índice de disponibilidade, considerando-se todas as paradas programadas, atingido em 2021 foi de 93,9%, 1,3 p.p. acima dos 92,6% obtidos em 2020.

5. Desempenho Econômico-Financeiro

a) Principais indicadores (expressos em milhares de reais)

Indicadores de resultado	2021	2020	Var. (R\$)	Var. (%)
Receita operacional líquida	20.119	18.461	1.658	9,0
Lucro bruto	11.133	10.834	299	2,8
Margem bruta	55,3%	58,7%		(3,4 p.p.)
Resultado do serviço (Ebit)	11.000	10.699	301	2,8
Ebitda (Lajida) ¹	15.152	14.879	273	1,8
Margem Ebitda (Lajida)	75,3%	80,6%		(5,3 p.p.)
Resultado financeiro	(12.600)	(7.472)	(5.128)	68,6
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(2.468)	3.227	(5.695)	(176,5)

¹ Ebitda (Lajida): (prejuízo) lucro líquido + imposto de renda e contribuição social + resultado financeiro + depreciação e amortização

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	Nota	31.12.2021	31.12.2020
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		13	20.119
Custos da energia vendida		7/11	(4.152)
Depreciação e amortização		(2.147)	(863)
Serviços de terceiros		(1.232)	(1.040)
Encargos de uso da rede elétrica e conexão		(696)	(1.007)
Custo de energia elétrica comprada para revenda e transações realizadas na CCEE		(759)	(537)
Outros		(8.986)	(7.627)
		11.133	10.834
LUCRO BRUTO			
Despesas operacionais			
Despesas com vendas, gerais e administrativas		(133)	(135)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		11.000	10.699
RESULTADO FINANCEIRO			
Renda de aplicações financeiras		622	110
Renda de depósitos vinculados ao serviço da dívida		102	38
Juros e variação monetária sobre financiamento	10	(12.488)	(6.963)
Juros e variação monetária sobre provisão para desmobilização	7	(573)	(260)
Juros sobre arrendamentos	11	(223)	(315)
Outras despesas financeiras, líquidas		(40)	(82)
		(12.600)	(7.472)
(PREJUÍZO) LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		(1.600)	3.227
Imposto de renda e contribuição social correntes	14		
Imposto de renda		(577)	-
Contribuição social		(291)	-
		(868)	-
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(2.468)	3.227

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	31.12.2021	31.12.2020
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(2.468)	3.227
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	(2.468)	3.227

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

de reconhecimento conforme os contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida mensalmente, dado que o cliente simultaneamente recebe e consome os benefícios fornecidos pela Companhia, consequentemente, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento que a energia é efetivamente entregue ao cliente.

k) Imposto de renda e contribuição social
O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados de acordo com as bases tributárias, considerando as normas e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações contábeis.

l) Operações controladas em conjunto
Os ativos, passivos, receitas e despesas relativas à participação no Consórcio Umburanas (entidade sem personalidade jurídica) são reconhecidos diretamente nas demonstrações contábeis da Companhia, não se fazendo necessário, portanto, nenhum procedimento de consolidação dessas operações.

m) Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas
Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações contábeis. Para apurar essas estimativas, a Administração utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando, ainda, pressupostos relativos a eventos futuros.

As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas relativas, principalmente, (i) à definição de vida útil do ativo imobilizado; (ii) ao teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração; (iii) à provisão para desmobilização da Usina; e (iv) à estimativa da taxa incremental de arrendamentos.

n) Novas normas, alterações e interpretações
O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu revisões às normas existentes, aplicáveis a partir de 01.01.2021. A relação destas revisões aplicáveis e adotadas pela Companhia e respectivos impactos é apresentada a seguir:

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 17 Pronunciamentos Técnicos CPC 06 (R2) – Arrendamentos, CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidênciação e CPC 48 – Instrumentos financeiros.	11.02.2021	01.01.2021	Sem impactos relevantes
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 18 Pronunciamentos Técnicos CPC 06 (R2) - Arrendamentos - Benefícios relacionados à Covid-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento – prorrogação em	11.06.2021		Vigência estabelecida pelos órgãos reguladores que o aprovarem.

b) Principais indicadores (expressos em milhares de reais)

Receita operacional líquida: o aumento decorreu: (i) da atualização monetária dos contratos de venda de energia elétrica; e (ii) da alteração no regime de tributação da Companhia, que passou de Lucro Real em 2020 para Lucro Presumido em 2021, e em consequência disso, alterou também o PIS e COFINS, que passou do regime não cumulativo para o regime cumulativo. Ambos foram parcialmente atenuados pelo incremento dos mecanismos de ressarcimento, que em 2021 foi superior ao registrado em 2020.

Resultado financeiro: o aumento decorreu, principalmente, do efeito da variação monetária sobre os financiamentos, que são vinculados ao IPCA e acompanharam a volatilidade do índice no ano de 2021.

(Prejuízo) lucro líquido do exercício: Redução motivada (i) pelo aumento significativo dos custos com contratos de O&M da usina; e (ii) pelos efeitos sobre o resultado financeiro citados anteriormente, os quais foram parcialmente atenuados pelo incremento das receitas no ano.

6. Direitos dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária tem direito de voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária; de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades Anônimas; de fiscalizar a administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

7. Serviços de Auditoria

A Companhia informa que os auditores independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, não prestaram serviços não relacionados à auditoria independente em 2021.

8. Agradecimentos

A Administração da Eólica Umburanas 19 agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e todos aqueles que contribuíram para o desempenho no ano de 2021. A Administração

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	Nota	Reservas de lucros			Prejuízos acumulados	Total
		Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		
Saldos em 31.12.2019		12.158	341	4.862	-	17.361
Aumento de capital		6.233	-	-	-	6.233
Lucro líquido do exercício		-	-	-	3.227	3.227
Destinações propostas à AGO:						
- Reserva legal		-	161	-	(161)	-
- Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(767)	(767)
- Reserva de retenção de lucros		-	-	2.299	(2.299)	-
Saldos em 31.12.2020	12	18.391	502	7.161	-	26.054
Aumento de capital		5.565	-	(5.565)	-	-
Prejuízo do exercício		-	-	-	(2.468)	(2.468)
Absorção do prejuízo do exercício		-	-	(502)	(1.59	

o) Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes

A partir de 01.01.2022, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia:

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação (Brasil)/ Status	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 19			
CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, CPC 27 – Ativo imobilizado, CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade e CPC 48 – Instrumentos financeiros.	01.10.2021	01.01.2022	Sem impactos relevantes
Pronunciamento Técnico CPC nº 50			
Este Pronunciamento vem substituir a norma atualmente vigente sobre Contratos de seguro (CPC 11).	07.05.2021	01.01.2023	Não aplicável à Companhia

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2021	31.12.2020
Caixa e depósitos bancários à vista	843	796
Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa	17.554	9.488
	18.397	10.284

A Companhia é participante do Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa de sua controladora indireta, ENGIE Brasil Energia, concentrando suas aplicações financeiras neste fundo. As operações realizadas pelo fundo possuem liquidez imediata, são remuneradas pela Selic e estão lastreadas em títulos públicos federais. A rentabilidade média do fundo nos anos de 2021 e 2020 foi de cerca de 99,0% e 98,7% do CDI (taxa referencial dos Certificados de Depósitos Interbancários), respectivamente.

NOTA 5 - CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	31.12.2021	31.12.2020
Distribuidoras	2.796	2.677
ENGIE Brasil Energia Comercializadora Ltda. ("EBC")	194	199
Transações realizadas na CCEE	59	433
	3.049	3.309

Em 31.12.2021, o montante de R\$ 9 estava vencido. Em 31.12.2020, não havia saldo vencido de contas a receber.

NOTA 6 - DEPÓSITOS VINCULADOS AO SERVIÇO DA DÍVIDA

Em 31.12.2021, a Companhia mantém R\$ 2.719 (R\$ 2.223 em 31.12.2020) relativos a garantias vinculadas ao contrato de financiamento. Essas garantias visam assegurar o pagamento dos serviços de dívida com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), bem como das despesas de operação e manutenção, e são constituídas pelo montante equivalente a 3 meses do serviço da dívida e das despesas contratuais de operação e de manutenção, respectivamente.

NOTA 7 - IMOBILIZADO

a) Composição

	Taxa média de depreciação	31.12.2021			31.12.2020		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Em serviço							
Máquinas e equipamentos	3,7%	109.638	(11.346)	98.292	109.591	(7.324)	102.267
Edificações e benfeitorias	3,6%	1.831	(196)	1.635	1.833	(129)	1.704
		111.469	(11.542)	99.927	111.424	(7.453)	103.971
Em curso		28	-	28	60	-	60
		111.497	(11.542)	99.955	111.484	(7.453)	104.031

b) Mutação do ativo imobilizado

	Máquinas e equipamentos	Edificações e benfeitorias	Em curso	Total
Saldos em 31.12.2019	106.247	1.803	37	108.087
Ingressos	-	-	76	76
Reversão de provisão	-	-	(44)	(44)
Transferências	42	(33)	(9)	-
Depreciação	(4.022)	(66)	-	(4.088)
Saldos em 31.12.2020	102.267	1.704	60	104.031
Ingressos	-	-	42	42
Transferências	76	(2)	(74)	-
Baixas	(26)	-	-	(26)
Depreciação	(4.025)	(67)	-	(4.092)
Saldos em 31.12.2021	98.292	1.635	28	99.955

c) Provisão para desmobilização

Em 2019, a Companhia reconheceu em seu imobilizado a provisão dos custos decorrentes da desmobilização de seu parque eólico, com base no valor presente dos fluxos de caixa esperados para o cumprimento da obrigação de retirada dos ativos e de restauração do local ao final do prazo de autorização. A taxa real de desconto utilizada para o cálculo do valor presente foi de 3,59%, baseado nas taxas de títulos públicos com vencimento similar ao do término das autorizações. O saldo da provisão para desmobilização registrada no passivo não circulante em 31.12.2021 era de R\$ 5.819 (R\$ 5.246 em 31.12.2020), a variação do saldo é decorrente dos juros e variação monetária de R\$ 573 registrados no resultado do exercício de 31.12.2021 (R\$ 260 em 31.12.2020).

d) Autorização do Órgão Regulador

A Companhia é detentora da autorização para exploração da Eólica Umburanas 19, com capacidade instalada de 25,0 MW, pelo prazo de 35 anos, a contar da data de 08.2015.

NOTA 8 - FORNECEDORES

	31.12.2021	31.12.2020
Fornecedores de imobilizado	489	492
Fornecedores de materiais e serviços	202	98
Encargos de uso da rede elétrica	116	96
Energia elétrica comprada	25	35
	832	721

NOTA 9 - GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, segue integralmente as regras do Fórum de Gerenciamento de Riscos da ENGIE Brasil Energia, sua controladora indireta. Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um destes fatores de risco:

a) Risco de mercado

Esse risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros aplicadas aos seus passivos, resultando em efeitos em suas despesas financeiras. A Companhia está exposta às variações do IPCA, em decorrência do financiamento contratado.

A totalidade dos contratos de venda de energia em vigor possui cláusula de reajuste inflacionário, com a aplicação de IPCA, o que representa um hedge natural de longo prazo para o financiamento.

A seguir é apresentada análise de sensibilidade preparada pela Companhia. O cenário-base provável para o ano de 2022 foi definido por meio das premissas disponíveis no mercado (Fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil).

Risco de variação	Cenário		Sensibilidade	
	2021	2022	Provável	Administração
IPCA	10,1%	5,0%	-5,1 p.p.	1,3 p.p.

(*) Variações sobre o cenário provável de 2022.

A sensibilidade provável foi calculada com base nas variações entre os índices do ano de 2021 e os previstos no cenário provável para 2022, e demonstram os eventuais impactos adicionais no resultado da Companhia. As demais sensibilidades apresentadas foram apuradas com base (i) na variação de 25%; e (ii) nas estimativas da Administração sobre o cenário projetado, as quais correspondem a avaliação da Administração de alteração razoavelmente possível nas taxas de juros e índices flutuantes para 2022. As variações que poderão impactar o resultado e, consequentemente, o patrimônio líquido de 2022, em comparação com o ano de 2021, caso tais cenários se materializem, são estas:

Financiamento	Saldo em		Sensibilidade	
	31.12.2021	Provável	Δ + 25%	Administração
IPCA	88.854	4.494	(1.124)	686

b) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida que proporcionem o retorno de capital aos seus investidores.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (financiamento,

deduzido dos depósitos vinculados ao serviço da dívida e do caixa e equivalentes de caixa) e pelo patrimônio líquido. A relação da dívida líquida pelo patrimônio líquido foi esta:

	31.12.2021	31.12.2020
Dívida	88.854	84.783
(-) Depósitos vinculados ao serviço da dívida	(2.719)	(2.223)
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(18.397)	(10.284)
Dívida líquida	67.738	72.276
Patrimônio líquido	23.586	26.054
Endividamento líquido / Patrimônio líquido	2,9	2,8

c) Risco de crédito

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as vendas de energia e as aplicações financeiras.

Nas operações de venda de energia, a Companhia minimiza o seu risco de crédito por meio da utilização de um mecanismo de constituição de garantias envolvendo os recebíveis de seus clientes.

No que tange à aplicação no mercado financeiro, os recursos disponíveis da Companhia são alocados em um Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa, o qual tem como política a alocação de seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco. Em 31.12.2021, esse fundo possuía 100% de sua carteira em ativos com risco de crédito do Governo Brasileiro, todos com liquidez diária. De acordo com o planejamento financeiro da Companhia, os recursos desse fundo serão utilizados no curto prazo, reduzindo substancialmente o risco de quaisquer efeitos significativos nos seus rendimentos, em decorrência de eventual redução da taxa básica de juros da economia brasileira.

d) Risco de liquidez

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada anualmente com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

No demonstrativo a seguir apresenta-se o perfil previsto de liquidação dos principais passivos financeiros da Companhia registrados em 31.12.2021. Os valores foram determinados com base nos fluxos de caixa não descontados previstos, considerando a estimativa de amortização de principal e pagamento de juros futuros, quando aplicável. Para a dívida com juros pós-fixados o valor foi obtido com base na curva de juros do encerramento do exercício.

	Até 1 ano	De 2 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	832	-	-	-	832
Financiamento	8.599	16.581	15.744	77.365	118.289
	9.431	16.581	15.744	77.365	119.121

e) Categoria dos instrumentos financeiros

	31.12.2021	31.12.2020
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Aplicações financeiras	17.554	9.488
Custo amortizado		
Caixa e depósitos bancários à vista	843	796
Contas a receber de clientes	3.049	3.309
Depósitos vinculados ao serviço da dívida	2.719	2.223
	24.165	15.816

Passivos financeiros

	31.12.2021	31.12.2020
Custo amortizado		
Fornecedores	832	721
Financiamento	88.854	84.783
Ressarcimentos às distribuidoras	4.526	2.816
	94.212	88.320

As aplicações financeiras estão avaliadas pelos preços cotados em mercado ativo (Nível 1).

NOTA 10 - FINANCIAMENTO

a) Mutação do financiamento

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31.12.2019	4.644	81.199	85.843
Juros e V.M.	3.631	3.332	6.963
Transferências	4.595	(4.595)	-
Amortização do principal	(4.703)	-	(4.703)
Amortização de juros	(3.320)	-	(3.320)
Saldos em 31.12.2020	4.847	79.936	84.783
Juros e V.M.	4.015	8.473	12.488
Transferências	4.937	(4.937)	-
Amortização do principal	(5.047)	-	(5.047)
Amortização de juros	(3.370)	-	(3.370)
Saldos em 31.12.2021	5.382	83.472	88.854

b) Vencimentos do financiamento apresentado no passivo não circulante

Ano	Valor
2023	5.217
2024	5.217
2025	5.217
2026	5.217
2027	5.217
2028 a 2032	26.076
2033 a 2037	26.085
2038	5.226
	83.472

c) Condições contratadas

	Condições de pagamento	
	Encargos	Vencimento
BNDES	IPCA + 3,91% a.a.	12.2038
		Principal e encargos Mensais

d) Garantias

As garantias são as seguintes: (i) penhor da totalidade das ações representativas ao capital social; (ii) cessão dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e de venda de energia elétrica; (iii) contas reserva do serviço da dívida e reserva de O&M; (iv) cessão dos direitos emergentes da autorização; e (v) penhor das máquinas e equipamentos relativos ao Projeto.

e) Compromissos contratuais (covenants)

Os compromissos financeiros estabelecidos no financiamento estão sendo cumpridos pela Companhia e são apurados anualmente, conforme estabelecido nestes contratos.

NOTA 11 - OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO

A Companhia possui contrato de arrendamento do terreno no qual está instalado seu parque eólico, cuja vigência é até 2057.

a) Direito de uso de arrendamentos

A mutação do direito de uso de arrendamentos está apresentada a seguir:

	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2021
Saldo em 31.12.2019	3.566		
Remensuração	(557)		
Depreciação	(92)		
Saldo em 31.12.2020	2.917		
Remensuração	(22)		
Depreciação	(60)		
Saldo em 31.12.2021	2.835		

b) Arrendamentos a pagar

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31.12.2019	369	3.234	3.603
Remensuração	(53)	(504)	(557)
Juros	315	-	315
Transferências	13	(13)	-
Amortizações	(327)	-	(327)
Saldos em 31.12.2020	317	2.717	3.034
Remensuração	(22)	(22)	(44)
Juros	223	-	223
Transferências	(13)	13	-
Amortizações	(223)	-	(223)
Saldos em 31.12.2021	304	2.708	3.012

Os arrendamentos a pagar foram mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos futuros. A taxa de desconto utilizada para cálculo do valor presente foi de 10,2% e representa a taxa incremental de financiamento.

c) Vencimentos dos arrendamentos a pagar apresentados no passivo não circulante

	31.12.2021
2023	260
2024	236
2025	214
2026	194
2027	176
2028 a 2032	664
2033 a 2037	408
2038 em diante	556
Arrendamentos a pagar	2.708

d) Pagamentos de arrendamentos de alugueis variáveis

No exercício findo em 31.12.2021, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 157 (R\$ 10 em 31.12.2020), referente a custos relacionados ao pagamento de alugueis variáveis.

NOTA 12 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia em 31.12.2021 era de R\$ 23.956 (R\$ 18.391 em 31.12.2020), representado por 23.956.118 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, das quais 23.956.117 pertencem à controladora Umburanas Participações S.A. e 1 pertence à controladora indireta ENGIE Brasil Energia.

Em 2021, os acionistas da Companhia aprovaram o aumento de capital no montante de R\$ 5.565, proveniente de saldos de anos anteriores retidos em reserva de lucros.

b) Reserva legal

Do lucro líquido do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social da Companhia. A referida reserva tem a finalidade de assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social.

c) Reserva de retenção de lucros

A reserva é constituída com base em orçamento de capital, com a finalidade de financiar os investimentos no parque gerador da Companhia.

Em razão do prejuízo apurado no ano de 2021, não houve montante destinado às reservas. Por conseguinte, o resultado apurado no exercício corrente foi parcialmente absorvido pelo saldo das reservas de retenção de lucros e reserva legal.

NOTA 13 - CONCILIAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada nas demonstrações dos resultados.

	2021	2020
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Distribuidoras	18.259	18.116
ENGIE Brasil Energia Comercializadora Ltda. ("EBC")	2.279	1.755
Transações no mercado		

EÓLICA UMBURANAS 2 S.A.
CNPJ nº 20.168.242/0001-04 | NIRE nº 42 3 0004840-2

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

do. O Produto Interno Bruto (PIB) teve crescimento de 4,6%. A alta compensa o decréscimo de 4,1% observado em 2020.

A atividade econômica brasileira iniciou uma recuperação, ainda que ligeiramente abaixo da esperada. A inflação elevada, com pior resultado desde 2015, gerou impacto sobre o crescimento, com a deterioração do poder de compra das famílias. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) apresentou variação de 10,1%, enquanto o Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC) registrou, no acumulado do ano, 10,2%.

As incertezas trazidas pela pandemia e seus desdobramentos também influenciaram o mercado financeiro. A taxa básica de juros (Selic) atingiu 9,2%, alta de 7,2 p.p. no ano, enquanto o dólar (Ptax) bateu a marca de R\$ 5,58 – a moeda americana estava cotada em R\$ 5,19 ao fim de 2020.

4. Desempenho Operacional

Em 2021, a geração total bruta da Eólica Umburanas 2 alcançou 105,8 GWh, 3,0% inferior a geração obtida em 2020, que foi de 109,1 GWh. O índice de disponibilidade, considerando-se todas as paradas programadas, atingiu no ano foi de 89,2%, 4,5 p.p. menor que os 93,8% obtidos em 2020.

5. Desempenho Econômico-Financeiro

a) Principais indicadores (expressos em milhares de reais)

Indicadores de resultado	2021	2020	Var. (R\$)	Var. (%)
Receita operacional líquida	20.890	18.606	2.284	12,3
Lucro bruto	12.798	12.176	622	5,1
Margem bruta	61,3%	65,4%		(4,1 p.p.)
Resultado do serviço (Ebit)	12.702	12.052	650	5,4
Ebitda (Lajida) ¹	16.918	16.273	645	4,0
Margem Ebitda (Lajida)	81,0%	87,5%		(6,5 p.p.)
Resultado financeiro	(12.756)	(7.416)	(5.340)	72,0
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício	(885)	4.636	(5.521)	(119,1)

¹Ebitda (Lajida): (prejuízo) lucro líquido + imposto de renda e contribuição social + resultado financeiro + depreciação e amortização

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINSOS

	Nota	31.12.2021	31.12.2020
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINSOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)			
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	13	20.890	18.606
Custos da energia vendida			
Depreciação e amortização	7/11	(4.216)	(4.221)
Serviços de terceiros		(2.180)	(791)
Encargos de uso da rede elétrica e conexão		(1.071)	(904)
Outros		(625)	(514)
		(8.092)	(6.430)
LUCRO BRUTO		12.798	12.176
Despesas operacionais			
Despesas com vendas, gerais e administrativas		(96)	(124)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		12.702	12.052
Resultado financeiro			
Renda de aplicações financeiras		445	67
Renda de depósitos vinculados ao serviço da dívida		101	38
Juros e variação monetária sobre financiamento	10	(12.398)	(6.912)
Juros e variação monetária sobre provisão para desmobilização	7	(593)	(269)
Juros sobre arrendamentos	11	(269)	(289)
Outras despesas financeiras, líquidas		(42)	(51)
		(12.756)	(7.416)
(PREJUÍZO) LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		(54)	4.636
Imposto de renda e contribuição social correntes	14		
Imposto de renda		(547)	-
Contribuição social		(284)	-
		(831)	-
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(885)	4.636

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

	Nota	31.12.2021	31.12.2020
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINSOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)			
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(885)	4.636
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		(885)	4.636

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Eólica Umburanas 2 S.A. ("Companhia"), com sede no município Florianópolis, estado de Santa Catarina (SC), foi constituída em 03.02.2014, com prazo de duração indeterminado. A Companhia tem como objeto social a implantação e exploração de usina geradora de energia elétrica de fonte eólica e implantação do sistema de transmissão de interesse restrito, podendo negociar créditos de carbono decorrentes de suas atividades e constituir consórcios para consecução do seu objeto social.

A Companhia detém autorização para explorar a Eólica Umburanas 2 ("Usina"), a qual está localizada nos municípios de Sento Sé e Umburanas (BA) e possui capacidade instalada de 25,0 MW¹ e garantia física de 16,6 MW médios. Em 06.04.2019, a Aneel autorizou o início da operação comercial da Usina.

Adicionalmente, a Companhia é parte do Consórcio Umburanas, com participação de 6,94%. O Consórcio Umburanas é responsável pela operação, manutenção e exploração da subestação e parte da linha de transmissão utilizada pela Companhia em suas operações.

A Companhia não possui colaboradores e os seus administradores renunciaram ao direito de receber qualquer remuneração. A administração da Companhia é conduzida pela controladora indireta, ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia"), que cobra pela prestação de serviços e solicita reembolso das despesas incorridas com pessoal diretamente dedicado às atividades da usina.

Os anos de 2020 e 2021 foram marcados pelos efeitos da pandemia da Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus, que impactou, e continua impactando, a economia mundial. Em decorrência disto, foram tomadas medidas restritivas no sentido de determinar o distanciamento social e o fechamento de estabelecimentos comerciais, além da paralisação da indústria. As restrições impostas pelo isolamento social trouxeram efeitos importantes na atividade de diversos setores, na renda das famílias e nos investimentos no país. Na medida em que a situação da pandemia foi melhorando e, com isso, as restrições às atividades econômicas gradativamente reduzidas, houve evolução em diferentes regiões e segmentos de negócios. Em 2021 e 2020, a Companhia não apurou impactos significativos decorrentes da pandemia em suas demonstrações contábeis.

¹As informações não financeiras contidas nessas demonstrações contábeis como MW, MW médio, potência instalada, entre outros, não são auditadas pelos auditores independentes.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base na continuidade operacional e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), sendo utilizado o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, e o real como moeda funcional.

Essas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis ora apresentadas foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 25.04.2022.

a) Continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

As principais bases de julgamento utilizadas para tal conclusão são: (i) principais atividades decorrentes de autorização de longo prazo; (ii) patrimônio líquido expressivo; (iii) forte geração de caixa operacional, inclusive com capacidade financeira para quitação de compromissos assumidos junto a instituições financeiras; e (iv) série histórica de lucros nos últimos exercícios sociais.

NOTA 3 - SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Instrumentos financeiros

a.1) Caixa e equivalentes de caixa

São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao valor justo na data das demonstrações contábeis. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

a.2) Contas a receber de clientes

São reconhecidas quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional,

ou seja, se fizer necessário apenas o transcorrer do tempo para sua ocorrência. São registradas inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado.

a.3) Depósitos vinculados ao serviço da dívida

São mantidos para atendimento às exigências legais e contratuais. São contabilizados inicialmente pelo valor depositado e, posteriormente, pelo custo amortizado.

a.4) Financiamento

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e, posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva.

b) Imobilizado

É registrado ao custo de aquisição ou construção. Os juros e os demais encargos financeiros do financiamento, durante o período de construção, foram computados como custo do respectivo imobilizado. O valor presente do custo esperado para desmobilização de um ativo após seu uso, quando aplicável, é incluído no custo do respectivo ativo. Os custos dos ativos imobilizados são deduzidos da depreciação acumulada, a qual é calculada pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas dos bens.

c) Avaliação do valor de recuperação do imobilizado – Impairment

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, os bens do ativo imobilizado com a finalidade de identificar evidências que possam levar a perdas de valores não recuperáveis das respectivas unidades geradoras de caixa, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa provisão para perda (impairment) é reconhecida no resultado do exercício.

d) Direito de uso de arrendamentos

Os direitos de uso de arrendamentos, inicialmente, compreendem o passivo de arrendamento acrescido dos pagamentos antecipados. Esses ativos são depreciados com base na vigência dos contratos de arrendamento e avaliados no que se refere a perda por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável. Adicionalmente, são ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

e) Arrendamentos a pagar

Os arrendamentos a pagar são inicialmente mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos futuros, descontado pela taxa incremental de financiamento. Posteriormente, o passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva e remensurado (com correspondente ajuste no direto de uso relacionado) quando há alteração nos pagamentos futuros motivada por atualizações monetárias ou alteração nas taxas de desconto. Adicionalmente, a Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamentos de curto prazo, ou seja, arrendamentos de ativos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início, e de ativos de baixo valor individual, os quais são reconhecidos como despesa ao longo do prazo do arrendamento.

f) Provisão para desmobilização

Os custos de desmobilização da Usina são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para cumprir a obrigação, utilizando fluxos de caixa esperados, com base na melhor estimativa na data de reporte, e são reconhecidos em contrapartida dos custos do correspondente ativo. A atualização financeira da provisão é reconhecida na demonstração do resultado conforme incorrida. A provisão é revisada anualmente e quaisquer ajustes de estimativa são efetuados em contrapartida do custo do ativo.

g) Dividendos

Os dividendos são calculados a partir do lucro líquido do exercício, e são reconhecidos como passivo quando da sua aprovação pela Diretoria Executiva, ou mediante deliberação da Assembleia Geral, e podem ser classificados como intercalares, intermediários, dividendos adicionais propostos ou dividendos mínimos obrigatórios.

h) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição. Os demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridos.

i) Transações entre partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, e são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

j) Receita de contrato com cliente

A receita é mensurada com base na contraprestação precificada no contrato com o cliente, pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos incidentes

b) Principais indicadores (expressos em milhares de reais)

Receita operacional líquida: o aumento decorreu: (i) da atualização monetária dos contratos de venda de energia elétrica; e (ii) da alteração no regime de tributação da Companhia, que passou de Lucro Real em 2020 para Lucro Presumido em 2021, e em consequência disso, alterou também o PIS e COFINS, que passou do regime não cumulativo para o regime cumulativo.

Resultado financeiro: o aumento decorreu, principalmente, do efeito da variação monetária sobre os financiamentos, que são vinculados ao IPCA e acompanharam a volatilidade do índice no ano de 2021.

(Prejuízo) lucro líquido do exercício: redução motivada (i) pelo aumento significativo dos custos com contratos de O&M da usina; e (ii) pelos efeitos sobre o resultado financeiro citados anteriormente, os quais foram parcialmente atenuados pelo incremento das receitas no ano.

6. Direitos dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária tem direito de voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária; de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades Anônimas; de fiscalizar a administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

7. Serviços de Auditoria

A Companhia informa que os auditores independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, não prestaram serviços não relacionados à auditoria independente em 2021.

8. Agradecimentos

A Administração da Eólica Umburanas 2 agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e todos aqueles que contribuíram para o desempenho no ano de 2021. A Administração

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINSOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	Nota	31.12.2021	31.12.2020
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINSOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)			
		Reservas de lucros	
		Capital social	Prejuízos acumulados
		Reserva de retenção de lucros	Total
Saldos em 31.12.2019		24.956	(4.554)
Redução de capital	(147)	-	(147)
Lucro líquido do exercício	-	-	4.636
Destinações propostas à AGO:			
- Reserva legal		4	(4)
- Dividendos mínimos obrigatórios		-	(19)
- Reserva de retenção de lucros		-	59
		4	59
Saldos em 31.12.2020	12	24.809	- 24.872
Prejuízo do exercício		-	(885)
Absorção do prejuízo do exercício		(4)	(59)
		(4)	63
Saldos em 31.12.2021	12	24.809	(822)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO) PARA OS EXERCÍCIOS FINSOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	31.12.2021	31.12.2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes dos tributos	(54)	4.636
Conciliação do resultado com o caixa das operações		
Juros e variação monetária sobre financiamento	12.398	6.912
Depreciação e amortização	4.216	4.221
Juros sobre arrendamentos a pagar	269	289
Outros	492	248
Resultado antes dos tributos ajustado	17.321	16.306
Redução (aumento) nos ativos		
Contas a receber de clientes	(105)	108
Outros ativos	113	1.498
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	138	3
Outros	51	(36)
Caixa gerado nas operações	17.518	17.879
Pagamentos de juros sobre financiamento	(3.346)	(3.296)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(553)	(942)
Caixa líquido das atividades operacionais	13.619	13.641
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aplicação no imobilizado e no intangível	(56)	(7.276)
Caixa líquido das atividades de investimento	(56)	(7.276)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Redução de capital	-	(147)
Pagamento de financiamento	(5.010)	(4.669)
Depósitos vinculados ao serviço da dívida	(394)	(2.169)
Pagamento de arrendamentos	(250)	(325)
Caixa líquido das atividades de financiamento	(5.654)	(7.310)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	7.909	(945)
Conciliação do caixa e equivalentes de caixa		
Saldo inicial	5.547	6.492
Saldo final	13.456	5.547
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	7.909	(945)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

sobre ela.

A receita é reconhecida conforme os contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida mensalmente, dado que o cliente simultaneamente recebe e consome os benefícios fornecidos pela Companhia, consequentemente, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento que a energia é efetivamente entregue ao cliente.

k) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados de acordo com as bases tributárias, considerando as normas e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações contábeis.

l) Operações controladas em conjunto

Os ativos, passivos, receitas e despesas relativas à participação no Consórcio Umburanas (entidade sem personalidade jurídica) são reconhecidos diretamente nas demonstrações contábeis da Companhia, não se fazendo necessário, portanto, nenhum procedimento de consolidação dessas operações.

m) Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas

Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações contábeis. Para apurar essas estimativas, a Administração utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando, ainda, pressupostos relativos a eventos futuros.

As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas relativas, principalmente, (i) à definição de vida útil do ativo imobilizado; (ii) ao teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração; (iii) à provisão para desmobilização da Usina; e (iv) à estimativa da taxa incremental de arrendamentos.

n) Novas normas, alterações e interpretações

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu revisões às normas existentes, aplicáveis a partir de 01.01.2021. A relação destas revisões aplicáveis e adotadas pela Companhia e respectivos impactos é apresentada a seguir:

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº17 17			
Pronunciamentos Técnicos CPC 06 (R2) – Arrendamentos, CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação e CPC 48 – Instrumentos financeiros.	11.02.2021	01.01.2021	Sem impactos relevantes
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 18			
Pronunciamentos Técnicos CPC 06 (R2) – Arrendamentos - Benefícios relacionados a Covid-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento – prorrogação.	11.06.2021		Vigência estabelecida pelos órgãos reguladores que o aprovarem.

o) Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes
A partir de 01.01.2022, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia:

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação (Brasil)/ Status	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 19 CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, CPC 27 – Ativo imobilizado, CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade e CPC 48 – Instrumentos financeiros.	01.10.2021	01.01.2022	Sem impactos relevantes
Pronunciamento Técnico CPC nº 50 Este Pronunciamento vem substituir a norma atualmente vigente sobre Contratos de seguro (CPC 11).	07.05.2021	01.01.2023	Não aplicável à Companhia

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2021	31.12.2020
Caixa e depósitos bancários à vista	66	83
Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa	13.390	5.464
	13.456	5.547

A Companhia é participante do Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa de sua controladora indireta, ENGIE Brasil Energia, concentrando suas aplicações financeiras neste fundo. As operações realizadas pelo fundo possuem liquidez imediata, são remuneradas pela Selic e estão lastreadas em títulos públicos federais. A rentabilidade média do fundo nos anos de 2021 e 2020 foi de cerca de 99,0% e 98,7% do CDI (taxa referencial dos Certificados de Depósitos Interbancários), respectivamente.

NOTA 5 - CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Os valores a receber no montante de R\$ 1.891 (R\$ 1.786 em 31.12.2020) correspondem ao contrato firmado com a parte relacionada ENGIE Comercializadora Varejista de Energia Ltda. ("ECV"), com vencimento em 2036, sendo seu reajuste feito anualmente em janeiro do respectivo ano. Não havia valores vencidos em 31.12.2021 e 31.12.2020.

NOTA 6 - DEPÓSITOS VINCULADOS AO SERVIÇO DA DÍVIDA

Em 31.12.2021, a Companhia mantém R\$ 2.703 (R\$ 2.208 em 31.12.2020) relativos a garantias vinculadas ao contrato de financiamento. Essas garantias visam assegurar o pagamento dos serviços de dívida com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), bem como das despesas de operação e manutenção, e são constituídas pelo montante equivalente a 3 meses do serviço da dívida e das despesas contratuais de operação e de manutenção, respectivamente.

NOTA 7 - IMOBILIZADO

a) Composição

	Taxa média de depreciação	31.12.2021		31.12.2020	
		Custo	Depreciação acumulada	Custo	Depreciação acumulada
Em serviço					
Máquinas e equipamentos	3,7%	110.922	(11.436)	99.486	110.903
Edificações e benfeitorias	3,6%	2.302	(234)	2.068	2.303
		113.224	(11.670)	101.554	113.206
Em curso		12	-	12	3
		113.236	(11.670)	101.566	113.209
				(7.527)	105.679
					105.682

b) Mutação do ativo imobilizado

	Máquinas e equipamentos	Edificações e benfeitorias	Em curso	Total
Saldos em 31.12.2019	107.547	2.266	37	109.850
Ingressos	-	-	18	18
Reversão de provisão	-	-	(43)	(43)
Transferências	42	(33)	(9)	(9)
Depreciação	(4.061)	(82)	-	(4.143)
Saldos em 31.12.2020	103.528	2.151	3	105.682
Ingressos	-	-	27	27
Transferências	19	(1)	(18)	-
Depreciação	(4.061)	(82)	-	(4.143)
Saldos em 31.12.2021	99.486	2.068	12	101.566

c) Provisão para desmobilização

Em 2019, a Companhia reconheceu em seu imobilizado a provisão dos custos decorrentes da desmobilização de seu parque edílico, com base no valor presente dos fluxos de caixa esperados para o cumprimento da obrigação de retirada dos ativos e de restauração do local ao final do prazo de autorização. A taxa real de desconto utilizada para o cálculo do valor presente foi de 3,59%, baseado nas taxas de títulos públicos com vencimento similar ao do término das autorizações. O saldo da provisão para desmobilização registrada no passivo não circulante em 31.12.2021 era de R\$ 6.018 (R\$ 5.425 em 31.12.2020), a variação do saldo é decorrente dos juros e variação monetária de R\$ 593 registrados no resultado do exercício de 31.12.2021 (R\$ 269 em 31.12.2020).

d) Autorização do Órgão Regulador

A Companhia é detentora da autorização para exploração da Eólica Umburanas 2, com capacidade instalada de 25,0 MW, pelo prazo de 35 anos, a contar da data de 08.2014.

NOTA 8 - FORNECEDORES

	31.12.2021	31.12.2020
Fornecedores de imobilizado	489	518
Fornecedores de materiais e serviços	1.388	1.260
Encargos de uso da rede elétrica	94	84
	1.971	1.862

NOTA 9 - GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, segue integralmente as regras do Fórum de Gerenciamento de Riscos da ENGIE Brasil Energia, sua controladora indireta. Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um destes fatores de risco:

a) Risco de mercado

Esse risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros aplicadas aos seus passivos, resultando em efeitos em suas despesas financeiras. A Companhia está exposta às variações do IPCA, em decorrência do financiamento contratado.

A totalidade dos contratos de venda de energia em vigor possui cláusula de reajuste inflacionário, com a aplicação de IPCA, o que representa um hedge natural de longo prazo para o financiamento.

A seguir é apresentada análise de sensibilidade preparada pela Companhia. O cenário-base provável para o ano de 2022 foi definido por meio das premissas disponíveis no mercado (Fonte: Relatório FOCUS do Banco Central do Brasil).

Risco de variação	Cenário		Sensibilidade	
	2021	2022	Provável	Δ + 25% (*)
IPCA	10,1%	5,0%	-5,1 p.p.	1,3 p.p.
				-0,8 p.p.

(*) Variações sobre o cenário provável de 2022.

A sensibilidade provável foi calculada com base nas variações entre os índices do ano de 2021 e os previstos no cenário provável para 2022, e demonstram os eventuais impactos adicionais no resultado da Companhia. As demais sensibilidades apresentadas foram apuradas com base (i) na variação de 25%; e (ii) nas estimativas da Administração sobre o cenário projetado, as quais correspondem a avaliação da Administração de alteração razoavelmente possível nas taxas de juros e índices flutuantes para 2022. As variações que poderão impactar o resultado e, consequentemente, o patrimônio líquido de 2022, em comparação com o ano de 2021, caso tais cenários se materializem, são estas:

	Sensibilidade		
	Saldo em 31.12.2021	Provável	Δ + 25%
Financiamento			
IPCA	88.207	4.461	(1.116)
			681

b) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida que proporcionem o retorno de capital aos seus investidores.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (financiamento, deduzido dos depósitos vinculados ao serviço da dívida e do caixa e equivalentes de caixa) e pelo patrimônio líquido. A relação da dívida líquida pelo patrimônio líquido foi esta:

	31.12.2021	31.12.2020
Dívida	88.207	84.165
(-) Depósitos vinculados ao serviço da dívida	(2.703)	(2.208)
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(13.456)	(5.547)
Dívida líquida	72.048	76.410
Patrimônio líquido	23.987	24.872
Endividamento líquido / Patrimônio líquido	3,0	3,1

c) Risco de crédito

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as vendas de energia e as aplicações financeiras.

Nas operações relacionadas à venda de energia, a Companhia mantém contrato com a ENGIE Comercializadora Varejista de Energia Ltda. ("ECV"), controlada da ENGIE Brasil Energia, mitigando assim o seu risco de crédito.

No que tange à aplicação no mercado financeiro, os recursos disponíveis da Companhia são alocados em um Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa, o qual tem como política a alocação de seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco. Em 31.12.2021, esse fundo possuía 100% de sua carteira em ativos com risco de crédito do Governo Brasileiro, todos com liquidez diária. De acordo com o planejamento financeiro da Companhia, os recursos desse fundo serão utilizados no curto prazo, reduzindo substancialmente o risco de quaisquer efeitos significativos nos seus rendimentos, em decorrência de eventual redução da taxa básica de juros da economia brasileira.

d) Risco de liquidez

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada anualmente com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

No demonstrativo a seguir apresenta-se o perfil previsto de liquidação dos principais passivos financeiros da Companhia registrados em 31.12.2021. Os valores foram determinados com base nos fluxos de caixa não descontados previstos, considerando a estimativa de amortização de principal e pagamento de juros futuros, quando aplicável. Para a dívida com juros pós-fixados o valor foi obtido com base na curva de juros do encerramento do exercício.

	Até 1 ano	De 2 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	1.971	-	-	-	1.971
Financiamento	8.536	16.461	15.629	76.801	117.427
	10.507	16.461	15.629	76.801	119.398

e) Categoria dos instrumentos financeiros

	31.12.2021	31.12.2020
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Aplicações financeiras	13.390	5.464
Custo amortizado		
Caixa e depósitos bancários à vista	66	83
Contas a receber de clientes	1.891	1.786
Depósitos vinculados ao serviço da dívida	2.703	2.208
	18.050	9.541
Passivos financeiros		
Custo amortizado		
Fornecedores	1.971	1.862
Financiamento	88.207	84.165
	90.178	86.027

As aplicações financeiras estão avaliadas pelos preços cotados em mercado ativo (Nível 1).

NOTA 10 - FINANCIAMENTO

a) Mutação do financiamento

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31.12.2019	4.611	80.607	85.218
Juros e V.M.	3.605	3.307	6.912
Transferências	4.561	(4.561)	-
Amortização do principal	(4.669)	-	(4.669)
Amortização de juros	(3.296)	-	(3.296)
Saldos em 31.12.2020	4.812	79.353	84.165
Juros e V.M.	3.986	8.412	12.398
Transferências	4.901	(4.901)	-
Amortização do principal	(5.010)	-	(5.010)
Amortização de juros	(3.346)	-	(3.346)
Saldos em 31.12.2021	5.343	82.864	88.207

b) Vencimentos do financiamento apresentado no passivo não circulante

Ano	Valor
2023	5.179
2024	5.179
2025	5.179
2026	5.179
2027	5.179
2028 a 2032	25.886
2033 a 2037	25.895
2038	5.188
	82.864

c) Condições contratadas

	Condições de pagamento	
	Encargos	Vencimento
BNDES	IPCA + 3,91% a.a.	12.2038
		Mensais

d) Garantias

As garantias são as seguintes: (i) penhor da totalidade das ações representativas ao capital social; (ii) cessão dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e venda de energia elétrica; (iii) contas reserva do serviço da dívida e reserva de O&M; (iv) cessão dos direitos emergentes da autorização; e (v) penhor das máquinas e equipamentos relativos ao Projeto.

e) Compromissos contratuais (covenants)

Os compromissos financeiros estabelecidos no financiamento estão sendo cumpridos pela Companhia e são apurados anualmente, conforme estabelecido nestes contratos.

NOTA 11 - OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO

A Companhia possui contrato de arrendamento do terreno no qual está instalado seu parque edílico, cuja vigência é até 2057.

a) Direito de uso de arrendamentos

A mutação do direito de uso de arrendamentos está apresentada a seguir:

	31.12.2019
Saldo em 31.12.2019	3.219
Remensuração	(213)
Depreciação	(84)
Saldo em 31.12.2020	2.922
Remensuração	(361)
Depreciação	(73)
Saldo em 31.12.2021	2.488

b) Arrendamentos a pagar

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31.12.2019	333	2.919	3.252
Remensuração	(15)	(198)	(213)
Juros	289	-	289
Transferências	4	(4)	-
Amortizações	(325)	-	(325)
Saldos em 31.12.2020	286	2.717	3.003
Remensuração	-	(361)	(361)
Juros	269	-	269
Transferências	(27)	27	-
Amortizações	(250)	-	(250)
Saldos em 31.12.2021	278	2.383	2.661

Os arrendamentos a pagar foram mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos futuros. A taxa de desconto utilizada para cálculo do valor presente foi de 10,2% e representa a taxa incremental de financiamento.

c) Vencimentos dos arrendamentos a pagar apresentados no passivo não circulante

	31.12.2021
2023	228
2024	207
2025	188
2026	171
2027	155
2028 a 2032	584
2033 a 2037	359
2038 em diante	491
Arrendamentos a pagar	2.383

d) Pagamentos de arrendamentos de aluguel variáveis

No exercício findo em 31.12.2021, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 20 (R\$ 1 em 31.12.2020), referente a custos relacionados ao pagamento de aluguel variáveis.

NOTA 12 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia em 31.12.2021 e 31.12.2020 era de R\$ 24.809, representado por 24.809.272 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, das quais 24.809.271 pertencem a controladora Umburanas Participações S.A. e 1 pertence à controladora indireta ENGIE Brasil Energia.

NOTA 13 - CONCILIAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada nas demonstrações dos resultados.

	2021	2020
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
ENGIE Comercializadora Varejista de Energia Ltda. ("ECV")	21.681	20.502
	21.681	20.502

DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL

PIS e Cofins	(791)	(1.896)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	20.890	18.606

NOTA 14 - CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS, NO RESULTADO

No exercício de 2020 a Companhia apurou os impostos sobre o lucro pelo regime de lucro real, entretanto, a partir de 01.01.2021 optou pelo regime de tributação do lucro presumido. Por este motivo, não é possível conciliar os tributos, no resultado, de maneira comparativa:

a) Lucro presumido

	2021	
	IR	CSLL
Receita operacional bruta	21.681	21.681
% de presunção do lucro	8%	12%
Lucro presumido sobre receita operacional	1.735	2.602
Receita financeira	551	551
Outras	(98)	3
Base de cálculo	2.188	3.156
Alíquotas	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social - resultado	547	284

b) Lucro real

	2020		
	IR	CSLL	Total
Resultado antes dos tributos	4.636</		

EÓLICA UMBURANAS 21 S.A.
CNPJ nº 20.168.743/0001-82 | NIRE nº 42.3 0004892-5

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da Eólica Umbranas 21 S.A. ("Umbranas 21" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31.12.2021. As informações estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

1. Perfil Institucional

A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) que detém autorização outorgada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para explorar a Eólica Umbranas 21, com potência instalada de 22,5 MW, garantia física de 12,6 MW médios, com início das operações comerciais em janeiro de 2019 e energia comercializada no Ambiente de Contratação Regulado (ACR). Umbranas 21 é uma das 18 Centrais Eólicas que compõem o Conjunto Eólico Umbranas – Fase I, com potência somada de 360,0 MW de capacidade instalada e 213,3 MW médios de energia assegurada, localizada nos municípios de Sento Sé e Umbranas, Estado da Bahia.

A Companhia não tem empregados e sua administração é realizada pela controladora indireta ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia"), que cobra os seus honorários mediante contrato de prestação de serviços e reembolso das despesas com o pessoal diretamente alocado na Eólica.

2. Controle Acionário

A totalidade do capital social da Companhia pertence à Umbranas Participações S.A., uma holding controlada pela ENGIE Brasil Energias Complementares Participações Ltda., que por sua vez, é uma controlada da ENGIE Brasil Energia S.A. Sediada em Florianópolis, a ENGIE Brasil Energia é uma plataforma de investimento em infraestrutura em energia, atuante nas atividades de geração, comercialização, trading e transmissão de energia elétrica. Atua ainda no segmento de transporte de gás, por meio de participação na Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG, em conjunto com outros sócios.

3. Ambiente Macroeconômico

O segundo ano da pandemia da Covid-19 foi, em linhas gerais, marcado pela recuperação

do crescimento econômico e alta inflação – uma constante observada no Brasil e no mundo. O Produto Interno Bruto (PIB) teve crescimento de 4,6%. A alta compensa o decréscimo de 4,1% observado em 2020.

A atividade econômica brasileira iniciou uma recuperação, ainda que ligeiramente abaixo da esperada. A inflação elevada, com pior resultado desde 2015, gerou impacto sobre o crescimento, com a deterioração do poder de compra das famílias. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) apresentou variação de 10,1%, enquanto o Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC) registrou, no acumulado do ano, 10,2%. As incertezas trazidas pela pandemia e seus desdobramentos também influenciaram o mercado financeiro. A taxa básica de juros (Selic) atingiu 9,2%, alta de 7,2 p.p. no ano, enquanto o dólar (Ptax) bateu a marca de R\$ 5,58 – a moeda americana estava cotada em R\$ 5,19 ao fim de 2020.

4. Desempenho Operacional

Em 2021, a geração total bruta da Eólica Umbranas 21 alcançou 96,3 GWh, desempenho 0,3% superior ao obtido em 2020, de 96,0 GWh. O índice de disponibilidade, considerando-se todas as paradas programadas, atingido em 2021 foi de 84,5%, 6,6 p.p. abaixo do observado em 2020, de 91,1%.

5. Desempenho Econômico-Financeiro

a) Principais indicadores (expressos em milhares de reais)

Indicadores de resultado	2021	2020	Var. (R\$)	Var. (%)
Receita operacional líquida	17.684	16.952	732	4,3
Lucro bruto	8.492	9.091	(599)	(6,6)
Margem bruta	48,0%	53,6%		(5,6 p.p.)
Resultado do serviço (Ebit)	8.397	8.967	(570)	(6,4)
Ebitda (Lajida) ¹	12.068	12.668	(600)	(4,7)
Margem Ebitda (Lajida)	68,2%	74,7%		(6,5 p.p.)
Resultado financeiro	(11.181)	(6.686)	(4.495)	67,2
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(3.574)	2.281	(5.855)	(256,7)

¹ Ebitda (Lajida): (prejuízo) lucro líquido + imposto de renda e contribuição social + resultado financeiro + depreciação e amortização

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	Nota	31.12.2021	31.12.2020
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	13	17.684	16.952
Custos da energia vendida			
Depreciação e amortização	7/11	(3.671)	(3.701)
Serviços de terceiros		(2.828)	(1.677)
Encargos de uso da rede elétrica e conexão		(1.109)	(936)
Custo de energia elétrica comprada para revenda e transações realizadas na CCEE		(910)	(1.049)
Outros		(674)	(498)
		(9.192)	(7.861)
		8.492	9.091

LUCRO BRUTO

Despesas operacionais

Despesas com vendas, gerais e administrativas

LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO

Resultado financeiro

Renda de aplicações financeiras

Renda de depósitos vinculados ao serviço da dívida

Juros e variação monetária sobre financiamento

Juros e variação monetária sobre provisão para desmobilização

Juros sobre arrendamentos

Outras receitas (despesas) financeiras, líquidas

(PREJUÍZO) LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO

Imposto de renda e contribuição social correntes

Imposto de renda

Contribuição social

(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	31.12.2021	31.12.2020
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(3.574)	2.281
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	(3.574)	2.281

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Eólica Umbranas 21 S.A. ("Companhia"), com sede no município Florianópolis, estado de Santa Catarina (SC), foi constituída em 03.02.2014, com prazo de duração indeterminado. A Companhia tem como objeto social a implantação e exploração de usina geradora de energia elétrica de fonte eólica e implantação do sistema de transmissão de interesse restrito, podendo negociar créditos de carbono decorrentes de suas atividades e constituir consórcios para consecução do seu objeto social.

A Companhia detém autorização para explorar a Eólica Umbranas 21 ("Usina"), a qual está localizada nos municípios de Sento Sé e Umbranas (BA) e possui capacidade instalada de 22,5 MW¹ e garantia física de 12,6 MW médios. Em 04.01.2019, a Aneel autorizou o início da operação comercial da Usina.

Adicionalmente, a Companhia é parte do Consórcio Umbranas, com participação de 6,25%. O Consórcio Umbranas é responsável pela operação, manutenção e exploração da subestação e parte da linha de transmissão utilizada pela Companhia em suas operações.

A Companhia não possui colaboradores e os seus administradores renunciaram ao direito de receber qualquer remuneração. A administração da Companhia é conduzida pela controladora indireta, ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia"), que cobra pela prestação de serviços e solicita reembolso das despesas incorridas com pessoal diretamente dedicado às atividades da usina.

Os anos de 2020 e 2021 foram marcados pelos efeitos da pandemia da Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus, que impactou, e continua impactando, a economia mundial. Em decorrência disto, foram tomadas medidas restritivas no sentido de determinar o distanciamento social e o fechamento de estabelecimentos comerciais, além da paralisação da indústria. As restrições impostas pelo isolamento social trouxeram efeitos importantes na atividade de diversos setores, na renda das famílias e nos investimentos no país. Na medida em que a situação da pandemia foi melhorando e, com isso, as restrições às atividades econômicas gradativamente reduzidas, houve evolução em diferentes regiões e segmentos de negócios. Em 2021 e 2020, a Companhia não apurou impactos significativos decorrentes da pandemia em suas demonstrações contábeis.

¹ As informações não financeiras contidas nessas demonstrações contábeis como MW, MW médio, potência instalada, entre outros, não são auditadas pelos auditores independentes.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base na continuidade operacional e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), sendo utilizado o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, e o real como moeda funcional.

Essas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis ora apresentadas foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 25.04.2022.

a) Continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

As principais bases de julgamento utilizadas para tal conclusão são: (i) principais atividades decorrentes de autorização de longo prazo; (ii) patrimônio líquido expressivo; (iii) forte geração de caixa operacional, inclusive com capacidade financeira para quitação de compromissos assumidos junto a instituições financeiras; e (iv) série histórica de lucros nos últimos exercícios sociais.

NOTA 3 - SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Instrumentos financeiros

a.1) Caixa e equivalentes de caixa

São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao valor justo na data das demonstrações contábeis. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

a.2) Contas a receber de clientes

São reconhecidas quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, ou seja, se fizer necessário apenas o transcorrer do tempo para sua ocorrência. São re-

gistradas inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado.

a.3) Depósitos vinculados ao serviço da dívida

São mantidos para atendimento às exigências legais e contratuais. São contabilizados inicialmente pelo valor depositado e, posteriormente, pelo custo amortizado.

a.4) Financiamento

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e, posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva.

b) Imobilizado

É registrado ao custo de aquisição ou construção. Os juros e os demais encargos financeiros do financiamento, durante o período de construção, foram computados como custo do respectivo imobilizado. O valor presente do custo esperado para desmobilização de um ativo após seu uso, quando aplicável, é incluído no custo do respectivo ativo. Os custos dos ativos imobilizados são deduzidos da depreciação acumulada, a qual é calculada pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas dos bens.

c) Avaliação do valor de recuperação do imobilizado – Impairment

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, os bens do ativo imobilizado com a finalidade de identificar evidências que possam levar a perdas de valores não recuperáveis das respectivas unidades geradoras de caixa, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa provisão para perda (impairment) é reconhecida no resultado do exercício.

d) Direito de uso de arrendamentos

Os direitos de uso de arrendamentos, inicialmente, compreendem o passivo de arrendamento acrescido dos pagamentos antecipados. Esses ativos são depreciados com base na vigência dos contratos de arrendamento e avaliados no que se refere a perda por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável. Adicionalmente, são ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

e) Arrendamentos a pagar

Os arrendamentos a pagar são inicialmente mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos futuros, descontado pela taxa incremental de financiamento. Posteriormente, o passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva e remensurado (com correspondente ajuste no direto de uso relacionado) quando há alteração nos pagamentos futuros motivada por atualizações monetárias ou alteração nas taxas de desconto. Adicionalmente, a Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamentos de curto prazo, ou seja, arrendamentos de ativos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início, e de ativos de baixo valor individual, os quais são reconhecidos como despesa ao longo do prazo do arrendamento.

f) Provisão para desmobilização

Os custos de desmobilização da Usina são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para cumprir a obrigação, utilizando fluxos de caixa esperados, com base na melhor estimativa na data de reporte, e são reconhecidos em contrapartida dos custos do correspondente ativo. A atualização financeira da provisão é reconhecida na demonstração do resultado conforme incorrida. A provisão é revisada anualmente e quaisquer ajustes de estimativa são efetuados em contrapartida do custo do ativo.

g) Dividendos

Os dividendos são calculados a partir do lucro líquido do exercício, e são reconhecidos como passivo quando da sua aprovação pela Diretoria Executiva, ou mediante deliberação da Assembleia Geral, e podem ser classificados como intercalares, intermediários, dividendos adicionais propostos ou dividendos mínimos obrigatórios.

h) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição. As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridos.

i) Transações entre partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, e são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

j) Receita de contrato com cliente

A receita é mensurada com base na contraprestação precificada no contrato com o cliente, pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos incidentes

b) Principais indicadores (expressos em milhares de reais)

Receita operacional líquida: o aumento decorreu: (i) da atualização monetária dos contratos de venda de energia elétrica; e (ii) da alteração no regime de tributação da Companhia, que passou de Lucro Real em 2020 para Lucro Presumido em 2021, e em consequência disso, alterou também o PIS e COFINS, que passou do regime não cumulativo para o regime cumulativo. Ambos foram parcialmente atenuados pelo incremento dos mecanismos de ressarcimento, que em 2021 foi superior ao registrado em 2020.

Resultado financeiro: o aumento decorreu, principalmente, do efeito da variação monetária sobre os financiamentos, que são vinculados ao IPCA e acompanharam a volatilidade do índice no ano de 2021.

(Prejuízo) Lucro líquido do exercício: Redução motivada (i) pelo aumento significativo dos custos com contratos de O&M da usina; e (ii) pelos efeitos sobre o resultado financeiro citados anteriormente, os quais foram parcialmente atenuados pelo incremento das receitas no ano.

6. Direitos dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária tem direito de voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária; de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades Anônimas; de fiscalizar a administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

7. Serviços de Auditoria

A Companhia informa que os auditores independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, não prestaram serviços não relacionados à auditoria independente em 2021.

8. Agradecimentos

A Administração da Eólica Umbranas 21 agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e todos aqueles que contribuíram para o desempenho no ano de 2021. A Administração

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	Nota	Reservas de lucros			Prejuízos acumulados	Total
		Capital social	Reserva de retenção de lucros	Prejuízos acumulados		
Saldos em 31.12.2019		11.974	388	5.535	-	17.897
Aumento de capital		3.272	-	-	-	3.272
Lucro líquido do exercício		-	-	-	2.281	2.281

Destinações propostas à AGO:

- Reserva legal

- Dividendos mínimos obrigatórios

- Reserva de retenção de lucros

Saldos em 31.12.2020

Aumento de capital

Prejuízo do exercício

Absorção do prejuízo do exercício

Saldos em 31.12.2021

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO) PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	31.12.2021	31.12.2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes dos tributos	(2.784)	2.281
Conciliação do resultado com o caixa das operações		
Juros e variação monetária sobre financiamento	11.160	6.223
Depreciação e amortização	3.671	3.701
Juros sobre arrendamentos a pagar	185	279
Outros	321	238
Resultado antes dos tributos ajustado	12.553	12.722
Redução (aumento) nos ativos		
Contas a receber de clientes	610	(152)
Outros ativos	128	629

Aumento (redução) nos passivos

Fornecedores

Ressarcimentos às distribuidoras

Outros

Caixa gerado nas operações

Pagamentos de juros sobre financiamento

Pagamento de imposto de renda e contribuição social

Caixa líquido das atividades operacionais

Fluxo de caixa das atividades de investimento

Aplicação no imobilizado e no intangível

Caixa líquido das atividades de investimento

Fluxo de caixa das atividades de financiamento

Pagamento de financiamento

Depósitos vinculados ao serviço da dívida

Pagamento de arrendamentos

Aumento de capital

Dividendos pagos

Caixa líquido das atividades de financiamento

Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa

Conciliação do caixa e equivalentes de caixa

Saldo inicial

Saldo final

Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

sobre ela.

A receita é reconhecida conforme os contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida mensalmente, dado que o cliente simultaneamente recebe e consome os benefícios fornecidos pela Companhia, consequentemente, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que a energia é efetivamente entregue ao cliente.

k) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados de acordo com as bases tributárias, considerando as normas e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações contábeis.

l) Operações controladas em conjunto

Os ativos, passivos, receitas e despesas relativas à participação no Consórcio Umbranas (entidade sem personalidade jurídica) são reconhecidos diretamente nas demonstrações contábeis da Companhia, não se fazendo necessário, portanto, nenhum procedimento de consolidação dessas operações.

m) Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas

Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações contábeis. Para apurar essas estimativas, a Administração utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando, ainda, pressupostos relativos a eventos futuros.

As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas relativas, principalmente, (i) à definição de vida útil do ativo imobilizado; (ii) ao teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração; (iii) à provisão para desmobilização da Usina; e (iv) à estimativa da taxa incremental de arrendamentos.

n) Novas normas, alterações e interpretações

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em

o) Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes

A partir de 01.01.2022, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia:

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação (Brasil)/ Status	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
-----------------------------	------------------------------------	-----------------------	--------------------

Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 19

CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, CPC 27 – Ativo imobilizado, CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade e CPC 48 – Instrumentos financeiros.

Pronunciamento Técnico CPC nº 50

Este Pronunciamento vem substituir a norma atualmente vigente sobre Contratos de seguro (CPC 11).

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2021	31.12.2020
Caixa e depósitos bancários à vista	936	882
Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa	15.220	7.477
	16.156	8.359

A Companhia é participante do Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa de sua controladora indireta, ENGIE Brasil Energia, concentrando suas aplicações financeiras neste fundo. As operações realizadas pelo fundo possuem liquidez imediata, são remuneradas pela Selic e estão lastreadas em títulos públicos federais. A rentabilidade média do fundo nos anos de 2021 e 2020 foi de cerca de 99,0% e 98,7% do CDI (taxa referencial dos Certificados de Depósitos Interbancários), respectivamente.

NOTA 5 - CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	31.12.2021	31.12.2020
Distribuidoras	2.426	2.334
ENGIE Brasil Energia Comercializadora Ltda. ("EBC")	308	306
Transações realizadas na CCEE	69	773
	2.803	3.413

Em 31.12.2021, o montante vencido registrado em contas a receber era de R\$ 8 (R\$ 3 em 31.12.2020).

NOTA 6 - DEPÓSITOS VINCULADOS AO SERVIÇO DA DÍVIDA

Em 31.12.2021, a Companhia mantém R\$ 2.436 (R\$ 1.988 em 31.12.2020) relativos a garantias vinculadas ao contrato de financiamento. Essas garantias visam assegurar o pagamento dos serviços de dívida com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), bem como das despesas de operação e manutenção, e são constituídas pelo montante equivalente a 3 meses do serviço da dívida e das despesas contratuais de operação e de manutenção, respectivamente.

NOTA 7 - IMOBILIZADO

a) Composição

	31.12.2021		31.12.2020		Valor líquido	Valor líquido
	Taxa média de depreciação	Depreciação acumulada	Valor líquido	Depreciação acumulada		
Em serviço						
Máquinas e equipamentos	3,7%	97.416 (10.578)	86.838	97.400 (7.017)	90.383	
Edificações e benfeitorias	3,6%	1.635 (182)	1.453	1.638 (123)	1.515	
		99.051 (10.760)	88.291	99.038 (7.140)	91.898	
Em curso		35	2	2	2	
		99.086 (10.760)	88.326	99.040 (7.140)	91.900	

b) Mutação do ativo imobilizado

	Máquinas e equipamentos	Edificações e benfeitorias	Em curso	Total
Saldos em 31.12.2019	93.904	1.605	33	95.542
Ingressos	-	-	15	15
Reversão de provisão	-	-	(38)	(38)
Transferências	38	(30)	(8)	-
Depreciação	(3.559)	(60)	-	(3.619)
Saldos em 31.12.2020	90.383	1.515	2	91.900
Ingressos	-	-	48	48
Transferências	18	(3)	(15)	-
Depreciação	(3.563)	(59)	-	(3.622)
Saldos em 31.12.2021	86.838	1.453	35	88.326

c) Provisão para desmobilização

Em 2019, a Companhia reconheceu em seu imobilizado a provisão dos custos decorrentes da desmobilização de seu parque eólico, com base no valor presente dos fluxos de caixa esperados para o cumprimento da obrigação de retirada dos ativos e de restauração do local ao final do prazo de autorização. A taxa real de desconto utilizada para o cálculo do valor presente foi de 3,59%, baseado nas taxas de títulos públicos com vencimento similar ao do término das autorizações. O saldo da provisão para desmobilização registrada no passivo não circulante em 31.12.2021 era de R\$ 5.238 (R\$ 4.721 em 31.12.2020), a variação do saldo é decorrente dos juros e variação monetária de R\$ 517 registrada no resultado do exercício de 31.12.2021 (R\$ 234 em 31.12.2020).

d) Autorização do Órgão Regulador

A Companhia é detentora da autorização para exploração da Eólica Umburanas 21, com capacidade instalada de 22,5 MW, pelo prazo de 35 anos, a contar da data de 08.2015.

NOTA 8 - FORNECEDORES

	31.12.2021	31.12.2020
Fornecedores de imobilizado	440	443
Fornecedores de materiais e serviços	182	166
Encargos de uso da rede elétrica	104	86
Energia elétrica comprada	22	31
	748	726

NOTA 9 - GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, segue integralmente as regras do Fórum de Gerenciamento de Riscos da ENGIE Brasil Energia, sua controladora indireta. Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um destes fatores de risco:

a) Risco de mercado

Esse risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros aplicadas aos seus passivos, resultando em efeitos em suas despesas financeiras. A Companhia está exposta às variações do IPCA, em decorrência do financiamento contratado.

A totalidade dos contratos de venda de energia em vigor possui cláusula de reajuste inflacionário, com a aplicação de IPCA, o que representa um hedge natural de longo prazo para o financiamento.

A seguir é apresentada análise de sensibilidade preparada pela Companhia. O cenário-base provável para o ano de 2022 foi definido por meio das premissas disponíveis no mercado (Fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil).

Risco de variação	Cenário		Sensibilidade		Administração
	2021	2022	Provável	Δ + 25% (*)	
IPCA	10,1%	5,0%	-5,1 p.p.	1,3 p.p.	-0,8 p.p.

(*) Variações sobre o cenário provável de 2022.

A sensibilidade provável foi calculada com base nas variações entre os índices do ano de 2021 e os previstos no cenário provável para 2022, e demonstram os eventuais impactos adicionais no resultado da Companhia. As demais sensibilidades apresentadas foram apuradas com base (i) na variação de 25%; e (ii) nas estimativas da Administração sobre o cenário projetado, as quais correspondem a avaliação da Administração de alteração razoavelmente possível nas taxas de juros e índices flutuantes para 2022. As variações que poderão impactar o resultado e, conseqüentemente, o patrimônio líquido de 2022, em comparação com o ano de 2021, caso tais cenários se materializem, são estas:

	Saldo em		Sensibilidade	
	31.12.2021	Provável	Δ + 25%	Administração
Financiamento				
IPCA	79.406	4.016	(1.004)	613

b) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida que proporcionem o retorno de capital aos seus investidores.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (financiamento, deduzido dos depósitos vinculados ao serviço da dívida e do caixa e equivalentes de caixa) e pelo patrimônio líquido. A relação da dívida líquida pelo patrimônio líquido foi esta:

	31.12.2021	31.12.2020
Dívida	79.406	75.768
(-) Depósitos vinculados ao serviço da dívida	(2.436)	(1.988)
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(16.156)	(8.359)
Dívida líquida	60.814	65.421
Patrimônio líquido	19.334	22.908
Endividamento líquido / Patrimônio líquido	3,1	2,9

c) Risco de crédito

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as vendas de energia e as aplicações financeiras.

Nas operações de venda de energia, a Companhia minimiza o seu risco de crédito por meio da utilização de um mecanismo de constituição de garantias envolvendo os recebíveis de seus clientes.

No que tange à aplicação no mercado financeiro, os recursos disponíveis da Companhia são alocados em um Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa, o qual tem como política a alocação de seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco. Em 31.12.2021, esse fundo possuía 100% de sua carteira em ativos com risco de crédito do Governo Brasileiro, todos com liquidez diária. De acordo com o planejamento financeiro da Companhia, os recursos desse fundo serão utilizados no curto prazo, reduzindo substancialmente o risco de quaisquer efeitos significativos nos seus rendimentos, em decorrência de eventual redução da taxa básica de juros da economia brasileira.

d) Risco de liquidez

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada anualmente com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

No demonstrativo a seguir apresenta-se o perfil previsto de liquidação dos principais passivos financeiros da Companhia registrados em 31.12.2021. Os valores foram determinados com base nos fluxos de caixa não descontados previstos, considerando a estimativa de amortização de principal e pagamento de juros futuros, quando aplicável. Para a dívida com juros pós-fixados o valor foi obtido com base na curva de juros do encerramento do exercício.

	Até 1 ano	De 2 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	748	-	-	-	748
Financiamento	7.685	14.818	14.070	69.138	105.711
	8.433	14.818	14.070	69.138	106.459

e) Categoria dos instrumentos financeiros

	31.12.2021	31.12.2020
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Aplicações financeiras	15.220	7.477
Custo amortizado		
Caixa e depósitos bancários à vista	936	882
Contas a receber de clientes	2.803	3.413
Depósitos vinculados ao serviço da dívida	2.436	1.988
	21.395	13.760

Passivos financeiros

	31.12.2021	31.12.2020
Custo amortizado		
Fornecedores	748	726
Financiamento	79.406	75.768
Ressarcimentos às distribuidoras	4.610	1.433
	84.764	77.927

As aplicações financeiras estão avaliadas pelos preços cotados em mercado ativo (Nível 1).

NOTA 10 - FINANCIAMENTO

a) Mutação do financiamento

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31.12.2019	4.150	72.564	76.714
Juros e V.M.	3.245	2.978	6.223
Transferências	4.106	(4.106)	-
Amortização do principal	(4.202)	-	(4.202)
Amortização de juros	(2.967)	-	(2.967)
Saldos em 31.12.2020	4.332	71.436	75.768
Juros e V.M.	3.588	7.572	11.160
Transferências	4.412	(4.412)	-
Amortização do principal	(4.510)	-	(4.510)
Amortização de juros	(3.012)	-	(3.012)
Saldos em 31.12.2021	4.810	74.596	79.406

b) Vencimentos do financiamento apresentado no passivo não circulante

Ano	Valor
2023	4.662
2024	4.662
2025	4.662
2026	4.662
2027	4.662
2028 a 2032	23.303
2033 a 2037	23.311
2038	4.672
	74.596

c) Condições contratadas

BNDES	Condições de pagamento	
	Encargos	Vencimento
IPCA + 3,91% a.a.	12.2038	Mensais

d) Garantias

As garantias são as seguintes: (i) penhor da totalidade das ações representativas ao capital social; (ii) cessão dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e venda de energia elétrica; (iii) contas reserva do serviço da dívida e reserva de O&M; (iv) cessão dos direitos emergentes da autorização; e (v) penhor das máquinas e equipamentos relativos ao Projeto.

e) Compromissos contratuais (covenants)

Os compromissos financeiros estabelecidos no financiamento estão sendo cumpridos pela Companhia e são apurados anualmente, conforme estabelecido nestes contratos.

NOTA 11 - OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO

A Companhia possui contrato de arrendamento do terreno no qual está instalado seu parque eólico, cuja vigência é até 2057.

a) Direito de uso de arrendamentos

A mutação do direito de uso de arrendamentos está apresentada a seguir:

	31.12.2021	31.12.2020
Saldo em 31.12.2019	3.203	
Remensuração	(792)	
Depreciação	(82)	
Saldo em 31.12.2020	2.329	
Remensuração	(16)	
Depreciação	(49)	
Saldo em 31.12.2021	2.264	

b) Arrendamentos a pagar

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31.12.2019	331	2.904	3.235
Remensuração	(96)	(696)	(792)
Juros	279	-	279
Transferências	35	(35)	-
Amortizações	(292)	-	(292)
Saldos em 31.12.2020	257	2.173	2.430
Remensuração	-	(16)	(16)
Juros	185	-	185
Transferências	(9)	9	-
Amortizações	(185)	-	(185)
Saldos em 31.12.2021	248	2.166	2.414

Os arrendamentos a pagar foram mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos futuros. A taxa de desconto utilizada para cálculo do valor presente foi de 10,2% e representa a taxa incremental de financiamento.

c) Vencimentos dos arrendamentos a pagar apresentados no passivo não circulante

	31.12.2021
2023	208
2024	188
2025	171
2026	156
2027	141
2028 a 2032	531
2033 a 2037	327
2038 em diante	445
Arrendamentos a pagar	2.166

d) Pagamentos de arrendamentos de aluguéis variáveis

No exercício findo em 31.12.2021, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 131 (R\$ 12 em 31.12.2020), referente a custos relacionados ao pagamento de aluguéis variáveis.

NOTA 12 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia em 31.12.2021 era de R\$ 21.409 (R\$ 15.246 em 31.12.2020), representado por 21.408.872 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, das quais 21.408.871 pertencem à controladora Umburanas Participações S.A. e 1 pertence à controladora indireta ENGIE Brasil Energia.

Em 2021, os acionistas da Companhia aprovaram o aumento de capital no montante de R\$ 6.163, proveniente de saldos de anos anteriores retidos em reserva de lucros.

b) Reserva legal

Do lucro líquido do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social da Companhia. A referida reserva tem a finalidade de assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social.

c) Reserva de retenção de lucros

A reserva é constituída com base em orçamento de capital, com a finalidade de financiar os investimentos no parque gerador da Companhia.

Em razão do prejuízo apurado no ano de 2021, não houve montante destinado às reservas. Por conseguinte, o resultado apurado no exercício corrente foi parcialmente absorvido pelo saldo das reservas de retenção de lucros e reserva legal.

NOTA 13 - CONCILIAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada nas demonstrações dos resultados.

	2021	2020
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Distribuidoras	14.217	15.217
ENGIE Brasil Energia Comercializadora Ltda. ("EBC")	3.588	2.571
Transações no mercado de curto prazo	549	892
	18.354	18.680

DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL

EÓLICA UMBURANAS 23 S.A.
CNPJ nº 20.168.788/0001-57 | NIRE nº 42 3 0004891-7

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da Eólica Umbranas 23 S.A. ("Umbranas 23" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31.12.2021. As informações estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

1. Perfil Institucional

A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) que detém autorização outorgada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para explorar a Eólica Umbranas 23, com potência instalada de 15,0 MW, garantia física de 8,4 MW médios, com início das operações comerciais em março de 2019 e energia comercializada no Ambiente de Contratação Regulada (ACR). Umbranas 23 é uma das 18 Centrais Eólicas que compõem o Conjunto Eólico Umbranas – Fase I, com potência somada de 360,0 MW de capacidade instalada e 213,3 MW médios de energia assegurada, localizada nos municípios de Sento Sé e Umbranas, Estado da Bahia.

A Companhia não tem empregados e sua administração é realizada pela controladora indireta ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia"), que cobra os seus honorários mediante contrato de prestação de serviços e reembolso das despesas com o pessoal diretamente alocado na Eólica.

2. Controle Acionário

A totalidade do capital social da Companhia pertence à Umbranas Participações S.A., uma *holding* controlada pela ENGIE Brasil Energias Complementares Participações Ltda., que por sua vez, é uma controlada da ENGIE Brasil Energia S.A. Sediada em Florianópolis, a ENGIE Brasil Energia é uma plataforma de investimento em infraestrutura em energia, atuante nas atividades de geração, comercialização, *trading* e transmissão de energia elétrica. Atua ainda no segmento de transporte de gás, por meio de participação na Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG, em conjunto com outros sócios.

3. Ambiente Macroeconômico

O segundo ano da pandemia da Covid-19 foi, em linhas gerais, marcado pela recuperação do crescimento econômico e alta inflação – uma constante observada no Brasil e no mun-

do. O Produto Interno Bruto (PIB) teve crescimento de 4,6%. A alta compensa o decréscimo de 4,1% observado em 2020.

A atividade econômica brasileira iniciou uma recuperação, ainda que ligeiramente abaixo da esperada. A inflação elevada, com pior resultado desde 2015, gerou impacto sobre o crescimento, com a deterioração do poder de compra das famílias. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) apresentou variação de 10,1%, enquanto o Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC) registrou, no acumulado do ano, 10,2%.

As incertezas trazidas pela pandemia e seus desdobramentos também influenciaram o mercado financeiro. A taxa básica de juros (Selic) atingiu 9,2%, alta de 7,2 p.p. no ano, enquanto o dólar (Plax) bateu a marca de R\$ 5,58 – a moeda americana estava cotada em R\$ 5,19 ao fim de 2020.

4. Desempenho Operacional

Em 2021, a geração total bruta da Eólica Umbranas 23 alcançou 76,6 GWh, desempenho 4,2% superior ao observado em 2020, de 73,4 GWh. O índice de disponibilidade, considerando-se todas as paradas programadas, atingido no ano em análise foi 95,3%, 2,1 p.p. abaixo do obtido em 2020, de 97,4%.

5. Desempenho Econômico-Financeiro

a) Principais indicadores (expressos em milhares de reais)

Indicadores de resultado	2021	2020	Var. (R\$)	Var. (%)
Receita operacional líquida	14.005	11.783	2.222	18,9
Lucro bruto	8.560	7.175	1.385	19,3
Margem bruta	61,1%	60,9%		0,2 p.p.
Resultado do serviço (Ebit)	8.458	7.044	1.414	20,1
Ebitda (Lajida) ¹	10.978	9.581	1.397	14,6
Margem Ebitda (Lajida)	78,4%	81,3%		(2,9 p.p.)
Resultado financeiro	(7.736)	(4.573)	(3.163)	69,2
Lucro líquido do exercício	167	2.471	(2.304)	(93,2)

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	Nota	31.12.2021	31.12.2020
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	13	14.005	11.783
Custos da energia vendida			
Depreciação e amortização	7/11	(2.520)	(2.537)
Serviços de terceiros		(1.291)	(525)
Encargos de uso da rede elétrica e conexão		(740)	(626)
Custo de energia elétrica comprada para revenda e transações realizadas na CCEE		(429)	(548)
Outros		(465)	(372)
		(5.445)	(4.608)
LUCRO BRUTO		8.560	7.175
Despesas operacionais			
Despesas com vendas, gerais e administrativas		(102)	(131)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		8.458	7.044
Resultado financeiro			
Renda de aplicações financeiras		318	53
Renda de depósitos vinculados ao serviço da dívida		62	23
Juros e variação monetária sobre financiamento	10	(7.606)	(4.241)
Juros e variação monetária sobre provisão para desmobilização	7	(344)	(156)
Juros sobre arrendamentos	11	(129)	(185)
Outras despesas financeiras, líquidas		(37)	(67)
		(7.736)	(4.573)
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		722	2.471
Imposto de renda e contribuição social correntes	14		
Imposto de renda		(363)	-
Contribuição social		(192)	-
		(555)	-
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		167	2.471

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	31.12.2021	31.12.2020
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	167	2.471
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	167	2.471

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Eólica Umbranas 23 S.A. ("Companhia"), com sede no município Florianópolis, estado de Santa Catarina (SC), foi constituída em 03.02.2014, com prazo de duração indeterminado. A Companhia tem como objeto social a implantação e exploração de usina geradora de energia elétrica de fonte eólica e implantação do sistema de transmissão de interesse restrito, podendo negociar créditos de carbono decorrentes de suas atividades e constituir consórcios para consecução do seu objeto social.

A Companhia detém autorização para explorar a Eólica Umbranas 23 ("Usina"), a qual está localizada nos municípios de Sento Sé e Umbranas (BA) e possui capacidade instalada de 15,0 MW¹ e garantia física de 8,4 MW médios. Em 13.03.2019, a Aneel autorizou o início da operação comercial da Usina.

Adicionalmente, a Companhia é parte do Consórcio Umbranas, com participação de 4,17%. O Consórcio Umbranas é responsável pela operação, manutenção e exploração da subestação e parte da linha de transmissão utilizada pela Companhia em suas operações.

A Companhia não possui colaboradores e os seus administradores renunciaram ao direito de receber qualquer remuneração. A administração da Companhia é conduzida pela controladora indireta, ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia"), que cobra pela prestação de serviços e solicita reembolso das despesas incorridas com pessoal diretamente dedicado às atividades da usina.

Os anos de 2020 e 2021 foram marcados pelos efeitos da pandemia da Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus, que impactou, e continua impactando, a economia mundial. Em decorrência disto, foram tomadas medidas restritivas no sentido de determinar o distanciamento social e o fechamento de estabelecimentos comerciais, além da paralisação da indústria. As restrições impostas pelo isolamento social trouxeram efeitos importantes na atividade de diversos setores, na renda das famílias e nos investimentos no país. Na medida em que a situação da pandemia foi melhorando e, com isso, as restrições às atividades econômicas gradativamente reduzidas, houve evolução em diferentes regiões e segmentos de negócios. Em 2021 e 2020, a Companhia não apurou impactos significativos decorrentes da pandemia em suas demonstrações contábeis.

¹ As informações não financeiras contidas nessas demonstrações contábeis como MW, MW médio, potência instalada, entre outros, não são auditadas pelos auditores independentes.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base na continuidade operacional e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), sendo utilizado o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, e o real como moeda funcional.

Essas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis ora apresentadas foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 25.04.2022.

a) Continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

As principais bases de julgamento utilizadas para tal conclusão são: (i) principais atividades decorrentes de autorização de longo prazo; (ii) patrimônio líquido expressivo; (iii) forte geração de caixa operacional, inclusive com capacidade financeira para quitação de compromissos assumidos junto a instituições financeiras; e (iv) série histórica de lucros nos últimos exercícios sociais.

NOTA 3 - SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Instrumentos financeiros

a.1) Caixa e equivalentes de caixa

São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao valor justo na data das demonstrações contábeis. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

a.2) Contas a receber de clientes

São reconhecidas quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, ou seja, se fizer necessário apenas o transcorrer do tempo para sua ocorrência. São re-

gistradas inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado.

a.3) Depósitos vinculados ao serviço da dívida

São mantidos para atendimento às exigências legais e contratuais. São contabilizados inicialmente pelo valor depositado e, posteriormente, pelo custo amortizado.

a.4) Financiamento

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e, posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva.

b) Imobilizado

É registrado ao custo de aquisição ou construção. Os juros e os demais encargos financeiros do financiamento, durante o período de construção, foram computados como custo do respectivo imobilizado. O valor presente do custo esperado para desmobilização de um ativo após seu uso, quando aplicável, é incluído no custo do respectivo ativo. Os custos dos ativos imobilizados são deduzidos da depreciação acumulada, a qual é calculada pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas dos bens.

c) Avaliação do valor de recuperação do imobilizado – Impairment

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, os bens do ativo imobilizado com a finalidade de identificar evidências que possam levar a perdas de valores não recuperáveis das respectivas unidades geradoras de caixa, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa provisão para perda (*impairment*) é reconhecida no resultado do exercício.

d) Direito de uso de arrendamentos

Os direitos de uso de arrendamentos, inicialmente, compreendem o passivo de arrendamento acrescido dos pagamentos antecipados. Esses ativos são depreciados com base na vigência dos contratos de arrendamento e avaliados no que se refere a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Adicionalmente, são ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

e) Arrendamentos a pagar

Os arrendamentos a pagar são inicialmente mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos futuros, descontado pela taxa incremental de financiamento. Posteriormente, o passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva e remensurado (com correspondente ajuste no direto de uso relacionado) quando há alteração nos pagamentos futuros motivada por atualizações monetárias ou alteração nas taxas de desconto. Adicionalmente, a Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamentos de curto prazo, ou seja, arrendamentos de ativos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início, e de ativos de baixo valor individual, os quais são reconhecidos como despesa ao longo do prazo do arrendamento.

f) Provisão para desmobilização

Os custos de desmobilização da Usina são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para cumprir a obrigação, utilizando fluxos de caixa esperados, com base na melhor estimativa na data de reporte, e são reconhecidos em contrapartida dos custos do correspondente ativo. A atualização financeira da provisão é reconhecida na demonstração do resultado conforme ocorrida. A provisão é revisada anualmente e quaisquer ajustes de estimativa são efetuados em contrapartida do custo do ativo.

g) Dividendos

Os dividendos são calculados a partir do lucro líquido do exercício, e são reconhecidos como passivo quando da sua aprovação pela Diretoria Executiva, ou mediante deliberação da Assembleia Geral, e podem ser classificados como intercalares, intermediários, dividendos adicionais propostos ou dividendos mínimos obrigatórios.

h) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição. As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridos.

i) Transações entre partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, e são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

j) Receita de contrato com cliente

A receita é mensurada com base na contraprestação precificada no contrato com o cliente, pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos incidentes sobre ela.

b) Principais indicadores (expressos em milhares de reais)

Receita operacional líquida: o aumento decorreu: (i) da atualização monetária dos contratos de venda de energia elétrica; e (ii) da alteração no regime de tributação da Companhia, que passou de Lucro Real em 2020 para Lucro Presumido em 2021, e em consequência disso, alterou também o PIS e COFINS, que passou do regime não cumulativo para o regime cumulativo.

Resultado financeiro: o aumento decorreu, principalmente, do efeito da variação monetária sobre os financiamentos, que são vinculados ao IPCA e acompanharam a volatilidade do índice no ano de 2021.

Lucro líquido do exercício: Redução motivada, substancialmente, pelos efeitos sobre o resultado financeiro citados anteriormente, o qual foi parcialmente atenuado pelo incremento das receitas no ano.

6. Direitos dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária tem direito de voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária; de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades Anônimas; de fiscalizar a administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

7. Serviços de Auditoria

A Companhia informa que os auditores independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, não prestaram serviços não relacionados à auditoria independente em 2021.

8. Agradecimentos

A Administração da Eólica Umbranas 23 agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e todos aqueles que contribuíram para o desempenho no ano de 2021. A Administração

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	Nota	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
		Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		
Saldos em 31.12.2019		6.729	238	3.384	-	10.351
Aumento de capital		4.049	-	-	-	4.049
Lucro líquido do exercício		-	-	-	2.471	2.471
Destinações propostas à AGO:						
- Reserva legal		-	124	-	(124)	-
- Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(587)	(587)
- Reserva de retenção de lucros		-	-	1.760	(1.760)	-
Saldos em 31.12.2020	12	10.778	362	5.144	-	16.284
Aumento de capital		3.813	-	(3.813)	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	167	167
Destinações propostas à AGO:						
- Reserva legal		-	8	-	(8)	-
- Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(40)	(40)
- Reserva de retenção de lucros		-	-	119	(119)	-
Saldos em 31.12.2021	12	14.591	370	1.450	-	16.411

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO) PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	31.12.2021	31.12.2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes dos tributos	722	2.471
Conciliação do resultado com o caixa das operações		
Juros e variação monetária sobre financiamento	7.606	4.241
Depreciação e amortização	2.520	2.537
Juros sobre arrendamentos a pagar	129	185
Outros	276	160
Resultado antes dos tributos ajustado	11.253	9.594
Redução (aumento) nos ativos		
Contas a receber de clientes	55	70
Outros ativos	29	562
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	77	(18)
Outros	(29)	-
Caixa gerado nas operações	11.385	10.208
Pagamentos de juros sobre financiamento	(2.053)	(2.023)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(368)	(562)
Caixa líquido das atividades operacionais	8.964	7.623
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aplicação no imobilizado e no intangível	(41)	(4.454)
Caixa líquido das atividades de investimento	(41)	(4.454)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de financiamento	(3.073)	(2.864)
Depósitos vinculados ao serviço da dívida	(238)	(1.332)
Pagamento de arrendamentos	(129)	(193)
Aumento de capital	-	4.049
Dividendos pagos	-	(1.128)
Caixa líquido das atividades de financiamento	(3.440)	(1.468)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	5.483	1.701
Conciliação do caixa e equivalentes de caixa		
Saldo inicial	4.674	2.973
Saldo final	10.157	4.674
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	5.483	1.701

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

A receita é reconhecida conforme os contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida mensalmente, dado que o cliente simultaneamente recebe e consome os benefícios fornecidos pela Companhia, consequentemente, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que a energia é efetivamente entregue ao cliente.

k) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados de acordo com as bases tributárias, considerando as normas e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações contábeis.

l) Operações controladas em conjunto

Os ativos, passivos, receitas e despesas relativas à participação no Consórcio Umbranas (entidade sem personalidade jurídica) são reconhecidos diretamente nas demonstrações contábeis da Companhia, não se fazendo necessário, portanto, nenhum procedimento de consolidação dessas operações.

m) Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas

Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações contábeis. Para apurar essas estimativas, a Administração utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando, ainda, pressupostos relativos a eventos futuros.

As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas relativas, principalmente, (i) à definição de vida útil do ativo imobilizado; (ii) ao teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração; (iii) à provisão para desmobilização da Usina; e (iv) à estimativa da taxa incremental de arrendamentos.

n) Novas normas, alterações e interpretações

o) Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes

A partir de 01.01.2022, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia:

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação (Brasil)/ Status	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 19 CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, CPC 27 – Ativo imobilizado, CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade e CPC 48 – Instrumentos financeiros. Pronunciamento Técnico CPC nº 50	01.10.2021	01.01.2022	Sem impactos relevantes
Este Pronunciamento vem substituir a norma atualmente vigente sobre Contratos de seguro (CPC 11).	07.05.2021	01.01.2023	Não aplicável à Companhia

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2021	31.12.2020
Caixa e depósitos bancários à vista	575	563
Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa	9.582	4.111
	10.157	4.674

A Companhia é participante do Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa de sua controladora indireta, ENGIE Brasil Energia, concentrando suas aplicações financeiras neste fundo. As operações realizadas pelo fundo possuem liquidez imediata, são remuneradas pela Selic e estão lastreadas em títulos públicos federais. A rentabilidade média do fundo nos anos de 2021 e 2020 foi de cerca de 99,0% e 98,7% do CDI (taxa referencial dos Certificados de Depósitos Interbancários), respectivamente.

NOTA 5 - CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	31.12.2021	31.12.2020
Distribuidoras	1.664	1.592
ENGIE Brasil Energia Comercializadora Ltda. ("EBC")	221	219
Transações realizadas na CCEE	123	252
	2.008	2.063

Em 31.12.2021, o montante de R\$ 6 estava vencido. Em 31.12.2020, não havia saldo vencido de contas a receber.

NOTA 6 - DEPÓSITOS VINCULADOS AO SERVIÇO DA DÍVIDA

Em 31.12.2021, a Companhia mantém R\$ 1.656 (R\$ 1.356 em 31.12.2020) relativos a garantias vinculadas ao contrato de financiamento. Essas garantias visam assegurar o pagamento dos serviços de dívida com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), bem como das despesas de operação e manutenção, e são constituídas pelo montante equivalente a 3 meses do serviço da dívida e das despesas contratuais de operação e de manutenção, respectivamente.

NOTA 7 - IMOBILIZADO

a) Composição

	31.12.2021			31.12.2020			
	Taxa média de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Em serviço							
Máquinas e equipamentos	3,6%	67.040	(6.881)	60.159	67.028	(4.437)	62.591
Edificações e benfeitorias	3,6%	1.149	(121)	1.028	1.152	(80)	1.072
		68.189	(7.002)	61.187	68.180	(4.517)	63.663
Em curso		32	-	32	2	-	2
		68.221	(7.002)	61.219	68.182	(4.517)	63.665

b) Mutação do ativo imobilizado

	Máquinas e equipamentos	Edificações e benfeitorias	Em curso	Total
Saldos em 31.12.2019	65.008	1.133	22	66.163
Ingressos	-	-	11	11
Reversão de provisão	-	-	(26)	(26)
Transferências	25	(20)	(5)	-
Depreciação	(2.442)	(41)	-	(2.483)
Saldos em 31.12.2020	62.591	1.072	2	63.665
Ingressos	-	-	39	39
Transferências	11	(2)	(9)	-
Depreciação	(2.443)	(42)	-	(2.485)
Saldos em 31.12.2021	60.159	1.028	32	61.219

c) Provisão para desmobilização

Em 2019, a Companhia reconheceu em seu imobilizado a provisão dos custos decorrentes da desmobilização de seu parque edício, com base no valor presente dos fluxos de caixa esperados para o cumprimento da obrigação de retirada dos ativos e de restauração do local ao final do prazo de autorização. A taxa real de desconto utilizada para o cálculo do valor presente foi de 3,59%, baseado nas taxas de títulos públicos com vencimento similar ao do término das autorizações. O saldo da provisão para desmobilização registrada no passivo não circulante em 31.12.2021 era de R\$ 3.492 (R\$ 3.148 em 31.12.2020), a variação do saldo é decorrente dos juros e variação monetária de R\$ 344 registrada no resultado do exercício de 31.12.2021 (R\$ 156 em 31.12.2020).

d) Autorização do Órgão Regulador

A Companhia é detentora da autorização para exploração da Eólica Umburanas 23, com capacidade instalada de 15,0 MW, pelo prazo de 35 anos, a contar da data de 08.2015.

NOTA 8 - FORNECEDORES

	31.12.2021	31.12.2020
Fornecedores de imobilizado	294	296
Fornecedores de materiais e serviços	122	52
Encargos de uso da rede elétrica	70	58
Energia elétrica comprada	15	20
	501	426

NOTA 9 - GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, segue integralmente as regras do Fórum de Gerenciamento de Riscos da ENGIE Brasil Energia, sua controladora indireta. Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um destes fatores de risco:

a) Risco de mercado

Esse risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros aplicadas aos seus passivos, resultando em efeitos em suas despesas financeiras. A Companhia está exposta às variações do IPCA, em decorrência do financiamento contratado.

A totalidade dos contratos de venda de energia em vigor possui cláusula de reajuste inflacionário, com a aplicação de IPCA, o que representa um *hedje* natural de longo prazo para o financiamento.

A seguir é apresentada análise de sensibilidade preparada pela Companhia. O cenário-base provável para o ano de 2022 foi definido por meio das premissas disponíveis no mercado (Fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil).

Risco de variação	Variação	Cenário Provável	Sensibilidade		
			Provável	Δ + 25% (*)	Administração
IPCA	10,1%	5,0%	-5,1 p.p.	1,3 p.p.	-0,8 p.p.

(*) Variações sobre o cenário provável de 2022.

A sensibilidade provável foi calculada com base nas variações entre os índices do ano de 2021 e os previstos no cenário provável para 2022, e demonstram os eventuais impactos adicionais no resultado da Companhia. As demais sensibilidades apresentadas foram apuradas com base (i) na variação de 25%; e (ii) nas estimativas da Administração sobre o cenário projetado, as quais correspondem a avaliação da Administração de alteração razoavelmente possível nas taxas de juros e índices flutuantes para 2022. As variações que poderão impactar o resultado e, consequentemente, o patrimônio líquido de 2022, em comparação com o ano de 2021, caso tais cenários se materializem, são estas:

	Sensibilidade			Administração
	Saldo em 31.12.2021	Provável	Δ + 25%	
Financiamento				
IPCA	54.118	2.737	(684)	418

b) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida que proporcionem o retorno de capital aos seus investidores.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (financiamento, deduzido dos depósitos vinculados ao serviço da dívida e do caixa e equivalentes de caixa) e pelo patrimônio líquido. A relação da dívida líquida pelo patrimônio líquido foi esta:

	31.12.2021	31.12.2020
Dívida	54.118	51.638
(-) Depósitos vinculados ao serviço da dívida	(1.656)	(1.356)
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(10.157)	(4.674)
Dívida líquida	42.305	45.608
Patrimônio líquido	16.411	16.284
Endividamento líquido / Patrimônio líquido	2,6	2,8

c) Risco de crédito

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as vendas de energia e as aplicações financeiras. Nas operações de venda de energia, a Companhia minimiza o seu risco de crédito por meio da utilização de um mecanismo de constituição de garantias envolvendo os recebíveis de seus clientes.

No que tange à aplicação no mercado financeiro, os recursos disponíveis da Companhia são alocados em um Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa, o qual tem como política a alocação de seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco. Em 31.12.2021, esse fundo possuía 100% de sua carteira em ativos com risco de crédito do Governo Brasileiro, todos com liquidez diária. De acordo com o planejamento financeiro da Companhia, os recursos desse fundo serão utilizados no curto prazo, reduzindo substancialmente o risco de quaisquer efeitos significativos nos seus rendimentos, em decorrência de eventual redução da taxa básica de juros da economia brasileira.

d) Risco de liquidez

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada anualmente com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

No demonstrativo a seguir apresenta-se o perfil previsto de liquidação dos principais passivos financeiros da Companhia registrados em 31.12.2021. Os valores foram determinados com base nos fluxos de caixa não descontados previstos, considerando a estimativa de amortização de principal e pagamento de juros futuros, quando aplicável. Para a dívida com juros pós-fixados o valor foi obtido com base na curva de juros do encerramento do exercício.

	Até 1 ano	De 2 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	501	-	-	-	501
Financiamento	5.237	10.099	9.589	47.120	72.045
	5.738	10.099	9.589	47.120	72.546

e) Categoria dos instrumentos financeiros

	31.12.2021	31.12.2020
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Aplicações financeiras	9.582	4.111
Custo amortizado		
Caixa e depósitos bancários à vista	575	563
Contas a receber de clientes	2.008	2.063
Depósitos vinculados ao serviço da dívida	1.656	1.356
	13.821	8.093
Passivos financeiros		
Custo amortizado		
Fornecedores	501	426
Financiamento	54.118	51.638
	54.619	52.064

As aplicações financeiras estão avaliadas pelos preços cotados em mercado ativo (Nível 1).

NOTA 10 - FINANCIAMENTO

a) Mutação do financiamento

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31.12.2019	2.829	49.455	52.284
Juros e V.M.	2.212	2.029	4.241
Transferências	2.798	(2.798)	-
Amortização do principal	(2.864)	-	(2.864)
Amortização de juros	(2.023)	-	(2.023)
Saldos em 31.12.2020	2.952	48.686	51.638
Juros e V.M.	2.445	5.161	7.606
Transferências	3.007	(3.007)	-
Amortização do principal	(3.073)	-	(3.073)
Amortização de juros	(2.053)	-	(2.053)
Saldos em 31.12.2021	3.278	50.840	54.118

b) Vencimentos do financiamento apresentado no passivo não circulante

Ano	Valor
2023	3.177
2024	3.177
2025	3.177
2026	3.177
2027	3.177
2028 a 2032	15.882
2033 a 2037	15.887
2038	3.186
	50.840

c) Condições contratadas

	Condições de pagamento		
	Encargos	Vencimento	Principal e encargos
BNDES	IPCA + 3,91% a.a.	12.2038	Mensais

d) Garantias

As garantias são as seguintes: (i) penhor da totalidade das ações representativas ao capital social; (ii) cessão dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e de venda de energia elétrica; (iii) contas reserva do serviço da dívida e reserva de O&M; (iv) cessão dos direitos emergentes da autorização; e (v) penhor das máquinas e equipamentos relativos ao Projeto.

e) Compromissos contratuais (covenants)

Os compromissos financeiros estabelecidos no financiamento estão sendo cumpridos pela Companhia e são apurados anualmente, conforme estabelecido nestes contratos.

NOTA 11 - OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO

A Companhia possui contrato de arrendamento do terreno no qual está instalado seu parque eólico, cuja vigência é até 2057.

a) Direito de uso de arrendamentos

A mutação do direito de uso de arrendamentos está apresentada a seguir:

	2021	2020
Saldo em 31.12.2019	2.116	(430)
Remensuração	(430)	(54)
Depreciação	(54)	-
Saldo em 31.12.2020	1.632	(11)
Remensuração	(11)	(35)
Depreciação	(35)	-
Saldo em 31.12.2021	1.586	-

b) Arrendamentos a pagar

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31.12.2019	219	1.919	2.138
Remensuração	(40)	(390)	(430)
Juros	185	-	185
Transferências	8	(8)	-
Amortizações	(193)	-	(193)
Saldos em 31.12.2020	179	1.521	1.700
Remensuração	-	(11)	(11)
Juros	129	-	129
Transferências	(6)	6	-
Amortizações	(129)	-	(129)
Saldos em 31.12.2021	173	1.516	1.689

Os arrendamentos a pagar foram mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos futuros. A taxa de desconto utilizada para cálculo do valor presente foi de 10,2% e representa a taxa incremental de financiamento.

c) Vencimentos dos arrendamentos a pagar apresentados no passivo não circulante

	31.12.2021
2023	145
2024	132
2025	120
2026	109
2027	99
2028 a 2032	372
2033 a 2037	229
2038 em diante	310
Arrendamentos a pagar	1.516

d) Pagamentos de arrendamentos de alugueis variáveis

No exercício findo em 31.12.2021, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 96 (R\$ 8 em 31.12.2020), referente a custos relacionados ao pagamento de alugueis variáveis.

NOTA 12 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia em 31.12.2021 era de R\$ 14.591 (R\$ 10.778 em 31.12.2020), representado por 14.590.760 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, das quais 14.590.759 pertencem à controladora Umburanas Participações S.A. e 1 pertence à controladora indireta ENGIE Brasil Energia.

Em 2021, os acionistas da Companhia aprovaram o aumento de capital no montante de R\$ 3.813, proveniente de saldos de anos anteriores retidos em reserva de lucros.

b) Reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios

A Companhia constituiu reserva legal correspondente a 5% do lucro líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios correspondem a 25% do lucro líquido ajustado.

c) Reserva de retenção de lucros

Em 31.12.2021, a Administração da Companhia está propondo a destinação do valor de R\$ 119 do lucro do exercício de 2021 para reserva de retenção de lucros. Estes recursos serão destinados a investimentos no parque gerador da Companhia.

NOTA 13 - CONCILIAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada nas demonstrações dos resultados.

	2021	2020
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Distribuidoras	11.845	11.376
ENGIE Brasil Energia Comercializadora Ltda. ("EBC")	2.002	1.509
Transações no mercado de curto prazo	689	99
	14.536	12.984

DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL

PIS e Cofins	(531)	(1.201)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	14.005	11.783

NOTA 14 - CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS, NO RESULTADO

No exercício de 2020 a Companhia apurou os impostos sobre o lucro pelo regime de lucro real, entretanto, a partir de 01.01.2021 optou pelo regime de tributação do lucro presumido. Por este motivo, não é possível conciliar os tributos, no resultado, de maneira comparativa:

a) Lucro presumido

EÓLICA UMBURANAS 25 S.A.
CNPJ nº 19.281.805/0001-89 | NIRE nº 42 3 0004889-5

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

do. O Produto Interno Bruto (PIB) teve crescimento de 4,6%. A alta compensa o decréscimo de 4,1% observado em 2020.

A atividade econômica brasileira iniciou uma recuperação, ainda que ligeiramente abaixo da esperada. A inflação elevada, com pior resultado desde 2015, gerou impacto sobre o crescimento, com a deterioração do poder de compra das famílias. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) apresentou variação de 10,1%, enquanto o Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC) registrou, no acumulado do ano, 10,2%.

As incertezas trazidas pela pandemia e seus desdobramentos também influenciaram o mercado financeiro. A taxa básica de juros (Selic) atingiu 9,2%, alta de 7,2 p.p. no ano, enquanto o dólar (Ptax) bateu a marca de R\$ 5,58 – a moeda americana estava cotada em R\$ 5,19 ao fim de 2020.

4. Desempenho Operacional

Em 2021, a geração total bruta da Eólica Umbranas 25 alcançou 79,4 GWh, 7,3% superior aos 74,0 GWh observados em 2020. O Índice de disponibilidade, considerando-se todas as paradas programadas, atingido em 2021 foi de 96,9%, 0,8 p.p. acima dos 96,1% obtidos em 2020.

5. Desempenho Econômico-Financeiro

a) Principais indicadores (expressos em milhares de reais)

Indicadores de resultado	2021	2020	Var. (R\$)	Var. (%)
Receita operacional líquida	15.143	12.468	2.675	21,5
Lucro bruto	8.818	6.873	1.945	28,3
Margem bruta	58,2%	55,1%		3,1 p.p.
Resultado do serviço (Ebit)	8.711	6.725	1.986	29,5
Ebitda (Lajida) ¹	11.581	9.625	1.956	20,3
Margem Ebitda (Lajida)	76,5%	77,2%		(0,7 p.p.)
Resultado financeiro	(8.786)	(5.204)	(3.582)	68,8
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(683)	1.521	(2.204)	(144,9)

¹Ebitda (Lajida): (prejuízo) lucro líquido + imposto de renda e contribuição social + resultado financeiro + depreciação e amortização

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	Nota	31.12.2021	31.12.2020
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	13	15.143	12.468
Custos da energia vendida			
Depreciação e amortização	7/11	(2.870)	(2.900)
Serviços de terceiros		(1.503)	(649)
Encargos de uso da rede elétrica e conexão		(862)	(729)
Custo de energia elétrica comprada para revenda e transações realizadas na CCEE		(563)	(899)
Outros		(527)	(418)
		(6.325)	(5.595)
		8.818	6.873

	Nota	31.12.2021	31.12.2020
LUCRO BRUTO			
Despesas operacionais			
Despesas com vendas, gerais e administrativas		(107)	(148)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		8.711	6.725

	Nota	31.12.2021	31.12.2020
RESULTADO FINANCEIRO			
Renda de aplicações financeiras		333	58
Renda de depósitos vinculados ao serviço da dívida		71	27
Juros e variação monetária sobre financiamento	10	(8.658)	(4.828)
Juros e variação monetária sobre provisão para desmobilização	7	(402)	(182)
Juros sobre arrendamentos	11	(116)	(215)
Outras despesas financeiras, líquidas		(14)	(64)
		(8.786)	(5.204)

	Nota	31.12.2021	31.12.2020
(PREJUÍZO) LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		(75)	1.521
Imposto de renda e contribuição social correntes	14		
Imposto de renda		(399)	-
Contribuição social		(209)	-
		(608)	-
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(683)	1.521

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	Nota	31.12.2021	31.12.2020
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(683)	1.521
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		(683)	1.521

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL
A Eólica Umbranas 25 S.A. ("Companhia"), com sede no município Florianópolis, estado de Santa Catarina (SC), foi constituída em 13.08.2013, com prazo de duração indeterminado. A Companhia tem como objeto social a implantação e exploração de usina geradora de energia elétrica de fonte eólica e implantação do sistema de transmissão de interesse restrito, podendo negociar créditos de carbono decorrentes de suas atividades e constituir consórcios para consecução do seu objeto social.

A Companhia detém autorização para explorar a Eólica Umbranas 25 ("Usina"), a qual está localizada nos municípios de Sento Sé e Umbranas (BA) e possui capacidade instalada de 17,5 MW¹ e garantia física de 9,3 MW médios. Em 01.03.2019, a Aneel autorizou o início da operação comercial da Usina.

Adicionalmente, a Companhia é parte do Consórcio Umbranas, com participação de 4,86%. O Consórcio Umbranas é responsável pela operação, manutenção e exploração da subestação e parte da linha de transmissão utilizada pela Companhia em suas operações.

A Companhia não possui colaboradores e os seus administradores renunciaram ao direito de receber qualquer remuneração. A administração da Companhia é conduzida pela controladora indireta, ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia"), que cobra pela prestação de serviços e solicita reembolso das despesas incorridas com pessoal diretamente dedicado às atividades da usina.

Os anos de 2020 e 2021 foram marcados pelos efeitos da pandemia da Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus, que impactou, e continua impactando, a economia mundial. Em decorrência disto, foram tomadas medidas restritivas no sentido de determinar o distanciamento social e o fechamento de estabelecimentos comerciais, além da paralisação da indústria. As restrições impostas pelo isolamento social trouxeram efeitos importantes na atividade de diversos setores, na renda das famílias e nos investimentos no país. Na medida em que a situação da pandemia foi melhorando e, com isso, as restrições às atividades econômicas gradativamente reduzidas, houve evolução em diferentes regiões e segmentos de negócios. Em 2021 e 2020, a Companhia não apurou impactos significativos decorrentes da pandemia em suas demonstrações contábeis.

a.3) Depósitos vinculados ao serviço da dívida
São mantidos para atendimento às exigências legais e contratuais. São contabilizados inicialmente pelo valor depositado e, posteriormente, pelo custo amortizado.

a.4) Financiamento
São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e, posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva.

b) Imobilizado
É registrado ao custo de aquisição ou construção. Os juros e os demais encargos financeiros do financiamento, durante o período de construção, foram computados como custo do respectivo imobilizado. O valor presente do custo esperado para desmobilização de um ativo após seu uso, quando aplicável, é incluído no custo do respectivo ativo. Os custos dos ativos imobilizados são deduzidos da depreciação acumulada, a qual é calculada pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas dos bens.

c) Avaliação do valor de recuperação do imobilizado – Impairment
A Companhia avalia, no mínimo anualmente, os bens do ativo imobilizado com a finalidade de identificar evidências que possam levar a perdas de valores não recuperáveis das respectivas unidades geradoras de caixa, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa provisão para perda (*impairment*) é reconhecida no resultado do exercício.

d) Direito de uso de arrendamentos
Os direitos de uso de arrendamentos, inicialmente, compreendem o passivo de arrendamento acrescido dos pagamentos antecipados. Esses ativos são depreciados com base na vigência dos contratos de arrendamento e avaliados no que se refere a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Adicionalmente, são ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

e) Arrendamentos a pagar
Os arrendamentos a pagar são inicialmente mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos futuros, descontado pela taxa incremental de financiamento. Posteriormente, o passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva e remensurado (com correspondente ajuste no direto de uso relacionado) quando há alteração nos pagamentos futuros motivada por atualizações monetárias ou alteração nas taxas de desconto. Adicionalmente, a Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamentos de curto prazo, ou seja, arrendamentos de ativos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início, e de ativos de baixo valor individual, os quais são reconhecidos como despesa ao longo do prazo do arrendamento.

f) Provisão para desmobilização
Os custos de desmobilização da Usina são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para cumprir a obrigação, utilizando fluxos de caixa esperados, com base na melhor estimativa na data de reporte, e são reconhecidos em contrapartida dos custos do correspondente ativo. A atualização financeira da provisão é reconhecida na demonstração do resultado conforme incorrida. A provisão é revisada anualmente e quaisquer ajustes de estimativa são efetuados em contrapartida do custo do ativo.

g) Dividendos
Os dividendos são calculados a partir do lucro líquido do exercício, e são reconhecidos como passivo quando da sua aprovação pela Diretoria Executiva, ou mediante deliberação da Assembleia Geral, e podem ser classificados como intercalares, intermediários, dividendos adicionais propostos ou dividendos mínimos obrigatórios.

h) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes
Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição. As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridos.

i) Transações entre partes relacionadas
As transações entre partes relacionadas são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, e são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

j) Receita de contrato com cliente
A receita é mensurada com base na contraprestação precificada no contrato com o cliente,

b) Principais indicadores (expressos em milhares de reais)

Receita operacional líquida: o aumento decorreu: (i) da atualização monetária dos contratos de venda de energia elétrica; e (ii) da alteração no regime de tributação da Companhia, que passou de Lucro Real em 2020 para Lucro Presumido em 2021, e em consequência disso, alterou também o PIS e COFINS, que passou do regime não cumulativo para o regime cumulativo. Ambos foram parcialmente atenuados pelo incremento dos mecanismos de ressarcimento, que em 2021 foi superior ao registrado em 2020.

Resultado financeiro: o aumento decorreu, principalmente, do efeito da variação monetária sobre os financiamentos, que são vinculados ao IPCA e acompanharam a volatilidade do índice no ano de 2021.

(Prejuízo) Lucro líquido do exercício: Redução motivada, substancialmente, pelos efeitos sobre o resultado financeiro citados anteriormente, o qual foi parcialmente atenuado pelo incremento das receitas no ano.

6. Direitos dos Acionistas
O detentor de cada ação ordinária tem direito de voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária; de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades Anônimas; de fiscalizar a administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

7. Serviços de Auditoria
A Companhia informa que os auditores independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, não prestaram serviços não relacionados à auditoria independente em 2021.

8. Agradecimentos
A Administração da Eólica Umbranas 25 agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e todos aqueles que contribuíram para o desempenho no ano de 2021.

A Administração

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	Nota	Reservas de lucros			Prejuízos acumulados	Total
		Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		
Saldos em 31.12.2019		7.997	268	3.825	-	12.090
Aumento de capital		4.299	-	-	-	4.299
Lucro líquido do exercício		-	-	-	1.521	1.521
Destinações propostas à AGO:						
- Reserva legal		-	76	-	(76)	-
- Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(361)	(361)
- Reserva de retenção de lucros		-	-	1.084	(1.084)	-
Saldos em 31.12.2020	12	12.296	344	4.909	-	17.549
Aumento de capital		4.313	-	(4.313)	-	-
Prejuízo do exercício		-	-	-	(683)	(683)
Absorção do prej. do exercício		-	(87)	(596)	683	-
Saldos em 31.12.2021	12	16.609	257	-	-	16.866

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO) PARA OS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	31.12.2021	31.12.2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes dos tributos	(75)	1.521
Conciliação do resultado com o caixa das operações		
Juros e variação monetária sobre financiamento	8.658	4.828
Depreciação e amortização	2.870	2.900
Juros sobre arrendamentos a pagar	116	215
Outros	302	180
Resultado antes dos tributos ajustado	11.871	9.644
Redução (aumento) nos ativos		
Contas a receber de clientes	(101)	154
Outros ativos	54	525
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	16	(903)
Ressarcimentos às distribuidoras	554	543
Outros	(19)	(39)
Caixa gerado nas operações	12.375	9.924
Pagamentos de juros sobre financiamento	(2.336)	(2.302)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(420)	(592)
Caixa líquido das atividades operacionais	9.619	7.030

	31.12.2021	31.12.2020
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aplicação no imobilizado e no intangível	17	(5.399)
Caixa líquido das atividades de investimento	17	(5.399)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de financiamento	(3.499)	(3.261)
Depósitos vinculados ao serviço da dívida	(276)	(1.518)
Pagamento de arrendamentos	(114)	(226)
Aumento de capital	-	4.299
Dividendos pagos	-	(1.275)
Caixa líquido das atividades de financiamento	(3.889)	(1.981)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	5.747	(350)
Conciliação do caixa e equivalentes de caixa		
Saldo inicial	5.019	5.369
Saldo final	10.766	5.019
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	5.747	(350)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos incidentes sobre ela.

A receita é reconhecida conforme os contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida mensalmente, dado que o cliente simultaneamente recebe e consome os benefícios fornecidos pela Companhia, consequentemente, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que a energia é efetivamente entregue ao cliente.

k) Imposto de renda e contribuição social
O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados de acordo com as bases tributárias, considerando as normas e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações contábeis.

l) Operações controladas em conjunto
Os ativos, passivos, receitas e despesas relativas à participação no Consórcio Umbranas (entidade sem personalidade jurídica) são reconhecidos diretamente nas demonstrações contábeis da Companhia, não se fazendo necessário, portanto, nenhum procedimento de consolidação dessas operações.

m) Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas
Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações contábeis. Para apurar essas estimativas, a Administração utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando, ainda, pressupostos relativos a eventos futuros.

As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas relativas, principalmente, (i) à definição de vida útil do ativo imobilizado; (ii) ao teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração; (iii) à provisão para desmobilização da Usina; e (iv) à estimativa da taxa incremental de arrendamentos.

n) Normas, alterações e interpretações
O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu revisões às normas existentes, aplicáveis a partir de 01.01.2021. A relação destas revisões aplicáveis e adotadas pela Companhia e respectivos impactos é apresentada a seguir:

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 17			
Pronunciamentos Técnicos CPC 06 (R2) – Arrendamentos, CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação e CPC 48 – Instrumentos financeiros.	11.02.2021	01.01.2021	Sem impactos relevantes
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 18			
Pronunciamentos Técnicos CPC 06 (R2) – Arrendamentos - Benefícios relacionados à Covid-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento – prorrogação.	11.06.2021		Vigência estabelecida pelos órgãos reguladores que o aprovarem. Sem impactos relevantes

¹ As informações não financeiras contidas nessas demonstrações contábeis como MW, MW médio, potência instalada, entre outros, não são auditadas pelos auditores independentes.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base na continuidade operacional e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), sendo utilizado o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, e o real como moeda funcional.

Essas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis ora apresentadas foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 25.04.2022.

a) Continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

As principais bases de julgamento utilizadas para tal conclusão são: (i) principais atividades decorrentes de autorização de longo prazo; (ii) patrimônio líquido expressivo; (iii) forte geração de caixa operacional, inclusive com capacidade financeira para quitação de compromissos assumidos junto a instituições financeiras; e (iv) série histórica de lucros nos últimos exercícios sociais.

NOTA 3 - SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Instrumentos financeiros

a.1) Caixa e equivalentes de caixa
São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao valor justo na data das demonstrações contábeis. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

a.2) Contas a receber de clientes
São reconhecidas quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional,

o) Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes

A partir de 01.01.2022, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia:

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação (Brasil)/ Status	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 19 CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, CPC 27 – Ativo imobilizado, CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade e CPC 48 – Instrumentos financeiros.	01.10.2021	01.01.2022	Sem impactos relevantes
Pronunciamento Técnico CPC nº 50 Este Pronunciamento vem substituir a norma atualmente vigente sobre Contratos de seguro (CPC 11).	07.05.2021	01.01.2023	Não aplicável à Companhia

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2021	31.12.2020
Caixa e depósitos bancários à vista	633	637
Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa	10.133	4.382
	10.766	5.019

A Companhia é participante do Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa de sua controladora indireta, ENGIE Brasil Energia, concentrando suas aplicações financeiras neste fundo. As operações realizadas pelo fundo possuem liquidez imediata, são remuneradas pela Selic e estão lastreadas em títulos públicos federais. A rentabilidade média do fundo nos anos de 2021 e 2020 foi de cerca de 99,0% e 98,7% do CDI (taxa referencial dos Certificados de Depósitos Interbancários), respectivamente.

NOTA 5 - CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	31.12.2021	31.12.2020
Distribuidoras	1.774	1.698
ENGIE Brasil Energia Comercializadora Ltda. ("EBC")	242	240
Transações realizadas na CCEE	104	81
	2.120	2.019

Em 31.12.2021, o montante de R\$ 6 estava vencido. Em 31.12.2020, não havia saldo vencido de contas a receber.

NOTA 6 - DEPÓSITOS VINCULADOS AO SERVIÇO DA DÍVIDA

Em 31.12.2021, a Companhia mantém R\$ 1.892 (R\$ 1.545 em 31.12.2020) relativos a garantias vinculadas ao contrato de financiamento. Essas garantias visam assegurar o pagamento dos serviços de dívida com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), bem como das despesas de operação e manutenção, e são constituídas pelo montante equivalente a 3 meses do serviço da dívida e das despesas contratuais de operação e de manutenção, respectivamente.

NOTA 7 - IMOBILIZADO

a) Composição

	31.12.2021			31.12.2020			
	Taxa média de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Em serviço							
Máquinas e equipamentos	3,6%	76.537	(7.866)	68.671	76.523	(5.074)	71.449
Edificações e benfeitorias	3,6%	1.299	(138)	1.161	1.301	(91)	1.210
		77.836	(8.004)	69.832	77.824	(5.165)	72.659
Em curso		37	-	37	8	-	8
		77.873	(8.004)	69.869	77.832	(5.165)	72.667

b) Mutação do ativo imobilizado

	Máquinas e equipamentos		Edificações e benfeitorias		Em curso	Total
	Saldo em 31.12.2019	31.12.2019	31.12.2019	31.12.2019		
Ingressos	-	-	-	-	51	51
Reversão de provisão	-	-	-	-	(30)	(30)
Baixas	(16)	-	-	-	-	(16)
Transferências	62	(23)	(39)	-	-	-
Depreciação	(2.790)	(48)	-	-	(2.838)	-
Saldo em 31.12.2020	71.449	1.210	8	72.667		
Ingressos	-	-	-	-	46	46
Transferências	19	(2)	(17)	-	-	-
Baixas	(5)	-	-	-	(5)	-
Depreciação	(2.792)	(47)	-	-	(2.839)	-
Saldo em 31.12.2021	68.671	1.161	37	69.869		

c) Provisão para desmobilização

Em 2019, a Companhia reconheceu em seu imobilizado a provisão dos custos decorrentes da desmobilização de seu parque eólico, com base no valor presente dos fluxos de caixa esperados para o cumprimento da obrigação de retirada dos ativos e de restauração do local ao final do prazo de autorização. A taxa real de desconto utilizada para o cálculo do valor presente foi de 3,59%, baseado nas taxas de títulos públicos com vencimento similar ao do término das autorizações. O saldo da provisão para desmobilização registrada no passivo não circulante em 31.12.2021 era de R\$ 4.074 (R\$ 3.672 em 31.12.2020), a variação do saldo é decorrente dos juros e variação monetária de R\$ 402 registrada no resultado do exercício de 31.12.2021 (R\$ 182 em 31.12.2020).

d) Autorização do Órgão Regulador

A Companhia é detentora da autorização para exploração da Eólica Umburanas 25, com capacidade instalada de 17,5 MW, pelo prazo de 35 anos, a contar da data de 08.2015.

NOTA 8 - FORNECEDORES

	31.12.2021	31.12.2020
Fornecedores de imobilizado	444	386
Fornecedores de materiais e serviços	272	264
Encargos de uso da rede elétrica	81	67
Energia elétrica comprada	16	22
	813	739

NOTA 9 - GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, segue integralmente as regras do Fórum de Gerenciamento de Riscos da ENGIE Brasil Energia, sua controladora indireta. Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um destes fatores de risco:

a) Risco de mercado

Esse risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros aplicadas aos seus passivos, resultando em efeitos em suas despesas financeiras. A Companhia está exposta às variações do IPCA, em decorrência do financiamento contratado.

A totalidade dos contratos de venda de energia em vigor possui cláusula de reajuste inflacionário, com a aplicação de IPCA, o que representa um hedge natural de longo prazo para o financiamento.

A seguir é apresentada análise de sensibilidade preparada pela Companhia. O cenário-base provável para o ano de 2022 foi definido por meio das premissas disponíveis no mercado (Fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil).

Risco de variação	Variação	Cenário Provável		Sensibilidade	Administração
		2021	2022		
IPCA	10,1%	5,0%	-5,1 p.p.	1,3 p.p.	-0,8 p.p.

(*) Variações sobre o cenário provável de 2022.

A sensibilidade provável foi calculada com base nas variações entre os índices do ano de 2021 e os previstos no cenário provável para 2022, e demonstram os eventuais impactos adicionais no resultado da Companhia. As demais sensibilidades apresentadas foram apuradas com base (i) na variação de 25%; e (ii) nas estimativas da Administração sobre o cenário projetado, as quais correspondem a avaliação da Administração de alteração razoavelmente possível nas taxas de juros e índices flutuantes para 2022. As variações que poderão impactar o resultado e, consequentemente, o patrimônio líquido de 2022, em comparação com o ano de 2021, caso tais cenários se materializem, são estas:

	Sensibilidade			
	Saldo em 31.12.2021	Provável	Δ + 25%	Administração
Financiamento				
IPCA	61.604	3.115	(779)	476

b) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida que proporcionem o retorno de capital aos seus investidores.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (financiamento, deduzido dos depósitos vinculados ao serviço da dívida e do caixa e equivalentes de caixa) e pelo patrimônio líquido. A relação da dívida líquida pelo patrimônio líquido foi esta:

	31.12.2021	31.12.2020
Dívida	61.604	58.781
(-) Depósitos vinculados ao serviço da dívida	(1.892)	(1.545)
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(10.766)	(5.019)
Dívida líquida	48.946	52.217
Patrimônio líquido	16.866	17.549
Endividamento líquido / Patrimônio líquido	2,9	3,0

c) Risco de crédito

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as vendas de energia e as aplicações financeiras.

Nas operações de venda de energia, a Companhia minimiza o seu risco de crédito por meio da utilização de um mecanismo de constituição de garantias envolvendo os recebíveis de seus clientes.

No que tange à aplicação no mercado financeiro, os recursos disponíveis da Companhia são alocados em um Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa, o qual tem como política a alocação de seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco. Em 31.12.2021, esse fundo possuía 100% de sua carteira em ativos com risco de crédito do Governo Brasileiro, todos com liquidez diária. De acordo com o planejamento financeiro da Companhia, os recursos desse fundo serão utilizados no curto prazo, reduzindo substancialmente o risco de quaisquer efeitos significativos nos seus rendimentos, em decorrência de eventual redução da taxa básica de juros da economia brasileira.

d) Risco de liquidez

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada anualmente com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

No demonstrativo a seguir apresenta-se o perfil previsto de liquidação dos principais passivos financeiros da Companhia registrados em 31.12.2021. Os valores foram determinados com base nos fluxos de caixa não descontados previstos, considerando a estimativa de amortização de principal e pagamento de juros futuros, quando aplicável. Para a dívida com juros pós-fixados o valor foi obtido com base na curva de juros do encerramento do exercício.

	Até 1 ano	De 2 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	813	-	-	-	813
Financiamento	5.962	11.496	10.915	53.637	82.010
	6.775	11.496	10.915	53.637	82.823

e) Categoria dos instrumentos financeiros

	31.12.2021	31.12.2020
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Aplicações financeiras	10.133	4.382
Custo amortizado		
Caixa e depósitos bancários à vista	633	637
Contas a receber de clientes	2.120	2.019
Depósitos vinculados ao serviço da dívida	1.892	1.545
	14.778	8.583

Passivos financeiros

	31.12.2021	31.12.2020
Custo amortizado		
Fornecedores	813	739
Financiamento	61.604	58.781
Ressarcimentos às distribuidoras	1.097	543
	63.514	60.063

As aplicações financeiras estão avaliadas pelos preços cotados em mercado ativo (Nível 1).

NOTA 10 - FINANCIAMENTO

a) Mutação do financiamento

	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31.12.2019	3.220	56.296	59.516
Juros e V.M.	2.519	2.309	4.828
Transferências	3.185	(3.185)	-
Amortização do principal	(3.261)	-	(3.261)
Amortização de juros	(2.302)	-	(2.302)
Saldo em 31.12.2020	3.361	55.420	58.781
Juros e V.M.	2.783	5.875	8.658
Transferências	3.423	(3.423)	-
Amortização do principal	(3.499)	-	(3.499)
Amortização de juros	(2.336)	-	(2.336)
Saldo em 31.12.2021	3.732	57.872	61.604

b) Vencimentos do financiamento apresentado no passivo não circulante

Ano	Valor
2023	3.617
2024	3.617
2025	3.617
2026	3.617
2027	3.617
2028 a 2032	18.079
2033 a 2037	18.085
2038	3.623
	57.872

c) Condições contratadas

	Condições de pagamento		
	Encargos	Vencimento	Principal e encargos
BNDES	IPCA + 3,91% a.a.	12.2038	Mensais

d) Garantias

As garantias são as seguintes: (i) penhor da totalidade das ações representativas ao capital social; (ii) cessão dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e de venda de energia elétrica; (iii) contas reserva do serviço da dívida e reserva de O&M; (iv) cessão dos direitos emergentes da autorização; e (v) penhor das máquinas e equipamentos relativos ao Projeto.

e) Compromissos contratuais (covenants)

Os compromissos financeiros estabelecidos no financiamento estão sendo cumpridos pela Companhia e são apurados anualmente, conforme estabelecido nestes contratos.

NOTA 11 - OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO

A Companhia possui contrato de arrendamento do terreno no qual está instalado seu parque eólico, cuja vigência é até 2057.

a) Direito de uso de arrendamentos

A mutação do direito de uso de arrendamentos está apresentada a seguir:

	31.12.2021	31.12.2020
Saldo em 31.12.2019	2.492	
Remensuração	(684)	
Depreciação	(62)	
Saldo em 31.12.2020	1.746	
Remensuração	(19)	
Depreciação	(31)	
Saldo em 31.12.2021	1.696	

b) Arrendamentos a pagar

	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31.12.2019	258	2.260	2.518
Remensuração	(83)	(601)	(684)
Juros	215	-	215
Transferências	29	(29)	-
Amortizações	(226)	-	(226)
Saldo em 31.12.2020	193	1.630	1.823
Remensuração	-	(19)	(19)
Juros	116	-	116
Transferências	(14)	14	-
Amortizações	(114)	-	(114)
Saldo em 31.12.2021	181	1.625	1.806

Os arrendamentos a pagar foram mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos futuros. A taxa de desconto utilizada para cálculo do valor presente foi de 10,2% e representa a taxa incremental de financiamento.

c) Vencimentos dos arrendamentos a pagar apresentados no passivo não circulante

	31.12.2021
2023	156
2024	141
2025	128
2026	116
2027	106
2028 a 2032	398
2033 a 2037	245
2038 em diante	335
Arrendamentos a pagar	1.625

d) Pagamentos de arrendamentos de alugueis variáveis

No exercício findo em 31.12.2021, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 103 (R\$ 11 em 31.12.2020), referente a custos relacionados ao pagamento de alugueis variáveis.

NOTA 12 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia em 31.12.2021 era de R\$ 16.609 (R\$ 12.296 em 31.12.2020), representado por 16.608.921 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, das quais 16.608.920 pertencem à controladora Umburanas Participações S.A. e 1 pertence à controladora indireta ENGIE Brasil Energia.

Em 2021, os acionistas da Companhia aprovaram o aumento de capital no montante de R\$ 4.313, proveniente de saldos de anos anteriores retidos em reserva de lucros.

b) Reserva legal

Do lucro líquido do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social da Companhia. A referida reserva tem a finalidade de assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social.

c) Reserva de retenção de lucros

A reserva é constituída com base em orçamento de capital, com a finalidade de financiar os investimentos no parque gerador da Companhia.

Em razão do prejuízo apurado no ano de 2021, não houve montante destinado às reservas. Por conseguinte, o resultado apurado no exercício corrente foi integralmente absorvido pelo saldo das reservas de retenção de lucros e reserva legal.

NOTA 13 - CONCILIAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada nas demonstrações dos resultados.

	2021	2020
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Distribuidoras	1	

EÓLICA UMBURANAS 3 S.A.

CNPJ nº 20.168.215/0001-23 | NIRE nº 42.3.0004846-1

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da Eólica Umbranas 3 S.A. ("Umbranas 3" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31.12.2021. As informações estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

1. Perfil Institucional

A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) que detém autorização outorgada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para explorar a Eólica Umbranas 3, com potência instalada de 20,0 MW, garantia física de 11,1 MW médios, com início das operações comerciais em abril de 2019 e energia comercializada no Ambiente de Contratação Livre (ACL). Umbranas 3 é uma das 18 Centrais Eólicas que compõem o Conjunto Eólico Umbranas – Fase I, com potência somada de 360,0 MW de capacidade instalada e 213,3 MW médios de energia assegurada, localizada nos municípios de Sento Sé e Umbranas, Estado da Bahia.

A Companhia não tem empregados e sua administração é realizada pela controladora indireta ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia"), que cobra os seus honorários mediante contrato de prestação de serviços e reembolso das despesas com o pessoal diretamente alocado na Eólica.

2. Controle Acionário

A totalidade do capital social da Companhia pertence à Umbranas Participações S.A., uma holding controlada pela ENGIE Brasil Energias Complementares Participações Ltda., que por sua vez, é uma controlada da ENGIE Brasil Energia S.A. Sediada em Florianópolis, a ENGIE Brasil Energia é uma plataforma de investimento em infraestrutura em energia, atuante nas atividades de geração, comercialização, trading e transmissão de energia elétrica. Atua ainda no segmento de transporte de gás, por meio de participação na Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG, em conjunto com outros sócios.

3. Ambiente Macroeconômico

O segundo ano da pandemia da Covid-19 foi, em linhas gerais, marcado pela recuperação do crescimento econômico e alta inflação – uma constante observada no Brasil e no mundo.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais)			
ATIVO			
	Nota	31.12.2021	31.12.2020
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	6.632	3.198
Contas a receber de clientes	5	1.265	1.194
Outros ativos circulantes		370	700
		8.267	5.092
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo			
Depósitos vinculados ao serviço da dívida	6	2.183	1.785
Outros ativos não circulantes		234	-
		2.417	1.785
Imobilizado	7	84.211	87.628
Intangível		22	22
Direito de uso de arrendamentos	11	628	1.862
		87.278	91.297
TOTAL		95.545	96.389
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	Nota	31.12.2021	31.12.2020
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores	8	635	534
Financiamento	10	4.320	3.890
Arrendamentos a pagar	11	84	204
Outros passivos circulantes		194	72
		5.233	4.700
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Financiamento	10	66.994	64.156
Arrendamentos a pagar	11	650	1.739
Provisão para desmobilização	7	4.815	4.340
		72.459	70.235
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social		29.532	29.532
Prejuízos acumulados		(11.679)	(8.078)
		17.853	21.454
TOTAL		95.545	96.389

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Eólica Umbranas 3 S.A. ("Companhia"), com sede no município Florianópolis, estado de Santa Catarina (SC), foi constituída em 03.02.2014, com prazo de duração indeterminado. A Companhia tem como objeto social a implantação e exploração de usina geradora de energia elétrica de fonte eólica e implantação do sistema de transmissão de interesse restrito, podendo negociar créditos de carbono decorrentes de suas atividades e constituir consórcios para consecução do seu objeto social.

A Companhia detém autorização para explorar a Eólica Umbranas 3 ("Usina"), a qual está localizada nos municípios de Sento Sé e Umbranas (BA) e possui capacidade instalada de 20,0 MW¹ e garantia física de 11,1 MW médios. Em 10.04.2019, a Aneel autorizou o início da operação comercial da Usina.

Adicionalmente, a Companhia é parte do Consórcio Umbranas, com participação de 5,56%. O Consórcio Umbranas é responsável pela operação, manutenção e exploração da subestação e parte da linha de transmissão utilizada pela Companhia em suas operações.

A Companhia não possui colaboradores e os seus administradores renunciaram ao direito de receber qualquer remuneração. A administração da Companhia é conduzida pela controladora indireta, ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia"), que cobra pela prestação de serviços e solicita reembolso das despesas incorridas com pessoal diretamente dedicado às atividades da usina.

Os anos de 2020 e 2021 foram marcados pelos efeitos da pandemia da Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus, que impactou, e continua impactando, a economia mundial. Em decorrência disto, foram tomadas medidas restritivas no sentido de determinar o distanciamento social e o fechamento de estabelecimentos comerciais, além da paralisação da indústria. As restrições impostas pelo isolamento social trouxeram efeitos importantes na atividade de diversos setores, na renda das famílias e nos investimentos no país. Na medida em que a situação da pandemia foi melhorando e, com isso, as restrições às atividades econômicas gradativamente reduzidas, houve evolução em diferentes regiões e segmentos de negócios. Em 2021 e 2020, a Companhia não apurou impactos significativos decorrentes da pandemia em suas demonstrações contábeis.

¹ As informações não financeiras contidas nessas demonstrações contábeis como MW, MW médio, potência instalada, entre outros, não são auditadas pelos auditores independentes.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base na continuidade operacional e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), sendo utilizado o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, e o real como moeda funcional.

Essas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis ora apresentadas foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 25.04.2022.

a) Continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

As principais bases de julgamento utilizadas para tal conclusão são: (i) principais atividades decorrentes de autorização de longo prazo; (ii) patrimônio líquido expressivo; (iii) forte geração de caixa operacional, inclusive com capacidade financeira para quitação de compromissos assumidos junto a instituições financeiras; e (iv) série histórica de lucros nos últimos exercícios sociais.

NOTA 3 - SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Instrumentos financeiros

a.1) Caixa e equivalentes de caixa

São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao valor justo na data das demonstrações contábeis. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

a.2) Contas a receber de clientes

São reconhecidas quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional,

do. O Produto Interno Bruto (PIB) teve crescimento de 4,6%. A alta compensa o decréscimo de 4,1% observado em 2020.

A atividade econômica brasileira iniciou uma recuperação, ainda que ligeiramente abaixo da esperada. A inflação elevada, com pior resultado desde 2015, gerou impacto sobre o crescimento, com a deterioração do poder de compra das famílias. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) apresentou variação de 10,1%, enquanto o Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC) registrou, no acumulado do ano, 10,2%.

As incertezas trazidas pela pandemia e seus desdobramentos também influenciaram o mercado financeiro. A taxa básica de juros (Selic) atingiu 9,2%, alta de 7,2 p.p. no ano, enquanto o dólar (Ptax) bateu a marca de R\$ 5,58 – a moeda americana estava cotada em R\$ 5,19 ao fim de 2020.

4. Desempenho Operacional

Em 2021, a geração total bruta da Eólica Umbranas 3 alcançou 92,5 GWh, 8,1% maior que os 85,6 GWh obtidos em 2020. O índice de disponibilidade, considerando-se todas as paradas programadas, atingindo no ano em análise foi de 97,4%, 3,0 p.p. acima dos 94,4% observados em 2020.

5. Desempenho Econômico-Financeiro

a) Principais indicadores (expressos em milhares de reais)

Indicadores de resultado	2021	2020	Var. (R\$)	Var. (%)
Receita operacional líquida	13.968	12.440	1.528	12,3
Lucro bruto	7.371	7.060	311	4,4
Margem bruta	52,8%	56,8%		(4 p.p.)
Resultado do serviço (Ebit)	7.276	6.936	340	4,9
Ebitda (Lajida) ¹	10.743	10.440	303	2,9
Margem Ebitda (Lajida)	76,9%	83,9%		(7 p.p.)
Resultado financeiro	(10.350)	(6.006)	(4.344)	72,3
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(3.601)	930	(4.531)	(487,2)

¹ Ebitda (Lajida): (prejuízo) lucro líquido + imposto de renda e contribuição social + resultado financeiro + depreciação e amortização

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)				
	Nota	31.12.2021	31.12.2020	
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA				
Custos da energia vendida				
Depreciação e amortização	7/11	(3.467)	(3.504)	
Serviços de terceiros		(1.749)	(706)	
Encargos de uso da rede elétrica e conexão		(856)	(724)	
Outros		(525)	(446)	
		(6.597)	(5.380)	
		7.371	7.060	
LUCRO BRUTO				
Despesas operacionais				
Despesas com vendas, gerais e administrativas		(95)	(124)	
		(95)	(124)	
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO				
		7.276	6.936	
RESULTADO FINANCEIRO				
Renda de aplicações financeiras		226	34	
Renda de depósitos vinculados ao serviço da dívida		82	31	
Juros e variação monetária sobre financiamento	10	(10.024)	(5.588)	
Juros e variação monetária sobre provisão para desmobilização	7	(475)	(215)	
Juros sobre arrendamentos	11	(114)	(230)	
Outras despesas financeiras, líquidas		(45)	(38)	
		(10.350)	(6.006)	
(PREJUÍZO) LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO				
		(3.074)	930	
Imposto de renda e contribuição social correntes				
Imposto de renda		(343)	-	
Contribuição social		(184)	-	
		(527)	-	
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO				
		(3.601)	930	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	31.12.2021	31.12.2020
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(3.601)	930
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	(3.601)	930

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	31.12.2021	31.12.2020
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(3.601)	930
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	(3.601)	930

ou seja, se fizer necessário apenas o transcorrer do tempo para sua ocorrência. São registradas inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado.

a.3) Depósitos vinculados ao serviço da dívida

São mantidos para atendimento às exigências legais e contratuais. São contabilizados inicialmente pelo valor depositado e, posteriormente, pelo custo amortizado.

a.4) Financiamento

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e, posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva.

b) Imobilizado

É registrado ao custo de aquisição ou construção. Os juros e os demais encargos financeiros do financiamento, durante o período de construção, foram computados como custo do respectivo imobilizado. O valor presente do custo esperado para desmobilização de um ativo após seu uso, quando aplicável, é incluído no custo do respectivo ativo. Os custos dos ativos imobilizados são deduzidos da depreciação acumulada, a qual é calculada pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas dos bens.

c) Avaliação do valor de recuperação do imobilizado – Impairment

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, os bens do ativo imobilizado com a finalidade de identificar evidências que possam levar a perdas de valores não recuperáveis das respectivas unidades geradoras de caixa, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa provisão para perda (impairment) é reconhecida no resultado do exercício.

d) Direito de uso de arrendamentos

Os direitos de uso de arrendamentos, inicialmente, compreendem o passivo de arrendamento acrescido dos pagamentos antecipados. Esses ativos são depreciados com base na vigência dos contratos de arrendamento e avaliados no que se refere a perda por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável. Adicionalmente, são ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

e) Arrendamentos a pagar

Os arrendamentos a pagar são inicialmente mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos futuros, descontado pela taxa incremental de financiamento. Posteriormente, o passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva e remensurado (com correspondente ajuste no direto de uso relacionado) quando há alteração nos pagamentos futuros motivada por atualizações monetárias ou alteração nas taxas de desconto. Adicionalmente, a Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamentos de curto prazo, ou seja, arrendamentos de ativos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início, e de ativos de baixo valor individual, os quais são reconhecidos como despesa ao longo do prazo do arrendamento.

f) Provisão para desmobilização

Os custos de desmobilização da Usina são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para cumprir a obrigação, utilizando fluxos de caixa esperados, com base na melhor estimativa na data de reporte, e são reconhecidos em contrapartida dos custos do correspondente ativo. A atualização financeira da provisão é reconhecida na demonstração do resultado conforme incorrida. A provisão é revisada anualmente e quaisquer ajustes de estimativa são efetuados em contrapartida do custo do ativo.

g) Dividendos

Os dividendos são calculados a partir do lucro líquido do exercício, e são reconhecidos como passivo quando da sua aprovação pela Diretoria Executiva, ou mediante deliberação da Assembleia Geral, e podem ser classificados como intercalares, intermediários, dividendos adicionais propostos ou dividendos mínimos obrigatórios.

h) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição. As demais obrigações são registradas pelos valores reconhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridos.

i) Transações entre partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, e são atualizadas pelos

b) Principais indicadores (expressos em milhares de reais)

Receita operacional líquida: o aumento decorreu: (i) da atualização monetária dos contratos de venda de energia elétrica; e (ii) da alteração no regime de tributação da Companhia, que passou de Lucro Real em 2020 para Lucro Presumido em 2021, e em consequência disso, alterou também o PIS e COFINS, que passou do regime não cumulativo para o regime cumulativo.

Resultado financeiro: o aumento decorreu, principalmente, do efeito da variação monetária sobre os financiamentos, que são vinculados ao IPCA e acompanharam a volatilidade do índice no ano de 2021.

(Prejuízo) lucro líquido do exercício: redução motivada (i) pelo aumento significativo dos custos com contratos de O&M da usina; e (ii) pelos efeitos sobre o resultado financeiro citados anteriormente, os quais foram parcialmente atenuados pelo incremento das receitas no ano.

6. Direitos dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária tem direito de voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária; de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades Anônimas; de fiscalizar a administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

7. Serviços de Auditoria

A Companhia informa que os auditores independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, não prestaram serviços não relacionados à auditoria independente em 2021.

8. Agradecimentos

A Administração da Eólica Umbranas 3 agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e todos aqueles que contribuíram para o desempenho no ano de 2021. A Administração

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31.12.2019		25.539	(9.008)	16.531
Aumento de capital		3.993	-	3.993
Lucro líquido do exercício		-	930	930
Saldos em 31.12.2020	12	29.532	(8.078)	21.454
Prejuízo do exercício		-	(3.601)	(3.601)
Saldos em 31.12.2021	12	29.532	(11.679)	17.853

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO) PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	31.12.2021	31.12.2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes dos tributos	(3.074)	930
Conciliação do resultado com o caixa das operações		
Juros e variação monetária sobre financiamento	10.024	5.588
Depreciação e amortização	3.467	3.504
Juros sobre arrendamentos a pagar	114	230
Outros	395	184
Resultado antes dos tributos ajustado	10.926	10.436
Redução (aumento) nos ativos		
Contas a receber de clientes	(71)	72
Outros ativos	48	634
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	104	1
Outros	(3)	(21)
Caixa gerado nas operações	11.004	11.122
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos de juros sobre financiamento	(2.705)	(2.665)

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação (Brasil)/ Status	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 19 CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, CPC 27 – Ativo imobilizado, CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade e CPC 48 – Instrumentos financeiros.	01.10.2021	01.01.2022	Sem impactos relevantes
Pronunciamento Técnico CPC nº 50 Este Pronunciamento vem substituir a norma atualmente vigente sobre Contratos de seguro (CPC 11).	07.05.2021	01.01.2023	Não aplicável à Companhia

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2021	31.12.2020
Caixa e depósitos bancários à vista	70	81
Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa	6.562	3.117
	6.632	3.198

A Companhia é participante do Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa de sua controladora indireta, ENGIE Brasil Energia, concentrando suas aplicações financeiras neste fundo. As operações realizadas pelo fundo possuem liquidez imediata, são remuneradas pela Selic e estão lastreadas em títulos públicos federais. A rentabilidade média do fundo nos anos de 2021 e 2020 foi de cerca de 99,0% e 98,7% do CDI (taxa referencial dos Certificados de Depósitos Interbancários), respectivamente.

NOTA 5 - CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Os valores a receber no montante de R\$ 1.265 (R\$ 1.194 em 31.12.2020) correspondem ao contrato firmado com a parte relacionada ENGIE Comercializadora Varejista de Energia Ltda. ("ECV"), com vencimento em 2036, sendo seu reajuste feito anualmente em janeiro do respectivo ano. Não havia valores vencidos em 31.12.2021 e 31.12.2020.

NOTA 6 - DEPÓSITOS VINCULADOS AO SERVIÇO DA DÍVIDA

Em 31.12.2021, a Companhia mantém R\$ 2.183 (R\$ 1.785 em 31.12.2020) relativos a garantias vinculadas ao contrato de financiamento. Essas garantias visam assegurar o pagamento dos serviços de dívida com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), bem como das despesas de operação e manutenção, e são constituídas pelo montante equivalente a 3 meses do serviço da dívida e das despesas contratuais de operação e de manutenção, respectivamente.

NOTA 7 - IMOBILIZADO

a) Composição

	31.12.2021				31.12.2020			
	Taxa média de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	
Em serviço								
Máquinas e equipamentos	3,7%	92.293	(9.511)	82.782	92.278	(6.131)	86.147	
Edificações e benfeitorias	3,6%	1.587	(167)	1.420	1.589	(110)	1.479	
		93.880	(9.678)	84.202	93.867	(6.241)	87.626	
Em curso		9	-	9	2	-	2	
		93.889	(9.678)	84.211	93.869	(6.241)	87.628	

b) Mutação do ativo imobilizado

	Máquinas e equipamentos	Edificações e benfeitorias	Em curso	Total
Saldos em 31.12.2019	89.492	1.563	30	91.085
Ingressos	-	-	14	14
Reversão de provisão	-	-	(34)	(34)
Transferências	34	(26)	(8)	-
Depreciação	(3.379)	(58)	-	(3.437)
Saldos em 31.12.2020	86.147	1.479	2	87.628
Ingressos	-	-	20	20
Transferências	15	(2)	(13)	-
Depreciação	(3.380)	(57)	-	(3.437)
Saldos em 31.12.2021	82.782	1.420	9	84.211

c) Provisão para desmobilização

Em 2019, a Companhia reconheceu em seu imobilizado a provisão dos custos decorrentes da desmobilização de seu parque edílico, com base no valor presente dos fluxos de caixa esperados para o cumprimento da obrigação de retirada dos ativos e de restauração do local ao final do prazo de autorização. A taxa real de desconto utilizada para o cálculo do valor presente foi de 3,59%, baseado nas taxas de títulos públicos com vencimento similar ao do término das autorizações. O saldo da provisão para desmobilização registrada no passivo não circulante em 31.12.2021 era de R\$ 4.815 (R\$ 4.340 em 31.12.2020), a variação do saldo é decorrente dos juros e variação monetária de R\$ 475 registrados no resultado do exercício de 31.12.2021 (R\$ 215 em 31.12.2020).

d) Autorização do Órgão Regulador

A Companhia é detentora da autorização para exploração da Eólica Umburanas 3, com capacidade instalada de 20,0 MW, pelo prazo de 35 anos, a contar da data de 08.2014.

NOTA 8 - FORNECEDORES

	31.12.2021	31.12.2020
Fornecedores de imobilizado	391	394
Fornecedores de materiais e serviços	168	73
Encargos de uso da rede elétrica	76	67
	635	534

NOTA 9 - GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, segue integralmente as regras do Fórum de Gerenciamento de Riscos da ENGIE Brasil Energia, sua controladora indireta. Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um destes fatores de risco:

a) Risco de mercado

Esse risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros aplicadas aos seus passivos, resultando em efeitos em suas despesas financeiras. A Companhia está exposta às variações do IPCA, em decorrência do financiamento contratado.

A totalidade dos contratos de venda de energia em vigor possui cláusula de reajuste inflacionário, com a aplicação de IPCA, o que representa um *hedge* natural de longo prazo para o financiamento.

A seguir é apresentada análise de sensibilidade preparada pela Companhia. O cenário-base provável para o ano de 2022 foi definido por meio das premissas disponíveis no mercado (Fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil).

Risco de variação	Cenário Provável		Sensibilidade	
	2021	2022	Provável	Δ + 25% (*)
IPCA	10,1%	5,0%	-5,1 p.p.	+1,3 p.p.
				-0,8 p.p.

(*) Variações sobre o cenário provável de 2022.

A sensibilidade provável foi calculada com base nas variações entre os índices do ano de 2021 e os previstos no cenário provável para 2022, e demonstram os eventuais impactos adicionais no resultado da Companhia. As demais sensibilidades apresentadas foram apuradas com base (i) na variação de 25%; e (ii) nas estimativas da Administração sobre o cenário projetado, as quais correspondem a avaliação da Administração de alteração razoavelmente possível nas taxas de juros e índices flutuantes para 2022. As variações que poderão impactar o resultado e, consequentemente, o patrimônio líquido de 2022, em comparação com o ano de 2021, caso tais cenários se materializem, são estas:

Financiamento	Saldo em 31.12.2021		Sensibilidade	
	Provável	Δ + 25%	Administração	
IPCA	71.314	3.606	(902)	551

b) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida que proporcionem o retorno de capital aos seus investidores.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (financiamento), deduzido dos depósitos vinculados ao serviço da dívida e do caixa e equivalentes de caixa e pelo patrimônio líquido. A relação da dívida líquida pelo patrimônio líquido foi esta:

	31.12.2021	31.12.2020
Dívida	71.314	68.046
(-) Depósitos vinculados ao serviço da dívida	(2.183)	(1.785)
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(6.632)	(3.198)
Dívida líquida	62.499	63.063
Patrimônio líquido	17.853	21.454
Endividamento líquido / Patrimônio líquido	3,5	2,9

c) Risco de crédito

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as vendas de energia e as aplicações financeiras.

Nas operações relacionadas à venda de energia, a Companhia mantém contrato com a ENGIE Comercializadora Varejista de Energia Ltda. ("ECV"), controlada da ENGIE Brasil Energia, mitigando assim o seu risco de crédito.

No que tange à aplicação no mercado financeiro, os recursos disponíveis da Companhia são alocados em um Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa, o qual tem como política a alocação de seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco. Em 31.12.2021, esse fundo possuía 100% de sua carteira em ativos com risco de crédito do Governo Brasileiro, todos com liquidez diária. De acordo com o planejamento financeiro da Companhia, os recursos desse fundo serão utilizados no curto prazo, reduzindo substancialmente o risco de quaisquer efeitos significativos nos seus rendimentos, em decorrência de eventual redução da taxa básica de juros da economia brasileira.

d) Risco de liquidez

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada anualmente com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

No demonstrativo a seguir apresenta-se o perfil previsto de liquidação dos principais passivos financeiros da Companhia registrados em 31.12.2021. Os valores foram determinados com base nos fluxos de caixa não descontados previstos, considerando a estimativa de amortização de principal e pagamento de juros futuros, quando aplicável. Para a dívida com juros pós-fixados o valor foi obtido com base na curva de juros do encerramento do exercício.

	Até 1 ano	De 2 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	635	-	-	-	635
Financiamento	6.901	13.308	12.636	62.093	94.938
	7.536	13.308	12.636	62.093	95.573

e) Categoria dos instrumentos financeiros

	31.12.2021	31.12.2020
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Aplicações financeiras	6.562	3.117
Custo amortizado		
Caixa e depósitos bancários à vista	70	81
Contas a receber de clientes	1.265	1.194
Depósitos vinculados ao serviço da dívida	2.183	1.785
	10.080	6.177
Passivos financeiros		
Custo amortizado		
Fornecedores	635	534
Financiamento	71.314	68.046
	71.949	68.580

As aplicações financeiras estão avaliadas pelos preços cotados em mercado ativo (Nível 1).

NOTA 10 - FINANCIAMENTO

a) Mutação do financiamento

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31.12.2019	3.728	65.170	68.898
Juros e V.M.	2.914	2.674	5.588
Transferências	3.688	(3.688)	-
Amortização do principal	(3.775)	-	(3.775)
Amortização de juros	(2.665)	-	(2.665)
Saldos em 31.12.2020	3.890	64.156	68.046
Juros e V.M.	3.223	6.801	10.024
Transferências	3.963	(3.963)	-
Amortização do principal	(4.051)	-	(4.051)
Amortização de juros	(2.705)	-	(2.705)
Saldos em 31.12.2021	4.320	66.994	71.314

b) Vencimentos do financiamento apresentado no passivo não circulante

Ano	Valor
2023	4.187
2024	4.187
2025	4.187
2026	4.187
2027	4.187
2028 a 2032	20.928
2033 a 2037	20.936
2038	4.195
	66.994

c) Condições contratadas

BNDES	Condições de pagamento	
	Encargos	Vencimento
IPCA + 3,91% a.a.	12.2038	Principal e encargos Mensais

d) Garantias

As garantias são as seguintes: (i) penhor da totalidade das ações representativas ao capital social; (ii) cessão dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e venda de energia elétrica; (iii) contas reserva do serviço da dívida e reserva de O&M; (iv) cessão dos direitos emergentes da autorização; e (v) penhor das máquinas e equipamentos relativos ao Projeto.

e) Compromissos contratuais (covenants)

Os compromissos financeiros estabelecidos no financiamento estão sendo cumpridos pela Companhia e são apurados anualmente, conforme estabelecido nestes contratos.

NOTA 11 - OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO

A Companhia possui contrato de arrendamento do terreno no qual está instalado seu parque eólico, cuja vigência é até 2057.

a) Direito de uso de arrendamentos

A mutação do direito de uso de arrendamentos está apresentada a seguir:

	2021	2022
Saldo em 31.12.2019	2.644	
Remensuração	(715)	
Depreciação	(67)	
Saldo em 31.12.2020	1.862	
Remensuração	(1.204)	
Depreciação	(30)	
Saldo em 31.12.2021	628	

b) Arrendamentos a pagar

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31.12.2019	273	2.398	2.671
Remensuração	(84)	(631)	(715)
Juros	230	-	230
Transferências	28	(28)	-
Amortizações	(243)	-	(243)
Saldos em 31.12.2020	204	1.739	1.943
Remensuração	-	(1.204)	(1.204)
Juros	114	-	114
Transferências	(115)	115	-
Amortizações	(119)	-	(119)
Saldos em 31.12.2021	84	650	734

Os arrendamentos a pagar foram mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos futuros. A taxa de desconto utilizada para cálculo do valor presente foi de 10,2% e representa a taxa incremental de financiamento.

c) Vencimentos dos arrendamentos a pagar apresentados no passivo não circulante

	2021	2020
2023	62	
2024	57	
2025	51	
2026	47	
2027	42	
2028 a 2032	159	
2033 a 2037	98	
2038 em diante	134	
Arrendamentos a pagar	650	134

d) Pagamentos de arrendamentos de alugueis variáveis

No exercício findo em 31.12.2021, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 38 (R\$ 3 em 31.12.2020), referente a custos relacionados ao pagamento de alugueis variáveis.

NOTA 12 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia em 31.12.2021 e 31.12.2020 era de R\$ 29.532, representado por 29.531.815 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, das quais 29.531.814 pertencem à controladora Umburanas Participações S.A. e 1 pertence à controladora indireta ENGIE Brasil Energia.

NOTA 13 - CONCILIAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada nas demonstrações dos resultados.

	2021	2020
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
ENGIE Comercializadora Varejista de Energia Ltda. ("ECV")	14.497	13.708
	14.497	13.708

DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL

PIS e Cofins (529) (1.268)

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

13.968 12.440

NOTA 14 - CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS, NO RESULTADO

No exercício de 2020 a Companhia apurou os impostos sobre o lucro pelo regime de lucro real, entretanto, a partir de 01.01.2021 optou pelo regime de tributação do lucro presumido. Por este motivo, não é possível conciliar os tributos, no resultado, de maneira comparativa:

	2021	
	IR	CSLL
Lucro presumido		
Receita operacional bruta	14.497	14.497
% de presunção do lucro	8%	12%
Lucro presumido sobre receita operacional	1.161	1.740
Receita financeira	308	308
Outras	(97)	(4)
Base de cálculo	1.372	2.044
Alíquotas	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social – resultado	343	184

b) Lucro real

	2020		
	IR	CSLL	Total
Resultado antes dos tributos	930	930	930
Alíquotas	25%	9%	

EÓLICA UMBURANAS 5 S.A.

CNPJ nº 20.168.051/0001-34 | NIRE nº 42.3.0004835-6

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da Eólica Umburanas 5 S.A. ("Umburanas 5" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31.12.2021. As informações estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

1. Perfil Institucional

A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) que detém autorização outorgada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para explorar a Eólica Umburanas 5, com potência instalada de 17,5 MW, garantia física de 10,5 MW médios, com início das operações comerciais em março de 2019 e energia comercializada no Ambiente de Contratação Livre (ACL). Umburanas 5 é uma das 18 Centrais Eólicas que compõem o Conjunto Eólico Umburanas – Fase I, com potência somada de 360,0 MW de capacidade instalada e 213,3 MW médios de energia assegurada, localizada nos municípios de Sento Sé e Umburanas, Estado da Bahia.

A Companhia não tem empregados e sua administração é realizada pela controladora indireta ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia"), que cobra os seus honorários mediante contrato de prestação de serviços e reembolso das despesas com o pessoal diretamente alocado na Eólica.

2. Controle Acionário

A totalidade do capital social da Companhia pertence à Umburanas Participações S.A., uma holding controlada pela ENGIE Brasil Energias Complementares Participações Ltda., que por sua vez, é uma controlada da ENGIE Brasil Energia S.A. Sediada em Florianópolis, a ENGIE Brasil Energia é uma plataforma de investimento em infraestrutura em energia, atuante nas atividades de geração, comercialização, trading e transmissão de energia elétrica. Atua ainda no segmento de transporte de gás, por meio de participação na Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG, em conjunto com outros sócios.

3. Ambiente Macroeconômico

O segundo ano da pandemia da Covid-19 foi, em linhas gerais, marcado pela recuperação

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)			
ATIVO			
	Nota	31.12.2021	31.12.2020
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	7.107	3.056
Contas a receber de clientes	5	1.196	1.130
Outros ativos circulantes		322	519
		8.625	4.705
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo			
Depósitos vinculados ao serviço da dívida	6	1.884	1.538
Outros ativos não circulantes		148	36
		2.032	1.574
Imobilizado	7	69.985	72.808
Intangível		19	19
Direito de uso de arrendamentos	11	1.110	1.749
		73.146	76.150
TOTAL		81.771	80.855
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	Nota	31.12.2021	31.12.2020
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores	8	560	464
Financiamento	10	3.713	3.344
Arrendamentos a pagar	11	130	190
Outros passivos circulantes		184	77
		4.587	4.075
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Financiamento	10	57.586	55.147
Arrendamentos a pagar	11	1.083	1.630
Provisão para desmobilização	7	4.214	3.799
		62.883	60.576
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social		21.323	21.323
Prejuízos acumulados		(7.022)	(5.119)
		14.301	16.204
TOTAL		81.771	80.855

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)**

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Eólica Umburanas 5 S.A. ("Companhia"), com sede no município Florianópolis, estado de Santa Catarina (SC), foi constituída em 03.02.2014, com prazo de duração indeterminado. A Companhia tem como objeto social a implantação e exploração de usina geradora de energia elétrica de fonte eólica e implantação do sistema de transmissão de interesse restrito, podendo negociar créditos de carbono decorrentes de suas atividades e constituir consórcios para consecução do seu objeto social.

A Companhia detém autorização para explorar a Eólica Umburanas 5 ("Usina"), a qual está localizada nos municípios de Sento Sé e Umburanas (BA) e possui capacidade instalada de 17,5 MW¹ e garantia física de 10,5 MW médios. Em 30.03.2019, a Aneel autorizou o início da operação comercial da Usina.

Adicionalmente, a Companhia é parte do Consórcio Umburanas, com participação de 4,86%. O Consórcio Umburanas é responsável pela operação, manutenção e exploração da subestação e parte da linha de transmissão utilizada pela Companhia em suas operações.

A Companhia não possui colaboradores e os seus administradores renunciaram ao direito de receber qualquer remuneração. A administração da Companhia é conduzida pela controladora indireta, ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia"), que cobra pela prestação de serviços e solicita reembolso das despesas incorridas com pessoal diretamente dedicado às atividades da usina.

Os anos de 2020 e 2021 foram marcados pelos efeitos da pandemia da Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus, que impactou, e continua impactando, a economia mundial. Em decorrência disto, foram tomadas medidas restritivas no sentido de determinar o distanciamento social e o fechamento de estabelecimentos comerciais, além da paralisação da indústria. As restrições impostas pelo isolamento social trouxeram efeitos importantes na atividade de diversos setores, na renda das famílias e nos investimentos no país. Na medida em que a situação da pandemia foi melhorando e, com isso, as restrições às atividades econômicas gradativamente reduzidas, houve evolução em diferentes regiões e segmentos de negócios. Em 2021 e 2020, a Companhia não apurou impactos significativos decorrentes da pandemia em suas demonstrações contábeis.

¹ As informações não financeiras contidas nessas demonstrações contábeis como MW, MW médio, potência instalada, entre outros, não são auditadas pelos auditores independentes.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base na continuidade operacional e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), sendo utilizado o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, e o real como moeda funcional.

Essas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis ora apresentadas foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 25.04.2022.

a) Continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

As principais bases de julgamento utilizadas para tal conclusão são: (i) principais atividades decorrentes de autorização de longo prazo; (ii) patrimônio líquido expressivo; (iii) forte geração de caixa operacional, inclusive com capacidade financeira para quitação de compromissos assumidos junto a instituições financeiras; e (iv) série histórica de lucros nos últimos exercícios sociais.

NOTA 3 - SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Instrumentos financeiros

a.1) Caixa e equivalentes de caixa

São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao valor justo na data das demonstrações contábeis. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

a.2) Contas a receber de clientes

São reconhecidas quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional,

do crescimento econômico e alta inflação – uma constante observada no Brasil e no mundo. O Produto Interno Bruto (PIB) teve crescimento de 4,6%. A alta compensa o decréscimo de 4,1% observado em 2020.

A atividade econômica brasileira iniciou uma recuperação, ainda que ligeiramente abaixo da esperada. A inflação elevada, com pior resultado desde 2015, gerou impacto sobre o crescimento, com a deterioração do poder de compra das famílias. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) apresentou variação de 10,1%, enquanto o Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC) registrou, no acumulado do ano, 10,2%.

As incertezas trazidas pela pandemia e seus desdobramentos também influenciaram o mercado financeiro. A taxa básica de juros (Selic) atingiu 9,2%, alta de 7,2 p.p. no ano, enquanto o dólar (Ptax) bateu a marca de R\$ 5,58 – a moeda americana estava cotada em R\$ 5,19 ao fim de 2020.

4. Desempenho Operacional

Em 2021, a geração total bruta da Eólica Umburanas 5 alcançou 89,6 GWh, 5,2% maior que os 85,2 GWh obtidos em 2020. O índice de disponibilidade, considerando-se todas as paradas programadas, atingido em 2021 foi de 97,1%, 0,2 p.p. acima dos 96,9% observados em 2020.

5. Desempenho Econômico-Financeiro

a) Principais indicadores (expressos em milhares de reais)

Indicadores de resultado	2021	2020	Var. (R\$)	Var. (%)
Receita operacional líquida	13.214	11.769	1.445	12,3
Lucro bruto	7.606	7.229	377	5,2
Margem bruta	57,6%	61,4%	(3,8 p.p.)	
Resultado do serviço (Ebit)	7.511	7.105	406	5,7
Ebitda (Lajida) ¹	10.390	10.003	387	3,9
Margem Ebitda (Lajida)	78,6%	85,0%	(6,4 p.p.)	
Resultado financeiro	(8.911)	(5.167)	(3.744)	72,5
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(1.903)	1.938	(3.841)	(198,2)

¹ Ebitda (Lajida): (prejuízo) lucro líquido + imposto de renda e contribuição social + resultado financeiro + depreciação e amortização

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)			
	Nota	31.12.2021	31.12.2020
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA			
Custos da energia vendida			
Depreciação e amortização	7/11	(2.879)	(2.898)
Serviços de terceiros		(1.528)	(607)
Encargos de uso da rede elétrica e conexão		(750)	(634)
Outros		(451)	(401)
		(5.608)	(4.540)
		7.606	7.229
LUCRO BRUTO			
Despesas operacionais			
Despesas com vendas, gerais e administrativas		(95)	(124)
		7.511	7.105
TRIBUTOS SOBRE O LUCRO			
Resultado financeiro			
Renda de aplicações financeiras		236	40
Renda de depósitos vinculados ao serviço da dívida		71	27
Juros e variação monetária sobre financiamento	10	(8.614)	(4.803)
Juros e variação monetária sobre provisão para desmobilização	7	(415)	(188)
Juros sobre arrendamentos	11	(141)	(198)
Outras despesas financeiras, líquidas		(48)	(45)
		(8.911)	(5.167)
(PREJUÍZO) LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO			
Imposto de renda e contribuição social correntes			
Imposto de renda		(327)	-
Contribuição social		(176)	-
		(503)	-
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO			
		(1.903)	1.938

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)			
	31.12.2021	31.12.2020	
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(1.903)	1.938	
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	(1.903)	1.938	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ou seja, se fizer necessário apenas o transcorrer do tempo para sua ocorrência. São registradas inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado.

a.3) Depósitos vinculados ao serviço da dívida

São mantidos para atendimento às exigências legais e contratuais. São contabilizados inicialmente pelo valor depositado e, posteriormente, pelo custo amortizado.

a.4) Financiamento

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e, posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva.

b) Imobilizado

É registrado ao custo de aquisição ou construção. Os juros e os demais encargos financeiros do financiamento, durante o período de construção, foram computados como custo do respectivo imobilizado. O valor presente do custo esperado para desmobilização de um ativo após seu uso, quando aplicável, é incluído no custo do respectivo ativo. Os custos dos ativos imobilizados são deduzidos da depreciação acumulada, a qual é calculada pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas dos bens.

c) Avaliação do valor de recuperação do imobilizado – Impairment

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, os bens do ativo imobilizado com a finalidade de identificar evidências que possam levar a perdas de valores não recuperáveis das respectivas unidades geradoras de caixa, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa provisão para perda (*impairment*) é reconhecida no resultado do exercício.

d) Direito de uso de arrendamentos

Os direitos de uso de arrendamentos, inicialmente, compreendem o passivo de arrendamento acrescido dos pagamentos antecipados. Esses ativos são depreciados com base na vigência dos contratos de arrendamento e avaliados no que se refere a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Adicionalmente, são ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

e) Arrendamentos a pagar

Os arrendamentos a pagar são inicialmente mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos futuros, descontado pela taxa incremental de financiamento. Posteriormente, o passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva e remensurado (com correspondente ajuste no direto de uso relacionado) quando há alteração nos pagamentos futuros motivada por atualizações monetárias ou alteração nas taxas de desconto. Adicionalmente, a Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamentos de curto prazo, ou seja, arrendamentos de ativos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início, e de ativos de baixo valor individual, os quais são reconhecidos como despesa ao longo do prazo do arrendamento.

f) Provisão para desmobilização

Os custos de desmobilização da Usina são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para cumprir a obrigação, utilizando fluxos de caixa esperados, com base na melhor estimativa na data de reporte, e são reconhecidos em contrapartida dos custos do correspondente ativo. A atualização financeira da provisão é reconhecida na demonstração do resultado conforme incorrida. A provisão é revisada anualmente e quaisquer ajustes de estimativa são efetuados em contrapartida do custo do ativo.

g) Dividendos

Os dividendos são calculados a partir do lucro líquido do exercício, e são reconhecidos como passivo quando da sua aprovação pela Diretoria Executiva, ou mediante deliberação da Assembleia Geral, e podem ser classificados como intercalares, intermediários, dividendos adicionais propostos ou dividendos mínimos obrigatórios.

h) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição. Os demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridos.

i) Transações entre partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas são realizadas em condições e prazos firmados

b) Principais indicadores (expressos em milhares de reais)

Receita operacional líquida: o aumento decorreu: (i) da atualização monetária dos contratos de venda de energia elétrica; e (ii) da alteração no regime de tributação da Companhia, que passou de Lucro Real em 2020 para Lucro Presumido em 2021, e em consequência disso, alterou também o PIS e COFINS, que passou do regime não cumulativo para o regime cumulativo.

Resultado financeiro: o aumento decorreu, principalmente, do efeito da variação monetária sobre os financiamentos, que são vinculados ao IPCA e acompanharam a volatilidade do índice no ano de 2021.

(Prejuízo) lucro líquido do exercício: redução motivada (i) pelo aumento significativo dos custos com contratos de O&M da usina; e (ii) pelos efeitos sobre o resultado financeiro citados anteriormente, os quais foram parcialmente atenuados pelo incremento das receitas no ano.

6. Direitos dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária tem direito de voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária; de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades Anônimas; de fiscalizar a administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

7. Serviços de Auditoria

A Companhia informa que os auditores independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, não prestaram serviços não relacionados à auditoria independente em 2021.

8. Agradecimentos

A Administração da Eólica Umburanas 5 agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e todos aqueles que contribuíram para o desempenho no ano de 2021.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)				
	Nota	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31.12.2019		20.354	(7.057)	13.297
Aumento de capital		969	-	969
Lucro líquido do exercício		-	1.938	1.938
Saldos em 31.12.2020	12	21.323	(5.119)	16.204
Prejuízo do exercício		-	(1.903)	(1.903)
Saldos em 31.12.2021	12	21.323	(7.022)	14.301

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO) PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)			
	31.12.2021	31.12.2020	
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes dos tributos		(1.400)	1.938
Conciliação do resultado com o caixa das operações			
Juros e variação monetária sobre financiamento		8.614	4.803
Depreciação e amortização		2.879	2.898
Juros sobre arrendamentos a pagar		141	198
Outros		349	169
Resultado antes dos tributos ajustado		10.583	10.006
Redução (aumento) nos ativos			
Contas a receber de clientes		(66)	68
Outros ativos		37	495
Aumento (redução) nos passivos			
Fornecedores		98	2
Outros		(15)	(22)
Caixa gerado nas operações		10.637	10.549
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos de juros sobre financiamento		(2.325)	(2.289)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(338)	(536)
Caixa líquido das atividades operacionais		7.974	7.724
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aplicação no imobilizado e no intangível		(21)	(4.625)
Caixa líquido das atividades de investimento		(21)	(4.625)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de financiamento		(3.481)	(3.245)
Depósitos vinculados ao serviço da dívida		(275)	(1.511)
Pagamento de arrendamentos		(146)	(207)
Aumento de capital		-	969
Caixa líquido das atividades de financiamento		(3.902)	(3.994)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa			
Conciliação do caixa e equivalentes de caixa		4.051	(895)
Saldo inicial		3.056	3.951
Saldo final		7.107	3.056
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		4.051	(895)

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação (Brasil)/ Status	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 19 CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, CPC 27 – Ativo imobilizado, CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade e CPC 48 – Instrumentos financeiros.	01.10.2021	01.01.2022	Sem impactos relevantes
Pronunciamento Técnico CPC nº 50 Este Pronunciamento vem substituir a norma atualmente vigente sobre Contratos de seguro (CPC 11).	07.05.2021	01.01.2023	Não aplicável à Companhia

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2021	31.12.2020
Caixa e depósitos bancários à vista	75	78
Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa	7.032	2.978
	7.107	3.056

A Companhia é participante do Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa de sua controladora indireta, ENGIE Brasil Energia, concentrando suas aplicações financeiras neste fundo. As operações realizadas pelo fundo possuem liquidez imediata, são remuneradas pela Selic e estão lastreadas em títulos públicos federais. A rentabilidade média do fundo nos anos de 2021 e 2020 foi de cerca de 99,0% e 98,7% do CDI (taxa referencial dos Certificados de Depósitos Interbancários), respectivamente.

NOTA 5 - CONTAS A RECEBER DE CLIENTES
Os valores a receber no montante de R\$ 1.196 (R\$ 1.130 em 31.12.2020) correspondem ao contrato firmado com a parte relacionada ENGIE Comercializadora Varejista de Energia Ltda. ("ECV"), com vencimento em 2036, sendo seu reajuste feito anualmente em janeiro do respectivo ano. Não havia valores vencidos em 31.12.2021 e 31.12.2020.

NOTA 6 - DEPÓSITOS VINCULADOS AO SERVIÇO DA DÍVIDA
Em 31.12.2021, a Companhia mantinha R\$ 1.884 (R\$ 1.538 em 31.12.2020) relativos a garantias vinculadas ao contrato de financiamento. Essas garantias visam assegurar o pagamento dos serviços de dívida com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), bem como das despesas de operação e manutenção, e são constituídas pelo montante equivalente a 3 meses do serviço da dívida e das despesas contratuais de operação e de manutenção, respectivamente.

NOTA 7 - IMOBILIZADO
a) Composição

	31.12.2021		31.12.2020		Valor líquido
	Taxa média de depreciação	Depreciação acumulada	Custo	Depreciação acumulada	
Em serviço					
Máquinas e equipamentos	3,6%	76.617	(7.854)	68.763	76.604
Edificações e benfeitorias	3,6%	1.356	(142)	1.214	1.356
		77.973	(7.996)	69.977	77.960
Em curso		8	-	8	2
		77.981	(7.996)	69.985	77.962

b) Mutação do ativo imobilizado

	Máquinas e equipamentos	Edificações e benfeitorias	Em curso	Total
Saldos em 31.12.2019	74.305	1.335	27	75.667
Ingressos	-	-	12	12
Reversão de provisão	-	-	(30)	(30)
Transferências	30	(23)	(7)	-
Depreciação	(2.792)	(49)	-	(2.841)
Saldos em 31.12.2020	71.543	1.263	2	72.808
Ingressos	-	-	19	19
Transferências	13	-	(13)	-
Depreciação	(2.793)	(49)	-	(2.842)
Saldos em 31.12.2021	68.763	1.214	8	69.985

c) Provisão para desmobilização
Em 2019, a Companhia reconheceu em seu imobilizado a provisão dos custos decorrentes da desmobilização de seu parque eólico, com base no valor presente dos fluxos de caixa esperados para o cumprimento da obrigação de retirada dos ativos e de restauração do local ao final do prazo de autorização. A taxa real de desconto utilizada para o cálculo do valor presente foi de 3,59%, baseado nas taxas de títulos públicos com vencimento similar ao do término das autorizações. O saldo da provisão para desmobilização registrada no passivo não circulante em 31.12.2021 era de R\$ 4.214 (R\$ 3.799 em 31.12.2020), a variação do saldo é decorrente dos juros e variação monetária de R\$ 415 registrados no resultado do exercício de 31.12.2021 (R\$ 188 em 31.12.2020).

d) Autorização do Órgão Regulador
A Companhia é detentora da autorização para exploração da Eólica Umburanas 5, com capacidade instalada de 17,5 MW, pelo prazo de 35 anos, a contar da data de 08.2014.

NOTA 8 - FORNECEDORES

	31.12.2021	31.12.2020
Fornecedores de imobilizado	342	344
Fornecedores de materiais e serviços	147	61
Encargos de uso da rede elétrica	71	59
	560	464

NOTA 9 - GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS
A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, segue integralmente as regras do Fórum de Gerenciamento de Riscos da ENGIE Brasil Energia, sua controladora indireta. Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um destes fatores de risco:

a) Risco de mercado
Esse risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros aplicadas aos seus passivos, resultando em efeitos em suas despesas financeiras. A Companhia está exposta às variações do IPCA, em decorrência do financiamento contratado.

A totalidade dos contratos de venda de energia em vigor possui cláusula de reajuste inflacionário, com a aplicação de IPCA, o que representa um hedge natural de longo prazo para o financiamento.

A seguir é apresentada análise de sensibilidade preparada pela Companhia. O cenário-base provável para o ano de 2022 foi definido por meio das premissas disponíveis no mercado (Fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil).

Risco de variação	Cenário Provável		Sensibilidade	
	2021	2022	Provável	Δ + 25% (*)
IPCA	10,1%	5,0%	-5,1 p.p.	1,3 p.p.
				-0,8 p.p.

(*) Variações sobre o cenário provável de 2022.
A sensibilidade provável foi calculada com base nas variações entre os índices do ano de 2021 e os previstos no cenário provável para 2022, e demonstram os eventuais impactos adicionais no resultado da Companhia. As demais sensibilidades apresentadas foram apuradas com base (i) na variação de 25%; e (ii) nas estimativas da Administração sobre o cenário projetado, as quais correspondem a avaliação da Administração de alteração razoavelmente possível nas taxas de juros e índices flutuantes para 2022. As variações que poderão impactar o resultado e, consequentemente, o patrimônio líquido de 2022, em comparação com o ano de 2021, caso tais cenários se materializem, são estas:

Financiamento	Saldo em 31.12.2021	Sensibilidade	
	Provável	Δ + 25%	Administração
IPCA	61.299	3.100	(775)
			474

b) Risco de gerenciamento de capital
A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida que proporcionem o retorno de capital aos seus investidores.
A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (financiamento, deduzido dos depósitos vinculados ao serviço da dívida e do caixa e equivalentes de caixa) e pelo patrimônio líquido. A relação da dívida líquida pelo patrimônio líquido foi esta:

	31.12.2021	31.12.2020
Dívida	61.299	58.491
(-) Depósitos vinculados ao serviço da dívida	(1.884)	(1.538)
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(7.107)	(3.056)
Dívida líquida	52.308	53.897
Patrimônio líquido	14.301	16.204
Endividamento líquido / Patrimônio líquido	3,7	3,3

c) Risco de crédito
As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as vendas de energia e as aplicações financeiras.
Nas operações relacionadas à venda de energia, a Companhia mantém contrato com a ENGIE Comercializadora Varejista de Energia Ltda. ("ECV"), controlada da ENGIE Brasil Energia, mitigando assim o seu risco de crédito.

No que tange à aplicação no mercado financeiro, os recursos disponíveis da Companhia são alocados em um Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa, o qual tem como política a alocação de seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco. Em 31.12.2021, esse fundo possuía 100% de sua carteira em ativos com risco de crédito do Governo Brasileiro, todos com liquidez diária. De acordo com o planejamento financeiro da Companhia, os recursos desse fundo serão utilizados no curto prazo, reduzindo substancialmente o risco de quaisquer efeitos significativos nos seus rendimentos, em decorrência de eventual redução da taxa básica de juros da economia brasileira.

d) Risco de liquidez
A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada anualmente com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

No demonstrativo a seguir apresenta-se o perfil previsto de liquidação dos principais passivos financeiros da Companhia registrados em 31.12.2021. Os valores foram determinados com base nos fluxos de caixa não descontados previstos, considerando a estimativa de amortização de principal e pagamento de juros futuros, quando aplicável. Para a dívida com juros pós-fixados o valor foi obtido com base na curva de juros do encerramento do exercício.

	Até 1 ano	De 2 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	560	-	-	-	560
Financiamento	5.932	11.439	10.862	53.373	81.606
	6.492	11.439	10.862	53.373	82.166

e) Categoria dos instrumentos financeiros

	31.12.2021	31.12.2020
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Aplicações financeiras	7.032	2.978
Custo amortizado		
Caixa e depósitos bancários à vista	75	78
Contas a receber de clientes	1.196	1.130
Depósitos vinculados ao serviço da dívida	1.884	1.538
	10.187	5.724
Passivos financeiros		
Custo amortizado		
Fornecedores	560	464
Financiamento	61.299	58.491
	61.859	58.955

As aplicações financeiras estão avaliadas pelos preços cotados em mercado ativo (Nível 1).

NOTA 10 - FINANCIAMENTO
a) Mutação do financiamento

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31.12.2019	3.204	56.018	59.222
Juros e V.M.	2.505	2.298	4.803
Transferências	3.169	(3.169)	-
Amortização do principal	(3.245)	-	(3.245)
Amortização de juros	(2.289)	-	(2.289)
Saldos em 31.12.2020	3.344	55.147	58.491
Juros e V.M.	2.769	5.845	8.614
Transferências	3.406	(3.406)	-
Amortização do principal	(3.481)	-	(3.481)
Amortização de juros	(2.325)	-	(2.325)
Saldos em 31.12.2021	3.713	57.586	61.299

b) Vencimentos do financiamento apresentado no passivo não circulante

Ano	Valor
2023	3.599
2024	3.599
2025	3.599
2026	3.599
2027	3.599
2028 a 2032	17.990
2033 a 2037	17.996
2038	3.605
	57.586

c) Condições contratadas

	Condições de pagamento	
	Encargos	Vencimento
BNDES	IPCA + 3,91% a.a.	12.2038
		Mensais

d) Garantias
As garantias são as seguintes: (i) penhor da totalidade das ações representativas ao capital social; (ii) cessão dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e venda de energia elétrica; (iii) contas reserva do serviço da dívida e reserva de O&M; (iv) cessão dos direitos emergentes da autorização; e (v) penhor das máquinas e equipamentos relativos ao Projeto.

e) Compromissos contratuais (covenants)
Os compromissos financeiros estabelecidos no financiamento estão sendo cumpridos pela Companhia e são apurados anualmente, conforme estabelecido nestes contratos.

NOTA 11 - OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO
A Companhia possui contrato de arrendamento do terreno no qual está instalado seu parque eólico, cuja vigência é até 2057.

a) Direito de uso de arrendamentos
A mutação do direito de uso de arrendamentos está apresentada a seguir:

	2021
Saldo em 31.12.2019	2.253
Remensuração	(447)
Depreciação	(57)
Saldo em 31.12.2020	1.749
Remensuração	(602)
Depreciação	(37)
Saldo em 31.12.2021	1.110

b) Arrendamentos a pagar

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31.12.2019	233	2.043	2.276
Remensuração	(56)	(391)	(447)
Juros	198	-	198
Transferências	22	(22)	-
Amortizações	(207)	-	(207)
Saldos em 31.12.2020	190	1.630	1.820
Remensuração	-	(602)	(602)
Juros	141	-	141
Transferências	(55)	55	-
Amortizações	(146)	-	(146)
Saldos em 31.12.2021	130	1.083	1.213

Os arrendamentos a pagar foram mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos futuros. A taxa de desconto utilizada para cálculo do valor presente foi de 10,2% e representa a taxa incremental de financiamento.

c) Vencimentos dos arrendamentos a pagar apresentados no passivo não circulante

	31.12.2021
2023	104
2024	94
2025	85
2026	78
2027	70
2028 a 2032	266
2033 a 2037	163
2038 em diante	223
Arrendamentos a pagar	1.083

d) Pagamentos de arrendamentos de alugueis variáveis
No exercício findo em 31.12.2021, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 27 (R\$ 2 em 31.12.2020), referente a custos relacionados ao pagamento de alugueis variáveis.

NOTA 12 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO
a) Capital social
O capital social da Companhia em 31.12.2021 e 31.12.2020 era de R\$ 21.323, representado por 21.322.850 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, das quais 21.322.849 pertencem à controladora Umburanas Participações S.A. e 1 pertence à controladora indireta ENGIE Brasil Energia.

NOTA 13 - CONCILIAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA
A tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada nas demonstrações dos resultados.

	2021	2020
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
ENGIE Comercializadora Varejista de Energia Ltda. ("ECV")	13.714	12.969
	13.714	12.969

DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL

PIS e Cofins	(500)	(1.200)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	13.214	11.769

NOTA 14 - CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS, NO RESULTADO
No exercício de 2020 a Companhia apurou os impostos sobre o lucro pelo regime de lucro real, entretanto, a partir de 01.01.2021 optou pelo regime de tributação do lucro presumido. Por este motivo, não é possível conciliar os tributos, no resultado, de maneira comparativa:

a) Lucro presumido

	2021	
	IR	CSLL
Receita operacional bruta	13.714	13.714
% de presunção do lucro	8%	12%
Lucro presumido sobre receita operacional	1.098	1.646
Receita financeira	307	307
Outras	(97)	3
Base de cálculo	1.308	1.956
Alíquotas	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social – resultado	327	176

b) Lucro real

	2020		
	IR	CSLL	Total
Resultado antes dos tributos	1.938	1.938	1.938
Alíquotas	25%	9%	34%
Despesa às alíquotas nominais	485	174	659
Diferenças permanentes			
Depreciação incentivada	(485)	(174)	(659)
Imposto de renda e contribuição social – resultado	-	-	-

NOTA 15 - COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO
a) Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST)
Para o uso do sistema de transmissão e da rede básica, a Companhia mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS. O contrato tem vigência até o término da autorização da usina. Em 31.12.2021, o valor das obrigações futuras provenientes deste contrato totalizava R\$ 20.550.

b) Contrato de Operação e Manutenção (O&M)
A Companhia mantém contrato de operação e manutenção, vigente até 2029. Os valores contratados são atualizados, anualmente, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O compromisso futuro, na data base 31.12.2021, era de R\$ 20.315.

NOTA 16 - SEGUROS
A Companhia é participante da apólice de seguro internacional de danos à propriedade e interrupção de negócios – *Property Damage and Business Interruption* (PDBI) – do programa de seguros de sua controladora indireta ENGIE Brasil Energia. O Conjunto Eólico Umburanas – Fase I participa da referida apólice, sendo cobertos danos materiais incorridos à usina, incluindo a linha de transmissão, e lucros cessantes, no valor de R\$ 1.500.645 e R\$ 403.342, respectivamente, na data base de 31.12.2021. A vigência do seguro vai até 31.05.2022.

NOTA 17 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS
a) Prestação de serviços administrativos e financeiros
A Companhia mantém contrato com a sua controladora indireta ENGIE Brasil Energia, vigente a partir do início de suas operações, com duração de quatro anos, cujo objeto é a prestação de serviços administrativos e financeiros. Os valores contratados são reajustados anualmente pela variação do INPC.

b) Venda de energia entre partes relacionadas
A Companhia mantém contrato com a parte relacionada ENGIE Comercializadora Varejista de Energia Ltda. ("ECV"), com vencimento em 2036, sendo seu reajuste feito anualmente em janeiro do respectivo ano. O compromisso futuro deste contrato em 31.12.2021 é de R\$ 144.710 (R\$ 161.515 em 31.12.2020). Mais informações sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis da Companhia estão apresentados na Nota 5 – Contas a receber de clientes e Nota 13 – Conciliação da receita operacional líquida.

NOTA 18 - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA
As principais transações complementares ao fluxo de caixa foram as seguintes:

	31.12.2021	31.12.2020
Remensuração IFRS 16/CPC 06 (R2)	(602)	(447)
Compensação de imposto retido na fonte	(50)	-
Fornecedores de imobilizado	(2)	4.643
Reversão de provisão de imobilizado	-	(30)

(Nominata de assinaturas das Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2021, da Eólica Umburanas 5 S.A.)

DIRETORIA EXECUTIVA

EÓLICA UMBURANAS 6 S.A.
CNPJ nº 20.168.283/0001-92 | NIRE nº 42 3 0004828-3

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

do crescimento econômico e alta inflação – uma constante observada no Brasil e no mundo. O Produto Interno Bruto (PIB) teve crescimento de 4,6%. A alta compensa o decréscimo de 4,1% observado em 2020.

A atividade econômica brasileira iniciou uma recuperação, ainda que ligeiramente abaixo da esperada. A inflação elevada, com pior resultado desde 2015, gerou impacto sobre o crescimento, com a deterioração do poder de compra das famílias. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) apresentou variação de 10,1%, enquanto o Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC) registrou, no acumulado do ano, 10,2%.

As incertezas trazidas pela pandemia e seus desdobramentos também influenciaram o mercado financeiro. A taxa básica de juros (Selic) atingiu 9,2%, alta de 7,2 p.p. no ano, enquanto o dólar (Ptax) bateu a marca de R\$ 5,58 – a moeda americana estava cotada em R\$ 5,19 ao fim de 2020.

4. Desempenho Operacional

Em 2021, a geração total bruta da Eólica Umbranas 6 alcançou 103,6 GWh, desempenho 0,2% superior ao obtido em 2020, de 103,4 GWh. O Índice de disponibilidade, considerando-se todas as paradas programadas, atingido em 2021 foi de 88,9%, 5,0 p.p. menor que o obtido em 2020, de 93,9%.

5. Desempenho Econômico-Financeiro

a) Principais indicadores (expressos em milhares de reais)

Indicadores de resultado	2021	2020	Var. (R\$)	Var. (%)
Receita operacional líquida	16.736	14.906	1.830	12,3
Lucro bruto	10.283	9.678	605	6,3
Margem bruta	61,4%	64,9%		(3,5 p.p.)
Resultado do serviço (Ebit)	10.188	9.554	634	6,6
Ebitda (Lajida) ¹	13.541	12.914	627	4,9
Margem Ebitda (Lajida)	80,9%	86,6%		(5,7 p.p.)
Resultado financeiro	(10.279)	(5.953)	(4.326)	72,7
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(744)	3.601	(4.345)	(120,7)

¹ Ebitda (Lajida): (prejuízo) lucro líquido + imposto de renda e contribuição social + resultado financeiro + depreciação e amortização

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINSOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)	Nota	31.12.2021	31.12.2020
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	13	16.736	14.906

Custos da energia vendida			
Depreciação e amortização	7/11	(3.353)	(3.360)
Serviços de terceiros		(1.739)	-
Encargos de uso da rede elétrica e conexão		(856)	(724)
Outros		(505)	(437)
		(6.453)	(5.228)
		10.283	9.678

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINSOS			
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA			
Despesas operacionais		(95)	(124)
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINSOS		10.188	9.554

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINSOS			
TRIBUTOS SOBRE O LUCRO			
Resultado financeiro		336	61
Renda de aplicações financeiras		81	31
Renda de depósitos vinculados ao serviço da dívida		(9.952)	(5.549)
Juros e variação monetária sobre financiamento	10	(474)	(215)
Juros e variação monetária sobre provisão para desmobilização	7	(225)	(232)
Juros sobre arrendamentos	11	(45)	(49)
Outras despesas financeiras, líquidas		(10.279)	(5.953)

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINSOS			
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINSOS			
Imposto de renda e contribuição social correntes	14	(91)	3.601
Imposto de renda		(428)	-
Contribuição social		(225)	-
		(653)	-

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINSOS			
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINSOS			
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(744)	3.601

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINSOS			
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINSOS			
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(744)	3.601
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		(744)	3.601

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINSOS			
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINSOS			
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(744)	3.601
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		(744)	3.601

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINSOS			
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINSOS			
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(744)	3.601
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		(744)	3.601

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINSOS			
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINSOS			
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(744)	3.601
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		(744)	3.601

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINSOS			
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINSOS			
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(744)	3.601
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		(744)	3.601

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINSOS			
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINSOS			
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(744)	3.601
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		(744)	3.601

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINSOS			
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINSOS			
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(744)	3.601
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		(744)	3.601

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINSOS			
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINSOS			
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(744)	3.601
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		(744)	3.601

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINSOS			
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINSOS			
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(744)	3.601
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		(744)	3.601

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINSOS			
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINSOS			
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(744)	3.601
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		(744)	3.601

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINSOS			
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINSOS			
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(744)	3.601
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		(744)	3.601

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINSOS			
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINSOS			
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(744)	3.601
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		(744)	3.601

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINSOS			
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINSOS			
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(744)	3.601
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		(744)	3.601

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINSOS			
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINSOS			
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(744)	3.601
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		(744)	3.601

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINSOS			
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINSOS			
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(744)	3.601
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		(744)	3.601

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINSOS			
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINSOS			
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(744)	3.601
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		(744)	3.601

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINSOS			
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINSOS			
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(744)	3.601
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		(744)	3.601

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINSOS			
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINSOS			
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(744)	3.601
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		(744)	3.601

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINSOS			
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINSOS			
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(744)	3.601
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		(744)	3.601

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINSOS			
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINSOS			
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(744)	3.601
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		(744)	3.601

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINSOS			
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINSOS			
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(744)	3.601
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		(744)	3.601

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINSOS			
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINSOS			
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(744)	3.601
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		(744)	3.601

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINSOS			
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINSOS			
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(744)	3.601
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		(744)	3.601

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Senhores Acionistas,
A Administração da Eólica Umbranas 6 S.A. ("Umbranas 6" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31.12.2021. As informações estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

1. Perfil Institucional

A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) que detém autorização outorgada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para explorar a Eólica Umbranas 6, com potência instalada de 20,0 MW, garantia física de 13,3 MW médios, com início das operações comerciais em março de 2019 e energia comercializada no Ambiente de Contratação Livre (ACL). Umbranas 6 é uma das 18 Centrais Eólicas que compõem o Conjunto Eólico Umbranas – Fase I, com potência somada de 360,0 MW de capacidade instalada e 213,3 MW médios de energia assegurada, localizada nos municípios de Sento Sé e Umbranas, Estado da Bahia.

A Companhia não tem empregados e sua administração é realizada pela controladora indireta ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia"), que cobra os seus honorários mediante contrato de prestação de serviços e reembolso das despesas com o pessoal diretamente alocado na Eólica.

2. Controle Acionário

A totalidade do capital social da Companhia pertence à Umbranas Participações S.A., uma holding controlada pela ENGIE Brasil Energias Complementares Participações Ltda., que por sua vez, é uma controlada da ENGIE Brasil Energia S.A. Sediada em Florianópolis, a ENGIE Brasil Energia é uma plataforma de investimento em infraestrutura em energia, atuante nas atividades de geração, comercialização, trading e transmissão de energia elétrica. Atua ainda no segmento de transporte de gás, por meio de participação na Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG, em conjunto com outros sócios.

3. Ambiente Macroeconômico

O segundo ano da pandemia da Covid-19 foi, em linhas gerais, marcado pela recuperação

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	31.12.2021	31.12.2020
-------	------	------------	------------

ATIVO CIRCULANTE		
------------------	--	--

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação (Brasil)/ Status	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 19 CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, CPC 27 – Ativo imobilizado, CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade e CPC 48 – Instrumentos financeiros.	01.10.2021	01.01.2022	Sem impactos relevantes
Pronunciamento Técnico CPC nº 50 Este Pronunciamento vem substituir a norma atualmente vigente sobre Contratos de seguro (CPC 11).	07.05.2021	01.01.2023	Não aplicável à Companhia

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
	31.12.2021	31.12.2020	
Caixa e depósitos bancários à vista	66	81	
Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa	10.180	3.990	
	10.246	4.071	

A Companhia é participante do Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa de sua controladora indireta, ENGIE Brasil Energia, concentrando suas aplicações financeiras neste fundo. As operações realizadas pelo fundo possuem liquidez imediata, são remuneradas pela Selic e estão lastreadas em títulos públicos federais. A rentabilidade média do fundo nos anos de 2021 e 2020 foi de cerca de 99,0% e 98,7% do CDI (taxa referencial dos Certificados de Depósitos Interbancários), respectivamente.

NOTA 5 - CONTAS A RECEBER DE CLIENTES
Os valores a receber no montante de R\$ 1.515 (R\$ 1.431 em 31.12.2020) correspondem ao contrato firmado com a parte relacionada ENGIE Comercializadora Varejista de Energia Ltda. ("ECV"), com vencimento em 2036, sendo seu reajuste feito anualmente em janeiro do respectivo ano. Não havia valores vencidos em 31.12.2021 e 31.12.2020.

NOTA 6 - DEPÓSITOS VINCULADOS AO SERVIÇO DA DÍVIDA
Em 31.12.2021, a Companhia mantinha R\$ 2.170 (R\$ 1.772 em 31.12.2020) relativos a garantias vinculadas ao contrato de financiamento. Essas garantias visam assegurar o pagamento dos serviços de dívida com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), bem como das despesas de operação e manutenção, e são constituídas pelo montante equivalente a 3 meses do serviço da dívida e das despesas contratuais de operação e de manutenção, respectivamente.

NOTA 7 - IMOBILIZADO
a) Composição

	Taxa média de depreciação	31.12.2021		31.12.2020		Valor líquido	
		Custo	Depreciação acumulada	Custo	Depreciação acumulada		
Em serviço							
Máquinas e equipamentos	3,7%	88.622	(9.133)	79.489	88.607	(5.891)	82.716
Edificações e benfeitorias	3,6%	1.390	(151)	1.239	1.392	(101)	1.291
		90.012	(9.284)	80.728	89.999	(5.992)	84.007
Em curso		9	-	9	2	-	2
		90.021	(9.284)	80.737	90.001	(5.992)	84.009

b) Mutação do ativo imobilizado

	Máquinas e equipamentos	Edificações e benfeitorias	Em curso	Total
Saldos em 31.12.2019	85.924	1.368	30	87.322
Ingressos	-	-	14	14
Reversão de provisão	-	-	(34)	(34)
Transferências	34	(26)	(8)	-
Depreciação	(3.242)	(51)	-	(3.293)
Saldos em 31.12.2020	82.716	1.291	2	84.009
Ingressos	-	-	20	20
Transferências	15	(2)	(13)	-
Depreciação	(3.242)	(50)	-	(3.292)
Saldos em 31.12.2021	79.489	1.239	9	80.737

c) Provisão para desmobilização
Em 2019, a Companhia reconheceu em seu imobilizado a provisão dos custos decorrentes da desmobilização de seu parque eólico, com base no valor presente dos fluxos de caixa esperados para o cumprimento da obrigação de retirada dos ativos e de restauração do local ao final do prazo de autorização. A taxa real de desconto utilizada para o cálculo do valor presente foi de 3,59%, baseado nas taxas de títulos públicos com vencimento similar ao do término das autorizações. O saldo da provisão para desmobilização registrada no passivo não circulante em 31.12.2021 era de R\$ 4.811 (R\$ 4.337 em 31.12.2020), a variação do saldo é decorrente dos juros e variação monetária de R\$ 474 registrados no resultado do exercício de 31.12.2021 (R\$ 215 em 31.12.2020).

d) Autorização do Órgão Regulador
A Companhia é detentora da autorização para exploração da Eólica Uburanas 6, com capacidade instalada de 20,0 MW, pelo prazo de 35 anos, a contar da data de 08.2014.

NOTA 8 - FORNECEDORES

	31.12.2021	31.12.2020
Fornecedores de imobilizado	391	394
Fornecedores de materiais e serviços	168	73
Encargos de uso da rede elétrica	76	67
	635	534

NOTA 9 - GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS
A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, segue integralmente as regras do Fórum de Gerenciamento de Riscos da ENGIE Brasil Energia, sua controladora indireta. Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um destes fatores de risco:

a) Risco de mercado
Esse risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros aplicadas aos seus passivos, resultando em efeitos em suas despesas financeiras. A Companhia está exposta às variações do IPCA, em decorrência do financiamento contratado.

A totalidade dos contratos de venda de energia em vigor possui cláusula de reajuste inflacionário, com a aplicação de IPCA, o que representa um hedge natural de longo prazo para o financiamento.

A seguir é apresentada análise de sensibilidade preparada pela Companhia. O cenário-base provável para o ano de 2022 foi definido por meio das premissas disponíveis no mercado (Fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil).

Risco de variação	Cenário		Sensibilidade	
	2021	2022	Provável	Δ + 25% (*)
IPCA	10,1%	5,0%	-5,1 p.p.	1,3 p.p.
				-0,8 p.p.

(*) Variações sobre o cenário provável de 2022.
A sensibilidade provável foi calculada com base nas variações entre os índices do ano de 2021 e os previstos no cenário provável para 2022, e demonstram os eventuais impactos adicionais no resultado da Companhia. As demais sensibilidades apresentadas foram apuradas com base (i) na variação de 25%; e (ii) nas estimativas da Administração sobre o cenário projetado, as quais correspondem a avaliação da Administração de alteração razoavelmente possível nas taxas de juros e índices flutuantes para 2022. As variações que poderão impactar o resultado e, consequentemente, o patrimônio líquido de 2022, em comparação com o ano de 2021, caso tais cenários se materializem, são estas:

Financiamento	Saldo em 31.12.2021		Sensibilidade	
	31.12.2021	Provável	Δ + 25%	Administração
IPCA	70.808	3.581	(896)	547

b) Risco de gerenciamento de capital
A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida que proporcionem o retorno de capital aos seus investidores.
A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (financiamento, deduzido dos depósitos vinculados ao serviço da dívida e do caixa e equivalentes de caixa) e pelo patrimônio líquido. A relação da dívida líquida pelo patrimônio líquido foi esta:

	31.12.2021	31.12.2020
Dívida	70.808	67.564
(-) Depósitos vinculados ao serviço da dívida	(2.170)	(1.772)
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(10.246)	(4.071)
Dívida líquida	58.392	61.721
Patrimônio líquido	18.556	19.300
Endividamento líquido / Patrimônio líquido	3,1	3,2

c) Risco de crédito
As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as vendas de energia e as aplicações financeiras.
Nas operações relacionadas à venda de energia, a Companhia mantém contrato com a ENGIE Comercializadora Varejista de Energia Ltda. ("ECV"), controlada da ENGIE Brasil Energia, mitigando assim o seu risco de crédito.

No que tange à aplicação no mercado financeiro, os recursos disponíveis da Companhia são alocados em um Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa, o qual tem como política a alocação de seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco. Em 31.12.2021, esse fundo possuía 100% de sua carteira em ativos com risco de crédito do Governo Brasileiro, todos com liquidez diária. De acordo com o planejamento financeiro da Companhia, os recursos desse fundo serão utilizados no curto prazo, reduzindo substancialmente o risco de quaisquer efeitos significativos nos seus rendimentos, em decorrência de eventual redução da taxa básica de juros da economia brasileira.

d) Risco de liquidez
A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada anualmente com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

No demonstrativo a seguir apresenta-se o perfil previsto de liquidação dos principais passivos financeiros da Companhia registrados em 31.12.2021. Os valores foram determinados com base nos fluxos de caixa não descontados previstos, considerando a estimativa de amortização de principal e pagamento de juros futuros, quando aplicável. Para a dívida com juros pós-fixados o valor foi obtido com base na curva de juros do encerramento do exercício.

	Até 1 ano	De 2 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	635	-	-	-	635
Financiamento	6.852	13.214	12.546	61.653	94.265
	7.487	13.214	12.546	61.653	94.900

e) Categoria dos instrumentos financeiros

	31.12.2021	31.12.2020
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Aplicações financeiras	10.180	3.990
Custo amortizado		
Caixa e depósitos bancários à vista	66	81
Contas a receber de clientes	1.515	1.431
Depósitos vinculados ao serviço da dívida	2.170	1.772
	13.931	7.274
Passivos financeiros		
Custo amortizado		
Fornecedores	635	534
Financiamento	70.808	67.564
	71.443	68.098

As aplicações financeiras estão avaliadas pelos preços cotados em mercado ativo (Nível 1).

NOTA 10 - FINANCIAMENTO
a) Mutação do financiamento

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31.12.2019	3.701	64.707	68.408
Juros e V.M.	2.894	2.655	5.549
Transferências	3.661	(3.661)	-
Amortização do principal	(3.748)	-	(3.748)
Amortização de juros	(2.645)	-	(2.645)
Saldos em 31.12.2020	3.683	63.701	67.564
Juros e V.M.	3.199	6.753	9.952
Transferências	3.935	(3.935)	-
Amortização do principal	(4.021)	-	(4.021)
Amortização de juros	(2.687)	-	(2.687)
Saldos em 31.12.2021	4.289	66.519	70.808

b) Vencimentos do financiamento apresentado no passivo não circulante

Ano	Valor
2023	4.157
2024	4.157
2025	4.157
2026	4.157
2027	4.157
2028 a 2032	20.780
2033 a 2037	20.787
2038	4.167
	66.519

c) Condições contratadas

BNDES	Condições de pagamento	
	Encargos	Vencimento
IPCA + 3,91% a.a.	12.2038	Principal e encargos
		Mensais

d) Garantias
As garantias são as seguintes: (i) penhor da totalidade das ações representativas ao capital social; (ii) cessão dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e venda de energia elétrica; (iii) contas reserva do serviço da dívida e reserva de O&M; (iv) cessão dos direitos emergentes da autorização; e (v) penhor das máquinas e equipamentos relativas ao Projeto.

e) Compromissos contratuais (covenants)
Os compromissos financeiros estabelecidos no financiamento estão sendo cumpridos pela Companhia e são apurados anualmente, conforme estabelecido nestes contratos.

NOTA 11 - OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO
A Companhia possui contrato de arrendamento do terreno no qual está instalado seu parque eólico, cuja vigência é até 2057.

a) Direito de uso de arrendamentos
A mutação do direito de uso de arrendamentos está apresentada a seguir:

	Saldo em 31.12.2019	2.575
Remensuração	(170)	
Depreciação	(67)	
Saldo em 31.12.2020	2.338	
Remensuração	(121)	
Depreciação	(61)	
Saldo em 31.12.2021	2.156	

b) Arrendamentos a pagar

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31.12.2019	267	2.335	2.602
Remensuração	(32)	(138)	(170)
Juros	232	-	232
Transferências	24	(24)	-
Amortizações	(241)	-	(241)
Saldos em 31.12.2020	250	2.173	2.423
Remensuração	-	(121)	(121)
Juros	225	-	225
Transferências	(6)	6	-
Amortizações	(231)	-	(231)
Saldos em 31.12.2021	238	2.058	2.296

Os arrendamentos a pagar foram mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos futuros. A taxa de desconto utilizada para cálculo do valor presente foi de 10,2% e representa a taxa incremental de financiamento.

c) Vencimentos dos arrendamentos a pagar apresentados no passivo não circulante

	31.12.2021
2023	197
2024	179
2025	162
2026	147
2027	134
2028 a 2032	504
2033 a 2037	310
2038 em diante	425
Arrendamentos a pagar	2.058

d) Pagamentos de arrendamentos de aluguel variáveis
No exercício findo em 31.12.2021, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 16 (R\$ 1 em 31.12.2020), referente a custos relacionados ao pagamento de aluguéis variáveis.

NOTA 12 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO
a) Capital social
O capital social da Companhia em 31.12.2021 e 31.12.2020 era de R\$ 22.093, representado por 22.092.692 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, das quais 22.092.691 pertencem à controladora Uburanas Participações S.A. e 1 pertence à controladora indireta ENGIE Brasil Energia.

NOTA 13 - CONCILIAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA
A tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada nas demonstrações dos resultados.

	2021	2020
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
ENGIE Comercializadora Varejista de Energia Ltda. ("ECV")	17.370	16.425
	17.370	16.425

	2021	2020
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL		
PIS e Cofins	(634)	(1.519)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	16.736	14.906

NOTA 14 - CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS, NO RESULTADO
No exercício de 2020 a Companhia apurou os impostos sobre o lucro pelo regime de lucro real, entretanto, a partir de 01.01.2021 optou pelo regime de tributação do lucro presumido. Por este motivo, não é possível conciliar os tributos, no resultado, de maneira comparativa:

a) Lucro presumido

	2021	CSLL
Receita operacional bruta	17.370	17.370
% de presunção do lucro	8%	12%
Lucro presumido sobre receita operacional	1.391	2.084
Receita financeira	419	419
Outras	(98)	(3)
Base de cálculo	1.712	2.500
Alíquotas	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social - resultado	428	225

b) Lucro real

	2020	CSLL	Total
Resultado antes dos tributos	3.601	3.601	3.601
Alíquotas	25%	9%	34%
Despesa às alíquotas nominais	900	324	1.224
Diferenças permanentes			
Depreciação inventivada	(900)	(324)	(1.224)
Imposto de renda e contribuição social - resultado	-	-	-

NOTA 15 - COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO
a) Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST)
Para o uso do sistema de transmissão e da rede básica, a Companhia mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS. O contrato tem vigência até o término da autorização da usina. Em 31.12.2021, o valor das obrigações futuras provenientes deste contrato totalizava R\$ 23.577.

b) Contrato de Operação e Manutenção (O&M)
A Companhia mantém contrato de operação e manutenção, vigente até 2029. Os valores contratados são atualizados, anualmente, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O compromisso futuro, na data base 31.12.2021, era de R\$ 23.219.

NOTA 16 - SEGUROS
A Companhia é participante da apólice de seguro internacional de danos à propriedade e interrupção de negócios - *Property Damage and Business Interruption* (PDBI) - do programa de seguros de sua controladora indireta ENGIE Brasil Energia. O Conjunto Eólico Uburanas - Fase I participa da referida apólice, sendo cobertos danos materiais incorridos à usina, incluindo a linha de transmissão, e lucros cessantes, no valor de R\$ 1.500.645 e R\$ 403.342, respectivamente, na data base de 31.12.2021. A vigência do seguro vai até 31.05.2022.

NOTA 17 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS
a) Prestação de serviços administrativos e financeiros
A Companhia mantém contrato com a sua controladora indireta ENGIE Brasil Energia, vigente a partir do início de suas operações, com duração de quatro anos, cujo objeto é a prestação de serviços administrativos e financeiros. Os valores contratados são reajustados anualmente pela variação do INPC.

b) Venda de energia entre partes relacionadas
A Companhia mantém contrato com a parte relacionada ENGIE Comercializadora Varejista de Energia Ltda. ("ECV"), com vencimento em 2036, sendo seu reajuste feito anualmente em janeiro do respectivo ano. O compromisso futuro deste contrato em 31.12.2021 é de R\$ 183.447 (R\$ 204.736 em 31.12.2020). Mais informações sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis da Companhia estão apresentados na Nota 5 - Contas a receber de clientes e Nota 13 - Conciliação da receita operacional líquida.

NOTA 18 - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA
As principais transações complementares ao fluxo de caixa foram as seguintes:

	31.12.2021	31.12.2020
Remensuração IFRS 16/CPC 06 (R2)	(121)	(170)
Compensação de imposto retido na fonte	(67)	-

EÓLICA UMBURANAS 8 S.A.

CNPJ nº 20.168.405/0001-40 | NIRE nº 42.3.0004845-3

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
A Administração da Eólica Umburanas 8 S.A. ("Umburanas 8" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31.12.2021. As informações estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

1. Perfil Institucional

A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) que detém autorização outorgada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para explorar a Eólica Umburanas 8, com potência instalada de 25,0 MW, garantia física de 15,4 MW médios, com início das operações comerciais em fevereiro de 2019 e energia comercializada no Ambiente de Contratação Livre (ACL). Umburanas 8 é uma das 18 Centrais Eólicas que compõem o Conjunto Eólico Umburanas – Fase I, com potência somada de 360,0 MW de capacidade instalada e 213,3 MW médios de energia assegurada, localizada no município de Sento Sé e Umburanas, Estado da Bahia.

A Companhia não tem empregados e sua administração é realizada pela controladora indireta ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia"), que cobra os seus honorários mediante contrato de prestação de serviços e reembolso das despesas com o pessoal diretamente alocado na Eólica.

2. Controle Acionário

A totalidade do capital social da Companhia pertence à Umburanas Participações S.A., uma holding controlada pela ENGIE Brasil Energias Complementares Participações Ltda., que por sua vez, é uma controlada da ENGIE Brasil Energia S.A. Sediada em Florianópolis, a ENGIE Brasil Energia é uma plataforma de investimento em infraestrutura em energia, atuante nas atividades de geração, comercialização, trading e transmissão de energia elétrica. Atua ainda no segmento de transporte de gás, por meio de participação na Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG, em conjunto com outros sócios.

3. Ambiente Macroeconômico

O segundo ano da pandemia da Covid-19 foi, em linhas gerais, marcado pela recuperação

do crescimento econômico e alta inflação – uma constante observada no Brasil e no mundo. O Produto Interno Bruto (PIB) teve crescimento de 4,6%. A alta compensa o decréscimo de 4,1% observado em 2020.

A atividade econômica brasileira iniciou uma recuperação, ainda que ligeiramente abaixo da esperada. A inflação elevada, com pior resultado desde 2015, gerou impacto sobre o crescimento, com a deterioração do poder de compra das famílias. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) apresentou variação de 10,1%, enquanto o Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC) registrou, no acumulado do ano, 10,2%.

As incertezas trazidas pela pandemia e seus desdobramentos também influenciaram o mercado financeiro. A taxa básica de juros (Selic) atingiu 9,2%, alta de 7,2 p.p. no ano, enquanto o dólar (Ptax) bateu a marca de R\$ 5,58 – a moeda americana estava cotada em R\$ 5,19 ao fim de 2020.

4. Desempenho Operacional

Em 2021, a geração total bruta da Eólica Umburanas 8 alcançou 119,1 GWh, desempenho 3,8% inferior ao observado em 2020, de 123,8 GWh. O índice de disponibilidade, considerando-se todas as paradas programadas, atingido em 2021 foi de 87,0%, 8,6 p.p. abaixo dos 95,6% obtidos em 2020.

5. Desempenho Econômico-Financeiro

a) Principais indicadores (expressos em milhares de reais)

Indicadores de resultado	2021	2020	Var. (R\$)	Var. (%)
Receita operacional líquida	19.382	17.263	2.119	12,3
Lucro bruto	11.236	10.711	525	4,9
Margem bruta	58,0%	62,0%		(4 p.p.)
Resultado do serviço (Ebit)	11.140	10.587	553	5,2
Ebitda (Lajida) ¹	15.380	14.852	528	3,6
Margem Ebitda (Lajida)	79,4%	86,0%		(6,6 p.p.)
Resultado financeiro	(12.586)	(7.315)	(5.271)	72,1
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(2.198)	3.272	(5.470)	(167,2)

¹Ebitda (Lajida): (prejuízo) lucro líquido + imposto de renda e contribuição social + resultado financeiro + depreciação e amortização

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS

	EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)		
	Nota	31.12.2021	31.12.2020
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	13	19.382	17.263
Custos da energia vendida			
Depreciação e amortização	7/11	(4.240)	(4.265)
Serviços de terceiros		(2.187)	(863)
Encargos de uso da rede elétrica e conexão		(1.070)	(904)
Outros		(649)	(520)
		(8.146)	(6.552)
		11.236	10.711
LUCRO BRUTO			
Despesas operacionais			
Despesas com vendas, gerais e administrativas		(96)	(124)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		11.140	10.587
RESULTADO FINANCEIRO			
Renda de aplicações financeiras		358	60
Renda de depósitos vinculados ao serviço da dívida		100	38
Juros e variação monetária sobre financiamento	10	(12.199)	(6.801)
Juros e variação monetária sobre provisão para desmobilização	7	(590)	(268)
Juros sobre arrendamentos	11	(210)	(280)
Outras despesas financeiras, líquidas		(45)	(64)
		(12.586)	(7.315)
(PREJUÍZO) LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		(1.446)	3.272
Imposto de renda e contribuição social correntes	14		
Imposto de renda		(493)	-
Contribuição social		(259)	-
		(752)	-
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(2.198)	3.272

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)		
	31.12.2021	31.12.2020
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(2.198)	3.272
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	(2.198)	3.272

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Eólica Umburanas 8 S.A. ("Companhia"), com sede no município Florianópolis, estado de Santa Catarina (SC), foi constituída em 03.02.2014, com prazo de duração indeterminado. A Companhia tem como objeto social a implantação e exploração de usina geradora de energia elétrica de fonte eólica e implantação do sistema de transmissão de interesse restrito, podendo negociar créditos de carbono decorrentes de suas atividades e constituir consórcios para consecução do seu objeto social.

A Companhia detém autorização para explorar a Eólica Umburanas 8 ("Usina"), a qual está localizada nos municípios de Sento Sé e Umburanas (BA) e possui capacidade instalada de 25,0 MW¹ e garantia física de 15,4 MW médios. Em 06.02.2019, a Aneel autorizou o início da operação comercial da Usina.

Adicionalmente, a Companhia é parte do Consórcio Umburanas, com participação de 6,94%. O Consórcio Umburanas é responsável pela operação, manutenção e exploração da subestação e parte da linha de transmissão utilizada pela Companhia em suas operações.

A Companhia não possui colaboradores e os seus administradores renunciaram ao direito de receber qualquer remuneração. A administração da Companhia é conduzida pela controladora indireta, ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia"), que cobra pela prestação de serviços e solicita reembolso das despesas incorridas com pessoal diretamente dedicado às atividades da usina.

Os anos de 2020 e 2021 foram marcados pelos efeitos da pandemia da Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus, que impactou, e continua impactando, a economia mundial. Em decorrência disto, foram tomadas medidas restritivas no sentido de determinar o distanciamento social e o fechamento de estabelecimentos comerciais, além da paralisação da indústria. As restrições impostas pelo isolamento social trouxeram efeitos importantes na atividade de diversos setores, na renda das famílias e nos investimentos no país. Na medida em que a situação da pandemia foi melhorando e, com isso, as restrições às atividades econômicas gradativamente reduzidas, houve evolução em diferentes regiões e segmentos de negócios. Em 2021 e 2020, a Companhia não apurou impactos significativos decorrentes da pandemia em suas demonstrações contábeis.

¹ As informações não financeiras contidas nessas demonstrações contábeis como MW, MW médio, potência instalada, entre outros, não são auditadas pelos auditores independentes.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base na continuidade operacional e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), sendo utilizado o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, e o real como moeda funcional.

Essas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis ora apresentadas foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 25.04.2022.

a) Continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

As principais bases de julgamento utilizadas para tal conclusão são: (i) principais atividades decorrentes de autorização de longo prazo; (ii) patrimônio líquido expressivo; (iii) forte geração de caixa operacional, inclusive com capacidade financeira para quitação de compromissos assumidos junto a instituições financeiras; e (iv) série histórica de lucros nos últimos exercícios sociais.

NOTA 3 - SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Instrumentos financeiros

a.1) Caixa e equivalentes de caixa

São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao valor justo na data das demonstrações contábeis. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

a.2) Contas a receber de clientes

São reconhecidas quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, ou seja, se fizer necessário apenas o transcorrer do tempo para sua ocorrência. São re-

gistradas inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado.

a.3) Depósitos vinculados ao serviço da dívida

São mantidos para atendimento às exigências legais e contratuais. São contabilizados inicialmente pelo valor depositado e, posteriormente, pelo custo amortizado.

a.4) Financiamento

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e, posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva.

b) Imobilizado

É registrado ao custo de aquisição ou construção. Os juros e os demais encargos financeiros do financiamento, durante o período de construção, foram computados como custo do respectivo imobilizado. O valor presente do custo esperado para desmobilização de um ativo após seu uso, quando aplicável, é incluído no custo do respectivo ativo. Os custos dos ativos imobilizados são deduzidos da depreciação acumulada, a qual é calculada pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas dos bens.

c) Avaliação do valor de recuperação do imobilizado – Impairment

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, os bens do ativo imobilizado com a finalidade de identificar evidências que possam levar a perdas de valores não recuperáveis das respectivas unidades geradoras de caixa, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa provisão para perda (impairment) é reconhecida no resultado do exercício.

d) Direito de uso de arrendamentos

Os direitos de uso de arrendamentos, inicialmente, compreendem o passivo de arrendamento acrescido dos pagamentos antecipados. Esses ativos são depreciados com base na vigência dos contratos de arrendamento e avaliados no que se refere a perda por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável. Adicionalmente, são ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

e) Arrendamentos a pagar

Os arrendamentos a pagar são inicialmente mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos futuros, descontado pela taxa incremental de financiamento. Posteriormente, o passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva e remensurado (com correspondente ajuste no direto de uso relacionado) quando há alteração nos pagamentos futuros motivada por atualizações monetárias ou alteração nas taxas de desconto. Adicionalmente, a Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamentos de curto prazo, ou seja, arrendamentos de ativos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início, e de ativos de baixo valor individual, os quais são reconhecidos como despesa ao longo do prazo do arrendamento.

f) Provisão para desmobilização

Os custos de desmobilização da Usina são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para cumprir a obrigação, utilizando fluxos de caixa esperados, com base na melhor estimativa na data de reporte, e são reconhecidos em contrapartida dos custos do correspondente ativo. A atualização financeira da provisão é reconhecida na demonstração do resultado conforme ocorrida. A provisão é revisada anualmente e quaisquer ajustes de estimativa são efetuados em contrapartida do custo do ativo.

g) Dividendos

Os dividendos são calculados a partir do lucro líquido do exercício, e são reconhecidos como passivo quando da sua aprovação pela Diretoria Executiva, ou mediante deliberação da Assembleia Geral, e podem ser classificados como intercalares, intermediários, dividendos adicionais propostos ou dividendos mínimos obrigatórios.

h) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição. As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridos.

i) Transações entre partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, e são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

j) Receita de contrato com cliente

A receita é mensurada com base na contraprestação precificada no contrato com o cliente, pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos incidentes sobre ela.

b) Principais indicadores (expressos em milhares de reais)

Receita operacional líquida: o aumento decorreu: (i) da atualização monetária dos contratos de venda de energia elétrica; e (ii) da alteração no regime de tributação da Companhia, que passou de Lucro Real em 2020 para Lucro Presumido em 2021, e em consequência disso, alterou também o PIS e COFINS, que passou do regime não cumulativo para o regime cumulativo.

Resultado financeiro: o aumento decorreu, principalmente, do efeito da variação monetária sobre os financiamentos, que são vinculados ao IPCA e acompanharam a volatilidade do índice no ano de 2021.

(Prejuízo) lucro líquido do exercício: redução motivada (i) pelo aumento significativo dos custos com contratos de O&M da usina; e (ii) pelos efeitos sobre o resultado financeiro citados anteriormente, os quais foram parcialmente atenuados pelo incremento das receitas no ano.

6. Direitos dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária tem direito de voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária; de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades Anônimas; de fiscalizar a administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

7. Serviços de Auditoria

A Companhia informa que os auditores independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, não prestaram serviços não relacionados à auditoria independente em 2021.

8. Agradecimentos

A Administração da Eólica Umburanas 8 agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e todos aqueles que contribuíram para o desempenho no ano de 2021. A Administração

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)						
	Nota	Reservas de lucros			Prejuízos acumulados	Total
		Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		
Saldos em 31.12.2019		19.666	98	1.394	-	21.158
Aumento de capital		1.653	-	-	-	1.653
Lucro líquido do exercício		-	-	-	3.272	3.272
Destinações propostas à AGO:						
- Reserva legal		-	164	-	(164)	-
- Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(777)	(777)
- Reserva de retenção de lucros		-	-	2.331	(2.331)	-
Saldos em 31.12.2020	12	21.319	262	3.725	-	25.306
Aumento de capital		2.081	-	(2.081)	-	-
Prejuízo do exercício		-	-	-	(2.198)	(2.198)
Absorção do prejuízo do exercício		-	-	(1.644)	1.906	-
Saldos em 31.12.2021	12	23.400	-	-	(292)	23.108

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO) PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	31.12.2021	31.12.2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes dos tributos		(1.446)
Juros e variação monetária sobre financiamento		12.199
Depreciação e amortização		4.240
Juros sobre arrendamentos a pagar		210
Outros		493
Resultado antes dos tributos ajustado		15.696
Redução (aumento) nos ativos		
Contas a receber de clientes		(98)
Outros ativos		48
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores		139
Outros		(25)
Caixa gerado nas operações	15.760	15.514
Pagamentos de juros sobre financiamento		(3.292)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(505)
Caixa líquido das atividades operacionais	11.963	11.156
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aplicação no imobilizado e no intangível		(28)
Caixa líquido das atividades de investimento	(28)	(8.381)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de financiamento		(4.931)
Depósitos vinculados ao serviço da dívida		(392)
Pagamento de arrendamentos		(215)
Aumento de capital		1.653
Dividendos pagos		(464)
Caixa líquido das atividades de financiamento	(5.538)	(5.839)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	6.397	(3.064)
Conciliação do caixa e equivalentes de caixa		
Saldo inicial		4.438
Saldo final		10.835
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	6.397	(3.064)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

A receita é reconhecida conforme os contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida mensalmente, dado que o cliente simultaneamente recebe e consome os benefícios fornecidos pela Companhia, consequentemente, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento que a energia é efetivamente entregue ao cliente.

k) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados de acordo com as bases tributárias, considerando as normas e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações contábeis.

l) Operações controladas em conjunto

Os ativos, passivos, receitas e despesas relativas à participação no Consórcio Umburanas (entidade sem personalidade jurídica) são reconhecidos diretamente nas demonstrações contábeis da Companhia, não se fazendo necessário, portanto, nenhum procedimento de consolidação dessas operações.

m) Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas

Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações contábeis. Para apurar essas estimativas, a Administração utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando, ainda, pressupostos relativos a eventos futuros.

As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas relativas, principalmente, (i) à definição de vida útil do ativo imobilizado; (ii) ao teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração; (iii) à provisão para desmobilização da Usina; e (iv) à estimativa da taxa incremental de arrendamentos.

n) Novas normas, alterações e interpretações

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu revisões às normas existentes, aplicáveis a partir de 01.01.2021. A relação destas revisões aplicáveis e adotadas pela Companhia e respectivos impactos é apresentada a seguir:

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
-----------------------------	----------------------------	-----------------------	--------------------

o) Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes
A partir de 01.01.2022, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia:

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação (Brasil)/ Status	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
-----------------------------	------------------------------------	-----------------------	--------------------

Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 19
CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, CPC 27 – Ativo imobilizado, CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade e CPC 48 – Instrumentos financeiros.

Pronunciamento Técnico CPC nº 50
Este Pronunciamento vem substituir a norma atualmente vigente sobre Contratos de seguro (CPC 11).

	31.12.2021	31.12.2020
Caixa e depósitos bancários à vista	74	80
Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa	10.761	4.358
	10.835	4.438

A Companhia é participante do Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa de sua controladora indireta, ENGIE Brasil Energia, concentrando suas aplicações financeiras neste fundo. As operações realizadas pelo fundo possuem liquidez imediata, são remuneradas pela Selic e estão lastreadas em títulos públicos federais. A rentabilidade média do fundo nos anos de 2021 e 2020 foi de cerca de 99,0% e 98,7% do CDI (taxa referencial dos Certificados de Depósitos Interbancários), respectivamente.

NOTA 5 - CONTAS A RECEBER DE CLIENTES
Os valores a receber no montante de R\$ 1.657 em 31.12.2020 correspondem ao contrato firmado com a parte relacionada ENGIE Comercializadora Varejista de Energia Ltda. ("ECV"), com vencimento em 2036, sendo seu reajuste feito anualmente em janeiro do respectivo ano. Não havia valores vencidos em 31.12.2021 e 31.12.2020.

NOTA 6 - DEPÓSITOS VINCULADOS AO SERVIÇO DA DÍVIDA
Em 31.12.2021, a Companhia mantinha R\$ 2.668 (R\$ 2.176 em 31.12.2020) relativos a garantias vinculadas ao contrato de financiamento. Essas garantias visam assegurar o pagamento dos serviços de dívida com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), bem como das despesas de operação e manutenção, e são constituídas pelo montante equivalente a 3 meses do serviço da dívida e das despesas contratuais de operação e de manutenção, respectivamente.

NOTA 7 - IMOBILIZADO
a) Composição

	31.12.2021		31.12.2020	
	Taxa média de depreciação	Depreciação acumulada	Valor líquido	Depreciação acumulada
Em serviço				
Máquinas e equipamentos	3,7%	112.704	(11.958)	100.746
Edificações e benfeitorias	3,6%	1.434	(171)	1.263
		114.138	(12.129)	102.009
Em curso				
		12	-	12
		114.150	(12.129)	114.125

b) Mutação do ativo imobilizado

	Máquinas e equipamentos		Edificações e benfeitorias		Em curso	Total
	Saldo em 31.12.2019	108.251	1.403	37		
Ingressos	-	-	-	-	714	714
Reversão de provisão	-	-	-	-	(43)	(43)
Transferências	738	(33)	(705)	-	-	-
Depreciação	(4.130)	(53)	(4.183)	-	-	-
Saldo em 31.12.2020	104.859	1.317	3	106.179		
Ingressos	-	-	-	-	25	25
Transferências	18	(2)	(16)	-	-	-
Depreciação	(4.131)	(52)	(4.183)	-	-	-
Saldo em 31.12.2021	100.746	1.263	12	102.021		

c) Provisão para desmobilização
Em 2019, a Companhia reconheceu em seu imobilizado a provisão dos custos decorrentes da desmobilização de seu parque eólico, com base no valor presente dos fluxos de caixa esperados para o cumprimento da obrigação de retirada dos ativos e de restauração do local ao final do prazo de autorização. A taxa real de desconto utilizada para o cálculo do valor presente foi de 3,59%, baseado nas taxas de títulos públicos com vencimento similar ao do término das autorizações. O saldo da provisão para desmobilização registrada no passivo não circulante em 31.12.2021 era de R\$ 5.982 (R\$ 5.392 em 31.12.2020), a variação do saldo é decorrente dos juros e variação monetária de R\$ 590 registrados no resultado do exercício de 31.12.2021 (R\$ 268 em 31.12.2020).

d) Autorização do Órgão Regulador
A Companhia é detentora da autorização para exploração da Eólica Umburanas 8, com capacidade instalada de 25,0 MW, pelo prazo de 35 anos, a contar da data de 10.2014.

NOTA 8 - FORNECEDORES

	31.12.2021	31.12.2020
Fornecedores de imobilizado	489	492
Fornecedores de materiais e serviços	209	81
Encargos de uso da rede elétrica	94	83
	792	656

NOTA 9 - GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS
A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, segue integralmente as regras do Fórum de Gerenciamento de Riscos da ENGIE Brasil Energia, sua controladora indireta. Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um destes fatores de risco:

a) Risco de mercado
Esse risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros aplicadas aos seus passivos, resultando em efeitos em suas despesas financeiras. A Companhia está exposta às variações do IPCA, em decorrência do financiamento contratado.

A totalidade dos contratos de venda de energia em vigor possui cláusula de reajuste inflacionário, com a aplicação de IPCA, o que representa um hedge natural de longo prazo para o financiamento.

A seguir é apresentada análise de sensibilidade preparada pela Companhia. O cenário-base provável para o ano de 2022 foi definido por meio das premissas disponíveis no mercado (Fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil).

Risco de variação	Cenário Provável		Sensibilidade	
	2021	2022	Provável	Δ + 25% (*)
IPCA	10,1%	5,0%	-5,1 p.p.	1,3 p.p.

(*) Variações sobre o cenário provável de 2022.

A sensibilidade provável foi calculada com base nas variações entre os índices do ano de 2021 e os previstos no cenário provável para 2022, e demonstram os eventuais impactos adicionais no resultado da Companhia. As demais sensibilidades apresentadas foram apuradas com base (i) na variação de 25%; e (ii) nas estimativas da Administração sobre o cenário projetado, as quais correspondem a avaliação da Administração de alterações razoavelmente possíveis nas taxas de juros e índices flutuantes para 2022. As variações que poderão impactar o resultado e, consequentemente, o patrimônio líquido de 2022, em comparação com o ano de 2021, caso tais cenários se materializem, são estas:

Financiamento	Saldo em 31.12.2021		Sensibilidade	
	31.12.2021	Provável	Δ + 25%	Administração
IPCA	86.790	4.389	(1.098)	670

b) Risco de gerenciamento de capital
A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida que proporcionem o retorno de capital aos seus investidores.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (financiamento, deduzido dos depósitos vinculados ao serviço da dívida e do caixa e equivalentes de caixa) e pelo patrimônio líquido. A relação da dívida líquida pelo patrimônio líquido foi esta:

	31.12.2021	31.12.2020
Dívida	86.790	82.814
(-) Depósitos vinculados ao serviço da dívida	(2.668)	(2.176)
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(10.835)	(4.438)
Dívida líquida	73.287	76.200
Patrimônio líquido	23.108	25.306
Endividamento líquido / Patrimônio líquido	3,2	3,0

c) Risco de crédito
As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as vendas de energia e as aplicações financeiras.

Nas operações relacionadas à venda de energia, a Companhia mantém contrato com a ENGIE Comercializadora Varejista de Energia Ltda. ("ECV"), controlada da ENGIE Brasil Energia, mitigando assim o seu risco de crédito.

No que tange à aplicação no mercado financeiro, os recursos disponíveis da Companhia são alocados em um Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa, o qual tem como política a alocação de seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco. Em 31.12.2021, esse fundo possuía 100% de sua carteira em ativos com risco de crédito do Governo Brasileiro, todos com liquidez diária. De acordo com o planejamento financeiro da Companhia, os recursos desse fundo serão utilizados no curto prazo, reduzindo substancialmente o risco de quaisquer efeitos significativos nos seus rendimentos, em decorrência de eventual redução da taxa básica de juros da economia brasileira.

d) Risco de liquidez
A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada anualmente com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

No demonstrativo a seguir apresenta-se o perfil previsto de liquidação dos principais passivos financeiros da Companhia registrados em 31.12.2021. Os valores foram determinados com base nos fluxos de caixa não descontados previstos, considerando a estimativa de amortização de principal e pagamento de juros futuros, quando aplicável. Para a dívida com juros pós-fixados o valor foi obtido com base na curva de juros do encerramento do exercício.

	Até 1 ano	De 2 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	792	-	-	-	792
Financiamento	8.399	16.196	15.378	75.568	110.541
	9.191	16.196	15.378	75.568	116.333

e) Categoria dos instrumentos financeiros

	31.12.2021	31.12.2020
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Aplicações financeiras	10.761	4.358
Custo amortizado		
Caixa e depósitos bancários à vista	74	80
Contas a receber de clientes	1.755	1.657
Depósitos vinculados ao serviço da dívida	2.668	2.176
	15.258	8.271

Passivos financeiros
Custo amortizado
Fornecedores 792 656
Financiamento 86.790 82.814
87.582 83.470

As aplicações financeiras estão avaliadas pelos preços cotados em mercado ativo (Nível 1).

NOTA 10 - FINANCIAMENTO
a) Mutação do financiamento

	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31.12.2019	4.537	79.313	83.850
Juros e V.M.	3.547	3.254	6.801
Transferências	4.488	(4.488)	-
Amortização do principal	(4.594)	-	(4.594)
Amortização de juros	(3.243)	-	(3.243)
Saldo em 31.12.2020	4.735	78.079	82.814
Juros e V.M.	3.922	8.277	12.199
Transferências	4.823	(4.823)	-
Amortização do principal	(4.931)	-	(4.931)
Amortização de juros	(3.292)	-	(3.292)
Saldo em 31.12.2021	5.257	81.533	86.790

b) Vencimentos do financiamento apresentado no passivo não circulante

Ano	Valor
2023	5.096
2024	5.096
2025	5.096
2026	5.096
2027	5.096
2028 a 2032	25.470
2033 a 2037	25.479
2038	5.104
	81.533

c) Condições contratadas

	Condições de pagamento	
	Encargos	Vencimento
BNDES	IPCA + 3,91% a.a.	12.2038
		Mensais

d) Garantias
As garantias são as seguintes: (i) penhor da totalidade das ações representativas ao capital social; (ii) cessão dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e venda de energia elétrica; (iii) contas reserva do serviço da dívida e reserva de O&M; (iv) cessão dos direitos emergentes da autorização; e (v) penhor das máquinas e equipamentos relativos ao Projeto.

e) Compromissos contratuais (covenants)
Os compromissos financeiros estabelecidos no financiamento estão sendo cumpridos pela Companhia e são apurados anualmente, conforme estabelecido nestes contratos.

NOTA 11 - OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO
A Companhia possui contrato de arrendamento do terreno no qual está instalado seu parque eólico, cuja vigência é até 2057.

a) Direito de uso de arrendamentos
A mutação do direito de uso de arrendamentos está apresentada a seguir:

	Saldo em 31.12.2019	3.219
Remensuração	(808)	
Depreciação	(82)	
Saldo em 31.12.2020	2.329	
Remensuração	(244)	
Depreciação	(57)	
Saldo em 31.12.2021	2.028	

b) Arrendamentos a pagar

	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31.12.2019	333	2.919	3.252
Remensuração	(96)	(712)	(808)
Juros	280	-	280
Transferências	34	(34)	-
Amortizações	(296)	-	(296)
Saldo em 31.12.2020	255	2.173	2.428
Remensuração	-	(244)	(244)
Juros	210	-	210
Transferências	(21)	21	-
Amortizações	(215)	-	(215)
Saldo em 31.12.2021	229	1.950	2.179

Os arrendamentos a pagar foram mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos futuros. A taxa de desconto utilizada para cálculo do valor presente foi de 10,2% e representa a taxa incremental de financiamento.

c) Vencimentos dos arrendamentos a pagar apresentados no passivo não circulante

	31.12.2021
2023	187
2024	170
2025	154
2026	140
2027	127
2028 a 2032	478
2033 a 2037	294
2038 em diante	400
Arrendamentos a pagar	1.950

d) Pagamentos de arrendamentos de alugueis variáveis
No exercício findo em 31.12.2021, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 46 (R\$ 4 em 31.12.2020), referente a custos relacionados ao pagamento de alugueis variáveis.

NOTA 12 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO
a) Capital social
O capital social da Companhia em 31.12.2021 era de R\$ 23.400 (R\$ 21.319 em 31.12.2020), representado por 23.399.760 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, das quais 23.399.759 pertencem à controladora Umburanas Participações S.A. e 1 pertence à controladora indireta ENGIE Brasil Energia.

Em 2021, os acionistas da Companhia aprovaram o aumento de capital no montante de R\$ 2.081, proveniente de saldos de anos anteriores retidos em reserva de lucros.

b) Reserva legal
Do lucro líquido do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social da Companhia. A reserva legal tem a finalidade de assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social.

c) Reserva de retenção de lucros
A reserva é constituída com base em orçamento de capital, com a finalidade de financiar os investimentos no parque gerador da Companhia.

Em razão do prejuízo apurado no ano de 2021, não houve montante destinado às reservas. Por conseguinte, o resultado apurado no exercício corrente foi integralmente absorvido pelo saldo das reservas de retenção de lucros e reserva legal.

NOTA 13 - CONCILIAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA
A tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada nas demonstrações dos resultados.

	2021	2020
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
ENGIE Comercializadora Varejista de Energia Ltda. ("ECV")	20.116	19.023
	20.116	19.023

DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL

PIS e Cofins	(734)	(1.760)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	19.382	17.263

NOTA 14 - CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS, NO RESULTADO
No exercício de 2020 a Companhia apurou os impostos sobre o lucro pelo regime de lucro real, entretanto, a partir de 01.01.2021 optou pelo regime de tributação do lucro presumido. Por este motivo, não é possível conciliar os tributos, no resultado, de maneira comparativa:

a) Lucro presumido

	2021	
	IR	CSLL
Receita operacional bruta	20.116	20.116
% de presunção do lucro	8%	12%
Lucro presumido sobre receita operacional	1.610	2.414
Receita financeira	458	458
Outras	(96)	6
Base de cálculo	1.972	2.878
Alíquotas	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social - resultado	493	259

b) Lucro real

	2020	
	IR	CSLL
Resultado antes dos tributos	3.272	3.272
Alíquotas	25%	9%
Despesa às alíquotas nominais	818	294
Diferenças permanentes		
Depreciação incentivada	(818)	(294)
Imposto de renda e contribuição social - resultado	-	-

NOTA 15 - COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO
a) Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST)
Para o uso do sistema de transmissão e da rede básica, a Companhia mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS. O contrato tem vigência até o término da autorização da usina. Em 31.12.2021, o valor das obrigações futuras provenientes deste contrato totalizava R\$ 29.659.

b) Contrato de Operação e Manutenção (O&M)
A Companhia mantém contrato de operação e manutenção, vigente até 2029. Os valores contratados são atualizados, anualmente, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O compromisso futuro, na data base 31.12.2021, era de R\$ 29.026.

NOTA 16 - SEGUROS
A Companhia é participante da apólice de seguro internacional de danos à propriedade e interrupção de negócios - *Property Damage and Business Interruption* (PDBI) - do programa de seguros de sua controladora indireta ENGIE Brasil Energia. O Conjunto Eólico Umburanas - Fase I participa da referida apólice, sendo cobertos danos materiais incorridos à usina, incluindo a linha de transmissão, e lucros cessantes, no valor de R\$ 1.500.645 e R\$ 403.342, respectivamente, na data base de 31.12.2021. A vigência do seguro vai até 31.05.2022.

NOTA 17 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS
a) Prestação de serviços administrativos e financeiros
A Companhia mantém contrato com a sua controladora indireta ENGIE Brasil Energia, vigente a partir do início de suas operações, com duração de quatro anos, cujo objeto é a prestação de serviços administrativos e financeiros. Os valores contratados são reajustados anualmente pela variação do INPC.

EÓLICA UMBURANAS 9 S.A.

CNPJ nº 20.168.824/0001-82 | NIRE nº 42.3.0004860-7

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

do crescimento econômico e alta inflação – uma constante observada no Brasil e no mundo. O Produto Interno Bruto (PIB) teve crescimento de 4,6%. A alta compensa o decréscimo de 4,1% observado em 2020.

A atividade econômica brasileira iniciou uma recuperação, ainda que ligeiramente abaixo da esperada. A inflação elevada, com pior resultado desde 2015, gerou impacto sobre o crescimento, com a deterioração do poder de compra das famílias. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) apresentou variação de 10,1%, enquanto o Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC) registrou, no acumulado do ano, 10,2%.

As incertezas trazidas pela pandemia e seus desdobramentos também influenciaram o mercado financeiro. A taxa básica de juros (Selic) atingiu 9,2%, alta de 7,2 p.p. no ano, enquanto o dólar (Ptax) bateu a marca de R\$ 5,58 – a moeda americana estava cotada em R\$ 5,19 ao fim de 2020.

4. Desempenho Operacional

Em 2021, a geração total bruta da Eólica Umbranas 9 alcançou 75,5 GWh, desempenho 1,4% maior que o obtido em 2020, de 74,4 GWh. O Índice de disponibilidade, considerando-se todas as paradas programadas, atingido em 2021 foi de 95,7%, 1,4 p.p. menor que o observado em 2020, de 97,1%.

5. Desempenho Econômico-Financeiro

a) Principais indicadores (expressos em milhares de reais)

Indicadores de resultado	2021	2020	Var. (R\$)	Var. (%)
Receita operacional líquida	12.707	11.317	1.390	12,3
Lucro bruto	7.076	6.747	329	4,9
Margem bruta	55,7%	59,6%		(3,9 p.p.)
Resultado do serviço (Ebit)	6.981	6.623	358	5,4
Ebitda (Lajida)*	9.880	9.547	333	3,5
Margem Ebitda (Lajida)	77,8%	84,4%		(6,6 p.p.)
Resultado financeiro	(9.024)	(5.223)	(3.801)	72,8
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(2.521)	1.400	(3.921)	(280,1)

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	Nota	31.12.2021	31.12.2020
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	13	12.707	11.317
Custos da energia vendida			
Depreciação e amortização	7/11	(2.899)	(2.924)
Serviços de terceiros		(1.527)	(608)
Encargos de uso da rede elétrica e conexão		(749)	(634)
Outros		(456)	(404)
		(5.631)	(4.570)
		7.076	6.747

LUCRO BRUTO

Despesas operacionais			
Despesas com vendas, gerais e administrativas		(95)	(124)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		6.981	6.623

Resultado financeiro

Renda de aplicações financeiras		211	45
Renda de depósitos vinculados ao serviço da dívida		71	27
Juros e variação monetária sobre financiamento	10	(8.729)	(4.867)
Juros e variação monetária sobre provisão para desmobilização	7	(415)	(188)
Juros sobre arrendamentos	11	(117)	(198)
Outras despesas financeiras, líquidas		(45)	(42)
		(9.024)	(5.223)

(PREJUÍZO) LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO

Imposto de renda e contribuição social correntes	14		1.400
Imposto de renda		(310)	-
Contribuição social		(168)	-
		(478)	-
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(2.521)	1.400

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	31.12.2021	31.12.2020
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(2.521)	1.400
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	(2.521)	1.400

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Eólica Umbranas 9 S.A. ("Companhia"), com sede no município Florianópolis, estado de Santa Catarina (SC), foi constituída em 03.02.2014, com prazo de duração indeterminado. A Companhia tem como objeto social a implantação e exploração de usina geradora de energia elétrica de fonte eólica e implantação do sistema de transmissão de interesse restrito, podendo negociar créditos de carbono decorrentes de suas atividades e constituir consórcios para consecução do seu objeto social.

A Companhia detém autorização para explorar a Eólica Umbranas 9 ("Usina"), a qual está localizada nos municípios de Sento Sé e Umbranas (BA) e possui capacidade instalada de 17,5 MW¹ e garantia física de 10,1 MW médios. Em 13.03.2019, a Aneel autorizou o início da operação comercial da Usina.

Adicionalmente, a Companhia é parte do Consórcio Umbranas, com participação de 4,86%. O Consórcio Umbranas é responsável pela operação, manutenção e exploração da subestação e parte da linha de transmissão utilizada pela Companhia em suas operações.

A Companhia não possui colaboradores e os seus administradores renunciaram ao direito de receber qualquer remuneração. A administração da Companhia é conduzida pela controladora indireta, ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia"), que cobra pela prestação de serviços e solicita reembolso das despesas incorridas com pessoal diretamente dedicado às atividades da usina.

Os anos de 2020 e 2021 foram marcados pelos efeitos da pandemia da Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus, que impactou, e continua impactando, a economia mundial. Em decorrência disto, foram tomadas medidas restritivas no sentido de determinar o distanciamento social e o fechamento de estabelecimentos comerciais, além da paralisação da indústria. As restrições impostas pelo isolamento social trouxeram efeitos importantes na atividade de diversos setores, na renda das famílias e nos investimentos no país. Na medida em que a situação da pandemia foi melhorando e, com isso, as restrições às atividades econômicas gradativamente reduzidas, houve evolução em diferentes regiões e segmentos de negócios. Em 2021 e 2020, a Companhia não apurou impactos significativos decorrentes da pandemia em suas demonstrações contábeis.

¹ As informações não financeiras contidas nessas demonstrações contábeis como MW, MW médio, potência instalada, entre outros, não são auditadas pelos auditores independentes.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base na continuidade operacional e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), sendo utilizado o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, e o real como moeda funcional.

Essas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis ora apresentadas foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 25.04.2022.

a) Continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

As principais bases de julgamento utilizadas para tal conclusão são: (i) principais atividades decorrentes de autorização de longo prazo; (ii) patrimônio líquido expressivo; (iii) forte geração de caixa operacional, inclusive com capacidade financeira para quitação de compromissos assumidos junto a instituições financeiras; e (iv) série histórica de lucros nos últimos exercícios sociais.

NOTA 3 - SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Instrumentos financeiros

a.1) Caixa e equivalentes de caixa

São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao valor justo na data das demonstrações contábeis. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

a.2) Contas a receber de clientes

São reconhecidas quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, ou seja, se fizer necessário apenas o transcorrer do tempo para sua ocorrência. São re-

gistradas inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado.

a.3) Depósitos vinculados ao serviço da dívida

São mantidos para atendimento às exigências legais e contratuais. São contabilizados inicialmente pelo valor depositado e, posteriormente, pelo custo amortizado.

a.4) Financiamento

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e, posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva.

b) Imobilizado

É registrado ao custo de aquisição ou construção. Os juros e os demais encargos financeiros do financiamento, durante o período de construção, foram computados como custo do respectivo imobilizado. O valor presente do custo esperado para desmobilização de um ativo após seu uso, quando aplicável, é incluído no custo do respectivo ativo. Os custos dos ativos imobilizados são deduzidos da depreciação acumulada, a qual é calculada pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas dos bens.

c) Avaliação do valor de recuperação do imobilizado – Impairment

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, os bens do ativo imobilizado com a finalidade de identificar evidências que possam levar a perdas de valores não recuperáveis das respectivas unidades geradoras de caixa, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa provisão para perda (*impairment*) é reconhecida no resultado do exercício.

d) Direito de uso de arrendamentos

Os direitos de uso de arrendamentos, inicialmente, compreendem o passivo de arrendamento acrescido dos pagamentos antecipados. Esses ativos são depreciados com base na vigência dos contratos de arrendamento e avaliados no que se refere a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Adicionalmente, são ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

e) Arrendamentos a pagar

Os arrendamentos a pagar são inicialmente mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos futuros, descontado pela taxa incremental de financiamento. Posteriormente, o passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva e remensurado (com correspondente ajuste no direto de uso relacionado) quando há alteração nos pagamentos futuros motivada por atualizações monetárias ou alteração nas taxas de desconto. Adicionalmente, a Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamentos de curto prazo, ou seja, arrendamentos de ativos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início, e de ativos de baixo valor individual, os quais são reconhecidos como despesa ao longo do prazo do arrendamento.

f) Provisão para desmobilização

Os custos de desmobilização da Usina são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para cumprir a obrigação, utilizando fluxos de caixa esperados, com base na melhor estimativa na data de reporte, e são reconhecidos em contrapartida dos custos do correspondente ativo. A atualização financeira da provisão é reconhecida na demonstração do resultado conforme incorrida. A provisão é revisada anualmente e quaisquer ajustes de estimativa são efetuados em contrapartida do custo do ativo.

g) Dividendos

Os dividendos são calculados a partir do lucro líquido do exercício, e são reconhecidos como passivo quando da sua aprovação pela Diretoria Executiva, ou mediante deliberação da Assembleia Geral, e podem ser classificados como intercalares, intermediários, dividendos adicionais propostos ou dividendos mínimos obrigatórios.

h) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição. As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridos.

i) Transações entre partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, e são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

b) Principais indicadores (expressos em milhares de reais)

Receita operacional líquida: o aumento decorreu: (i) da atualização monetária dos contratos de venda de energia elétrica; e (ii) da alteração no regime de tributação da Companhia, que passou de Lucro Real em 2020 para Lucro Presumido em 2021, e em consequência disso, alterou também o PIS e COFINS, que passou do regime não cumulativo para o regime cumulativo.

Resultado financeiro: o aumento decorreu, principalmente, do efeito da variação monetária sobre os financiamentos, que são vinculados ao IPCA e acompanharam a volatilidade do índice no ano de 2021.

(Prejuízo) lucro líquido do exercício: redução motivada (i) pelo aumento significativo dos custos com contratos de O&M da usina; e (ii) pelos efeitos sobre o resultado financeiro citados anteriormente, os quais foram parcialmente atenuados pelo incremento das receitas no ano.

6. Direitos dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária tem direito de voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária; de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades Anônimas; de fiscalizar a administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

7. Serviços de Auditoria

A Companhia informa que os auditores independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, não prestaram serviços não relacionados à auditoria independente em 2021.

8. Agradecimentos

A Administração da Eólica Umbranas 9 agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e todos aqueles que contribuíram para o desempenho no ano de 2021. A Administração

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31.12.2019		24.814	(10.296)	14.518
Redução de capital		(159)	-	(159)
Lucro líquido do exercício		-	1.400	1.400
Saldos em 31.12.2020	12	24.655	(8.896)	15.759
Prejuízo do exercício		-	(2.521)	(2.521)
Saldos em 31.12.2021	12	24.655	(11.417)	13.238

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO) PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	31.12.2021	31.12.2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes dos tributos		(2.043)
Conciliação do resultado com o caixa das operações		
Juros e variação monetária sobre financiamento		8.729
Depreciação e amortização		2.899
Juros sobre arrendamentos a pagar		117
Outros		346
Resultado antes dos tributos ajustado		10.048
Redução (aumento) nos ativos		9.556
Contas a receber de clientes		(64)
Outros ativos		47
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores		96
Outros		(13)
Caixa gerado nas operações		10.114
Pagamentos de juros sobre financiamento		(2.356)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(323)
Caixa líquido das atividades operacionais		7.435
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aplicação no imobilizado e no intangível		(21)
Caixa líquido das atividades de investimento		(21)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Redução de capital		-
Pagamento de financiamento		(3.527)
Depósitos vinculados ao serviço da dívida		(277)
Pagamento de arrendamentos		(122)
Caixa líquido das atividades de financiamento		(3.926)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		3.488
Conciliação do caixa e equivalentes de caixa		(2.550)
Saldo inicial		2.818
Saldo final		6.306
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		3.488

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

J) Receita de contrato com cliente

A receita é mensurada com base na contraprestação precificada no contrato com o cliente, pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos incidentes sobre ela.

A receita é reconhecida conforme os contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida mensalmente, dado que o cliente simultaneamente recebe e consome os benefícios fornecidos pela Companhia, consequentemente, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento que a energia é efetivamente entregue ao cliente.

k) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados de acordo com as bases tributárias, considerando as normas e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações contábeis.

l) Operações controladas em conjunto

Os ativos, passivos, receitas e despesas relativas à participação no Consórcio Umbranas (entidade sem personalidade jurídica) são reconhecidos diretamente nas demonstrações contábeis da Companhia, não se fazendo necessário, portanto, nenhum procedimento de consolidação dessas operações.

m) Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas

Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações contábeis. Para apurar essas estimativas, a Administração utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando, ainda, pressupostos relativos a eventos futuros.

As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas relativas, principalmente, (i) à definição de vida útil do ativo imobilizado; (ii) ao teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração; (iii) à provisão para desmobilização da Usina; e (iv) à estimativa da taxa incremental de arrendamentos.

n) Novas normas, alterações e interpretações

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu revisões às normas existentes, aplicáveis a partir de 01.01.2021. A relação destas revisões aplicáveis e adotadas pela Companhia e respectivos impactos é apresentada a seguir:

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº17 17 Pronunciamentos Técnicos CPC 06 (R2) – Arrendamentos, CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidênciação e CPC 48 – Instrumentos financeiros.	11.02.2021	01.01.2021	Sem impactos relevantes
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 18 Pronunciamentos Técnicos CPC 06 (R2) – Arrendamentos - Benefícios relacionados à Covid-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento – prorrogação.	11.06.2021		Vigência estabelecida pelos órgãos reguladores que o aprovarem.

o) Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes

A partir de 01.01.2022, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia:

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação (Brasil)/ Status	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 19 CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, CPC 27 – Ativo imobilizado, CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade e CPC 48 – Instrumentos financeiros.	01.10.2021	01.01.2022	Sem impactos relevantes
Pronunciamento Técnico CPC nº 50 Este Pronunciamento vem substituir a norma atualmente vigente sobre Contratos de seguro (CPC 11).	07.05.2021	01.01.2023	Não aplicável à Companhia

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	31.12.2021	31.12.2020
Caixa e depósitos bancários à vista	67	79
Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa	6.239	2.739
	6.306	2.818

A Companhia é participante do Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa de sua controladora indireta, ENGIE Brasil Energia, concentrando suas aplicações financeiras neste fundo. As operações realizadas pelo fundo possuem liquidez imediata, são remuneradas pela Selic e estão lastreadas em títulos públicos federais. A rentabilidade média do fundo nos anos de 2021 e 2020 foi de cerca de 99,0% e 98,7% do CDI (taxa referencial dos Certificados de Depósitos Interbancários), respectivamente.

NOTA 5 - CONTAS A RECEBER DE CLIENTES
Os valores a receber no montante de R\$ 1.150 (R\$ 1.086 em 31.12.2020) correspondem ao contrato firmado com a parte relacionada ENGIE Comercializadora Varejista de Energia Ltda. ("ECV"), com vencimento em 2036, sendo seu reajuste feito anualmente em janeiro do respectivo ano. Não havia valores vencidos em 31.12.2021 e 31.12.2020.

NOTA 6 - DEPÓSITOS VINCULADOS AO SERVIÇO DA DÍVIDA
Em 31.12.2021, a Companhia mantém R\$ 1.904 (R\$ 1.556 em 31.12.2020) relativos a garantias vinculadas ao contrato de financiamento. Essas garantias visam assegurar o pagamento dos serviços de dívida com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), bem como das despesas de operação e manutenção, e são constituídas pelo montante equivalente a 3 meses do serviço da dívida e das despesas contratuais de operação e de manutenção, respectivamente.

NOTA 7 - IMOBILIZADO

a) Composição

	31.12.2021			31.12.2020			
	Taxa média de depreciação	Depreciação acumulada	Valor líquido	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido	
Em serviço							
Máquinas e equipamentos	3,6%	77.303	(7.935)	69.368	77.289	(5.115)	72.174
Edificações e benfeitorias	3,6%	1.341	(141)	1.200	1.343	(93)	1.250
		78.644	(8.076)	70.568	78.632	(5.208)	73.424
Em curso		8	-	8	2	-	2
		78.652	(8.076)	70.576	78.634	(5.208)	73.426

b) Mutação do ativo imobilizado

	Máquinas e equipamentos		Edificações e benfeitorias		Em curso	Total
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020		
Saldos em 31.12.2019	74.963	1.322	26	76.311		
Ingressos	-	-	12	12		
Reversão de provisão	-	-	(30)	(30)		
Transferências	29	(23)	(6)	-		
Depreciação	(2.818)	(49)	-	(2.867)		
Saldos em 31.12.2020	72.174	1.250	2	73.426		
Ingressos	-	-	18	18		
Transferências	14	(2)	(12)	-		
Depreciação	(2.820)	(48)	-	(2.868)		
Saldos em 31.12.2021	69.368	1.200	8	70.576		

c) Provisão para desmobilização

Em 2019, a Companhia reconheceu em seu imobilizado a provisão dos custos decorrentes da desmobilização de seu parque eólico, com base no valor presente dos fluxos de caixa esperados para o cumprimento da obrigação de retirada dos ativos e de restauração do local ao final do prazo de autorização. A taxa real de desconto utilizada para o cálculo do valor presente foi de 3,59%, baseado nas taxas de títulos públicos com vencimento similar ao do término das autorizações. O saldo da provisão para desmobilização registrada no passivo não circulante em 31.12.2021 era de R\$ 4.213 (R\$ 3.798 em 31.12.2020), a variação do saldo é decorrente dos juros e variação monetária de R\$ 415 registrados no resultado do exercício de 31.12.2021 (R\$ 188 em 31.12.2020).

d) Autorização do Órgão Regulador

A Companhia é detentora da autorização para exploração da Eólica Umburanas 9, com capacidade instalada de 17,5 MW, pelo prazo de 35 anos, a contar da data de 08.2014.

NOTA 8 - FORNECEDORES

	31.12.2021	31.12.2020
Fornecedores de imobilizado	342	345
Fornecedores de materiais e serviços	147	59
Encargos de uso da rede elétrica	66	58
	555	462

NOTA 9 - GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, segue integralmente as regras do Fórum de Gerenciamento de Riscos da ENGIE Brasil Energia, sua controladora indireta. Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um destes fatores de risco:

a) Risco de mercado

Esse risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros aplicadas aos seus passivos, resultando em efeitos em suas despesas financeiras. A Companhia está exposta às variações do IPCA, em decorrência do financiamento contratado.

A totalidade dos contratos de venda de energia em vigor possui cláusula de reajuste inflacionário, com a aplicação de IPCA, o que representa um *hedge* natural de longo prazo para o financiamento.

A seguir é apresentada análise de sensibilidade preparada pela Companhia. O cenário-base provável para o ano de 2022 foi definido por meio das premissas disponíveis no mercado (Fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil).

Risco de variação	Cenário Provável		Sensibilidade		Administração
	2021	2022	Provável	Δ + 25% (*)	
IPCA	10,1%	5,0%	-5,1 p.p.	1,3 p.p.	-0,8 p.p.

(*) Variações sobre o cenário provável de 2022.

A sensibilidade provável foi calculada com base nas variações entre os índices do ano de 2021 e os previstos no cenário provável para 2022, e demonstram os eventuais impactos adicionais no resultado da Companhia. As demais sensibilidades apresentadas foram apuradas com base (i) na variação de 25%; e (ii) nas estimativas da Administração sobre o cenário projetado, as quais correspondem a avaliação da Administração de alteração razoavelmente possível nas taxas de juros e índices flutuantes para 2022. As variações que poderão impactar o resultado e, consequentemente, o patrimônio líquido de 2022, em comparação com o ano de 2021, caso tais cenários se materializem, são estas:

Financiamento	Saldo em		Sensibilidade	
	31.12.2021	Provável	Δ + 25%	Administração
IPCA	62.109	3.141	(785)	480

b) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida que proporcionem o retorno de capital aos seus investidores.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (financiamento, deduzido dos depósitos vinculados ao serviço da dívida e do caixa e equivalentes de caixa) e pelo patrimônio líquido. A relação da dívida líquida pelo patrimônio líquido foi esta:

	31.12.2021	31.12.2020
Dívida	62.109	59.263
(-) Depósitos vinculados ao serviço da dívida	(1.904)	(1.556)
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(6.306)	(2.818)
Dívida líquida	53.899	54.889
Patrimônio líquido	13.238	15.759
Endividamento líquido / Patrimônio líquido	4,1	3,5

c) Risco de crédito

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as vendas de energia e as aplicações financeiras.

Nas operações relacionadas à venda de energia, a Companhia mantém contrato com a ENGIE Comercializadora Varejista de Energia Ltda. ("ECV"), controlada da ENGIE Brasil Energia, mitigando assim o seu risco de crédito.

No que tange à aplicação no mercado financeiro, os recursos disponíveis da Companhia são alocados em um Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa, o qual tem como política a alocação de seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco. Em 31.12.2021, esse fundo possuía 100% de sua carteira em ativos com risco de crédito do Governo Brasileiro, todos com liquidez diária. De acordo com o planejamento financeiro da Companhia, os recursos desse fundo serão utilizados no curto prazo, reduzindo substancialmente o risco de quaisquer efeitos significativos nos seus rendimentos, em decorrência de eventual redução da taxa básica de juros da economia brasileira.

d) Risco de liquidez

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada anualmente com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

No demonstrativo a seguir apresenta-se o perfil previsto de liquidação dos principais passivos financeiros da Companhia registrados em 31.12.2021. Os valores foram determinados com base nos fluxos de caixa não descontados previstos, considerando a estimativa de amortização de principal e pagamento de juros futuros, quando aplicável. Para a dívida com juros pós-fixados o valor foi obtido com base na curva de juros do encerramento do exercício.

	Até 1 ano	De 2 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	555	-	-	-	555
Financiamento	6.011	11.590	11.005	54.078	82.684
	6.566	11.590	11.005	54.078	83.239

e) Categoria dos instrumentos financeiros

	31.12.2021	31.12.2020
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Aplicações financeiras	6.239	2.739
Custo amortizado		
Caixa e depósitos bancários à vista	67	79
Contas a receber de clientes	1.150	1.086
Depósitos vinculados ao serviço da dívida	1.904	1.556
	9.360	5.460
Passivos financeiros		
Custo amortizado		
Fornecedores	555	462
Financiamento	62.109	59.263
	62.664	59.725

As aplicações financeiras estão avaliadas pelos preços cotados em mercado ativo (Nível 1).

NOTA 10 - FINANCIAMENTO

a) Mutação do financiamento

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31.12.2019	3.247	56.758	60.005
Juros e V.M.	2.538	2.329	4.867
Transferências	3.212	(3.212)	-
Amortização do principal	(3.287)	-	(3.287)
Amortização de juros	(2.322)	-	(2.322)
Saldos em 31.12.2020	3.388	55.875	59.263
Juros e V.M.	2.806	5.923	8.729
Transferências	3.451	(3.451)	-
Amortização do principal	(3.527)	-	(3.527)
Amortização de juros	(2.356)	-	(2.356)
Saldos em 31.12.2021	3.762	58.347	62.109

b) Vencimentos do financiamento apresentado no passivo não circulante

Ano	Valor
2023	3.647
2024	3.647
2025	3.647
2026	3.647
2027	3.647
2028 a 2032	18.227
2033 a 2037	18.233
2038	3.652
	58.347

c) Condições contratadas

	Condições de pagamento	
	Encargos	Vencimento
BNDES	IPCA + 3,91% a.a.	12.2038
		Principal e encargos Mensais

d) Garantias

As garantias são as seguintes: (i) penhor da totalidade das ações representativas ao capital social; (ii) cessão dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e venda de energia elétrica; (iii) contas reserva do serviço da dívida e reserva de O&M; (iv) cessão dos direitos emergentes da autorização; e (v) penhor das máquinas e equipamentos relativos ao Projeto.

e) Compromissos contratuais (covenants)

Os compromissos financeiros estabelecidos no financiamento estão sendo cumpridos pela Companhia e são apurados anualmente, conforme estabelecido nestes contratos.

NOTA 11 - OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO

A Companhia possui contrato de arrendamento do terreno no qual está instalado seu parque eólico, cuja vigência é até 2057.

a) Direito de uso de arrendamentos

A mutação do direito de uso de arrendamentos está apresentada a seguir:

	31.12.2021	31.12.2020
Saldo em 31.12.2019	2.253	2.253
Remensuração	(447)	(447)
Depreciação	(57)	(57)
Saldo em 31.12.2020	1.749	1.749
Remensuração	(1.081)	(1.081)
Depreciação	(31)	(31)
Saldo em 31.12.2021	637	637

b) Arrendamentos a pagar

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31.12.2019	233	2.043	2.276
Remensuração	(56)	(391)	(447)
Juros	198	-	198
Transferências	22	(22)	-
Amortizações	(207)	-	(207)
Saldos em 31.12.2020	190	1.630	1.820
Remensuração	-	(1.081)	(1.081)
Juros	117	-	117
Transferências	(101)	101	-
Amortizações	(122)	-	(122)
Saldos em 31.12.2021	84	650	734

Os arrendamentos a pagar foram mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos futuros. A taxa de desconto utilizada para cálculo do valor presente foi de 10,2% e representa a taxa incremental de financiamento.

c) Vencimentos dos arrendamentos a pagar apresentados no passivo não circulante

	31.12.2021
2023	62
2024	57
2025	51
2026	47
2027	42
2028 a 2032	159
2033 a 2037	98
2038 em diante	134
Arrendamentos a pagar	650

d) Pagamentos de arrendamentos de aluguéis variáveis

No exercício findo em 31.12.2021, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 28 (R\$ 2 em 31.12.2020), referente a custos relacionados ao pagamento de aluguéis variáveis.

NOTA 12 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia em 31.12.2021 e 31.12.2020 era de R\$ 24.655, representado por 24.654.998 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, das quais 24.654.997 pertencem à controladora Umburanas Participações S.A. e 1 pertence à controladora indireta ENGIE Brasil Energia.

NOTA 13 - CONCILIAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada nas demonstrações dos resultados.

	2021	2020
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
ENGIE Comercializadora Varejista de Energia Ltda. ("ECV")	13.188	12.471
	13.188	12.471

DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL

PIS e Cofins	(481)	(1.154)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	12.707	11.317

NOTA 14 - CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS, NO RESULTADO

No exercício de 2020 a Companhia apurou os impostos sobre o lucro pelo regime de lucro real, entretanto, a partir de 01.01.2021 optou pelo regime de tributação do lucro presumido. Por este motivo, não é possível conciliar os tributos, no resultado, de maneira comparativa:

a) Lucro presumido

	2021
IR	13.188
CSLL	13.188

Receita operacional bruta 13.188 **13.188**
% de presunção do lucro 8% 12%

Lucro presumido sobre receita operacional 1.056 **1.583**
Receita financeira 283 283
Outras (99) 1

Base de cálculo 1.240 **1.867**
Alíquotas 25% 9%

Imposto de renda e contribuição social – resultado 310 **168**
b) Lucro real

	2020	Total
IR	1.400	1.400
CSLL</		

GRALHA AZUL PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ Nº 36.938.824/0001-54 | NIRE Nº 42 3 0005098-9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

do crescimento econômico e alta inflação – uma constante observada no Brasil e no mundo. O Produto Interno Bruto (PIB) teve crescimento de 4,6%, a alta praticamente compensa o decréscimo de 4,1% observado em 2020. A atividade econômica brasileira iniciou uma recuperação, ainda que ligeiramente abaixo da esperada. A inflação elevada, com pior resultado desde 2015, gerou impacto sobre o crescimento, com a deterioração do poder de compra das famílias. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) apresentou variação de 10,1%, enquanto o Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC) registrou, no acumulado do ano, 10,2%. As incertezas trazidas pela pandemia e seus desdobramentos também influenciaram o mercado financeiro. A taxa básica de juros (Selic) atingiu 9,2%, alta de 7,2 p.p. no exercício de 2021, enquanto o dólar (Plax) bateu a marca de R\$ 5,58 – a moeda americana estava cotada em R\$ 5,19 ao fim de 2020.

4. Implantação
Ao fim de 2021, a implantação do Sistema de Transmissão Gralha Azul atingiu 98,7% de avanço geral, restando as atividades de lançamento de cabos das linhas de transmissão e conclusão do comissionamento, atendendo os prazos previstos no contrato federal de concessão. As primeiras linhas foram energizadas em 21 de agosto, e ao fim de 2021, seis linhas já estão energizadas, prestando serviço de transmissão e gerando receitas com a operação comercial do empreendimento.

A operação comercial dos grupos de instalações de transmissão está prevista para ocorrer no primeiro trimestre de 2022, garantindo antecipação planejada em relação ao prazo limite do contrato de concessão e adiando a solução de suprimento da energia de Itaipu para o estado do Paraná.

5. Desempenho econômico-financeiro
a) Principais indicadores (expressos em milhares de reais)

	Consolidado	
	31.12.2021	
Indicadores de resultado		
Receita operacional líquida		971.501

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora	Consolidado
		31.12.2021	31.12.2021
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA			
Custos operacionais			
Custos de implementação de infraestrutura	5	-	(827.146)
Outros custos operacionais		-	(806)
			(827.952)
LUCRO BRUTO			143.549
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas		(2)	(5.954)
Resultado de participações societárias			
Equivalência patrimonial	6	(8.577)	-
(PREJUÍZO) LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		(8.579)	137.595
Resultado financeiro			
Renda de aplicações financeiras		-	13.864
Juros e variação monetária sobre financiamentos	9	-	(164.392)
Outras despesas financeiras, líquidas		-	(65)
			(150.593)
PREJUÍZO ANTES DOS TRIBUTOS		(8.579)	(12.998)
Imposto de renda e contribuição social			
Diferido	14	-	4.419
			4.419
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(8.579)	(8.579)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Integralização de capital social		1	-	1
Saldos em 31.12.2020 (não auditado)	12	1	-	1
Aumento de capital		781.280	-	781.280
Prejuízo do exercício		-	(8.579)	(8.579)
Saldos em 31.12.2021	12	781.281	(8.579)	772.702

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de reais)

	Controladora	Consolidado
	31.12.2021	31.12.2021
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(8.579)	(8.579)
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	(8.579)	(8.579)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Senhores Acionistas,
A Administração da Gralha Azul Participações S.A. ("Gralha Azul Participações" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. As informações estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando especificado em contrário, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

1. Perfil Institucional
Sediada no município de Florianópolis (SC), a Companhia é uma sociedade anônima cujo objeto social é participar, como *holding*, no capital de outras sociedades, quer como acionista ou sócia, ou em consórcios.

A partir de fevereiro de 2021, a Companhia passou a controlar a Gralha Azul Transmissão de Energia S.A. ("Gralha Azul"), a qual tem como objeto social a construção, operação e manutenção do Sistema de Transmissão Gralha Azul, conforme previsto no Contrato de Concessão nº 01/2018/Aneel, as quais deverão entrar em operação no prazo limite de 09.03.2023. O prazo de concessão será de 30 anos, contados a partir da data da assinatura do contrato de concessão (10.02.2017). A Receita Anual Permitida (RAP) contratada é de R\$ 232 milhões (valor nominal).

A Companhia não possui empregados e sua administração é realizada pela controladora indireta ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE").

2. Controle Acionário
A totalidade do capital social da Companhia pertence à ENGIE Transmissão de Energia Participações II S.A., uma *holding* controlada pela ENGIE. Sediada em Florianópolis, a ENGIE é uma plataforma de investimento em infraestrutura em energia, atuante nas atividades de geração, comercialização, *trading* e transmissão de energia. Atua ainda no segmento de transporte de gás, por meio de participação na Transportadora Associada de Gás S.A. – TAG, em conjunto com outros sócios.

3. Ambiente Macroeconômico
O segundo ano da pandemia da Covid-19 foi, em linhas gerais, marcado pela recuperação

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	ATIVO				
	Controladora		Consolidado		
	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	
	Nota	31.12.2021	(não auditado)	31.12.2021	(não auditado)
ATIVO CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	7	1	210.817	1
Ativo de contrato	5	-	-	217.375	-
Outros ativos circulantes		-	-	6.297	-
		7	1	434.489	1
ATIVO NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo					
Ativo de contrato	5	-	-	2.029.510	-
Outros ativos não circulantes		-	-	214	-
		-	-	2.029.724	-
Investimento	6	772.695	-	-	-
Imobilizado		-	-	395	-
		772.695	-	2.030.119	-
TOTAL		772.702	1	2.464.608	1

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021
	Nota	31.12.2021	(não auditado)	31.12.2021

PASSIVO CIRCULANTE

Fornecedores	7	-	-	47.291	-
Dividendos	12	-	-	17.655	-
Financiamentos	9	-	-	2.861	-
Obrigações fiscais e regulatórias	10	-	-	9.244	-
Outros passivos circulantes		-	-	1.546	-
		-	-	78.597	-

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Financiamentos	9	-	-	1.566.509	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	-	-	38.062	-
Outros passivos não circulantes		-	-	8.738	-
		-	-	1.613.309	-

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social	781.281	1	781.281	1
Prejuízos acumulados	(8.579)	-	(8.579)	-
	772.702	1	772.702	1
TOTAL	772.702	1	2.464.608	1

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL
A Gralha Azul Participações S.A. ("Companhia" ou "Gralha Azul Participações"), anteriormente denominada ENGIE Transmissão de Energia Participações III S.A., com sede no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina (SC), foi constituída em 15.04.2020, com prazo de duração indeterminado. A Companhia tem como objeto social participar, como *holding*, no capital de Companhias, quer como acionista ou sócia, bem como em consórcios.

A Companhia não tem funcionários e os seus administradores renunciaram ao direito de receber qualquer remuneração. A administração da Companhia é conduzida pela controladora indireta, ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE").

Os principais eventos societários e operacionais ocorridos no ano de 2021 foram estes:

a) Reorganização societária
Em 03.02.2021, a ENGIE Brasil Energias Complementares Participações Ltda. ("ECP") e a Companhia aprovaram em Assembleia Geral Extraordinária a cisão parcial da ECP e a respectiva incorporação pela Companhia do patrimônio líquido cindido, com a versão das ações representativas do capital social da Gralha Azul Transmissão de Energia S.A. ("Gralha Azul") da ECP para a Gralha Azul Participações, com a consequente redução do capital social da ECP e aumento de capital da Companhia. A transferência de titularidade das ações de emissão da Gralha Azul, objeto da cisão parcial, para a Gralha Azul Participações, foi previamente aprovada pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("Aneel"), conforme o Despacho nº 2.884, de 07.10.2020, tendo em vista que a Gralha Azul é a concessionária no Contrato de Concessão nº 01/2018.

A Gralha Azul, controlada direta da Companhia, tem como objeto social a transmissão de energia elétrica. Em 15.12.2017, essa controladora arrematou no Leilão de Transmissão nº 02/2017, promovido pela Aneel, o Lote 1, localizado no estado do Paraná, que totaliza aproximadamente 1.000 km de extensão de linhas de transmissão. A Receita Anual Permitida (RAP) contratada no leilão foi R\$ 231.725, a valores de 11.08.2017. O prazo da concessão, incluindo a construção, a montagem, a operação e a manutenção das instalações de transmissão será de 30 anos, contados da data de assinatura do referido contrato, ocorrida em 08.03.2018, e o prazo limite para início da operação comercial é 09.03.2023.

b) Ação civil pública
Em 15.10.2020, em uma ação civil pública movida por três Organizações não Governamentais (ONGs), a controladora direta Gralha Azul recebeu uma liminar da Justiça Federal, suspendendo duas licenças ambientais do projeto e a supressão de vegetação desses grupos, relativos à linha de 525 Kv. Em 09.12.2020, o Superior Tribunal de Justiça (STJ), deferiu o pedido de suspensão de liminar e de sentença apresentado pela União Federal e pelo Estado do Paraná e em 10.12.2020 deferiu o pedido de suspensão de liminar e de sentença apresentado, suspendendo assim a liminar e possibilitando a retomada e continuidade das obras imediatamente.

Adicionalmente, em 16.10.2020, o Ministério Público Federal e o Ministério Público do Estado do Paraná ajuizaram uma segunda ação civil pública, que passou a tramitar em conexão com a ação acima, na mesma Vara Federal. No âmbito desta ação, foi proferida decisão liminar, em 16.03.2021, suspendendo parcialmente as obras em um trecho denominado "Escarpa Devoniana". Em decorrência dessa decisão, em 24.03.2021, União, Estado do Paraná e Gralha Azul apresentaram pedido de extensão dos efeitos da suspensão de liminar e de sentença para que abrangesse esta segunda liminar. Na mesma data, em 24.03.2021, o STJ deferiu os pedidos apresentados, sustentando os efeitos da citada liminar até o trânsito em julgado da ação.

c) Acompanhamento do projeto Gralha Azul
Em 28.09.2021, a controladora direta Gralha Azul obteve autorização do Operador Nacional do Sistema (ONS) para o início da operação comercial parcial, o que caracteriza o marco inicial da operação deste projeto. A entrada em operação comercial total está prevista para fevereiro de 2023.

Adicionalmente, durante o ano de 2021, em função do andamento da implantação de Gralha Azul, verificou-se a necessidade de incremento do valor de investimento inicialmente previsto, bem como a postergação da entrada em operação total do projeto. Diante disso, em 2021, foi reconhecido o montante de R\$ 181 milhões referente à perda por ineficiência na construção da infraestrutura de Gralha Azul.

d) Pandemia provocada pelo novo coronavírus
Os anos de 2020 e de 2021 foram marcados pelos efeitos da pandemia da Covid-19, doen-

ça causada pelo novo coronavírus, que impactou a economia mundial. Em decorrência disto, foram tomadas medidas restritivas no sentido de determinar o distanciamento social e o fechamento de estabelecimentos comerciais, além da paralisação da indústria.

As restrições impostas pelo isolamento social trouxeram efeitos importantes na atividade de diversos setores, na renda das famílias e nos investimentos no país. Na medida em que a situação da pandemia foi melhorando e, com isso, as restrições às atividades econômicas gradualmente reduzidas, houve evolução em diferentes regiões e segmentos de negócios. No ano de 2021, bem como em 2020, a Companhia não apurou impactos significativos decorrentes da pandemia em suas demonstrações contábeis. Adicionalmente, considerando que não haja o agravamento da pandemia e a retomada da atividade econômica aos níveis anteriores continue, a Companhia não estima efeitos significativos em seu resultado.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base na continuidade operacional e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), sendo utilizado o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, e o real como moeda funcional. Essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. A Companhia não auferiu resultados em 2020, motivo pelo qual as demonstrações do resultado do exercício e do resultado abrangente de 31.12.2020 não foram apresentadas. As demonstrações contábeis ora apresentadas foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 04.04.2022.

a) Base de consolidação
As demonstrações contábeis consolidadas contemplam informações da controladora, Gralha Azul Participações, e de sua controladora direta, Gralha Azul, cujas práticas contábeis estão consistentes com as adotadas pela Companhia. A consolidação das contas patrimoniais e de resultado ocorre pela soma dos saldos dos ativos, dos passivos, das receitas e das despesas, de acordo com as suas naturezas, ajustadas pela eliminação das transações realizadas entre as empresas consolidadas.

b) Continuidade operacional
A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade operacional da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

As principais bases de julgamento utilizadas para tal conclusão são: (i) principais atividades decorrentes de concessão de longo prazo e possuem forte geração de caixa operacional; (ii) a Companhia conta com o suporte financeiro da controladora indireta ENGIE; e (iii) perspectiva de lucros nos exercícios futuros. Assim, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

NOTA 3 - SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Instrumentos financeiros
a.1) Caixa e equivalentes de caixa
São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao valor justo na data das demonstrações contábeis. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

a.2) Financiamentos
São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e, posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva.

b) Ativo de contrato
Os contratos de concessão definem o serviço público de transmissão de energia elétrica com o serviço prestado mediante a construção (implementação de infraestrutura) e a operação e manutenção (O&M) de instalações de transmissão. Com base nisto, foram definidas as obrigações de performance contidas nestes contratos de concessão, que são: (i) construção e melhorias; e (ii) operação e manutenção (O&M). Desta forma, a Companhia aloca a receita proveniente deste contrato – RAP (Receita Anual Permitida) – a cada uma

Custos operacionais	(827.952)
Resultado do serviço (EBIT)	137.595
EBITDA (Lajida) ¹	137.595
Resultado financeiro	(150.593)
Prejuízo do exercício	(8.579)

b) Comentários sobre o desempenho econômico-financeiro
A Companhia, por meio de sua controladora direta Gralha Azul, é a responsável primária pela construção e instalação da infraestrutura relacionada à concessão de transmissão do Sistema de Transmissão Gralha Azul e está exposta aos riscos e benefícios dessa construção. Desta forma, com base nas práticas contábeis vigentes, a Companhia reconhece receita de implementação de infraestrutura de transmissão, ao longo da implantação, em montante correspondente aos custos de construção adicionados de uma margem bruta residual, destinada a cobrir os custos relacionados com a gestão da construção. Os gastos incorridos na construção estão reconhecidos no custo da infraestrutura de transmissão.

6. Direitos dos Acionistas
O detentor de cada ação ordinária tem direito de voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária; de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido ajustado; de fiscalizar a administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

7. Serviços de Auditoria
A Companhia informa que os auditores independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, não prestaram serviços não relacionados à auditoria independente em 2021.

8. Agradecimentos
A Administração da Companhia agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e a todos aqueles que contribuíram para o desempenho da Companhia no ano de 2021. A Administração

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO) PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
	Nota	31.12.2021	(não auditado)	31.12.2021

Fluxo de caixa das atividades operacionais

Prejuízo antes dos tributos	(8.579)	-	(12.998)	-
Conciliação do prejuízo com o caixa das operações:				
Resultado de participações societárias	8.577	-	-	-
Remuneração do ativo de contrato	-	-	(307.641)	-
Juros e variação monetária sobre financiamentos	-	-	164.392	-
Outros	-	-	37	-
Resultado ajustado	(2)	-	(156.210)	-

Aumento nos ativos

Ativo de contrato	-	-	(605.658)	-
Outros ativos	-	-	(4.925)	-

Aumento nos passivos

Fornecedores	-	-	2.462	-
Obrigações fiscais e regulatórias	-	-	7.198	-
Outros passivos	-	-	518	-

Caixa líquido das atividades operacionais

	(2)	-	(756.615)	-
--	------------	----------	------------------	----------

Atividades de investimento

Aumento de capital em controladas	(182.830)	-	-	-
Ingresso de imobilizado	-	-	(395)	-

Caixa líquido das atividades de investimento

	(182.830)	-	(395)	-
--	------------------	----------	--------------	----------

Atividades de financiamento

Aumento de capital	182.838	1	182.838	1
Captação de financiamentos	-	-	784.988	-

Caixa líquido das atividades de financiamento

	182.838	1	967.826	1
--	----------------	----------	----------------	----------

Aumento de caixa e equivalentes de caixa

	6	1	210.816	1
--	----------	----------	----------------	----------

Conciliação do caixa e equivalentes de caixa

Saldo inicial	1	-	1	-
Saldo final	7	1	210.817	1

Aumento de caixa e equivalentes de caixa

	6	1	210.816	1
--	----------	----------	----------------	----------

Transações que não envolveram caixa e equivalentes de caixa

As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas relativas, principalmente, à definição da taxa interna de retorno do projeto para cálculo do custo amortizado do ativo de contrato.

h) Novas normas, alterações e interpretações

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu revisões às normas existentes, aplicáveis a partir de 01.01.2021. A relação destas revisões aplicáveis e adotadas pela Companhia e respectivos impactos é apresentada a seguir:

Revisão e Normas impactadas	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
-----------------------------	-----------------------	--------------------

Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 17
Pronunciamentos Técnicos CPC 06 (R2) – Arrendamentos, CPC 11 – Contratos de seguro, CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidênciação e CPC 48 – Instrumentos financeiros.

Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 18
Pronunciamentos Técnicos CPC 06 (R2) – Arrendamentos – Benefícios relacionados à Covid-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento – prorrogação.

i) Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes
A partir de 01.01.2022, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia:

Revisão e Normas impactadas	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
-----------------------------	-----------------------	--------------------

Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 19
Pronunciamentos Técnicos CPC 15 (R1) – Combinação de negócios, CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, CPC 27 – Ativo imobilizado, CPC 29 – Ativo biológico e produto agrícola, CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade e CPC 48 – Instrumentos financeiros.

Pronunciamento Técnico CPC nº 50
Este Pronunciamento vem substituir a norma atualmente vigente sobre Contratos de seguro (CPC 11).

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020 (não auditado)
Caixa e depósitos bancários à vista	495	1
Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa	210.322	-
	210.817	1

As aplicações financeiras da Companhia estão concentradas, substancialmente, no fundo exclusivo Energy Renda Fixa Fundo de Investimento Exclusivo (FIE), cuja gestão é feita pelo Banco Santander. O fundo tem como política a alocação do seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco, tendo, em 31.12.2021, 100% de sua carteira em ativos com risco do Governo Brasileiro, todos com liquidez diária. A rentabilidade média do fundo nos anos de 2021 e 2020 foi de cerca de 99,0% e 98,7% do CDI (taxa referencial dos Certificados de Depósitos Interbancários), respectivamente.

NOTA 5 - ATIVO DE CONTRATO

A Companhia, por meio de sua controlada direta, Gralha Azul, é responsável pela construção e operação e manutenção Lote 1 do Leilão de Transmissão nº 002/2017, promovido pela Aneel, localizado no estado do Paraná, que totaliza, aproximadamente, 1.000 km de extensão de linhas de transmissão. A RAP desta concessão é de R\$ 231.725, com deságio de 34,8% em relação à receita máxima determinada pela Aneel, de R\$ 355.407. O CAPEX nominal estimado do projeto, em 31.12.2021, era de R\$ 1,8 bilhão.

a) Perdas por ineficiência na implementação de infraestrutura de transmissão.

No decorrer da obra e da energização do projeto, esperam-se impactos positivos ou negativos em função de eventos como: (i) atrasos e custos adicionais por questões ambientais; (ii) variação dos custos das *commodities*, uma vez que cabos e estruturas são adquiridos diretamente pela Companhia; (iii) custos adicionais de serviço e negociações fundiárias; (iv) eventuais imprevistos de terraplanagem; e (v) antecipação de prazos de energização. Alterações no projeto que afetem sua lucratividade, devem ser reconhecidas diretamente no resultado. No exercício corrente, foi reconhecido o montante de R\$ 180.830 referente à perda por ineficiência na construção da infraestrutura. A perda reconhecida foi motivada, substancialmente, pelo aumento do CAPEX previsto para a implantação do Sistema de Transmissão, bem como da postergação da entrada em operação comercial de cada etapa do projeto.

b) Premissas adotadas

Premissas	Gralha Azul
Margem de construção	2,66%
Margem de operação e manutenção	37,39%
Taxa de remuneração	10,49%
RAP anual, líquida de encargos (valor nominal)	231.725
RAP anual – Construção (valor nominal)	207.222
Índice de correção dos contratos	IPCA
Custo de construção incorrido até 31.12.2021	1.946.070
Estimativa para entrada total em operação comercial	03.2023
Data da próxima Revisão Tarifária Periódica	03.2023
Vigência do contrato de concessão	03.2048

c) Mutação do ativo de contrato

	Consolidado
Transferência de controlada	1.459.636
Custo de construção de infraestrutura de transmissão	646.316
Margem de construção de infraestrutura de transmissão	17.212
Perdas por ineficiência na construção	(180.830)
Juros	143.773
Variação monetária	163.868
Recebimentos RAP construção	(3.090)
Saldo em 31.12.2021	2.246.885

Classificação no balanço patrimonial

Ativo circulante	217.375
Ativo não circulante	2.029.510
Saldo em 31.12.2021	2.246.885

Em 2021, o Sistema de Transmissão Gralha Azul teve sua entrada em operação comercial parcial autorizadas pela ONS, o que representou, aproximadamente, 4% de sua capacidade total.

NOTA 6 - INVESTIMENTO

	Controladora			
	Transferência	Aumento de capital	Equivalência patrimonial	Saldo em 31.12.2021
Gralha Azul	598.442	182.830	(8.577)	772.695
	598.442	182.830	(8.577)	772.695

Em 2021, motivado por uma reestruturação societária, a Gralha Azul teve a totalidade de suas ações transferidas para controle da Companhia. Mais detalhes vide Nota 1 – Contexto operacional. Os aumentos de capital ocorridos durante o exercício de 2021 têm por objetivo suportar os investimentos no Sistema de Transmissão Gralha Azul.

- Informações financeiras da controlada em 31.12.2021

	Capital social	Ativo	Patrimônio líquido	Prejuízo do exercício	Participação (%)
Gralha Azul	716.551	2.464.601	772.695	(1.965)	100

NOTA 7 - FORNECEDORES

	Consolidado
	31.12.2021
Fornecedores da construção do sistema de transmissão	44.105
Fornecedores de materiais e serviços	3.186
	47.291

NOTA 8 - GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, segue integralmente as regras do Fórum de Gerenciamento de Riscos da ENGIE, sua controladora indireta. Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um destes fatores de risco:

a) Risco de mercado

Esse risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros aplicadas aos seus passivos, resultando em efeitos em suas despesas financeiras. A Companhia está exposta às variações do IPCA, em decorrência dos financiamentos contratados pela controlada direta.

A RAP de Gralha Azul possui cláusula de reajuste inflacionário com a aplicação de IPCA, o que representa um *hedge* natural de longo prazo para os financiamentos. A seguir é apresentada análise de sensibilidade preparada pela Companhia. O cenário-base provável para o ano de 2022 foi definido por meio destas premissas disponíveis no mercado (Fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil).

Risco de variação do índice	Cenário Provável		Sensibilidade		
	Variação		Provável	Δ + 25%	Administração
	2021	2022			
IPCA	10,1%	5,0%	-5,1 p.p.	1,3 p.p.	-0,8 p.p.

A sensibilidade provável foi calculada com base nas variações entre os índices do ano de 2021 e os previstos no cenário provável para 2022, e demonstram os eventuais impactos adicionais no resultado da Companhia. As demais sensibilidades apresentadas foram apuradas com base (i) na variação de 25%; e (ii) nas estimativas da Administração sobre o cenário projetado, as quais correspondem a avaliação da Administração de alteração razoavelmente possível nas taxas de juros e índices flutuantes para 2022. As variações que poderão impactar o resultado, e, consequentemente, o patrimônio líquido de 2022, em comparação com o ano de 2021, caso tais cenários se materializem, são estas:

Financiamentos	Sensibilidade		
	Saldo em 31.12.2021	Provável	Δ + 25% Administração
IPCA	1.569.370	83.387	(20.848) 12.733

b) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida que proporcionem o retorno de capital aos seus investidores.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (financiamentos, deduzidos do caixa, do equivalente de caixa) e pelo patrimônio líquido, que inclui o capital social e as reservas de lucros. A relação da dívida líquida pelo patrimônio líquido foi esta:

	Consolidado
	31.12.2021
Dívida	1.569.370
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(210.817)
Dívida líquida	1.358.553
Patrimônio líquido	772.702
Dívida líquida/Patrimônio líquido	1,8

c) Risco de crédito

As transações para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as aplicações financeiras. A Companhia prioriza a aplicação em títulos públicos, possuindo também política de determinação de limites de crédito para as instituições financeiras.

d) Risco de liquidez

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada anualmente com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

No demonstrativo a seguir apresenta-se o perfil previsto de liquidação dos principais passivos financeiros da Companhia registrados em 31.12.2021. Os valores foram determinados com base nos fluxos de caixa não descontados previstos, considerando a estimativa de amortização de principal e pagamento de juros futuros, quando aplicável. Para as dívidas com juros pós-fixados o valor foi obtido com base na curva de juros do encerramento do exercício.

	Consolidado				
	Até 1 ano	De 2 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	47.291	-	-	-	47.291
Financiamento	-	171.077	267.172	1.786.739	2.224.988
	47.291	171.077	267.172	1.786.739	2.272.279

e) Categoria dos instrumentos financeiros

	Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020 (não auditado)

Ativos financeiros

Valor justo por meio do resultado	
Aplicações financeiras	210.322
Custo amortizado	-
Caixa e depósitos bancários à vista	495
	210.817

Passivos financeiros

Custo amortizado	
Fornecedores	47.291
Financiamentos	1.569.370
	1.616.661

As aplicações financeiras estão avaliadas pelos preços cotados em mercado ativo (Nível 1).

NOTA 9 - FINANCIAMENTOS

Em março de 2020, a controlada direta Gralha Azul contratou financiamento com o BNDES, no valor de R\$ 1.480.617. Em 2021 foi liberado o montante de R\$ 800.000 (R\$ 784.988, líquidos dos custos de captação). Os recursos foram destinados à construção das linhas de transmissão e das subestações do sistema de transmissão.

a) Composição

	Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Total
BNDES	-	1.566.509	1.566.509
Encargos	2.861	-	2.861
	2.861	1.566.509	1.569.370

b) Mutação dos financiamentos

	Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Total
Transferência de controlada	2.941	617.049	619.990
Ingressos	-	784.988	784.988
Juros	42.697	-	42.697
Variação monetária	2.756	118.939	121.695
Transferências	(45.533)	45.533	-
Saldos em 31.12.2021	2.861	1.566.509	1.569.370

c) Vencimentos dos financiamentos apresentados no passivo não circulante

	Consolidado
2023	18.050
2024	76.539
2025	76.539
2026	76.539
2027	76.539
2028 a 2032	382.695
2033 a 2037	382.695
2038 a 2042	382.695
2043 a 2044	94.218
	1.566.509

d) Condições contratadas

BNDES	Condições de pagamento		
	Encargos	Vencimento	Principal e encargos
IPCA + 3,83% a.a.	03.2044	Mensais, a partir de outubro de 2023	

e) Garantias

As garantias contratadas são as seguintes: (a) penhor da totalidade das ações representativas do capital social; (b) recebíveis e contas reservas; (c) cessão dos direitos emergentes da concessão; e (d) fiança corporativa da ENGIE.

f) Compromissos contratuais (covenants)

Dívida	Covenants
BNDES	ICSD ¹ ≥ 1,3

(1) Índice de cobertura do serviço da dívida: Geração de caixa da atividade / Serviço da dívida.

A apuração do ICSD deverá ser apresentada anualmente, a partir de 2023.

NOTA 10 - OBRIGAÇÕES FISCAIS E REGULATÓRIAS

	Consolidado
	31.12.2021
ISSQN ¹	4.699
ICMS ²	4.100
PIS ³ e Cofins ⁴	219
INSS ⁵	196
Outros	30
	9.244

(1) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza.

(2) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.

(3) Programa de Integração Nacional.

(4) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.

(5) Instituto Nacional do Seguro Social.

NOTA 11 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativo e passivo, estão apresentados de forma líquida, como segue:

Natureza dos créditos	Consolidado			
	Base de cálculo	IR	CSLL	Total
Passivo:				
Receita de implementação de infraestrutura	1.994.717	498.679	179.525	678.204
Remuneração do ativo de contrato	436.422	109.106	39.278	148.384
Ativo:				
Custo de implementação de infraestrutura	2.130.407	532.602	191.737	724.339
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	183.507	45.877	16.516	62.393
Outros	5.278	1.320	474	1.794
Valor líquido	27.986	10.076	38.062	38.062

A realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos irá ocorrer a partir da entrada em operação comercial da infraestrutura de transmissão, prevista para ocorrer até 2023.

A mutação do imposto de renda e da contribuição social diferidos, líquidos, se deu como segue:

	Consolidado
	2021
Transferência de controlada	42.481
Impostos diferidos no resultado	(4.419)
Passivo em 31.12.2021	38.062

NOTA 12 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia, em 31.12.2021, era de R\$ 781.281(R\$ 1 em 31.12.2020, dividido em 781.280,820 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, das quais 781.280,819 pertencem a ENGIE Transmissão de Energia Participações II S.A. e 1 pertence à controladora indireta ENGIE.

b) Dividendos

Os dividendos a pagar, no montante de R\$ 17.655 correspondem a valores a pagar pela controlada direta Gralha Azul à sua controladora anterior, ECP. A Companhia estima que o pagamento deve ocorrer em 2022.

NOTA 13 - RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada nas demonstrações dos resultados.

	Consolidado
	2021
Receita de construção de infraestrutura de transmissão	663.528
Remuneração de ativo de contrato	307.641
Operação e manutenção	332
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	971.501

NOTA 14 - CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS NO RESULTADO

	Consolidado		
	IR	CSLL	Total
Resultado antes dos tributos	(12.998)	(12.998)	(12.998)
Alíquota nominal	25%	9%	34%
Despesa às alíquotas nominais	3.249	1.170	4.419
Composição dos tributos no resultado			
Diferido	3.249	1.170	4.419
	3.249	1.170	4.419
Alíquota efetiva	25,0%	9,0%	34,0%

NOTA 15 - COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO</

GRALHA AZUL TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ Nº 27.093.940/0001-29 | NIRE Nº 42 2 0556106-8

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Expansões de subestações	Proprietário	Voltagem	Escopo
Bateias	Copel	525kV	Bays 2 x 525 kV
Ivaiporã	Eletrosul	525kV	Bays 2 x 525 kV
Areia	Eletrosul	230kV	Bays 2 x 230 kV
São Mateus do Sul	Copel	230kV	Bays 2 x 230 kV
Ponta Grossa Sul	Copel	230kV	Bay 1 x 230 kV

Resultado do serviço (EBIT)	156.291	120.064	36.227
EBITDA (Lajida)	156.291	120.064	36.227
Resultado financeiro	(159.268)	(25.862)	(133.406)
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício	(1.965)	62.173	(64.138)

b) Comentários sobre o desempenho econômico-financeiro

A Companhia é a responsável primária pela construção e instalação da infraestrutura relacionada à concessão de transmissão do Sistema de Transmissão Gralha Azul e está exposta aos riscos e benefícios dessa construção. Desta forma, com base nas práticas contábeis vigentes, a Companhia reconhece receita de implementação de infraestrutura de transmissão, ao longo da implantação, em montante correspondente aos custos de construção adicionados de uma margem bruta residual, destinada a cobrir os custos relacionados com a gestão da construção. Os gastos incorridos na construção estão reconhecidos no custo da infraestrutura de transmissão.

Receita operacional líquida: decréscimo de R\$ 89.869, referente, principalmente, à redução de R\$ 318.286 correspondente ao decréscimo na receita de construção de infraestrutura de transmissão, em consequência do menor volume investido nas linhas de transmissão em construção, na comparação entre os períodos, parcialmente atenuada pela elevação de R\$ 228.084 na remuneração do ativo de contrato, em virtude da evolução na execução das obras de construção do Sistema de Transmissão Gralha Azul. Adicionalmente, a receita de remuneração de infraestrutura de transmissão também é impactada pela variação do IPCA. **Custos operacionais:** diminuição de R\$ 131.982, referente, substancialmente, ao decréscimo de R\$ 310.031 no custo de implementação de infraestrutura de transmissão, parcialmente atenuado pelo aumento de R\$ 177.323 de perdas por ineficiência na construção entre os períodos em análise.

Lucro bruto, resultado do serviço e Ebitda: os aumentos são oriundos, substancialmente, dos efeitos promovidos pela elevação da remuneração do ativo de contrato, parcialmente atenuada pelo impacto promovido pelas perdas por ineficiência na construção entre os anos comparados.

Resultado financeiro: acréscimo motivado pelas liberações de financiamento com o BNDES em 2021 para financiamento das obras de implementação do Sistema de Transmissão Gralha Azul e aumento em função da atualização monetária em virtude, principalmente, do acréscimo dos índices inflacionários.

(Prejuízo) Lucro líquido do exercício: motivado pelos efeitos anteriormente citados, bem como os respectivos reflexos nos tributos sobre o lucro.

7. Direitos dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária tem direito de voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária; de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido ajustado; de fiscalizar a administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social, e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

8. Serviços de Auditoria

A Companhia informa que os auditores independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, não prestaram serviços não relacionados à auditoria independente em 2021.

9. Agradecimentos

A Administração da Gralha Azul agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e a todos aqueles que contribuíram para o desempenho da Companhia no ano de 2021. A Administração

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO) PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	31.12.2021	31.12.2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
(Prejuízo) Lucro antes dos tributos sobre o lucro	(2.977)	94.202
Conciliação do resultado com o caixa das operações:		
Remuneração do ativo de contrato	(324.414)	(96.330)
Juros sobre financiamentos	44.652	12.279
Variação monetária sobre financiamentos	128.418	15.982
Resultado antes dos tributos ajustado	(154.321)	26.133
(Aumento) redução nos ativos		
Ativo de contrato	(674.450)	(883.847)
Despesas de seguros a apropriar	69	144
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	(2.433)	(626)
Outros ativos	(2.575)	109
Aumento nos passivos		
Fornecedores	2.643	(10.581)
Obrigações fiscais e regulatórias	5.349	3.747
Outros passivos	156	2.357
Caixa utilizado pelas operações	(825.562)	(862.564)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-	(2)
Caixa líquido utilizado pelas atividades operacionais	(825.562)	(862.566)
Atividades de investimento		
Aplicação no imobilizado	(395)	-
Caixa líquido das atividades de investimento	(395)	-
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	251.530	279.380
Captação de financiamentos	784.987	583.052
Caixa líquido das atividades de financiamento	1.036.517	862.432
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	210.560	(134)
Conciliação do caixa e equivalentes de caixa		
Saldo inicial	251	385
Saldo final	210.811	251
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	210.560	(134)
Transações que não envolvem o caixa e equivalente de caixa		
Fornecedores da construção do sistema de transmissão	(125.756)	169.768
Provisões para desapropriações na construção de transmissão	6.221	2.519
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.		

disto, foram tomadas medidas restritivas no sentido de determinar o distanciamento social e o fechamento de estabelecimentos comerciais, além da paralisação da indústria.

As restrições impostas pelo isolamento social trouxeram efeitos importantes na atividade de diversos setores, na renda das famílias e nos investimentos no país. Na medida em que a situação da pandemia foi melhorando e, com isso, as restrições às atividades econômicas gradativamente reduzidas, houve evolução em diferentes regiões e segmentos de negócios. No ano de 2021, bem como em 2020, a Companhia não apurou impactos significativos decorrentes da pandemia em suas demonstrações contábeis. Adicionalmente, considerando que não haja o agravamento da pandemia e a retomada da atividade econômica aos níveis anteriores continue, a Companhia não estima efeitos significativos em seu resultado.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base na continuidade operacional e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), sendo utilizado o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, e o real como moeda funcional.

Essas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis ora apresentadas foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 22.04.2022.

a) Continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade operacional da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

Os principais julgamentos contábeis utilizados para tal conclusão são: (i) as atividades a serem desempenhadas serão decorrentes de concessão de longo prazo e possuem forte geração de caixa operacional; e (ii) a Companhia conta com o suporte financeiro da controladora indireta, ENGIE Brasil Energia. Assim, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto da continuidade operacional.

NOTA 3 - SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Instrumentos financeiros

a.1) Caixa e equivalentes de caixa

São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao valor justo na data das demonstrações contábeis. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

a.2) Financiamentos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e, posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva.

b) Ativo de contrato

Os contratos de concessão definem o serviço público de transmissão de energia elétrica como o serviço prestado mediante a construção (implementação de infraestrutura) e a operação e manutenção (O&M) de instalações de transmissão. Com base nisso, foram definidas as obrigações de performance contidas nestes contratos de concessão, que são: (i) construção e melhorias; e (ii) operação e manutenção (O&M). Desta forma, a Companhia

2. Controle Acionário

A Gralha Azul é controlada pela Gralha Azul Participações S.A. ("GAP"), atual denominação da ENGIE Transmissão Participações III ("ETP III"), uma holding controlada indiretamente pela ENGIE Brasil Energia S.A. Sediada em Florianópolis, a ENGIE Brasil Energia é uma plataforma de investimento em infraestrutura em energia, atuante nas atividades de geração, comercialização, trading e transmissão de energia. Atua ainda no segmento de transporte de gás, por meio de participação na Transportadora Associada de Gás S.A. – TAG, em conjunto com outros sócios.

3. Ambiente Macroeconômico

O segundo ano da pandemia da Covid-19 foi, em linhas gerais, marcado pela recuperação do crescimento econômico e alta inflação – uma constante observada no Brasil e no mundo. O Produto Interno Bruto (PIB) teve crescimento de 4,6%, a alta praticamente compensa o decréscimo de 4,1% observado em 2020.

A atividade econômica brasileira iniciou uma recuperação, ainda que ligeiramente abaixo da esperada. A inflação elevada, com pior resultado desde 2015, gerou impacto sobre o crescimento, com a deterioração do poder de compra das famílias. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) apresentou variação de 10,1%, enquanto o Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC) registrou, no acumulado do ano, 10,2%.

As incertezas trazidas pela pandemia e seus desdobramentos também influenciaram o mercado financeiro. A taxa básica de juros (Selic) atingiu 9,2%, alta de 7,2 p.p. no exercício de 2021, enquanto o dólar (Ptax) bateu a marca de R\$ 5,58 – a moeda americana estava cotada em R\$ 5,19 ao fim de 2020.

4. Implantação

Ao fim de 2021, a implantação do Sistema de Transmissão Gralha Azul atingiu 98,7% de avanço geral, restando as atividades de lançamento de cabos das linhas de transmissão e conclusão do comissionamento, atendendo os prazos previstos no contrato federal de concessão. As primeiras linhas foram energizadas em 21 de agosto, e ao fim de 2021, seis linhas já estão energizadas, prestando serviço de transmissão e gerando receitas com a operação comercial do empreendimento.

A operação comercial dos grupos de instalações de transmissão está prevista para ocorrer no primeiro trimestre de 2023, garantindo antecipação planejada em relação ao prazo limite do contrato de concessão e adiando a solução de suprimento da energia de Itaipu para o estado do Paraná.

5. Recursos Humanos

A Companhia contava ao final de 2021 com 30 colaboradores, 46% a menos que os 56 existentes em 2020.

6. Desempenho econômico-financeiro

a) Principais indicadores (expressos em milhares de reais)

Indicadores de resultado	31.12.2021	31.12.2020	Variação (R\$)
Receita operacional líquida	1.063.583	1.153.452	(89.869)
Custos operacionais	(901.339)	(1.033.321)	131.982

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	Nota	31.12.2021	31.12.2020		
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		12	1.063.583		
Custos operacionais					
Custos de implementação de infraestrutura		(900.500)	(1.033.208)		
Outros		(839)	(113)		
		(901.339)	(1.033.321)		
LUCRO BRUTO		162.244	120.131		
Despesas operacionais					
Despesas gerais e administrativas		(5.953)	(67)		
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		156.291	120.064		
Resultado financeiro					
Renda de aplicações financeiras		13.864	2.530		
Juros sobre financiamentos	8	(44.652)	(12.279)		
Variação monetária sobre financiamentos	8	(128.418)	(15.982)		
Outras despesas financeiras, líquidas		(62)	(131)		
		(159.268)	(25.862)		
(PREJUÍZO) LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		(2.977)	94.202		
Imposto de renda e contribuição social					
Diferido	10	1.012	(32.029)		
		1.012	(32.029)		
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(1.965)	62.173		
(PREJUÍZO) LUCRO POR AÇÃO (EM REAIS)		(0,00274)	0,13370		
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.					
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)					
		Reservas de lucros			
		Reserva de retenção de lucros	Lucros (Prejuízos)		
			dos		
			Total		
Saldo em 31.12.2019 (não auditado)	Nota	Capital social	Reserva legal	Lucros (Prejuízos) dos	Total
Aumento de capital		279.380	-	-	279.380
Lucro líquido do exercício		-	-	62.173	62.173
Destinações propostas à AGO:					
- Reserva legal		-	3.109	-	(3.109)
- Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	(14.766)	(14.766)
- Reserva de retenção de lucros		-	44.298	(44.298)	-
Saldo em 31.12.2020	11	465.021	3.717	54.392	- 523.130
Aumento de capital		251.530	-	-	251.530
Prejuízo do exercício		-	-	(1.965)	(1.965)
Absorção do prejuízo com reservas		-	-	(1.965)	1.965
Saldo em 31.12.2021	11	716.551	3.717	52.427	- 772.695
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.					

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	31.12.2021	31.12.2020
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(1.965)	62.173
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	(1.965)	62.173
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.		
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)		
NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL		
A Gralha Azul Transmissão de Energia S.A. ("Gralha Azul" ou "Companhia"), com sede no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina (SC), foi constituída em 04.07.2017, com prazo de duração indeterminado. A Companhia tem como objeto social a transmissão de energia elétrica, podendo participar, como sócia, quotista ou acionista, de outras sociedades no setor de energia e de consórcios de empresas.		
Em 15.12.2017, a Companhia arrematou no Leilão de Transmissão nº 02/2017, promovido pela Aneel, o Lote 1, localizado no estado do Paraná, que totaliza aproximadamente 1.000 km de extensão de linhas de transmissão. A Receita Anual Permitida (RAP) contratada no leilão foi R\$ 231.725, a valores de 11.08.2017.		
O prazo da concessão, incluindo a construção, a montagem, a operação e a manutenção das instalações de transmissão será de 30 anos, contados da data de assinatura do referido contrato, ocorrida em 08.03.2018, e o prazo limite para início da operação comercial é 09.03.2023.		
Em 2021 e 2020, os administradores da Companhia renunciaram ao direito de receber qualquer remuneração. A administração da Companhia é conduzida pela controladora indireta, ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia").		
Os principais eventos societários e operacionais ocorridos no ano de 2021 foram estes:		
a) Ação civil pública		
Em 15.10.2020, em uma ação civil pública movida por três Organizações não Governamentais (ONGs), a Companhia recebeu uma liminar da Justiça Federal, suspendendo duas licenças ambientais do projeto e a supressão de vegetação desses grupos, relativas à linha de 525 Kv. Em 09.12.2020, o Superior Tribunal de Justiça (STJ), deferiu o pedido de suspensão de liminar e de sentença apresentado pela União Federal e pelo Estado do Paraná e em 10.12.2020 deferiu o pedido de suspensão de liminar e de sentença apresentado pela Companhia, suspendendo assim a liminar e possibilitando a retomada e continuidade das obras imediatamente.		
Adicionalmente, em 16.10.2020, o Ministério Público Federal e o Ministério Público do Estado do Paraná ajuizaram uma segunda ação civil pública, que passou a tramitar em conexão com a ação acima, na mesma Vara Federal. No âmbito desta ação, foi proferida decisão liminar, em 16.03.2021, suspendendo parcialmente as obras em um trecho denominado "Escarpa Devoniana". Em decorrência dessa decisão, em 24.03.2021, União, Estado do Paraná e Gralha Azul apresentaram pedido de extensão dos efeitos da suspensão de liminar e de sentença para que abrangesse esta segunda liminar. Na mesma data, em 24.03.2021, o STJ deferiu os pedidos apresentados, sustentando os efeitos da citada liminar até o trânsito em julgado da ação.		
b) Reorganização societária		
A ENGIE Brasil Energias Complementares Participações Ltda. ("ECP"), a Gralha Azul Participações S.A. ("GAP"), atual denominação da ENGIE Transmissão Participações III ("ETP III") e a Gralha Azul são sociedades pertencentes à mesma sócia, sendo todas direta ou indiretamente controladas pela ENGIE Brasil Energia e atuantes no mesmo setor de atividade - transmissão de energia elétrica. Visando aprimorar a organização administrativa e societária dos ativos deste segmento, a seguir, explicam-se os eventos que provocaram a reestruturação societária de Gralha Azul:		
b.1) Cisão do Patrimônio Líquido da ECP seguida de Incorporação pela GAP		
Em 03.02.2021, a ECP e a GAP aprovaram em Assembleia Geral Extraordinária a cisão parcial da ECP e a respectiva incorporação, pela GAP, do patrimônio líquido parcialmente cindido da ECP, com a versão das ações representativas do capital social da Gralha Azul, de sua titularidade, para a GAP, com a consequente redução do capital social da ECP e aumento de capital da GAP, mediante emissão de novas ações pela EBE, que ingressou como acionista de Gralha Azul. A transferência de titularidade das ações de emissão da Gralha Azul, objeto da cisão parcial, para a GAP, foi previamente aprovada pela Agência Nacional de Energia Elétrica -Aneel, conforme o Despacho nº 2.884, de 07 de outubro de 2020, tendo em vista que a Gralha Azul é a concessionária no Contrato de Concessão nº 01/2018. Nesse ato, a Companhia deixa de ser controlada pela ECP e passa a ser controlada pela GAP.		
b.2) Transferência de controle acionário da GAP, da EBE para a ETP II		
Como a EBE entrou como sócia ingressante na GAP, foi feita a transferência de controle acionário da GAP por parte da EBE para a ENGIE Transmissão Participações II (ETP II). Dessa forma, ocorreu no dia 04.02.2021, um aumento de capital na ETP II, efetuado pela EBE, tornando-a única acionista na GAP e esta, a única acionista de Gralha Azul.		
c) Acompanhamento do projeto Gralha Azul		
Em 28.09.2021, a Companhia obteve autorização do Operador Nacional do Sistema (ONS) para o início da operação comercial parcial, o que caracteriza o marco inicial da operação deste projeto. A expectativa de entrada em operação comercial total está prevista para fevereiro de 2023.		
Adicionalmente, durante o ano de 2021, em função do andamento da implantação de Gralha Azul, verificou-se a necessidade de incremento do valor de investimento inicialmente previsto, bem como a postergação da entrada em operação total do projeto. Diante disso, em 2021, foi reconhecido o montante de R\$ 181 milhões (R\$ 4 milhões em 2020) referente à perda por ineficiência na construção da infraestrutura de Gralha Azul.		
d) Pandemia provocada pelo novo coronavírus		
Os anos de 2020 e de 2021 foram marcados pelos efeitos da pandemia da Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus, que impactou a economia mundial. Em decorrência		

Senhores Acionistas,
A Administração da Gralha Azul Transmissão de Energia S.A. ("Gralha Azul" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. As informações estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando especificado em contrário, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

1. Perfil Institucional

Sediada no município de Florianópolis (SC), a Gralha Azul é uma sociedade anônima cujo objeto social é a construção, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica localizadas no Paraná, conforme previsto no Contrato de Concessão nº 01/2018-Aneel, as quais deverão entrar em operação no prazo limite de 09.03.2023. O prazo de concessão será de 30 anos, contados a partir da data da assinatura do contrato de concessão (10.02.2017). A Receita Anual Permitida (RAP) contratada é de R\$ 231,7 milhões (valor nominal).

Descritivo – Contrato de Concessão de Transmissão nº 01/2018-Aneel

Linhas de Transmissão	Comprimento aproximado (km)	Voltagem (kV)
Ivaiporã SS - Ponta Grossa SS (circuito 1)	166,60	525
Ivaiporã SS - Ponta Grossa SS (circuito 2)	165,12	525
Ponta Grossa SS - Bateias SS (circuito 1)	100,92	525
Ponta Grossa SS - Bateias SS (circuito 2)	92,95	525
Ponta Grossa SS - São Mateus do Sul SS	88,33	230
Ponta Grossa SS - Ponta Grossa Sul SS	30,84	230
Areia SS - União da Vitória Norte SS	52,84	230
União da Vitória Norte SS - São Mateus do Sul SS	91,75	230
Irati Norte SS - Ponta Grossa SS	56,06	230
Areia SS - Guarapuava Oeste SS</		

aloca a receita proveniente deste contrato – RAP (Receita Anual Permitida) – a cada uma dessas obrigações de performance, considerando os custos estimados a cada uma delas, adicionados de uma margem de lucratividade.

O ativo de contrato de transmissão corresponde à contrapartida da receita de construção de infraestrutura de transmissão ao longo da execução da obra de implantação da linha de transmissão. O recebimento da contraprestação vinculada ao ativo de contrato ocorre por meio do recebimento da RAP alocada à obrigação de performance de construção e melhorias e depende da conclusão da obra de implantação e posterior operação e manutenção da referida infraestrutura. Os ativos de contrato são remunerados pela taxa de remuneração e pela variação do IPCA.

O reconhecimento da receita de construção de infraestrutura de transmissão considera os custos efetivamente incorridos na obra, incrementados pela margem de construção apurada para o projeto, sendo os ganhos ou as perdas (eficiências ou ineficiências na construção) identificados ao longo da fase de construção registrados quando incorridos, de forma tempestiva, em linha de custo.

A margem de construção é auferida pela proporção do montante previsto para "o gerenciamento e/ou acompanhamento da obra" em relação ao "CAPEX do Projeto", ambos definidos no respectivo plano de negócios. A margem proposta, líquidas dos encargos incidentes, são suficientes para cobrir os custos de gerenciamento da construção.

Adicionalmente, na mensuração inicial do ativo de contrato, a Companhia estima, quando aplicável, a incidência do mecanismo denominado "Parcela Variável" sobre a RAP a ser recebida. Este mecanismo permite que a RAP seja aumentada ou reduzida em decorrência do desempenho do sistema de transmissão.

c) Imposto de renda e contribuição social

São segregados entre impostos correntes e diferidos. O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados de acordo com as bases tributárias e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações contábeis pelo regime de lucro real. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados aplicando-se as alíquotas efetivas previstas nos exercícios sociais em que se espera realizar ou exigir as diferenças temporárias. Esses tributos diferidos são integralmente apresentados no grupo "não circulante", independentemente da expectativa de realização e da exigibilidade dos valores que lhes dão origem.

d) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição. Os demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridos.

e) Transações entre partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, e são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

f) Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas

Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações contábeis. Para apurar essas estimativas, a Administração utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros.

As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas relativas, principalmente, à definição da taxa interna de retorno do projeto para cálculo do custo amortizado do ativo de contrato.

g) Novas normas, alterações e interpretações

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu revisões às normas existentes, aplicáveis a partir de 01.01.2021. A relação destas revisões aplicáveis e adotadas pela Companhia e respectivos impactos é apresentada a seguir:

Revisão e Normas impactadas	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 17 Pronunciamentos Técnicos CPC 06 (R2) – Arrendamentos, CPC 11 – Contratos de seguro, CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação e CPC 48 – Instrumentos financeiros.	01.01.2021	Sem impactos relevantes
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 18 Pronunciamentos Técnicos CPC 06 (R2) – Arrendamentos - Benefícios relacionados à Covid-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento – prorrogação.	Vigência estabelecida pelos órgãos reguladores que o aprovarem.	Sem impactos relevantes

h) Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes

A partir de 01.01.2022, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia:

Revisão e Normas impactadas	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 19 Pronunciamentos Técnicos CPC 15 (R1) – Combinação de negócios, CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, CPC 27 – Ativo imobilizado, CPC 29 – Ativo biológico e produto agrícola, CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade e CPC 48 – Instrumentos financeiros.	01.01.2022	Sem impactos relevantes
Pronunciamento Técnico CPC nº 50 Este Pronunciamento vem substituir a norma atualmente vigente sobre Contratos de seguro (CPC 11).	01.01.2023	Não aplicável à Companhia

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2021	31.12.2020
Caixa e depósitos bancários à vista	489	207
Aplicações financeiras	210.322	44
	210.811	251

As aplicações financeiras da Companhia estão concentradas, substancialmente, no fundo exclusivo Energy Renda Fixa Fundo de Investimento Exclusivo (FIE), cuja gestão é feita pelo Banco Santander. O fundo tem como política a alocação do seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco, tendo, em 31.12.2021, 100% de sua carteira em ativos com risco do Governo Brasileiro, todos com liquidez diária.

A rentabilidade média do fundo nos anos de 2021 e 2020 foi de cerca de 99,0% e 98,7% do CDI (taxa referencial dos Certificados de Depósitos Interbancários), respectivamente.

NOTA 5 - ATIVO DE CONTRATO

Em 15.12.2017, a Companhia arrematou o Lote 1 do Leilão de Transmissão nº 002/2017, promovido pela Aneel, localizado no estado do Paraná, que totaliza, aproximadamente, 1.000 km de extensão de linhas de transmissão. A RAP apresentada pela Companhia foi de R\$ 231.725, com deságio de 34,8% em relação à receita máxima determinada pela Aneel, de R\$ 355.407. O CAPEX nominal estimado do projeto, em 31.12.2021, era de R\$ 1,8 bilhão.

a) Perda por ineficiência na implementação de infraestrutura de transmissão.

No decorrer da obra e da energização do projeto, esperam-se impactos positivos ou negativos em função de eventos como: (i) atrasos e custos adicionais por questões ambientais; (ii) variação dos custos das commodities, uma vez que cabos e estruturas são adquiridos diretamente pela Companhia; (iii) custos adicionais de servidão e negociações fundiárias; (iv) eventuais imprevistos de terraplanagem; e (v) antecipação de prazos de energização. Alterações no projeto que afetem sua lucratividade, devem ser reconhecidas diretamente no resultado. No exercício corrente, foi reconhecido o montante de R\$ 180.830 referente à perda por ineficiência na construção da infraestrutura (em 2020, R\$ 3.507). A perda reconhecida foi motivada, substancialmente, pelo aumento do CAPEX previsto para a implantação do Sistema de Transmissão, bem como da postergação da entrada em operação comercial de cada etapa do projeto.

b) Premissas adotadas

Premissas	Gralha Azul
Margem de construção	2,66%
Margem de operação e manutenção	37,39%
Taxa de remuneração	10,49%
RAP anual, líquida de encargos (valor nominal)	231.725
RAP anual – Construção (valor nominal)	207.222
Índice de correção dos contratos	IPCA
Custo de construção incorrido até 31.12.2021	1.946.070
Estimativa para entrada total em operação comercial	03.2023
Data da próxima Revisão Tarifária Periódica	03.2023
Vigência do contrato de concessão	03.2048

c) Mutação do ativo de contrato

	31.12.2021	31.12.2020
Saldo em 31.12.2019 (Não auditado)	217.611	
Custo de construção de infraestrutura de transmissão	1.029.701	
Margem de construção de infraestrutura de transmissão	27.421	
Perda por ineficiência na construção	(3.507)	
Juros	49.774	
Variação monetária	46.556	
Saldo em 31.12.2020	1.367.556	
Custo de construção de infraestrutura de transmissão	719.670	
Margem de construção de infraestrutura de transmissão	19.166	
Perdas por ineficiência na construção	(180.830)	
Juros	153.726	
Variação monetária	170.688	
Recebimentos RAP construção	(3.091)	
Saldo em 31.12.2021	2.246.885	

Classificação no balanço patrimonial

Ativo circulante	217.375
Ativo não circulante	2.029.510
	2.246.885

Em 2021, o Sistema de Transmissão Gralha Azul teve sua entrada em operação comercial parcial autorizadas pela ONS, o que representou, aproximadamente, 4% de sua capacidade total.

NOTA 6 - FORNECEDORES

	31.12.2021	31.12.2020
Fornecedores da construção do sistema de transmissão	44.105	169.861
Fornecedores de materiais e serviços	3.186	543
	47.291	170.404

NOTA 7 - GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, segue integralmente as regras do Fórum de Gerenciamento de Riscos da ENGIE Brasil Energia, sua controladora indireta. Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um destes fatores de risco:

a) Risco de mercado

Esse risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros aplicadas aos seus passivos, resultando em efeitos em suas despesas financeiras. A Companhia está exposta às variações do IPCA, em decorrência dos financiamentos contratados.

A RAP da Companhia possui cláusula de reajuste inflacionário com a aplicação de IPCA, o que representa um hedge natural de longo prazo para os financiamentos.

A seguir é apresentado análise de sensibilidade preparada pela Companhia. O cenário-base provável para o ano de 2022 foi definido por meio destas premissas disponíveis no mercado (Fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil).

Risco de variação do índice	Cenário Provável		Sensibilidade		
	2021	2022	Provável	Δ + 25%	Administração
IPCA	10,1%	5,0%	-5,1 p.p.	1,3 p.p.	-0,8 p.p.

A sensibilidade provável foi calculada com base nas variações entre os Índices do ano de 2021 e os previstos no cenário provável para 2022, e demonstram os eventuais impactos adicionais no resultado da Companhia. As demais sensibilidades apresentadas foram apuradas com base (i) na variação de 25%; e (ii) das estimativas da Administração sobre o cenário projetado, as quais correspondem a avaliação da Administração de alteração razoavelmente possível nas taxas de juros e índices flutuantes para 2022. As variações que poderão impactar o resultado, e, consequentemente, o patrimônio líquido de 2022, em comparação com o ano de 2021, caso tais cenários se materializem, são estas:

Financiamentos	Saldos em 31.12.2021		Sensibilidade		
	Provável	Δ + 25%	Administração		
IPCA	1.569.370	83.387	(20.848)	12.733	

b) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida que proporcionem o retorno de capital aos seus investidores.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (financiamentos, deduzidos do caixa, do equivalente de caixa e dos depósitos em garantia vinculados às dívidas) e pelo patrimônio líquido, que inclui o capital social e as reservas de lucros. A relação da dívida líquida pelo patrimônio líquido foi esta:

	31.12.2021	31.12.2020
Dívida	1.569.370	611.313
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(210.811)	(251)
Dívida líquida	1.358.559	611.062
Patrimônio líquido	772.695	523.130
Dívida líquida/Patrimônio líquido	1,8	1,2

c) Risco de crédito

As transações para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as aplicações financeiras. A Companhia prioriza a aplicação em títulos públicos, possuindo também política de determinação de limites de crédito para as instituições financeiras.

d) Risco de liquidez

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada anualmente com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

No demonstrativo a seguir apresenta-se o perfil previsto de liquidações dos principais passivos financeiros da Companhia registrados em 31.12.2021. Os valores foram determinados com base nos fluxos de caixa não descontados previstos, considerando a estimativa de amortização de principal e pagamento de juros futuros, quando aplicável. Para as dívidas com juros pós-fixados o valor foi obtido com base na curva de juros do encerramento do exercício.

	Até 1 ano	De 2 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	47.291	-	-	-	47.291
Financiamento	-	171.077	267.172	1.786.739	2.224.988
	47.291	171.077	267.172	1.786.739	2.272.279

e) Categoria dos instrumentos financeiros

	31.12.2021	31.12.2020
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Aplicações financeiras	210.322	44
Custo amortizado		
Caixa e depósitos bancários à vista	489	207
	210.811	251

Passivos financeiros

	31.12.2021	31.12.2020
Custo amortizado		
Fornecedores	47.291	170.404
Financiamentos	1.569.370	611.313
	1.616.661	781.717

As aplicações financeiras estão avaliadas pelos preços cotados em mercado ativo (Nível 1).

NOTA 8 - FINANCIAMENTOS

Em março de 2020, a Companhia contratou financiamento com o BNDES, no valor de R\$ 1.480.617. Em 2021 foi liberado o montante de R\$ 800.000 (R\$ 784.987, líquidos dos custos de captação). Os recursos foram destinados à construção das linhas de transmissão e das subestações do sistema de transmissão.

a) Composição

	31.12.2021			31.12.2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
BNDES	-	1.566.509	1.566.509	-	610.282	610.282
Encargos	2.861	-	2.861	1.031	-	1.031
	2.861	1.566.509	1.569.370	1.031	610.282	611.313

b) Mutação dos financiamentos

	31.12.2021			31.12.2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Ingressos	-	-	-	-	583.052	583.052
Juros	12.279	-	12.279	-	-	12.279
Variação monetária	15.982	-	15.982	-	-	15.982
Transferências	(27.230)	-	(27.230)	27.230	-	27.230
Saldo em 31.12.2020	1.031	610.282	611.313	1.031	610.282	611.313
Ingressos	-	-	-	-	784.987	784.987
Juros	44.652	-	44.652	-	-	44.652
Variação monetária	128.418	-	128.418	-	-	128.418
Transferências	(171.240)	-	(171.240)	171.240	-	171.240
Saldo em 31.12.2021	2.861	1.566.509	1.569.370	2.861	1.566.509	1.569.370

c) Vencimentos do financiamento apresentado no passivo não circulante

	Valor
2023	18.050
2024	76.539
2025	76.539
2026	76.539
2027	76.539
2028 a 2032	382.695
2033 a 2037	382.695
2038 a 2042	382.695
2043 a 2044	94.218
	1.566.509

d) Condições contratadas

	Encargos	Condições de pagamento		Saldo em 31.12.2021
		Vencimento	Principal e encargos	
BNDES	IPCA + 3,83% a.a.	03.2044	Mensais, a partir de outubro de 2023	1.569.370

e) Garantias

As garantias contratadas são as seguintes: (a) penhor da totalidade das ações representativas do capital social; (b) recebíveis e contas reservas; (c) cessão dos direitos emergentes da concessão; e (d) fiança corporativa da ENGIE Brasil Energia.

f) Compromissos contratuais (covenants)

Dívida	Covenants
BNDES	ICSD ¹ ≥ 1,3

¹ Índice de cobertura da dívida: Geração de caixa da atividade / Serviço da dívida.

A apuração do ICSD deverá ser apresentada anualmente, a partir de 2023.

NOTA 9 - OBRIGAÇÕES FISCAIS E REGULATÓRIAS

	31.12.2021	31.12.2020
ISSQN ¹	4.699	790
ICMS ²	4.100	2.638
PIS ³ e Cofins ⁴	219	-
INSS ⁵	196	182
Outros	30	274
	9.244	3.884

(1) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza.

(2) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.

(3) Programa de Integração Nacional.

(4) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.

(5) Instituto Nacional do Seguro Social.

NOTA 10 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativo e passivo, estão apresentados de forma líquida, como segue:

Natureza dos créditos	31.12.2021				31.12.2020
	Base de cálculo	IR	CSLL	Total	Total
Passivo:					
Receita de construção de infraestrutura de transmissão	1.994.717	498.679	179.525	678.204	428.079
Remuneração de ativo de contrato	436.422	109.106	39.278	148.384	38.083
Ativo:					
Custo de construção de infraestrutura de transmissão	2.130.407	532.602	191.		

NOVO ESTADO PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ Nº 30.715.875/0001-30 | NIRE Nº 42.3.0004949-2

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
A Administração da Novo Estado Participações S.A. ("NEP" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. As informações estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando especificado em contrário, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

1. Perfil Institucional

Sediada no município de Florianópolis (SC), a Novo Estado Participações S.A. é uma sociedade anônima cujo objeto social é participar, como *holding*, no capital de outras sociedades, quer como acionista ou sócia, ou em consórcios.
A Companhia não possui empregados e sua administração é realizada pela controladora indireta ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia").

2. Controle Acionário

A totalidade do capital social da Companhia pertence à ENGIE Transmissão de Energia Participações II S.A., uma *holding* controlada pela ENGIE Brasil Energia. Sediada em Florianópolis, a ENGIE Brasil Energia é uma plataforma de investimento em infraestrutura em energia, atuante nas atividades de geração, comercialização, *trading* e transmissão de energia. Atua ainda no segmento de transporte de gás, por meio de participação na Transportadora Associada de Gás S.A. – TAG, em conjunto com outros sócios.
Por sua vez, a NEP controla a Novo Estado Transmissora de Energia S.A. ("Novo Estado"), uma Companhia cujo objeto social é a implantação e exploração do empreendimento referente ao Lote 03 do Leilão de Transmissão 02/2017 da Agência Nacional de Energia Elétrica, composto por instalações de transmissão de energia localizadas nos estados do Pará e Tocantins, cujo início de operações está prevista para dezembro de 2021.

3. Ambiente Macroeconômico

O segundo ano da pandemia da Covid-19 foi, em linhas gerais, marcado pela recuperação do crescimento econômico e alta inflação – uma constante observada no Brasil e no mundo. O Produto Interno Bruto (PIB) teve crescimento de 4,6%, a alta praticamente compensa o decréscimo de 4,1% observado em 2020.
A atividade econômica brasileira iniciou uma recuperação, ainda que ligeiramente abaixo da esperada. A inflação elevada, com pior resultado desde 2015, gerou impacto sobre o crescimento, com a deterioração do poder de compra das famílias. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) apresentou variação de 10,1%, enquanto o Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC) registrou, no acumulado do ano, 10,2%.

As incertezas trazidas pela pandemia e seus desdobramentos também influenciaram o mercado financeiro. A taxa básica de juros (Selic) atingiu 9,2%, alta de 7,2 p.p. no exercício de 2021, enquanto o dólar (Plax) bateu a marca de R\$ 5,58 – a moeda americana estava cotada em R\$ 5,19 ao fim de 2020.

4. Implantação
Ao final de 2021, o avanço geral do projeto Novo Estado estava em 91,5%. As obras estão em andamento, tendo atingido 92% das fundações das torres concluídas, 79% da montagem e 56% do lançamento dos cabos condutores das linhas de transmissão. No mês de dezembro foi concluído o comissionamento das Subestações Serra Pelada e Itacaiúnas e da linha de transmissão Serra Pelada – Itacaiúnas. Esse conjunto de ativos foi energizado em 19 de dezembro, iniciando a operação comercial parcial do projeto.
Já a linha de transmissão Serra Pelada – Miracema, tem previsão de entrada em operação no primeiro trimestre de 2022. Para a linha de transmissão Xingu – Serra Pelada, a previsão de entrada em operação é no quarto trimestre de 2022.

5. Desempenho econômico-financeiro
a) Principais indicadores (expressos em milhares de reais)

Indicadores de resultado	Consolidado		
	31.12.2021	31.12.2020	Variação (R\$)
Receita operacional líquida	1.772.435	1.401.846	370.589
Custos operacionais	(1.663.493)	(1.241.014)	(422.479)
Resultado do serviço (EBIT)	106.888	159.790	(52.902)
EBITDA (Lajida)	106.888	159.790	(52.902)
Resultado financeiro	(307.679)	(47.650)	(260.029)
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício	(141.920)	72.568	(214.488)

b) Comentários sobre o desempenho econômico-financeiro

A Companhia, por meio de sua controladora direta Novo Estado, é a responsável primária pela construção e instalação da infraestrutura relacionada à concessão de transmissão do Sistema de Transmissão Novo Estado e está exposta aos riscos e benefícios dessa construção. Desta forma, com base nas práticas contábeis vigentes, a Companhia reconhece receita de implementação de infraestrutura de transmissão, ao longo da implantação, em montante correspondente aos custos de construção adicionados de uma margem bruta residual, destinada a cobrir os custos relacionados com a gestão da construção. Os gastos incorridos na construção estão reconhecidos no custo da infraestrutura de transmissão.
Receita operacional líquida: acréscimo de R\$ 370.589, referente, principalmente, à eleva-

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FNDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	16	-	-	1.772.435	1.401.846
Custos operacionais					
Custos de implementação de infraestrutura		-	-	(1.663.493)	(1.241.014)
				(1.663.493)	(1.241.014)
LUCRO BRUTO				108.942	160.832
Despesas operacionais					
Receitas (despesas) gerais e administrativas		798	(1.086)	(2.267)	(1.042)
Outras receitas operacionais		-	-	213	-
		798	(1.086)	(2.054)	(1.042)
Resultado de participações societárias					
Equivalência patrimonial		(114.412)	83.963	-	-
(PREJUÍZO) LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANC. E DOS TRIBUTOS		(113.614)	82.877	106.888	159.790
Resultado financeiro					
Renda de aplicações financeiras		1.740	1.185	9.768	4.507
Varição monetária sobre financiamentos	11	-	-	(167.023)	(20.148)
Juros sobre financiamentos	11	-	-	(110.229)	(13.980)
Juros sobre ações preferenciais resgatáveis	12	(27.763)	(4.784)	(27.763)	(4.784)
Juros sobre debêntures		-	(9.820)	-	(9.820)
Outras despesas financeiras, líquidas		(2.214)	(296)	(12.432)	(3.425)
		(28.237)	(13.715)	(307.679)	(47.650)
(PREJUÍZO) LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS		(141.851)	69.162	(200.791)	112.140
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	17	(42)	-	(41)	-
Diferido	17	(27)	3.406	58.912	(39.572)
		(69)	3.406	58.871	(39.572)
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(141.920)	72.568	(141.920)	72.568
(PREJUÍZO) LUCRO POR AÇÃO (EM REAIS)		(0,33849)	0,14111	(0,33849)	0,14111

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FNDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(141.920)	72.568	(141.920)	72.568
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		(141.920)	72.568	(141.920)	72.568

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FNDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social		Reservas de lucros			Total
		Reserva de capital - ágio na emissão de ações	Ajuste para adequação às normas do CPC	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros (Prejuízos) acumulados	
Saldos em 31.12.2019		1	-	-	-	-	1
Aumento de capital		418.811	-	-	-	-	418.811
Ações preferenciais resgatáveis		250.000	250.000	(500.000)	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	72.568	72.568
Destinações propostas à AGO:							
- Reserva legal		-	-	-	3.628	(3.628)	-
- Reserva de retenção de lucros		-	-	-	-	68.940	(68.940)
Saldos em 31.12.2020	15	668.812	250.000	(500.000)	3.628	68.940	491.380
Aumento de capital		465	-	-	-	-	465
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(141.920)	(141.920)
Absorção do prejuízo com reservas		-	-	(3.628)	(68.940)	72.568	-
Saldos em 31.12.2021	15	669.277	250.000	(500.000)	-	(69.352)	349.925

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Novo Estado Participações S.A. ("Companhia" ou "NEP"), anteriormente denominada ENGIE Transmissão de Energia Participações S.A., com sede no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina (SC), foi constituída em 15.06.2018, com prazo de duração indeterminado. A Companhia tem como objeto social participar, como *holding*, no capital de Companhias, quer como acionista ou sócia, bem como em consórcios.
Em 03.03.2020, após o cumprimento das condições precedentes estabelecidas no contrato de compra e venda, foi concluída a operação de aquisição de 100% das ações de Novo Estado Transmissora de Energia S.A. ("Novo Estado") pela Companhia. A Novo Estado detém a concessão do Lote 3 do Leilão de Transmissão Aneel nº 002/2017, realizado em dezembro de 2017. O objeto da referida concessão é a construção, operação e manutenção de aproximadamente 1.800 quilômetros de linhas de transmissão, uma nova subestação e a expansão de outras três subestações existentes nos estados do Pará e Tocantins pelo prazo de 30 anos. O prazo limite para início da operação da linha de transmissão, cuja RAP é de R\$ 313 milhões, é 09.03.2023.

Em 23.12.2021, a Novo Estado obteve autorização do ONS para o início da operação comercial parcial, o que caracteriza o marco inicial da operação deste projeto. A expectativa de entrada em operação comercial total está prevista para dezembro de 2022.
Em 2021 e 2020, os administradores da Companhia renunciaram ao direito de receber qualquer remuneração. A administração da Companhia é conduzida pela controladora indireta, ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia").

Pandemia provocada pelo novo coronavírus

Os anos de 2020 e de 2021 foram marcados pelos efeitos da pandemia da Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus, que impactou a economia mundial. Em decorrência disto, foram tomadas medidas restritivas no sentido de determinar o distanciamento social

e o fechamento de estabelecimentos comerciais, além da paralisação da indústria.
As restrições impostas pelo isolamento social trouxeram efeitos importantes na atividade de diversos setores, na renda das famílias e nos investimentos no país. Na medida em que a situação da pandemia foi melhorando e, com isso, as restrições às atividades econômicas gradativamente reduzidas, houve evolução em diferentes regiões e segmentos de negócios.
No ano de 2021, bem como em 2020, a Companhia não apurou impactos significativos decorrentes da pandemia em suas demonstrações contábeis consolidadas e individuais. Adicionalmente, considerando que não haja o agravamento da pandemia e a retomada da atividade econômica aos níveis anteriores continue, a Companhia não estima efeitos significativos em seu resultado.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base na continuidade operacional e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), sendo utilizado o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, e o real como moeda funcional.
Essas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão das atividades da Companhia.
As demonstrações contábeis ora apresentadas foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 11.04.2022.

a) Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas contemplam informações da controladora, NEP, e de sua controlada adquirida em 2020, Novo Estado, cujas práticas contábeis estão consistentes com as adotadas pela Companhia. A Novo Estado é sediada no Brasil.

ção de R\$ 263.261 na remuneração do ativo de contrato; e R\$ 107.254 correspondente ao incremento na receita de construção – ambos consequência da evolução na execução das obras de construção do Sistema de Transmissão Novo Estado. Adicionalmente, a receita de remuneração de infraestrutura de transmissão também é impactada pela variação do IPCA.
Custos operacionais: aumento de R\$ 422.479, referente, principalmente, ao aumento de R\$ 327.398 de perdas por ineficiência na construção e de acréscimo de R\$ 95.081 no custo de implementação de infraestrutura de transmissão.
Lucro bruto, resultado do serviço e Ebitda: os decréscimos são oriundos, substancialmente, dos efeitos promovidos pelas perdas por ineficiência na construção em 2021, parcialmente atenuados pelo impacto da remuneração do ativo de contrato.

Resultado financeiro: acréscimo motivado pelas liberações de financiamento com o banco BASA e com o BNDES em 2021 para financiamento das obras de implementação do Sistema de Transmissão Novo Estado e aumento em função da atualização monetária em virtude, principalmente, do acréscimo dos índices inflacionários.
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício: motivado pelos efeitos anteriormente citados, bem como os respectivos reflexos nos tributos sobre o lucro.

6. Direitos dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária tem direito de voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária; de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido ajustado; de fiscalizar a administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações. O Acordo de Acionistas assinado na emissão das Ações Preferenciais Resgatáveis, indica que, a partir do semestre imediatamente posterior à entrada em operação do Sistema de Transmissão, os dividendos serão destinados sempre estritamente, não estando a Companhia obrigada a distribuir dividendos antes deste evento.

7. Serviços de Auditoria

A Companhia informa que os auditores independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, não prestaram serviços não relacionados à auditoria independente em 2021.

8. Agradecimentos

A Administração da Companhia agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e a todos aqueles que contribuíram para o desempenho da Companhia no ano de 2021. A Administração

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO) PARA OS EXERCÍCIOS FNDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		(141.851)	69.162	(200.791)	112.140
Conciliação do resultado com o caixa das operações:					
Resultado de participações societárias		114.412	(83.963)	-	-
Remuneração do ativo de contrato		-	-	(356.649)	(93.388)
Juros		27.763	14.604	137.992	28.584
Varição monetária		-	-	167.023	20.148
Resultado ajustado		324	(197)	(252.425)	67.484
Aumento nos ativos					
Ativo de contrato		-	-	(1.166.449)	(1.500.475)
Depósitos vinculados		(1.581)	(43.778)	(1.581)	(43.778)
Outros ativos		(2.229)	(802)	(18.033)	(4.514)
Aumento nos passivos					
Fornecedores		-	-	1.644	52.840
Obrigações fiscais e regulatórias		11	-	4.600	11.337
Obrigações vinculadas à aquisição de investimentos		2.157	43.200	2.157	43.200
Outros passivos circulantes		-	4	997	6.213
Caixa utilizado nas atividades operacionais		(1.318)	(1.573)	(1.429.090)	(1.367.693)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(16)	-	(16)	-
Pagamento de juros sobre dívidas		-	(8.931)	(36.082)	(8.931)
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais		(1.334)	(10.504)	(1.465.188)	(1.376.624)
Atividades de investimento					
Aplicação no imobilizado		-	-	(512)	-
Aquisição de investimento		-	(372.144)	-	-
Aumento de capital em controladas		(7.850)	(527.501)	-	-
Valor justo dos direitos dos projetos adquiridos		-	-	-	(236.021)
Caixa líquido das atividades de investimento		(7.850)	(899.645)	(512)	(236.021)
Atividades de financiamento					
Aumento de capital		465	418.811	465	418.811
Emissão de debêntures		-	499.110	-	499.110
Pagamento de debêntures		-	(500.000)	-	(500.000)
Ações preferenciais resgatáveis emitidas		-	500.000	-	500.000
Custo de ações preferenciais resgatáveis emitidas		(1.331)	-	(1.331)	-
Captação de financiamentos		-	-	1.640.031	741.939
Depósitos vinculados ao serviço da dívida		1.734	634	1.734	634
Caixa líquido das atividades de financiamento		868	918.555	1.640.899	1.660.494
(Redução) Aumento de caixa e equivalentes de caixa		(8.316)	8.406	175.199	47.849
Conciliação do caixa e equivalentes de caixa					
Saldo inicial		8.407	1	47.850	1
Saldo final		91	8.407	223.049	47.850
(Redução) Aumento de caixa e equivalentes de caixa		(8.316)	8.406	175.199	47.849

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

A consolidação das contas patrimoniais e de resultado ocorre pela soma dos saldos dos ativos, dos passivos, das receitas e das despesas, de acordo com as suas naturezas, ajustados pela eliminação das transações realizadas entre as empresas consolidadas.

b) Continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade operacional da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

Os principais julgamentos contábeis utilizados para tal conclusão são: (i) as atividades a serem desempenhadas serão decorrentes de concessão de longo prazo e possuem forte geração de caixa operacional; e (ii) a Companhia conta com o suporte financeiro da controladora indireta, ENGIE Brasil Energia. Assim, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto da continuidade operacional.

NOTA 3 - SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Instrumentos financeiros

a.1) Caixa e equivalentes de caixa

São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao valor justo na data das demonstrações contábeis. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

a.2) Depósitos vinculados

São mantidos para atendimento às exigências legais e contratuais. São contabilizados inicialmente pelo valor depositado e, posteriormente, pelo custo amortizado.

a.3) Financiamentos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas

definidas as obrigações de performance contidas nestes contratos de concessão, que são: (i) construção e melhorias; e (ii) operação e manutenção (O&M). Desta forma, a Companhia aloca a receita proveniente deste contrato – RAP (Receita Anual Permitida) – a cada uma dessas obrigações de performance, considerando os custos estimados a cada uma delas, adicionados de uma margem de lucratividade.

O ativo de contrato de transmissão corresponde à contrapartida da receita de construção de infraestrutura de transmissão ao longo da execução da obra de implantação da linha de transmissão. O recebimento da contraprestação vinculada ao ativo de contrato ocorre por meio do recebimento da RAP alocada à obrigação de performance de construção e melhorias e depende da conclusão da obra de implantação e posterior operação e manutenção da referida infraestrutura. Os ativos de contrato são remunerados pela taxa de remuneração e pela variação do IPCA.

O reconhecimento da receita de construção de infraestrutura de transmissão considera os custos efetivamente incorridos na obra, incrementados pela margem de construção apurada para o projeto, sendo os ganhos ou as perdas (eficiências ou ineficiências na construção) identificados ao longo da fase de construção registrados quando incorridos, de forma tempestiva, em linha de custo.

A margem de construção é auferida pela proporção do montante previsto para "o gerenciamento e/ou acompanhamento da obra" em relação ao "CAPEX do Projeto", ambos definidos no respectivo plano de negócios. A margem proposta, líquidas dos encargos incidentes, são suficientes para cobrir os custos de gerenciamento da construção.

Adicionalmente, na mensuração inicial do ativo de contrato, a Companhia estima, quando aplicável, a incidência do mecanismo denominado "Parcela Variável" sobre a RAP a ser recebida. Este mecanismo permite que a RAP seja aumentada ou reduzida em decorrência do desempenho do sistema de transmissão.

c) Investimento

c.1) Investimentos em empresas controladas diretamente

Os investimentos em controladas são aqueles em que a Companhia está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade, e tem a capacidade de interferir nesses retornos por meio do poder que exerce sobre ela.

Esses investimentos são avaliados pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis da controladora e consolidados integralmente para fins de apresentação das demonstrações contábeis consolidadas.

c.2) "Mais valia" e combinação de negócios na aquisição de investimentos

Na controladora, a diferença entre o valor pago e o valor de livros do patrimônio líquido das sociedades adquiridas é reconhecida no investimento como: (i) mais valia, quando o fundamento econômico está relacionado, substancialmente, ao valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida; e (ii) ágio, quando o montante pago supera o valor justo dos ativos líquidos e, esta diferença, representa a expectativa de geração de valor futura.

A combinação de negócios é o método utilizado para o reconhecimento das aquisições de controle nos balanços consolidados. O referido método requer que os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos sejam mensurados pelo seu valor justo. O ágio decorrente da combinação de negócios, o qual é registrado no intangível, é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*).

d) Intangível

São registrados ao custo de aquisição ou pelo valor justo dos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócio.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados pelo método linear, com base na vida útil definida com base nos contratos comerciais ou de concessão e de autorização. Os intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*).

e) Avaliação do valor de recuperação do intangível – Impairment

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, os bens do ativo intangível com a finalidade de identificar evidências que possam levar a perdas de valores não recuperáveis das respectivas unidades geradoras de caixa ou de intangíveis, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa provisão para perda (*impairment*) é reconhecida no resultado do exercício.

O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre o seu valor em uso e o seu valor justo de venda, líquido dos custos necessários para a realização da venda. O valor em uso corresponde aos fluxos de caixa descontados, antes dos impostos, gerados pela utilização do ativo durante a sua vida útil.

f) Imposto de renda e contribuição social

São segregados entre impostos correntes e diferidos. O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados de acordo com as bases tributárias e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações contábeis. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados aplicando-se as alíquotas efetivas previstas nos exercícios sociais em que se espera realizar ou exigir as diferenças temporárias. Esses tributos diferidos são integralmente apresentados no grupo "não circulante", independente da expectativa de realização e da exigibilidade dos valores que lhes dão origem.

g) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição. As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridos.

h) Transações entre partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, e são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

i) Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas

Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações contábeis. Para apurar essas estimativas, a Administração utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros.

As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas relativas, principalmente, à definição da taxa interna de retorno do projeto para cálculo do custo amortizado do ativo de contrato.

j) Novas normas, alterações e interpretações

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu revisões às normas existentes, aplicáveis a partir de 01.01.2021. A relação destas revisões aplicáveis e adotadas pela Companhia e respectivos impactos é apresentada a seguir:

Revisão e Normas impactadas	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 17 Pronunciamentos Técnicos CPC 06 (R2) – Arrendamentos, CPC 11 – Contratos de seguro, CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação e CPC 48 – Instrumentos financeiros.	01.01.2021	Sem impactos relevantes
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 18 Pronunciamentos Técnicos CPC 06 (R2) – Arrendamentos - Benefícios relacionados à Covid-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento – prorrogação.	Vigência estabelecida pelos órgãos reguladores que o aprovarem.	Sem impactos relevantes
k) Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes A partir de 01.01.2022, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia:		

Revisão e Normas impactadas	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 19 Pronunciamentos Técnicos CPC 15 (R1) – Combinação de negócios, CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, CPC 27 – Ativo imobilizado, CPC 29 – Ativo biológico e produto agrícola, CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade e CPC 48 – Instrumentos financeiros.	01.01.2022	Sem impactos relevantes
Pronunciamento Técnico CPC nº 50 Este Pronunciamento vem substituir a norma atualmente vigente sobre Contratos de seguro (CPC 11).	01.01.2023	Não aplicável à Companhia

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Caixa e depósitos bancários à vista	82	114	1.773	312
Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa	9	8.293	221.276	47.538
	91	8.407	223.049	47.850

As aplicações financeiras da Companhia estão concentradas, substancialmente, no fundo exclusivo Energy Renda Fixa Fundo de Investimento Exclusivo (FIE), cuja gestão é feita pelo Banco Santander. O fundo tem como política a alocação do seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco, tendo, em 31.12.2021, 100% de sua carteira em ativos com risco do Governo Brasileiro, todos com liquidez diária. A rentabilidade média do fundo nos anos de 2021 e 2020 foi de cerca de 99,0% e 98,7% do CDI (taxa referencial dos Certificados de Depósitos Interbancários), respectivamente.

NOTA 5 - ATIVO DE CONTRATO

Em março de 2020 a Companhia concluiu a aquisição de 100% das ações da Novo Estado, detentora da concessão do Lote 3 do Leilão de Transmissão nº 002/2017, localizado nos estados do Pará e Tocantins, que totaliza, aproximadamente, 1.800 km de extensão de linhas de transmissão. A RAP desta concessão é de R\$ 313.100, com deságio de 35,73% em relação à receita máxima determinada pela Aneel, de R\$ 488.145. O CAPEX nominal estimado do projeto, em 31.12.2021, era de R\$ 1,8 bilhão.

a) Ganho (perda) por eficiência (ineficiência) na implementação de infraestrutura de transmissão

No decorrer da obra e da energização do projeto, esperam-se impactos positivos ou negativos em função de eventos como: (i) atrasos e custos adicionais por questões ambientais; (ii) variação dos custos das *commodities*, uma vez que cabos e estruturas são adquiridos diretamente pela Companhia; (iii) custos adicionais de servidão e negociações fundiárias; (iv) eventuais imprevistos de terraplanagem; e (v) antecipação de prazos de energização. Alterações no projeto que afetem sua lucratividade, devem ser reconhecidas diretamente no resultado.

No exercício corrente, foi reconhecido o montante de R\$ 288.660 referente à perda por ineficiência na construção da infraestrutura (em 2020 foi reconhecido ganho de R\$ 38.738). A perda reconhecida foi motivada, substancialmente, pelo aumento do CAPEX previsto para a implantação do Sistema de Transmissão, bem como da postergação da entrada em operação comercial de cada etapa do projeto.

b) Premissas adotadas

Premissas	Novo Estado
Margem de construção	2,24%
Margem de operação e manutenção	55,55%
Taxa de remuneração	7,79%
RAP anual, líquida de encargos (valor nominal)	313.100
RAP anual – Construção (valor nominal)	270.416
Índice de correção dos contratos	IPCA
Custo de construção incorrido até 31.12.2021	2.792.484
Estimativa para entrada total em operação comercial	12.2022
Data da próxima Revisão Tarifária Periódica	03.2023
Vigência do contrato de concessão	03.2048

c) Mutação do ativo de contrato

O ativo de contrato de concessão está apresentado no ativo não circulante e sua movimentação é apresentada abaixo:

	Consolidado
Aquisição de controlada	153.279
Custo de construção de infraestrutura de transmissão	1.279.752
Margem de construção de infraestrutura de transmissão	28.706
Ganho por eficiência na construção	38.738
Juros	31.817
Variação monetária	61.571
Saldos em 31.12.2020	1.593.863
Custo de construção de infraestrutura de transmissão	1.374.834
Margem de construção de infraestrutura de transmissão	40.879
Perdas por ineficiência na construção	(288.660)
Juros	160.732
Variação monetária	195.917
Recebimentos RAP construção	(8.919)
Saldos em 31.12.2021	3.076.745
Classificação no balanço patrimonial	
Ativo circulante	170.154
Ativo não circulante	2.906.591
	3.076.745

Em 2021, o Sistema de Transmissão Novo Estado teve sua entrada em operação comercial parcial autorizadas pela ONS, o que representou, aproximadamente, 4% de sua capacidade total.

NOTA 6 - DEPÓSITOS VINCULADOS E OBRIGAÇÕES VINCULADOS À AQUISIÇÃO DE INVESTIMENTOS

Os depósitos no valor de R\$ 45.360 (R\$ 43.778 em 31.12.2020), foram efetuados para garantir o cumprimento de determinados compromissos contratuais assumidos pelo vendedor da Novo Estado. Em agosto de 2021, houve a reclassificação desta garantia para o circulante, em função da expectativa de liquidação no curto prazo, haja vista que as condições estão vinculadas, principalmente, à entrada em operação comercial do Sistema de Transmissão Novo Estado.

A Companhia mantém registrado em seu passivo circulante, na controladora e no consolidado, em "Obrigações vinculadas à aquisição de investimentos", o montante de R\$ 45.357 (R\$ 43.200 , dos quais R\$ 7.200 no passivo circulante e R\$ 36.000 no passivo não circulante, em 31.12.2020), referentes ao valor estimado para honrar este compromisso junto ao vendedor da Novo Estado, nos termos descritos no parágrafo anterior.

NOTA 7 - INVESTIMENTO

a) Composição

	31.12.2021	31.12.2020
Participações societárias permanentes		
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	620.686	727.248
Equivalência patrimonial	236.021	236.021
Mais valia na aquisição de investimentos	856.707	963.269

b) Mutação do investimento avaliado pelo método de equivalência patrimonial

	Saldo em 31.12.2020	Aumento de capital	Equivalência patrimonial	Saldo em 31.12.2021
Novo Estado	727.248	7.850	(114.412)	620.686
	727.248	7.850	(114.412)	620.686

c) Informações financeiras da controlada

As principais informações sobre a Novo Estado, cujo exercício social também é encerrado em 31 de dezembro, estão apresentadas a seguir:

	Capital social	Ativo	Patrimônio líquido	Prejuízo do exercício	Participação (%)
Novo Estado	667.102	3.330.553	620.686	(114.412)	100

d) Dividendos a receber da controlada

Em 31.12.2021 e 31.12.2020, a Companhia possui R\$ 20.308 de dividendos a receber oriundo da controlada Novo Estado.

NOTA 8 - INTANGÍVEL

	Consolidado
	31.12.2021 e 31.12.2020
Direitos de projetos em desenvolvimento	236.021
Ágio - Novo Estado	80.247
	316.268

Os direitos de projetos em desenvolvimento correspondem ao valor justo pago quando da aquisição de Novo Estado pela controlada direta Novo Estado Participações S.A. que excedia o valor contábil dos ativos líquidos, o qual foi apurado por avaliador externo especializado para avaliação a valor justos. Adicionalmente, a Companhia apurou um ágio técnico oriundo do reconhecimento do passivo fiscal diferido apurado sobre os referidos direitos.

NOTA 9 - FORNECEDORES

	Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020
Fornecedores da construção do sistema de transmissão	11.134	51.350
Fornecedores de materiais e serviços	3.134	1.490
	14.268	52.840

NOTA 10 - GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, segue integralmente as regras do Fórum de Gerenciamento de Riscos da ENGIE Brasil Energia, sua controladora indireta. Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um destes fatores de risco:

a) Risco de mercado

Esse risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros aplicadas aos seus passivos, resultando em efeitos em suas despesas financeiras. A Companhia está exposta às variações do IPCA e ao CDI, em decorrência dos financiamentos e ações preferenciais resgatáveis contratados pela controlada direta.

A RAP da Companhia possui cláusula de reajuste inflacionário com a aplicação de IPCA, o que representa um *hedge* natural de longo prazo para os financiamentos.

A seguir é apresentada análise de sensibilidade preparada pela Companhia. O cenário-base provável para o ano de 2022 foi definido por meio destas premissas disponíveis no mercado (Fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil).

Risco de variação do índice	Cenário		Sensibilidade		
	Variação	Provável	Provável	Δ + 25%	Administração
IPCA	10,1%	5,0%	-5,1 p.p.	1,3 p.p.	-0,8 p.p.
CDI	9,2%	11,5%	2,3 p.p.	2,9 p.p.	-0,3 p.p.

A sensibilidade provável foi calculada com base nas variações entre os índices do ano de 2021 e os previstos no cenário provável para 2022, e demonstram os eventuais impac-

tos adicionais no resultado da Companhia. As demais sensibilidades apresentadas foram apuradas com base (i) na variação de 25%; e (ii) nas estimativas da Administração sobre o cenário projetado, as quais correspondem a avaliação da Administração de alterações razoavelmente possível nas taxas de juros e índices flutuantes para 2022. As variações que poderão impactar o resultado, e, conseqüentemente, o patrimônio líquido de 2022, em comparação com o ano de 2021, caso tais cenários se materializem, são estas:

	Saldos em		Sensibilidade	
	31.12.2021	Provável	Δ + 25%	Administração
Financiamentos				
IPCA	2.657.268	132.880	(33.222)	20.292
Ações preferenciais resgatáveis				
CDI	531.216	(12.536)	(16.402)	1.573

b) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida que proporcionem o retorno de capital aos seus investidores.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (ações preferenciais resgatáveis, financiamentos, deduzidos do caixa, do equivalente de caixa e dos depósitos em garantia vinculados às dívidas) e pelo patrimônio líquido, que inclui o capital social e as reservas de lucros. A relação da dívida líquida pelo patrimônio líquido foi esta:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Dívida	531.216	504.784	3.188.484	1.280.851
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(91)	(8.407)	(223.049)	(47.850)
Dívida líquida	531.125	496.377	2.965.435	1.233.001
Patrimônio líquido	349.925	491.380	349.925	491.380
Dívida líquida/Patrimônio líquido	1,5	1,0	8,5	2,5

c) Risco de crédito

As transações para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as aplicações financeiras. A Companhia prioriza a aplicação em títulos públicos, possuindo também política de determinação de limites de crédito para as instituições financeiras.

d) Risco de liquidez

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada anualmente com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

No demonstrativo a seguir apresenta-se o perfil previsto de liquidação dos principais passivos financeiros da Companhia registrados em 31.12.2021. Os valores foram determinados com base nos fluxos de caixa não descontados previstos, considerando a estimativa de amortização de principal e pagamento de juros futuros, quando aplicável. Para as dívidas com juros pós-fixados o valor foi obtido com base na curva de juros do encerramento do exercício.

	Controladora				
	Até 1 ano	De 2 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Ações preferenciais resgatáveis	-	235.819	163.693	484.337	883.849
	-	235.819	163.693	484.337	883.849
Consolidado					
	Até 1 ano	De 2 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	14.268	-	-	-	14.268
Ações preferenciais resgatáveis	-	235.819	163.693	484.337	883.849
Financiamentos	40.624	434.693	415.385	2.840.793	3.731.495
	54.892	670.512	579.078	3.325.130	4.629.612

e) Categoria dos instrumentos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020

Ativos financeiros				
Valor justo por meio do resultado				
Aplicações financeiras	9	8.293	221.276	47.538
Custo amortizado				
Caixa e depósitos bancários à vista	82	114	1.773	312
Depósitos vinculados	45.360	43.778	45.360	43.778
	45.451	52.185	268.409	91.628

Passivos financeiros

Custo amortizado				
Fornecedores	-	-	14.268	52.840
Financiamentos	-	-	2.657.268	776.067
Ações preferenciais resgatáveis	531.216	504.784	531.216	504.784
	531.216	504.784</		

f) Compromissos contratuais (covenants)

Divida	Covenants
BNDDES e BASA	ICSD ¹ ≥ 1,3

A apuração do ICSD deverá ser apresentada anualmente, a partir de 2023.

NOTA 12 - AÇÕES PREFERENCIAIS RESGATÁVEIS
A Administração da Companhia, em reunião realizada em 21.08.2020, aprovou a emissão de ações preferenciais resgatáveis, todas escriturais, sem valor nominal, sem direito a voto, com prioridade no recebimento de dividendos fixos, no montante total de R\$ 500.000. A emissão ocorreu em 01.09.2020. As ações dão direito de participar dos dividendos declarados e distribuídos pela Companhia de forma prioritária e cumulativa. A partir do semestre imediatamente posterior à entrada em operação do Sistema de Transmissão, os dividendos serão destinados semestralmente, não estando a Companhia obrigada a distribuir dividendos antes deste evento.

Os custos de emissão totalizaram R\$ 23.243 e foram custeados pela controladora indireta, ENGIE, nos termos da emissão.

A quantidade de ações preferenciais resgatáveis emitidas totaliza 95.446.379, subdivididas em 12 classes, com diferentes prazos de resgate, sendo o prazo de resgate da última classe 31.10.2034. Os valores de emissão e de resgate por ação, estão demonstrados a seguir:

	Valor de emissão por ação	Valor capitalizado por ação	Valor de reserva de capital por ação
Novo Estado			
Participações S.A.	5,2385	2,6192	2,6192

Para efeitos societários na Companhia, o valor total da emissão foi alocado parte como capital social integralizado, no montante de R\$ 250.000, e parte como reserva de capital, no montante de R\$ 250.000. Para efeitos de registro contábil, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, essa transação foi considerada como um instrumento financeiro, portanto, o valor total da emissão foi registrado como passivo não circulante. Não existem direitos diferenciados entre as ações preferenciais e ordinárias além da prioridade no recebimento de qualquer pagamento de proventos ou distribuições pela Companhia.

¹ Índice de cobertura do serviço da dívida: Geração de caixa da atividade / Serviço da dívida.

A mutação das ações preferenciais resgatáveis, no período, foi a que segue:

	Consolidado	Não circulante
Emissão de ações	500.000	
Juros	4.784	
Saldo em 31.12.2020	504.784	
Custo com emissão	(1.331)	
Juros	27.763	
Saldo em 31.12.2021	531.216	

a) Vencimentos das ações preferenciais resgatáveis apresentadas no passivo não circulante

	Consolidado
2023	44.268
2024	44.268
2025	44.268
2026	44.268
2027	44.268
2028 a 2032	221.340
2033 a 2034	88.536
Ações preferenciais resgatáveis	531.216

NOTA 13 - OBRIGAÇÕES FISCAIS E REGULATÓRIAS

	Consolidado	31.12.2021	31.12.2020
ICMS ¹	8.416	6.011	
ISSQN ²	4.194	3.911	
INSS ³	3.194	1.551	
PIS ⁴ e Cofins ⁵	170	9	
Outros	114	73	
	16.088	11.555	
(-) Tributos federais e estaduais a compensar	(98)	(165)	
	15.990	11.390	

(1) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.
(2) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza.
(3) Instituto Nacional do Seguro Social.
(4) Programa de Integração Nacional.
(5) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.

NOTA 14 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativo e passivo, estão apresentados de forma líquida, como segue:

Natureza dos créditos	Controladora			
	Base de cálculo	IR	CSLL	Total
				31.12.2021
Ativo:				31.12.2020
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	9.938	2.485	894	3.379
Ativo líquido	2.485	894	3.379	3.406

Natureza dos créditos	Consolidado			
	Base de cálculo	IR	CSLL	Total
				31.12.2021
Passivo:				31.12.2020
Receita de implementação de infraestrutura	2.864.398	716.100	257.796	973.896
Valor justo de direitos de projeto adquirido	236.021	59.005	21.242	80.247
Remuneração do ativo de contrato	462.325	115.581	41.609	157.190
Ativo:				
Custo de implementação de infraestrutura	3.042.405	760.601	273.816	1.034.417
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	311.445	77.861	28.030	105.891
Outros	22.460	5.615	2.021	7.636
(Passivo) líquido	(46.609)	(16.780)	(63.389)	(122.301)

b) Mutação do imposto de renda e da contribuição social diferidos, líquidos

	Controladora	Consolidado
Impostos diferidos no resultado	3.406	(39.572)
Impostos diferidos sobre mais valia de aquisição de controlada	-	(80.247)
Impostos diferidos de empresa de aquisição de controlada	-	(2.482)
Saldos em 31.12.2020	3.406	(122.301)
Impostos diferidos no resultado	(27)	58.912
Saldos em 31.12.2021	3.379	(63.389)

A realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos irá ocorrer a partir da entrada em operação comercial da infraestrutura de transmissão, prevista para ocorrer até 2023.

NOTA 15 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social
O capital social da Companhia, em 31.12.2021, era de R\$ 669.277 (R\$ 668.812 em 31.12.2020), dividido em 514.723.045 ações, todas escriturais e sem valor nominal, sendo 419.276.666 ações ordinárias e 95.446.379 ações preferenciais resgatáveis, totalmente subscritas e integralizadas e sem quaisquer Ônus, exceto pelas disposições previstas no Acordo de Acionistas.

A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total	%
ENGIE Transmissão de Energia Participações II S.A.	419.276.666	-	419.276.666	81,44
Itaú Unibanco S.A.	-	95.446.379	95.446.379	18,56
	419.276.666	95.446.379	514.723.045	100,0

b) Reserva de capital

A Companhia alocou o montante captado via emissão de ações preferenciais resgatáveis da seguinte forma: parte como capital social integralizado, no montante de R\$ 250.000, e parte como reserva de capital, no montante de R\$ 250.000. Mais informações vide Nota 12 – Ações preferenciais resgatáveis.

c) Reservas de lucros

A composição das reservas de lucros é demonstrada a seguir:

	31.12.2021	31.12.2020
Reserva legal	-	3.628
Reserva de retenção de lucros	-	68.940
	-	72.568

c.1) Reserva legal

Do lucro líquido do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social da Companhia. A referida reserva tem a finalidade de assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social. O saldo de 31.12.2020, no montante de R\$ 3.628, foi utilizado para compensação de parte do prejuízo de R\$ 141.920 apurado em 2021.

c.2) Reserva de retenção de lucros

O saldo de R\$ 68.940 foi utilizado para compensação de parte do prejuízo de R\$ 141.920 apurado em 2021.

d) Dividendos mínimos obrigatórios

O Acordo de Acionistas assinado na emissão das Ações Preferenciais Resgatáveis (Nota 12 – Ações preferenciais resgatáveis), indica que, a partir do semestre imediatamente posterior à entrada em operação do Sistema de Transmissão, os dividendos serão destinados semestralmente, não estando a NEP obrigada a distribuir dividendos antes deste evento. O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da lei das sociedades por ações.

NOTA 16 - RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada nas demonstrações dos resultados.

	Consolidado	
	2021	2020
Receita de construção de infraestrutura de transmissão	1.415.712	1.308.458
Remuneração de ativo de contrato	356.649	93.388
Operação e manutenção	74	-
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.772.435	1.401.846

NOTA 17 - CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS NO RESULTADO

	31.12.2021					
	Controladora			Consolidado		
	IR	CSLL	Total	IR	CSLL	Total
Resultado antes dos tributos	(141.851)	(141.851)	(141.851)	(200.791)	(200.791)	(200.791)
Alíquota nominal	-	-	-	25%	9%	34%
Despesa às alíquotas nominais	-	-	-	50.198	18.071	68.269
Diferenças permanentes						
Diferença de base tributada pelo lucro presumido	(46)	(23)	(69)	(6.906)	(2.492)	(9.398)
	(46)	(23)	(69)	43.292	15.579	58.871

Composição dos tributos no resultado

	IR	CSLL	Total	IR	CSLL	Total
Corrente	(26)	(16)	(42)	(25)	(16)	(41)
Diferido	(20)	(7)	(27)	43.317	15.595	58.912
	(46)	(23)	(69)	43.292	15.579	58.871

Alíquota efetiva

	IR	CSLL	Total	IR	CSLL	Total
	0,0%	0,0%	0,0%	21,6%	7,8%	29,3%

Em 2021, a NEP alterou o regime de tributação para Presumido (Real em 2020). A Novo Estado manteve o regime de tributação Real em 2021 e 2020.

31.12.2020

	Controladora			Consolidado		
	IR	CSLL	Total	IR	CSLL	Total
Resultado antes dos tributos	69.162	69.162	69.162	112.140	112.140	112.140
Alíquota nominal	25%	9%	34%	25%	9%	34%
Despesa às alíquotas nominais	(17.291)	(6.225)	(23.516)	(28.035)	(10.093)	(38.128)
Diferenças permanentes						
Equivalência patrimonial	20.991	7.557	28.548	-	-	-
Outras	(1.195)	(431)	(1.626)	(1.062)	(382)	(1.444)
	2.505	901	3.406	(29.097)	(10.475)	(39.572)

Composição dos tributos no resultado

	IR	CSLL	Total	IR	CSLL	Total
Diferido	2.505	901	3.406	(29.097)	(10.475)	(39.572)
	2.505	901	3.406	(29.097)	(10.475)	(39.572)

Alíquota efetiva

	IR	CSLL	Total	IR	CSLL	Total
	-3,6%	-1,3%	-4,9%	25,9%	9,3%	35,3%

NOTA 18 - SEGUROS

a) Riscos de engenharia

A Companhia mantém contratado seguro de risco de engenharia para os Sistemas de Transmissão Novo Estado, cujo limite para danos materiais é de R\$ 500.000.

b) Danos materiais e lucros cessantes

Em 2021, em virtude da solicitação de anuência da Aneel para a entrada em operação do Sistema de Transmissão Novo Estado, foi contratada apólice de riscos operacionais exclusiva para as subestações, abrangendo danos materiais e lucros cessantes, nos montantes totais de, respectivamente, R\$ 135.607 e R\$ 34.156. A vigência da apólice vai até 19.12.2022.

NOTA 19 - COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

A Companhia firmou contratos de construção das subestações e linhas de transmissão cujos compromissos futuros, em 31.12.2021, eram de R\$ 592.990.

(Nominata de assinaturas das Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2021, da Novo Estado Participações S.A.)

DIRETORIA EXECUTIVA

Eduardo Antonio Gori Sattamini Diretor Presidente	Marcelo Carsoso Malta Diretor Administrativa e Financeira
José Luiz Jansson Laydner Diretor Técnico-Operacional	

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Paulo Roberto Keller de Negreiros
Contador - CRC RS 068193/O-2 T-SC

PARA ANUNCIAR LIGUE
48 3212 4104

MANDE E-MAIL:
opec@ndmais.com.br



NOVO ESTADO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ Nº 29.411.968/0001-92 | NIRE Nº 42 3 0005082-2

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

O Produto Interno Bruto (PIB) teve crescimento de 4,6%, a alta praticamente compensa o decréscimo de 4,1% observado em 2020.

A atividade econômica brasileira iniciou uma recuperação, ainda que ligeiramente abaixo da esperada. A inflação elevada, com pior resultado desde 2015, gerou impacto sobre o crescimento, com a deterioração do poder de compra das famílias. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) apresentou variação de 10,1%, enquanto o Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC) registrou, no acumulado do ano, 10,2%.

As incertezas trazidas pela pandemia e seus desdobramentos também influenciaram o mercado financeiro. A taxa básica de juros (Selic) atingiu 9,2%, alta de 7,2 p.p. no exercício de 2021, enquanto o dólar (Plax) bateu a marca de R\$ 5,58 – a moeda americana estava cotada em R\$ 5,19 ao fim de 2020.

4. Implantação

Ao final de 2021, o avanço geral do projeto Novo Estado estava em 91,5%. As obras estão em andamento, tendo atingido 92% das fundações das torres concluídas, 79% da montagem e 56% do lançamento dos cabos condutores das linhas de transmissão. No mês de dezembro foi concluído o comissionamento das Subestações Serra Pelada e Itacaiúnas e da linha de transmissão Serra Pelada – Itacaiúnas. Esse conjunto de ativos foi operado em 19 de dezembro, iniciando a operação comercial parcial do projeto.

Já a linha de transmissão Serra Pelada – Miracema, tem previsão de entrada em operação no primeiro trimestre de 2022. Para a linha de transmissão Xingu – Serra Pelada, a previsão de entrada em operação é no quarto trimestre de 2022.

5. Recursos Humanos

A Companhia contava ao final de 2021 com 72 colaboradores, 2,9% a mais que os 70 existentes em 2020.

a) Desempenho econômico-financeiro Principais indicadores (expressos em milhares de reais)

Indicadores de resultado	31.12.2021	31.12.2020	Variação (R\$)
Receita operacional líquida	1.772.435	1.409.572	362.863
Custos operacionais	(1.663.493)	(1.245.960)	(417.533)
Resultado do serviço (EBIT)	106.090	163.359	(57.269)
EBITDA (Lajida)	106.090	163.359	(57.269)
Resultado financeiro	(279.443)	(34.175)	(245.268)
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício	(114.413)	85.508	(199.921)

b) Comentários sobre o desempenho econômico-financeiro

A Companhia é a responsável primária pela construção e instalação da infraestrutura relacionada à concessão de transmissão do Sistema de Transmissão Novo Estado e está

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	Nota	31.12.2021	31.12.2020
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	12	1.772.435	1.409.572
Custos operacionais			
Custos de implementação de infraestrutura		(1.663.493)	(1.245.960)
		(1.663.493)	(1.245.960)
LUCRO BRUTO		108.942	163.612
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas		(2.852)	(253)
		(2.852)	(253)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		106.090	163.359
Resultado financeiro			
Renda de aplicações financeiras		8.028	3.320
Juros sobre financiamentos	8	(110.229)	(13.980)
Varição monetária sobre financiamentos	8	(167.023)	(20.148)
Outras despesas financeiras, líquidas		(10.219)	(3.367)
		(279.443)	(34.175)
(PREJUÍZO) LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		(173.353)	129.184
Imposto de renda e contribuição social			
Diferido	10	58.940	(43.676)
		58.940	(43.676)
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(114.413)	85.508
(PREJUÍZO) LUCRO POR AÇÃO (EM REAIS)		(0,17151)	0,12970

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	Nota	Reservas de lucros		Total
		Capital social	Reserva de retenção de lucros	
Saldos em 31.12.2019 (não auditado)	11	127.044	1.781	1.015
Aumento de capital		532.208	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	85.508
Destinações propostas à AGO:				
- Reserva legal		-	4.275	(4.275)
- Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	(20.308)
- Reserva de retenção de lucros		-	60.925	(60.925)
Saldos em 31.12.2020	11	659.252	6.056	61.940
Aumento de capital		7.850	-	-
Prejuízo do exercício		-	-	(114.413)
Absorção do prejuízo com reservas		-	(6.056)	(61.940)
Saldos em 31.12.2021	11	667.102	-	(46.417)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Novo Estado Transmissora de Energia S.A. ("Novo Estado" ou "Companhia"), com sede no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina (SC), foi constituída em 03.01.2018, com prazo de duração indeterminado. A Companhia tem como objeto social a transmissão de energia elétrica, podendo participar, como sócia, quotista ou acionista, de outras sociedades no setor de energia e de consórcios de empresas.

Em 15.12.2017, a Companhia arrematou no Leilão de Transmissão nº 02/2017, promovido pela Aneel, o Lote 3, localizado nos estados do Pará e Tocantins, que totaliza, aproximadamente, 1.800 km de extensão de linhas de transmissão. A Receita Anual Permitida (RAP) contratada no leilão foi R\$ 313.100, a valores de 11.08.2017.

O prazo da concessão, incluindo a construção, a montagem, a operação e a manutenção das instalações de transmissão será de 30 anos, contados da data de assinatura do referido contrato, ocorrida em 08.03.2018, e o prazo limite para início da operação comercial é 09.03.2023.

Em 23.12.2021, a Companhia obteve autorização do ONS para o início da operação comercial parcial, o que caracteriza o marco inicial da operação deste projeto. A expectativa de entrada em operação comercial total está prevista para dezembro de 2022.

Adicionalmente, durante o ano de 2021, em função do andamento da implantação de Novo Estado, verificou-se a necessidade de incremento do valor de investimento inicialmente previsto, bem como a postergação da entrada em operação total do projeto. Diante disso, em 2021, foi reconhecido o montante de R\$ 289 milhões referente à perda por ineficiência na construção da infraestrutura de Novo Estado (em 2020 foi reconhecido ganho de R\$ 39 milhões).

Em 2021 e 2020, os administradores da Companhia renunciaram ao direito de receber qualquer remuneração. A administração da Companhia é conduzida pela controladora indireta, ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia").

Pandemia provocada pelo novo coronavírus

Os anos de 2020 e de 2021 foram marcados pelos efeitos da pandemia da Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus, que impactou a economia mundial. Em decorrência disto, foram tomadas medidas restritivas no sentido de determinar o distanciamento social e o fechamento de estabelecimentos comerciais, além da paralisação da indústria. As restrições impostas pelo isolamento social trouxeram efeitos importantes na atividade de diversos setores, na renda das famílias e nos investimentos no país. Na medida em que a situação da pandemia foi melhorando e, com isso, as restrições às atividades econômicas gradativamente reduzidas, houve evolução em diferentes regiões e segmentos de negócios.

No ano de 2021, bem como em 2020, a Companhia não apurou impactos significativos decorrentes da pandemia em suas demonstrações contábeis. Adicionalmente, considerando que não haja o agravamento da pandemia e a retomada da atividade econômica aos níveis anteriores continue, a Companhia não estima efeitos significativos em seu resultado.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base na continuidade operacional e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), sendo utilizado o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, e o real como moeda funcional.

Essas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Senhores Acionistas,

A Administração da Novo Estado Transmissora de Energia S.A. ("Novo Estado" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. As informações estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando especificado em contrário, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

1. Perfil Institucional

Sediada no município de Florianópolis (SC), Novo Estado é uma sociedade anônima cujo objeto social é a construção, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica localizadas nos estados do Pará e Tocantins, conforme previsto no Contrato de Concessão nº 02/2017-Aneel Lote 03, as quais deverão entrar em operação no prazo limite de 09.03.2023. O prazo de concessão será de 30 anos, contados a partir da data da assinatura do contrato de concessão (10.02.2017). A Receita Anual Permitida (RAP) contratada é de R\$ 313,1 milhões (valor nominal).

Descritivo – Contrato de Concessão de Transmissão nº 02/2017-Aneel

Linhas de Transmissão	Comprimento aproximado (km)	Voltagem (kV)
Xingu – Serra Pelada (circuito 1)	443,0	500
Xingu – Serra Pelada (circuito 2)	443,0	500
Serra Pelada – Miracema (circuito 1)	415,0	500
Serra Pelada – Miracema (circuito 2)	415,0	500
Serra Pelada – Itacaiúnas	115,0	500
Total	1.831,0	

Subestação	Voltagem	Transformadores	Área
Serra Pelada	500/√3 kV	9x60 MVA = 1.620 MVA	808.400 m²

2. Controle Acionário

A Novo Estado Transmissora é controlada pela Novo Estado Participações S.A., que é controlada indiretamente pela ENGIE Brasil Energias S.A. Sediada em Florianópolis, a ENGIE Brasil Energia é uma plataforma de investimento em infraestrutura em energia, atuante nas atividades de geração, comercialização, trading e transmissão de energia. Atua ainda no segmento de transporte de gás, por meio de participação na Transportadora Associada de Gás S.A. – TAG, em conjunto com outros sócios.

3. Ambiente Macroeconômico

O segundo ano da pandemia da Covid-19 foi, em linhas gerais, marcado pela recuperação do crescimento econômico e alta inflação – uma constante observada no Brasil e no mundo.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	31.12.2021	31.12.2020
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	222.958	39.443
Estoques		13.315	-
Ativo de contrato	5	170.154	-
Outros ativos circulantes		3.515	923
		409.942	40.366
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo			
Ativo de contrato	5	2.906.591	1.593.863
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	13.477	-
Outros ativos não circulantes		31	13
		2.920.099	1.593.876
Imobilizado			
		512	-
		2.920.611	1.593.876
TOTAL		3.330.553	1.634.242
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores	6	14.268	52.840
Dividendos	11	20.489	20.489
Financiamentos	8	39.289	4.563
Obrigações fiscais e regulatórias	9	15.975	11.386
Outros passivos circulantes		1.868	749
		91.889	90.027
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Financiamentos	8	2.617.979	771.504
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	-	45.463
		2.617.979	816.967
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11		
Capital social		667.102	659.252
Reservas de lucros		-	67.996
Prejuízos acumulados		(46.417)	-
		620.685	727.248
TOTAL		3.330.553	1.634.242

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	31.12.2021	31.12.2020
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(114.413)	85.508
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	(114.413)	85.508

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Novo Estado Transmissora de Energia S.A. ("Novo Estado" ou "Companhia"), com sede no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina (SC), foi constituída em 03.01.2018, com prazo de duração indeterminado. A Companhia tem como objeto social a transmissão de energia elétrica, podendo participar, como sócia, quotista ou acionista, de outras sociedades no setor de energia e de consórcios de empresas.

Em 15.12.2017, a Companhia arrematou no Leilão de Transmissão nº 02/2017, promovido pela Aneel, o Lote 3, localizado nos estados do Pará e Tocantins, que totaliza, aproximadamente, 1.800 km de extensão de linhas de transmissão. A Receita Anual Permitida (RAP) contratada no leilão foi R\$ 313.100, a valores de 11.08.2017.

O prazo da concessão, incluindo a construção, a montagem, a operação e a manutenção das instalações de transmissão será de 30 anos, contados da data de assinatura do referido contrato, ocorrida em 08.03.2018, e o prazo limite para início da operação comercial é 09.03.2023.

Em 23.12.2021, a Companhia obteve autorização do ONS para o início da operação comercial parcial, o que caracteriza o marco inicial da operação deste projeto. A expectativa de entrada em operação comercial total está prevista para dezembro de 2022.

Adicionalmente, durante o ano de 2021, em função do andamento da implantação de Novo Estado, verificou-se a necessidade de incremento do valor de investimento inicialmente previsto, bem como a postergação da entrada em operação total do projeto. Diante disso, em 2021, foi reconhecido o montante de R\$ 289 milhões referente à perda por ineficiência na construção da infraestrutura de Novo Estado (em 2020 foi reconhecido ganho de R\$ 39 milhões).

Em 2021 e 2020, os administradores da Companhia renunciaram ao direito de receber qualquer remuneração. A administração da Companhia é conduzida pela controladora indireta, ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia").

Pandemia provocada pelo novo coronavírus

Os anos de 2020 e de 2021 foram marcados pelos efeitos da pandemia da Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus, que impactou a economia mundial. Em decorrência disto, foram tomadas medidas restritivas no sentido de determinar o distanciamento social e o fechamento de estabelecimentos comerciais, além da paralisação da indústria. As restrições impostas pelo isolamento social trouxeram efeitos importantes na atividade de diversos setores, na renda das famílias e nos investimentos no país. Na medida em que a situação da pandemia foi melhorando e, com isso, as restrições às atividades econômicas gradativamente reduzidas, houve evolução em diferentes regiões e segmentos de negócios.

No ano de 2021, bem como em 2020, a Companhia não apurou impactos significativos decorrentes da pandemia em suas demonstrações contábeis. Adicionalmente, considerando que não haja o agravamento da pandemia e a retomada da atividade econômica aos níveis anteriores continue, a Companhia não estima efeitos significativos em seu resultado.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base na continuidade operacional e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), sendo utilizado o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, e o real como moeda funcional.

Essas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

exposta aos riscos e benefícios dessa construção. Desta forma, com base nas práticas contábeis vigentes, a Companhia reconhece receita de implementação de infraestrutura de transmissão, ao longo da implantação, em montante correspondente aos custos de construção adicionados de uma margem bruta residual, destinada a cobrir os custos relacionados com a gestão da construção. Os gastos incorridos na construção estão reconhecidos no custo da infraestrutura de transmissão.

Receita operacional líquida: acréscimo de R\$ 362.863, referente, principalmente, à elevação de R\$ 260.590 na remuneração do ativo de contrato; e R\$ 102.199 correspondente ao incremento na receita de construção – ambos consequência da evolução na execução das obras de construção do Sistema de Transmissão Novo Estado. Adicionalmente, a receita de remuneração de infraestrutura de transmissão também é impactada pela variação do IPCA. **Custos operacionais:** aumento de R\$ 417.533, referente, principalmente, ao aumento de R\$ 327.398 de perdas por ineficiência na construção e de acréscimo de R\$ 90.135 no custo de implementação de infraestrutura de transmissão.

Lucro bruto, resultado do serviço e Ebitda: os decréscimos são oriundos, substancialmente, dos efeitos promovidos pelas perdas por ineficiência na construção em 2021, parcialmente atenuados pelo impacto da remuneração do ativo de contrato.

Resultado financeiro: acréscimo motivado pelas liberações de financiamento com o banco BASA e com o BNDES em 2021 para financiamento das obras de implementação do Sistema de Transmissão Novo Estado e aumento em função da atualização monetária em virtude, principalmente, do acréscimo dos índices inflacionários.

(Prejuízo) Lucro líquido do exercício: motivado pelos efeitos anteriormente citados, bem como os respectivos reflexos nos tributos sobre o lucro.

7. Direitos dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária tem direito de voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária; de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido ajustado; de fiscalizar a administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

8. Serviços de Auditoria

A Companhia informa que os auditores independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, não prestaram serviços não relacionados à auditoria independente em 2021.

9. Agradecimentos

A Administração da Novo Estado agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e a todos aqueles que contribuíram para o desempenho da Companhia no ano de 2021. A Administração

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO) PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	31.12.2021	31.12.2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
(Prejuízo) Lucro antes dos tributos sobre o lucro	(173.353)	129.184
Conciliação do resultado com o caixa das operações:		
Remuneração do ativo de contrato	(356.649)	(96.059)
Juros sobre financiamentos	110.229	13.980
Varição monetária sobre financiamentos	167.023	20.148
Resultado antes dos tributos ajustado	(252.750)	67.253
(Aumento) redução nos ativos		
Ativo de contrato	(1.166.449)	(1.287.555)
Estoques	(13.315)	-
Outros ativos	(2.535)	(3.731)
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	1.644	(2)
Outras obrigações fiscais e regulatórias	4.345	11.152
Outros passivos	1.288	(22.047)
Caixa utilizado pelas operações	(1.427.772)	(1.234.930)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-	(2)
Pagamento de juros sobre financiamentos	(36.082)	-
Caixa líquido utilizado pelas atividades operacionais	(1.463.854)	(1.234.932)
Atividades de investimento		
Aplicação no imobilizado	(512)	-

Revisão e Normas impactadas	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 19 Pronunciamentos Técnicos CPC 15 (R1) – Combinação de negócios, CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, CPC 27 – Ativo imobilizado, CPC 29 – Ativo biológico e produto agrícola, CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade e CPC 48 – Instrumentos financeiros. Pronunciamento Técnico CPC nº 50	01.01.2022	Sem impactos relevantes
Este Pronunciamento vem substituir a norma atualmente vigente sobre Contratos de seguro (CPC 11).	01.01.2023	Não aplicável à Companhia

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	
	31.12.2021 / 31.12.2020
Caixa e depósitos bancários à vista	1.691 / 198
Aplicações financeiras	221.267 / 39.245
	222.958 / 39.443

As aplicações financeiras da Companhia estão concentradas, substancialmente, no fundo exclusivo Energy Renda Fixa Fundo de Investimento Exclusivo (FIE), cuja gestão é feita pelo Banco Santander. O fundo tem como política a alocação do seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco, tendo, em 31.12.2021, 100% de sua carteira em ativos com risco do Governo Brasileiro, todos com liquidez diária. A rentabilidade média do fundo nos anos de 2021 e 2020 foi de cerca de 99,0% e 98,7% do CDI (taxa referencial dos Certificados de Depósitos Interbancários), respectivamente.

NOTA 5 - ATIVO DE CONTRATO
Em 15.12.2017, a Companhia arrematou o Lote 3 do Leilão de Transmissão nº 002/2017, promovido pela Aneel, localizado nos estados do Pará e Tocantins, que totaliza, aproximadamente, 1.800 km de extensão de linhas de transmissão. A RAP desta concessão é de R\$ 313.100, com deságio de 35,73% em relação à receita máxima determinada pela Aneel, de R\$ 488.145. O CAPEX nominal estimado do projeto, em 31.12.2021, era de R\$ 3,2 bilhões.

a) Ganho (perda) por eficiência (ineficiência) na implementação de infraestrutura de transmissão
No decorrer da obra e da energização do projeto, esperam-se impactos positivos ou negativos em função de eventos como: (i) atrasos e custos adicionais por questões ambientais; (ii) variação dos custos das commodities, uma vez que cabos e estruturas são adquiridos diretamente pela Companhia; (iii) custos adicionais de servidão e negociações fundiárias; (iv) eventuais imprevistos de terraplanagem; e (v) antecipação de prazos de energização. Alterações no projeto que afetem sua lucratividade, devem ser reconhecidas diretamente no resultado.

No exercício corrente, foi reconhecido o montante de R\$ 288.660 referente à perda por ineficiência na construção da infraestrutura (em 2020 foi reconhecido ganho de R\$ 38.738). A perda reconhecida foi motivada, substancialmente, pelo aumento do CAPEX previsto para a implantação do Sistema de Transmissão, bem como da postergação da entrada em operação comercial de cada etapa do projeto.

Premissas	Novo Estado
Margem de construção	2,24%
Margem de operação e manutenção	55,55%
Taxa de remuneração	7,79%
RAP anual, líquida de encargos (valor nominal)	313.100
RAP anual – Construção (valor nominal)	270.416
Índice de correção dos contratos	IPCA
Custo de construção incorrido até 31.12.2021	2.792.484
Estimativa para entrada total em operação comercial	12.2022
Data da próxima Revisão Tarifária Periódica	03.2023
Vigência do contrato de concessão	03.2048

c) Mutação do ativo de contrato	
	31.12.2019 (Não auditado) / 31.12.2020
Saldo em 31.12.2019 (Não auditado)	145.553
Custo de construção de infraestrutura de transmissão	1.284.698
Margem de construção de infraestrutura de transmissão	28.815
Ganho por eficiência na construção	38.738
Juros	33.477
Variação monetária	62.582
Saldos em 31.12.2020	1.593.863
Custo de construção de infraestrutura de transmissão	1.374.833
Margem de construção de infraestrutura de transmissão	40.879
Perdas por ineficiência na construção	(288.660)
Juros	160.732
Variação monetária	195.917
Recebimentos RAP construção	(819)
Saldos em 31.12.2021	3.076.745

Classificação no balanço patrimonial
Ativo circulante 170.154
Ativo não circulante 2.906.591
3.076.745

Em 2021, o Sistema de Transmissão Novo Estado teve sua entrada em operação comercial parcial autorizadas pela ONS, o que representou, aproximadamente, 4% de sua capacidade total.

NOTA 6 - FORNECEDORES	
	31.12.2021 / 31.12.2020
Fornecedores da construção do sistema de transmissão	11.134 / 51.350
Fornecedores de materiais e serviços	3.134 / 1.490
	14.268 / 52.840

NOTA 7 - GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS
A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, segue integralmente as regras do Fórum de Gerenciamento de Riscos da ENGIE Brasil Energia, sua controladora indireta. Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um destes fatores de risco:

a) Risco de mercado
Esse risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros aplicadas aos seus passivos, resultando em efeitos em suas despesas financeiras. A Companhia está exposta às variações do IPCA, em decorrência dos financiamentos contratados.
A RAP da Companhia possui cláusula de reajuste inflacionário com a aplicação de IPCA, o que representa um hedge natural de longo prazo para os financiamentos.
A seguir é apresentado análise de sensibilidade preparada pela Companhia. O cenário -base provável para o ano de 2022 foi definido por meio destas premissas disponíveis no mercado (Fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil).

Risco de variação do índice	Cenário Provável		Sensibilidade		
	2021	2022	Provável	Δ + 25%	Administração
IPCA	10,1%	5,0%	-5,1 p.p.	1,3 p.p.	-0,8 p.p.

A sensibilidade provável foi calculada com base nas variações entre os índices do ano de 2021 e os previstos no cenário provável para 2022, e demonstram os eventuais impactos adicionais no resultado da Companhia. As demais sensibilidades apresentadas foram apuradas com base (i) na variação de 25%; e (ii) das estimativas da Administração sobre o cenário projetado, as quais correspondem a avaliação da Administração de alteração razoavelmente possível nas taxas de juros e índices flutuantes para 2022. As variações que poderão impactar o resultado, e, consequentemente, o patrimônio líquido de 2022, em comparação com o ano de 2021, caso tais cenários se materializem, são estas:

Financiamentos	Sensibilidade		
	Saldos em 31.12.2021	Provável	Δ + 25%
IPCA	2.657.268	132.880	(33.222)

b) Risco de gerenciamento de capital
A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida que proporcionem o retorno de capital aos seus investidores.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (financiamentos, deduzidos do caixa, do equivalente de caixa e dos depósitos em garantia vinculados às dívidas) e pelo patrimônio líquido, que inclui o capital social e as reservas de lucros. A relação da dívida líquida pelo patrimônio líquido foi esta:

	31.12.2021	31.12.2020
Dívida	2.657.268	776.067
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(222.958)	(39.443)
Dívida líquida	2.434.310	736.624
Patrimônio líquido	620.685	727.248
Dívida líquida/Patrimônio líquido	3,9	1,0

c) Risco de crédito
As transações para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as aplicações financeiras. A Companhia prioriza a aplicação em títulos públicos, possuindo também política de determinação de limites de crédito para as instituições financeiras.

d) Risco de liquidez
A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada anualmente com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

No demonstrativo a seguir apresenta-se o perfil previsto de liquidação dos principais passivos financeiros da Companhia registrados em 31.12.2021. Os valores foram determinados com base nos fluxos de caixa não descontados previstos, considerando a estimativa de amortização de principal e pagamento de juros futuros, quando aplicável. Para as dívidas com juros pós-fixados o valor foi obtido com base na curva de juros do encerramento do exercício.

	Até 1 ano	De 2 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	14.268	-	-	-	14.268
Financiamento	40.624	434.693	415.385	2.840.793	3.731.495
	54.892	434.693	415.385	2.840.793	3.745.763

e) Categoria dos instrumentos financeiros		31.12.2021	31.12.2020
Ativos financeiros			
Valor justo por meio do resultado			
Aplicações financeiras		221.267	39.245
Custo amortizado			
Caixa e depósitos bancários à vista		1.691	198
		222.958	39.443
Passivos financeiros			
Custo amortizado			
Fornecedores		14.268	52.840
Financiamentos		2.657.268	776.067
		2.671.536	828.907

As aplicações financeiras estão avaliadas pelos preços cotados em mercado ativo (Nível 1).

NOTA 8 - FINANCIAMENTOS
Em junho de 2020, a Companhia contratou financiamento com o BNDES, no valor de R\$ 1.710.000. Até 31.12.2021, foi liberado o montante de R\$ 910.459 com o BNDES. Em agosto de 2020, a Companhia contratou financiamento com o Banco da Amazônia S.A. (BASA), no valor de R\$ 800.000, em substituição a parcela (no mesmo valor) do crédito contratado junto ao BNDES. Em 2021, ocorreram as primeiras liberações deste financiamento no montante de R\$ 729.628 (R\$ 729.572, líquidos dos custos de captação). Os recursos destes financiamentos foram destinados ao financiamento da construção do sistema de transmissão.

a) Composição		31.12.2021	31.12.2020
	Circulante	Não circulante	Total
BNDES	11.768	1.906.245	1.918.013
BASA	5.569	711.734	717.303
Encargos	21.952	-	21.952
	39.289	2.617.979	2.657.268

b) Mutação dos financiamentos		31.12.2021	31.12.2020
	Circulante	Não circulante	Total
Ingressos	-	741.939	741.939
Juros	13.980	-	13.980
Variação monetária	20.148	-	20.148
Transferências	(29.565)	29.565	-
Saldos em 31.12.2020	4.563	771.504	776.067
Ingressos	-	1.640.031	1.640.031
Juros	110.229	-	110.229
Variação monetária	167.023	-	167.023
Transferências	(206.444)	206.444	-
Amortização de juros	(36.082)	-	(36.082)
Saldos em 31.12.2021	39.289	2.617.979	2.657.268

c) Vencimentos do financiamento apresentado no passivo não circulante		Valor
2023		121.876
2024		121.876
2025		121.876
2026		121.876
2027		121.876
2028 a 2032		609.380
2033 a 2037		609.380
2038 a 2042		609.380
2043 a 2044		180.459
		2.617.979

d) Condições contratadas		Condições de pagamento	Saldo em 31.12.2021
Encargos	Vencimento	Principal e encargos	
BNDES	IPCA + 4,67% a.a.	Mensais, a partir de novembro de 2022	1.923.600
BASA	IPCA + 1,4452% a.a.	Mensais, a partir de novembro de 2022	733.668

e) Garantias
As garantias contratadas são as seguintes: (a) penhor da totalidade das ações representativas do capital social; (b) recebíveis e contas reservas; (c) cessão dos direitos emergentes da concessão; e (d) fiança bancária e/ou fiança corporativa da ENGIE Brasil Energia.

f) Compromissos contratuais (covenants)	
Dívida	Covenants
BNDES e BASA	ICSD ¹ ≥ 1,3

A apuração do ICSD deverá ser apresentada anualmente, a partir de 2023.

NOTA 9 - OBRIGAÇÕES FISCAIS E REGULATÓRIAS		31.12.2021	31.12.2020
ICMS ¹		8.416	6.011
ISSQN ²		4.194	3.911
INSS ³		3.194	1.551
PIS ⁴ e Cofins ⁵		170	9
Outros		99	69
		16.073	11.551
(-) Tributos federais e estaduais a compensar		(98)	(165)
		15.975	11.386

(1) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.
(2) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza.
(3) Instituto Nacional do Seguro Social.
(4) Programa de Integração Nacional.
(5) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.
¹ Índice de cobertura do serviço da dívida: Geração de caixa da atividade / Serviço da dívida

NOTA 10 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS
O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativo e passivo, estão apresentados de forma líquida, como segue:

Natureza dos créditos	31.12.2021				31.12.2020
	Base de cálculo	IR	CSLL	Total	Total
Ativo:					
Custo de construção de infraestrutura de transmissão	3.042.405	760.601	273.816	1.034.417	507.164
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	311.445	77.861	28.030	105.891	-
Outros	12.516	3.129	1.126	4.255	1.581
Passivo:					
Receita de construção de infraestrutura de transmissão	2.864.398	716.100	257.796	973.896	516.245
Remuneração de ativo de contrato	462.325	115.581	41.609	157.190	37.963
		9.910	3.567	13.477	(45.463)

A realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos irá ocorrer a partir da entrada em operação comercial da infraestrutura de transmissão, prevista para ocorrer até 2023.

A mutação do imposto de renda e da contribuição social diferidos, líquidos, se deu como segue:

	31.12.2019 (Não auditado)	(1.787)
Impostos diferidos no resultado	(43.676)	
(Passivo) em 31.12.2020	(45.463)	
Impostos diferidos no resultado	58.940	
Ativo em 31.12.2021	13.477	

NOTA 11 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO
a) Capital social
O capital social da Companhia, em 31.12.2021, era de R\$ 667.102 (R\$ 659.252 em 31.12.2020), representado por 667.101.762 ações ordinárias (659.251.762 em 31.12.2020), todas nominativas e sem valor nominal, pertencentes à Novo Estado Participações S.A.

O aumento de capital ocorrido no ano de 2021 decorre de aportes feitos pela controladora para viabilizar a implementação do Sistema de Transmissão Novo Estado.

b) Reservas de lucros
A composição das reservas de lucros é demonstrada a seguir:

	31.12.2021	31.12.2020
Reserva legal	-	6.056
Reserva de retenção de lucros	-	61.940
		67.996

b.1) Reserva legal
Do lucro líquido do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social da Companhia. A referida reserva tem a finalidade de assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social. O saldo de 31.12.2020, no montante de R\$ 6.056, foi utilizado para compensação de parte do prejuízo de R\$ 114.413 apurado em 2021.

b.2) Reserva de retenção de lucros
O saldo de R\$ 61.940 foi utilizado para compensação de parte do prejuízo de R\$ 114.413 apurado em 2021.

c) Dividendos mínimos obrigatórios
O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da lei das sociedades por ações. Em 31.12.2020 foi distribuído o montante de R\$ 20.308.

NOTA 12 - CONCILIAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA
A tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada nas demonstrações dos resultados.

	2021	2020
Receita de construção de infraestrutura de transmissão	1.415.712	1.313.513
Remuneração de ativo de contrato	356.649	96.059
Operação e manutenção	74	-
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.772.435	1.409.572

NOTA 13 - CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS, NO RESULTADO		2021	2020
	IR	CSLL	Total
Resultado antes dos tributos	(173.353)	(173.353)	(173.353)
Alíquota nominal	25%	9%	34%
Despesa às alíquotas nominais	43.338	15.602	58.940
Diferenças permanentes			
Outras	-	-	181
	43.338	15.602	58.940
	(32.115)	(11.561)	(43.676)
Composição dos tributos no resultado	43.338	15.602	58.940
Diferido	(32.115)	(11.561)	(43.676)
	43.338	15.602	58.940
Alíquota efetiva	25%	9%	34%

NOTA 14 - COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO
A Companhia firmou contratos de construção das subestações e linhas de transmissão cujos compromissos futuros, em 31.12.2021, eram de R\$ 592.990.

NOTA 15 - SEGUROS
a) Riscos de engenharia
A Companhia mantém contratado seguro de risco de engenharia para os Sistemas de Transmissão Novo Estado, cujo limite para danos materiais é de R\$ 500.000.

b) Danos materiais e lucros cessantes
Em 2021, em virtude da solicitação de anulação da Aneel para a entrada em operação do Sistema de Transmissão Novo Estado, foi contratada apólice de riscos operacionais exclusiva para as subestações, abrangendo danos materiais e lucros cessantes, nos montantes totais de, respectivamente, R\$ 135.607 e R\$ 34.156. A vigência da apólice vai até 19.12.2022.

UMBURANAS PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ Nº 33.464.233/0001-02 | NIRE Nº 42 3 0004856-9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da Umburanas Participações S.A. (Companhia) tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31.12.2021. As informações estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

1. Perfil Institucional

A Companhia é uma *holding* que detém o controle das Sociedades de Propósito Específico (SPE) que compõem o Conjunto Eólico Umburanas I ("Conjunto"). A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) autorizou a exploração do Conjunto, o qual possui potência instalada de 360,0 MW e capacidade comercial de 213,3 MW médios. O Conjunto está localizado entre os municípios de Umburanas e Sento Sé, Estado da Bahia, e é composto por 18 Centrais Eólicas (Centrais).

Central Eólica	Capacidade Instalada (MW)	Garantia Física (MWm)	Data de entrada em operação comercial
Umburanas 1	25,0	16,2	24.04.2019
Umburanas 2	25,0	16,6	08.04.2019
Umburanas 3	20,0	11,1	10.04.2019
Umburanas 5	17,5	10,5	30.03.2019
Umburanas 6	20,0	13,3	21.03.2019
Umburanas 8	25,0	15,4	06.02.2019
Umburanas 9	17,5	10,1	13.03.2019
Umburanas 10	20,0	11,9	19.03.2019
Umburanas 11	15,0	8,2	21.02.2019
Umburanas 13	20,0	10,9	08.03.2019
Umburanas 15	20,0	11,3	08.04.2019
Umburanas 16	25,0	16,1	06.02.2019
Umburanas 17	22,5	13,3	06.02.2019
Umburanas 18	7,5	4,8	15.03.2019
Umburanas 19	25,0	13,3	22.02.2019
Umburanas 21	22,5	12,6	04.01.2019
Umburanas 23	15,0	8,4	13.03.2019
Umburanas 25	17,5	9,3	01.03.2019
TOTAL	360,0	213,3	

Umburanas Participações não tem empregados e sua administração é realizada pela controladora indireta ENGIE Brasil Energia S.A., que cobra os seus honorários mediante

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	Nota	ATIVO		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
		Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
ATIVO CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.989	1.980	198.713	102.362
Clientes	5	-	-	30.797	30.693
Dividendos a receber		6.728	6.462	-	-
Outros ativos circulantes		13	-	2.480	5.018
		8.730	8.442	231.990	138.073
ATIVO NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo					
Depósitos vinculados ao serviço da dívida	6	-	-	39.068	31.920
Outros ativos não circulantes		-	-	2.407	46
		-	-	41.475	31.966
Investimento	7	340.570	374.386	-	-
Imobilizado	8	-	-	1.465.942	1.525.357
Intangível		-	-	387	387
Direito de uso de arrendamentos	12	-	-	29.601	37.195
		340.570	374.386	1.537.405	1.594.905
TOTAL		349.300	382.828	1.769.395	1.732.978
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
PASSIVO CIRCULANTE					
Fornecedores	9	-	3	11.996	10.298
Dividendos	13	10.090	10.090	-	-
Financiamentos	11	-	-	77.206	69.528
Arrendamentos a pagar	12	-	-	3.304	4.004
Ressarcimentos às distribuidoras	14	-	-	696	-
Outros passivos circulantes		1	-	3.881	1.672
		10.091	10.093	107.173	95.592
PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Financiamentos	11	-	-	1.197.343	1.146.620
Arrendamentos a pagar	12	-	-	28.539	34.663
Provisão para desmobilização		-	-	85.798	77.342
Ressarcimentos às distribuidoras	14	-	-	11.333	6.026
		-	-	1.323.013	1.264.651
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13				
Capital social		297.345	297.345	297.345	297.345
Reservas de lucros		41.864	75.390	41.864	75.390
		339.209	372.735	339.209	372.735
TOTAL		349.300	382.828	1.769.395	1.732.978

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

contrato de prestação de serviços e reembolso das despesas com o pessoal diretamente alocado nas Centrais.

2. Controle Acionário

A totalidade do capital social de Umburanas Participações pertence à ENGIE Brasil Energias Complementares Participações Ltda, uma *holding* controlada pela ENGIE Brasil Energia. Sediada em Florianópolis, a ENGIE Brasil Energia é uma plataforma de investimento em infraestrutura em energia, atuante nas atividades de geração, comercialização, *trading*, transmissão de energia elétrica. Atua ainda no segmento de transporte de gás, por meio de participação na Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG, em conjunto com outros sócios.

3. Ambiente Macroeconômico

O segundo ano da pandemia da Covid-19 foi, em linhas gerais, marcado pela recuperação do crescimento econômico e alta inflação – uma constante observada no Brasil e no mundo. O Produto Interno Bruto (PIB) teve crescimento de 4,6%. A alta compensa o decréscimo de 4,1% observado em 2020.

A atividade econômica brasileira iniciou uma recuperação, ainda que ligeiramente abaixo da esperada. A inflação elevada, com pior resultado desde 2015, gerou impacto sobre o crescimento, com a deterioração do poder de compra das famílias. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) apresentou variação de 10,1%, enquanto o Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC) registrou, no acumulado do ano, 10,2%.

As incertezas trazidas pela pandemia e seus desdobramentos também influenciaram o mercado financeiro. A taxa básica de juros (Selic) atingiu 9,2%, alta de 7,2 p.p. no exercício de 2021, enquanto o dólar (Ptax) bateu a marca de R\$ 5,58 – a moeda americana estava cotada em R\$ 5,19 ao fim de 2020.

4. Desempenho Operacional

O Conjunto atingiu em 2021 uma geração total bruta de 1.642,9 GWh, desempenho 0,9% superior ao observado em 2020, que foi de 1.628,3 GWh. O índice de disponibilidade de 2021, considerando-se as paradas programadas, foi de 92,3%, 2,7 p.p. abaixo dos 94,9% obtidos em 2020.

5. Desempenho Econômico-Financeiro

a) Principais indicadores (expressos em milhares de reais)

Indicadores de resultado	Consolidado			
	2021	2020	Variação (R\$)	Variação %
Receita operacional líquida	284.999	253.634	31.365	12,4
Lucro bruto	162.739	152.283	10.456	6,9
Margem bruta	57,1%	60,0%		(2,9 p.p.)

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	14	-	-	284.999	253.634
Custos da energia vendida					
Depreciação e amortização	8/12	-	-	(60.651)	(60.983)
Serviços de terceiros		-	-	(32.372)	(13.358)
Encargos de uso da rede elétrica e de conexão		-	-	(16.080)	(13.594)
Custo de energia elétrica comprada para revenda e transações realizadas na CCEE		-	-	(3.234)	(5.246)
Outros		-	-	(9.923)	(8.170)
		-	-	(122.260)	(101.351)
LUCRO BRUTO				162.739	152.283
Despesas operacionais					
Desp. com vendas, gerais e administrativas		(50)	(58)	(1.846)	(2.339)
Resultado de participações societárias - Equivalência patrimonial	7	(33.550)	42.532	-	-
(PREJ.) LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		(33.600)	42.474	160.893	149.944
Resultado financeiro					
Rendimentos de aplicações financeiras		79	9	6.729	1.222
Rendimentos de depósitos vinculados ao serviço da dívida		-	-	1.466	553
Juros e variação monetária sobre financiamentos	11	-	-	(179.129)	(99.876)
Juros e variação monetária sobre provisão para desmobilização		-	-	(8.456)	(3.838)
Juros sobre arrendamentos, líquidos de PIS e Cofins	12	-	-	(2.854)	(4.197)
Outras despesas financeiras, líquidas		-	-	(674)	(1.325)
		79	9	(182.918)	(107.461)
(PREJ.) LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS		(33.521)	42.483	(22.025)	42.483
Imposto de renda e contribuição social correntes	15				
Imposto de renda		(3)	-	(7.559)	-
Contribuição social		(2)	-	(3.942)	-
		(5)	-	(11.501)	-
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(33.526)	42.483	(33.526)	42.483

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(33.526)	42.483	(33.526)	42.483
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		(33.526)	42.483	(33.526)	42.483

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Umburanas Participações S.A. ("Companhia" ou "Umburanas Participações") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina (SC) e foi constituída em 24.04.2019, com prazo de duração indeterminado. A Companhia tem como objeto social a participação, como *holding*, no capital de outras Companhias, quer como acionista ou sócia, ou em consórcios. Atualmente, a Umburanas Participações é controladora das seguintes empresas, as quais compõem o Conjunto Eólico Umburanas:

Denominação	Antiga denominação	Capacidade de Instalação (MW)	Garantia Física (MWm)	Participação no capital integralizado e votante (%)	Ambiente de contratação
Umburanas 1	Umburanas 1	25	16,2	99,99	Livre
Umburanas 2	Umburanas 2	25	16,6	99,99	Livre
Umburanas 3	Umburanas 3	20	11,1	99,99	Livre
Umburanas 5	Umburanas 4	17,5	10,5	99,99	Livre
Umburanas 6	Umburanas 5	20	13,3	99,99	Livre
Umburanas 8	Umburanas 6	25	15,4	99,99	Livre
Umburanas 9	Umburanas 7	17,5	10,1	99,99	Livre
Umburanas 10	Umburanas 8	20	11,9	99,99	Livre
Umburanas 11	Umburanas 9	15	8,2	99,99	Livre
Umburanas 13	Umburanas 10	20	10,9	99,99	Livre
Umburanas 15	Umburanas 11	20	11,3	99,99	Livre
Umburanas 16	Umburanas 12	25	16,1	99,99	Livre
Umburanas 17	Umburanas 14	22,5	13,3	99,99	Regulado
Umburanas 18	Umburanas 13	7,5	4,8	99,99	Livre
Umburanas 19	Umburanas 15	25	13,3	99,99	Regulado
Umburanas 21	Umburanas 16	22,5	12,6	99,99	Regulado
Umburanas 23	Umburanas 18	15	8,4	99,99	Regulado
Umburanas 25	Bela Vista XV	17,5	9,3	99,99	Regulado
		360	213,3		

(1) As informações não financeiras contidas nessas demonstrações contábeis como MW, MW médio, potência instalada, entre outros, não são auditadas pelos auditores independentes.

As eólicas controladas pela Companhia compõem o Consórcio Umburanas, o qual é responsável pela operação, manutenção e exploração da subestação e parte da linha de transmissão utilizada em suas operações. Os ativos, os passivos, as receitas e as despesas desses consórcios são reconhecidos diretamente nas demonstrações contábeis da consorciada, com base nas respectivas participações nos consórcios.

A Companhia não possui colaboradores e os seus administradores renunciaram ao direito de receber qualquer remuneração. A administração da Companhia é conduzida pela controladora indireta, ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia"), que cobra pela prestação de serviços e solicita reembolso das despesas incorridas com pessoal diretamente dedicado às atividades das usinas.

Resultado do serviço (Ebit)	160.893	149.944	10.949	7,3
Ebitda (Lajida)*	221.544	210.927	10.617	5,0
Margem Ebitda (Lajida)	77,7%	83,2%		(5,4 p.p.)
Resultado financeiro	(182.918)	(107.461)	(75.457)	70,2
Lucro líquido do exercício	(33.526)	42.483	(76.009)	(178,9)

* Ebitda (Lajida): (prejuízo) lucro líquido + imposto de renda e contribuição social + resultado financeiro + depreciação e amortização

b) Principais indicadores (expressos em milhares de reais)

Receita operacional líquida: o aumento decorreu: (i) da atualização monetária dos contratos de venda de energia elétrica; e (ii) da alteração no regime de tributação da Companhia, que passou de Lucro Real em 2020 para Lucro Presumido em 2021, e em consequência disso, alterou também o PIS e COFINS, que passou do regime não cumulativo para o regime cumulativo.

Resultado financeiro: o aumento decorreu, principalmente, do efeito da variação monetária sobre os financiamentos, que são vinculados ao IPCA e acompanharam a volatilidade do índice no ano de 2021.

Lucro líquido do exercício: Redução motivada, substancialmente, pelos efeitos sobre o resultado financeiro citados anteriormente, o qual foi parcialmente atenuado pelo incremento das receitas no ano.

6. Direitos dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária tem direito de voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária; de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades Anônimas; de fiscalizar a administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

7. Serviços de Auditoria

A Companhia informa que os auditores independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, não prestaram serviços não relacionados à auditoria independente em 2021.

8. Agradecimentos

A Administração de Umburanas Participações agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e todos aqueles que contribuíram para o desempenho no ano de 2021. A Administração

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO) PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Resultado antes dos tributos		(33.521)	42.483	(22.025)	42.483
Conciliação do lucro com o caixa das operações:					
Juros e variação monetária sobre financiamentos		-	-	179.129	99.876
Depreciação e amortização		-	-	60.651	60.983
Juros sobre arrendamentos, líquidos de PIS e Cofins		-	-	2.854	4.197
Resultado de participações societárias		33.550	(42.532)	-	-
Outros		-	-	6.885	3.973
Resultado antes dos tributos ajustado		29	(49)	227.494	211.512
Aumento (redução) nos ativos					
Contas a receber de clientes		-	-	(104)	2.271

Esses investimentos são avaliados pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis da controladora e consolidados integralmente para fins de apresentação das demonstrações contábeis consolidadas.

c) Imobilizado

É registrado ao custo de aquisição ou construção. Os juros e os demais encargos financeiros dos financiamentos, durante o período de construção, foram computados como custo do respectivo imobilizado. O valor presente do custo esperado para desmobilização de um ativo após seu uso, quando aplicável, é incluído no custo do respectivo ativo. Os custos dos ativos imobilizados são deduzidos da depreciação acumulada, a qual é calculada pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas dos bens.

d) Avaliação do valor de recuperação do imobilizado – Impairment

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, os bens do ativo imobilizado com a finalidade de identificar evidências que possam levar a perdas de valores não recuperáveis das respectivas unidades geradoras de caixa, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa provisão para perda (*impairment*) é reconhecida no resultado do exercício.

e) Direito de uso de arrendamentos

Os direitos de uso de arrendamentos, inicialmente, compreendem o passivo de arrendamento acrescido dos pagamentos antecipados. Esses ativos são depreciados com base na vigência dos contratos de arrendamento e avaliados no que se refere a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*). Adicionalmente, são ajustados por qualquer nova reavaliação dos passivos de arrendamento.

f) Arrendamentos a pagar

Os arrendamentos a pagar são inicialmente mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos futuros, descontado pela taxa incremental de financiamento. Posteriormente, o passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva e remensurado (com correspondente ajuste no direto de uso relacionado) quando há alteração nos pagamentos futuros motivada por atualizações monetárias ou alteração nas taxas de desconto. Adicionalmente, a Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamentos de curto prazo, ou seja, arrendamentos de ativos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início, e de ativos de baixo valor individual, os quais são reconhecidos como despesa ao longo do prazo do arrendamento.

g) Provisão para desmobilização

Os custos de desmobilização das usinas pertencentes às controladas da Companhia são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para cumprir a obrigação, utilizando fluxos de caixa esperados, com base na melhor estimativa na data de reporte, e são reconhecidos em contrapartida dos custos do correspondente ativo. A atualização financeira da provisão é reconhecida na demonstração do resultado conforme incorrido. A provisão é revisada anualmente e quaisquer ajustes de estimativa são efetuados em contrapartida do custo do ativo.

h) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição. As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridos.

i) Transações entre partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, as quais são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

j) Receita de contrato com cliente

A receita é mensurada com base na contraprestação precificada no contrato com o cliente, pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos incidentes sobre ela.

A receita é reconhecida conforme os contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida mensalmente, dado que o cliente simultaneamente recebe e consome os benefícios fornecidos pela Companhia, consequentemente, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que a energia é efetivamente entregue ao cliente.

k) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados de acordo com as bases tributárias, considerando as normas e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações contábeis.

l) Operações controladas em conjunto

Os ativos, passivos, receitas e despesas relativas à participação no Consórcio Campo Largo (entidade sem personalidade jurídica) são reconhecidos diretamente nas demonstrações contábeis da Companhia, não se fazendo necessário, portanto, nenhum procedimento de consolidação dessas operações.

m) Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas

Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações contábeis. Para apurar essas estimativas, a Administração utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando, ainda, pressupostos relativos a eventos futuros.

As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas relativas, principalmente, (i) à definição de vida útil do ativo imobilizado; (ii) ao teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração; (iii) à provisão para desmobilização da Usina; e (iv) à estimativa da taxa incremental de arrendamentos.

n) Novas normas, alterações e interpretações

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu revisões às normas existentes, aplicáveis a partir de 01.01.2021. A relação destas revisões aplicáveis e adotadas pela Companhia e respectivos impactos é apresentada a seguir:

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº17 17 Pronunciamentos Técnicos CPC 06 (R2) – Arrendamentos, CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação e CPC 48 – Instrumentos financeiros.	11.02.2021	01.01.2021	Sem impactos relevantes
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 18 Pronunciamentos Técnicos CPC 06 (R2) - Arrendamentos - Benefícios relacionados à Covid-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento – prorrogação.	11.06.2021	Vigência estabelecida pelos órgãos reguladores que o aprovarem.	Sem impactos relevantes
o) Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes A partir de 01.01.2022, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia:			
Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação (Brasil)/ Status	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 19 CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, CPC 27 – Ativo imobilizado, CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade e CPC 48 – Instrumentos financeiros.	01.10.2021	01.01.2022	Sem impactos relevantes
Pronunciamento Técnico CPC nº 50 Este Pronunciamento vem substituir a norma atualmente vigente sobre Contratos de seguro (CPC 11).	07.05.2021	01.01.2023	Não aplicável à Companhia

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Caixa e depósitos bancários à vista	16	11	4.936	4.812
Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa	1.973	1.969	193.777	97.550
	1.989	1.980	198.713	102.362

A Companhia é participante do Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa de sua controladora indireta, ENGIE Brasil Energia, concentrando suas aplicações financeiras neste fundo. As operações realizadas pelo fundo possuem liquidez imediata, são remuneradas pela Selic e estão lastreadas em títulos públicos federais. A rentabilidade média do fundo nos anos de 2021 e 2020 foi de cerca de 99,0% e 98,7% do CDI (taxa referencial dos Certificados de Depósitos Interbancários), respectivamente.

NOTA 5 – CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020
ENGIE Comercializadora Varejista de Energia Ltda. ("ECV")	17.818	10.887
Distribuidoras	11.352	16.824
ENGIE Brasil Energia Comercializadora Ltda. ("EBC")	1.215	1.216
Transações realizadas na CCEE¹	412	1.766
	30.797	30.693

(1) Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

A Companhia, por intermédio de suas controladas, comercializou parte de sua energia no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), em leilão A-5, de 28.11.2014, pelo prazo de 20 anos. Em 31.12.2021, o montante de R\$ 38 estava vencido (R\$ 3 em 31.12.2020). A Companhia vem acompanhando a realização dos recebíveis, através de suas controladas, e até o momento, não identificou necessidade de constituição de provisões para perdas.

NOTA 6 – DEPÓSITOS VINCULADOS AO SERVIÇO DA DÍVIDA

Em 31.12.2021, a Companhia mantinha no consolidado, R\$ 39.068 (R\$ 31.920 em 31.12.2020) relativos a garantias vinculadas aos contratos de financiamentos. Essas garantias visam assegurar o pagamento dos serviços de dívida com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), bem como das despesas de operação e manutenção, e são constituídas pelo montante equivalente a 3 meses do serviço da dívida e das despesas contratuais de operação e de manutenção, respectivamente.

NOTA 7 – INVESTIMENTOS

a) Mutação dos investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial

	Controladora								
	Saldos em 31.12.2019	Aumento de capital	Redução de capital	Dividendos	Equivalência patrimonial	Saldos em 31.12.2020	Dividendos	Equivalência patrimonial	Saldos em 31.12.2021
Umburanas 1	117.013	-	(84.734)	-	2.899	35.178	-	(2.380)	32.798
Umburanas 2	20.403	2.142	(2.290)	(19)	4.636	24.872	-	(885)	23.987
Umburanas 3	16.530	4.681	(688)	-	931	21.454	-	(3.601)	17.853
Umburanas 5	13.295	2.041	(1.071)	-	1.938	16.203	-	(1.902)	14.301
Umburanas 6	17.704	-	(2.005)	-	3.601	19.300	-	(744)	18.556
Umburanas 8	21.158	1.653	-	(777)	3.271	25.305	-	(2.197)	23.108
Umburanas 9	14.518	941	(1.100)	-	1.400	15.759	-	(2.521)	13.238
Umburanas 10	16.942	1.884	-	(454)	1.910	20.282	-	(2.503)	17.779
Umburanas 11	11.020	3.171	-	(158)	667	14.700	-	(2.659)	12.041
Umburanas 13	15.267	3.830	-	(198)	833	19.732	-	(3.741)	15.991
Umburanas 15	13.858	5.039	-	(329)	1.386	19.954	-	(3.100)	16.854
Umburanas 16	19.367	3.868	-	(1.024)	4.310	26.521	-	(1.046)	25.475
Umburanas 17	17.997	3.202	-	(1.018)	4.288	24.469	(226)	954	25.197
Umburanas 18	4.972	2.156	-	(228)	962	7.862	-	(667)	7.195
Umburanas 19	17.361	6.232	-	(766)	3.227	26.054	-	(2.468)	23.586
Umburanas 21	17.896	3.273	-	(542)	2.281	22.908	-	(3.573)	19.335
Umburanas 23	10.351	4.049	-	(587)	2.470	16.283	(40)	167	16.410
Umburanas 25	12.091	4.299	-	(362)	1.522	17.550	-	(684)	16.866
	377.743	52.461	(91.888)	(6.462)	42.532	374.386	(266)	(33.550)	340.570

b) Informação das subsidiárias, relativas ao exercício findo em 31.12.2021

	31.12.2021						
	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro (prejuízo) líquido	Participação (%)
Umburanas 1	46.256	136.313	103.515	32.798	20.383	(2.380)	99,99
Umburanas 2	24.809	123.185	99.198	23.987	20.890	(885)	99,99
Umburanas 3	29.532	95.545	77.692	17.853	13.968	(3.601)	99,99
Umburanas 5	21.323	81.771	67.470	14.301	13.214	(1.902)	99,99
Umburanas 6	22.093	97.340	78.784	18.556	16.736	(744)	99,99
Umburanas 8	23.400	119.899	96.791	23.108	19.382	(2.197)	99,99
Umburanas 9	24.655	81.025	67.787	13.238	12.707	(2.521)	99,99
Umburanas 10	19.254	97.372	79.593	17.779	14.968	(2.503)	99,99
Umburanas 11	14.400	71.161	59.120	12.041	10.321	(2.659)	99,99
Umburanas 13	19.391	94.240	78.249	15.991	13.721	(3.741)	99,99
Umburanas 15	19.200	94.962	78.108	16.854	14.214	(3.100)	99,99
Umburanas 16	23.545	123.366	97.891	25.475	20.259	(1.046)	99,99
Umburanas 17	21.395	116.282	91.085	25.197	21.241	954	99,99
Umburanas 18	7.230	37.274	30.079	7.195	6.045	(667)	99,99
Umburanas 19	23.956	127.608	104.022	23.586	20.119	(2.468)	99,99
Umburanas 21	21.409	112.479	93.144	19.335	17.684	(3.573)	99,99
Umburanas 23	14.591	77.027	60.617	16.410	14.005	167	99,99
Umburanas 25	16.609	86.847	69.981	16.866	15.143	(684)	99,99

NOTA 8 – IMOBILIZADO

a) Composição

	Consolidado						
	31.12.2021			31.12.2020			
	Taxa média de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Em serviço							
Edificações e benfeitorias	3,49%	27.258	(2.917)	24.341	27.304	(1.928)	25.376
Máquinas e equipamentos	3,64%	1.608.579	(167.268)	1.441.311	1.608.266	(108.386)	1.499.880
		1.635.837	(170.185)	1.465.652	1.635.570	(110.314)	1.525.256
Em curso		290	-	290	101	-	101
		1.636.127	(170.185)	1.465.942	1.635.671	(110.314)	1.525.357

b) Mutação do ativo imobilizado

	Consolidado			
	31.12.2021		31.12.2020	
	Máquinas e equipamentos	Edificações e benfeitorias	Em curso	Total
Saldos em 31.12.2019	1.557.426	26.844	530	1.584.800
Ingressos	-	-	961	961
Reversão de provisão	-	-	(614)	(614)
Transferências	1.248	(472)	(776)	-
Baixas	(17)	-	-	(17)
Depreciação	(58.777)	(996)	-	(59.773)
Saldos em 31.12.2020	1.499.880	25.376	101	1.525.357
Ingressos	-	-	486	486
Transferências	343	(46)	(297)	-
Baixas	(30)	-	-	(30)
Depreciação	(58.882)	(989)	-	(59.871)
Saldos em 31.12.2021	1.441.311	24.341	290	1.465.942

c) Provisão para desmobilização

Em 2019, a Companhia, através de suas controladas, reconheceu em seu imobilizado as provisões dos custos decorrentes das desmobilizações de seus parques eólicos, com base no valor presente dos fluxos de caixa esperados para o cumprimento das obrigações de retirada dos ativos e de restauração dos locais ao final dos prazos de autorização. A taxa real de desconto utilizada para o cálculo do valor presente foi de 3,59%, baseado nas taxas de títulos públicos com vencimento similar ao do término das autorizações. O saldo da provisão para desmobilização registrada no passivo não circulante consolidado em 31.12.2021 era de R\$ 85.798 (R\$ 77.342 em 31.12.2020), a variação do saldo é decorrente dos juros e variação monetária de R\$ 8.456 registrada no resultado do exercício de 31.12.2021 (R\$ 3.838 em 31.12.2020).

d) Autorizações das eólicas

Autorizações	Detentor (a) da autorização	Capacidade de instalação (MW)	Garantia física (MW médios)	Data do ato	Vencimento
EOL Umburanas 1-3,5-6,9-11,13,15-16,18	Umburanas Eólicas	234	142	08.2014	08.2049
EOL Umburanas 8	Umburanas Eólicas	25	15	10.2014	10.2049
EOL Umburanas 17	Umburanas Eólicas	22	13	07.2015	07.2050
EOL Umburanas 19, 21, 23 e 25	Umburanas Eólicas	80	44	08.2015	08.2050

NOTA 9 – FORNECEDORES

	Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020
Fornecedores de imobilizado	7.404	7.277
Fornecedores de materiais e serviços	3.026	1.627
Encargos de uso da rede elétrica	1.465	1.253
Energia elétrica comprada	101	141
	11.996	10.298

NOTA 10 – GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, segue integralmente as regras do Fórum de Gerenciamento de Riscos da ENGIE Brasil Energia, sua controladora indireta. Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um destes fatores de risco:

a) Risco de mercado

Esse risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros aplicadas aos seus passivos, resultando em efeitos em suas despesas financeiras. A Companhia está exposta às variações

a) Direito de uso de arrendamentos

A mutação do direito de uso de arrendamentos está apresentada a seguir:

	Consolidado	
Saldo em 31.12.2019	47.801	
Remensuração	(9.382)	
Depreciação	(1.224)	
Saldo em 31.12.2020	37.195	
Remensuração	(6.819)	
Depreciação	(775)	
Saldo em 31.12.2021	29.601	

b) Arrendamentos a pagar

	Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31.12.2019	4.947	43.347	48.294
Remensuração	(901)	(8.481)	(9.382)
Juros	4.492	-	4.492
Transferências	203	(203)	-
Amortizações	(4.737)	-	(4.737)
Saldos em 31.12.2020	4.004	34.663	38.667
Remensuração	-	(6.819)	(6.819)
Juros	2.882	-	2.882
Transferências	(695)	695	-
Amortizações	(2.887)	-	(2.887)
Saldos em 31.12.2021	3.304	28.539	31.843

Os arrendamentos a pagar foram mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos futuros. A taxa de desconto utilizada para cálculo do valor presente foi de 10,2% e representa a taxa incremental de financiamento.

c) Vencimentos dos arrendamentos a pagar apresentados no passivo não circulante

	Consolidado	
2023	2.736	
2024	2.483	
2025	2.253	
2026	2.044	
2027 a 2030	6.452	
2031 a 2035	5.228	
2036 em diante	7.343	
	28.539	

d) Pagamentos de arrendamentos de alugueis variáveis

No exercício findo em 31.12.2021, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 1.202 (R\$ 71 em 31.12.2020), referente a custos relacionados ao pagamento de alugueis variáveis.

NOTA 13 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia em 31.12.2021 e 31.12.2020 era de R\$ 297.345, representado por 297.345.239 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, das quais 297.345.238 pertencem à controladora ENGIE Brasil Energias Complementares Participações Ltda. e 1 pertence à ENGIE Brasil Energia.

b) Reserva legal

Do lucro líquido do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social da Companhia. A referida reserva tem a finalidade de assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social.

c) Reserva de retenção de lucros

A reserva é constituída com base em orçamento de capital, com a finalidade de financiar os investimentos no parque gerador da Companhia.

Em razão dos prejuízos apurados na maior parte das controladas no ano de 2021, não houve montante destinado às reservas. Por conseguinte, os resultados apurados no exercício corrente foram integralmente absorvidos pelos saldos das reservas de retenção de lucros e reserva legal.

d) Dividendos mínimos obrigatórios

A política de dividendos da Companhia estabelece que seus acionistas tenham direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do

lucro líquido ajustado do exercício. A distribuição de dividendos dos exercícios de 2021 e 2020 estão apresentadas a seguir:

	31.12.2021	31.12.2020
Base de cálculo dos dividendos ajustada		
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(33.526)	42.483
Reserva legal	-	(2.124)
(Prejuízo) lucro líquido do exercício ajustado para fins de dividendos	(33.526)	40.359
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	-	(10.090)
Total dos dividendos anuais	-	(10.090)

NOTA 14 – CONCILIAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada nas demonstrações dos resultados.

	Consolidado	
	2021	2020
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
ENGIE Comercializadora Varejista de Energia Ltda. ("ECV")	204.263	193.155
Distribuidoras	75.111	74.629
ENGIE Brasil Energia Comercializadora Ltda. ("EBC")	13.647	10.006
Transações no mercado de curto prazo	2.775	1.697
	295.796	279.487

DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL

PIS e Cofins (10.797) (25.853)

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA 284.999 253.634

Em 2021, as receitas auferidas às distribuidoras foram reduzidas pelo reconhecimento de R\$ 5.783 (R\$ 2.770 em 2020), relativos ao mecanismo de ressarcimento previsto nos contratos de energia elétrica firmados no ACR, líquidos de PIS e Cofins. Tal reconhecimento foi feito em contrapartida da rubrica "Ressarcimentos às distribuidoras", a qual, em 31.12.2021, apresentava saldo de R\$ 696 (R\$ 0 em 31.12.2020) no passivo circulante e R\$ 11.333 (R\$ 6.026 em 31.12.2020) no passivo não circulante.

NOTA 15 – CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS, NO RESULTADO

No exercício de 2020 a Companhia apurou os impostos sobre o lucro pelo regime de lucro real, entretanto, a partir de 01.01.2021 optou pelo regime de tributação do lucro presumido. Por este motivo, não é possível conciliar os tributos, no resultado, de maneira comparativa:

a) Lucro presumido

	Controladora		Consolidado	
	2021	2021	2021	2021
Receita operacional bruta				
% de presunção do lucro	8%	12%	8%	12%
Lucro presumido sobre a receita operacional			23.664	35.496
Receita financeira	80	80	8.367	8.367
Outras	(68)	(60)	(1.796)	(60)
Base de cálculo	12	20	30.235	43.803
Aliquotas	25%	9%	25%	9%
	(3)	(2)	(7.559)	(3.942)

b) Lucro real

	Controladora		Consolidado	
	2020	2020	2020	2020
Resultado antes dos tributos	42.483	42.483	42.483	42.483
Aliquotas	25%	9%	25%	9%
Despesa às alíquotas nominais	(10.621)	(3.823)	(10.621)	(3.823)
Diferenças permanentes				
Depreciação incentivada	10.633	3.828	11.488	4.135
Outras	(12)	(5)	(867)	(312)
	-	-	-	-

NOTA 16 – COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

a) Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST)

Para o uso do sistema de transmissão e da rede básica, a Companhia, por meio de suas controladas, mantém contratos com o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS. Os contratos têm vigência até o término das autorizações dos parques eólicos. Em 31.12.2021, o valor das obrigações futuras provenientes destes contratos totalizava R\$ 445.598.

b) Contrato de Operação e Manutenção (O&M)

A Companhia, por meio de suas controladas, mantém contratos de operação e manutenção, vigentes até 2029. Os valores contratados são atualizados, anualmente, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O compromisso futuro, na data base 31.12.2021, era de R\$ 419.124.

c) Venda de energia

A Companhia possui contratos de venda de energia de longo prazo, firmados em decorrência do leilão A-5, promovido pela Aneel em 28 de novembro de 2014, pelo prazo de 20 anos. O compromisso futuro dos contratos com distribuidoras, advindos deste leilão, em 31.12.2021, é de R\$ 1.379.818.

NOTA 17 – SEGUROS

A Companhia é participante da apólice de seguro internacional de danos à propriedade e interrupção de negócios – *Property Damage and Business Interruption* (PDBI) – do programa de seguros de sua controladora indireta ENGIE Brasil Energia. O Conjunto Eólico Umburanas participa da referida apólice no montante de R\$ 1.500.645 para danos materiais e R\$ 403.342 para lucros cessantes. A vigência do seguro vai até 31.05.2022.

NOTA 18 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Prestação de serviços administrativos e financeiros

A Companhia mantém contrato com a sua controladora indireta ENGIE Brasil Energia, vigente a partir do início de suas operações, com duração de quatro anos, cujo objeto é a prestação de serviços administrativos e financeiros. Os valores contratados são reajustados anualmente pela variação do INPC.

b) Venda de energia entre partes relacionadas

Vendedor	Comprador	Vencimento	Índice de atualização anual	Data base de reajuste	Compromisso futuro Base 31.12.2021
Conjunto Eólico Umburanas	ECV	2036	IPCA	Janeiro	2.163.287
Conjunto Eólico Umburanas	EBC	2038	IPCA	Janeiro e Dezembro	180.438

Mais informações sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis da Companhia estão apresentados na Nota 5 – Contas a receber de clientes e Nota 14 – Conciliação da receita operacional líquida.

NOTA 19 – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA

As principais transações complementares ao fluxo de caixa foram as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2020
Transações que não envolveram caixa e equivalentes de caixa				
Compensação de imposto retido na fonte	(2)	(1.296)	-	-
Reversão de provisão de imobilizado	-	-	-	(614)
Remensuração e adoção inicial – IFRS 16/CPC 06 (R2)	-	(6.819)	-	(9.382)
Fornecedores de imobilizado	-	(127)	-	2.106

(Nominata de assinaturas das Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2021, da Umburanas Participações S.A.)

DIRETORIA EXECUTIVA

José Luiz Jansson Laydner
Diretor Executivo

Paulo Roberto Keller de Negreiros
Diretor Administrativo e Financeiro

Sérgio Roberto Maes
Diretor Técnico-Operacional

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Gabriela Kowalski Oliveira de Mattos
Contadora - CRC SC 034594/O-0

CATARINENSE ENGENHARIA AMBIENTAL S.A. CNPJ: 03.720.956/0001-56

Balço Patrimonial (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			Demonstrações do Resultado (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			Demonstrações dos Fluxos de Caixa (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)		
N.E.	Controladora		N.E.	2021 2020		N.E.	Controladora	
	2021	2020		2021	2020		2021	2020
ATIVO								
CIRCULANTE								
Caixa e equivalentes de caixa	8	6.076	1.473					
Contas a receber de clientes	9	2.581	3.161					
Estoques		2.141	2.169					
Outros créditos		490	171					
Impostos a recuperar		372	198					
Total do ativo circulante		11.660	7.172					
NÃO CIRCULANTE								
Ativo fiscal diferido	16	882	676					
Contas a receber de clientes	9	308	-					
		1.190	676					
Imobilizado	10	28.774	25.119					
Intangível		1	1					
		28.775	25.120					
Total do ativo não circulante		29.965	25.796					
TOTAL DO ATIVO		41.625	32.968					
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO								
CIRCULANTE								
Fornecedores	11	1.625	1.631					
Partes relacionadas	11	34	-					
Empréstimos e financiamentos	12	23	-					
Dividendos		2.169	555					
Salários, benefícios e encargos sociais	13	959	1.005					
Impostos, taxas e contribuições		278	383					
Imposto de renda e contribuição social	16	16	-					
Outros passivos		4	2					
Total do passivo circulante		5.108	3.576					
NÃO CIRCULANTE								
Exigível a longo prazo:		-	-					
Fornecedores e outras contas a pagar	11	-	-					
Mútuos a pagar a partes relacionadas		-	-					
Empréstimos e financiamentos	12	5.800	-					
Impostos, taxas e contribuições		23	23					
Provisões Contingenciais	14	199	184					
Provisões para fechamento de aterro		7.349	6.733					
Total do passivo não circulante		13.371	6.940					
PATRIMÔNIO LÍQUIDO								
Capital social	15	2.800	2.800					
Reserva de retenção de lucros	15	20.344	19.652					
Reserva especial de ágio		-	-					
Outros resultados abrangentes		2	-					
Patrimônio líquido dos controladores		23.146	22.452					
Patrimônio líquido total		41.625	32.968					
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		41.625	32.968					

Notas explicativas às demonstrações financeiras (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Sociedade é controlada em conjunto por Essencis Soluções Ambientais S/A, Cesbe Participações S.A., Empreiteira Fortunato Ltda. e Alape Empreendimentos e Participações Ltda., com participação de 54%, 25%, 17% e 4% respectivamente.

2. Base de preparação: As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

3. Moeda funcional e moeda de apresentação: Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. Uso de estimativas e julgamentos: Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

5. Base de mensuração: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado mensurados pelo valor justo.

6. Principais políticas contábeis: A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **a. Receita:** A receita deve ser reconhecida quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e esses benefícios possam ser confiavelmente mensurados. O momento da transferência dos riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda ou prestação de serviços. **Receita de serviços prestados - Resíduos:** As receitas com transações relacionadas à prestação de serviços de tratamento e gerenciamento e destinação final de resíduos públicos e privados são reconhecidas com base em medições (pesagem, metragem ou tempo de duração) do trabalho executado, de acordo com o regime de competência, com base nos valores definidos e acordados em contrato. **b. Receitas financeiras e despesas financeiras:** A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos. As despesas financeiras compreendem despesas de juros sobre empréstimos, financiamento e descontos concedidos. **c. Imobilizado: i) Reconhecimento e mensuração:** Os bens do imobilizado são reconhecidos pelo custo histórico de aquisição ou custo de construção, menos a depreciação acumulada e provisão de perda pelo valor recuperável (impairment). Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. **ii) Custos subsequentes:** Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. **iii) Depreciação:** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. Os ativos são amortizados de acordo com as toneladas dispostas. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **d. Provisões:** As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os efeitos do desconto a valor presente são reconhecidos no resultado como despesa financeira. **i) Provisão para urbanização de aterro:** Representa o provisionamento dos custos de fechamento e pós-fechamento das áreas ocupadas com resíduos até as datas dos balanços, em conformidade o IAS 37 (CPC 25). **e. Benefícios a empregados: i) Previdência privada:** Aos empregados que aderiram ao plano, a Companhia provê um plano de previdência privada. Trata-se de um plano multipatrocinado, na modalidade de contribuição definida, que conta também com contribuições dos beneficiários. Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada. A Companhia não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior. A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando incorridas. **ii) Participação nos lucros:** A Companhia reconhece uma provisão e uma despesa de participação nos resultados de empregados e administradores (que também são empregados) com base no cumprimento de metas operacionais de desempenho e de qualidade dos serviços prestados, conforme previsto nos acordos coletivos de trabalho firmados com sindicatos, bem como pela política interna de remuneração. **f. Distribuição de dividendos:** A distribuição de dividendos para acionistas da Catarinense é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Catarinense. Qualquer valor acima da distribuição mínima obrigatória somente é provisionado na data que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral.

7. Novas normas e interpretações ainda não adotadas: Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras: - Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS. - Definição de um negócio (alterações ao CPC 15/IFRS 3). - Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8).

8. Caixa e equivalentes de caixa
São compostos como segue:

	2021	2020
Bancos	5.764	1.161
Certificado de depósito bancário (CDB)	312	312
	6.076	1.473

As aplicações financeiras referem-se, principalmente, a certificados de depósito bancário, de liquidez imediata do CDI, não excedendo os seus respectivos valores de mercado, e não estão sujeitas a riscos de mudança significativa de valor.

9. Contas a receber de clientes e outros créditos
São compostos como segue:

	2021	2020
Clientes privados:		
Valores faturados	1.781	1.841
Medições a faturar	1.143	1.304
	2.924	3.145
Perdas de crédito esperada	(37)	(38)
Partes relacionadas	2	54
Total	2.889	3.161
Circulante	2.581	3.161
Não circulante	308	-
O Aging list das contas a receber é composto como segue:		
	2021	2020
Valores a vencer	2.547	2.699
Vencidos:		
Até 30 dias	4	72
Entre 31 e 60 dias	19	1
Entre 61 e 90 dias	16	22
Entre 91 e 180 dias	32	63
Entre 181 e 360 dias	-	32
Acima de 360 dias	308	310
PCLD	(37)	(38)
	2.889	3.161

10. Imobilizado
O saldo é composto como segue:

	2021	2020
Taxa mé-		
dia anual		
Custo		
Depre-		
ciação		
Líquido		
Líquido		
	2021	2020
Centrais de tratamento de resíduos - aterros:		
Aterro e Infra em aterros	(*) 38.423 (17.390)	21.033 16.975
Terenos, edificações e construção civil	4%	10.342 (6.463) 3.879 3.748
Máquinas e equipamentos	10%	2.758 (1.298) 1.460 942
Móveis e utensílios	10%	157 (125) 32 38
Equipamentos de informática	20%	257 (166) 91 47
Imobilizado em andamento		2.279 - 2.279 3.369
	54.216 (25.442)	28.774 25.119

11. Fornecedores
São compostos como segue:

	2021	2020
Fornecedores	1.625	1.576
Partes relacionadas	34	55
	1.659	1.631

12. Empréstimos e financiamentos
São compostos como segue:

Modalidade	Saldo Inicial 31/12/2020	Capta-ção	Juros	Paga-mento Juros	Paga-mento Principal	Saldo Final 31/12/2021
Capital de Giro	- 5.800	23	-	-	-	5.823
Total	- 5.800	23	-	-	-	5.823

13. Salários, benefícios e encargos
São compostos como segue:

	2021	2020
Salários	198	154
Encargos trabalhistas	153	241
Férias	449	392
Passivo atuarial	2	-
Participação nos resultados	159	218
	961	1.005

14. Provisões

	2021	2020
Contingências	184	184
Benefício pós emprego	15	-
Fechamento e pós fechamento de aterros (b)	7.349	6.733
	7.548	6.917

(a) Provisão para contingência: A Companhia e parte em processos judiciais em andamento, decorrentes do curso normal de seus negócios, para os quais foram constituídas provisões considerando os prognósticos feitos por seus assessores legais com probabilidade de perda possível. **(b) Urbanização de**

aterramento sanitário: O cálculo da provisão de fechamento depende do custo de execução da cobertura final do aterro, definida no licenciamento ambiental realizado. Os valores apresentados nas demonstrações financeiras visam cobrir os custos de execução das áreas de cobertura final ainda não executadas. Essa provisão é revista todo ano baseada na área de cobertura já devidamente instalada e a área que ainda precisa ser coberta. A provisão de pós-fechamento do aterro que deve ser registrada nas demonstrações contábeis, ao final de cada ano, depende da velocidade de preenchimento do aterro, dos custos estimados agregados por ano e por site (com base no padrão ou custos específicos), da data de fechamento estimado do site e da taxa de desconto aplicada a cada site (dependendo de sua vida residual). As estimativas dos custos são contabilizadas levando-se em conta o valor presente das obrigações, descontadas a taxa média de 9,54% (10,24% em 2019) que reflete o custo de capital da Companhia. São compostas como segue:

	2021	2020
Saldo inicial	6.733	6.062
Constituição de provisão	616	671
Saldo final	7.349	6.733

15. Patrimônio líquido
(a) Capital realizado: O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2020 está representado por 2.800 ações ordinárias nominativas (2.800 ações em 2019), com valor de um real cada uma. **(b) Dividendos:** No exercício de 2021 a Companhia autorizou a distribuição de dividendos no valor de R\$1.614 (R\$341 em 2020). **(c) Reserva de retenção de lucros:** A reserva de retenção de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, e seu objetivo será definido na próxima Assembleia de Acionistas.

16. Imposto de renda e contribuição social
As bases de cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social foram apuradas mediante a aplicação do percentual de 32% sobre a receita bruta, segundo as regras de apuração pelo regime de Lucro Presumido adotado pela Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Para o exercício de 2021 a Companhia optou pela apuração do imposto de renda e da contribuição social com base no regime de apuração sobre o lucro real. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos, foram calculados e registrados, em 31 de dezembro de 2021 como segue:

	2021	2020
Diferenças temporárias:		
Provisão para benefício pós emprego	18	-
Provisão para fechamento e pós fechamento de aterros	2.576	1.988
Total	2.594	1.988
Alíquota de 34%	34	34
Total imposto de renda e contribuição social diferidos	882	676
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	882	676
A reconciliação da provisão para imposto de renda e contribuição social, tendo como base as alíquotas vigentes e o débito efetivo reconhecido no resultado, é como segue:		
	2021	2020
Lucro antes dos impostos e das participações no resultado	3.354	1.927
Alíquota nominal do imposto de renda e da contribuição social - %	34	34
Despesa esperada com imposto de renda e contribuição social	(1.140)	(654)
Multas e brindes indutíveis	10	1
Outros	83	92
Provisão para imposto de renda e contribuição social	(1.047)	(561)
Corrente	(1.252)	(841)
Diferido	205	280
Taxa efetiva	31,2%	29,1%

17. Receita operacional líquida

	2021	2020
Clientes privados	26.671	21.141
Total de receita de serviços	26.671	21.141
Dedução sobre as vendas:		
ISS	(1.332)	(1.191)
PIS	(440)	(398)
COFINS	(2.026)	(1.835)
Total das deduções sobre as vendas	(3.798)	(3.424)
Receita líquida	22.873	20.717

18. Custos dos serviços prestados

	2021	2020
Salários e encargos	(5.665)	(5.537)
Aluguel de equipamentos	(2.703)	(2.496)
Depreciações	(1.736)	(1.637)
Material aplicado nos serviços	(4.876)	(3.269)
Serviços de terceiros	(3.268)	(3.326)
Outros custos de produção	(616)	(1.813)
	(18.864)	(18.078)

19. Despesas administrativas

	2021	2020
Serviços de terceiros	(740)	(662)
	(740)	(662)

(a) A principal natureza de serviços de terceiros é referente a serviços compartilhados - CSC

• BALANÇOS

• EDITAIS

• EXTRAVIOS

• PREGÕES

PARA
ANUNCIAR
LIGUE:

48 3212 4104